



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Danusa Mendes Almeida

**MEDIAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DE PROFESSORES PÚBLICOS NO CEARÁ (1962-1992): A
APEOC/SINDICATO E O SINDIUTE**

São Carlos - SP
Fevereiro/2015

**MEDIAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DE PROFESSORES PÚBLICOS NO CEARÁ (1962-1992): A
APEOC/SINDICATO E O SINDIUTE**

Danusa Mendes Almeida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de São Carlos, como
parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora
em Educação, área de concentração: Educação.
Orientador: Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior.

São Carlos - SP
Fevereiro/2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A447m Almeida, Danusa Mendes
Mediações e distinções entre associativismo e
sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-
1992) : A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE / Danusa
Mendes Almeida. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
381 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Associativismo docente. 2. Sindicalismo
docente. 3. Política educacional. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Danusa Mendes Almeida, realizada em 25/02/2015:

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior
UFSCar

Profa. Dra. Marisa Bittar
UFSCar

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza
UNINOVE

Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade
UECF

Prof. Dr. Márcio Coelho
INFISTA

*Este texto é dedicado a todos aqueles que contribuíram para a
história do movimento docente no Ceará.*

AGRADECIMENTOS

O texto a seguir é resultante de um trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo de quatro anos, em que muitos foram aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização. A estes dedico o pequeno espaço abaixo, em nome do meu apreço e eterna gratidão.

À minha preciosa mãe, *Maria do Socorro*, a quem deve o privilégio de ter conseguido cursar o doutorado, serei eternamente grata por toda a contribuição que me deste, ao longo da minha trajetória de formação, escolar e acadêmica. Sem o seu apoio e incentivo tenho a certeza que hoje não estaria concluindo mais esta etapa!

Ao meu amado filho, *Alexandre Almeida Santos*, que com muita serenidade embarcou comigo nessa caminhada e que soube compreender minhas ausências e ser paciente nos momentos de maior tensão.

Ao meu orientador, *Amarílio Ferreira Júnior*, a quem serei eternamente grata pela oportunidade e confiança de proporcionar o desenvolvimento deste estudo e que, não somente contribuiu como orientador, mas, como pesquisador do tema e sujeito partícipe dessa *história*.

Aos professores do PPGE, em especial a prof^a. Marisa Bittar, que com suas considerações teve participação decisiva na delimitação do objeto de estudo.

Aos colegas do curso de Doutorado em Educação do PPGE, em especial, aos amigos José Silvio de Oliveira, Fernando Athayde e Paulina Zibordi pelas valiosas trocas realizadas sobre nossos objetos de pesquisas, e apoio nos momentos de angústia. Levarei para sempre as lembranças de nossas conversas!

A todos aqueles que possibilitaram o trabalho de coleta dos dados nas Bibliotecas Públicas, na cidade de Fortaleza, em especial ao jornalista Rogério Morais, responsável pela preservação de um valioso acervo fotográfico sobre a história do movimento docente cearense, que mui gentilmente compartilhou parte desse acervo.

Por fim, e não menos importante agradeço, profundamente, aos professores, militantes do movimento docente cearense, que participaram da pesquisa de campo. Sem sua valorosa contribuição não teria sido possível alcançar o resultado aqui obtido.

RESUMO

O presente estudo discute as mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo docente, da fase de sindicalização à fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE, no Ceará. No início da fase do sindicalismo, no final dos anos 1970, além do surgimento de lideranças sindicais, houve a presença, no movimento dos professores públicos cearenses, do modelo associativo, na APEOC, entidade fundada na década de 1960, período que demarcou a efervescência do associativismo no magistério secundarista. Nos idos dos anos 1980, com o declínio deste modelo, no bojo da conformação do sindicalismo docente, se configurou a presença de duas tendências sindicais, que passariam a disputar a liderança do movimento. Após a Carta Magna de 1988, com a concessão do direito à sindicalização ao funcionalismo público, houve a fundação de dois sindicatos, voltados a representar a mesma categoria: professores e servidores dos colégios estaduais e municipais cearenses e, que fariam uma disputa político-judicial, pelo espaço do movimento sindical. A APEOC/Sindicato, sucedânea da Associação, defendia no campo sindical a tendência do sindicalismo propositivo. O SINDIUTE, por sua vez, foi fundado sob a égide do discurso que apregoava a defesa do sindicalismo combativo. Diante de suas singularidades, em relação ao cenário nacional, o estudo delimitou como objetivo central, examinar as mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo, no processo de fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE. O papel do associativismo, na fase de sindicalização, constituía uma dimensão, até então, pouco abordada pela literatura na área. Além disso, havia carência de trabalhos sobre a fase associativa no Ceará. Desta forma, a pesquisa teve como objetivos específicos: analisar os aspectos quantitativos da produção acadêmica sobre associativismo e sindicalismo docente, bem como os enfoques presentes na área; investigar traços da fase associativa docente no Ceará, no contexto de expansão do ensino secundário cearense e das reformas educacionais nos anos 1970; refletir sobre a formação das tendências sindicais da fase de sindicalização à fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE. Para tanto, desenvolveu-se um estudo bibliográfico/documental e de campo. A pesquisa de campo teve como um dos suportes a *pesquisa documental*, uma vez que esta possibilitou uma aproximação com o objeto de pesquisa, por intermédio das fontes coletadas sobre o período investigado. O corte temporal compreendeu o período entre, 1962 e 1992. O primeiro justifica-se em virtude de representar o momento de emergência do movimento associativo dos professores

secundaristas, na fase de expansão do ensino secundário, período de surgimento da APEOC, sendo o ano de 1992 o marco da fundação do SINDIUTE. Na coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 professores que participaram da liderança do movimento, e 04 professores que atuaram no ensino secundário na década de 1960. A pesquisa também contou com levantamento de dados nas bibliotecas públicas, localizadas na cidade de Fortaleza. A análise dos dados mostrou a importância das reformas educacionais, incluindo a Reforma de 1º e 2º Graus, e dos movimentos de esquerda, na fase do associativismo docente no Ceará. Apesar do declínio do modelo associativo no movimento docente nos anos 1980, seu legado teve impacto na fase de sindicalização, não somente na configuração das tendências sindicais, mas também na consolidação da APEOC/Sindicato, como uma das principais entidades do Estado do Ceará.

Palavras-chaves: associativismo docente; sindicalismo docente; política educacional.

ABSTRACT

This study discusses the mediations and distinctions between association and teacher union, from the unionism phase to the formation of the teacher unions APEOC and SINDIUTE, in Ceará. In the early phase of unionism in the late 1970s, besides the appearance of union leaders, there was the presence of associative model in public school teachers' movement in Ceará, in APEOC, an organization founded in the 1960s, a period that demarcated the effervescence of associations in secondary school teaching. By the end of the 1980s, with the decline of that model, in the midst of the conformation of the teacher union, two union tendencies set up, which soon after would dispute the leadership in the movement. After the 1988 Carta Magna, with the concession of the right the employees in the civil service have to self-organization, two unions were founded aiming to represent the same category: teachers and civil servants from state and municipal schools in Ceará, and they would have a political and legal dispute for space in the union movement. APEOC/Union, a substitute of the Association, defended the tendency on a propositional unionism. SINDIUTE, in turn, was founded under the speech which proclaimed the defense of a militant unionism. In the face of their singularities, in relation to the national scenario, this research's main aim is to examine the mediations and distinctions between association and unionism, in the process of foundation of APEOC and SINDIUTE teacher unions. Until then, the association's role, in the unionism phase, constituted a branch rarely addressed to the literature of the area. Besides, there were a few studies about the associative phase in Ceará. Thus, this study has the following specific aims: to analyze the quantitative aspects of the academic production about association and teacher unionism, as well as the approaches present in the area; to investigate traces of the teacher associative stage and the context of expansion of secondary education in Ceará, and also the educational reforms in the 1970s; to reflect on the formation of the union trends from the unionism to the foundation phase of APEOC and SINDIUTE teacher unions. The field research was one of the supports documentary research, since this allowed a rapprochement with the research object, through sources collected over the period investigated. Our analysis focused on the period between 1962 and 1992. The first one is justified by the fact that it represents the moment of emergence of secondary teachers' associative movement,

during the phase of expansion of secondary education, period when APEOC was founded, the year 1992, on the other hand, marks the foundation of SINDIUTE. During the data collection we interviewed 10 teachers who participated in the movement's leadership, and 4 teachers who worked in secondary school in the 1960s. The survey also included data collection from public libraries located in the city of Fortaleza. The data analysis showed the importance of educational reforms, including the Reform of 1st and 2nd grades, and leftist movements, during the teacher association's stage in Ceará. Despite the decline of associative model in teaching movement in the 1980s, its legacy influenced the unionism phase, not only in the configuration of union trends, but also in consolidating APEOC/Union, as one of the major organizations in the state of Ceará.

Keywords: association, unionism, teacher association, teacher union.

RESUMÉ

Cette étude traite des médiations et distinctions entre associationnisme et syndicalisme d'enseignants, de la phase de syndicalisation à la fondation des syndicats APEOC et SINDIUTE, au Ceará. Au début de la phase du syndicalisme, à la fin des années 1970, outre l'apparition de dirigeants syndicaux, il y avait la présence dans le mouvement des enseignants publics du Ceará, le modèle associatif, à l'APEOC, entité fondée dans les années 1960, une période qui a délimité l'effervescence de l'associationnisme des enseignants du secondaire. Dans les années 1980, avec le déclin de ce modèle, au sein de la conformation du syndicalisme d'enseignants, s'est configuré la présence de deux tendances syndicales, qui ont commencé à concourir pour la direction du mouvement. Après la constitution de 1988, avec l'octroi du droit à la syndicalisation des fonctionnaires, il y a eu la fondation de deux syndicats, visant à représenter la même catégorie: les enseignants et les fonctionnaires des établissements d'enseignement de l'État et des municipalités du Ceará, qui feraient un conflit politique et juridique, par l'espace du mouvement syndical. L'APEOC/Sindicato, un substitut de l'Association, a préconisé dans le domaine syndical la tendance du syndicalisme propositionnelle. Le SINDIUTE, à son tour, a été fondé sous l'égide du discours qui proclamait la défense du syndicalisme militant. Face à ses singularités, par rapport à la scène nationale, l'étude restreint l'objectif fondamental à examiner les médiations et les distinctions entre associationnisme et syndicalisme, le processus de fondation des syndicats APEOC et SINDIUTE. Le rôle de l'associationnisme dans la phase de syndicalisation, était jusque-là une dimension rarement abordée dans la littérature dans le domaine. En outre, il y avait peu d'études sur la phase associative au Ceará. Ainsi, la recherche a eu les objectifs spécifiques: analyser les aspects quantitatifs de la production académique sur l'associationnisme et le syndicalisme d'enseignants, ainsi que les approches présents dans le domaine; enquêter sur les traces de la phase associative d'enseignants au Ceará, dans le cadre de l'expansion de l'enseignement secondaire au Ceará et des réformes de l'éducation dans les années 1970; réfléchir sur la formation des tendances syndicales de la phase de syndicalisation à la fondation des syndicats APEOC et SINDIUTE. Par conséquent, une étude bibliographique/documentaire et sur le terrain s'est développée. La recherche sur le terrain a été l'un de la recherche supports documentaire, car cela a permis un rapprochement avec l'objet de la recherche, grâce à des sources recueillies au cours de la période examinée. La coupure temporelle inclus la période entre 1962 et

1992. La première est justifiée en vertu de représenter le moment de l'émergence du mouvement associatif des enseignants du secondaire en phase d'expansion de l'enseignement secondaire, la période d'apparition de l'APEOC, étant l'année 1992 la fondation du SINDIUTE. Dans la collecte de données ont été menés des entretiens semi-structurés avec 10 enseignants qui ont participé à la direction du mouvement, et 04 enseignants qui ont travaillé dans l'enseignement secondaire dans les années 1960. La recherche a également compris la collecte de données dans les bibliothèques publiques, situées dans la ville de Fortaleza. L'analyse des données a montré l'importance des réformes de l'éducation, y compris la réforme de l'enseignement primaire et secondaire, et les mouvements de gauche, dans la phase d'associationnisme d'enseignants au Ceará. Malgré le déclin du modèle associatif dans le mouvement d'enseignants dans les années 1980, son héritage a eu un impact dans la phase de syndicalisation, non seulement dans la configuration des tendances syndicales, mais aussi dans la consolidation de l'APEOC/Sindicato, comme l'une des principales entités de l'État du Ceará.

Mots-clés: associationnisme, syndicalisme, associationnisme d'enseignants; syndicalisme d'enseignants.

LISTAS

LISTA DE QUADROS

- Quadro I – Tipos de entidades do século XIX e suas características.
- Quadro II – Associações docentes fundadas nas décadas de 1860 a 1900.
- Quadro III – Associações docentes fundadas na primeira metade do século XX (1901-1949).
- Quadro IV – Associações docentes fundadas no período entre as décadas de 1950 e 1960.
- Quadro V – Correntes no novo sindicalismo.
- Quadro VI – Tendências político-partidárias influentes nos anos 1970, no movimento de professores.
- Quadro VII – Diretrizes da política sindical e educacional do XX Congresso da CPB.
- Quadro VIII – Dados da *Portaria Ministerial* nº 341/65, que dispôs sobre o registro de licenciados nas faculdades de filosofia.
- Quadro IX – Dados Referentes ao Curso Intensivo CADES.
- Quadro X – Dados referentes ao Concurso Público.
- Quadro XI – Perfil das lideranças da Articulação Estadual do Magistério.
- Quadro XII – Categorias de Pessoal docente segundo a habilitação – 1978.
- Quadro XIII – Reivindicações da APEOC para a categoria docente, entre 1979 e 1982.
- Quadro XIV – Ações da APEOC, entre 1979 e 1982.
- Quadro XV – Reivindicações da ASPEC, entre 1979 e 1982.
- Quadro XVI – Participação em eventos nacionais promovidos pelo movimento docente.
- Quadro XVII – Perfil do movimento sindical dos professores das escolas de 1º e 2º graus, entre 1983 e 1986.
- Quadro XVIII – Greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, nos anos de 1983 a 1985.

Quadro XIX – Propostas das Chapas 1 e 2, nas eleições de 1986, no campo da política sindical.

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Matrícula no ensino secundário cearense segundo a dependência administrativa.

Tabela II – Corpo docente do ensino secundário cearense segundo a dependência administrativa (final do primeiro mês letivo).

Tabela III – Vencimentos dos professores efetivos após aumento de 70%.

Tabela IV – Dados do fluxo de matrícula de acordo com as séries.

Tabela V – Pessoal docente segundo a qualificação, por rede de ensino – 1969.

Tabela VI – Pessoal docente segundo a qualificação, por rede de ensino – 1968.

Tabela VII – Valores salariais de acordo com nível de formação.

LISTA DE MAPAS

Mapa I – Distribuição das pesquisas sobre sindicalismo docente, de acordo com as unidades da federação.

Mapa II – Distribuição das pesquisas com enfoque na fase do associativismo docente, de acordo com as unidades da federação.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Nota sobre a fundação da APEOC.

Imagem II – Nota sobre a segunda diretoria da APEOC.

Imagem III – Nota sobre a atuação da APEOC e do SINPRO.

Imagem IV – Nota sobre a fundação da APREC.

- Imagem V – Nota sobre a convocação para discutir o problema do concurso.
- Imagem VI – Nota Oficial da APLEC.
- Imagem VII – Nota sobre a eleição na APEOC em 1971.
- Imagem VIII – Nota sobre a primeira diretoria do professor Francisco Brilhante.
- Imagem IX – 1ª etapa de construção da Colônia de Férias dos Professores – Praia do Pecém (1979).
- Imagem X – VIII Encontro de Professores Oficiais, realizado em 1982. Professor, Francisco Brilhante à esquerda da foto.
- Imagem XI – Carta Manuscrita pelo professor Francisco Brilhante.
- Imagem XII – Nota sobre a reativação da APLEC.
- Imagem XIII – Nota sobre a atuação do MUDE.
- Imagem XIV – Foto do professor Francisco Brilhante com prefeito de Fortaleza e governador do estado do Ceará.
- Imagem XV – Professor, Francisco Brilhante em encontro com secretário de educação Antônio Albuquerque Souza Filho.
- Imagem XVI – Da esquerda para a direita: Jaime Alencar, Cleber Pinho, presidente da APEOC em exercício, e Fausto Arruda Filho.
- Imagem XVII – Audiência da APEOC com o Governador Gonzaga Mota, realizada no dia 18 de maio de 1984¹, durante a greve de professores.
- Imagem XVIII – Assembleia de Professores durante a greve de 1986.
- Imagem XIX – Assembleia de Professores ocorrida no mês de setembro de 1986, liderada pelo professor Cléber Correia, presidente da APEOC em exercício.
- Imagem XX – Audiência da APEOC com autoridades no Palácio da Abolição, durante a greve de 1986.
- Imagem XXI – “Dia Municipal de Protesto”, com o enterro simbólico da “Administração Popular” da Prefeita Maria Luiza Fontenelle.
- Imagem XXII – Professores da prefeitura de Fortaleza, durante manifestação no

¹ Na ocasião a Comissão de professores liderada ainda pelo presidente da APEOC, Francisco Brilhante, entregou um Memorial ao governador, solicitando reajuste de vencimentos e outras vantagens (BOLETIM INFORMATIVO, ano X, nº 101. jun/1984, p.01, Encontro com o governador).

Banco Pontual.

Imagem XXIII – Manifestação dos professores na Assembleia Legislativa.

Imagem XXIV – Audiência da APEOC com o prefeito Ciro Gomes.

Imagem XXVI – Congresso de Unificação SINTECE/APEOC (1991).

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACP – Associação Catarinense de Professores

ACI – Associação Cearense de Imprensa

ALISC – Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

ANDE – Associação Nacional de Educação

ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação

AP – Ação Popular

APEC – Arquivo Público do Ceará

APEFCE – Associação dos Professores de Educação Física no Ceará

APEMOP – Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Piauí

APEMOPE – Associação dos Professores do Ensino Médio de Pernambuco

APEOC – Associação dos Professores dos Estabelecimentos do Ensino Oficial do Ceará

APEOC/SINDICATO – Sindicato dos Servidores da Educação e da Cultura do Estado e dos Municípios do Ceará

APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo

APEP – Associação dos Professores do Piauí

APLB – Associação dos Professores Licenciados da Bahia

APLEC – Associação dos Professores Licenciados do Ceará

APNM – Associação das Professoras Normalistas do Maranhão

APREC – Associação dos Professores Registrados do Ceará

APRN – Associação de Professores do Rio Grande do Norte

ARENA – Partido da Aliança Renovadora

ASSECE – Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará
ASSOECE – Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará
ASPEC – Associação dos Profissionais em Educação do Ceará
ASRP – Associação Sul-Riograndense de Professores
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CBE – Conferência Brasileira de Educação
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEE – Conselho Estadual de Educação do Ceará
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CERMAPCE – Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará
CERMAP – Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense
CÉU – Clube do Estudante Universitário
CFE – Conselho Federal de Educação
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CIC – Centro Industrial do Ceará
CLEC – Centro Liceal de Educação e Cultura
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
CPP – Centro do Professorado Paulista
CPP – Confederação dos Professores Primários
CPT – Comissões Pastorais da Terra
CRPE – Centros Regionais de Pesquisas Educacionais
CS – Convergência Socialista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESEGRAU – Departamento do Ensino do 2º Grau
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FAFICE – Faculdade de Filosofia do Ceará

FASPEC – Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado do Ceará
FBAPEF – Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação física
FENASE – Federação Nacional de Supervisores Educacionais
FENOE – Federação Nacional de Orientadores
FNDE – Fundo Nacional do Ensino Primário
FNEM – Fundo Nacional do Ensino Médio
IEC – Instituto de Educação do Ceará
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEC – Instituto de Previdência do Estado do Ceará
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MFPA – Movimento Feminista pela Anistia
MOAP – Movimento de Oposição Aberto de Professores
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MUDE – Movimento de Unificação e Defesa da Educação da Rede Oficial
MUP - Movimento de União dos Professores
MUPE – Movimento de Unificação dos Profissionais em Educação
MVP – Movimento de Valorização dos Professores
NMS – Novos Movimentos Sociais
OLPED – Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais
OPENO – Operação Nordeste
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PED – Programa Estratégico para o Desenvolvimento
PLAMEG – Plano de Metas Governamental
PNE – Plano Nacional de Educação
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

REDEASTE – Rede de Pesquisadores sobre o Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará

SEE – Secretaria de Educação do Estado

SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação

SINPRO – Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de Fortaleza

SINTECE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TNM – Tabela Numerária de Mensalista

UCR – União Cívica Radical

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UTE – União dos Trabalhadores em Educação

VT – Virgílio Távora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE PARA A ANÁLISE DO CASO CEARENSE	29
1.1 – O <i>estado da arte</i> nas pesquisas sobre associativismo e sindicalismo docente: o que dizem as produções acadêmicas nacionais?	30
1.2 – O enfoque das análises sobre associativismo docente no Brasil: entre o <i>mutualismo</i> , a <i>profissionalização</i> e a <i>construção do campo educacional</i>	41
1.2.1 – Panorama do associativismo docente no século XX: variações regionais e as diferentes trajetórias do magistério primário e secundário	52
1.2.2 – A influência do <i>Movimento Renovador</i> e da política de expansão do ensino público na fase do associativismo docente	60
1.3 – A Fase do sindicalismo docente no Brasil à luz das produções acadêmicas.....	74
1.3.1 – A construção das bandeiras do movimento sindical docente na fase do sindicalismo	90
1.3.2 – A produção acadêmica sobre o movimento docente e a delimitação do objeto de estudo	101
CAPÍTULO 2 – TRAÇOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE NO CEARÁ: A TRAJETÓRIA DO MAGISTÉRIO SECUNDARISTA	108
2.1 – O cenário político cearense no limiar dos anos 1960 e seu impacto no setor educacional	115
2.2 – As diretrizes nacionais do ensino e as alterações no quadro do magistério secundarista oficial cearense nos anos 1960	132
2.3 – A emergência do associativismo docente no magistério oficial cearense face às mudanças no ensino secundário	144

2.4 – O papel das associações docentes na regulamentação da carreira do magistério secundarista	161
.....	
2.5 – Professores secundaristas cearenses vão às ruas: o papel dos movimentos grevistas de 1967 e 1968 na fase do associativismo	173
.....	
CAPÍTULO 3 – MEDIAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO CEARÁ: A FUNDAÇÃO DA APEOC/SINDICATO E DO SINDIUTE	202
3.1 – A Reforma de 1º e 2º Grau e suas implicações no movimento associativo e sindical docente no Ceará	208
.....	
3.1.1 – A reforma educacional no “ <i>tempo dos coronéis</i> ” e seu impacto no quadro do magistério cearense	209
.....	
3.1.2 – “Nasce” a APEOC como “associação representativa” dos professores oficiais do 1º e 2º graus do Ceará	218
.....	
3.1.3 – A emergência do movimento sindical do magistério do 1º e 2º grau no Ceará: breve caracterização.....	233
3.1.4 – A atuação da APEOC e do movimento sindical docente na implantação da reforma educacional no Ceará (semelhanças e diferenças)	244
.....	
3.2 – Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo docente: a fundação da APEOC/Sindicato e SINDIUTE	267
.....	
3.2.1 – A “ruptura com o modelo associativo e o divisionismo na <i>Oposição Sindical</i> : o papel dos movimentos grevistas	270
.....	
3.2.2. – A conformação das lideranças no movimento sindical docente: o papel das correntes político-partidárias	283
3.2.3 – A fase de institucionalização do movimento sindical docente cearense: a fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE	298
.....	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
5.	REFERÊNCIAS 323
.....	

APÊNDICES	342
ANEXOS	361

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresentou como objetivo central examinar *as mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo docente, da fase de sindicalização à fundação dos sindicatos cearenses, APEOC/Sindicato e SINDIUTE*. O percurso que deu origem à pesquisa teve início no *Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade* (MAPPS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), momento em que foi desenvolvido o estudo, intitulado, *Movimento docente e gestão democrática na escola: estudo de caso dos Sindicatos APEOC e SINDIUTE, no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998)*². O resultado da referida pesquisa evidenciou que a fase de sindicalização dos professores públicos, no Ceará, apresenta singularidades, em relação ao cenário nacional.

As pesquisas sobre o movimento docente, em geral, consideram que sua trajetória é marcada por duas fases, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A fase do associativismo corresponderia às iniciativas que vão do século XIX até meados dos anos 1970, período em que predominou um determinado modelo de organização e de práticas coletivas que, no magistério público, se consubstanciaram em torno das associações docentes. A eclosão do movimento sindical no magistério oficial se deu na década de 1970, considerada pela literatura na área, como marco da fase de sindicalização, na qual predominou um *novo modo de agir coletivo*, nos moldes sindicais. Mesmo impedidos de se organizar em sindicatos, professores da rede pública, em todo o País, seja nas associações docentes tradicionais ou fundando movimentos paralelos, passaram a aderir à luta sindical, que teve como corolário o processo de *institucionalização* do movimento, com a criação de organismos sindicais, após a Carta Magna de 1988³. Tal experiência, no Ceará, no entanto, apresentou algumas especificidades.

No início da fase do sindicalismo, além do surgimento de lideranças sindicais, houve a presença, no movimento dos professores públicos cearenses, do

² ALMEIDA, D. M. **Movimento docente e gestão democrática na escola: estudo de caso dos sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998)**. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). UECE, Fortaleza, 2004.

³ O Artigo 566º da Consolidação das Leis Trabalhistas havia proibido a sindicalização dos servidores do Estado. A Carta Magna de 1988 garantiu o direito à sindicalização dos servidores públicos.

modelo associativo, na APEOC, entidade fundada na década de 1960, período que demarcou a efervescência do associativismo no magistério secundarista. Nos idos dos anos 1980, com o declínio do modelo associativo, duas tendências sindicais do *Novo Sindicalismo* exerceram influência nas organizações de professores cearenses, a do *sindicalismo combativo*, ligada ao projeto que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT); e a tendência mais moderada, da *Unidade Sindical*, que contava com o apoio de correntes partidárias, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Na conformação do sindicalismo docente, portanto, houve a formação de dois blocos de lideranças, que passariam a disputar o espaço do movimento sindical. Com a concessão do direito à sindicalização ao funcionalismo público, momento em que predominou no sindicalismo docente a proposta de criação dos sindicatos únicos dos trabalhadores em educação, no Ceará, houve a fundação de dois organismos sindicais, voltados a representar a mesma categoria: *professores e servidores dos colégios estaduais e municipais cearenses*. Inaugurou-se, portanto, um período de disputa político-judicial, uma vez que, teve início uma batalha, tanto no campo do movimento sindical docente, quanto na justiça, para definir qual sindicato seria o legítimo representante da categoria⁴. Nessa disputa evidenciou-se a presença de dois modelos distintos.

De um lado, a APEOC/sindicato, sucedânea da *Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará* (APEOC), nasceu sob o alicerce estruturado pela entidade nos tempos de associação docente, contanto com um patrimônio que incluía um número significativo de sócios, na capital e no interior do estado do Ceará, por meio de suas filiais; estrutura física, com departamentos jurídicos e de assistência médico e odontológico aos associados; colônia de férias; casa do professor, dentre outros benefícios. As principais lideranças que solicitaram a Carta Sindical⁵, transformando juridicamente a Associação em Sindicato, ingressaram na diretoria da

⁴ Desde o ano de 1992 transcorriam três processos judiciais abertos pela APEOC/Sindicato, em varas cíveis diferentes, contra o SINDIUTE, e todos com a mesma *base de contestação*: o SINDIUTE constitui um sindicato paralelo o que fere o princípio da unicidade sindical (PAULA, 2010, p.121). Em 2012, o SINDIUTE perdeu em última instância o direito de representar, ao mesmo tempo, os professores e servidores dos colégios estaduais e municipais cearenses, uma vez que, a justiça reconheceu a APEOC/Sindicato como legítimo representante dessa categoria. Desde então, o SINDIUTE atravessa uma fase de transformação, cuja tendência é de se tornar um sindicato com representação de professores municipais, parcela que já era maioria na sua base de filiação.

⁵ A carta sindical é o documento emitido pelo Ministério do Trabalho que legitima a atuação de uma entidade sindical, criada desde a reforma nos sindicatos na Era Vargas (MARTINS, H. H. T. de S., **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Editora HUCITEC, 1989, p.190).

APEOC, em meados dos anos 1980, com o apoio do então presidente, Francisco Brilhante Teixeira, que dirigiu a Associação por 15 anos, sob os moldes do modelo associativo. O SINDIUTE, por sua vez, foi fundado sob a égide do discurso que apregoava a defesa de um sindicalismo combativo, autônomo e desatrelado das estruturas governamentais. Suas principais lideranças participaram do movimento sindical docente cearense, atuando como oposição à diretoria do professor Francisco Brilhante, em sua maioria, ligada ao projeto político que deu ao PT, ajudando no processo de fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Ceará.

A existência dos sindicatos, atuando na mesma base territorial, contrariava a orientação presente na Constituição Federal de 1988⁶. Além do preceito constitucional, a fundação das entidades também se contrapunha a orientação nacional vigente no sindicalismo docente, no final da década de 1980, que preconizava a criação de “sindicatos únicos”⁷. Como bem salientou Maria Valdecir Abreu de Paula, na dissertação intitulada, *Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (o caso do SINDIUTE)*, na quase totalidade dos estados onde se concretizou a unificação, esta,

[...] aconteceu de forma satisfatória em respeito à vontade soberana dos trabalhadores em suas instâncias de deliberação [...] mesmo existindo divergências entre os que defendiam a unicidade e os que defendiam a pluralidade sindical, o processo de unificação, em geral, transcorreu sem maiores conflitos⁸.

No Ceará, todavia, tal processo resultou na criação das duas entidades. Consoante com a análise da autora retrocitada, compreende-se que a disputa entre os sindicatos, resulta de um embate político, considerando que a unificação dos trabalhadores em educação no Brasil, até o presente momento, não se concretizou,

⁶ A CLT, promulgada em 1943, em seu Artigo 156º afirmou que “não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial”. A Carta Magna de 1988, no inciso II, do Artigo 8º ratificou a CLT, com a seguinte determinação: “é vedada a organização de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

⁷ Nos idos de 1980, a ideia de unificar os diversos segmentos que integravam o corpo de funcionários da escola – professores, orientadores educacionais, supervisores, professores de educação física, funcionários – numa única entidade, embora não fosse unânime, foi se tornando hegemônica. Com efeito, a CPB transformou-se, em 1989, na *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação* (CNTE), a qual passou a acompanhar, nos diversos estados brasileiros, o processo de unificação das associações.

⁸ PAULA, M. V. A. de. *Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (o caso do SINDIUTE)*. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2010, p.100.

havendo, por exemplo, no estado do Ceará, além do SINDIUTE, sindicatos voltados a representar servidores e professores do setor educacional, tanto no nível municipal quanto estadual⁹, que representa a base sindical da APEOC. Entretanto, a questão judicial envolve apenas a existência do SINDIUTE.

Tal singularidade instigou a continuidade da investigação, por meio de novas perspectivas, no intuito de se compreender melhor a conjunção de problemas inerentes à história do movimento sindical dos professores públicos cearenses. Inicialmente, a pesquisa pretendeu examinar o impacto das disputas pelo espaço do movimento, na atuação das entidades no campo educacional, uma vez que, o estudo sobre seu papel na implantação da gestão democrática nas escolas havia sugerido que parte dos impasses na conquista das demandas do magistério público estava associada a este fator. A problemática cearense, entretanto, sinalizava a necessidade de se investigar a trajetória de fundação dos sindicatos, com enfoque na relação entre o *associativismo* e o *sindicalismo docente*, na fase de sindicalização.

As mediações entre a fase do associativismo e a fase de sindicalização constituía uma dimensão, até então, pouco abordada pelas produções acadêmicas. A literatura na área do sindicalismo docente já sinalizava que na formação do movimento sindical houve a permanência de traços do modelo associativo¹⁰. A esse respeito, cabe assinalar que parte significativa das entidades sindicais dos professores das escolas públicas, no Brasil, é oriunda da transformação de associações docentes em sindicatos, associações estas que foram gestadas no período do associativismo, como demonstra o caso da APEOC/Sindicato. Tal fato, todavia, acabou dando origem a análises que, ao investigarem a fase de sindicalização, trataram a experiência associativa, como um período embrionário, uma “espécie de pré-história” do movimento sindical, tendência com origem nas leituras sobre o sindicalismo operário. Nesta perspectiva, evidencia-se a presença de um enfoque que trabalha com a ideia da superação e das diferenças entre ambas as fases.

Além disso, outro aspecto que teve predomínio na literatura, especialmente nos trabalhos desenvolvidos nos anos 1980 e meados da década de 1990, foi o enfoque centrado na corrente do *sindicalismo combativo*, uma vez que a mesma exerceu bastante

⁹ Existe no Ceará, o *Sindicato dos Servidores Estaduais – MOVA-SE*, que representa professores e servidores da Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura do Estado; o *Sindicato dos Servidores Municipais de Fortaleza – SINDIFORT*; e outros sindicatos municipais distribuídos pelos municípios cearenses (IDEM).

¹⁰ VIANNA, C., *Os nós do “nós”: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*, São Paulo: Xamã, 1999.

influência nas práticas de militantes que desenvolveram estudos na área, uma característica presente nas produções acadêmicas sobre o tema¹¹. Há que se considerar, no entanto, que diversas tendências fizeram parte das organizações sindicais docentes, na fase de sindicalização, a exemplo da trajetória do sindicalismo geral.

À vista deste quadro, delimitou-se como enfoque da pesquisa discutir a relação entre o associativismo e o sindicalismo docente na investigação da história que deu origem à fundação dos sindicatos docentes, APEOC e SINDIUTE, entendendo ser esta uma chave explicativa ao entendimento da fase de sindicalização no Ceará. A hipótese central que norteou a tese é que a conformação do movimento sindical dos professores da rede pública, em meados da década de 1980, resultou de um processo permeado por mediações e distinções em relação ao modelo associativo, pelo qual, podem ser explicadas as principais características inerentes ao movimento sindical docente no Ceará, bem como as disputas entre as entidades. Ao mesmo tempo, que o sindicalismo docente buscou romper com aspectos centrais do associativismo, o mesmo acabou por acomodar em suas estruturas e práticas, elementos advindos da fase associativa. Nesta direção, foi delimitado como objetivo central do estudo, *examinar as mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo no processo de fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE*.

A fase do associativismo docente no Ceará carece de investigações. Os estudos, até o presente momento, indicavam que as primeiras entidades teriam surgido apenas, por volta de meados do século XX, fase de expansão do movimento associativo, em resposta a ampliação dos sistemas de ensino público, em todo o Brasil. Havia, no entanto, uma carência de trabalhos que discutissem a experiência associativa dos professores públicos cearenses, no contexto das reformas educacionais na década de 1970, momento em que ocorreu o fortalecimento da APEOC, no Ceará. Desta forma, a pesquisa teceu como objetivos específicos:

- (1) Analisar os aspectos quantitativos da produção acadêmica sobre associativismo e sindicalismo docente, bem como os enfoques presentes na área;
- (2) Investigar traços da fase associativa docente no Ceará, no contexto de expansão do ensino secundário cearense e das reformas educacionais nos anos 1970;

¹¹ GINDIN, 2009.

- (3) Refletir sobre a formação das tendências sindicais da fase de sindicalização à fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE.

Apesar de tratar-se de um **estudo de caso**, a pesquisa parte de uma perspectiva que situou as especificidades do caso cearense no âmbito da conjuntura nacional. O estado do Ceará, no conjunto dos estados brasileiros, apresenta aspectos específicos, da sua condição econômica, política e social, que acabam formando os contornos da história local; porém, essa trajetória não se deu dissociada dos acontecimentos em nível nacional. A história do movimento docente é um caso emblemático, uma vez que, sua evolução não segue a mesma trajetória de outros estados, o que, por sua vez, se explica a partir de elementos forjados no cenário cearense. Por outro lado, existem inúmeros elementos presentes na formação do associativismo e, principalmente do sindicalismo docente que resultam de processos que são construídos para além das fronteiras do Ceará. Nesta perspectiva, ao mesmo tempo em que, a pesquisa se centrou nos aspectos que dizem respeito ao movimento sindical docente cearense, estes foram situados no âmbito do contexto nacional.

Diante do exposto, para a realização do estudo, tornou-se fundamental o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica/documental e de campo. No que tange à **pesquisa bibliográfica**, como procedimento inicial, houve a seleção de alguns temas-chaves, selecionados com base no objetivo central da pesquisa. As principais temáticas foram: sindicalismo; associativismo/mutualismo e sindicalismo no Brasil; associativismo docente e sindicalismo docente, no Brasil e no Ceará; profissão docente; proletarização do trabalho docente. A partir dessas categorias procedeu-se a seleção dos autores que norteariam a análise da problemática do estudo que se centra na relação entre o associativismo e sindicalismo docente na fundação dos sindicatos docentes.

Na literatura que versa sobre sindicalismo no Brasil foram de destaque os estudos de Ricardo Antunes, Armando Boito Jr., Leôncio Martins Rodrigues, Eder Sader. No que tange a área do associativismo/mutualismo, houve a contribuição dos trabalhos de Cláudio Batalha, Alexandre Fortes, Ronaldo Jesus, Silvia Petersen, Adhemar Silva Jr. No caso das categorias associativismo e sindicalismo docente e profissão docente/proletarização do trabalho docente, as teses e dissertações produzidas na área constituíram a principal fonte de pesquisa, com destaque aos trabalhos de Amarílio Ferreira Júnior, Daniel Lemos, Cláudia Vianna, Eliane Oliveira, Erlando Rêses, Julian Gindin, Paula Vicentini, Robson Silva, Rosário Lugli, Sérgio Cardoso,

dentre outros. Convém assinalar o fato de esses autores também terem outras publicações na área, na forma de livro ou artigo, as quais exerceram sua contribuição na pesquisa bibliográfica. Especificamente, sobre o caso cearense, foi de fundamental importância, a leitura das dissertações de Ivanize Magalhães Ferreira, Maria Laura Moreira, Maria Valdecir de Paula, Raquel Dias Araújo e Rosa Ferreira da Fonsêca, bem como os trabalhos de Francisco das Chagas Loyola de Sousa e Júlio Filizola Neto, sobre o ensino secundário cearense.

O *corte temporal* da pesquisa compreendeu o período entre 1962 e 1992. O primeiro justifica-se em virtude de representar o momento de emergência do movimento associativo dos professores secundaristas, na fase de expansão do ensino secundário, período de surgimento da APEOC, sendo o ano de 1992 o marco da fundação do SINDIUTE.

A pesquisa de campo teve como principal suporte a *pesquisa documental*, sobretudo, a coleta de dados referente à década de 1960, haja vista o fato de não ter sido possível entrevistar professores que participaram do movimento docente neste período. O exame das fontes documentais acerca dos acontecimentos relativos à temática em foco consistiu um instrumento crucial na busca do entendimento do objeto de estudo investigado. Foram realizadas coletas de *documentos legais* – leis, decretos, planos de governo, diagnósticos – bem como *fontes hemerográficas, folhetins e folders*, nas bibliotecas públicas localizadas em Fortaleza e nos sindicatos.

Entre os meses de janeiro a novembro de 2012, foi visitado o acervo das principais bibliotecas localizadas na cidade de Fortaleza¹²; do *Arquivo Público do Ceará* (APEC) e do *Arquivo Público Intermediário*, bem como na sede dos sindicatos, APEOC e SINDIUTE¹³. Também houve uma coleta de dados significativos nos *Diários Oficiais do Estado do Ceará*, localizados no arquivo digital do site da Casa Civil do Ceará¹⁴. Nos arquivos da *Biblioteca Pública Menezes Pimentel* foram realizadas coletas nos jornais locais, em particular nos jornais, *Correio do Ceará, Gazeta de Notícias, O Estado, O Povo, Diário do Nordeste e Unitário*, do período da década de 1960 a 1984.

¹² Ao longo da pesquisa de campo foram realizadas visitas na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Biblioteca da Secretaria da Educação Básica do Ceará; Biblioteca do Conselho de Educação do Ceará; Arquivo Público do Ceará e Instituto Geográfico, Histórico e Antropológico do Ceará.

¹³ É importante assinalar que o acervo dos sindicatos não contribuiu, significativamente, para a reconstrução da sua história. Na APEOC há apenas dois catálogos, contendo alguns recortes de jornais da entidade. No SINDIUTE, há um armário com parte do material da entidade, porém o mesmo não se encontra organizado e a maior parte dos dados refere-se aos anos 2000 em diante.

¹⁴ No site <http://www.casacivil.ce.gov.br/diario-oficial>, encontram-se digitalizados, os diários oficiais publicados a partir de 1933.

O material coletado exerceu um papel crucial, especialmente na obtenção de dados sobre o associativismo docente, nos anos 1960, considerando que houve limitações nas fontes orais. Na *Biblioteca César Cals*, da Assembleia Legislativa de Fortaleza, a pesquisa centrou-se nas publicações das Mensagens à Assembleia Legislativa, documento que contém dados sobre as medidas governamentais para a educação. Também foram realizadas visitas à *Biblioteca da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)*, sendo, na ocasião, localizados documentos elaborados pelos governos cearenses – planos de governo e diagnósticos educacionais.

A pesquisa realizada no APEC teve uma importância fundamental na coleta de dados sobre os anos 1960, no Acervo Virgílio Távora (VT), momento em que foram localizados documentos sobre o sistema de ensino cearense. Com exceção do Acervo VT, os dados na área da educação, em alguns períodos, como o caso da década de 1970 e 1980, não se apresentam organizados, o que dificultou a pesquisa do seu acervo. Maiores ainda foram às dificuldades enfrentadas nas visitas ao *Arquivo Público Intermediário*, uma vez que, a documentação se encontra dispersa.

O conjunto dos documentos escritos constituiu uma referência central para analisar o objeto em estudo. Citando Le Goff, para quem,

[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa¹⁵.

Dialogou-se, por conseguinte, com as fontes documentais, compreendendo seu papel como “monumento”, haja vista o fato de que sua preservação reflete um “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria”¹⁶. Daí a necessidade de se analisar o contexto de produção do arquivo escrito. Nesse caso, houve dificuldades de se obter dados catalogados sobre o tema do movimento docente, especialmente na fase de maior predomínio do associativismo, tanto nas bibliotecas e arquivos públicos, como nas próprias entidades sindicais, o que reflete seu esquecimento na sociedade cearense.

Não obstante as fontes documentais escritas, também foi realizado um levantamento das fontes orais, por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas com

¹⁵ GOFF, J. L. **História de Memória**. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p.536.

¹⁶IDEM, p. 538.

líderes sindicais que participaram do movimento docente, no período delimitado pelo estudo. Foram realizadas entrevistas com 10 professores que atuaram, ou ainda atuam, na liderança do movimento sindical docente. A amostra inicial era mais ampla, entretanto, no decorrer da pesquisa houve algumas dificuldades no acesso a alguns professores¹⁷. Em virtude da impossibilidade de realizar entrevistas com ex-dirigentes da APEOC, na fase dos anos 1960¹⁸, foram entrevistados 04 professores que atuaram na rede pública básica de ensino na década de 1960, com vista a obter dados sobre a entidade, de modo a complementar o arquivo documental escrito. Também, ao longo das entrevistas, foram obtidas informações acerca do funcionamento do sistema de ensino secundário cearense, na referida década.

Ao tomar como material de análise lembranças ou recordações se lida com dinâmicas, visto que a memória não é algo estático. Na lição de Ecléa Bosi¹⁹ a memória para nós é algo vivido que, quando evocado, será recriado pelo sujeito. “[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Concorde-se com a perspectiva de Maurice Halbwachs²⁰, segundo a qual, mesmo sendo um ato aparentemente individual, toda memória é coletiva, uma vez que, as lembranças do sujeito se apresentam ligadas a um contexto familiar, social e nacional. Desta forma, ela pode expressar os acontecimentos de uma época e ser utilizada “como um recurso para ultrapassar as barreiras impostas pela documentação tradicional”²¹.

Tem sido de suma relevância aos estudos historiográficos a *interpretação sociológica* de Halbwachs sobre o fenômeno da memória. Isso nos permite perceber as relações entre as experiências vividas pelos atores sociais e o contexto no qual as mesmas foram geradas.

¹⁷ Não foi possível realizar a entrevista com a professora Ivanize Magalhães Ferreira, que faleceu em 2012. Também não foram realizadas as entrevistas com dois importantes líderes que integram o quadro de dirigentes da APEOC/Sindicato, incluindo seu atual presidente, em virtude da dificuldade no acesso aos professores.

¹⁸ As principais lideranças da APEOC na fase dos anos 1960 já faleceram. Alguns professores localizados apresentaram dificuldades em conceder o relato oral, por motivos de saúde, o que impossibilitou a coleta das fontes orais.

¹⁹ BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.55.

²⁰ IDEM, 1994.

²¹ JUCÁ, G. N. M., **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

Na sistematização do estudo, após a busca do material coletado, foi determinado o enquadramento das categorias, na estrutura da tese, a qual ficou dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo faz uma incursão pela produção acadêmica na área do associativismo e sindicalismo docente, apresentando os principais enfoques presentes na literatura, mas também busca verificar o modo como ambas, vem sendo posta no campo da pesquisa. Realizou-se uma análise do *estado da arte*, no intuito de discutir: o destaque dado pelos pesquisadores a cada tema e a relação entre as temáticas e o contexto regional. Em seguida, discute-se à luz das produções acadêmicas, os aspectos qualitativos das abordagens dos autores, em cada fase, para, por fim, apresentar o percurso de delimitação do presente objeto de estudo.

O segundo capítulo tratou especificamente da trajetória do associativismo docente no Ceará, a partir dos anos 1960. Cabe assinalar que, ao abordar o tema, a pesquisa acabou exercendo uma contribuição para a memória do movimento associativo cearense, haja vista a lacuna existente nesse campo. Também houve um rompimento com a fase de esquecimento, a respeito da atuação da APEOC nos anos de 1960. Ao buscar captar os traços do associativismo docente cearense, a pesquisa analisa o papel da expansão do sistema público de ensino no surgimento das entidades do magistério e sua atuação na construção das políticas educacionais cearenses. Outro fator de destaque nesta análise foi o papel exercido pelos movimentos grevistas, protagonizados pelos professores secundários cearenses, durante manifestações políticas emergidas no final da década de 1960. Tal análise teve suma relevância ao entendimento da fase inicial da APEOC.

Por fim, o terceiro capítulo trata das *mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo* e apresenta-se divididos em dois tópicos centrais. O primeiro discute o impacto da Reforma de 1º e 2º Graus no movimento associativo e sindical docente no Ceará, investigação que abrangeu o período de 1974 a 1982. Apresenta as principais características da APEOC e dos grupos que lideraram o movimento sindical docente no início da fase de sindicalização. Na análise de sua atuação no campo educacional, trabalha como categorias centrais, a relação das lideranças com: a *reforma educacional*, o *governo estadual*, e as *lideranças do movimento docente em âmbito nacional*, discutindo suas semelhanças e diferenças, no período de 1978 a 1982. O segundo tópico do terceiro capítulo, aborda, especificamente as mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo docente, da fase de

conformação da luta sindical à fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE, entre os anos de 1983 a 1992. Busca analisar as tendências sindicais presentes no movimento; as disputas pela condição de porta-voz da categoria; a construção de suas bandeiras de luta; e a relação entre suas lideranças e os governos.

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE PARA A ANÁLISE DO CASO CEARENSE

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o *movimento dos professores públicos* indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas fases, a saber, o *associativismo* e o *sindicalismo*. A primeira corresponderia ao período que abrange a segunda metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também, o surgimento dos primeiros sindicatos de professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída pelo governo varguista²². A *fase do sindicalismo*, por sua vez, teria como marco o momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros que, dentre outros fatores, teve como características centrais, a luta pelo direito à sindicalização, por melhores condições de salário e carreira, e a defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

No capítulo inicial realiza-se um diálogo com a produção acadêmica nacional na área, o qual teve como finalidade precípua refletir sobre os principais enfoques presentes na literatura, acerca da fase do associativismo e do sindicalismo docente, mas também, verificar o modo como a relação entre ambas vem sendo posta no campo da pesquisa. Este debate é de suma relevância ao entendimento do enfoque delimitado para investigar o caso cearense. Nesta direção, inicialmente, foi realizada uma análise quantitativa sobre o *estado da arte*, no intuito de discutir: *o destaque dado pelos pesquisadores a cada tema; a relação entre as temáticas e o contexto regional; e como as pesquisas vêm analisando a relação entre a fase do associativismo e do sindicalismo docente*. Em seguida, busca-se discutir à luz das produções acadêmicas, os aspectos qualitativos das abordagens dos autores, em cada fase, para, por fim, apresentar o percurso de delimitação do presente objeto de estudo.

²² Este período compreende os anos entre 1930 a 1945, o primeiro governo de Getúlio Vargas.

1.1 – O estado da arte nas pesquisas sobre o associativismo e sindicalismo docente: o que dizem as produções acadêmicas nacionais?

Embora o período do associativismo docente tenha precedido à fase sindical, a produção acadêmica, desde o surgimento dos primeiros trabalhos²³, tem dado maior destaque ao segundo momento, uma vez que, a adesão do magistério público ao movimento sindical constituiu o *motor* que deu a partida para o início da pesquisa na área. Como indicam os levantamentos do *estado da arte*, no conjunto dos trabalhos elaborados, há o predomínio das abordagens sobre a fase sindical.

No primeiro mapeamento das produções acadêmicas, publicado em 1999 na obra de Cláudia Vianna, *Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*²⁴, no total de 54 estudos identificados pela autora²⁵, a mesma observou que um dos aspectos que caracterizava o bloco dos trabalhos é o foco no período do sindicalismo. Na mesma direção, Sérgio Cardoso, no texto, *O associativismo mútuo docente na historiografia educacional brasileira*, ao realizar uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES, indicou a grande “disparidade entre as pesquisas sobre sindicalismo e as sobre associativismo”²⁶, sendo “em questão de proporção, a diferença [...] ainda maior quando se compara os registros de associativismo docente e sindicalismo docente”, com predomínio do segundo²⁷.

O mapeamento do *estado da arte* elaborado por Julián Gindin²⁸, em 2009, demonstrou que em uma década, houve um aumento na produção acadêmica de aproximadamente 100%, em relação ao índice apresentado por Vianna²⁹, com um total

²³ De acordo com a análise de Cláudia Vianna, presente no livro, *Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente*, o primeiro estudo sobre a organização dos professores foi o de Maria Jurema de Carvalho, *O professor estadual – um valor ameaçado: as condições de ensino e a associação da categoria profissional paulista*. (VIANNA, C. **Os nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999, 214 p).

²⁴ IDEM.

²⁵ O inventário feito pela autora corresponde apenas as dissertações e teses, realizadas nos programas de pós-graduação, sendo na ocasião localizadas 47 dissertações e 7 teses.

²⁶ CARDOSO, S. R. P. **O associativismo mútuo docente na historiografia educacional brasileira**. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_703.htm. Acesso em: 02/01/2014, p.07.

²⁷ No levantamento realizado por Sérgio Cardoso, podemos citar apenas 6 estudos que abordaram especificamente o tema do associativismo docente: Lugli (1997); Cavalcante (1999); Vicentini (2002); Nobre (2004); Arendt (2005); Lemos (2006).

²⁸ GINDIN, J. J., **Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil**. In. **Seminário internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009.

²⁹ IDEM, p.19.

de 89 trabalhos (71 dissertações e 18 teses)³⁰, produzidos entre os anos de 1980 à 2008. É possível com base nos textos publicados entre 1998 e 2008, averiguar a persistência no enfoque no tema do sindicalismo docente, sendo ainda escasso o número de estudos que focalizam a fase do associativismo como objeto central. Das 89 produções acadêmicas, 84 apresentaram como foco principal a fase do sindicalismo e apenas 05 trabalhos abordaram especificamente o associativismo.

Não obstante a prevalência dos estudos com foco no sindicalismo, a partir de 2009, evidencia-se o maior interesse em torno do tema do associativismo, com o aparecimento de novos estudos, entre teses e dissertações. Um levantamento atualizado indicou um total de 115 trabalhos (91 dissertações e 24 teses)³¹. No que se refere aos textos produzidos entre 2009 e outubro de 2014, das 21 pesquisas (17 dissertações e 04 teses), 04 abordaram a fase do associativismo docente como objeto central de estudo, a saber, as dissertações de Eliane Oliveira³² e Romildo Araújo³³, e as teses de Daniel Lemos³⁴ e Sérgio Cardoso³⁵. A instituição da *Rede de Pesquisadores sobre o Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação* (REDE ASTE), no ano de 2009, também representou um fator que vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de novos estudos³⁶ e para a maior visibilidade do tema do associativismo, na medida em que o evento tem proporcionado sua inserção no debate e a divulgação das produções na área³⁷.

³⁰ Julian Gindin, assim como Cláudia Vianna, trabalhou apenas com dissertações e teses. Pode ser acrescido a essa lista as teses de Wellington de Oliveira (2006), *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*, e a tese de Ricardo Pires de Paula (2007), *Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1945-1989)*.

³¹ Foram acrescidos os trabalhos produzidos anteriormente a 2009, que não estiveram inclusos nos levantamentos realizados por Julian Gindin, bem como os estudos localizados entre 2009 e outubro de 2014.

³² OLIVEIRA, E. de. **O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários (1871-1911)**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2011.

³³ ARAÚJO, R. de C. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI, Piauí, 2012.

³⁴ LEMOS, D. C. **Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial**. 2011. 219 f. Tese (Doutorado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2011.

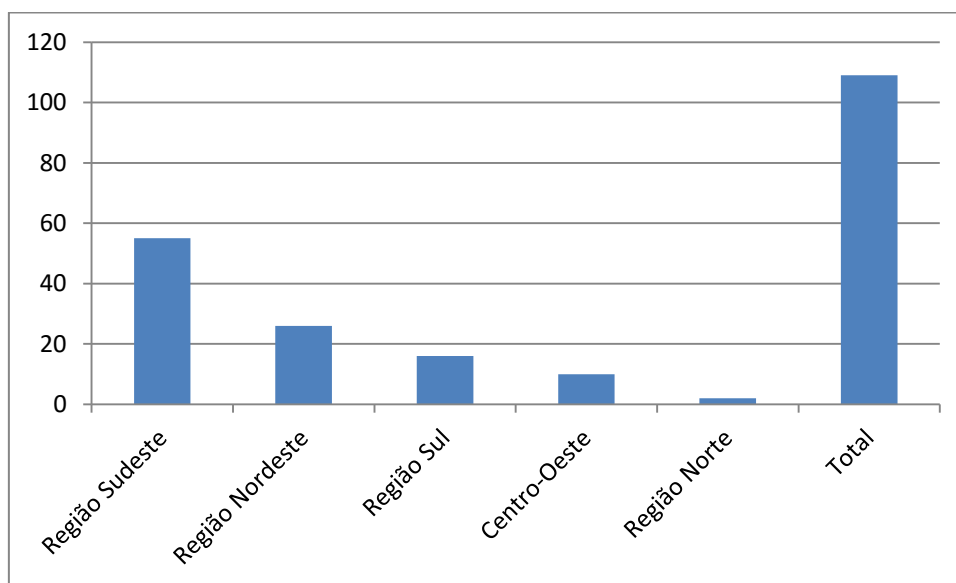
³⁵ CARDOSO, S. R. P. **Associação Sul-Riograndense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe em Pelotas e arredores (1929-1979)**. 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). UFPE, Pelotas, 2011.

³⁶ A REDE ASTE vem se consolidando enquanto espaço de produção do conhecimento na área, seja através de suas publicações, tanto em anais do evento quanto nos livros lançados pelos integrantes da REDE; seja por meio do incentivo à pesquisa sobre os temas nos Programas de Pós-Graduação, uma vez que, muitos de seus membros têm orientado trabalhos nesse campo.

³⁷ Em abril de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o evento intitulado “Associativismo e sindicalismo docente no Brasil”, com o objetivo de reunir pesquisadores das organizações docentes e de estabelecer uma rede de discussão permanente. “A rede possui um eixo unificador bem definido, focado nas pesquisas sobre a organização política dos trabalhadores em educação, e abordagens diferenciadas,

A diferença quantitativa nas produções acadêmicas sobre associativismo e sindicalismo docente também pode ser analisada sob o ponto de vista da relação de cada temática com o contexto regional, considerando que, em ambos os casos, a maior parte é composta de estudos de casos estaduais³⁸. No total de 109 estudos, 55 refere-se a estados localizados na Região Sudeste; 26 sobre a Região Nordeste; 16 sobre a Região Sul; 10 sobre o Centro-Oeste; e, por fim, apenas 02 trabalhos abordaram a Região Norte. Há, portanto, uma distribuição assimétrica que, em termos absolutos, apresenta uma nítida concentração dos estudos de casos sobre as Regiões Sudeste e Nordeste, e menor incidência de pesquisas sobre estados localizados na Região Norte. A diferença no número de estudos entre a Região Nordeste e Sul, no entanto, torna em termos relativos, a Região Sul com um melhor perfil, no campo da pesquisa na área, no que se refere ao aspecto quantitativo. O gráfico a seguir traça um demonstrativo desse quadro.

GRÁFICO 1 – Distribuição das pesquisas sobre associativismo e sindicalismo docente, de acordo com as regiões.



posto que é metodologicamente abrangente". A REDE ASTE, desde então, vem contribuindo tanto na organização dos trabalhos desenvolvidos sobre as temáticas, quanto na sua divulgação, no Brasil e no cenário internacional. Cumpre destacarmos que, em 2010, o evento se expandiu abrangendo pesquisadores internacionais da América Latina, Europa e Estados Unidos. (site <http://nupet.iuperj.br/rede.htm>). Em virtude do site da REDE ASTE encontrar-se em construção, não foi possível realizar uma análise dos anais do evento.

³⁸ Julian Gindin (2009) já havia assinalado esse aspecto em seu artigo. Na análise do autor, dos 89 trabalhos localizados, 83 eram estudos de casos estaduais.

No que diz respeito aos estudos de casos com enfoque na fase do sindicalismo docente, identificou-se semelhante distribuição assimétrica em termos estaduais. O mapa a seguir apresenta a distribuição das pesquisas por estados da federação.

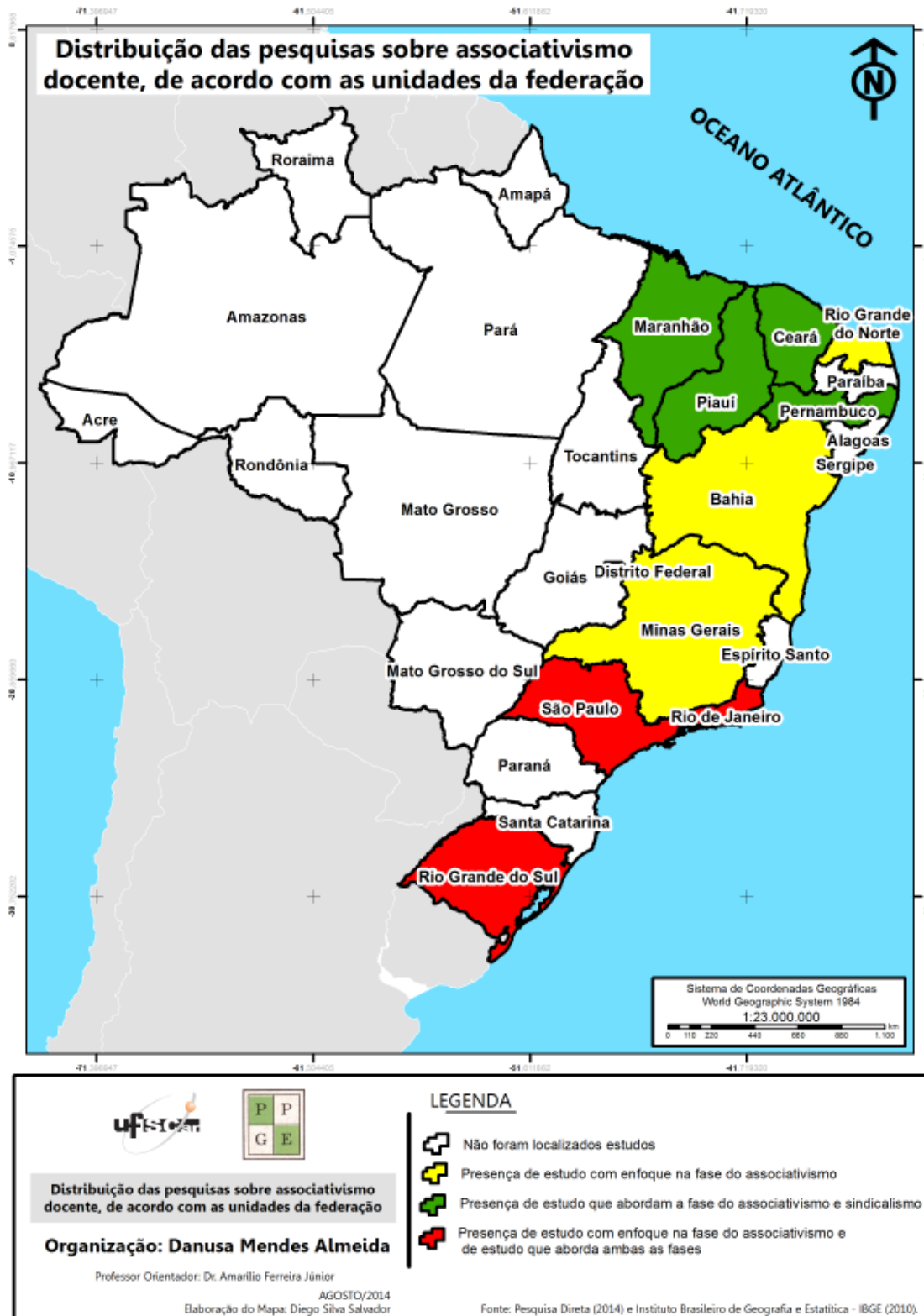
A Região Norte apresenta a maior lacuna nesse campo de pesquisa. No levantamento realizado foram localizadas apenas duas pesquisas sobre estados da referida região. Além da ausência de estudos sobre alguns estados, a mesma apresenta o menor número de pesquisas, dentre as regiões brasileiras. Por outro lado, o mapeamento demonstra uma concentração dos trabalhos na Região Sudeste. A maior parte é referente a estados desta região, especialmente sobre o Rio de Janeiro e São Paulo³⁹. A Região Nordeste, apesar de apresentar maior número de estudos do que a Região Sul, em termos relativos, considerando o número dos estados, a mesma ainda apresenta maiores lacunas. Convém ressaltar que, o estado do Ceará quanto à distribuição dos trabalhos, figura dentre os estados nordestinos que possui maior número de análises, em sua maioria, realizada no *Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira*, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Dentre as sete dissertações, quatro foram desenvolvidas por professores que participaram da liderança do movimento sindical docente, uma característica que percorre a trajetória da pesquisa nessa área⁴⁰.

No tocante ao tema do associativismo docente, percebe-se que as lacunas são ainda mais acentuadas. Nesse caso, os trabalhos se dividem em dois blocos: o primeiro é composto por estudos cujo tema é abordado como objeto de estudo central. Por outro lado, convém assinalar que, algumas abordagens sobre o associativismo docente advêm de trabalhos com enfoque na fase do sindicalismo, haja vista o fato de várias entidades sindicais fundadas após a Carta Magna de 1988, terem sido sucedâneas de associações e, por esta razão, os autores, ao investigarem a trajetória histórica dos sindicatos acabaram por pesquisar sua fase associativa.

³⁹ Essa disparidade regional também pode ser o reflexo do próprio reordenamento dos programas de pesquisa no Brasil.

⁴⁰ GINDIN, 2009.

MAPA II – Distribuição das pesquisas com enfoque na fase do associativismo docente, de acordo com as unidades da federação.



Dos 26 estados da federação, apenas 07 – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia – apresentam estudos que investigaram o período do associativismo como objeto central⁴¹, o que elucida a imensa lacuna presente nesse campo de estudo. Pesquisas que abordam a fase do sindicalismo, entretanto, ampliam o número de estados o que, além dos retrocitados, inclui o Ceará, Maranhão e Pernambuco.

À vista desse quadro, a análise quantitativa do *estado da arte* na pesquisa sobre *associativismo* e *sindicalismo docente* demonstra que este é um campo que ainda se encontra em fase de consolidação. Muitas são as lacunas existentes, resultantes, tanto da ausência de pesquisas que investiguem alguns estados brasileiros, como da ausência de estudos sobre o período do associativismo. No que se refere ao menor interesse pela fase do associativismo, outro elemento que contribuiu para este cenário fora a tendência, fortemente presente nas produções acadêmicas, de investigá-la como uma *pré-história* do movimento sindical docente. Tal abordagem remonta aos primeiros trabalhos sobre o sindicalismo operário no Brasil, cuja valorização do caráter de resistência dos sindicatos levou os autores a interpretarem as experiências associativas no movimento operário do século XIX, como uma espécie de *proto-sindicalismo* do movimento sindical, a qual tenderia a desaparecer com o avanço do sindicalismo.

Na fase de consolidação do campo de estudos sobre a história do movimento operário brasileiro, nos anos 1960, houve uma leitura dos movimentos associativos do século XIX, como *fase embrionária* do movimento sindical, o qual tenderia a desaparecer com a consolidação do sindicalismo. De acordo com Cláudio Batalha⁴², tal concepção já se encontrava presente na obra de José Albertino Guimarães, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*⁴³, quando o mesmo, ao analisar a trajetória do movimento sindical brasileiro, situou as sociedades de auxílio mútuo como uma fase inicial que, conseqüentemente evoluiria para a fase de resistência⁴⁴.

⁴¹ Andrade (2001); Cardoso (2011); Catani (1989); Coelho (1988); Lemos (2006; 2011); Oliveira (2012); Santos Júnior (2006).

⁴² BATALHA, C. H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In.: *Revista Mundos do Trabalho*. v.2. n.4.ago/dez., 2010, p.12-22.

⁴³ RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

⁴⁴ Para Adhemar Silva Jr., “de certa forma, ainda vigora entre os historiadores do trabalho a idéia de que as sociedades de socorros mútuos pertenciam à pré-história do movimento operário e, quando muito, mereciam apenas uma investigação mais motivada pela erudição que pelo desejo de compreensão do próprio movimento social” (SILVA JR., 2004, p.22).

Na esteira dessas análises, a produção nacional sobre o movimento docente, em sua origem, passou a privilegiar a abordagem da luta sindical, reflexo do próprio contexto marcado pela defesa do sindicalismo no setor público. Conforme assinalou Vianna⁴⁵, os primeiros estudos apresentaram uma *visão otimista* do sindicalismo docente e, neste sentido, exaltaram seu caráter político, bem como, seu potencial enquanto mecanismo para a formação política do professor⁴⁶. A crítica às práticas associativas, nesta direção, constituía um dos elementos aduzidos pelas pesquisas, em que a adesão ao movimento, além de representar um instrumento para a conscientização do educador, também significava uma forma de se contrapor às entidades tradicionais fundadas na fase associativa. Esse discurso foi legitimado por suas lideranças e reproduzido nas análises sobre o tema. Tal fator, sem dúvida, contribuiu não somente ao atraso na pesquisa na área do associativismo, especialmente a respeito das experiências no século XIX, mas também, à tendência de investigar a fase do associativismo sob o ponto de vista do movimento sindical. Boa parte dos estudos, sobretudo nos anos 1980, que pesquisaram a trajetória de associações docentes, trabalharam com esta perspectiva.

Embora nas pesquisas a partir da década de 1990, a visão otimista em torno do movimento sindical docente tenha sido substituída pelo enfoque na crise do movimento⁴⁷, percebe-se que tal alteração não modificou o modo de se investigar o período do associativismo, pelos estudos cujo foco se deu na fase de sindicalização. A abordagem sobre a crise no movimento sindical docente centrava-se na fase do sindicalismo, pouco sendo questionado o papel das experiências anteriores à década de 1970, nesta trajetória.

⁴⁵ VIANNA, 1999.

⁴⁶ Exploravam a ideia de que através da luta sindical o professor “adquire consciência política e uma vez produzida, essa consciência forja um novo professor comprometido com uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora e capaz de assumir uma ação crítica em sala de aula”. Além disso, a adesão ao movimento sindical docente era analisada, sob o ponto de vista da “noção de pertencimento de classe”, em que muitos trabalhos do então denominado, primeiro bloco de estudos, “utilizaram o conceito de classe para justificar o pertencimento dos professores à classe trabalhadora, com base nos sucessivos arrochos salariais, para aproximar a escola da fábrica e o professor do operário ou, ainda, para afirmar sua inclusão nas novas classes médias”. (IDEM, p.28).

⁴⁷ No segundo bloco de pesquisa analisado por Vianna, o qual abrangia trabalhos realizados entre os anos de 1992 e 1997, os mesmos apresentaram uma ruptura com o otimismo em torno do papel das organizações docentes, sobretudo, em sua forma sindical, como instrumentos para a transformação da escola e da sociedade, e uma abordagem mais centrada na *crise e no esgotamento das mobilizações* do professorado. O arrefecimento do movimento sindical nos anos 1990, e suas repercussões na ação coletiva docente, em seu conjunto, teriam direcionado o “olhar” dos pesquisadores para os obstáculos enfrentados pelas entidades. Nessa circunstância, a literatura passou a focar na crise e no esgotamento das mobilizações do professorado. A “concepção redentora é substituída pela percepção das fragilidades da ação coletiva”. (IBIDEM, p.36).

Apenas após o surgimento de pesquisas focadas na fase do associativismo foi que teve início um enfoque que rompe com a tendência indicada acima. São trabalhos que, em sua maioria, surgiram a partir do interesse dos autores em investigar a *história da profissão docente no Brasil*, sendo o associativismo analisado, não como uma pré-história do sindicalismo, mas sim, enquanto uma *chave explicativa* para se compreender o processo *sócio-histórico* da profissionalização do magistério. Por esta razão, há o predomínio da pesquisa educacional, em particular, na área da história da educação. Parte significativa dos estudos utiliza como referência o modelo analítico do pesquisador português Antônio Nóvoa⁴⁸, para quem o fenômeno associativo no magistério é visto como “a última etapa do processo de profissionalização da atividade docente, na medida em que corresponde à tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses enquanto grupo profissional”⁴⁹. As organizações coletivas docentes, nesta perspectiva, desempenhariam “um papel fulcral no desenvolvimento de um espírito de corpo e na defesa do estatuto sócio profissional dos professores”⁵⁰. A emergência das práticas associativas estaria, portanto, associada ao movimento de estruturação da profissão docente e demarcação do seu campo profissional⁵¹.

As práticas associativas, desse modo, são valorizadas quanto a sua contribuição no processo de profissionalização da carreira docente. É de destaque nessa área os trabalhos produzidos por Paula Vicentini e Rosário Lugli sobre as experiências do *Centro do Professorado Paulista (CPP)* e da *Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)*, em São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, a principal referência tem sido as pesquisas realizadas por Daniel Lemos, um dos poucos trabalhos que, até o momento, explora a trajetória do associativismo no século XIX. O autor discute a emergência do movimento dos professores no Município da Corte, momento em que situa sua fundamental participação, tanto nos debates educacionais, como nas questões políticas, em voga, no período investigado. O texto utiliza-se do aporte teórico sobre o *mutualismo*, para justificar o seu rompimento com a ideia do associativismo enquanto a pré-história do

⁴⁸ NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In. **Revista Teoria & Educação** (Dossiê interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, p.109-139, 1991; _____. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1999, p.13-34.

⁴⁹ NÓVOA, A., O passado e o presente dos professores. In. NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1999, p.20.

⁵⁰ IDEM, p.20.

⁵¹ IBIDEM.

sindicalismo, buscando captar o significado das práticas associativas, no bojo do processo de profissionalização docente, um aspecto melhor abordado adiante.

Em estudo recente sobre o caso de Pelotas/RS, Sérgio Cardoso, apesar de caminhar na esteira das análises que situa o fenômeno no campo da profissionalização docente, o mesmo explorou uma dimensão, até então, não abordada pelas análises sobre o tema, qual seja, a importância do associativismo na formação de uma consciência de classe na categoria docente. Assim como Daniel Lemos, o autor explicita seu rompimento com a já citada tendência arraigada nos estudos sobre o movimento sindical, contudo, seu estudo sobre a Associação Sul-Riograndense de Professores (ASRP) trabalha de forma específica com a tese de que as associações profissionais de cunho mutualista não eram apenas um espaço para “ações entre amigos”, como foi definida pelo “sindicalismo vermelho”, mas uma entidade que embora não tivesse um cunho revolucionário, lutou pela elevação da classe de professores. Ao analisar a importância das práticas associativas, não somente na profissionalização do magistério, mas também, sua atuação na formação de uma consciência de classe, o autor contribuiu para ampliar o enfoque sobre o tema.

Destarte, as pesquisas sobre o associativismo têm sido fundamentais ao estabelecimento de enfoques que investiguem as experiências associativas sem apresentar como modelo o movimento sindical. Nesta perspectiva, têm ajudado a pensar sobre a importância das experiências associativas para a organização coletiva docente, não somente quanto à trajetória da profissionalização. Não obstante aos avanços na produção acadêmica na área, a fase do associativismo ainda carece de investigações, sobretudo, em razão das experiências terem se desenvolvido em âmbito estadual. Há ainda elementos presentes nessa fase que necessitam ser desvelados.

Nota-se que pouco se tem debatido acerca da relação entre o associativismo e o sindicalismo docente, quando se investiga a trajetória do movimento dos professores públicos. Os estudos que abordam ambas as fases não têm explorado esta dimensão, privilegiando na análise do associativismo a história das associações docentes e seu processo de transformação em sindicatos. Tal dimensão passa a ter relevância quando se pretende refletir acerca dos impasses na construção dos sindicatos docentes, especialmente nos cenários em que houve forte influência do modelo posto pelo associativismo, no período de eclosão e de construção do sindicalismo, a exemplo do caso cearense, em que o surgimento da luta sindical docente no final da década de 1970, ocorreu no momento de fortalecimento das experiências associativas, em torno da

APEOC. A experiência do movimento docente no Ceará, portanto, sugere um estudo sobre o associativismo docente, bem como, de sua relação com a construção do movimento sindical na categoria dos professores das escolas públicas. Nesta direção, de que modo, a produção acadêmica contribui para a delimitação do objeto em estudo?

1.2 – O enfoque das análises sobre o associativismo docente no Brasil: entre o mutualismo, a profissionalização e a construção do campo educacional

O associativismo é indicado como o período que abrange a fase inicial da organização coletiva do magistério público, no século XIX, até meados da década de 1970. O principal enfoque dos autores tem se dado na abordagem da sua relação com a profissionalização docente. De acordo com Antônio Nóvoa, tal processo pressupõe a constituição de um conjunto de elementos que inclui, dentre outros, o *exercício da atividade docente em tempo integral*; a *obtenção de uma licença oficial no bojo do processo de estatização do ensino*; e o *acesso a uma formação profissional na área do magistério*⁵². A delimitação desse campo profissional, portanto, caminhou paralelo à construção do próprio campo educacional, uma vez que, as determinações voltadas ao exercício da docência foram sendo construídas pelo poder público no âmbito da elaboração de suas medidas na área da educação. Como salientou Vicentini e Lugli,

à medida que o Estado foi assumindo gradativamente o controle da educação formal, procurando definir conteúdos e os comportamentos que deveriam ser cultivados pela escola, os principais responsáveis por esse empreendimento – os professores – encontraram as condições necessárias para a sua profissionalização, uma vez que esse processo se desenvolveu, sobretudo, em função das iniciativas empreendidas pelo Estado para o seu recrutamento, formação e contratação⁵³.

Como parte da trajetória sócio histórica da profissão docente surgiu o movimento associativo. Por outro lado, identifica-se, com base nos estudos sobre o tema, outra dimensão relacionada ao surgimento do associativismo no magistério, qual seja, a necessidade do mesmo se organizar coletivamente em busca de prover assistência mútua. Ao se analisar a evolução histórica da organização coletiva nesta fase, percebe-se a presença do mutualismo nas associações docentes, desde o século

⁵² NÓVOA, 1999.

⁵³ VICENTINI & LUGLI, 2009, p.14.

XIX. Qual a relação entre *associativismo* e *mutualismo* no movimento dos professores das escolas públicas?

Essa questão tornou-se relevante, em razão de autores denominarem por *associações mutualistas*, as entidades docentes fundadas entre o século XIX e a fase da Primeira República⁵⁴. No entanto, é importante assinalar o fato do *mutualismo*, no sentido genérico, ser um objeto de estudo investigado como parte do fenômeno associativo. As *sociedades ou associações de auxílio mútuo* representaram no século XIX, um dentre os diversos tipos de entidades que caracterizaram o associativismo no Brasil, sendo o *mutualismo* um objeto específico de estudo que passou a fazer parte das produções acadêmicas na década de 1990⁵⁵. Apesar dos problemas no levantamento de dados sobre o fenômeno no século XIX⁵⁶, a pesquisa nessa área vem crescendo, especialmente a investigação das associações mutualistas, as quais tiveram predomínio, em detrimento das sociedades de resistência, no referido período.

No que se refere aos tipos de associações fundadas no Brasil, o texto, *Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX*, de Ronaldo Pereira de Jesus, constitui um dos poucos trabalhos que realiza um quadro geral dos modelos de entidades, bem como, de suas principais características. No quadro abaixo, encontram-se as informações coletadas pelo autor, baseadas nos arquivos do *Conselho de Estado*⁵⁷.

⁵⁴ Erlando Rêses denomina por associações mutualistas as entidades docentes da educação básica fundadas no Brasil entre 1901 a 1931 (RÊSES, 2008). Já Sérgio Cardoso, trabalha com a denominação, “associação profissional de caráter mutualista” (CARDOSO, 2011).

⁵⁵ Dentre os fatores que corroboraram ao atraso na pesquisa sobre o associativismo e, especificamente o mutualismo, podem ser indicadas as dificuldades no acesso a informações, mas, sobretudo, a não valorização na produção acadêmica, em especial sobre o movimento operário, das práticas associativas, no momento em que teve início a organização desse campo de estudo.

⁵⁶ De modo geral, os estudiosos têm demonstrado dificuldades de se tentar compreender claramente o fenômeno do associativismo no século XIX, não somente pela ausência de algumas fontes, mas também em virtude da indefinição presente nas fontes encontradas, o que demonstra, por sua vez, a própria dificuldade do Estado Imperial, em classificar os tipos de sociedades, haja vista o fato de os registros, na maioria das vezes, situarem as associações em categorias que nem sempre corresponde a sua finalidade.

⁵⁷ Na segunda metade do século XIX, toda a documentação das associações fundadas era enviada para a *Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado*. Essa documentação, atualmente encontra-se localizada no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. (JESUS, R. P., **Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)**, Locus, revista de história, Juíz de Fora, n.13, v.1, p. 144-170, 2007).

Quadro I – Tipos de entidades do século XIX e suas características⁵⁸

TIPO DE SOCIEDADE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<i>Mutuais</i>	- Entidades destinadas a oferecer socorro aos que nela são associados, estabelecendo, portanto, uma relação <i>horizontal</i> entre os membros, em que os mesmos precisam dar uma contrapartida financeira.
<i>Irmandades Leigas</i>	- Associações laicas de religiosos originadas antes das mutuais, no intuito de apoiar a igreja por meio da disseminação e do fortalecimento da fé católica.
<i>Corporações de ofício</i>	- Entidades voltadas à transmissão e proteção de um saber específico.
<i>Filantrópicas</i>	- Entidades destinadas a oferecer socorro aos necessitados, estabelecendo com estes um relação <i>vertical</i> , ou seja, sem que os mesmos tenham que dar uma contrapartida financeira.
<i>Seguradoras</i>	- São companhias privadas com fins lucrativos que vendiam serviços semelhantes às mutuais.

De acordo com os dados, percebe-se que ao lado das mutuais havia outros modelos de associações, desde as filantrópicas, religiosas à sociedades de caráter científico e de instrução, sendo, portanto, variadas as experiências associativas. Além da diversidade presente no associativismo, quanto aos tipos de entidades, torna-se mister destacar as variações presentes no perfil dos associados, o que tornavam múltiplas as possibilidades de modelos existentes. A esse respeito, tomando como referência dados sobre o mutualismo que, dentre os modelos acima apresenta, atualmente, maior número de pesquisas⁵⁹, a maioria das mutuais eram organizações de trabalhadores⁶⁰. Contudo, conforme assinalou Cláudio Batalha, embora este perfil predominasse nas associações mutualistas, o mesmo verificou que o mutualismo,

⁵⁸ IDEM.

⁵⁹ Apesar do associativismo no século XIX não se limitar às experiências mutuais, o estudo do mutualismo ainda é o que vem obtendo a maior atenção dos pesquisadores brasileiros, talvez em virtude de ter sido o modelo que mais predominou, dentre os que foram fundados no referido século.

⁶⁰ É importante ressaltar que as sociedades de trabalhadores no século XIX não se restringiam apenas as mutuais, havendo outros modelos como, os montepios, cooperativas, beneficentes, educativas e culturais (BATANHA, C. H. M. Uma outra consciência de classe?. **Anais do XIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, out/1990).

[...] não era uma exclusividade de trabalhadores; havia, por exemplo, sociedades de auxílios mútuos com base na origem nacional que não restringiam a adesão ao ramo de atividade dos sócios, ainda que, na maioria dos casos, reunissem sobretudo os comerciantes estrangeiros residentes na cidade que eram de uma mesma origem nacional⁶¹.

De fato, há uma abordagem na pesquisa acerca do mutualismo que o investigou enquanto fenômeno mais amplo. Ainda segundo Batalha,

A produção acadêmica que, nos últimos anos tem tratado das sociedades de auxílio mútuo adota dois enfoques distintos – em princípio, não contraditórios – para lidar com essas organizações. Um concebe o mutualismo como fenômeno amplo e pluriclassista⁶² e o outro prefere interpretá-lo como uma das formas de organização dos trabalhadores⁶³.

No primeiro caso, citando como exemplo dados da pesquisa de Adhemar Silva Júnior sobre o mutualismo no cenário gaúcho⁶⁴, os tipos mais presentes nas sociedades de socorros mútuos, no Rio Grande do Sul, eram as de caráter *étnicos e/ou nacionais e sócios profissionais*. Embora nas pesquisas do referido autor, o mesmo afirme que as experiências associativas de caráter mutual não se restringiam apenas ao aspecto financeiro⁶⁵, o surgimento dessas sociedades de auxílio mútuo, bem como, das beneficentes, filantrópicas, montepios, dentre outros, de modo geral, pode ser associado à ausência de políticas previdenciárias, considerando o modelo de Estado brasileiro, na época do Império. Tal análise encontra-se presente na pesquisa de Silvia Petersen, que investigou o mutualismo no movimento operário do Rio Grande do Sul, cuja sua promoção nas organizações operárias no século XIX, no estado retrocitado, foi analisada como resultante da necessidade da classe trabalhadora de se proteger perante as instabilidades postas pela economia capitalista industrial. A partir da análise desse processo na Europa do século XIX⁶⁶, a autora compreende que,

⁶¹ IDEM, p.59.

⁶² Fazem parte desse grupo os seguintes autores: Tânia Regina de Luca, Adhemar Lourenço da Silva Júnior, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus. (BATALHA, 2010).

⁶³ IDEM.

⁶⁴ SILVA JR., A. L. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). In. **Estudos Ibero-Americanos**. Revista do Departamento de História. V. XXV, n.2, p. 147-174, dezembro, 1999.

⁶⁵ SILVA JR., A. L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). In. **Locus**. Revista de História. V.5, n.2, p.73-88, 1999.

⁶⁶ A autora toma como referência as análises de Mikel Aizpuru e Antônio Rivera (PETERSEN, S. R. F. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário gaúcho. In. **Cadernos do ISP**. Pelotas. nº11. dez/1997, p.5-20).

a liberdade de movimentos que a nova sociedade industrial trouxe consigo aparelhou também uma individuação crescente e a caracterização de um sujeito ao mesmo tempo tão ‘livre’ quanto desprotegido. Não é de estranhar, então, que desde cedo os trabalhadores imaginassem fórmulas com as quais pudessem obter um certo amparo na desgraça. A esta necessidade correspondeu o fenômeno associativo operário mais característico das primeiras décadas da industrialização: o *mutualismo*⁶⁷.

No caso brasileiro, embora o país não atravessasse um processo de desenvolvimento econômico semelhante aos países europeus, há que se considerar a presença de um modelo de Estado liberal, permeado pela ausência de um aparato institucional que provesse benesses às camadas menos favorecidas economicamente. Tal aspecto justificava a iniciativa de diversos setores da sociedade de se organizar coletivamente em busca de proteção social. Foi nessa conjuntura que teve início a fase do associativismo no magistério público.

De acordo com a pesquisa, *Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial*, realizada por Daniel Lemos, as primeiras experiências de que se tem notícia surgiram por volta da década de 1860, no Rio de Janeiro, através da iniciativa dos professores primários, “um traço comum na organização docente [...] nesse momento em que as associações se organizam tendo por base o grau de ensino”⁶⁸. O esboço das associações docentes até então localizadas no Brasil, entre 1860 e 1900, apresenta um total de 17 entidades⁶⁹, como pode ser observado no quadro abaixo.

⁶⁷ IDEM, p.06.

⁶⁸ LEMOS, 2011, p.149.

⁶⁹ A maior parte das entidades foi retirada da pesquisa de Daniel Lemos e, assim como salientou o autor, é provável que estas não correspondam à totalidade de associações existentes nessa fase. Da mesma forma aventa-se a hipótese de que outras experiências deverão ser incorporadas ao quadro, na medida em que os novos estudos sobre o associativismo docente nos demais estados brasileiros venham a ser realizados. As dificuldades na coleta de dados devem ser consideradas como um fator que tem inviabilizado estudos que abordem a trajetória de cada entidade citada no quadro acima, e nem a localização de todas as experiências existentes neste período.

Quadro II – Associações docentes fundadas nas décadas de 1860 a 1900⁷⁰

Estado	Ano	Associação
	RJ	Academia Pedagógica
1871	RJ	Instituto dos Diretores, Subdiretores e Professores
1874/1875	RJ	Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte
1875	RJ	Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
1877	RJ	Associação dos Professores Públicos da Corte
1877	RJ	Instituto Pedagógico
1877	RJ	Sociedade Ateneu Pedagógico
1878	PE	Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco
1880	RJ	Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte
1882	RJ	Casa Beneficente da Corporação Docente do RJ
1883	RJ	Associação de Seguro Mútuo Escolar
1883	RJ	Associação dos Professores do Magistério Público e Particular
1884	RJ	Caixa Beneficente da Corporação Docente
1885	RJ	Associação Beneficente dos Professores do Magistério Público e Particular
1888	RJ	Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte
	RS	Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul

Tomando como referência dados sobre a experiência no Município da Corte, presente no estudo de Daniel Lemos, apesar do mesmo não abordar a trajetória das associações⁷¹, na análise da emergência do movimento associativo dos professores cariocas, o autor averiguou que, enquanto entidades destinadas a representar a categoria dos professores, em seu conjunto, estas vieram revestidas de diferentes modelos,

[...] que iam, das beneficentes/auxílios aos profissionais, passando pelas de socorro mútuo e pelos montepios. Algumas de caráter mais corporativo/associativo, outras de perfil formativo/científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas numa mesma organização⁷².

⁷⁰ CUNHA, L. A., A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. In. **Educação e Sociedade**. Ano III. nº 9, mai., 1981, Campinas/CEDES, São Paulo, Cortez, p.05-48; LEMOS, 2011.

⁷¹ Na pesquisa de Lemos, por exemplo, citando o próprio autor, “neste trabalho não busquei localizar todas as experiências associativas dos professores no referido período, tampouco analisei a trajetória das associações localizadas. Meu interesse maior foi perceber como surgiram essas associações, perceber a gênese, o momento de emergência desse modelo associativo”. (IDEM, p.171).

⁷² IBIDEM, p.169.

As associações docentes na Corte Imperial, desta forma, apresentaram características semelhantes a três tipos de sociedades do século XIX: as *mutuais*, as *profissionais* e as *científicas*. Um traço comum no associativismo docente é que tais características poderiam fazer parte das finalidades de uma mesma entidade, um aspecto que também irá perpassar as experiências erigidas no século XX. A presença de diferentes finalidades sugere, portanto, que fatores diversos estiveram associados à sua emergência, na fase abrangida pelo quadro acima.

No que se refere ao caráter mutual é provável que a experiência no magistério tenha relação com o mesmo contexto que deu origem ao mutualismo em outros segmentos da sociedade brasileira. Da mesma forma que alguns setores sociais se organizaram com objetivo de prover assistência, a categoria do magistério primário, talvez em razão da situação precária já apresentada no final do período Imperial⁷³, tenha se mobilizado no sentido de prover amparo social aos mestres e seus familiares, diante do absentismo do Estado. Embora o autor retrocitado não tenha explorado essa dimensão há que se considerar a ausência de um modelo de Estado provedor de políticas sociais, como fator que impulsionou o surgimento do mutualismo, em particular na organização coletiva docente, uma vez que o mesmo instigou diversos setores da sociedade a se mobilizar em busca de proteção social. O caráter mutual, tão presente no movimento associativo no século XIX, constituiu, desta forma, um traço característico do associativismo docente nessa fase, considerando a necessidade dos professores de buscarem proteção social, diante da ausência de políticas previdenciárias, um aspecto que pode vir a ser aprofundado em estudos posteriores.

Os registros localizados na pesquisa de Lemos apresentam um conjunto de cinco entidades fundadas nas décadas de 1870 e 1880 no Rio de Janeiro, que sugerem em seu nome o socorro mútuo, quais sejam: a *Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro (1881)*; a *Casa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro (1882)*; a *Associação de Seguro Mútuo Escolar (1883)*; a *Caixa Beneficente da Corporação Docente (1884)*; e a *Associação Beneficente dos Professores do Magistério Público e Particular (1885)*. A pesquisa, entretanto, não apresenta dados

⁷³O primeiro capítulo da tese de Daniel Lemos faz uma abordagem sobre a situação do magistério primário do Município da Corte, demonstrando um quadro precário nas condições de vida dessa categoria. No capítulo 05, o autor afirma ser os professores primários os “impulsionadores do associativismo docente, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida” (LEMOS, 2011, p.149).

específicos sobre o objetivo central de cada sociedade, nem indícios de sua atuação, o que, por sua vez, não permite afirmar que estas tenham tido como finalidade precípua promover, exclusivamente, o mutualismo. Dentre as organizações citadas acima, há apenas informações mais precisas sobre o *Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro* que, de acordo com seus estatutos⁷⁴, apresentou o objetivo de promover “a beneficência aos sócios”, sem a especificação de quais seriam os tipos de auxílios.

É possível que algumas destas entidades possam ter indicado dentre suas finalidades outros aspectos para além do socorro mútuo, da mesma forma que outras entidades, cujo propósito central transcendia o caráter mutual, incluíram o auxílio aos sócios dentre suas finalidades, a exemplo do *Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte* fundado em 1880. Apesar de ter definido em seus estatutos como objetivo principal “acompanhar o desenvolvimento da ‘sciencia pedagógica’”⁷⁵, o mesmo previa o auxílio aos sócios no corpo de suas finalidades. Através dos seus estatutos verificam-se como exemplos dos tipos de auxílio adotados para prover a ajuda aos sócios, o *socorro por doença*⁷⁶, bem como o *apoio ao funeral e pensão à família do sócio, no caso de seu falecimento*⁷⁷.

Sabe-se, portanto, que outros fatores também estiveram associados ao aparecimento do associativismo docente, neste período, uma vez que na organização coletiva docente houve finalidades que transcenderam o caráter mutual, as quais diziam respeito a *questões formativo-científica e profissional*. Estas, por sua vez, encontram-se diretamente relacionadas à construção do campo educacional e ao progressivo aumento do controle do Estado neste setor.

A participação dos professores, não somente nos debates educacionais, mas nas questões políticas que marcaram os últimos decênios do século XIX, foi objeto de análise nas pesquisas de Daniel Lemos e Angélica Borges, a respeito do caso do Município da Corte. De acordo com os autores,

⁷⁴ Seus estatutos encontram-se arquivados no Setor de Obras Raras Biblioteca Nacional.

⁷⁵ LEMOS, 2011, p.180.

⁷⁶ Daniel Lemos destaca que tal socorro apenas seria concedido no caso dos fundos do Grêmio destinados a esse fim estarem acima dos 500\$000. (IDEM, p.184).

⁷⁷ “O Grêmio entendia por família, para efeitos de auxílios, a viúva (que tivesse vivido em companhia do marido), os filhos legítimos ou legitimados, as irmãs solteiras ‘honestas’ e o pai inválido. No caso da morte de uma sócia, o viúvo não teria direito à pensão”. (IBIDEM, p.184).

A sociedade carioca se agitou a partir da década de 1870, pois a cidade do Rio de Janeiro sofreu um crescente processo de urbanização. A Corte se movimentava com a força das idéias como o Abolicionismo e a República. As reformas administrativas e políticas e o voto dos alfabetizados eram algumas das questões que imprimiam o tom dos debates, e nesse cenário a educação ocupava um importante papel, sendo intensamente discutida. Diversos projetos estavam colocados em disputas, representando diferentes concepções relativas ao processo de construção do Estado e da nacionalidade. Os professores encontravam-se no centro dessa disputa, não somente como aplicadores de uma política pensada de fora da classe, mas como questionadores e aplicadores⁷⁸.

Para os autores, a *imprensa* representou um dos principais veículos utilizados pelos docentes para manifestar-se sobre temas diversos, como os citados no excerto acima⁷⁹. Por meio dos arquivos dos jornais os mesmos identificaram a preocupação e o envolvimento dos mestres com as questões políticas da época. No que se refere especificamente às questões pedagógicas, papel fundamental na trajetória do movimento associativo do século XIX é atribuído às *Conferências Pedagógicas*⁸⁰, realizadas a partir do ano de 1873, na medida em que proporcionaram o encontro de professores cujo propósito era debater aspectos relacionados à educação, bem como assuntos referentes à sua prática profissional. No texto de Luiz Antônio Cunha, *A organização do campo educacional: as conferências de educação*, publicado em 1981, o autor já havia ressaltado a articulação entre as Conferências Pedagógicas e a experiência associativa no magistério. Para o autor,

As conferências de educação constituem um *momento* do processo de organização do campo educacional: o momento da consciência da especialidade da educação, em particular da educação escolar. Esse momento se articula, em termos de ação recíproca, com outros momentos, como é o caso relevante da constituição das entidades

⁷⁸ BORGES, A.; LEMOS, D. C. de A. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primário no século XIX. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas:** associações e sindicatos dos trabalhadores em educação, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009, p.01.

⁷⁹ A *imprensa pedagógica* também constituiu um mecanismo, traço que também será marcante no associativismo no século XX.

⁸⁰ Segundo Luiz Antônio Cunha, as Conferências Pedagógicas estavam previstas desde o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, em seu Artigo 76. Entretanto, a ideia somente foi retomada em 1872, sendo a primeira Conferência realizada em 1873. Para Cunha, na Conferência no Rio de Janeiro, “os professores deveriam abordar temas sobre ‘regime interno das escolas, método de ensino, sistema de recompensas e punições para os alunos, expondo as observações que tragam colhido de sua prática e da leitura das obras que hajam consultado”. (CUNHA, 1981, p.07)

profissionais de docentes e outros especialistas, dedicados à defesa de interesses corporativos.

Nesta direção, cita como exemplo o caso da Conferência Pedagógica realizada em 1878, na província de Pernambuco⁸¹, e de sua relação com o *Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco*, entidade fundada em 1879.

Baseando-se em dados coletados em sua pesquisa⁸², Cunha ressaltou que o Grêmio teria exercido um importante papel nas conferências pedagógicas, participando ativamente de outros espaços, como nos debates sobre a instrução pública, na Assembleia Provincial Legislativa. A contribuição das Conferências para a instrução pública em Pernambuco, no século XIX, também foi destaque no estudo de Margarete Maria da Silva, a respeito da temática⁸³. Através da análise da *Lei n° 369* de 1855 a autora conclui que,

[...] os professores teriam a oportunidade de se reunir nas chamadas “Conferências Pedagógicas”, para congregarem sobre assuntos que interessassem ao regime interno das escolas, métodos e programas de ensino, entre outros. Logo, esse encontro pedagógico parecia proporcionar aos professores um espaço de socialização e discussão sobre diversos temas relativos à educação⁸⁴.

No estudo de Daniel Lemos sobre o associativismo no Município da Corte⁸⁵, o autor reafirma a relação entre as Conferências⁸⁶, a construção do campo educacional e o movimento associativo docente, situando a fundação do *Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte*, no bojo das Conferências realizadas no Município da Corte, dois anos após a criação do Grêmio na província de Pernambuco. Os Grêmios de Pernambuco e do Rio de Janeiro, ambos apresentavam modelos de associação profissional, embora mantivesse em suas finalidades a função de prover

⁸¹ A província de Pernambuco, em 1855, aprovou a *Lei n° 369*, um dispositivo legal semelhante ao do Decreto n° 1.3331-A, que em seu Artigo 77, instituiu as Conferências Pedagógicas. A primeira Conferência, no entanto, também só viria a ser realizada nos anos 1870, precisamente em 1878. (SILVA, M. M. da., **Conferências pedagógicas na província de Pernambuco (1855 – 1879)**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 13/11/2013).

⁸² As informações foram retiradas pelo autor do trabalho, *Estudo sobre o ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte*, de João Barbalho Uchoa Cavalcanti, publicado no ano de 1879.

⁸³ SILVA, M. M. da. **Conferências pedagógicas na província de Pernambuco (1855 – 1879)**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 13/11/2013.

⁸⁴ IDEM, p.07.

⁸⁵ A Reforma Couto Ferraz (1854), abrangeu um conjunto de medidas na área do ensino primário e secundário. Participaram das conferências professores públicos e privados, sendo obrigatória a participação dos professores primários do Município da Corte. (BORGES & LEMOS, 2009).

⁸⁶ O capítulo 4 da tese de Daniel Lemos é dedicado à análise das Conferências Pedagógicas no Corte Imperial.

assistência a seus associados. No que se refere à dimensão profissional, de acordo com Lemos, a luta no movimento associativo no século XIX pautou-se em três pontos – *melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira*⁸⁷.

Com base nos dados esboçados pelos estudos sobre as associações docentes de cunho profissional do século XIX, percebe-se que, em geral, eram bastante semelhantes suas finalidades. No caso do *Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco*, a entidade objetivava “ampliar e desenvolver a instrução entre seus associados, cuidar do bem-estar dos mesmos, promover o melhoramento do ensino público pelo aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos e criar um montepio em benefícios dos sócios”⁸⁸. Percebem-se, desta forma, semelhanças em relação aos objetivos expostos nos estatutos do Grêmio no Rio de Janeiro, citado anteriormente.

É certo que após o advento da República “as associações de perfil de socorro mútuo vão cedendo espaço para outras de perfil mais profissional”⁸⁹. Embora tenha havido uma significativa preocupação com o provimento do auxílio mútuo nas organizações docentes do século XIX, já no final da década de 1880 o caráter profissional tendeu a tornar-se mais presente nas associações docentes, em resposta a maior intervenção do poder público na área educacional, aspecto que se intensificou no século XX, como consequência das ações do Estado neste setor, especialmente a partir dos anos 1930, quando começam a se esboçar as políticas educacionais destinadas a organizar o sistema de ensino em nível nacional.

A ênfase no modelo profissional não significou o esgotamento do mutualismo, de maneira que este se tornou característica bastante presente no associativismo docente no século XX, mesmo após a instauração do modelo de Estado Provedor, a partir dos anos 1930⁹⁰. Aspectos referentes à profissionalização, contudo, ganham destaque, o que incluiu *questões salariais, as formas de habilitação do magistério, a legalização dos concursos públicos de provas e títulos*, dentre outros aspectos. Dito de outro modo, o foco central do movimento associativo no século XX não foi a promoção do mutualismo, mas sim, corroborar com a profissionalização do magistério e a construção do campo educacional.

⁸⁷ LEMOS, 2011, p.170.

⁸⁸ CUNHA, 1981, p.06.

⁸⁹ LEMOS, 2011, p.171.

⁹⁰ Após a década de 1930 no Brasil, com o advento da Era Vargas (1930-1945), houve o surgimento de um conjunto de medidas no campo das políticas sociais, com a maior participação do Estado neste setor.

Além do enfoque nas questões elencadas acima, outros fatores a respeito das experiências do século XX merecem ser elucidados, com base na leitura dos estudos sobre associativismo docente, quais sejam, as diferenças regionais e nas trajetórias do magistério primário e secundário, resultantes da heterogeneidade da categoria, cujo impacto se deu na organização coletiva docente. Em geral, embora tenha havido experiências de associações voltadas a representar professores, independentemente do nível de ensino, na fase associativa houve a tendência de o magistério do antigo curso primário e secundário, se organizar em torno de associações específicas, fragmentação esta que reflete a própria heterogeneidade da categoria, haja vista que a mesma engloba profissionais que atuam em diferentes níveis⁹¹. Cada segmento apresentou trajetória específica em relação à formação, remuneração, as formas de regulamentação pelo poder público e singularidades no que diz respeito ao exercício das tarefas docentes. Essa fragmentação também se expressou nas formas de organização coletiva, com a criação de entidades destinadas a defesa de seus interesses profissionais. Como já indicam alguns estudos, não por acaso o magistério primário foi o grupo que primeiro buscou se organizar coletivamente, uma vez que as iniciativas no campo da profissionalização tiveram precedência neste nível de ensino, na medida em que o poder público assumiu, de forma mais efetiva, o controle da escolarização primária, por meio das iniciativas estaduais⁹². A responsabilidade da esfera estadual na formação do sistema nos referidos níveis, por sua vez, ocasionou disparidades regionais.

Outros fatores indicados pelos estudos que abordam as experiências associativas do magistério no século XX foram à influência do escolanovismo na organização coletiva docente e da política de expansão do ensino público. Tais fatores são abordados a seguir.

⁹¹ ENGUIITA, Mariano F., A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In **Revista Teoria & Educação** (Dossiê interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, p.41-61, 1991.

⁹²VICENTINI& LUGLI, 2009.

1.2.1 – Panorama do associativismo docente no século XX: variações regionais e as diferentes trajetórias da organização docente no ensino primário e secundário

A respeito da trajetória das associações docentes do magistério primário e secundário no Brasil, as produções acadêmicas explicam suas diferenças a partir da configuração das políticas educacionais brasileiras. Como assinalou Paula Vicentini, no texto, *A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos*, a política republicana, ao reafirmar a tônica da estrutura herdada pelo Império⁹³, estabeleceu “condições diversas à profissionalização do seu corpo docente e o movimento de organização da categoria pela melhoria do seu estatuto profissional”⁹⁴. Com efeito, os estudos de caso sobre a história das associações docentes têm demonstrado marcos cronológicos diferenciados, uma vez que a organização coletiva dos professores, em sua origem, seja no nível primário ou secundário, foi sendo condicionada pelas políticas estaduais no campo da educação.

As experiências associativas docentes, até então identificadas, demonstram que, a despeito das iniciativas no século XIX, é somente no século XX que o movimento de organização coletiva do magistério público, em torno de associações, teve impulso. Nessa conjuntura, dois aspectos podem ser elucidados na análise do cenário nacional: 1º) A distribuição das associações de acordo com as regiões brasileiras; e 2º) A relação entre as experiências no magistério primário e secundário.

De acordo com o panorama atual das pesquisas na área, o conjunto das entidades fundadas até meados do século XX evidencia a ausência de iniciativas em alguns estados brasileiros e o protagonismo do professorado das instituições escolares de nível primário, conforme se observa pelos dados abaixo.

⁹³ No período imperial o governo central promulga a Lei nº 16 (Ato Adicional de 1834), que institui um modelo descentralizado, delegando às Assembleias Legislativas Provinciais, a responsabilidade com o nível primário, secundário e técnico e ao Governo Geral, a atribuição de organizar os níveis superior e secundário, este último apenas no Município da Corte. Tal modelo favoreceu o surgimento de disparidades entre os vários sistemas que foram se estruturando no País. As diferenças regionais, por sua vez, tiveram impacto na trajetória da profissionalização docente, aspecto que explica o fato da história da profissão docente apresentar especificidades, de acordo com a região analisada.

⁹⁴ VICENTINI, P. P., *A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos*. In: BASTOS, M. H. C.; STHEFANO, M. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 337.

Quadro III – Associações docentes fundadas na primeira metade do século XX (1901 - 1949)⁹⁵

Período Fundação	Entidade	Estado/Cidade	Nível de ensino ⁹⁶
1901-1919	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	SP	Primário
1906	Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná	PR	-
1906	União do Magistério Mineiro	MG	Prim./Secundário
1909	Associação dos Professores do Brasil	RJ/DF	Prim./Sec./Sup.
1912	Associação Pedagógica Almir Nina	MA	Primário
1919	Liga do Professorado Católico	SP	
1920	Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN)	RN	Prim./Secundário
1926	Confederação do Professorado Brasileiro (privado, deu origem ao sindicato em 1931)	RJ/DF	Secundário
1928	Associação do Professorado Católico	DF	
1929	Associação Sul Rio-Grandense de Professores	Pelotas/ RS	Prim./Secun./Sup
1929	Centro do Professorado Primário de Pernambuco	PE	Primário
1930	Centro do Professorado Paulista – CPP	SP	Primário
1931	Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	MG	Primário
1931-1939	Associação das Professoras Normalistas do Maranhão	MA	Primário
1932	Centro do Magistério Livre de São Paulo	SP	-
1933	Associação Cultural dos Professores	SP	-
1933	Associação dos Professores Primários do Distrito Federal	RJ/DF	Primário
1934	Associação dos Professores Secundários	SP	Secundário
1935	Associação Paulista dos Professores Secundários	SP	Secundário
1936	Associação das Professoras	SP	-
1938	Centro dos Professores Primários	RJ/DF	Primário
1945	Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul	RS	-
1945	União dos Professores Primários Estaduais	RJ/DF	Primário
1945	Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo	SP	Secundário
1947	Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia	BA	Primário
1948	União dos Professores Primários do	RJ/DF	Primário

⁹⁵ Os dados presentes no quadro foram retirados, em sua maioria do mapeamento realizado por Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009), presente na obra, *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. No entanto, acrescentamos dados de outros estudos, que não haviam sido inseridos no mapeamento das autoras, a saber: Cardoso (2011); Rêses (2008); Oliveira (2011); Santos (2008) e Silva (2013).

⁹⁶ Os espaços em branco indicam que não há referência sobre a delimitação da categoria que integra a associação.

	Distrito Federal		
1949	União dos Professores Primários	SP	Primário

Apesar de o quadro sugerir a maior presença de iniciativas na Região Sul e Sudeste, é preciso ponderar o fato de haver lacunas nesse panorama, reflexo da ausência de estudos sobre determinados estados brasileiros, considerando a centralidade das pesquisas nas referidas regiões⁹⁷. Os dados acima podem ser elucidativos dos problemas na produção acadêmica.

Nos últimos anos, estudos desenvolvidos sobre o associativismo nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul⁹⁸, apresentaram experiências associativas que não constavam no primeiro mapeamento sobre o associativismo docente no Brasil, realizado em 2009, por Paula Vicentini e Rosário Lugli. Curiosamente, os três estudos associam a fundação das entidades ao papel do movimento escolanovista, em particular da *Associação Brasileira de Educadores* (ABE), fundada em 1924, por intelectuais sintonizados com as ideias da Escola Nova, aspecto que será analisado no tópico a seguir. Neste sentido, percebe-se que ainda é válida, a relação entre a fundação de entidades e as experiências no campo das políticas educacionais.

O mapeamento das iniciativas até meados do século XX também demonstra que, no que tange à situação das entidades, de acordo com os níveis de ensino, apesar da fundação de associações voltadas a representar todos os segmentos do professorado – primário, secundário, superior, das escolas públicas e/ou particulares – a incidência maior se deu na organização coletiva do magistério primário, característica presente no associativismo docente no século XIX. A esse respeito, convém destacar que na evolução do sistema de ensino brasileiro, a participação da União com vistas à expansão das escolas de primeiras letras se deu inicialmente neste nível de ensino, o que corroborou para sua emergência, notadamente a partir da Primeira República⁹⁹.

⁹⁷ É importante salientar que os dados do Quadro III não englobam todo o universo do associativismo docente no Brasil. Como já havia sido atestado por Vicentini e Lugli (2009), há lacunas presentes nas pesquisas com carência de estudos que investiguem a história do associativismo em vários estados brasileiros. Essa lacuna se acentua na medida em que buscamos informações acerca dos últimos decênios do século XIX e início do século XX.

⁹⁸ São os seguintes estudos: CARDOSO, S. R. P. **Associação Sul-Riograndense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe em Pelotas e arredores (1929-1979)**. 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). UFPE, Pelotas, 2011; SANTOS, J. M. **A transformação da associação de professores do Rio Grande do Norte (APRN) em Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1986-1990)**. 2008. 91 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, Natal, 2008; e SILVA, R. C. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013. 257 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). UnB. Brasília, 2013.

⁹⁹ A Carta Constitucional de 1891 havia atribuído aos estados federados à responsabilidade em prover o nível de instrução primária, uma herança do período anterior. A União, entretanto, mesmo sem um regime

Inúmeros fatores contribuíram para a maior participação do governo federal na ampliação da rede primário de ensino, com destaque ao advento da retórica do analfabetismo como um problema nacional¹⁰⁰ e da ideia que associou o acesso à educação primária como mecanismo ao desenvolvimento e progresso da nação. A intervenção do Poder Público na escola primária, portanto, teve implicações no seu corpo docente, tanto no que se refere ao seu crescimento numérico, quanto ao estabelecimento de normas e regulamentos na área da formação docente e da habilitação ao exercício da profissão, neste nível de ensino. É nessa circunstância que se insere o aparecimento de associações voltadas a representar o magistério primário.

Esse quadro será alterado a partir da década de 1950, quando se evidencia o aparecimento de entidades nas Regiões Norte e Nordeste, bem como o avanço no surgimento de associações de professores secundários.

de colaboração determinado pela “Lei Maior”, passou a colaborar com os estados; seja sob a forma de subvenção de escolas primárias, ou promovendo campanhas nacionais, no intuito de auxiliar as esferas estaduais na tarefa de ampliar a rede primária, a exemplo da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada em 1921. (NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974).

¹⁰⁰ De acordo com Alceu Ferraro e Daniel Kreidlow, desde os últimos decênios do século XIX que o analfabetismo vinha sendo considerado um problema de âmbito nacional, o qual deveria ser encarado como uma questão política (FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D., Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Revista Educação e Realidade**. jul/dez, 2004, p.179-200).

Quadro IV – Associações docentes fundadas no período entre as décadas de 1950 e 1960¹⁰¹

Período Fundação	Entidade	Estado/Cidade	Nível de ensino
1951	Centro do Professorado Primário de Pernambuco	PE	Primário
1952	Associação Catarinense de Professores (ACP)	SC	-
1952	Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB)	BA	Secundário
1956	Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará (CEMARPCE)	CE	Primário
1956	Associação dos Professores Municipais	SP	-
1956	Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário (CEMARP)	PI	Primário
1956	Associação dos Professores Primários de Goiás	GO	Primário
1958	União dos Professores Primários do Espírito Santos	ES	Primário
1959	União Regional de Professores (Pacaembu, Florida Paulista, Irapuru e Junqueirópolis)	SP	-
1960	Confederação dos Professores Primários do Brasil	Nacional	Primário
1961	Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado de Guanabara	GB	Secundário
1962	Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC)	CE	Secundário
1962	Associação dos Professores Licenciados do Ceará (APLEC)	CE	Secundário
1965	Associação Mato-Grossense dos Professores Primário	MT	Primário
1965	Associação dos Professores Primários de Alagoas	AL	Primário
1966	Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina (ALISC)	SC	Secundário
1966	Associação dos Professores Registrados do Ceará (APLEC)	CE	Secundário
1967	Associação dos Professores do Ensino Médio de Pernambuco (APEMOPE)	PE	Secundário
1967	Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Piauí (APEMOP)	PI	Secundário

Os dados revelam que nos decênios de 1950 e 1960 houve novo impulso no associativismo docente, sobretudo, em razão de iniciativas emergidas em estados que

¹⁰¹ VICENTINI & LUGLI, 2009.

não contava com nenhuma experiência no primeiro decênio do século XX, com ênfase na Região Nordeste, que apresentou maior percentual de entidades do magistério secundário, fundadas nos anos 1960. Apesar de nos anos 1950 ainda prevalecer a fundação de associações de professores primários, a década seguinte chama a atenção pelo número de iniciativas destinadas a representar o magistério secundarista, em estados que não apresentaram experiências nesse setor.

As variações regionais e as diferenças na trajetória do magistério primário e secundário quanto ao processo de organização coletiva, mesmo com as limitações na produção acadêmica, vêm sendo explicadas do ponto de vista das iniciativas no campo educacional, particularmente, das políticas públicas de expansão do ensino, cujo modelo no Brasil favoreceu as desigualdades regionais, assim como as diferenças na trajetória do ensino primário e secundário, com precedência na expansão do primeiro nível. Esses elementos, em seu conjunto, interferiram no processo de profissionalização docente e, por conseguinte, na organização coletiva do professorado.

No caso brasileiro, a estatização do ensino no período imperial teve como base um modelo dualista, que na divisão das atribuições entre as esferas administrativas criou dois sistemas de ensino – um sistema provincial, responsável por prover a educação primária, secundária e técnica; e um sistema do Governo Central, voltado à oferta do ensino superior e secundário, este último no Município da Corte¹⁰². A criação de escolas de primeiras letras e de nível secundário, nesse contexto, dependia das condições econômicas, políticas e sociais de cada província, posto que não existia um regime de colaboração entre as esferas administrativas, fator que corroborou para as disparidades entre as redes de ensino em todo o país, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto qualitativo.

O advento da República não modificou a estrutura herdada do governo imperial, uma vez que a Constituição Republicana de 1891 manteve o modelo vigente no País, com consequências na evolução do sistema de ensino brasileiro, marcado pelas disparidades regionais. Tomando como exemplo a realidade do Estado de São Paulo, o estudo de Cláudia Vianna¹⁰³, assinala que, no final dos anos 1930, a rede de ensino primário paulista já havia sido estendida por todo o território, o que contribuiu à expansão da sua rede de ensino secundário, na década de 1940. Tal conclusão não se estende a todo o cenário nacional, especialmente no tocante aos estados localizados nas

¹⁰² GHIRALDELLI JR., P. **História da educação**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

¹⁰³ VIANNA, 1999.

Regiões Norte e Nordeste que, em geral, apresentaram um atraso na expansão da sua rede de ensino no século XX.

É, neste sentido, que a pesquisa sobre a história da profissão docente e do movimento de professores vem demonstrando que este não constituiu um processo difundido no Brasil de modo uniforme, havendo diferenças na profissionalização do magistério primário e secundário, de acordo com o maior ou menor grau de investimento dos estados na escolarização, com implicações na organização coletiva do seu magistério.

De modo semelhante à trajetória das entidades no campo do ensino primário, é possível estabelecer uma relação entre a experiência associativa na categoria dos professores secundaristas e a política educacional de expansão deste nível de ensino, em que as condições de ampliação da rede oficial também dependeram das iniciativas estaduais, apresentando em meados do século XX variações, de acordo com a realidade de cada estado. Não obstante, a evolução do ensino secundário apresenta suas especificidades, em relação à história do ensino primário, sobretudo, no que se refere à participação das redes privada e pública de ensino. No caso do ensino secundário, a tendência, inicialmente foi da maior atuação da rede particular na oferta de vagas, ao passo que o nível primário contava com maior cobertura na rede pública de ensino, uma vez que o mesmo era considerado menos atrativo à iniciativa privada¹⁰⁴.

Nos anos 1950 teve início um processo de expansão do ensino secundário, em determinadas regiões. A política de expansão do ensino secundário público em todo o País, todavia, somente veio a se consolidar a partir do momento em que o Estado brasileiro promulgou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61*. A LDBEN representou um instrumento preponderante à política de ampliação do ensino secundário oficial, na medida em que atribuiu um caráter supletivo à União, quanto ao repasse de verbas aos estados, de modo a auxiliar no processo de expansão do ensino, primário e secundário. Na década de 1950, havia estados no Brasil em que a rede oficial do ensino secundário ainda era formada por poucos colégios oficiais¹⁰⁵, resultante das políticas educacionais que privilegiavam a ampliação da rede, através da transferência de verbas públicas para os colégios particulares, a exemplo da *Lei nº 2.342/54*, que instituiu o *Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM)*. O FNEM

¹⁰⁴ De acordo com Francisco das Chagas Loiola de Sousa, no estudo intitulado, *A Regulamentação do trabalho docente no Estado do Ceará na interface público/privado (1942-1962)*, em meados do século XX, o ensino primário era considerado pouco lucrativo para a iniciativa privada (SOUSA, 2006).

¹⁰⁵ Ver no Capítulo II, do presente estudo, dados sobre o Ceará.

havia sido criado¹⁰⁶, com vistas à transferência sistemática de verbas aos estados, a serem aplicadas na suplementação dos salários dos professores¹⁰⁷, em empréstimos para construção e compra de equipamentos¹⁰⁸ e, principalmente, na concessão de bolsas de estudos em colégios particulares, auxiliando no crescimento da rede secundarista particular. A tendência de ampliação na matrícula nos colégios oficiais, especialmente nos estados localizados nas regiões menos desenvolvidas do País, somente teve impulso após a promulgação da LDBEN, uma vez que a mesma instituiu um conjunto de ações voltadas a esse propósito. Foi nessa circunstância que ocorreu o crescimento da rede pública secundária no estado do Ceará, conforme será analisado no próximo capítulo.

A despeito das diferenças regionais e entre os níveis de ensino, os resultados dos estudos, cujo enfoque se deu na relação entre o associativismo e a expansão do sistema de ensino público, revelam a presença de similaridades entre as diversas experiências já investigadas no Brasil. As semelhanças podem ter origem no próprio enfoque centrado na relação existente entre o associativismo, a construção do campo educacional e a regulamentação da carreira docente, aspecto discutido a seguir.

1.2.2 – A influência do *Movimento Renovador* e da política de expansão do ensino nas experiências associativas do magistério público

Nas pesquisas sobre o período do associativismo docente o enfoque tem se dado no estudo das associações fundadas pelo magistério público. Ainda que estas tenham prevalecido nessa fase, sobretudo após a década de 1930, quando inicia de modo mais efetivo a estruturação do sistema público de ensino e, por conseguinte, acentua-se o processo de funcionarização do magistério e a regulamentação da carreira docente, torna-se mister frisar que além das associações, a partir dos anos 1930, também começaram a surgir, em alguns estados brasileiros, os primeiros sindicatos docentes,

¹⁰⁶ O FNEM foi uma política que atendia às solicitações dos proprietários de escolas privadas que, desde os anos 1940, através dos Sindicatos de Diretores das Escolas Particulares de vários estados brasileiros, reunidos nos Congressos de Educadores Brasileiros, defendiam a concessão de auxílios e subsídios públicos às escolas particulares. Com isso, seria possível resolver o problema do pagamento dos professores que vinham pressionando as escolas, por meio de seus sindicatos (SOUSA, 2006).

¹⁰⁷ A aplicação na suplementação do salário dos professores visava controlar o aumento das anuidades, uma vez que o salário do professor dependia, exclusivamente, do aumento das anuidades dos alunos. (IDEM).

¹⁰⁸ Os empréstimos poderiam ser pagos ao governo na forma de bolsas de estudo.

sob a iniciativa de professores que atuavam na rede particular de ensino¹⁰⁹, o que para os autores que investigam a gênese do sindicalismo na educação básica, representa um aparecimento tardio, comparando-se à trajetória do movimento sindical operário, que teve início em fins do século XIX¹¹⁰.

Fundados sob a égide da política varguista, os primeiros sindicatos docentes estabeleceram uma estrutura sindical, cujo modelo se assemelhava ao implantado por Vargas nos anos 1930 e 1940. Atrelando ao discurso da acumulação do capital à questão social, o governo getulista indicou como ponto central em suas reformas, a racionalização dos órgãos trabalhistas, dando início à estrutura sindical, denominada no plano teórico por “Sindicalismo Populista” ou “Sindicalismo de Estado”¹¹¹. Foi no período de elaboração dos decretos que regulamentaram a vida sindical no País, que surgira, os primeiros dos sindicatos docentes, a exemplo do *Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal*, em 1931, e o *Sindicato dos Professores de Fortaleza* (SINPRO), fundado em 1942.

Um dos aspectos legitimados pela estrutura corporativa imposta através da legislação sindical foi, a função assistencial, que na análise de Vitor Giannotti, não representou um mero “enfeite” presente no Título V da CLT, mas sim algo *essencial*, na proposta do governo Vargas. Para o autor, “o assistencialismo é decorrência da visão de sindicato como órgão colaborador de classes, como órgão cujo objetivo é a harmonia social. Mas, é ao mesmo tempo, uma garantia de continuidade dessa função harmonizadora”. Com a CLT, desse modo, o caráter assistencial assumiu o “centro da vida sindical do país”¹¹². Convém salientar que, a insurgência de trabalhadores nos moldes sindicais no início do século XX se deu sob a égide de um discurso que se contrapôs às práticas assistencialistas presentes no movimento operário. O assistencialismo, instrumento que será utilizado pelos sindicatos para consolidar sua base de apoio, se constituirá em um dos elementos contestados por algumas correntes do movimento operário, ao longo da sua trajetória no Brasil. Como bem observou Alexandre Fortes, no texto, *Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX*,

¹⁰⁹ O primeiro sindicato docente localizado pelas pesquisas foi o *Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal* – SINPRO – fundado em 31 de maio de 1931, no Rio de Janeiro. (RÊSES, 2008).

¹¹⁰ Quanto a este aspecto ver os estudos de Dal Rosso & Lúcio (2005); Rêses (2008); Cruz (2008).

¹¹¹ BOITO JR., A., **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹¹² GIANNOTTI, V., O que é estrutura sindical. In: **O que é sindicalismo, estrutura sindical, comissões de fábrica**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro. v.30, 1996, p.81-82.

“a polêmica sobre o desenvolvimento de atividades mutualistas no interior dos sindicatos ocupou espaço central no Congresso Operário Brasileiro de 1906”¹¹³, momento em que se consolida o sindicato como nova forma organizativa da classe operária, mas também permaneceu presente em outros momentos da trajetória do movimento sindical brasileiro em que,

[...] a estrutura assistencial no interior dos sindicatos oficiais, tornou-se [...] objeto de crítica das políticas sindicais de comunistas e outros setores da esquerda brasileira, particularmente a partir dos anos 50, e a inclusão da prestação de assistência médica e outros serviços sociais como parte das finalidades de sindicatos seria um dos principais elementos de crítica do novo sindicalismo de fim dos anos 70 e da Central Única dos Trabalhadores à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943¹¹⁴.

No caso específico dos sindicatos docentes, em sua trajetória na fase do associativismo, conforme atestou Dal Rosso, Rêses e Cruz, no artigo, *Condições de emergência do sindicalismo docente*,

Embora as primeiras iniciativas de organização sindical de professores tivessem contado com a participação ativa de militantes anarquistas¹¹⁵, os professores aceitaram às normas de enquadramento sindical estabelecidas pelo governo Getúlio Vargas, quando da oficialização da representação sindical no País, momento em que foi criado um dos primeiros sindicatos de professores no Brasil, o do Rio de Janeiro, então congregando somente o magistério do ensino secundário¹¹⁶.

Tais entidades, desse modo, mantiveram estrutura atrelada ao Estado e apesar de criados para representar os interesses trabalhistas da categoria docente, também desenvolveram a função de prover assistência.

No que se refere ao papel dos sindicatos docentes na política de educação há indícios da sua interferência neste campo, um aspecto que se encontra associado a alguns fatores como, por exemplo, a presença de subsídios do governo destinados às

¹¹³ FORTES, A. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In. **Sociedades operárias e mutualismo**. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6. n.10/11, 1999, p.179.

¹¹⁴ IDEM, p.174.

¹¹⁵ Em junho de 1931, para fazer frente ao *Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal*, surgiu o *Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro*, de inspiração anarco-sindicalista, o qual teve vida efêmera, encerrando suas atividades ainda no ano de 1931 (RÊSES, 2008).

¹¹⁶ DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. da S. Condições de emergência do sindicalismo docente. In. **Pro-Posições**. Campinas. V.22. n.2 (65). p.111-131, maio/ago. 2011.

instituições escolares privadas. Quando o governo federal, progressivamente, passou a atuar de forma mais efetiva no planejamento da educação, a formulação de diretrizes nacionais pressupôs mudanças no sistema de ensino que requereram a participação dos professores ligados à rede particular. Pode-se tomar como exemplo, o caso da Lei nº 4.024/61, que em seu Artigo 10º, delegou aos Conselhos Estaduais de Educação a incumbência de regulamentar os sistemas estaduais de ensino médio, que incluía o ensino secundário, comercial, normal, dentre outros. Dados coletados nos jornais cearenses indicam a mobilização do SINPRO, em Fortaleza, com vistas a garantir sua participação no Conselho Estadual de Educação do Ceará, uma vez que neste órgão deveriam estar representadas as escolas públicas e particulares¹¹⁷.

Além disso, outro aspecto que merece destaque diz respeito ao fato de parcela dos docentes da rede pública atuar também na rede privada. Ambos os fatores aproximaram as experiências do magistério oficial e particular. No que se refere à relação entre a organização do magistério público e particular é necessário que se avance nas análises sobre os elementos que aproximam ambas as experiências no bojo da fase do associativismo. Abre-se aqui um parêntese para enfatizar que pouco tem sido abordado nas produções acadêmicas, o papel dos sindicatos docentes na fase do associativismo. Na tese de Erlando Rêses o autor observou que algumas das experiências associativas nos primeiros decênios do século XX tiveram incidência em estados como RJ, SP, MG e PE, pioneiros do sindicalismo docente da educação básica¹¹⁸.

Indica-se como um fator relevante que ainda necessita de ser investigado – a influência dos sindicatos docentes na criação de associações, uma vez que, a atuação de professores filiados aos sindicatos em colégios oficiais pode ter corroborado na fundação de entidades voltadas aos problemas do magistério público, conforme será demonstrado adiante, através da análise da trajetória da APEOC, no Ceará. Esta entidade foi fundada por professores ligados ao SINPRO e funcionou ao longo dos anos 1960 nas dependências do sindicato de professores. Dito isso, percebe-se que a experiência sindical na fase do associativismo, que o aproxima da experiência das

¹¹⁷ CORREIO DO CEARÁ, 05/02/1962, p.03, Sindicato dos Professores do Ceará - Nota Oficial.

¹¹⁸ A pesquisa de Rêses omite algumas das experiências associativas já apresentadas no presente estudo, haja vista o fato de no período de realização do seu trabalho estas ainda não haviam sido localizadas (RÊSES, 2008). O dado observado pelo autor, todavia, traz um elemento importante para se pensar a relação entre os sindicatos docentes e as associações na fase do associativismo.

associações docentes, constitui um aspecto que necessita ser aprofundado pelas pesquisas.

Especificamente em relação às associações, estas têm sido bastante exploradas pela literatura na área, sobretudo, quanto ao seu papel no bojo da construção do campo educacional e da profissionalização docente. É nesse cenário que os autores situam o aparecimento do movimento associativo, especialmente no período do século XX, o que, por sua vez, justifica a abordagem do tema na área da história da educação. Com efeito, as associações de professores acabaram se tornando o centro das investigações. Isso porque, na medida em que o poder público foi exercendo um papel mais atuante na educação, o professorado que ingressou nas escolas oficiais passou a fazer parte dos quadros funcionais da esfera estatal. A funcionarização da categoria docente teve implicações diretas na forma de organização coletiva do corpo de professores da rede pública, especialmente após as determinações impostas pela política trabalhista brasileira pós-1930, com a não concessão do direito ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos¹¹⁹. Nesta direção, como parte da própria construção do campo educacional e do progressivo aumento do controle do poder público neste setor, houve a fundação de algumas associações docentes.

A incursão pelo associativismo no século XX, com base nas experiências já pesquisadas nos revela a possibilidade de se estabelecer dois momentos na trajetória de fundação de entidades docentes no magistério público, entre o início do século até os anos 1960, a saber: uma fase nos primeiros decênios, em que as iniciativas encontravam-se vinculadas aos debates promovidos pelo *Movimento Renovador*; e, sobretudo, a partir dos anos 1930 e 1940, uma fase mais marcada pelo impacto das políticas de expansão do ensino público, nas experiências associativas do magistério.

O estudo de Rêses denomina o período que abrange os três primeiros decênios do século XX como a fase que marcou a emergência do associativismo docente no Brasil, marcada pelo surgimento das “associações mutualistas”¹²⁰. Segundo o autor,

¹¹⁹ No período que dá início à Era Vargas houve um conjunto de medidas direcionadas a regulamentar os direitos trabalhistas, incluindo nesse arcabouço, diretrizes que institucionalizaram a própria organização dos trabalhadores, com as leis sindicais.

¹²⁰ Novamente faz-se necessário ressaltar que até 2008, ano de publicação do texto de Rêses, o estudo de Daniel Lemos sobre o movimento associativo na Corte, no século XIX, ainda não havia sido desenvolvido.

As associações mutualistas da primeira república apresentaram características comuns, tanto em sua existência quanto em sua atuação: 1) mantiveram um forte vínculo mutualista; 2) seus dirigentes ou se vincularam a mandados eletivos ou atrelaram estes a existência e manutenção da associação; 3) evitaram contratação ou remoções de professores feitas por “pistolões”, ou seja, indicação de mandatários locais ou coronéis; 4) sofreram perda de representatividade entre os docentes a partir da década de 1970, por conta do crescimento das tendências de esquerda no cenário político brasileiro¹²¹.

No que se refere especificamente ao caráter mutual, embora este ainda tenha tido uma função relevante nas entidades fundadas neste período, alguns estudos sobre a fase do associativismo, elaborados posteriormente ao trabalho de Rêses, demonstraram que a preocupação com as questões pedagógicas e com a profissionalização docente já faziam parte das finalidades de associações fundadas na referida fase.

Apesar das iniciativas no Brasil terem se desenvolvido em nível estadual, percebe-se que o movimento associativo compartilhou aspectos bastante semelhantes, sendo possível aferir elementos comuns, associados ao surgimento das entidades. Tais similaridades se articulam a influência do *Movimento Renovador* no pensamento educacional brasileiro, um fator presente na gênese das associações docentes fundadas nessa fase, sobretudo, quanto ao seu papel nas *Reformas do Ensino* na década de 1920. As entidades docentes, até então localizadas, criadas nos três primeiros decênios do referido século, tiveram sua fundação vinculada ao impacto das ideias escolanovistas na educação brasileira, o que impulsionou a organização coletiva do magistério, com vistas a participar do processo de mudança que vinha ocorrendo no campo educacional. A esse respeito, nota-se a suma relevância para a história da educação no Brasil, de se investigar o associativismo docente, desvelando o papel dos professores no debate educacional, na primeira metade do século XX, uma vez que a historiografia pouco tem dado destaque à participação dos professores das escolas oficiais, cujo principal enfoque tem se destinado no papel do grupo de intelectuais ligados à fundação da *Associação Brasileira de Educação (ABE)*.

Entidade fundada em 1924 no Rio de Janeiro, sob os auspícios do ideário escolanovista, a ABE¹²² foi *gestada* no bojo dos movimentos, *Entusiasmo pela*

¹²¹ RÊSES, 2008, p.72.

¹²² A ABE participou ativamente das discussões que envolviam mudanças na educação, especialmente nos momentos de formulação das leis de impacto nacional, como na elaboração da Carta Magna de 1934 e do anteprojeto da primeira *Lei de Diretrizes e Bases (LDB)*. Destaca-se também o papel do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, lançado em 1932, documento destinado “ao povo e ao governo”, o qual esboçava as diretrizes do Movimento Renovador para a reconstrução educacional do Brasil (AZEVEDO, 1960).

Educação e o Otimismo Pedagógico, emergidos na Primeira República, em defesa da escola pública, laica e de qualidade¹²³. A entidade teve como finalidade precípua debater uma nova proposta de política educacional, num momento em que vinha se delineando a tentativa do governo federal assumir o papel de organizar o sistema de ensino. Parte destes intelectuais foi responsável pela elaboração das reformas de ensino na década de 1920¹²⁴. Não há dúvidas sobre a contribuição desta entidade para a divulgação do escolanovismo no Brasil, assim como para a luta em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade, no século XX. Há, porém, uma parte da história da ABE, que diz respeito à sua relação com o associativismo, apenas revelada, recentemente, pelas pesquisas na área do movimento docente.

Sabe-se que desde o princípio a entidade apresentou o propósito de se constituir uma associação de caráter nacional, através da criação de secções nos diversos estados brasileiros¹²⁵. A partir de 1925 secções da ABE foram fundadas em alguns estados, o que acabou por corroborar ou na fundação de associações docentes, como demonstra o caso da *Associação Sul-Riograndense de Professores (ASRP)*, fundada em 1926; ou em sua influência em associações fundadas, anteriormente como o caso da *Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN)*, criada em 1920, que viria a ter um vínculo com a ABE¹²⁶. Na pesquisa de Sérgio Cardoso e Elomar Tambara, sobre a ASRP, o autor assinala que a qualificação dos professores esteve no centro de sua fundação, garantindo a entidade aos mestres a promoção de cursos, palestras e conferências. Estas, nos seus primeiros anos, estiveram sintonizadas com a tendência pedagógica escolanovista¹²⁷.

¹²³ O Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico representaram, na história da educação brasileira, a luta pela educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Reivindicavam tanto a expansão da rede pública de ensino como a melhoria da sua qualidade, mediante uma “renovação pedagógica”, sob orientação do Movimento Escolanovista (NAGLE, 1974).

¹²⁴ Na década de 1920, no bojo do Movimento Renovador, ocorreram as Reformas do Ensino estaduais, em alguns estados brasileiros, a saber, São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal (IDEM).

¹²⁵ De acordo com Sérgio Cardoso e Eleomar Tambara, a partir de 1925, Levi Carneiro, então presidente da ABE, viajou pelo país em busca do apoio dos diretores de instrução público nos estados, uma iniciativa que não teve o êxito esperado, mas que acabou tendo impacto em algumas cidades, como em Pelotas, onde foi fundada, em 1926, a *Sociedade Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE)*, seção da ABE nesta cidade. No caso de São Luís do Maranhão, de acordo com a pesquisa de Silva (2013), a criação do Departamento Maranhense da ABE contou com o apoio do governador da época Magalhães de Almeida e teve início em 12 de abril de 1929 (CARDOSO & TAMBARA, 2011).

¹²⁶ GINDIN, 2011.

¹²⁷ CARDOSO, S. R. P.; TAMBARA, E. A. C., **Associação Sul Riograndense de professores: um intento de qualificação do professorado.** Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia_da_Educacao/Trabalho/01_14_05_A_SOCIACAO_SUL_RIOGRANDENSE_DE_PROFESSORES.pdf. Acesso em: 02/01/2015.

No Maranhão, existiu uma entidade denominada *Associação Pedagógica Almir Nina*, fundada em 12 de maio de 1912, que mesmo considerada uma associação mutualista, teve a preocupação com questões pedagógicas sob a influência do pensamento de alguns teóricos como, Froebel, Pestalozzi, sintonizados com ideias renovadoras naquela época. Além desta entidade, surgiu nos anos 1920 o *Departamento maranhense da ABE*, fundado em 1929, mas que sofreria na década de 1930 o impacto da “revolução”. Na análise de Robson Silva,

os desdobramentos políticos da “revolução de 1930” no Maranhão podem ter sido definidoras para a continuidade do funcionamento do Departamento Maranhense da ABE, uma vez que membros importantes dessa organização tinha comprometimento com o poder local [...] Muito membros do Departamento maranhense da ABE assumiram no pós-1930 posições políticas distintas, o que pode ter afetado, severamente, a continuidade do funcionamento daquela entidade associativa e decretado, inclusive, a sua extinção [...]¹²⁸.

Para o autor retorcitado, foi no intuito de preencher o vácuo deixado pela *Associação Pedagógica Almir Nina* e pelo *Departamento maranhense da ABE*, que foi fundada a *Associação das Professoras Normalistas do Maranhão* (APNM), no ano de 1931, com vistas a representar professores que atuavam no ensino primário, tendo como alvo diplomados nas instituições normalistas e do ensino secundário. Embora esta tenha sido fundada sem ligações com a ABE, assim como o *Departamento Maranhense da ABE*, a mesma também teve compromisso com as ideias escolanovistas¹²⁹.

Percebe-se, desse modo, que o advento de entidades nos primeiros decênios do século XX esteve vinculado ao movimento escolanovista e alguns tiveram origem no processo de instauração das secções da ABE. Em consonância com a análise de Robson Silva, tais secções “podem ter tomado caráter corporativo-associativo em localidades onde o professorado ainda não estava organizado em associação própria com esta função”¹³⁰. Até o momento, entretanto, ainda não se tem um mapeamento de todas as secções fundadas pela ABE e, por conseguinte, de sua relação com o movimento associativo nos demais estados, um aspecto que merece ser investigado.

Além do papel do Movimento Renovador, sobretudo das secções da ABE, abrem-se parênteses para salientar a importância na divulgação das ideias pedagógicas e

¹²⁸ SILVA, 2013, p.137-138.

¹²⁹ O vínculo entre a APRN e o Movimento Renovador foi identificado, por meio de seus estatutos, em que “as concepções escolanovistas estavam presentes na menção estatutária do êxito da escola activa”. (IDEM, p.141).

¹³⁰ IBIDEM, p.108.

para o movimento associativo docente, exercida pelas revistas pedagógicas, nas primeiras experiências erigidas no século XX. De acordo com Catani,

[...] as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazer circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional¹³¹.

Compreende-se, portanto, que a divulgação de revistas de *caráter lítero-pedagógico* – um traço característico do movimento associativo no século XIX¹³², mas que também se fez presente no século XX¹³³ – constituiu um instrumento fundamental para o movimento associativo e sua participação nos debates em torno da construção do campo educacional, no primeiro decênio do século XX. Tal experiência encontra-se vinculada a trajetória de entidades como, a *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*¹³⁴, fundada em 1901, o *Grêmio dos Professores Públicos do Paraná*, fundado em 1906, e a *Associação dos Professores do Brasil*, fundado no Rio de Janeiro em 1909. O caso da *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo* tem como estudo pioneiro o trabalho desenvolvido por Denise Catani, *Educadores à Meia-Luz: um estudo da Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, cuja abordagem destaca o papel da Revista *O Ensino*, publicado pela entidade de 1909 a 1918. Para a autora, a revista representou o interesse de grupo de professores,

¹³¹ CATANI, D. B., A imprensa pedagógica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. In. **Educação e Filosofia**. Jul./dez., 1996, p.115-130.

¹³² Para Lemos, as revistas pedagógicas foram consideradas parte do movimento associativo, uma vez que o autor não buscou limitar seus estudos às associações formais. O mesmo optou por “trabalhar com um entendimento ampliado do associativismo, compreendendo também os movimentos como diferentes formas de atuação coletiva e organizada de professores. Dentro dessa definição se enquadram os jornais organizados por grupos de professores, os abaixo-assinados, manifestos, assim como agrupamentos de professores que organizados em torno de um tema específico não formalizaram junto ao Estado o registro da organização”. (LE MOS, 2011, p.04).

¹³³ Convém ressaltar que a publicação de revistas pedagógicas ainda se fez presente na experiência de entidades fundadas nos anos 1930, como o Centro do Professorado Paulista. (VICENTINI& LUGLI, 2009).

¹³⁴ A *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo* é a primeira associação que conta com análises sobre sua atuação, uma vez que as entidades localizadas no século XIX, ainda não foram estudadas neste sentido. A entidade paulista foi fundada no dia 27 de janeiro de 1901 e até o momento indicada como sendo a primeira associação de professores fundada no estado paulista. (CATANI, 1989, CRUZ, 2008).

[...] em fazer circular o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes. Esses primeiros ensaios de criação dos periódicos educacionais, no início do século XX, coincidem com tentativas de organização do magistério que, naquele momento, buscava articular sua luta pela valorização da profissão, condição de trabalho, qualidade do ensino, reivindicações salariais e aperfeiçoamento do (...) ¹³⁵.

Em 1906, foi criado no estado do Paraná o *Grêmio dos Professores Públicos do Paraná*, entidade que também vinculou seu trabalho a publicação pedagógica, *A Escola*, revista divulgada entre os anos de 1906 e 1910 ¹³⁶.

Destarte, os estudos sobre as experiências associativas nos primeiros decênios do século XX, mostram a participação dos professores, especialmente no nível primário, no debate e nas reformas educacionais. Foi nesta conjuntura que se deu a fundação de associações docentes, cuja finalidade era defender interesses do magistério oficial, no que diz respeito a finalidades relacionadas à profissão docente, características que definem o modelo de uma associação profissional. Não obstante, havia também a preocupação com o provimento de serviços assistenciais, recreativos e culturais, característica também presente nas associações fundadas nos primeiros decênios do século XX, um traço também nas entidades que serão fundadas ao longo do referido século, como demonstra o estudo de caso sobre o *Centro do Professorado Paulista* (CPP). De acordo com a pesquisa desenvolvida por Paula Vicentini e Rosário Lugli, ao longo da sua trajetória, o Centro manteve a promoção de atividades recreativas e assistenciais, mesmo na fase dos anos 1940, quando assume um perfil mais profissional, em razão do processo de expansão deste nível de ensino. Para as autoras,

Em sua fase inicial, a entidade procurou firmar-se como legítimo representante do professorado junto aos poderes constituídos, privilegiando, como forma de ganhar associados, a promoção de atividades recreativas. Posteriormente, toda uma estrutura de assistência ao professor, com Departamento Jurídico, Médico, de Turismo e Colônias de Férias em diversas cidades, se formou, sendo justificadas como uma maneira de aliviar as dificuldades do trabalho dos professores ¹³⁷.

¹³⁵ CATANI, 1996, p.124-125.

¹³⁶ ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M., **Revista “A ESCOLA”**: a expressão do liberalismo. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_844_aecmari@gmail.com.pdf. Acesso em: 02/12/2014.

¹³⁷ VICENTINI & LUGLI, 2009, p.124.

Apesar da ênfase na questão corporativo-profissional, nota-se que o CPP continuou atuando na oferta de serviços assistenciais e culturais, finalidades estas que exerceram um papel fundamental como instrumento para aumentar o número de associados. Segundo as autoras, trajetória semelhante é verificada na análise da *Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo* (APESNOESP). Fundada no ano de 1945, a APESNOESP, em 1952, reformula seus estatutos, com ênfase na,

[...] preocupação com atividades de caráter assistencial: a criação de serviço médico e dentário gratuito ou ‘pelo menos com (...) descontos para seus associados’, de ‘uma seção de procuradoria, que zele pelos interesses de seus associados’ e de ‘um Departamento Especial de Assistência Monetária aos Associados, com facilidade de ajuda e empréstimos em dinheiro e ainda de ‘uma cooperativa para aquisição de casa própria e construir a Casa do Professor’¹³⁸.

Na pesquisa de José Maximiano dos Santos, *A transformação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) em Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1986-1990)*¹³⁹, o autor apresenta finalidades da APRN que são similares às explicitadas pelos estudos sobre as entidades paulistas, com ênfase nas questões referentes à profissionalização, mas também funções assistenciais “pela criação de uma caixa de auxílio mútuo e pela beneficência do ensino e do professorado”.

No conjunto dos estudos que abordam a experiência associativa na primeira metade do século XX, quanto às ações com fins assistenciais, recreativo e cultural, as principais propostas das entidades diziam respeito à criação de *cooperativas de consumo*, da *casa do professor*, da *colônia de férias*, *descontos em lojas*, *convênios na área da saúde*, dentre outros. No que se refere às bandeiras destinadas ao campo da profissionalização, estas abrangiam tanto a *promoção de cursos* e *congressos voltados à formação docente*, como o interesse na *defesa dos seus direitos econômicos*, incluindo a melhoria salarial, o concurso público e os planos de cargos e carreira. A reivindicação por melhores salários, uma luta de caráter sindical, constitui um traço característico da fase do associativismo no século XX.

¹³⁸ IDEM, p.131.

¹³⁹ SANTOS, 2008, p.21.

Os estudos demonstram que as semelhanças entre as experiências no Brasil também se refletem na forma de agir coletivo nos moldes do associativismo, cujo modelo apresenta como características centrais, de um lado, o forte vínculo estabelecido entre a direção das entidades e o poder público; e, do outro, o afastamento entre a direção e a base da categoria. O respeito às autoridades constituídas é um traço marcante da fase associativa, em que as entidades, no processo de reivindicação das demandas de interesse de seus associados, priorizavam o encaminhamento de memoriais e o diálogo com os governantes, ante qualquer outra forma de reivindicação¹⁴⁰. Quanto a este aspecto, para as pesquisas na área, de cunho mais sociológico, cujo enfoque se deu no tema da identidade coletiva docente, essa forma de agir coletivo estaria associada à presença de uma identidade coletiva que se forjou ao longo do processo de profissionalização do magistério, pautada numa imagem vocacional da profissão docente. Inúmeros autores compartilham da tese de que a identidade profissional baseada numa *visão sacerdotal*, como uma das primeiras imagens construídas acerca da docência, teria corroborado para esse modo de agir coletivo. Segundo Erlando Rêses, na análise presente no texto, *De vocação à profissão: organização sindical docente e identidade social do professorado*, “historicamente, a profissão docente foi entendida como uma ‘vocação’, uma missão que deveria ser mais importante do que a própria compensação financeira e que influencia o docente a pensar que é um ‘dom’ pessoal, que nasceu para isso”¹⁴¹. Cláudia Vianna, na mesma direção afirma que,

[...] a docência adquiriu legitimidade pública mediante uma imagem que foi se consolidando por meio da interiorização de uma representação social. Ou seja, professores e professoras extraíam a legitimidade de sua profissão do fato de que representavam a sociedade, a nação e o Estado. Denominavam-se sacerdotes da república¹⁴².

Para a autora, essa representação da docência convivia com outras formas de resistências, porém prevalecia na maior parte dos professores, o que contribuiu tanto à mentalidade de que seu compromisso era com a formação das “futuras gerações” como com um modo de *agir coletivo* que se pautou no respeito às autoridades

¹⁴⁰ VICENTINI, 2005.

¹⁴¹ RÊSES, 2008, p.32.

¹⁴² VIANNA, 1999, p.65.

governamentais. Nessa conjuntura, as associações dos professores das escolas públicas básicas, em sua grande maioria, não assumiam um posicionamento de confronto diante dos governantes. Não obstante, na fase do associativismo estas exerceram o papel de defender os direitos econômicos de seus sócios, utilizando-se de outros instrumentos de reivindicação.

Mudanças nas experiências emergidas na fase do associativismo teriam ocorrido por volta da década de 1940, período em que a *política de expansão do ensino público* teve impulso em alguns estados brasileiros. Conforme já analisado anteriormente, a produção acadêmica tem indicado como um fator central para a emergência de experiências associativas, a expansão do sistema público, que no Brasil se desenvolveu em nível estadual. Não por acaso os mapeamentos sobre a fundação das entidades docentes indicam disparidades regionais e um impulso no associativismo na categoria dos professores secundaristas.

Nessa fase que adentra meados do século XX, um fator relevante explicitado pelos estudos na área é a importância da *questão salarial* para as organizações coletivas docentes. A maior centralidade nos aspectos econômicos é justificada pelo contexto da política de expansão do ensino público, a qual teve como uma de suas consequências direta a desvalorização dos vencimentos do magistério, inclusive dos mestres do ensino secundário que, tradicionalmente ostentaram melhores níveis salariais. As pesquisas que tratam da expansão do ensino público demonstram que na mesma proporção que crescia o número de matrículas e, conseqüentemente o quantitativo do magistério, decrescia os seus níveis salariais, um aspecto que se tornou elucidativo da realidade nacional, na década de 1960, sobretudo após a promulgação da Lei nº 4.024/61.

Os estudos de caso sobre o associativismo em São Paulo já identificaram esse processo nos anos 1940, o que estaria associado à fundação da APESNOESP, em 1945, entidade voltada a representar o magistério secundarista. De acordo com Vicentini e Lugli, no congresso de fundação da associação, realizado em São Carlos, destacou-se o problema do atraso no pagamento das aulas extraordinárias. Nos primeiros anos de sua existência, outras questões foram pauta nas reivindicações dos professores, como a realização de concursos e a remoção de professores¹⁴³. No final da década de 1950, entretanto, quando se acentua o problema da desvalorização salarial,

¹⁴³ PAULA, 2013; VICENTINI & LUGLI, 2009.

esta passa a ter maior centralidade nas reivindicações da APESNOESP, bem como do CPP, o que acabou corroborando para o surgimento de mobilizações com a participação de ambas as entidades. Neste momento, foram identificadas algumas alterações na identidade coletiva do magistério paulista, com a adoção de novos mecanismos reivindicatórios como paralisações, greves, passeatas, assembleias permanentes de professores, dentre outros, enquanto parte da ação coletiva de associações docentes¹⁴⁴.

Para Vicentini, esse cenário pode ser explicado pela presença no magistério de uma imagem do professor enquanto um profissional que merecia ser bem remunerado, o que de certa forma apontava para seu distanciamento com a imagem vocacional, ainda bastante presente naquela conjuntura. De acordo com a autora retrocitada,

a partir do final dos anos 1950, o movimento de organização da categoria em São Paulo – sob o comando do CPP – passou a promover campanhas salariais que envolviam a mobilização de professores em concentrações diante da Assembléia Legislativa e passeatas. Estas campanhas culminaram, em 1963, na primeira greve geral do professorado que contribuiu para consolidar a imagem dos docentes como profissionais que precisavam ser bem remunerados, sem deixar de insistir na disciplina e na ordem do movimento numa tentativa de sublinhar a sua distância do operariado¹⁴⁵.

Na análise de Vicentini, apesar da adoção de outras formas de reivindicação, que envolviam mobilizações com a participação da categoria, as práticas associativas, nesta perspectiva, ainda refletiam a figura de um profissional “ordeiro e disciplinado” que apenas reivindicava melhorias na carreira docente.

A atuação de professores em manifestações na década de 1960 é um tema que ainda necessita ser revisitado. Pondera-se que outras questões sobre as mudanças nas práticas associativas docentes, em meados do século XX, ainda merecem ser investigadas. O trabalho de Paula Vicentini centrou-se de forma mais específica, na sua relação com a expansão do ensino público e, conseqüentemente com a questão salarial, para analisar as alterações na imagem da docência. Considera-se a necessidade de explorar também, nesta trajetória, a influência das experiências dos professores com movimentos de esquerda, especialmente nos anos 1960, uma vez que já existem estudos

¹⁴⁴ VICENTINI, 2005.

¹⁴⁵ IDEM, p.08.

que abordem esse elemento no contexto da década de 1970¹⁴⁶. A presente pesquisa sobre o associativismo docente no Ceará, conforme será abordado no capítulo seguinte, mostrou que parcela do magistério secundarista, no início dos anos 1960, já apresentava vínculo com movimentos de esquerda. Tal experiência, portanto, pode ter contribuído para mudanças na identidade profissional e ter ocasionado impacto nas formas de agir coletivo do professorado.

É importante salientar também que, embora as organizações docentes, em meados do século XX, não sejam consideradas as protagonistas no que se refere à luta em prol da educação pública, torna-se mister discutir com maior profundidade a contribuição do associativismo no debate educacional. O movimento docente, de fato, exerceu uma função central de colaboração junto ao poder público e sua atuação, neste campo, se intensificou a partir da segunda metade do século XX, momento em que o Estado passou a atuar de modo mais efetivo na expansão do ensino público e, por conseguinte, no processo de profissionalização docente. Viu-se anteriormente, que muitas pesquisas tem mostrado que a historiografia educacional pode ter subestimado o papel das organizações docentes, como no caso de sua participação nos debates educacionais na década de 1920. Outrossim, chama-se a atenção para o papel do associativismo na implantação das reformas educacionais na década de 1970, um fator que foi explorado na investigação do caso cearense.

As pesquisas sobre o associativismo docente sobre as experiências erigidas na segunda metade do século XX, portanto, centram-se mais no aspecto da expansão do ensino e mostram que a mesma modificou a imagem da docência em sua relação com a questão salarial. A relação entre as políticas de educação e o movimento de professores ainda encontra-se no centro das análises que investigam o movimento docente, a partir da década de 1970. Por outro lado, os enfoques sobre os movimentos de esquerda e das reformas educacionais na década de 1970, encontram-se no centro das análises que tratam da eclosão da fase do sindicalismo, como veremos a seguir.

1.3 – A fase do sindicalismo docente no Brasil à luz das produções acadêmicas

¹⁴⁶ A principal referência na área é o estudo desenvolvido por Amarílio Ferreira Júnior, *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros* (FERREIRA JÚNIOR, A. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 1998).

A adesão do magistério público a mobilizações de massas, na segunda metade da década de 1970, é indicada como o marco de uma fase, comumente denominada como *fase do sindicalismo*. Tal denominação, dentre outros aspectos, refere-se ao fato de, neste momento, ter emergido a tendência na categoria do magistério público de se reivindicar o direito à sindicalização, a qual veio acompanhada de uma série de alterações na organização e na ação coletiva docente, bem como, nas suas bandeiras de luta. Este se tornou um movimento social atuante no plano político e, ao mesmo tempo, passou a ser indicado como um dos protagonistas na luta em defesa da escola pública, características que o contrapõe à fase associativa.

O rompimento e a contestação das práticas aduzidas pelos dirigentes das antigas associações docentes, nos moldes do associativismo, são fatores que conduziram o debate no momento de construção do sindicalismo docente, nos anos 1970. A luta sindical, desta forma, se impôs no discurso das lideranças, enquanto *fenômeno novo* e seu distanciamento com o modelo associativo era posto como elemento fundamental. Este aspecto se transpôs para o campo da pesquisa na área, uma vez que, ao priorizarem a fase de sindicalização, os estudos desenvolveram enfoques cuja relação entre, o associativismo e o sindicalismo, era analisada sob dois pontos de vistas: o da superação e de suas diferenças. Tal enfoque teve sua origem nos trabalhos sobre sindicalismo geral, pois, como bem salientou Dal Rosso¹⁴⁷, no artigo, *Contribuição para a teoria do sindicalismo na educação*, há na pesquisa sobre sindicalismo docente a tendência de analisar o fenômeno através da teoria do sindicalismo geral, sendo necessário “muito trabalho de construção conceitual, teórica e empírica pela frente” para que se possa, por meio do sindicalismo docente, investigar o conjunto da atividade sindical.

Conforme citado anteriormente, o século XIX, no Brasil, constituiu um período em que o *fenômeno associativo* se manifestou de forma bastante intensa, sobretudo nos seus últimos decênios¹⁴⁸, marcado pelo surgimento de inúmeras associações, de modelos bastante variados, tais como, as de cunho beneficente, de

¹⁴⁷ DAL ROSSO, S. Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009. (cdrom), p.02.

¹⁴⁸ Estudos realizados sobre a fase Imperial no Brasil, já identificaram a presença de organizações sociais, ainda na primeira metade do século XIX, porém a segunda metade do referido século constituiu o momento de maior efervescência no campo social. Jesus (2007), dentre os fatores que podem ter corroborado para este cenário, indicar o advento da lei nº 1.083 de 1860, em virtude de esta ter “não somente estimulado a criação de novas sociedades, mas também incitado à organização do mundo do trabalho, principalmente diante de um aumento de 50% de associações fundadas na década de 1870” (JESUS, 2007, p.154).

socorro mútuo, filantrópico, profissional, dentre outras. Até os anos 1990, entretanto, a história dessas entidades estava praticamente relegada ao esquecimento, em razão do pouco ou nenhum interesse dos estudiosos em explorar outras formas organizativas que não apresentassem o caráter de *resistência*. Tal fato encontra-se associado a uma tendência que se cristalizou no campo de estudo sobre as organizações operárias, a qual valorizou seu papel revolucionário na formação de uma consciência de classe, em detrimento das experiências mutualistas. Na fase de consolidação do campo de estudos sobre a história do movimento operário brasileiro, nos anos 1960, houve, portanto, uma leitura dos movimentos associativos do século XIX, como uma *fase embrionária* do movimento sindical, o qual tenderia a desaparecer com a emergência do movimento sindical.

A valorização do aspecto revolucionário nas leituras sobre o movimento sindical, por sua vez, deve-se a forte influência exercida pelas teorias clássicas de cunho marxista. Segundo Marino Regini, o sindicalismo, enquanto fenômeno complexo e contraditório deu origem a inúmeras análises que, no geral, compartilharam da mesma ideia sobre sua gênese – o fenômeno do sindicalismo resultou de uma reação dos trabalhadores operários à sua situação diante do desenvolvimento da indústria capitalista. Apesar da vasta produção, o tema continuou a ser abordado pelo viés das teorias clássicas sobre seu significado geral, que para o autor podem ser resumidas em quatro abordagens interpretativas – as linhas teóricas, marxista e soreliana, ambas “interpretes de boa parte do sindicalismo europeu”; e os estudos de Selig Perlman e do casal, Sidney e Beatrice Webb, consideradas as principais referências teóricas do sindicalismo anglo-saxão¹⁴⁹.

Entre as correntes teóricas do sindicalismo europeu e do sindicalismo anglo-saxão, no entanto, haveria uma diferença central, uma vez que, no primeiro caso, a análise do movimento sindical vem associada à ideia da superação do sistema capitalista e da formação de uma nova ordem social, aspecto que não se observa na corrente do sindicalismo anglo-saxão, a qual

[...] nunca desenvolveu (excetuados alguns raros momentos históricos) um projeto de transformação revolucionária da sociedade capitalista, e os seus teóricos estão, portanto, empenhados em definir objetivos modestos e parciais, analisando mais o papel do sindicato dentro da

¹⁴⁹ REGINI, M., apud BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale (et. al.). v. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 1330p.

sociedade existente do que em relação ao problema da mudança social¹⁵⁰.

Nesta corrente identifica-se uma posição teórica muito mais afeita à acomodação dos trabalhadores no sistema capitalista por meio dos sindicatos e da ação política reformadora, do que qualquer perspectiva revolucionária. No caso da abordagem desenvolvida pelo casal, Sidney e Beatrice Webb, predomina um enfoque funcionalista, cujo papel dos sindicatos vem associado à sua função enquanto instrumento precípua ao estabelecimento de uma sociedade mais democrática, na medida em que os mesmos possibilitam aos trabalhadores defender-se diante da ação do mercado. Tal função, todavia, se torna legítima muito mais pelo que pode vir a representar ao bom funcionamento do mercado do que por seu significado para a classe operária.

A literatura marxista caminha numa outra direção e, sem dúvida constituiu a que mais influenciou a pesquisa sobre sindicalismo no Brasil desde o início da estruturação desse campo de estudos, por volta dos anos 1960, fator que corroborou para a negação das demais formas de organização operária que não tivessem o caráter de resistência. Nessa corrente de pensamento, se situam os estudos marxianos, que abrangem os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels produzidos no século XIX; e a obra de autores marxistas do final do século XIX e da primeira metade do século XX, como Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Antônio Gramsci, dentre outros¹⁵¹.

Além de apresentar um caráter mais amplo do que as demais teorias, o enfoque marxista sobre o sindicalismo buscou responder aos desafios postos à classe operária, ao longo da evolução do sistema capitalista, a partir do século XIX, cujo alicerce da discussão centra-se na relação entre a *luta econômica* e a *luta política* no *seio* do movimento sindical operário, elemento presente nos escritos elaborados nesse campo. Tanto em Marx e Engels, quanto nos trabalhos de seus discípulos, identifica-se a máxima de que a luta sindical, por si só, não leva à Revolução, ou seja, há limites no papel e na ação sindical, enquanto via para abolir o trabalho assalariado e alterar o curso do sistema capitalista rumo a uma nova ordem social. Não obstante, os autores

¹⁵⁰ IDEM, p. 1151.

¹⁵¹ De acordo com Paulo Agüena, um dado relevante numa incursão inicial pelo pensamento marxista sobre o sindicalismo é que o mesmo se encontra disperso no seu sistema teórico, pois como bem observou o autor, “os principais mestres do marxismo não produziram um livro específico que fizesse uma abordagem tanto teórica quanto histórica dos sindicatos”. (AGÜENA, P. **O marxismo e os sindicatos: Marx, Engels, Lenin e Trotsky**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2008, p.10).

reconhecem os sindicatos como uma das principais formas de organização operária, em que as diferenças entre os enfoques quanto ao seu papel político, correspondem às questões colocadas por cada época¹⁵².

Os escritos marxistas não somente influenciaram as primeiras correntes do sindicalismo brasileiro no limiar do século XX, mas também a produção acadêmica na área. De modo semelhante, identifica-se o *peso* da literatura marxista na produção acadêmica sobre o sindicalismo docente, que também se refletiu nas formas de organização coletiva do magistério, nos anos 1970. Conforme já salientado anteriormente, um dos principais efeitos das correntes marxistas para o estudo da fase de sindicalização dos professores públicos consistiu no atraso na pesquisa sobre o associativismo e na construção de um enfoque que trabalhou com a perspectiva de superação e diferenciação, entre a fase associativa e a sindical. Nesta direção, predominou uma tendência, especialmente nos estudos realizados nos anos 1980 e, na primeira metade dos anos 1990, que elegia um determinado modo de atuação sindical, mais afeito a correntes ligadas ao *Novo Sindicalismo*, movimento que emergiu no quadro de mudanças ocorridas na sociedade brasileira no contexto dos anos 1970.

A década de 1970 representou um período controvertido na história política nacional, uma vez que, ao mesmo tempo em que presenciou a força dos instrumentos repressivos da ditadura, legitimados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), também foi testemunha do surgimento de uma *sociedade civil* que exerceu papel fundamental na ampliação dos espaços de participação social. Tal contradição, segundo a análise de Eder Sader¹⁵³, pode ser explicada na medida em que se compreende que o fechamento dos canais de participação pelo governo militar, acabou impulsionando a sociedade a buscar novas formas de participação na vida pública. Foi nessa conjuntura que emergiu no movimento sindical brasileiro uma “corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘Sindicalismo Autêntico’ ou ‘Novo Sindicalismo’”¹⁵⁴.

¹⁵² De um modo geral, nos textos marxianos e nas obras escritas por Lênin, é possível averiguar que a análise sobre os sindicatos é abordada no contexto do problema da revolução socialista. Em Trotsky e Gramsci, autores que produziram escritos no período pós-Revolução de Outubro e de instauração dos governos totalitários, o contexto é marcado pela problemática do futuro do regime socialista e das formas de sua expansão às demais sociedades capitalistas (AGUENA, 2008).

¹⁵³ SADER, E., **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

¹⁵⁴ IDEM, p.180.

O *Novo Sindicalismo* teve sua origem nos “movimentos autônomos pela base” situados em grandes polos industriais¹⁵⁵, donde emergiram novas lideranças sindicais, cuja oposição às práticas dos dirigentes dos sindicatos e, sobretudo, à *Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais* (CNTI), constituiu o seu eixo central. Nesta direção, apregoava-se a consolidação de um novo modelo de sindicato que deveria apresentar-se mais combativo e atuante, o que não era característico da estrutura sindical brasileira, especialmente nos anos da ditadura¹⁵⁶. Para Sader, de meados dos anos 1960 à década de 1970, a corrente dos autênticos, que teve como marca sua capacidade de canalizar as pressões da base pelo interior do aparelho sindical, trilhou um caminho ambíguo entre satisfazer as demandas da base e manter-se dentro da legalidade, haja vista os estreitos espaços legais postos ao movimento naquela conjuntura. Não obstante, a maior abertura política teria sido um fator preponderante para a conformação do *novo sindicalismo*, especialmente no final dos anos 1970, momento em que as lideranças de grandes sindicatos conseguem organizar movimentos grevistas que tomaram uma proporção nacional.

É importante salientar, no entanto, com base nas análises de Leôncio Martins Rodrigues, que o fenômeno comumente denominado pela literatura sindical por *novo sindicalismo* não pode ser interpretado como um movimento que não teve seus desdobramentos. De um modo geral, duas grandes tendências se configuraram, no final dos anos 1970 e início da década de 1980. De um lado, houve uma tendência combativa, de cunho socialista, composta pelos grupos que viriam a fundar a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) (Autênticos e os Ativistas Combativos). Do outro lado, as composições que defenderão a modernização da estrutura sindical mediante ações moderadas e conciliadoras, que teve sua origem na Unidade Sindical. Este cenário é fundamental já que repercutiu no processo de sindicalização do funcionalismo público e, em particular, na conformação da fase de sindicalização do movimento de professores públicos, no Ceará, com impacto na produção acadêmica¹⁵⁷.

A realização do *V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais* – CNTI, em 1978, é indicada como um momento importante para a

¹⁵⁵ Para Eder Sader a origem do grupo de dirigentes denominados “autênticos” encontra-se nos anos 1960, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, desde a presidência de Paulo Vidal que teve como sucessor Luís Inácio Lula da Silva; no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, com Benedito Marcílio; no Sindicato dos Metalúrgicos em Santos, com Arnaldo Gonçalves; no Sindicato dos Petroleiros em Paulínia, com Jacó Bittar (IBIDEM, p.180-181).

¹⁵⁶ RODRIGUES, L. M., As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In. BOITO JR., A. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁵⁷ IDEM, 1991.

conformação do novo cenário no sindicalismo brasileiro, o qual teve aspectos relevantes, a saber, o surgimento da ideia de formação de uma grande organização nacional, uma central única dos trabalhadores, que deveria ser autônoma à estrutura sindical oficial e a elaboração da “Carta de Princípios” que nas entrelinhas refletia as novas bandeiras que marcaram o *Novo Sindicalismo*¹⁵⁸. Identifica-se nesse movimento a luta pela democratização da estrutura sindical, que significaria a imposição de novas medidas como, a substituição da CLT por um código de trabalho que possibilitasse a autonomia sindical diante do Ministério do Trabalho; o direito incondicional à greve; a possibilidade de uma negociação direta entre os trabalhadores e os empregadores, rompendo com a intermediação do Estado; eleições diretas em todos os níveis de representação; reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; a criação da *Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais* (ANAMPOS); e a democratização do País, mediante a implantação de uma Assembleia Constituinte que implantasse a democracia representativa; e a criação de uma central dos trabalhadores no intuito de fortalecer o sindicalismo¹⁵⁹.

Cabe salientar que, durante o V Congresso CNTI houve a aproximação entre a corrente dos *Autênticos* e da *Unidade Sindical*, em função da defesa que ambas faziam de questões como o direito irrestrito à greve, a liberdade de filiação a organismos internacionais, dentre outras. Nesse momento, os *Ativistas Combativos* que integravam a base dos sindicatos, também vinham se articulando, promovendo os *Encontros Nacionais das Oposições Sindicais*. A aproximação dos *Autênticos* com esse grupo, por volta da década de 1980, durante o *Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical* (ENTOES)¹⁶⁰, definiu o rumo do movimento nos anos seguintes. Convém ressaltar ainda, a expressiva influência dos *Novos Movimentos Sociais* (NMS) liderados pela Igreja Católica, já que inserção nas lutas sindicais será um fator primordial na conformação dos novos blocos no sindicalismo brasileiro. A aliança entre os NMS e os Sindicalistas Autênticos, no final dos anos 1970, não somente proporcionou condições estruturais para a realização das ações reivindicativas dos dirigentes combativos, tendo em vista que houve intervenção do governo ditatorial em alguns sindicatos dirigidos por esta corrente, como também inseriu na luta sindical uma

¹⁵⁸ SADER, 2011.

¹⁵⁹ RODRIGUES, 1991, p.18.

¹⁶⁰ O ENTOES era promovido pelos Ativistas Combativos que integravam a base dos sindicatos.

característica ímpar, a saber, a tentativa da formação de um movimento mais amplo, unificando a luta dos trabalhadores brasileiros com a luta dos movimentos populares¹⁶¹.

Após o ENTOES, de acordo com Rodrigues, pode-se evidenciar um novo cenário nas oposições sindicais, com a presença de quatro correntes no *novo sindicalismo*, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro V – Correntes no Novo Sindicalismo¹⁶²

UNIDADE SINDICAL	SINDICALISTAS AUTÊNTICOS	OPOSIÇÃO SINDICAL	EXTREMA ESQUERDA
PC do B, PCB, MR-8	Formação do PT	Formação do PT	Leninistas, organizações não partidárias
Favorável à criação de uma central única dos trabalhadores, com exclusiva participação do movimento sindical/amplos poderes às federações, confederações.	Favorável à criação de uma central única dos trabalhadores, com maior participação das bases e dos movimentos populares.	Favorável à criação de uma central única dos trabalhadores, com maior participação das bases e dos movimentos populares.	Favorável à criação de uma central única dos trabalhadores, com maior participação das bases e dos movimentos populares.
Contra a criação do PT	Favorável a criação do PT	Favorável a criação do PT	Objetivo central de lutar pelo socialismo

¹⁶¹ A criação da ANAMPOS, durante a realização do IV Encontro de Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais foi um marco para a construção desse projeto. A intenção era formar uma grande frente que fortalecesse a luta desses segmentos contra a política do Estado. Para a Unidade Sindical, este projeto era inviável em razão das especificidades de cada movimento que inviabilizava o encaminhamento das propostas. Além disso, nesses encontros era amadurecida a ideia da criação de um “partido político” que representasse as lutas dos trabalhadores, e para a Unidade Sindical, formada, em sua maioria, por filiados ao PCB e PC do B, os partidos comunistas já representavam essa categoria (IDEM).

¹⁶² IBIDEM.

Percebe-se que uma das principais características das ações do sindicalismo no Brasil no período de transição é a permanência de diversas correntes no interior dos grupos oposicionistas, especialmente, em razão das articulações político-partidárias estabelecidas pelas lideranças. Para o autor retrocitado, até o início da década de 1980, não desconsiderando as significativas divergências, havia questões que unificavam a luta no interior do movimento de oposição sindical, como a defesa da ruptura com a estrutura sindical, decorrentes da Era Vargas, marcada pelo peleguismo, pelo assistencialismo; a luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, uma das grandes inovações do *novo sindicalismo*, em sua fase inicial, fora a ampliação de suas demandas, que não mais se restringiam apenas às lutas trabalhistas, reivindicando outras bandeiras. Ao mesmo tempo, que lutavam pela democratização da estrutura sindical, sua autonomia em relação ao aparelho estatal, também havia a reivindicação da democratização da sociedade brasileira, mediante transformações nas relações entre Estado e sociedade civil. Não por acaso, tais bandeiras estiveram presentes, num primeiro momento, na agenda do movimento sindical docente, uma vez que a categoria do magistério não teria ficado à margem desse processo.

Assim como na greve de maio de 1978¹⁶³, todas as demais mobilizações na década seguinte tiveram repercussões em âmbito nacional e grande visibilidade social, através da mídia. Por esta razão, estes foram indicados como atores preponderantes na Transição Democrática. Ao longo do referido decênio, no entanto, no âmbito da discussão em torno da criação da Central Única dos Trabalhadores, que definiria os contornos do *novo sindicalismo* e seu posicionamento frente às reformas que seriam elaboradas na Nova República, as divergências no interior do movimento tenderiam a ser acentuadas, se configurando o *Novo Sindicalismo*, conforme o quadro acima.

O rompimento entre os *Autênticos* e a *Oposição Sindical* com a *Unidade Sindical* foi impulsionado, sobretudo, pelas divergências em relação à criação de uma central sindical que integrasse os movimentos populares. No entanto, em consonância com a análise de Ricardo Antunes, evidencia-se como principal fator do aprofundamento nas divergências entre as correntes, a própria concepção sobre o papel do movimento sindical, no decorrer das mudanças que vinham ocorrendo na transição política. Para o autor, a *Unidade Sindical*, formada pela esquerda tradicional e, em sua grande maioria, por militantes do PMDB, ao se posicionar contra o sindicalismo

¹⁶³ Referência às greves dos sindicatos dos metalúrgicos no ABC paulista.

combativo, rompeu com as demais correntes por apresentar um projeto sindical que visava priorizar ações moderadas e conciliadoras¹⁶⁴. Nesta direção, a *I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora* (CONCLAT)¹⁶⁵ é considerado o marco na formação das tendências, já que após o evento tornou-se mais evidente os dois grandes blocos que irão como por sindicalismo brasileiro: o bloco representado pela Unidade Sindical; e o bloco formado pelas demais tendências elucidadas no quadro acima.

Tais divergências fizeram com que, nos anos 1980 e 1990, ao invés da criação de uma única central que reunisse as diversas categorias dos trabalhadores, fossem criadas várias centrais sindicais: a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), em 1983; a USI, em 1985; a *Confederação Geral dos Trabalhadores* (CGT), em 1986; a CSC, em 1988; e a Força Sindical, em 1991. Cada corrente surgiu no bojo das alianças ou dos rompimentos que foram sendo estabelecidos no *novo sindicalismo* que teve como uma de suas marcas a diversidade ideológica. Esse cenário repercutiu na fase de sindicalização dos professores públicos, inclusive com impacto nas produções acadêmicas. Apesar de no movimento ter havido a influência, não somente das tendências mais combativas, como será observado através do estudo sobre o caso cearense, nas pesquisas sobre a luta sindical do magistério percebe-se um peso maior em torno das correntes ligadas ao sindicalismo combativo¹⁶⁶. Essa tendência teve hegemonia nas produções acadêmicas sobre o sindicalismo docente no Ceará.

Há, no entanto, análises, que citam as diversidades também inerentes ao movimento sindical dos professores da rede pública, sendo de destaque o enfoque no papel exercido pelos *movimentos de esquerda* na categoria do magistério, no contexto da década de 1970. Embora já no decênio anterior, a esquerda nacional viesse se mobilizando, um processo que não se interrompeu com o advento do Golpe de 1964¹⁶⁷, mas que mudou sua direção após a instauração do AI-5, é nas alterações postas na segunda metade da década de 1970, que se investigou o papel das esquerdas no movimento de professores. O arrefecimento do regime militar e as derrotas dos

¹⁶⁴ ANTUNES, R. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª edição. Campinas/São Paulo: Pontes, 1995.

¹⁶⁵ O I CONCLAT foi realizado em 1981, e teve como uma de suas principais metas discutir a fundação da CUT, com vistas a reorganizar a estrutura sindical nos moldes do sindicalismo combativo (RODRIGUES, 1991).

¹⁶⁶ É possível identificar essa característica através do primeiro bloco de estudos, do estado da arte realizado por Vianna, analisado anteriormente (VIANNA, 1999).

¹⁶⁷ O segundo capítulo do presente trabalho trata de forma mais específica sobre os movimentos de esquerda na década de 1960 e sua influência na categoria de professores da rede pública, na fase do associativismo.

movimentos que apregoavam a luta armada¹⁶⁸, em seu conjunto, teriam contribuído para um redimensionamento da esquerda nacional.

Em seu estudo sobre a influência política das tendências de esquerda, que sobreviveram ao AI-5, no movimento de professores de 1º e 2º graus¹⁶⁹, Amarílio Ferreira Júnior constatou que

Desde o início, as manifestações associativas do professorado contaram com a participação orgânica das tendências de esquerda que se reorganizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura militar. Assim, podemos afirmar que o movimento de professores foi influenciado no processo de reconstrução de suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, dirigido pelas concepções que os partidos de esquerda tinham da modernização acelerada e autoritária que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência da ditadura militar¹⁷⁰.

Para o autor as principais correntes que exerceram influência no movimento de professores no contexto da década de 1970, podem ser resumidas pelo quadro abaixo:

Quadro VI – Tendências político-partidárias influentes nos anos 1970 no movimento de professores¹⁷¹.

Partidos	Origem
Organização Socialista (OS)	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (POR)
Internacionalista (Liberdade e Luta - LIBELU)	(Trotskista), fundada em 1976 .
Convergência Socialista (CS)	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (Trotskista), fundada em 1977.
Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)	Dissidência da organização Revolucionária – Política Operária, fundado em 1976.
Organização Revolucionária – Política Operária	Mocidade Trabalhista de Minas Gerais; Liga Socialista de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo); Trotskista e dissidentes do Partido Comunista

¹⁶⁸ Eder Sader indica como marco para o fim do ciclo da “esquerda revolucionária”, o ano de 1971, com a morte de Lamarca e Barreto, executados pelo regime militar na Bahia. (SADER, 2001).

¹⁶⁹ As tendências de esquerda indicadas em seu estudo são: Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta); Convergência Socialista (CS); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); Organização Revolucionária – Política Operária; Ação Popular Marxista-Leninista; Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista; Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

¹⁷⁰ FERREIRA JÚNIOR, 2011, p.48.

¹⁷¹ FERREIRA JÚNIOR, A., Movimentos de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009. (CDROM).

	Brasileiro, fundado em 1961.
Ação Popular Marxista-Leninista	Juventude Universitária Católica, fundada em 1962.
Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista	Tendências Socialistas do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Operário Comunista e Organização Revolucionária dos Trabalhadores, fundada em 1982.
Movimento Revolucionário 8 de Outubro	Dissidência da Guanabara do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1966.
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Seção Brasileira Internacional Comunista, fundado em 1922.
Partido Comunista do Brasil (PC do B)	Dissidência do PCB, fundado em 1962.

Tais correntes exerceram influência na fase de sindicalização, havendo diferenças de acordo com as experiências em cada estado. Segundo Amarílio Ferreira Júnior, de um modo geral, dentre as correntes citadas acima, três eram de destaque no movimento de professores no final da década de 1970, a saber, a *Organização Socialista Internacionalista* (OSI), a *Convergência Socialista* (CS) e o *Movimento de Emancipação do Proletariado* (MEP). Em São Paulo, a participação de professores nessas correntes de esquerda contribuiu para a organização de movimentos, em meados dos anos 1970. Em 1976, surgiram em São Paulo, o *Movimento de União dos Professores* (MUP) e o *Movimento de Oposição Aberto de Professores* (MOAP), formado por docentes egressos do movimento estudantil e com atuação em grupos de esquerda, que ao concluírem o curso universitário e ingressarem em escolas particulares, procuraram no movimento de professores um novo espaço de atuação¹⁷². Essas novas lideranças foram responsáveis pela deflagração do movimento grevista de 1978. Tal experiência elucida o papel fundamental das correntes político-partidárias na formação do movimento sindical docente. Há que se considerar, no entanto, que a experiência sindical na área da educação apresenta suas especificidades, havendo outros fatores que explicam a eclosão do movimento sindical na categoria dos professores das escolas públicas. Além da influência do *novo sindicalismo* e dos *movimentos de esquerda*, que outros elementos teriam corroborado para a organização dos professores públicos, nos moldes sindicais?

Na literatura sobre o tema há alguns estudos que se debruçaram na análise do processo que deu origem à luta sindical na categoria do magistério público. No conjunto das referidas pesquisas pode-se identificar alguns pontos, intrinsecamente relacionados, que comumente são citados, o que indica serem o fenômeno resultante de

¹⁷² IDEM.

um conjunto de mudanças, que envolvem aspectos relacionados ao sindicalismo geral, ao cenário político nacional, bem como particularidades inerentes à educação e à categoria docente. A aproximação do movimento de professores com o *Novo Sindicalismo* e movimentos de esquerda, na década de 1970 é investigada também como parte do impacto das reformas educacionais promovidas pelo regime militar, uma vez que estas ocasionaram alterações significativas no quadro do magistério, assinalado por alguns estudos como fundamental à eclosão do movimento sindical no magistério público.

Entre os anos 1964 a 1978, o governo federal desenvolveu ações que provocaram mudanças, quantitativa e qualitativa, na categoria docente da rede oficial. Sua política de expansão da oferta do ensino público, implantada desde os anos 1960, teve como corolário a contratação de novos professores para atuar nos colégios oficiais, sem estabilidade ou vínculo empregatício, o que não somente acarretou o aumento no seu contingente, mas também modificou o perfil da categoria. Gradativamente a carreira docente, especialmente no nível secundário, “sofreu” uma desvalorização, o que incluiu também o rebaixamento no padrão salarial dos professores efetivos da rede.

É importante salientar que o declínio no valor dos vencimentos dos professores secundários já era uma realidade no Brasil na década de 1950, como demonstram alguns estudos a respeito. As pesquisas de Vicentini e Lugli sobre o ensino secundário em São Paulo revelaram que, em decorrência da alta no custo de vida no estado e do atraso no pagamento das aulas extraordinárias, o magistério secundarista da rede pública teve uma redução no seu nível salarial¹⁷³. Foi nesse contexto, na fase associativa, que a categoria se mobilizou em prol de mudanças nesse cenário. Na mesma direção, a pesquisa de Francisco Loiola de Sousa, *A regulamentação do trabalho docente no Estado do Ceará na interface público/privado (1942-1962)*, a respeito do ensino secundário no Ceará, também é elucidativa, na medida em que mostrou a desvalorização nos salários dos professores secundaristas na referida década. Apesar de, neste período, a rede oficial cearense ainda ser bastante reduzida, em relação ao caso paulista que já vinha se expandindo desde os anos anteriores, o aumento dos vencimentos dos mestres cearenses não passou a acompanhar a inflação, o que

¹⁷³ Tal situação teria sido agravada no ano de 1961, após aprovação do *Projeto nº 1.048/61*, o qual aumentou o número de aulas ordinárias, ocasionando não somente o aumento nos encargos do magistério como um decréscimo no valor hora/aula (VICENTINI & LUGLI, 2009).

corroborou para a queda do seu padrão salarial, aspecto melhor abordado no capítulo seguinte.

Embora a *queda* no padrão salarial, seja anterior à fase do regime militar, é no processo de empobrecimento da categoria, decorrente das medidas educacionais da ditadura no final dos anos 1960 e, mais precisamente na década de 1970, que recai a análise dos autores. A esse respeito, são de destaque as pesquisas de Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar¹⁷⁴, quando os mesmos analisam o impacto do projeto de educação no período ditatorial, em especial a *Reforma Universitária*(Lei nº 5.540/68) e a *Reforma de 1º e 2º Graus*(Lei nº 5.692/71). Certamente, a Lei nº 4.024/61 já havia traçado medidas que contribuíram para o rebaixamento das condições salariais do magistério público, a exemplo do *Plano de Emergência* e do PNE, haja vista o fato de proporem a política de expansão da rede de ensino público, o que acabou por contribuir para um crescimento numérico do quadro docente, principalmente no ensino secundário, o que somente foi possível, em parte, através da desvalorização dos salários. Não obstante, a própria implantação do PNE ficou a cargo dos governos ditatoriais, viabilizada mediante acordos financeiros entre o MEC e organismos internacionais¹⁷⁵, dando origem a duas principais reformas educacionais da ditadura, a saber, a Lei nº 5.540/68 e a Lei nº 5.692/71. A primeira modificou o sistema universitário ao criar cursos de formação docente, nos moldes das licenciaturas curtas, promovendo um “processo aligeirado” de formação, com impacto na formação cultural desse professorado¹⁷⁶.

Mais significativas, todavia, teriam sido as transformações advindas da Lei nº 5.692/71, que reorganizou a estrutura didática dos níveis de ensino, modificando o modelo instituído pela Lei nº 4.024/61, ao criar dois níveis de ensino: o 1º grau com duração de oito anos, resultante da junção do antigo curso primário e do curso ginásial; e o 2º grau, referente ao antigo curso colegial, com três anos de duração. Pela nova legislação o 1º grau passou a constituir o ensino básico, com oferta obrigatória, o que pressupôs a sua ampliação. Para os autores retrocitados, ambas as Leis foram responsáveis pelas alterações efetivadas na composição social da categoria do magistério, que no final da década de 1970, já não mais portava “o perfil do passado,

¹⁷⁴ FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M., **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar/ Edições Pulsar, 2006, 108p.

¹⁷⁵ Durante o Regime Militar, desde os anos 1960 teve um papel crucial nas reformas educacionais daquele período os acordos promovidos entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID). (CUNHA, L. A.; GOÊS, M. de., **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985).

¹⁷⁶ FERREIRA JÚNIOR & BITTAR, 2006.

numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites”.

Foi nessa conjuntura que o professorado passou a representar uma das principais categorias no quadro do funcionalismo público, em virtude da expansão quantitativa das escolas públicas básicas. Por meio da referida legislação, o governo ampliou a oferta do ensino, ao determinar a obrigatoriedade dos oito anos do ensino de 1º grau (antigo primário e o ciclo ginásial). Além disso, a Lei nº 5.692/71 promoveu mudanças na formação docente, ao estender a formação em nível universitário aos professores do ensino de 1º grau. A expansão quantitativa da escola de 1º grau, por outro lado, estabeleceu formas “aligeiradas” de qualificar os docentes e a junção entre “crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial”, uma vez que a massificação do ensino veio acompanhada do rebaixamento dos salários, foi deteriorando as condições de vida e de trabalho dos professores da educação básica no Brasil¹⁷⁷.

Um dos aspectos mais relevantes da proletarização vivido pelo magistério brasileiro é que ele desmistificou as atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais, ocorrendo, de forma acentuada, a paulatina perda do *status* social. A partir desse momento [década de 1970], teve início a identidade social do professorado do ensino básico, ou seja, a de um profissional da educação submetido às mesmas condições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas assim às condições que associariam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores¹⁷⁸.

A *proletarização* do trabalho docente, desse modo, teria contribuído para uma maior politização do movimento de professores das escolas de 1º e 2º graus e sua aproximação com o movimento sindical. Associado a esse processo haveria um *terceiro fator* indicado pelas produções acadêmicas, quando se pretende discutir a inserção do magistério público na luta sindical, a saber, a presença de uma *nova identidade social* na categoria dos professores que, diante da precarização do trabalho docente, passou a se identificar enquanto um *trabalhador da educação*. O texto de Miguel Arroyo,

¹⁷⁷ IDEM, p.70.

¹⁷⁸ IBIDEM, p.166-167.

*Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?*¹⁷⁹, escrito em 1979, o qual pode ser considerado uma das primeiras análises dos movimentos grevistas liderados por professores das escolas públicas, já esboçava essa ideia. Ao refletir sobre o processo que deu origem a organização coletiva sindical do magistério, o autor atentou para um elemento que viria a ser bastante elucidado, posteriormente pelas produções acadêmicas, qual seja, as implicações das políticas educacionais da década de 1970, na formação de uma nova *consciência política* na categoria docente, a do *educador/trabalhador*. Embora esta não tenha sido representativa do conjunto da categoria e tenha sido refutada, posteriormente, no campo teórico por algumas análises¹⁸⁰, a identidade social de trabalhador em educação foi bastante aduzida nos discursos dos militantes e pelos estudos que discutiram a tese da proletarianização docente, tendo forte presença nos trabalhos na área.

Abre-se um parêntese para enfatizar que as análises sobre as reformas educacionais e o movimento de professores das escolas públicas fazem maior alusão ao seu impacto para a eclosão do movimento sindical, pouco sendo explorado de que forma tais reformas podem também ter contribuído para o crescimento de associações docentes nos moldes associativos, elemento que será abordado na investigação do caso cearense.

Outro fator, assinalado na análise da eclosão do movimento sindical docente, é a intensificação no seio da sociedade brasileira nos anos 1970, do debate em torno da educação pública, momento em que se ampliaram os espaços de discussão, sobretudo, com a inserção do tema em eventos já consolidados. As reuniões anuais da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), nesse período, passaram a abranger temas especificamente educacionais, o que teria atraído à participação de educadores e permitido,

¹⁷⁹ O texto foi apresentado sob a forma de comunicação, no *II Encontro Nacional de Supervisores de Educação* e, posteriormente, publicado no editorial nº 5, de janeiro de 1980, da Revista *Educação e Sociedade*, cuja temática central era “Educador = Trabalhador” (ARROYO, M. G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? In: **Educação e Sociedade**. nº 5, jan., 1980, p.05-23).

¹⁸⁰ Mesmo reconhecendo a presença desta identidade coletiva, na produção acadêmica alguns autores já destacam que esta imagem não pode ser indicada como representativa de toda a categoria. Nem todos os professores se reconhecem como um trabalhador em educação. Conforme salientou Vianna, “apesar da maior visibilidade de um determinado significado de ser professor [trabalhador em educação], as imagens sobre a docência são múltiplas e contrastantes e, com maior ou menor destaque, convivem entre si, exercendo maior ou menor influência, ao longo dos anos, no conteúdo e nas formas de organização coletiva docente” (VIANNA, 1999, p.66).

[...] o aumento de densidade do campo educacional, nos anos 70 [1970], em plena época de desmobilização político-partidária. Entidades que já existiam passaram a realizar seus encontros específicos no espaço da SBPC; outras surgiram do encontro de pessoas e grupos com interesses comuns reconhecidos, como foi o caso das associações de docentes de ensino superior¹⁸¹.

Dentre as entidades que foram fundadas no campo educacional, neste período, destacam-se a *Associação Nacional de Pós-Graduação* (ANPED) e o *Centro de Estudos Educação e Sociedade* (CEDES), em 1978, vinculadas à pesquisa nas universidades, que associaram aos objetivos da sua fundação a sua “resistência à política educacional dos governos militares”¹⁸². No ano seguinte, surgiu ainda a *Associação Nacional de Educação* (ANDE), que junto a ANPED e o CEDES, organizou nos anos 1980 as *Conferências de Educadores*, um dos principais eventos voltado ao debate da reforma na educação, mobilizando-se em defesa do ensino público. Paraphrasing Luiz Antônio Cunha, o papel exercido pelos professores das universidades brasileiras, em particular, das instituições públicas de ensino superior, vai além da sua contribuição na produção teórica sobre a educação, uma vez que constituíram um dos atores centrais no processo de organização política do campo educacional, juntamente com os professores de 1º e 2º graus¹⁸³.

Em meio à efervescência do debate educacional, sob a égide da crítica à política dos governos militares, houve a adesão do magistério da rede pública básica à luta em defesa da escola pública. Professores de todo o país participaram dos eventos promovidos pela SBPC e se articularam em direção a um movimento que culminou nas mobilizações e greves dos anos de 1978 e 1979, cujo propósito de reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho, veio revestido da luta em prol da educação, momento que teria marcado a fase do sindicalismo no magistério das escolas públicas.

Os fatores apresentados acima, em seu conjunto, são comumente identificados nos estudos que buscam explicar a emergência do movimento sindical docente na fase do sindicalismo. Tal conjuntura, ao mesmo tempo em que, teria justificado a elegia do sindicalismo pela categoria docente, também foi utilizada para explicar seu contraponto ao modelo aduzido na fase associativa, bem como as

¹⁸¹ CUNHA, L. A., **Educação, Estado e Democracia no Brasil**, 2ª edição, São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora Fluminense; Brasília, DF: FLACSON do Brasil 1995, p.93.

¹⁸² IDEM, p.93.

¹⁸³ IBIDEM.

diferenças entre ambos, na medida em que é nesse cenário que se situa o processo de construção das bandeiras de luta do movimento sindical docente e o papel que este passou a exercer no setor educacional. Se, na fase do associativismo, as demandas do movimento do magistério público são associadas à questões voltadas aos interesses da categoria, em sua relação com o campo da educação, na fase do sindicalismo, analisa-se as ações de parcela dos professores que aderiu à luta sindical a um conjunto amplo demandas que, em sua origem, ultrapassaram as barreiras do campo educacional, conforme será analisado a seguir.

1.3.1 – A construção das bandeiras do movimento sindical docente na fase do sindicalismo

A adesão do magistério ao movimento sindical ocorreu no contexto de precarização do trabalho docente e veio acompanhada de um discurso que apregoava sua maior participação no debate político e educacional, fatores que acabaram contribuindo na conformação de suas bandeiras, nos moldes sindicais, um processo que em nível nacional se deu em torno da *Confederação dos Professores do Brasil (CPB)*¹⁸⁴. Na análise de sua trajetória, do final dos anos 1970 à sua institucionalização, após a promulgação da Carta Constitucional (1988), é possível identificar a presença de três momentos. O *primeiro* corresponderia ao período em que as bandeiras do movimento apresentaram um *caráter mais amplo*, na medida em que se confundiram com demandas mais gerais, voltadas ao problema da redemocratização da sociedade brasileira. É a fase de eclosão do movimento e efervescência das mobilizações. O *segundo* abrange o momento da elaboração da plataforma de luta do movimento sindical docente, consubstanciada na proposta em direção ao *Fórum Nacional em Defesa da Educação na Constituinte*, que definiu as principais diretrizes da luta sindical docente. O *terceiro*, por fim, representa a fase de criação dos sindicatos, cujo debate centra-se na unificação das associações nos sindicatos únicos dos trabalhadores em educação, os quais passaram a ter como principais bandeiras, a luta corporativa e a defesa da educação pública.

¹⁸⁴A CPB é sucedânea da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), entidade criada em 1960 para reunir, em âmbito nacional, as associações dos professores primários. Em virtude das alterações promovidas pela Reforma de 1º e 2º Graus na categoria docente, no ano de 1977, a entidade promoveu mudanças em seus estatutos, transformando-se na CPB.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, os estudos mostram que o movimento sindical dos professores das escolas públicas teve dois principais vetores: um debate mais amplo que apresentava bandeiras focadas no tema da redemocratização, assim como reivindicações na área da política educacional; e lutas direcionadas aos interesses específicos do magistério, o que abrangia a luta salarial e a luta pelo direito à sindicalização, que veio acompanhada do debate sobre a organização sindical da categoria em nível nacional, o qual teve maior centralidade na referida fase. A esse respeito, o movimento se dividiu entre duas principais tendências: a defesa de uma estrutura sindical, formada a partir da democratização da CPB; e a criação de uma nova entidade nacional, destinada a representar todos os profissionais que atuavam na educação, ideia que deu origem a UNATE, em 1981. A discussão sobre o “melhor caminho para a unificação da luta sindical dos professores” constituiu o eixo central dos debates ocorridos no *I Congresso de Profissionais da Educação*¹⁸⁵, realizado em 1980, sendo a questão principal decidir entre a *construção de uma nova entidade nacional ou a democratização da CPB*¹⁸⁶.

Para Amarílio Ferreira Júnior, a divisão em dois polos era um reflexo da influência das tendências de esquerda e a divergência político-ideológica estava associada à análise que se fazia de como encaminhar o processo de transição, ou seja, “ao tipo de estratégia política utilizada na luta contra o regime militar” que, por sua vez, havia sido definida em sintonia com sua filiação à determinada tendência política¹⁸⁷. A proposta de unificação das lutas dos profissionais da educação, neste sentido, encontrou amparo nas três tendências políticas de esquerda, mais atuantes na formação do movimento sindical dos professores das escolas básicas, no final da década de 1970 - a OSI, o MEP e a CS, as mesmas que no âmbito da reforma partidária defendia a criação de um novo partido (que viria a ser o Partido dos Trabalhadores – PT) e de uma Central Única dos Trabalhadores. Os professores militantes que apoiavam a continuidade da CPB como entidade nacional, por sua vez, estavam sintonizados com as correntes comunistas – o PC do B, PCB e o MR-8, que no plano político-partidário eram favoráveis a reformulação do MDB, apoiando a fundação do PMDB.

¹⁸⁵ O I Congresso de Profissionais da Educação ocorreu na cidade de São Paulo, no Teatro Paulo Eiró e contou com a participação de 800 professores, vindo de diversas localidades do país. (FERREIRA JÚNIOR, 2011).

¹⁸⁶ IDEM.

¹⁸⁷ IBIDEM, p.63.

A criação da UNATE, em 1981 é elucidativa da divergência presente no interior do movimento docente em sua fase inicial, bem como da influência das tendências políticas partidárias, característica marcante dessa fase. Não obstante, e, no campo sindical, havia as dissensões político-ideológicas, no início da fase de sindicalização, o movimento apresentava bandeiras comuns, no que se refere ao campo da política nacional, da política educacional e das lutas corporativas. Durante os encontros e congressos nacionais ocorridos neste período, foram construindo sua plataforma de luta que, em linhas gerais, demonstra o processo de politização do movimento e sua aproximação com o sindicalismo geral, através da inserção de bandeiras que ultrapassavam as questões corporativas. Além da luta por melhores condições de salários, havia a preocupação em debater o processo de transição política, a questão econômica do País, a Anistia Política, dentre outros temas que efervesciam o debate político na época.

Foi nessa conjuntura que o movimento conseguiu se organizar coletivamente, tendo como seu corolário a eclosão das mobilizações em massa no final da década de 1970, em alguns estados brasileiros. Em 1978, professores em alguns estados brasileiros¹⁸⁸ entraram em greve e, em geral, as reivindicações eram semelhantes, centrando-se na questão salarial e na implantação do Estatuto do Magistério¹⁸⁹. Apesar das greves dos professores apresentarem como eixo central a luta corporativa da categoria, em especial, a defesa da implantação do Estatuto, o movimento já demonstrava um caráter eminentemente político.

Com base na análise realizada por Cláudia Vianna, a respeito das produções acadêmicas que se debruçaram em investigar a luta dos professores nesse período, percebe-se que os trabalhos elaborados entre 1981 e 1992, ao privilegiar a fase sindical, compartilharam de uma visão *otimista* em relação à participação do movimento sindical docente nessa fase. Segunda a autora, a força das mobilizações contribuiu para a crença no potencial das práticas sindicais, na conquista de melhorias na escola pública e, em particular, na valorização do magistério¹⁹⁰. Neste cenário, além da participação em movimentos grevistas, a categoria que participava das mobilizações, atuando nos

¹⁸⁸ Ver capítulo III.

¹⁸⁹ O Artigo 72º, das Disposições Transitórias, prevê a elaboração de um planejamento prévio, o qual deveria fixar linhas gerais para a elaboração de um Plano Estadual de Implantação da Lei 5.692. Em seu Parágrafo Único, transferia a tarefa de elaborar os planos aos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino (FERREIRA JÚNIOR & BITTAR, 2006).

¹⁹⁰ VIANNA, 1990.

debates educacionais e em todo o processo que envolvia a transição política. Esta constituiu a fase de efervescência das mobilizações.

Após 1985, momento em que diversos setores da sociedade brasileira – partidos políticos, movimentos sociais, movimento sindical – se organizavam em torno da elaboração do novo texto constitucional, cujo intuito era promover um reordenamento institucional no País, observa-se novo cenário no movimento sindical docente. É uma *fase mais propositiva*, em que o movimento buscou delimitar diretrizes que, em seu conjunto, articulavam as lutas específicas do magistério a outras temáticas. Representado nacionalmente pela CPB, com o fim da UNATE, a Confederação passa a reunir entidades filiadas que anteriormente, mantiveram posicionamentos divergentes, em relação à CPB, mas que naquele momento participaram da construção de suas propostas, um debate que caminhou em direção ao *Fórum Nacional de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito*¹⁹¹. Para Luiz Antônio Cunha, a ideia de criar o Fórum teria surgido na *IV Conferência Brasileira de Educação (CBE)*, em 1986, evento promovido pela ANPED, CEDES e ANDE, que culminou na divulgação da *Carta de Goiânia*, um documento contendo 21 pontos e que expressava o “texto de política educacional que imprimiu a mais forte e decisiva orientação na plataforma das entidades da sociedade civil”¹⁹².

As entidades promotoras do evento haviam sido fundadas no final da década de 1970¹⁹³, como resultado do crescente interesse dos pesquisadores pela análise crítica da política do regime militar, sendo fundamental seu trabalho na ampliação dos espaços de debate sobre a questão educacional. Ao lado dos intelectuais e dos pesquisadores, os professores da educação básica estavam representados, nacionalmente, através da CPB, entidade que exerceu função primordial nos estudos desenvolvidos no Fórum, sendo a que conseguiu mobilizar o maior número de assinaturas no projeto de emenda popular enviado à Assembleia Nacional Constituinte¹⁹⁴. Conforme já havia salientado Cunha, o “processo de organização do campo educacional [...] envolveu tanto os professores das escolas de 1º e 2º graus quanto os pesquisadores das universidades, dos institutos

¹⁹¹ O Fórum foi lançado oficialmente no dia 09 de abril de 1987, em Brasília por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública (GOHN, M. da G., **Movimentos sociais e educação**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009).

¹⁹² CUNHA, 1995, p.96.

¹⁹³ Em 1976 havia sido criada a *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCs); em 1977, a ANPED; em 1978, o CEDES e a ANDE. No início dos anos 1980 foi fundada a ANDES. (GOHN, 2009).

¹⁹⁴ HERKENHOFF, J. B., **Dilema da educação, dos apelos populares à constituição**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

especializados e os professores de pós-graduação”¹⁹⁵. Esse fato se confirma pelo empenho que estes atores tiveram não somente em dar visibilidade ao problema da educação brasileira, mas, sobretudo pelo esforço em redigir propostas para a *Assembleia Nacional Constituinte* que visasse à defesa de um projeto de escola pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade.

O projeto enviado pelos pesquisadores e professores universitários reunidos em torno da CBE apresentava dispositivos específicos na área educacional. A plataforma redigida pelos docentes da rede básica, por outro lado, teve um caráter mais abrangente, sendo o tema da *política educacional* parte integrante do conjunto de suas reivindicações, o que incluía outras duas questões centrais – a luta por melhorias nas condições de trabalho e a luta pelo direito à sindicalização. Dito de outro modo, a participação do magistério como um dos principais protagonistas no debate educacional nos idos de 1980, é vinculada a sua organização em prol de defender seus direitos trabalhistas e teve naquele momento, forte influência do movimento sindical, o que justifica as especificidades das diretrizes elaboradas pela categoria, no âmbito da implantação da Assembleia Constituinte, cujas pautas incorporaram bandeiras aduzidas pelo sindicalismo brasileiro. É nesse contexto que o movimento dos professores da rede pública básica ganha visibilidade e assume um papel central na defesa da escola pública e na construção de um projeto de escola gratuita, laica e democrática.

O documento redigido pela CPB a ser encaminhado ao FNDEP, contendo as “diretrizes para uma nova escola” havia sido esboçado durante o *XX Congresso Nacional de Professores*¹⁹⁶, realizado em janeiro de 1987, cuja temática era – *Constituição para uma Nova Escola*. Percebe-se pelo teor do texto que apesar de tratar-se de um evento de professores da rede pública básica e da temática apresentar-se vinculada a um debate específico sobre os rumos da escola pública brasileira, o temário demonstra o caráter amplo da agenda, que se dividia em três eixos centrais – *política geral, política sindical e política educacional*.

¹⁹⁵ CUNHA, 1995, p.58.

¹⁹⁶ O Congresso Nacional de Professores é o evento promovido pela CPB, desde a década de 1960 que reunia entidades filiadas à Confederação, bem como autoridades na área. Sua 20ª edição foi realizada no período de 18 a 22 de janeiro, meses antes do lançamento oficial do FNDEP, com a participação na abertura do evento, dos professores universitários, Moacir Gadotti, Florestan Fernandes e Lucília Regina e de representantes de entidades internacionais. Um dos principais objetivos do certame havia sido elaborar um documento, contendo a síntese das deliberações da categoria a ser entregue às autoridades governamentais, para a inclusão de suas reivindicações na nova Constituição Federal. Na ocasião foi eleita a nova diretoria, sob a direção do presidente Tomaz G. Deluga Wonghon (JORNAL CPB NOTÍCIAS, jan./fev.,1987).

A primeira parte trazia uma síntese das deliberações da plenária sobre temas que foram inseridos como assuntos referentes à política geral, que na concepção dos elaboradores abrangiam aspectos relacionados, tanto a área econômica e social quanto à reforma político-constitucional, os quais foram divididos em seis subitens – *questão econômica, dívida externa, reforma agrária, pacto social, constituinte, habitação e outras questões*. Ao todo, somando os itens inclusos em cada subitem havia um total de 105 propostas, somente no tema da política geral que, em seu conjunto, incorporavam temas centrais específicos de outros movimentos, bem como demandas comuns presentes na agenda dos movimentos sociais e sindicais.

A *política sindical* e a *política educacional* completavam o rol dos eixos centrais das reivindicações do magistério de 1º e 2º graus e, nestes itens, encontramos as bandeiras que se vinculam de forma mais específica aos interesses da categoria. O quadro abaixo mostra o resumo dos tópicos abordados em cada eixo¹⁹⁷.

Quadro VII – Diretrizes da política sindical e educacional do XX Congresso da CPB¹⁹⁸

EIXO POLÍTICA SINDICAL	EIXO POLÍTICA EDUCACIONAL
1. Movimento e estrutura sindical	1. Ensino público e gratuito
2. Relação da CPB com outras entidades sindicais	2. Verbas para a educação
3. Legislação trabalhista	3. Legislação ordinária da educação
4. Organização do magistério	4. Democratização da escola
-	5. Formação do professor
-	6. Conferência Nacional da Escola Pública.

Analisando os subitens que compunham os tópicos de cada eixo nota-se que as deliberações na área dos direitos trabalhistas dos professores da rede pública foram inseridas no tópico *organização do magistério*, do eixo *política sindical*, que em síntese abrangia a *luta pelo piso salarial*, referente a cinco salários mínimos para 20 horas (cálculo do DIEESE) e a *implantação do plano de cargos e carreira unificado nacionalmente*. Ao lado da organização do magistério os demais tópicos tratavam de questões pontuais ao sindicalismo naquele momento como, a concessão do direito à sindicalização ao funcionalismo público, a ratificação das Convenções 87 e 151, da

¹⁹⁷ Vale lembrar que, assim como ocorreu na parte referente à política geral, cada um dos tópicos era subdividido em itens.

¹⁹⁸ CPB NOTÍCIAS, jan/fev, 1987, p.05-07, Documento final do XX Congresso da CPB.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incluía o debate sobre a pluralidade sindical. Convém salientar que, neste caso, apesar da CPB ter deliberado contra a sua filiação à *Central Única dos Trabalhadores* (CUT)¹⁹⁹, a ratificação da Convenção da OIT, bandeira defendida por setores ligados ao PT, já demonstrava uma ampliação destes, na base da Confederação, os quais se tornariam maioria, no final da década de 1980. Além disso, a CPB já atuava no *Movimento Sindical Unitário*, junto a outras organizações sindicais, movimento que visava firmar um posicionamento único do sindicalismo diante da Constituinte e da situação econômica do país²⁰⁰. De modo geral, o interesse das centrais sindicais e confederações de trabalho era defender o direito à liberdade e organização sindical, ao mesmo tempo em que se preocupavam com as mudanças na política econômica, uma vez que estas teriam impacto direto na classe trabalhadora.

Analisando a proposta da CPB para a nova Carta Magna, percebe-se que as demandas específicas da categoria dividiam-se entre os eixos da política sindical e política educacional. No que se refere à questão salarial e ao plano de cargos e carreira, estas ficaram alocadas no primeiro eixo. O debate sobre formação docente, juntamente com os encaminhamentos referentes à escola pública (verbas para a educação, democratização da escola pública...), ambos foram alocados no segundo eixo. Dois aspectos merecem destaque na análise das propostas da Confederação. Primeiro, torna-se mister assinalar o fato das principais demandas corporativas – questão salarial e o plano de cargos e carreira –, não ficarem também inclusas no tópico da política educacional, considerando o fato de, no caso do magistério público, as decisões referentes a estas demandas serem tomadas neste setor, ao contrário do magistério da rede particular, em que a política salarial é negociada junto ao Ministério da Justiça e do Trabalho. Ao deslocar esse debate do campo da política de educação e, ao mesmo tempo, dar maior centralidade a seu papel na luta em defesa da escola pública, o movimento deixa de fazer uma discussão mais ampla sobre a importância de sua participação na área educacional, também como instrumento de luta para obter suas demandas corporativas. Daí advém, a suma relevância de acompanhar as políticas do MEC, e seu impacto no trabalho docente. Essa seja talvez a principal especificidade do sindicalismo no magistério público, que o diferencia do sindicalismo geral.

¹⁹⁹ A filiação da CPB à CUT ocorreu apenas, em 1988, no XXI Congresso da entidade, realizado em Brasília (PAULA, 2010).

²⁰⁰ CPB NOTÍCIAS, jan/fev/1987, p.05, Documento final do XX Congresso da CPB.

Outro ponto relevante e não menos importante para a análise da construção do movimento sindical dos professores da rede pública refere-se ao caráter amplo de suas demandas, uma vez que o movimento associou os temas sindicais e a luta corporativa à defesa da escola pública. No texto publicado em 1988, *E os movimentos de professores da rede pública?*, Angelina Peralva já indicava suas dificuldades, citando como problemática central, a incapacidade de equacionar os três principais eixos estabelecidos ao longo da década de 1980, quais sejam, a *questão salarial*; a *qualidade do ensino*; e a *democratização da estrutura de poder no interior do sistema escolar*. De fato, ao lado das questões corporativas, os professores elegeram a luta por uma escola pública democrática e de qualidade como uma de suas bandeiras centrais. Houve, no entanto, a tendência de centralizar suas ações na luta em prol dos salários.

A crítica realizada por Peralva também esteve presente nas produções acadêmicas elaboradas na década de 1990. De acordo com Cláudia Vianna, tal aspecto é identificado nos estudos elaborados no referido período, os quais ressaltaram a necessidade do movimento sindical docente ultrapassar as reivindicações, diretamente relacionadas à luta corporativa (questão salarial, planos de cargos e carreiras..), um dos fatores associados à crise do movimento. Em relação à crise interna no movimento, Vianna destacou que, apesar das diferenças regionais, todos os estudos reportam-se também aos seguintes indicadores da crise da organização sindical docente: 1) esgotamento das greves; 2) ausência de diálogos com a população usuária das escolas; 3) divergências político ideológico nas entidades; 4) distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado²⁰¹.

Apesar do movimento, já nos anos 1980, demonstrar fragilidades quanto a exercer um papel atuante, seja na luta pelos direitos trabalhistas dos professores, seja na defesa de um projeto de escola pública, após a promulgação da Constituição Federal e, por conseguinte, com a concessão do direito ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos, as principais bandeiras aduzidas pela CPB na década de 1980, foram inclusas nos estatutos da *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação* (CNTE), entidade nacional de caráter sindical, criada em janeiro de 1989²⁰². É a *fase de institucionalização* do movimento sindical, em que o sindicato se tornou a forma de organização coletiva predominante no setor do magistério público. A CNTE, embora

²⁰¹ VIANNA, 1999, p.36.

²⁰² A CNTE é fundada em janeiro de 1989, resultante da fusão da CPB com a *Federação Nacional dos Supervisores do Ensino* (FENASE) e a *Federação Nacional de Orientadores Educacionais* (FENOE) (PAULA, 2010).

defendesse a pluralidade sindical, “nasce” sob a égide do discurso da unificação dos trabalhadores em educação, num único organismo sindical, como forma de romper com o corporativismo na categoria e melhor enfrentar as lutas que envolviam os diversos segmentos que atuavam na educação.

Nos estatutos de 1990 da CNTE estava explícito, seu compromisso com a bandeira da escola pública, indicada como uma de suas finalidades, ao lado das reivindicações, econômico-corporativa específicas da categoria. De acordo com o documento, em seu Art. 2º, a CNTE teria como finalidades:

- a) Congregar trabalhadores em educação (professores, supervisores, orientadores e funcionários de escolas) em nível nacional, por meio de entidades a ela filiadas, com objetivo de defesa dos interesses da categoria, da educação e do País; b) Buscar soluções para os problemas dos trabalhadores em educação, tendo em vista sua dignidade e valorização profissional, no interesse da educação; [...] o) defender a escola pública gratuita, laica e de boa qualidade em todos (...)’ e direito ao acesso, permanência e êxito.

Como entidade nacional, a Confederação determinou as diretrizes que deveriam nortear o papel dos organismos sindicais, que após a Carta Magna de 1988, passaram a ser considerados os protagonistas nos conflitos sociais, que envolve a área da educação, um quadro representativo dos países da América Latina²⁰³. Isto porque a fase de institucionalização do sindicalismo docente coincidiu com a implantação das reformas educacionais de cunho neoliberal, na década de 1990, fator que teve impacto nos estudos na área. Tais reformas sob a égide do discurso da “qualidade, equidade e eficiência”, reestruturaram os sistemas públicos de ensino, em seus diversos aspectos – currículo, financiamento, avaliação, gestão do sistema e da escola, dentre outros – o que acarretou transformações significativas na gestão do trabalho escolar, incidindo diretamente nas tarefas docentes²⁰⁴. Este quadro é representativo dos países da América Latina que instauraram medidas de ajuste estrutural²⁰⁵. As mudanças advindas desse

²⁰³ GENTILI, P.; SUÁREZ, D., Conflitos educacionais na América Latina. In: GENTILI, P.; SUÁREZ, D. (org.), **Reforma educacional e luta democrática**: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-46.

²⁰⁴ IDEM.

²⁰⁵ Os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) começaram a ser implantados pelos Organismos Multilaterais na década de 1980, nos países com dívida externa, e são caracterizados pela formulação de projetos que articulam a conjuntura econômica com os diversos setores de financiamento, como educação, saúde, dentre outros. O seu corolário foi, a incidência de mudanças na interferência dos Organismos Multilaterais junto à política nacional destes países, impondo

processo impuseram novos desafios aos sindicatos docentes e instigaram o desenvolvimento de pesquisas na área.

Nesse contexto, se insere o Projeto, *Estudo dos conflitos dos sistemas educacionais da América Latina: agenda, atores, evolução, direção e desenlaces*²⁰⁶, sob a coordenação do *Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais* (OLPED). Conforme indicam Pablo Gentili e Daniel Suárez, no texto, *Conflitos educacionais na América Latina*, em decorrência das medidas educacionais neoliberais, os conflitos de origem educacional²⁰⁷ passaram a assumir uma posição central no terreno da conflitividade social latino-americana. Dados do Projeto citam os organismos sindicais dos professores ligados às instituições públicas como os principais agentes promotores dos conflitos emergidos nos países investigados, sendo o Estado seu primeiro opositor. O estudo desenvolveu um mapeamento, em 18 países latino-americanos²⁰⁸, no período entre 1998 a 2003, identificando um total de 863 conflitos educacionais que tiveram “as organizações sindicais do magistério como seus atores centrais”. De acordo com os pesquisadores, no que diz respeito aos principais *eixos estruturantes* das demandas presentes nas ações sindicais, a pesquisa averiguou que, de modo geral, as reivindicações ainda apresentavam um foco maior nas questões corporativas – “a exigência do pagamento de salários atrasados, a reação ao pagamento por meio de bônus ou as demandas por recomposição salarial”. A luta por questões mais amplas, como a defesa da escola pública surgia, em menor escala, somente nos momentos de “radicalização das reivindicações”²⁰⁹.

Os resultados do projeto que analisou especificamente o caso brasileiro²¹⁰ confirmaram essa tendência no Brasil, ao mostrar “que as questões salariais e de caráter

condicionalidades que vão além da área específica a qual se destinava a verba (SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998).

²⁰⁶ O referido Projeto elaborou “uma exaustiva cronologia de conflitos docentes em 18 países latino-americanos durante 1998 e 2003 e, também, a produção de um conjunto de estudos de caso que abordaram qualitativamente e com relativa profundidade os conflitos educacionais em cinco países: Argentina, Brasil, Equador, México e Peru” (GENTILI & SUAREZ, 2004, p.10).

²⁰⁷ Entendemos por conflitos educacionais os embates entre os docentes e os poderes públicos, envolvendo discussões que têm como eixo central a temática da educação.

²⁰⁸ Fizeram parte da pesquisa os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (IDEM, p. 33).

²⁰⁹ IBIDEM, p.43.

²¹⁰ Como parte integrante do estudo sobre conflitos educacionais na América Latina foi realizado um aprofundamento em cinco estudos de casos nacionais, na Argentina, Brasil, Equador, México e Peru. A pesquisa acerca do caso brasileiro teve a coordenação da professora Dalila Andrade, com foco nos “conflitos coletivos explícitos ocorridos nas redes públicas de ensino de Minas Gerais e do Paraná” (OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D., **Conflito e resistência**: trabalho docente e manifestações sindicais.

profissional, atinentes à defesa dos direitos trabalhistas são as mais presentes nas lutas e manifestações dos trabalhadores em educação”²¹¹. Nessa conjuntura, questiona-se o papel das entidades sindicais quanto a equacionar a tão propagada bandeira, na década de 1980, da defesa da escola pública, com as lutas corporativas, em prol dos direitos trabalhistas, uma vez que os sindicatos vêm demonstrando limites na obtenção de resultados, principalmente no tocante a sua participação face às mudanças na política educacional.

Esse quadro e a necessidade de se pensar sobre o papel dos sindicatos dos professores da rede pública na atualidade exige uma reflexão sobre o processo de construção do movimento, uma vez que a conformação das bandeiras de lutas na fase de sindicalização decorreu do próprio cenário sob o qual o mesmo teve origem. Na tese de Vianna, quando a autora buscou analisar o refluxo do movimento nos anos 1990, a mesma identificou que a crise do movimento sindical docente muito mais do que representar o declínio das mobilizações, pode significar o declínio de um determinado modelo de engajamento, aquele aduzido desde a primeira fase da luta sindical, no final dos anos 1970. As dificuldades do sindicalismo podem, portanto, significar um processo de recomposição de um modelo de agir coletivo, processo que ficou evidente nos anos 1990. De modo semelhante, é possível questionar se as alterações no modo de agir coletivo não interferiram na agenda do movimento.

Especificamente no caso do movimento sindical docente no Ceará, apesar de sua trajetória apresentar-se articulada, nacionalmente, através da CPB/CNTE, há que se considerar que o enfrentamento das reformas neoliberais ocorreu meio à problemática da institucionalização do movimento, com a criação de dois organismos sindicais, disputando, entre si o direito de representar a categoria. Os trabalhos já produzidos sobre o movimento sindical docente no Ceará indicam que os impasses na construção do sindicato único, se deram em virtude das divergências político-ideológicas das lideranças presentes na APEOC. Parte dessas divergências, neste caso, apresenta relação com a fase de sindicalização, antes da institucionalização do movimento, momento que também coincidiu com o fortalecimento da APEOC, entidade que surgiu na fase associativa, mas que fortaleceu sua representatividade em todo o

estado do Ceará no período de eclosão do movimento sindical na década de 1970. Esse cenário deu origem a delimitação do presente objeto de estudo.

1.3.2 – A produção acadêmica sobre o movimento docente e a delimitação do objeto de estudo

A literatura sobre o movimento de professores das escolas públicas, a despeito das limitações ainda presentes nesse campo de estudo, permite pensar sua trajetória, a partir da divisão em duas fases, cuja demarcação tem como parâmetro a predominância de um determinado modo de agir coletivo. Na fase associativa, no que se refere à forma institucional de organização, a associação constituiu o principal modelo aduzido pela categoria, mesmo após o surgimento dos primeiros sindicatos docentes, uma vez que era vedado o direito ao magistério público de se sindicalizar. Não obstante, embora, num primeiro momento, as associações, especialmente àquelas fundadas no século XIX, tenham exercido função semelhante a das sociedades mutuais, o caráter profissional tendeu a ser a tônica das entidades criadas, a partir da Primeira República. Ao longo do século XX, além da defesa do seu *status* profissional, estas também exerceram papel crucial na luta por melhores condições salariais, uma demanda típica de práticas sindicais.

Na tese de Julián Gindín, *Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México*²¹², o autor faz alusão a essa especificidade do movimento dos professores públicos que, mesmo organizados em associações, exerceram o papel de reivindicar demandas salariais, função esta que na segunda metade do século XX, considerando as diferenças regionais, passou a ter centralidade nas ações do movimento docente. Sua atuação neste setor, todavia, se diferenciava da forma como será efetivada na fase do sindicalismo, momento em que a reivindicação por questões salariais adquire nova conotação, num contexto de politização do movimento, que antecede a sua institucionalização, com a criação dos sindicatos. Além disso, nesta fase, o movimento também se diferenciou por sua atuação no debate educacional que, ao contrário do papel exercido pelas associações docentes, na fase do associativismo, o tema ganha maior destaque nas bandeiras de luta dos professores, em que a defesa da escola pública vem revestida de um discurso crítico,

²¹² GINDIN, J. J., **Por nós mesmos:** as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2011.

diante das políticas educacionais. Cabe salientar que, a participação dos professores públicos no debate educacional é indicada como uma das especificidades do movimento sindical docente, que na análise de Julián Gindin é denominada como “momentos não corporativos das práticas sindicais”, os quais “dizem respeito aos movimentos que transcendem as particularidades da luta dos professores por salário e carreira”²¹³.

A fase de sindicalização tendeu a ser investigada enquanto um *fenômeno novo*, sendo pouco exploradas as mediações com a fase do associativismo. Há, no entanto, estudos recentes, e não tão recentes, sobre o associativismo e sindicalismo no movimento operário, que trataram de discutir a relação entre ambos, sob o ponto de vista de suas *rupturas* e *continuidades*. Desde a década de 1990, estudiosos do movimento operário brasileiro já questionaram a tese, que ganhou notoriedade na tradicional literatura na área do movimento operário, de que “aquilo que existiu até 1888, ou mesmo antes dos primeiros anos do século XX, era radicalmente distinto daquilo que viria no período seguinte”. A esse respeito é referência às análises de Cláudio Batalha²¹⁴, quando o mesmo levanta o debate sobre as *rupturas* e *continuidades* entre as organizações operárias mutualistas e o movimento sindical. Para o autor, houve elementos de ruptura entre as *associações mutuais* e as *associações de resistência*, representando estas últimas um novo tipo de organização social. Há, todavia, elementos de continuidade. Um dos aspectos aduzidos, diz respeito às funções assistenciais que, apesar de terem sido rejeitadas na origem do movimento sindical operário se tornou um dos traços inerentes ao sindicalismo, no Brasil. Além do aspecto assistencial, o estudo de Batalha supõe que algumas práticas e rituais do mutualismo também podem ser consideradas como elementos de continuidade.

Os elementos menos visíveis de continuidade entre as antigas e novas organizações – além das já mencionadas práticas assistenciais – estão presentes no campo da cultura. De um lado, nas práticas e rituais que vão desde a forma de funcionamento das assembléias até as celebrações de um dia do ofício, normalmente, a data de aniversário da associação²¹⁵.

²¹³ IDEM.

²¹⁴ BATALHA, C., Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In. **Sociedades operárias e mutualismo**. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6. n.10/11, 1999, p.46.

²¹⁵ BATALHA, 1999, p.47.

No caso das práticas assistenciais, de acordo com Alexandre Fortes, desde o *I Congresso Operário Nacional*, em 1906, as organizações mutualistas foram alvo de denúncias por parte de algumas correntes políticas no interior do sindicalismo.

A estrutura assistencial no interior dos sindicatos oficiais, tornou-se também objeto de crítica das políticas sindicais de comunistas e outros setores de esquerda brasileira, particularmente a partir dos anos 50 [1950], e a inclusão da prestação de assistência médica e outros serviços sociais como parte das finalidades dos sindicatos seria um dos principais elementos de crítica do novo sindicalismo de fim dos anos 70 [1970] e da Central Única dos Trabalhadores à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943²¹⁶.

A promoção do assistencialismo no movimento sindical, a despeito das críticas elaboradas por determinados setores de esquerda acabou se consolidando, sendo um traço característico, mesmo no período pós-1970. O fato é que, historicamente, segundo Ronaldo Jesus, “algumas velhas sociedades mutualistas acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais”²¹⁷. No caso das mutuais, cita como exemplo a Liga Operária, dentre as sociedades de socorros mútuos de trabalhadores do final do século XIX que não se restringiram a prestação de auxílio. Fundada no ano de 1870 no Município da Corte, a Liga Operária foi considerada pelo autor como uma entidade precursora das associações de resistência. Cumpre assinalar que, na trajetória do movimento operário, o surgimento dos sindicatos, embora tenha passado a predominar enquanto modelo de organização, não significou o fim do modelo associativo, considerando que ainda houve a permanência deste nas organizações operárias.

Tais análises apresentam um terreno fértil para se pensar a fase de sindicalização dos professores públicos no Brasil e, especificamente no Ceará, uma vez que, em sua origem, esta foi permeada por traços do associativismo. A problemática na fundação do sindicato dos trabalhadores em educação cearense sugere um diálogo sobre a relação entre ambas as fases. Percebeu-se pela leitura das produções acadêmicas sobre

²¹⁶ FORTES, A. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In. **Sociedades operárias e mutualismo**. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6. n.10/11, 1999, p.174.

²¹⁷ JESUS, R. P., Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In. **Revista ODILES**. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm>. Acesso em: 05/09/2013., p.47.

a fase do sindicalismo, que as divergências político-ideológicas tem sido uma de suas marcas, parte do próprio processo de politização do movimento. O grau de profundidade das tensões em seu interior, entretanto, varia de acordo com a trajetória de construção em cada estado. No Ceará, por exemplo, apesar da orientação da CNTE e do trabalho que a entidade realizou em prol da criação dos sindicatos únicos dos trabalhadores em educação, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, as principais lideranças do movimento, após a concessão do direito à sindicalização, em sua grande maioria, atuando na APEOC, não conseguiram realizar a unificação das associações²¹⁸, processo que deu origem à APEOC/Sindicato e ao SINDIUTE e, por conseguinte, a um cenário de disputa no âmbito do movimento.

Os trabalhos produzidos até então, sobre o movimento dos professores das escolas públicas cearenses²¹⁹ pouco contribuíram no sentido de refletir acerca das mediações e distinções entre a fase do associativismo e de sindicalização. Seguindo a tradição presente nas produções acadêmicas na área, tais estudos elegeram a forma sindical como um *fenômeno novo* e renegaram as ações que se enquadram nos moldes associativos, sem considerar sua participação na construção da fase de sindicalização. Partindo desse referencial teórico, as análises sobre a atuação da APEOC, entidade que permaneceu no final dos anos 1970 e início da década de 1980, com fortes traços do modelo associativo, comumente situavam o trabalho da entidade como um entrave no processo de luta dos professores em defesa de suas demandas. Por outro lado, ao investigarem a trajetória da APEOC, na fase sindical, elege-se o ponto de vista das correntes do *sindicalismo combativo*.

No primeiro estudo desenvolvido na área, intitulado, *História da luta sindical do magistério cearense (1942-1985)*, de Maria Laura Moreira, a autora destacou, positivamente, a adesão dos professores ao movimento sindical, se contrapondo à trajetória da APEOC. É importante assinalar que este é o único estudo,

²¹⁸ Além da APEOC, na década de 1980 havia a *Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará* (ASSOECE), *Associação dos Supervisores do Estado do Ceará* (ASSECE) e a *Associação dos Professores de Educação Física do Ceará* (APEFCE).

²¹⁹ A trajetória do movimento docente cearense tem sido investigada com enfoque na fase de sindicalização. Dos sete estudos até então elaborados sobre o tema, todos apresentaram como objetivo central investigar a fase do sindicalismo, com a ausência de trabalhos, cujo associativismo fosse o foco central. Certamente, o fato de a maioria das pesquisas ter sido desenvolvida por militantes que atuaram nesta fase, contribuiu ao maior interesse pelo tema. Apenas o trabalho pioneiro de Maria Laura Moreira, *História da luta sindical do magistério cearense (1942-1985)*, de 1990, fez alusão à fase do associativismo, nas décadas de 1950 e 1960. Sua abordagem, entretanto, caminha em direção à tendência que analisa o associativismo docente como uma etapa a ser superada no campo do movimento dos professores, uma vez que, para a autora, o mesmo não corroborava para a conscientização política do educador, bem como representava um entrave à luta sindical docente.

até o momento, que investigou a fase do associativismo docente cearense, nas décadas de 1950 e 1960. Ao refletir sobre as associações docentes, neste período, Moreira desenvolveu uma análise, tendo como parâmetro as correntes do *sindicalismo combativo*, da qual fazia parte e, por esta razão, investigou as ações da Associação, sob o ponto de vista da crítica ao seu papel, enquanto entidade voltada aos interesses da categoria, na medida em que esta não se apresentava em consonância com os preceitos postos naquela circunstância pelo movimento sindical.

Os trabalhos de Rosa Maria Ferreira da Fonsêca, *A organização dos educadores e a luta pela educação pública (CNTE-APEOC-SINTECE)*, de 1991, e Ivanize Magalhães Ferreira, *Avanços e recuos da luta dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública*, de 1995, privilegiaram apenas a fase de sindicalização. Assim como Moreira, as autoras trabalharam com a ideia que defende a participação do professorado no movimento sindical e sua relevante contribuição na conscientização política do educador e na defesa dos interesses da categoria, que também inclui a luta salarial e a defesa da escola pública. Da mesma forma, elegem como modelo as *tendências do sindicalismo combativo*, cuja defesa era da criação do sindicato único dos trabalhadores em educação. Ao reconhecerem os limites na luta sindical docente cearense, estes eram analisados com base no papel exercido pela APEOC, no bojo da fase de sindicalização, no sentido de impedir o desenvolvimento da luta sindical, uma vez que a direção da entidade seguia uma linha mais propositiva, no campo do sindicalismo.

No caso da pesquisa de Fonsêca, a autora destaca que o principal impasse na construção do sindicato único dos trabalhadores em educação estaria associado à presença de um conflito que se “refletia na verdade num embate teórico e prático entre visões de sociedade, concepções e práticas sindicais no geral e, em particular, em relação a um sindicato de trabalhadores em educação”²²⁰. Para a autora, o problema central é atribuído aos conflitos entre as lideranças que faziam oposição à diretoria da APEOC e os líderes da Associação, os quais não representavam os interesses dos trabalhadores em educação. Na análise de Ivanize Magalhães Ferreira também “a APEOC cumpria o papel e a função de não promover essa conscientização uma vez que foi criada para manter seus associados no desconhecimento de sua real finalidade. Essa

²²⁰ FONSECA, R. M. F., **A organização dos Educadores e a luta pela escola pública: CNTE-APEOC-SINTECE**. 1991. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1991, p.09.

seria a razão das divergências entre direção e oposição”²²¹. Por ter sido defendida no ano de 1995, abrangeu o início da fase de atuação do SINDIUTE²²², recém-fundado em 1992 e, desse modo, atribuiu a este organismo sindical o papel central, “visto que seu campo de atuação extrapola a luta corporativa, abarcando as lutas gerais contra a exploração da classe trabalhadora”²²³.

Com base na maior parte dos trabalhos sobre o movimento dos professores das escolas públicas no Ceará, podem ser identificadas algumas características comuns a essa produção acadêmica. Além da ausência de estudos com enfoque central na fase do associativismo, as pesquisas, ao refletirem sobre a fase do sindicalismo, seguindo a tradição na área, buscam analisar o papel da APEOC, na década de 1970 e 1980, utilizando-se como referencial, um determinado modelo de organização nos moldes sindicais. Por esta razão, é comum indicar a função exercida por esta entidade docente, como um dos principais fatores que inviabilizou o avanço nas conquistas do magistério, no que diz respeito à sua atuação na luta sindical; na luta em prol da melhoria salarial e na carreira docente; na luta em defesa da escola pública; e na unificação dos trabalhadores em educação, em torno de um único organismo sindical. O envolvimento da maioria dos autores com a corrente do *sindicalismo combativo* e, posteriormente com a fundação do SINDIUTE, explica: a centralidade deste, enquanto objeto de estudo; a crítica à atuação do grupo que deu origem a APEOC/Sindicato, no campo sindical; e a tendência de se eleger o SINDIUTE como a entidade que de fato atuaria na luta em prol da escola pública e dos interesses da categoria docente.

Apesar da grande contribuição das pesquisas já desenvolvidas sobre a fase de sindicalização no Ceará, a trajetória do movimento sindical docente sugere novos enfoques, o que deu origem ao estudo das *mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo*. Muito mais do que negar as práticas associativas, trata-se de perceber, em que medida, estas foram aduzidas, na construção das correntes sindicais, pelo conjunto de suas lideranças. Certamente, existe um leque de dimensões para se investigar o fenômeno, que podem perpassar um debate centrado no enfoque sobre as organizações sociais, ou mesmo no campo da cultura. No presente estudo, elegeu-se como eixo central da análise, o campo da educação, mais especificamente, das políticas

²²¹ FERREIRA, I. M., **Avanços e recuos da luta dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública**. 1995. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1995, p.134.

²²² É importante salientar que se tratava de um momento crítico para as lideranças que vinham atuando na contramão das ações dos diretores da APEOC.

²²³ FERREIRA, 1995, p.136.

educacionais, consideradas uma das especificidades do sindicalismo na educação, que o diferencia das demais experiências no sindicalismo geral.

Nesta direção, diante das limitações presentes nas produções acadêmicas na área, tornou-se fundamental investigar a fase associativa no Ceará. Na esteira de outras análises, buscou-se romper com a tendência que avalia o associativismo apenas como uma *pré-história* do sindicalismo. A pesquisa se distanciou desta forma, da tradição dos estudos sobre o movimento docente cearense que investigou a história da APEOC (enquanto associação), sob o ponto de vista do modelo sindical. Além disso, ao discutir as reformas educacionais, sobretudo na década de 1970, o estudo também buscou dá destaque ao seu papel, não somente na emergência do movimento sindical dos professores das escolas públicas, mas no fortalecimento do movimento associativo, conforme ficou demonstrado pela trajetória da APEOC.

O capítulo a seguir discute o período do associativismo, tendo como referência a trajetória do magistério secundarista, considerada à parcela da categoria que teve maior protagonismo na luta no campo da educação na década de 1960. Esse período, segundo alguns estudiosos, corresponde à fase de avanço do associativismo, no bojo do processo de expansão do sistema público de ensino. Além disso, no caso cearense, também representou uma fase importante, para a reestruturação do movimento associativo e na própria história da APEOC, conforme é analisado a seguir.

CAPÍTULO 2

TRAÇOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE CEARENSE: A TRAJETÓRIA DO MAGISTÉRIO SECUNDARISTA

Quando na igreja buscamos a Deus, na escola encontramos a Pátria e, conseqüentemente sendo o padre o sacerdote espiritual, automaticamente o professor assume o setor material nas mesmas proporções. Os méritos de ambos se equiparam, divergindo apenas de natureza porque o padre prepara as almas para Deus, enquanto o professor forma cidadãos para a Pátria²²⁴.

Até o momento as produções acadêmicas na área do movimento docente citam a década de 1950, como período do surgimento do associativismo docente no Ceará, o que sugere um aparecimento tardio, em relação aos estados que apresentaram iniciativas desde a segunda metade do século XIX. Tal demarcação é baseada no estudo de Maria Laura Moreira²²⁵ que indica o *Centro de Estudo e Recreação do Magistério Primário do Ceará* (CERMAPCE), como primeira entidade de que se tem notícia fundada no referido estado²²⁶, destinada a representar a categoria do magistério primário oficial. Há que se considerar, no entanto, que a fase do associativismo docente no Ceará ainda carece de investigações. Não somente há um número reduzido de pesquisas²²⁷, mas também inexistem trabalhos que investiguem a presença de iniciativas no século XIX e na primeira metade do século XX.

²²⁴ UNITÁRIO, 18/10/1963, p.06, O Professor.

²²⁵ MOREIRA, 1990.

²²⁶ Localizei a existência de uma associação denominada, *Associação Profissional dos Estabelecimentos de Ensino Primário do Ceará* (APEEPC), uma entidade fundada para congregar professores primários da rede privada, cujo principal objetivo era “moralizar o ensino primário de nossa terra, oferecendo aos seus associados uma assistência compatível com o interesse em comum da classe”. A notícia também fazia referência à promoção de cursos para a atualização dos professores. (UNITÁRIO, 07/03/1964, p.02, “O que precisamos saber”). Em outra nota localizei dados sobre a eleição para a renovação da diretoria, realizada no dia 21 de fevereiro de 1964, com apenas a chapa da situação inscrita, encabeçada pelo professor João Domingos (UNITÁRIO, 21/02/1964, p.03, “Coluna, Informes do Magistério”). Não foram localizadas mais informações sobre essa entidade, nem seus estatutos.

²²⁷ Não há estudos que analisem especificamente o associativismo docente no Ceará. Apenas localizei três trabalhos que abordam as associações docentes, porém, tal abordagem encontra-se inserida como parte secundária do objeto central das pesquisas, que foram: o estudo de Moreira (1990), sobre a história do movimento sindical docente cearense; o trabalho de Sousa (2006), que trata da regulamentação do trabalho docente no Ceará; e o estudo de Almeida (2004), sobre a participação do movimento sindical docente na implantação da gestão democrática nas escolas estaduais cearenses.

No capítulo anterior, foi mostrado que alguns estudos sobre a fundação de associações docentes nos primeiros decênios do século XX, revelaram que seu surgimento se apresenta relacionado à influência do escolanovismo na educação, como explicam os casos da APRN (1920) e da APNM (1931), entidades fundadas em estados nordestinos²²⁸. Até o momento, contudo, ainda não há registros de experiências de associações docentes no ensino básico, fundadas no período da Primeira República no Ceará, embora o estado tenha sido “palco” do Movimento Renovador, nos anos 1920.

De acordo com Luiz Antônio Cunha²²⁹, em 1934, foi realizada na cidade de Fortaleza a *VI Conferência Nacional de Educação*, evento promovido pela ABE e que, naquele momento, encontrou um ambiente hostil na capital cearense, em virtude da expressiva influência do integralismo na cidade²³⁰. A investigação desse evento e do contexto sob o qual o mesmo ocorreu, talvez explique a possível ausência de seções da ABE no Ceará, uma vez que, até o momento, ainda não há registros que comprovem sua existência. Sabe-se pela pesquisa de Robson Silva sobre o associativismo no estado do Maranhão, que após a “Revolução de 1930”, houve intervenção no Departamento Maranhense da ABE, fundado no ano de 1929, também em função do movimento integralista na cidade²³¹.

Em relação à Reforma do Ensino nos anos 1920, no estado do Ceará, na análise de Jorge Nagle, presente na célebre obra *Educação e sociedade na Primeira República*, a reforma cearense apresentou um cenário diferenciado de estados como São Paulo, uma vez que,

não existia no Estado nordestino um número razoável de pessoas qualificadas para auxiliar o empreendimento. Em segundo lugar, praticamente não existia um órgão definido da administração escolar, capaz de impulsionar e orientar todo o sistema [...] Em terceiro lugar, o descaso pela educação, as desconfiças existentes em relação às iniciativas dos poderes públicos e a ambiência social do Estado do Ceará - até mesmo os componentes associados ao fanatismo e ao messianismo - constituíam outras tantas condições que exigiam orientação muito especial²³².

²²⁸ Ver SANTOS, 2008; SILVA, 2013.

²²⁹ CUNHA, L. A., A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. In. **Educação e Sociedade**. Ano III. nº 9, mai., 1981, Campinas/CEDES, São Paulo, Cortez, p.05-48.

²³⁰ De acordo com o autor, os integralistas interrompiam as reuniões e palestras da ABE, “com ameaças físicas”. (IDEM, p.19).

²³¹ SILVA, 2013.

²³² NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

Em contrapartida à análise do autor, Maria Juraci Maia Cavalcante em seu estudo intitulado, *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*²³³ apresentou novos elementos que, de certa forma, contribuem para outra visão a respeito do cenário sob o qual ocorreu a Reforma do Ensino cearense.

Quando o jovem Manoel Bergström Lourenço Filho, vindo de São Paulo, desembarcou em Fortaleza, no dia 14 de abril de 1922, encontrou uma cidade em efervescência intelectual e administrativa, que em muito o surpreendeu pelo que ouvia falar habitualmente da região, sob a forma de narrativas fabulosas, perpassadas pela descrição de secas devastadoras em que pululavam grupos de flagelados famintos, romeiros fanáticos e cangaceiros impiedosos a grassar errantes pelas estradas do Sertão. A imagem que trouxera na bagagem fora desenhada, em traços distorcidos e berrantes, com a ajuda de lentes autorizadas, que propagavam, com grande estranhamento, o arcaísmo social dominante no Nordeste do Brasil [...]²³⁴.

Certamente, a inserção do Ceará no ciclo de Reformas do Ensino nos anos 1920, sob a influência do Movimento Renovador, sobretudo com a vinda de Lourenço Filho à capital teve implicações na educação cearense, conforme demonstram pesquisas sobre a história do ensino normal no Estado. Tais estudos, entretanto, não indicam o aparecimento de um movimento associativo na categoria docente, vinculado a esse contexto, a exemplo das pesquisas sobre outros estados brasileiros, talvez, em razão das abordagens do caso cearense não haverem explorado o tema da organização coletiva docente.

Na primeira tentativa de identificar indícios de movimentos associativos no magistério público, anteriores à década de 1950, num levantamento inicial realizado em alguns arquivos na capital cearense, não foi identificado nenhum registro de entidades²³⁵. Também não foram localizados registros de revistas pedagógicas

²³³ A obra apresenta o papel central do professor e diretor da Escola Normal, João Hippolyto de Azevedo e Sá, na condução da Reforma de Ensino, na década de 1920, figura que havia sido esquecida pela historiografia tradicional, a qual atribuiu o mérito da Reforma ao educador Lourenço Filho (CAVALCANTE, M. J. M., **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EUFC, 2000, 204p).

²³⁴ IDEM, p.153.

²³⁵ Foram realizadas visitas nos arquivos do *Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* e da *Biblioteca Pública Menezes Pimentel*, em busca de indícios que apontassem para a existência de jornais ou revistas pedagógicas, organizado por professores. Nesse levantamento inicial não foi possível identificar vestígios quanto a esse aspecto, todavia reconhece-se a necessidade de uma busca mais profunda para que se possa afirmar que antes do período da década de 1950 não havia formas de associativismo docente no Ceará. Além disso, não foi contemplado a imprensa local nem os diários

elaboradas por grupo de professores. As fontes hemerográficas indicavam apenas como um veículo de manifestação, a imprensa local, aspecto bastante presente na década de 1960, conforme será abordado ao longo deste capítulo. No tocante ao magistério secundarista cearense oficial, até o ano de 1960 as *congregações de professores* parecem ter sido o principal instrumento dos mestres catedráticos para reivindicar seus direitos, bem como opinar sobre questões educacionais. Função semelhante foi identificada no estudo de Antônio de Pádua Lopes e Romildo de Castro Araújo sobre o associativismo docente nos anos 1940, no estado do Piauí. Segundo os autores,

Até o início dos anos 1940, tudo indica que a ação política dos professores secundários se limitava ao âmbito de cada estabelecimento de ensino através da participação nas congregações escolares, que se conformavam como o único espaço de discussão de questões voltadas para os interesses das instituições de ensino e de seus profissionais²³⁶.

Durante pesquisa nos diários oficiais do estado do Ceará, foram localizados os estatutos de uma entidade denominada, *Associação dos Professores de Educação Física no Ceará* (APEFCE), cuja fundação ocorreu no dia 16 de junho de 1948, com fórum na cidade de Fortaleza. De acordo com o documento, a entidade é definida como uma “sociedade de caráter beneficente e instrutiva”, voltada aos “elementos especializados e aos que se prestam à causa da educação física”. O Artigo 1º dos estatutos indica como suas principais finalidades:

- a) colaborar com o governo e os Poderes Públicos, no sentido de difundir e incentivar a sua prática com todas as modalidades, nas diversas organizações existentes no Estado; b) procurar por todos os meios elevar ou aprimorar o grau de cultura profissional dos seus associados especializados; c) promover congressos, cursos, conferências, reuniões, demonstrações e outros meios de difusão; d) intensificar os laços sociais de camaradagem entre os seus associados; e) prestar tão logo seja possível, assistência médica dentária, jurídica e hospitalar, aos seus associados e familiares; f) dar pecúlio à família do associado falecido, quando em pleno gozo de seus direitos²³⁷.

oficiais do Estado, anterior à década de 1950, visto que o período não corresponde ao delimitado pelo estudo. Tal atividade demandaria um tempo de pesquisa não disponível, mas sem dúvida o mapeamento constitui um caminho viável na busca por registros.

²³⁶ ARAÚJO & LOPES, 2013, p.227.

²³⁷ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 22/11/1950 (Estatutos da Associação dos Professores de Educação Física - APEFCE).

Pode-se aferir pelas finalidades da APEFCE que a entidade, apesar de propor um modelo de associação profissional, ao incluir em seus fins o socorro mútuo, com a prestação de serviços de assistência às famílias de seus associados, propõe um modelo semelhante ao das associações fundadas na primeira metade do século XX. Voltada a representar a categoria dos professores de educação física, ver-se pelos estatutos que seu principal compromisso era com o aperfeiçoamento cultural do professor, ao mesmo tempo em que visava contribuir, junto ao Poder Público, com a carreira do profissional na área. Apenas por meio do documento, não foi possível analisar a atuação desta entidade, o que demandaria uma investigação mais detalhada. Todavia, a criação das associações dos professores de educação física no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, nos anos 1940, e a fundação da *Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação física* (FBAPEF) no ano de 1946²³⁸, sugere uma relação com a criação da APEFCE no Ceará, um objeto de estudo que poderá vir a ser investigado em momento posterior.

No caso do associativismo no magistério primário e secundário oficial, o CERMAPCE consta como a primeira entidade fundada no estado, no ano de 1956, com finalidade de representar os professores primários²³⁹. No mesmo ano, de acordo com a pesquisa de Romildo Araújo, *A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)*²⁴⁰, havia sido fundado o *Centro de Estudos e Recreação e Formação do Magistério do Piauí* (CERMAP). O CERMAP, como entidade representativa do magistério primário piauiense, abrangia finalidades referentes tanto à formação cultural e pedagógica dos professores, quanto atividades beneficentes. A existência do Centro foi indicada como fundamental à eclosão de um movimento dos professores primários no início dos anos 1960, em prol da melhoria de suas condições de trabalho²⁴¹.

A proximidade entre os dois estados e o ano de fundação dos Centros sugere que haja uma relação entre ambos. No caso do CERMAPCE, contudo, com base na

²³⁸ VICENTINI & LUGLI, 2009.

²³⁹ A fundação do Centro resultou da parceria entre professores da rede oficial e a Secretaria de Educação do Estado (SEE). Moreira indica o ano de 1955 como período de sua criação, no entanto, ao localizar seus estatutos, foi observado que consta como data de fundação, o dia 29 de setembro de 1956, durante reunião ocorrida no Auditório do *Instituto de Educação Justiniano de Serpa*, local de funcionamento do curso normal, na capital cearense (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 15/10/1956, Estatutos do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário Cearense - CERMAPCE).

²⁴⁰ ARAÚJO, 2012.

²⁴¹ ARAÚJO, R. de C.; LOPES, A. de P. C. Associativismo e sindicalismo de professores no Piauí: continuidades e rupturas no processo de organização. In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; ROSSO, S. D. R. (orgs.) **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. V.2. Brasília: Paralelo 15, 2013, p.225-265.

pesquisa de Moreira²⁴², percebe-se que a entidade não atuou em prol da defesa da melhoria das condições salariais do magistério primário cearense. Sua fundação teria resultado da parceria entre, professores da rede oficial e a *Secretaria de Educação do Estado*. A autora indica o ano de 1955 como período de seu surgimento, no entanto, nos estatutos da entidade²⁴³ consta o dia 29 de setembro de 1956, durante reunião ocorrida no Auditório do *Instituto de Educação Justiniano de Serpa*. Os dados registrados no referido documento sugerem que o CERMAPCE se constituiria numa entidade não somente de cunho cultural e recreativo, mas também, com caráter assistencial e profissional. O Artigo 1º dos Estatutos o define como um Centro cujas finalidades seriam cultural e recreativa, atribuindo adiante como sua competência “a promoção e o apoio a campanhas em prol da melhoria da remuneração do professorado, bem como instituir Cooperativas e Assistências Médicas, hospitalar e jurídica” (Artigo 3º). Tal finalidade, conforme atestou a autora retrocitada, não foi identificada nos arquivos sobre a entidade²⁴⁴. Com base em depoimentos de ex-dirigentes, a mesma constatou que o CERMAPCE, até o ano de seu encerramento, em 1965, limitou-se à promoção de cursos aos professores primários da rede pública, buscando contribuir junto a SEE na melhoria da formação docente. Desta forma, embora seus estatutos sugerissem um modelo de entidade que atuasse em defesa da melhoria das condições de trabalho docente, a exemplo do CERMAP, sua atuação neste setor ainda não foi constatada pelas pesquisas.

O marco atual sobre o associativismo docente no Ceará, portanto, indica que sua trajetória se assemelha a tendência nacional, no que diz respeito à precedência do magistério primário, sendo o CERMAPCE fundado num contexto em que o poder público cearense passou a alavancar a oferta neste nível de ensino²⁴⁵. Não obstante, foi no campo do ensino secundário que o movimento associativo docente cearense teve impulso. Ao contrário do ensino primário, o mesmo começou a ser organizado apenas

²⁴² MOREIRA, 1990.

²⁴³ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 15/10/1956, Estatutos do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário Cearense – CERMAPCE.

²⁴⁴ Há uma limitação na análise da trajetória do CERMAPCE, uma vez que não existe um acervo catalogado com documentos sobre o período de seu funcionamento. Moreira (1990) já havia constatado o problema da falta de fontes escritas, sendo na ocasião de sua pesquisa as informações coletadas por meio de entrevistas com ex-diretoras da entidade. O Centro funcionava em um prédio alugado pela Secretaria de Educação do Estado e teve existência até o ano de 1965. No apêndice I há a lista com os nomes da primeira diretoria.

²⁴⁵ Para um aprofundamento sobre a expansão do ensino primário cearense, nos anos 1940, ver o estudo de Francisco das Chagas Loiola de Sousa (2006), *A regulamentação do trabalho docente no Estado do Ceará na interface público/privado (1942-1962)*.

no limiar dos anos 1960, face às alterações postas na política nacional e local, momento em que se observa o interesse na ampliação do acesso à rede pública do ensino, em especial, no nível secundário. A tão propalada política de expansão do sistema educacional não se estruturou sem a participação do magistério, categoria esta, que pode ser indicada como um dos personagens centrais no processo de construção das políticas educacionais no referido nível de ensino, no estado do Ceará.

Neste capítulo, realiza-se uma incursão pela trajetória do associativismo docente cearense, na década de 1960, cujo propósito central é, além de contribuir para a memória do movimento de professores da rede pública, analisar os traços do associativismo docente cearense, por meio da trajetória do magistério secundarista. É importante assinalar que, embora se trabalhe com a hipótese da existência de experiências anteriores à segunda metade do século XX, o texto não tem como objetivo investigar a origem do associativismo docente no Ceará, nem tão pouco realizar um mapeamento de todas as experiências existentes na década de 1960. Esta questão poderá vir a ser explorada em estudos posteriores.

As linhas apresentadas a seguir, tem como foco o movimento associativo dos professores secundaristas oficiais, nos anos 1960, no contexto de implantação das políticas educacionais do governo do estado do Ceará, com vistas à ampliação na matrícula deste nível de ensino. O enfoque no magistério secundarista se deu, tanto em razão da facilidade no acesso às fontes, considerando que não foram localizados arquivos sobre o CEMARPCE, mas também, justifica-se pelo papel expressivo que estes atores exerceram durante o referido decênio, no campo do movimento associativo. É possível, desse modo, discutir os traços do associativismo através da trajetória dos mestres secundaristas.

A investigação deste “capítulo” da fase do associativismo docente na “Terra da Luz” foi fundamental para: 1) Perceber a relação entre a fase do associativismo docente e a expansão do sistema público de ensino e, por conseguinte, do papel exercido pelas entidades do magistério na construção das políticas educacionais cearenses; 2) O papel dos movimentos grevistas protagonizados pelos professores secundários cearenses, na fase do associativismo, durante manifestações políticas emergidas no final da década de 1960; e, 3) A relevância das experiências associativas nos anos 1960, para a trajetória da APEOC, período que abrange a fase inicial da entidade nos moldes associativo.

Compreendendo a suma importância do processo de expansão do ensino secundário para o surgimento do movimento associativo faz-se, inicialmente, uma incursão pelo cenário político cearense, do final dos anos 1950 à década de 1960, situando nessa conjuntura as primeiras medidas em prol da expansão da rede secundária do ensino. Em seguida, discute-se o impacto da Lei nº 4.024/61 para a expressiva ampliação da rede secundária cearense e seu impacto nas mudanças ocorridas no quadro de professores. Tal fator é indicado como fundamental para a emergência das associações docentes nos anos 1960, que exerceram função atuante no bojo da regulamentação da carreira do magistério secundarista. Por fim, analisa-se a atuação dos movimentos grevistas dos professores secundaristas, no final dos anos 1960, ponderando neste cenário, a sua relação com os movimentos de esquerda vigentes no País, análise que apresenta um papel central no debate a respeito da trajetória do associativismo docente cearense.

2.1 – O cenário político cearense no limiar dos anos 1960 e seu impacto no setor educacional

A década de 1960, se não pode ser indicada como o marco do associativismo docente cearense, sem dúvida constituiu um momento marcante na sua história, uma vez que houve, neste período, o surgimento de associações de professores, que exerceram função primordial na organização do campo educacional e no cenário local. À compreensão da gênese desse movimento e de sua atuação, entretanto, torna-se mister situar o processo de expansão da rede secundária do ensino, no conjunto das mudanças operadas no quadro político nacional e, em particular, no Ceará, desde o decênio anterior.

Foi nos anos 1950, com a vitória do candidato à presidência da República Juscelino Kubitschek (1956-1960), que começou a se esboçar no Brasil alterações na política econômica, em relação ao *projeto desenvolvimentista* que havia sido implantado na Era Vargas, o qual se baseava no modelo de substituição de importações. A política econômica do governo JK, ao contrário, pautou-se na internacionalização da economia nacional, com ênfase na industrialização do País e teve sua base teórico-ideológica, consubstanciada na *tese do subdesenvolvimento*, teoria que no Brasil encontrou sua

melhor expressão nos trabalhos elaborados por Celso Furtado²⁴⁶. O pensamento furtadiano havia se desenvolvido no bojo das discussões gestadas na *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), da qual o referido autor fazia parte²⁴⁷. Um dos aspectos que justificava, naquele momento, a formação de uma Comissão, voltada especificamente aos estudos da economia Latino-Americana era a concepção de que o subdesenvolvimento resultava da inserção periférica dessas nações na divisão internacional do trabalho. Nesta direção, a proposta *cepalina* como ferramenta direcionada a resolver a problemática do *atraso* e da *pobreza* nesta região, tinha como base a adoção de um modelo econômico, direcionado à defesa da industrialização. A instauração de medidas, neste sentido, apenas seria viável nos países subdesenvolvidos, mediante uma política de planejamento econômico, na qual o Estado exercesse papel central. Dito de outro modo, a condição de “subdesenvolvimento” somente seria superada, por meio da adoção de um modelo de Estado interventor no campo econômico, uma vez que, o problema do atraso vinha sendo associado a esta questão²⁴⁸.

Dois aspectos, portanto, seriam centrais ao projeto desenvolvimentista, a saber, a adoção do planejamento como estratégia para o desenvolvimento econômico e social da nação, bem como o investimento nas regiões com maiores problemas no país, que no caso brasileiro, incluía a Região Nordeste.

A criação da CEPAL influenciou de forma significativa a política do governo JK, a qual passou a ter como uma de suas metas, a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil, incluindo no seu planejamento global ações direcionadas à redução das desigualdades regionais. Foi nessa circunstância que houve a criação da *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), em dezembro de 1959, órgão que representou um instrumento de intervenção do Estado nesta região. Em 1952, já havia sido fundado o *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB) que, assim como o *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas* (DNOCS),

²⁴⁶ De acordo com Vera Alves Cepêda a análise furtadiana sobre a crise econômica no Brasil, nos anos 1950, transpõe os limites do processo econômico em termos nacionais, tendo repercussão fora do cenário brasileiro (CEPÊDA, V. A., **Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), USP, São Paulo, 1998).

²⁴⁷ A CEPAL surgiu no contexto da guerra fria, momento em que a pobreza nos países periféricos passou a ser uma preocupação, sobretudo pela possibilidade de expansão do comunismo. Inicialmente, a Comissão foi criada em caráter experimental e após três anos, em 1951, tornou-se entidade permanente na ONU. Dentre os estudiosos latino-americanos que desenvolveram estudos pela CEPAL, destaca-se a presença de Celso Furtado, já no primeiro ano da fundação da Comissão. (IDEM, 1998).

²⁴⁸ A ideia do planejamento e o papel interventor na economia não foram uma invenção cepalina. Esses traços já encontravam presentes na política econômica varguista.

visava o desenvolvimento de políticas de combate à seca, problemática que atingia com frequência a população nordestina e considerada, na época, um dos principais entraves ao crescimento daquela região.

O texto de Joaquim Moreira de Sousa, *Sistema educacional cearense*, escrito no final da década de 1950, demonstra o entusiasmo compartilhado, naquele momento, em relação à centralidade das políticas voltadas à Região Nordeste.

O Nordeste Brasileiro, região de papel histórico surpreendente, na vida nacional, está, agora, em foco. Surge, sem dúvida, com clarões deslumbrantes, a aurora de sua revitalização. E o ‘Polígono das Sêcas’, enquadrado todo nesse trato de terra, excepcional pelas características que lhe são próprias, como pelo abandono em que sempre permaneceu nos planos administrativos do governo federal, parece ver chegada a hora de sua redenção. [...] Fala-se, nesta hora, com ênfase, na ‘Operação Nordeste’(OPENO), conjunto de medidas de ordem administrativa e técnica, para alcançar-se a reabilitação da terra e do homem, nas zonas áridas e semi-áridas do país, viveiro de gente brava, inteligente e operosa²⁴⁹.

O estado do Ceará, com clima predominantemente semiárido, no conjunto dos estados nordestinos, era um dos mais atingidos pelo fenômeno das secas.

O Ceará todo, interior, de norte a sul, e de leste a oeste, é parte integrante dessa região, a que se convencionou chamar, para efeito de aplicação do Art. 198 da Constituição Federal²⁵⁰, de ‘Polígono das Sêcas’. Nenhum trato de terra do ‘Polígono’ é mais característico, na sua configuração geográfica, na sua climatologia, na sua fauna, na sua flora e na sua economia, que o Ceará. O fenômeno meteorológico das Sêcas assola-o, periodicamente, reduzindo as reservas físicas e morais de seu povo, emprestando-lhe, por isso, feição própria, no conjunto da vida nacional²⁵¹.

De fato, o *fenômeno meteorológico* da seca, problema que ainda hoje acomete a população cearense, principalmente a do interior do estado, nos anos 1950 acarretou inúmeros prejuízos de ordem econômico-social. A industrialização do Ceará, além de atrair maiores investimentos ao estado, também significaria a diversificação na sua economia. Tais inovações somente seriam viáveis com a ajuda do governo federal, uma vez que, inexistiam condições estruturais para o estabelecimento de um complexo

²⁴⁹ SOUZA, J. M. de., *Sistema educacional cearense*, 1961, p.81.

²⁵⁰ O Artigo 198º da Carta Magna de 1946 tratou especificamente da problemática da seca do Nordeste. O mesmo determinou que, “Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá, anualmente com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária”.

²⁵¹ SOUZA, 1961, p.81.

industrial no referido estado. Nesta direção, foram fundamentais os acordos estabelecidos entre a União e o governo estadual, na segunda metade da década de 1950, especialmente após o pleito eleitoral de 1958, quando venceu a “coligação oligárquica-partidária” – *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)/Partido Social Democrático (PSD)* – com a vitória do candidato da oposição, *José Parcifal Barroso* (1959-1962), correspondendo a mesma aliança política que garantiu o cargo de presidente a Juscelino Kubitschek.

Em disputa eleitoral conturbada com o então candidato da *União Democrática Nacional (UDN)*, Virgílio Távora²⁵², o governador eleito, Parcifal Barroso, apesar de iniciar sua gestão com uma forte base de aliados, enfrentou uma crise política que teve impacto no seu governo. “O quadriênio foi fértil de crises políticas pelas mutações nas correntes que apoiavam o Governo no Estado e devido às eleições e acontecimentos na política federal”²⁵³. Não obstante aos problemas políticos erigidos em sua gestão²⁵⁴, o governo implantou algumas medidas que acabaram sendo fundamentais ao processo de “modernização” que seria efetivado pela gestão seguinte.

Em consonância com o projeto desenvolvimentista vigente no País houve importantes investimentos na infraestrutura do estado que, dentre os objetivos, visavam à instauração de indústrias no Ceará²⁵⁵. Além das iniciativas neste setor, também constituiu meta do governo estadual, elaborar propostas na área das políticas sociais, dentre as quais se destacou a educação. O investimento no setor educacional foi parte integrante da política governamental, uma vez que esta apregoava alterações no sistema de ensino como estratégia central na obtenção de avanços nos índices econômicos²⁵⁶.

²⁵² No pleito eleitoral para o cargo de governador do estado do Ceará, no ano de 1958, o PTB, inicialmente, a partir de um trabalho realizado pelo então governador na época, Flávio Marcílio, havia decidido apoiar a candidatura de Virgílio Távora. No dia 14 de janeiro de 1958, entretanto, o PTB, num movimento liderado por Carlos Jereissati, Aldenor Nunes Freire e Edgar Leite Ferreira, juntamente com líderes do PSD – Expedito Machado, Martins Rodrigues, Waldemar de Alcântara – decide lançar a candidatura de Parcifal Barroso (MOTA, A., **História Política do Ceará (1945-1985)**. Fortaleza: Stylus, 1985, 261p.).

²⁵³ IDEM, p.106.

²⁵⁴ No tocante as relações político-partidárias no plano local, a estratégia de compor um bloco de apoio na Assembleia Legislativa, formado por deputados da oposição, com vistas à obtenção de maior apoio na Assembleia acarretou desavenças em seu próprio partido, o PTB, quando em 1961, Parcifal Barroso rompe com a Executiva do Partido, sem se deligar do mesmo (IBIDEM, 1985).

²⁵⁵ No setor energético, destaca-se a criação da primeira empresa de eletricidade do Ceará, a *Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE)*, empresa considerada o embrião da COELCE, criada pela Lei Estadual n.º 9.477 de 05/07/1971 e privatizada em abril de 1998.

²⁵⁶ Otaíza Romanelli, na obra *História da Educação no Brasil*, assinala que o crescimento da demanda social de educação é um dos indicadores de necessidade do desenvolvimento, “uma vez que ele revela aspectos sociais do desenvolvimento, por traduzir o aparecimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação” (ROMANELLI, O. de O., **História da educação no Brasil**. 35ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.27).

É, portanto, nesse quadro de mudanças que teve origem a política de expansão do ensino secundário oficial no estado do Ceará. Convém salientar que a educação pública também passou a ter maior centralidade na década de 1950, não somente no contexto cearense, em virtude do aumento na demanda da sociedade brasileira em prol do ensino público, no nível primário, secundário e superior, um fenômeno que apesar de ser representativo do cenário nacional, apresentou contornos regionais, de acordo com a maior demanda de cada estado. No caso do Ceará, por exemplo, destacou-se o problema da oferta do ensino secundário e superior na rede oficial, uma vez que o ensino primário, embora estivesse longe de atender a toda a população escolarizável, tradicionalmente teve na iniciativa pública seu maior promotor. No final dos anos 1950 e, sobretudo na década de 1960, evidenciou-se um movimento na sociedade cearense em prol do acesso às vagas nos colégios oficiais. Na pesquisa sobre o Liceu do Ceará, realizada por Júlio Filizola Neto, presente no texto, *O Liceu do Ceará e as políticas educacionais: desconstrução de uma referência do ensino público (1960-1975)*, o autor cita um momento de tensão ocorrido no ano de 1962, durante a matrícula neste estabelecimento de ensino, ocasionada pelo súbito aumento na procura por vagas no Liceu.

O Liceu do Ceará, onde a procura era maior em virtude de sua tradição e prestígio, viveu alguns momentos de tensão, nesse ano de 1962, porque os pais não conseguiam matricular seus filhos. [...] os pais se mobilizaram para conseguir vagas para seus filhos nas escolas públicas, onde não é necessária a complementação de nenhuma anuidade que faria muita falta aos seus minguados orçamentos²⁵⁷.

Outro fator que merece destaque na análise do processo de intervenção do governo estadual na ampliação do acesso à escola primária e secundária no referido estado foi à relação entre, a *oferta educacional* e os *pleitos eleitorais*. Conforme evidenciou Sousa, a expansão do ensino primário e secundário nas décadas de 1940 e 1950 apresentou vinculação direta com as práticas eleitoreiras efetuadas no estado²⁵⁸. No caso da escolarização primária, o enfoque se deu na concessão de vagas para docentes.

²⁵⁷ NETO, J. F. **O Liceu do Ceará e as políticas educacionais: desconstrução de uma referência do ensino público (1960-1975)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000; MOTA, 1985.

²⁵⁸ SOUSA, 2006.

O Ceará, como parte integrante da Região Nordeste, encontrava-se em meados do século XX entre o grupo dos estados com maior número de analfabetos e com um sistema de ensino deficitário, tanto em seu aspecto quantitativo como qualitativo. O levantamento sobre a educação cearense na década de 1950, realizado por Joaquim Moreira de Sousa²⁵⁹ mostra um percentual de 69% de analfabetos, referente ao ano de 1950, constituindo o quinto maior índice da Região²⁶⁰. A estatística demonstra uma situação precária quanto à oferta da escola primária, a qual ainda não era estendida a toda a população, sendo a situação mais alarmante nos municípios do interior. Para àqueles que tinham o privilégio do acesso às escolas de primeiras letras, a qualidade do serviço também deixava, em muitos aspectos, a desejar.

No que se refere ao aspecto quantitativo, a institucionalização e regulamentação das escolas de primeiras letras no referido estado, por volta dos anos 1940, de acordo com a análise de Francisco das Chagas Loiola de Sousa, constituiu um processo que teve na docência sua base fundamental. Para este autor,

De modo suscito, diríamos que boa parte das escolas primárias do Ceará foi criada, em meados do século XX, contando apenas com a professora e a sua disposição para ensinar [...] O crescimento da rede escolar primária, sob a responsabilidade dos poderes públicos municipais e estadual, expandia na mesma proporção do favoritismo político subordinado às forças políticas tradicionais do Estado. As escolas públicas isoladas funcionando, na maioria das vezes, nas próprias residências das professoras, ou em cômodos anexos a elas, representavam boa parte das instituições de ensino²⁶¹.

O Poder Público, seja ele municipal ou estadual, ao atribuir ao professor a total responsabilidade em administrar a oferta do ensino primário criava determinado vínculo, tornando a docência um cargo, na maioria das vezes, de confiança, subjugando, assim, o professorado. Segundo o autor retrocitado, a estrutura do ensino primário em todo o estado, nos anos 1950, seguia os parâmetros determinados pelo Decreto-Lei nº 8.529/46²⁶², composta por: *grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas e*

²⁵⁹ O estudo de Joaquim Moreira de Souza, *Sistema educacional cearense*, foi desenvolvido como parte do Programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), órgãos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), voltado a traçar um levantamento dos sistemas educacionais de vários estados brasileiros, incluindo neste rol o Ceará (SOUSA, 1961).

²⁶⁰ Em primeiro lugar vinha o Estado de Alagoas (76%), seguido do Maranhão (75%), Piauí (74%), Paraíba (71%), Ceará (69%), Rio Grande do Norte (68%) e Pernambuco (68%). (IDEM, p. 87).

²⁶¹ SOUSA, 2006, p.119.

²⁶² Decreto-Lei nº 8.529/46 refere-se à Lei Orgânica do Ensino Primário, parte do conjunto das Leis Orgânicas promulgada na década de 1940, comumente conhecida como a Reforma Capanema.

*escolas auxiliares*²⁶³, sendo as duas últimas as mais numerosas, em decorrência da facilidade em se criar estabelecimentos nesses moldes. Para o Poder Público, delegar a um docente a responsabilidade em dirigir a escola isolada ou auxiliar, também acarretava vantagens políticas advindas desse modelo. A carreira docente, por sua vez, iniciava para muitos professores sob a égide das políticas equivocadas, voltadas à expansão da escola primária cearense.

A profissionalização do magistério primário, assim, esbarrava na prevalência do favoritismo político, em detrimento do concurso para o ingresso na docência. A maioria do professorado que lecionava nas escolas iniciava sua carreira por meio da indicação. Com base nos dados coletados pelo autor, no início da década de 1950, havia em todo o estado do Ceará um total de 1.466 escolas públicas de nível primário. Na capital funcionavam 254 escolas, dentre as quais apenas 14 eram grupos escolares, contando a rede com 144 escolas isoladas. Os números indicam que a maior parte do quadro do magistério era composta por docentes contratados de forma precária, por meio do critério da indicação política.

A interferência política na escolarização secundária, por sua vez, apresentou mecanismos diferenciados, tendo de início como foco, a concessão de vagas nos colégios particulares, na década de 1950, momento em que ocorreu o maior interesse por esse grau de ensino no Ceará. De modo semelhante à trajetória nacional, a rede de ensino secundário cearense, inicialmente se ampliou por meio da oferta de vagas oriundas das instituições particulares, considerando que para os donos dos estabelecimentos privados de ensino, o nível primário não constituía um atrativo. A criação do FNEM²⁶⁴, em 1954, enquanto medida de subvenção do ensino privado, por meio da oferta de bolsas de estudo a “alunos bem dotados e economicamente deficitários”, beneficiou a ampliação do acesso ao ensino secundário nos colégios particulares. Tomando como referência dados da pesquisa de Sousa²⁶⁵, no primeiro ano de atuação, o Ceará esteve entre os três estados brasileiros mais beneficiados pelo Fundo²⁶⁶, o que possibilitou na época ao governo estadual alavancar os dados da matrícula neste nível, com o aumento da oferta de vagas nos colégios particulares.

²⁶³ As escolas isoladas cearenses, normalmente, funcionavam na própria residência das professoras ou em cômodos anexos a ela (IDEM).

²⁶⁴ Ver Capítulo I do presente estudo.

²⁶⁵ SOUSA, 2006.

²⁶⁶ IDEM.

Tal política de investimento no setor privado, em detrimento da rede pública, desta forma, não somente atendia às diretrizes federais, como também estava diretamente associada a questões eleitoreiras. Isso porque havia interesses políticos em torno da verba do FNEM, haja vista que a escolha das entidades beneficiadas e a distribuição das bolsas de estudo eram intermediadas por políticos, que acabavam favorecendo instituições que lhes concedessem maior retorno eleitoral. Também observou o autor, o fato de alguns parlamentares serem proprietários de colégios, o que corroborou para sua influência na distribuição do recurso no referente estado. Assim,

[...] o repasse de recursos públicos na educação para a iniciativa privada se mostrava duplamente positivo: por um lado, conceder bolsas de estudo a alunos pobres significava favores que deveriam ser redistribuídos por suas famílias em épocas de eleição; por outro, o repasse de subsídios e auxílios públicos às escolas particulares poderiam render “boas relações” entre os proprietários das escolas beneficiadas e aquele deputado ou senador responsável pela inclusão da instituição na lista dos estabelecimentos de ensino contemplados com o repasse. Além disso, os repasses poderiam favorecer direta ou indiretamente o próprio político ou seus parentes, quando estes mantinham sociedade de capital em alguma instituição de ensino particular²⁶⁷.

Os benefícios advindos dessa política de financiamento, atrelado à desfavorável situação econômica do governo estadual cearense, o que possivelmente influenciou no seu baixo investimento no ensino secundário público, contribuíram para que o estado mantivesse uma rede oficial, composta por um número reduzido de estabelecimentos. No ano de 1957 havia apenas dois colégios estaduais de nível secundário – o *Colégio Estadual do Ceará (Liceu do Ceará)* e o *Instituto de Educação Justiniano de Serpa* – ambos localizados na capital, destinados ao atendimento de uma pequena parcela da população que conseguia ingressar nessas escolas, de maior prestígio social²⁶⁸. Vale destacar que, nesse momento, além da diminuta oferta de vagas, os egressos do curso primário deveriam prestar o exame de admissão ao ginásio, uma

²⁶⁷ IBIDEM, p.49-50.

²⁶⁸ No Ceará havia sido fundada nos anos 1930 a *Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte*, uma instituição que funcionava através de um convênio entre o governo do estado e o Instituto Educacional de Juazeiro, instituição de caráter privado.

seleção rigorosa que “carimbava” o ingresso do aluno no ensino secundário, o que também representava um obstáculo no acesso aos colégios secundaristas oficiais²⁶⁹.

Mesmo com a política do FNEM a demanda da população cearense, em prol do acesso aos colégios estaduais, seja motivada pela impossibilidade de ingresso nos estabelecimentos particulares, seja em busca do privilégio de frequentar as instituições públicas, por seu prestígio social, acabou impulsionando a maior participação do governo no setor público, com consequência na ampliação da rede estadual de ensino secundário. Nesta direção, para atender a essa demanda, a partir de 1958, ainda na gestão do governador Flávio Marcílio²⁷⁰, o modelo de ampliação da rede de ensino secundário, baseado no aumento de vagas nas escolas particulares e na manutenção de poucos colégios oficiais começou a ser alterado. O governo estadual buscou atender à demanda pelo crescimento da rede de ensino secundário público, promovendo um crescimento vertical na matrícula²⁷¹, com a criação de novos turnos e de turmas suplementares no *Liceu do Ceará* e no *Instituto de Educação Justiniano de Serpa*.

O modelo teve continuidade no governo Parcifal Barroso quando o mesmo, para atender a meta de expandir a rede de ensino secundário no Ceará, adotou a estratégia de crescimento horizontal, ampliando o número de estabelecimentos públicos. Já no segundo ano de sua gestão, através da Lei nº 4.743, de 15 de janeiro de 1960, foi criado o *Colégio Estadual de Fortaleza*, também conhecido como *Colégio Estadual Justiniano de Serpa*, resultante da reestruturação do *Instituto de Educação Justiniano de Serpa*²⁷², que passou a oferecer apenas o ciclo ginásial e colegial, transferindo os cursos

²⁶⁹ O *exame de admissão* ao curso ginásial constituía uma seleção para garantir a entrada de alunos que haviam concluído o ensino primário. Segundo Clarice Nunes, “o exame de admissão foi por décadas a linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária [...] obter aprovação nas provas tinha uma importância equivalente à aprovação nos exames vestibulares ao ensino superior. Era uma espécie de senha para a ascensão social” (NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário no Brasil: momentos decisivos. In. **Revista Brasileira de Educação**. nº14. mai/jun/jul/ago/2000, p35-60. ISSN 1413-2478. No Ceará o exame de admissão foi extinto no ano de 1968 (NETO, 2000).

²⁷⁰ Flávio Marcílio foi eleito vice-governador no pleito de 1954, assumindo o governo após a saída do governador Paulo Sarasate para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, nas eleições de 1958.

²⁷¹ No artigo *O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos*, Clarice Nunes destaca as duas formas de crescimento do ensino secundário no Brasil: o vertical e horizontal. O primeiro ocorre mediante o aumento no número das turmas e pela criação de novos turnos, nos colégios oficiais já existentes na rede. Já o crescimento horizontal, se dá através da criação de novos estabelecimentos de ensino. Predominou inicialmente no Ceará, o crescimento vertical, em detrimento do horizontal, o qual somente será acentuado na década de 1960 (NUNES, 2000).

²⁷² O *Instituto de Educação Justiniano de Serpa*, antigo *Instituto de Educação do Ceará*, era uma instituição estadual que abrangia os ciclos ginásial, colegial e normal. No ano de 1960 houve a separação entre os ciclos ginásial e colegial e criação do turno da noite, que passou a ser ministrado no *Colégio Estadual Justiniano de Serpa*, e o curso normal que passou a ser ministrado no novo *Centro Educacional do Ceará* (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 15/01/1960, Lei nº 4.743 – Cria o Colégio Estadual de Fortaleza e dá outras providências).

normal e primário para o *Centro educacional de Fortaleza*²⁷³. Também foram fundados no interior do estado, três colégios estaduais, nos municípios de Sobral, Iguatu e Quixeramobim²⁷⁴. Visando a expansão da rede secundária de ensino, o governo passou a elaborar estratégias, já utilizadas em outros estados brasileiros, que iam desde a criação de cursos noturnos e de turmas suplementares à própria fundação de colégios.

Se, a política do FNEM, inicialmente, cedia aos interesses eleitoreiros por intermédio da distribuição das bolsas de estudos, o que não deixou de ocorrer mesmo após a adoção das medidas de crescimento vertical e horizontal da rede pública, esta última, por sua vez, também esteve atrelada à questão política, porém, através da concessão de vagas para lecionar nos colégios secundaristas oficiais. Prática já bastante presente na rede primária, passou a ter, a partir do final da década de 1950, grande incidência no ensino secundário.

Os fatores elencados acima, em seu conjunto, foram responsáveis pela maior participação do governo, especialmente na gestão de Parcifal Barroso, na expansão do ensino secundário oficial. Na análise de Júlio Filizola Neto, as ações do governo neste setor, no entanto, “se caracterizou pelo improvisado, ausência de planejamento e clientelismo [...]”²⁷⁵. Apesar das iniciativas, os índices alcançados ainda eram bastante irrisórios, uma vez que este carecia de uma política de financiamento que possibilitasse maior investimento neste nível de ensino. Além disso, conforme assinalado anteriormente, a gestão do candidato do PTB foi repleta de crises políticas, as quais afetaram a dinâmica das ações do governo. Os avanços nessa área somente seriam efetuados na gestão seguinte, com a vitória do candidato da UDN.

A candidatura de Virgílio Távora teve origem numa aliança entre as principais forças políticas no Ceará –UDN, PSD e Partido Trabalhista Nacional (PTN)²⁷⁶. Em consonância com a análise de Airton de Farias, a *União pelo Ceará*, como passou a ser denominada, representou o reflexo do quadro político nacional, em que a elite dominante do País vinha se unindo com objetivo de combater o avanço das “esquerdas”, em meio ao *fantasma do comunismo*, um processo que teve como corolário a “Revolução de 1964”. Não obstante, alguns fatores relacionados ao plano

²⁷³ UNITÁRIO, 12/09/1967, p.08 (Aniversário de fundação do Centro Educacional e do Colégio Justiniano de Serpa).

²⁷⁴ SOUSA, 2006, p.81.

²⁷⁵ NETO, 2000, p.23.

²⁷⁶ No dia 28 de julho de 1962, formou-se uma aliança partidária no Ceará, entre, reunindo as principais forças políticas no estado, em torno da candidatura do então Ministro de Viação e Obras Públicas no governo parlamentarista de João Goulart, Virgílio Távora (FARIAS, J. A. de., **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004).

local também contribuíram na formação da aliança – UDN/PSD/PTN. De acordo com o autor,

Vários fatores possibilitaram a concretização da União pelo Ceará, velha pretensão de reunir as classes dominantes locais numa chapa única. Em primeiro, os particularismos da política local, como a falta de conteúdo ideológico das agremiações partidárias, a habilidade e pretensão de Virgílio Távora (que ocupara o Ministério de Viação e Obras Públicas no governo parlamentarista de João Goulart, gabinete de Tancredo Neves) de chegar ao governo estadual e o objetivo dos maiores partidos cearenses em derrotar a liderança jovem de Carlos Jereissati que despontava [...] ²⁷⁷.

A coligação *União pelo Ceará*, portanto, é avaliada como uma “força política de natureza conservadora”, a qual buscou alinhar-se ao discurso federal em torno da democracia e do combate ao regime comunista. A vitória de Virgílio Távora no pleito de 1962 representou para a história do estado, o período em que se consolidou a planificação da política econômica e social sob a égide de um discurso modernizante.

Virgílio Távora, governador do Ceará nos anos de 1963 a 1966 e 1979 a 1982, implantou um moderno planejamento de estado, considerado vanguarda no país, à época, e que teve enquanto grandes realizações a consolidação de instrumentos de incentivo fiscal e obras de infraestrutura que permitiram a vinda de indústrias para o estado, modernizou a máquina, formou e colocou técnicos no governo, inclusive em seu governo foram elaborados grandes projetos estruturantes, que previam a criação de distritos industriais, de uma siderúrgica e de uma refinaria de petróleo, além da construção de um porto. Idéias bastante avançadas para o período, para um coronel, e mesmo para um estado como o Ceará, que se encontrava em situação distinta da atual (uma economia basicamente agrícola, com relevância ínfima da indústria e serviços) ²⁷⁸.

²⁷⁷ IDEM, p.413.

²⁷⁸ BANDEIRA, R. T.; SILVA NETA, M. E. da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará**. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf. Acesso em: 20/09/2013. p. 01-09, p.02.

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	%	Total	%
1955	15.803	333	3.116	677	4.126	19.7	11.677	73.9
1957	19.366	366	3.634	743	4.743	24.4	14.623	75.5
1958	21.827	315	6.401	798	7.514	34.4	14.313	65.5
1959	23.236	269	7.667	1.338	9.274	39.9	13.962	60.09
1962	33.526	183	8.924	1.426	10.533	31.4	22.993	68.5
1963	36.928	317	8.373	1.515	10.205	27.6	26.723	72.3
1964	49.426	378	21.398	1.282	23.058	46.6	26.368	53.3
1965	49.560	477	22.351	1.595	24.423	49.2	25.137	50.7
1966	55.540	545	24.547	1.702	26.794	48.2	28.746	51.7

A diferença entre os indicadores cearenses da rede pública estadual e particular, entre os anos 1955 e 1963, pode ser explicada através da política de expansão implantada pelos governos, estadual e federal, que conforme abordado acima, privilegiou, num primeiro momento, maior investimento nas instituições particulares. Não por acaso os indicadores revelam, neste período, a disparidade entre a rede pública e particular, na oferta deste nível de ensino. Comparando os dados apresentados pela Tabela I, verifica-se entre os anos de 1957 e 1958 um acréscimo em média de 76,14% na matrícula dos colégios estaduais. Tal tendência se confirmou ao longo da gestão do governador Parcifal Barroso, em razão das medidas adotadas para o crescimento da matrícula na rede oficial. Não obstante, o maior impulso na oferta do ensino secundário oficial, somente ocorreu na década de 1960, sobretudo na gestão do governador Virgílio Távora, em virtude das condições políticas estabelecidas no plano local e federal.

No âmbito federal, a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN), pode ser indicada como a principal política na área da educação que possibilitou o crescimento no número de matrícula na rede secundária oficial, nos estados com problemas na oferta deste nível de ensino. Através do parágrafo 1º, do Artigo 92º, a Lei nº 4.024/61 determinou o caráter supletivo da União, destinando nove décimos dos recursos federais ao setor da educação (12% da receita), os quais deveriam ser divididos em três parcelas iguais, sendo uma alocada no FNEM. No parágrafo 2º, do mesmo Artigo, ficou determinado que o *Conselho Federal de Educação* (CFE), deveria elaborar um *Plano Nacional de Educação* (PNE), com vista a regular o repasse e a aplicação da verba federal, para as esferas, estadual e municipal. O PNE, homologado em outubro de 1962²⁸⁴, “constituiu-se de uma série de metas ou objetivos para o

²⁸⁴ O documento teve a orientação do professor Anísio Teixeira, na época presidente do CFE.

desenvolvimento da educação até 1970 e de princípios e normas para aplicação dos recursos destinados pela LDBEN, aos fundos de educação primária, média e superior”²⁸⁵. No caso da educação secundária o PNE previa a contratação de professores para atuar na rede secundária, os quais seriam pagos com verbas destinadas para o Plano.

No mês de setembro do referido ano, o então ministro da educação, Darcy Ribeiro, em consonância com o PNE, elaborou o *Programa de Emergência para a Educação*²⁸⁶, documento que, dentre suas metas, objetivou ampliar a matrícula na rede pública, primária e secundária, por meio da liberação de recursos para novos convênios entre o governo federal e os governos estaduais²⁸⁷. De acordo com artigo publicado na edição de outubro da *Revista Veja*, “a meta final é ampliar rapidamente o número de matrículas, com efeito visível já no ano letivo de 1963”. Em seu conjunto, tais medidas federais favoreceram a ampliação da rede oficial do ensino secundário, com forte impacto em estados cuja atuação do poder público ainda era inexpressiva, a exemplo do Ceará.

A aprovação da LDBEN foi, portanto, decisiva na ampliação do ensino secundário público cearense e, por conseguinte, para o surgimento do movimento associativo na década de 1960. No cenário cearense, a implantação da Lei coincidiu com o período do governo de Virgílio Távora que, em sintonia com as reformas políticas federais, incluiu no PLAMEG, uma série de mudanças na educação, citada no Plano com uma das áreas centrais, quando o mesmo afirmou que “não será possível levar por diante um plano sério de desenvolvimento econômico e social do Estado sem que, dentro dele, obtenham prioridade as tarefas relativas à educação”²⁸⁸. Na área educacional, o PLAMEG determinou como ponto de partida duas ações: a reforma administrativa da *Secretaria de Educação e Cultura* (SEC) e a formação de uma equipe técnica²⁸⁹ para realizar um “levantamento geral da rede escolar do Estado (prédio,

²⁸⁵ TEIXEIRA, A. Plano Nacional de Educação. Boletim Informativo. CAPES. Rio de Janeiro. n.º123, fev. 1963. p.01-03. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm>. Acesso em: 05/10/2014.

²⁸⁶ O Plano de Emergência foi lançado no dia 01 de outubro de 1962, no governo de João Goulart. Embora apresentasse como uma meta central o combate ao analfabetismo, o Plano atuou no campo do ensino secundário no sentido de contribuir com repasse de verbas para a ampliação dos espaços e pagamento de professores.

²⁸⁷ BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **No Palácio do Planalto a ser lançado o programa de emergência da educação**. Disponível em: <https://gestaobiblioteca.presidencia.serpro.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/discursos-1/1962/40.pdf/view>. Acesso em: 05/10/2014.

²⁸⁸ “Plano de Metas do Ceará, Setor da Educação” (Acervo Virgílio Távora, APEC/ Caixa 02).

²⁸⁹ A equipe que elaborou a parte referente à educação foi coordenada pelos professores Edgar Linhares e Walnir Chagas. (VERAS, 1990, p.213).

equipamento, material didático, população escolar, matrícula, professorado etc..)”, com vistas a identificar as deficiências e as necessidades postas pela educação cearense, em seus diversos níveis. No caso específico do ensino de 2º grau²⁹⁰, o Plano previa aumento de 40.000 vagas nos colégios secundários oficiais até o final da gestão, em 1966²⁹¹. Tal estimativa somente havia sido delimitada em razão do auxílio previsto pelo governo federal, destinado à expansão dos sistemas escolares em todo o País.

Para a realidade do governo estadual cearense, incapaz de promover à organização da rede pública de ensino, apenas com os cofres do estado, as novas diretrizes nacionais foram concebidas como “um sopro rejuvenescedor em todo o país”, em virtude do auxílio previsto aos estados na condução da política educacional²⁹². Contando com a ajuda financeira do FNEM e do *Plano de Emergência*, o Plano de Metas do governo cearense estabeleceu, num primeiro momento, duas medidas centrais:

[...] - regularização dos colégios oficiais existentes, através do aproveitamento mais racional do corpo docente, da definição jurídica e funcional dos quadros de pessoal e da identificação de novos critérios para o ingresso no Magistério oficial; - descentralização dos colégios da capital, com vistas a uma oferta de matrícula mais compatível com as necessidades dos alunos, através da abertura de uma rede de novos estabelecimentos em: Marupiara - Teófilo Gurgel - São João do Tauape - Vila Zoraide - Antônio Bezerra - Piedade - Nazaré - Carlito Pamplona - Messejana - Parangaba- Conrado Cabral - Instituto Claperede (Centro) - Matadouro (Montese); - instalação do Departamento de Ensino do 2º grau²⁹³.

A primeira medida previa mudanças mais diretamente associadas ao quadro docente, incluindo a elaboração de novos critérios para o ingresso nas escolas oficiais, com destaque ao concurso público. Além disso, a exemplo de outros estados brasileiros²⁹⁴, o governo estadual também adotou como principal estratégia, a criação de seções do *Colégio Estadual do Ceará* (Liceu do Ceará), distribuídas por vários bairros

²⁹⁰ Convém assinalar que a nomenclatura adotada pela política educacional cearense para definir os três últimos anos do ensino básico não correspondeu à definição presente na Lei nº 4.024/61, a qual estabelecia essa etapa como o nível do “ensino médio”.

²⁹¹ CEARÁ, *Palestra do governador*, Acervo Virgílio Távora, APEC/Caixa 02, 1964.

²⁹² CEARÁ, *Plano de Metas Governamental (PLAMEG)*, 1962.

²⁹³ CEARÁ, *Palestra do governador*, Acervo Virgílio Távora, APEC/Caixa 02, 1964.

²⁹⁴ De acordo com Vicentini e Lugli, no estado de São Paulo, durante o governo de Jânio Quadros (1955-1958), a ampliação no número de vagas no ensino secundário se deu por meio da criação de “seções” anexas aos ginásios já existentes (VICENTINI & LUGLI, 2005).

da capital, os chamados “Anexos do Liceu”²⁹⁵. Os Anexos funcionavam em prédios do próprio governo estadual ou cedidos pela Igreja que, em alguns casos, não apresentavam estrutura adequada ao seu funcionamento, aspecto abordado no depoimento da ex-professora do Liceu do Ceará, Lia Matos, que atuou na rede pública de ensino secundário nos anos 1960.

Os Anexos eram chamados “Anexos” porque eles não tinham ainda a autorização de funcionar como escola. Foi na época que veio a determinação de aumentar o ensino médio e aí começaram os Anexos. Por exemplo, o Colégio José Walter Ribeiro Ramos, que era um Grupo Escolar da REFESA²⁹⁶ [...] a REFESA cedeu o espaço para o Anexo [...] Tinha uma outra escola, Castelo Branco, que também era uma escola primária que virou um Anexo. A escola Anchieta, ali era uma escola de Padre que virou um Anexo, né, o João Pia Marta, era uma escola dos Padres que virou um Anexo. Agora alguns Anexos tinham os prédios muito ruins. Por exemplo, o Paulo VI, ali no Montese, no passado ali era um matadouro de gado. Já tinha deixado de ser matadouro há muitos anos e então fizeram uma reforma, mas eram aqueles galpões e fizeram umas meias paredes e transformaram numa escola, então era muito ruim [...] Esses Anexos eram sempre escolas primárias, ou do Estado ou da Igreja, que se tornaram escolas do ensino médio²⁹⁷.

O relato acima revela aspectos da condição estrutural desses estabelecimentos que, no geral não apresentaram boa qualidade, em virtude da própria maneira sob a qual tal política havia sido implantada. Apesar da tentativa do governo de criar um modelo de planejamento, é importante assinalar que houve muita improvisação na instalação dos anexos, assim como problemas advindos do repasse das verbas do PNE, problemas estes que afetaram diretamente os professores, conforme será analisado adiante. Estes não seriam os únicos entraves advindos desse modelo de ampliação da rede secundária. Se, por um lado, a criação dos anexos se tornou um “divisor de águas” na história do ensino secundário oficial cearense, no sentido de demarcar o momento de

²⁹⁵ Segundo Júlio Filizola Neto, a história dos Anexos teve início com a experiência do Liceu-Mirim, uma pequena escola ao lado do prédio do Corpo de Bombeiros, onde funcionava à noite, com 4 turmas do curso ginásial”, implantada durante o governo de Parcifal Barroso. A ampliação dessa experiência se daria no governo Virgílio Távora (NETO, 2000, p.53). Os Anexos do Colégio Estadual Liceu do Ceará tornaram-se autônomos em outubro do ano de 1968. (GAZETA DE NOTÍCIA, 15/10/1968, p.05, Anexos do Colégio Estadual ficarão autônomos).

²⁹⁶ Rede Ferroviária Federal S/A.

²⁹⁷ Entrevista de Lia Matos, realizada no dia 30/10/2012.

efetiva ampliação da sua oferta, em comparado aos índices alcançados no decênio anterior; por outro lado, sua implantação acarretou também a progressiva queda na qualidade do ensino nos colégios oficiais e perda do seu *status quo*, uma vez que, até aquele período, a rede oficial ostentava a posição de “escolas de elite”. Outra consequência da instauração dos anexos foi a queda nos vencimentos dos mestres secundaristas.

Embora na memória da sociedade cearense seja comum afirmar que ainda nos anos 1960 o ensino público secundário apresentava boa qualidade, portando seu corpo docente, excelentes salários, os dados coletados na pesquisa revelam alterações nesse quadro já neste período. O depoimento do professor Ari Othon Sidou a respeito da política de ampliação do ensino secundário, no governo de Virgílio Távora, é coerente com o quadro observado através de outras fontes pesquisadas. De acordo com o entrevistado,

Na década de 50 [1950] o Liceu e Justiniano de Serpa ainda ostentava o melhor corpo docente e o melhor ensino do Ceará, tanto é que para entrar, era necessária uma prova de seleção muito rígida, porque era uma nata que entrava, porque havia pouca oferta de vagas e muita demanda. Então aqueles que não tinham competência iam para as escolas particulares e hoje é o inverso. Bom, quando na década de 60 [1960] o senhor Virgílio Távora achou por bem criar os Anexos do Liceu, então a coisa, a educação se massificou e, conseqüentemente a qualidade caiu. [...] porque ao massificar, para entrar no Liceu não havia mais aquela necessidade de concurso público de provas e títulos, não havia seleção para a entrada, era política [...]. Em razão da massificação que eu acabei de falar, o número de salas de aula era muito grande, o número de alunos era muito grande, o número de Anexos era muito grande, e, conseqüentemente, havia necessidade de muitos professores. E não quiseram ou não dava tempo nem condições de o estado fazer seleção para a entrada, aí convocavam os professores para preencher essas cadeiras. Então muitos professores entraram na base da política [...] e o Liceu e Justiniano de Serpa que antes eram escolas de qualidade, passaram a ser escolas “públicas” e o nível baixou, tanto é que nós saíamos do Liceu e entrávamos na faculdade direto [...] Houve essa massificação e o nível caiu vertiginosamente²⁹⁸.

Na fala citada acima, o entrevistado indica a política de ampliação da rede secundária, consubstanciada pela criação dos Anexos, como a principal responsável pelo rebaixamento do padrão de qualidade dos colégios públicos secundaristas nos anos 1960. Subtende-se através do excerto que a principal consequência da criação dos

²⁹⁸ Entrevista de Ari Othon Sidou, realizada no dia 06/11/2012.

Anexos, no que se refere à queda da qualidade da rede secundária oficial foi, a *contratação de professores sem concurso público*, por meio da indicação política. Na fala do professor Ari Sidou, o mesmo não fez referência a outros fatores fundamentais no debate sobre a profissionalização como, por exemplo, a formação exigida para o exercício do magistério. Há, no entanto, que se considerar que no momento de criação dos primeiros Anexos, os fatores indicados como necessários ao exercício do trabalho docente não se restringiam apenas à obtenção do grau de licenciado, sendo, portanto, variado o perfil do professorado. A delimitação dos critérios fundamentais à profissão será um eixo central na política de regulamentação do trabalho docente, implantada a partir do governo de Virgílio Távora, um fator responsável pelos embates travados, tanto entre os professores e o governo, como também no interior da própria categoria, conforme será discutido adiante.

No tocante às formas de ingresso via *pistolão*, a própria trajetória do ensino primário cearense já demonstrava a adoção de práticas políticas na concessão de cargos públicos, característica que também não se restringia ao cenário local, porém, bastante presente no Ceará. Apesar de ser mais frequente na rede primária, a indicação política também ocorria, em menor grau, nos colégios secundaristas oficiais²⁹⁹. Embora os Anexos não tenham introduzido tais práticas no sistema de ensino secundário cearense, é bem verdade que estes corroboraram para sua maior incidência, haja vista o fato de ter acarretado o aumento da demanda por professores. Foi a partir desse momento que o quadro do magistério secundarista oficial será significativamente alterado, aspecto analisado a seguir.

2.2 – As diretrizes nacionais do ensino e as alterações no quadro do magistério secundarista oficial cearense nos anos 1960

A promulgação da primeira LDBEN pode ser indicada como uma das principais legislações que tratou de definir, no plano nacional, a regulamentação do

²⁹⁹ Segundo Francisco das Chagas Loiola de Sousa, em meados da década de 1940 houve denúncias de contratações políticas de professores extranumerários (contratados temporariamente) para o Liceu e Instituto de Educação Justiniano de Serpa, bem como efetivação de professores sem concurso público, apenas seguindo critério de cinco anos de serviço prestado na rede de ensino. Apesar das práticas elucidadas, o autor afirma que os dois colégios secundaristas oficiais apresentavam naquele período maior independência política, uma vez que os mesmos se submetiam as regras estabelecidas pela Congregação de Professores (SOUSA, 2006).

trabalho docente no nível secundário. A análise desse processo no Ceará confirma a importância dessa Lei na demarcação do campo profissional do magistério secundarista e, por conseguinte, do movimento associativo dos professores.

Uma das primeiras determinações da Lei nº 4.024/61 que teve impacto na carreira docente no nível secundário, foi o estabelecimento das medidas direcionadas à ampliação da rede de ensino, uma vez que, na mesma proporção em que o ensino secundário foi se ampliando, também aumentou o quantitativo de professores contratados para atuar nos colégios oficiais, o que ocasionou mudanças efetivas na composição do seu corpo docente. A ampliação no número de vagas para professor secundarista no Ceará, desde 1958, não vinha sendo amparada por uma política de regulamentação da carreira, o que trouxe consequências para o quadro do magistério. Da mesma forma, que a expansão da matrícula rompeu com o modelo de instituições padrão no ensino secundário, gradativamente o perfil do professorado vai sendo alterado, ocasionando uma ruptura com o modelo predominante no quadro de professores, marcado pela figura do professor secundarista, bem remunerado e socialmente valorizado, personificada pela imagem do *professor catedrático*³⁰⁰.

Contratados pelo estado apenas via concurso de provas e títulos, a vaga de catedrático nos colégios oficiais era limitada, sobretudo em virtude do valor elevado de sua remuneração aos padrões econômicos cearenses³⁰¹. A remuneração mensal de um professor catedrático cearense, nos anos 1940, poderia se equiparar aos vencimentos do quadro da magistratura, considerando a possibilidade desses docentes, além do salário base, também complementar sua remuneração, ministrando as chamadas *aulas excedentes*³⁰², ou aulas nos colégios particulares. Desta forma, seria possível a um professor secundarista alcançar o padrão de vencimento, semelhante a juízes e Procuradores do Estado³⁰³. Além do prestígio social e econômico desses profissionais, que formavam o quadro das instituições públicas de ensino secundário, também é

³⁰⁰ Os professores catedráticos, “eram aqueles docentes que ocupavam cátedras no ensino secundário e superior da rede oficial, aos quais era assegurada a vitaliciedade na função docente” (IDEM, p.95).

³⁰¹ Neste período, os mestres catedráticos estavam entre os funcionários do estado do Ceará com maior remuneração. (IBIDEM).

³⁰² As aulas excedentes constituíam uma carga horária a mais do que a prevista em cada cátedra, oriunda do aparecimento de novas turmas nos colégios oficiais. Embora ao professor catedrático fosse dada a possibilidade de ministrá-las, ainda assim, iam surgindo uma demanda por novos docentes, cabendo ao diretor do estabelecimento enviar ao governo estadual o pedido (Dados coletados durante entrevista com professor Edgar Linhares, realizada no dia 08/11/2012).

³⁰³ Cabe assinalar que os colégios da rede privada, nesse período, valorizavam a contratação de mestres catedráticos para fazer parte do seu corpo docente, fator utilizado como critério de diferenciação entre as escolas.

importante salientar que, de modo geral, os mestres catedráticos apresentavam uma formação ampla, na maioria dos casos, obtidas em cursos superiores³⁰⁴. Na década de 1940, inexistiam professores licenciados formados no Estado do Ceará, haja vista que a primeira turma da *Faculdade Católica de Filosofia do Ceará*, fundada em 1947, colou grau no ano de 1950. O professor catedrático, desse modo, obtinha sua formação em grau superior, nos diversos cursos de bacharelado, destinados à formação de profissionais liberais como, médicos, advogados, dentistas, engenheiros, característica presente na trajetória dos professores secundaristas no Brasil³⁰⁵.

Embora não tenha sido possível coletar dados precisos sobre a origem social desses professores que ingressaram na docência no nível secundário, o que demandaria um estudo mais aprofundado é possível inferir que esses docentes, no geral, ou pertenciam a famílias mais abastadas, o que permitia condições de acesso a uma formação que o possibilitava, posteriormente, ingressar como professor nos colégios oficiais; ou o ingresso na “carreira” de professor secundarista poderia servir de degrau para uma ascensão social. Dito de outro modo, ser professor catedrático, nos anos 1940, significava ostentar uma posição socialmente valorizada.

Através da *Congregação de Professores*, “espécie de conselho ou colegiado” instituído nos colégios secundaristas oficiais, os mestres poderiam decidir desde questões ligadas à organização da escola até assuntos referentes aos seus interesses profissionais. Também obtinham poder de tomar decisões no setor da política educacional, inclusive de escolher o seu substituto, como indica o relato da professora Lia Matos, que cursou o ensino secundário na década de 1950.

Eu fui aluna do período em que o professor era o catedrático, era realmente o “dono da cátedra”, seja na escola pública, seja na escola particular. Quando um deles precisava se afastar, indicava o substituto. Naquela época eu achava engraçado, mas depois é que eu compreendi que eles se sentiam os donos da cátedra [...]. Isso no serviço público era mais agravado ainda porque havia a influência política. Para substituir alguém da cátedra do Liceu, por exemplo, ou da Escola Normal, a competência, geralmente não era o único fator decisivo³⁰⁶.

No estudo de Júlio Filizola Neto sobre o Liceu do Ceará, o autor faz alusão ao papel da Congregação de Professores na escolha dos candidatos à vaga de docente no

³⁰⁴ SOUSA, 2006.

³⁰⁵ VICENTINI & LUGLI, 2009.

³⁰⁶ Entrevista de Lia Matos, realizada no dia 30/10/2012.

Colégio Estadual do Ceará (Liceu), instituição de ensino que, tradicionalmente, apresentava maiores entraves na permissão da indicação de nomes por parte de políticos. Segundo dados coletados pelo autor através de entrevista com o professor Boanerges Sabóia³⁰⁷, no governo de Parcifal Barroso, quando o mesmo promoveu o crescimento vertical da rede, aumentando as vagas nestes estabelecimentos de ensino, houve uma tentativa de se instaurar práticas clientelistas na concessão de vagas a candidatos apadrinhados por políticos ligados a coligação partidária do governo, especialmente por partidários do PTB.

Apesar de o professor Boanerges ter afirmado em sua entrevista que até o final da administração do governador Parcifal Barroso, “os professores só eram aceitos no Liceu depois de passar pelo crivo da Congregação, composta por professores catedráticos e pelo diretor”³⁰⁸, e que tais práticas não faziam parte da trajetória do Liceu, outros indícios indicam seu uso, desde a década de 1930. A esse respeito vale ressaltar que além dos mestres catedráticos, os colégios oficiais cearenses, a partir da referida década, também passaram a contar com um pequeno contingente de professores contratados, denominados por *professores suplementares* ou *extranumerários*, recrutados pelo estado com finalidade de ministrar a carga horária de aulas excedentes, não absorvidas pelos mestres catedráticos³⁰⁹. A contratação dos suplementares se deu em virtude da impossibilidade para os cofres estaduais de abrir novas vagas via concurso. Desse modo, segundo o estudo de Francisco Loiola de Sousa³¹⁰, a forma mais comum de recrutar os suplementares era através de “pistolão político”, uma prática que irá se fortalecer após a instalação dos Anexos.

Não obstante, os professores catedráticos também possuíam o privilégio de poder indicar seus substitutos e tinham ingerência sobre as aulas suplementares, uma vez que, cabia a eles o envio da lista com a quantidade necessária de carga horária suplementar. Eram algumas de suas atribuições: organizar a lista tríplice enviada ao

³⁰⁷ Boanerges Cisne de Farias Sabóia foi diretor do Liceu do Ceará do início da década de 1950, a partir do governo de Raul Barbosa (1951-1954) até o início dos anos 1960. Pediu exoneração do cargo, em março de 1962, alegando motivos pessoais, sendo substituído interinamente pelo professor Francisco Correa de Araújo (UNITÁRIO, 10/03/1962, p.08, Professor Francisco Correa de Araújo nomeado diretor do Colégio Estadual do Ceará).

³⁰⁸ NETO, 2000, p.24.

³⁰⁹ Desde o governo de Meneses Pimentel (1935-1945) o Estado vinha contratando professores sem concurso, para ministrarem as aulas excedentes dos catedráticos. Segundo Francisco das Chagas Loiola de Sousa, para ingressar como professor no Liceu neste período era exigido apenas um atestado, emitido pela polícia, de bons antecedentes (SOUSA, 2006).

³¹⁰ IDEM.

governo com o nome dos candidatos à direção das escolas oficiais³¹¹; defender os direitos dos catedráticos, especialmente no que diz respeito a questões salariais junto ao governo estadual, num processo de negociação que quase sempre era intermediada pelo próprio diretor da instituição³¹².

Os professores suplementares, por sua vez, não usufruíam dos mesmos privilégios dos catedráticos. Contratados à hora-aula, sem vínculo empregatício, nem direito a férias remuneradas, os mestres suplementares, viviam situação mais instáveis do que os docentes das escolas particulares, considerando que nem mesmo podiam contar com o amparo legal da CLT, instituída em 1943. Com base no estudo de Sousa, no ano de 1946, enquanto um catedrático percebia um salário de 2.400 cruzeiros, sem as aulas excedentes, os suplementares recebiam por hora/aula a quantia de 15,00 cruzeiros, o que poderia render, no caso de 12 horas/aula semanal, um rendimento em média de 720,00 cruzeiros mensais, valor esse estipulado desde 1937 e que somente foi reajustado em 1948³¹³. Desprovido de direitos trabalhistas, sem nenhuma garantia de estabilidade profissional, a esse professor também era negado o direito à participação na Congregação de Professores, órgão exclusivo de representação dos catedráticos, que no cotidiano dos colégios, mantinham uma relação distante dos mestres suplementares³¹⁴. Outro dado relevante sobre esse segmento, que também o diferenciava dos catedráticos, diz respeito à forma de ingresso que, conforme abordado acima, na maior parte das vezes era via “pistolão”.

Enquanto os mestres catedráticos eram regidos pelo Estatuto dos Servidores Estaduais, a contratação dos professores suplementares, na inexistência de uma diretriz nacional voltada à regulamentação da carreira do professor secundarista, nos anos 1930 e 1940, foi efetivada sem que nenhuma legislação definisse a sua posição no quadro do funcionalismo público. Coube ao governador Paulo Sarasate³¹⁵, já na década de 1950, a iniciativa de normatizá-la, garantindo àqueles mestres, com 12 ou mais aulas semanais e

³¹¹ Há nos jornais da cidade de Fortaleza notas sobre o processo de escolha dos diretores dos colégios secundaristas oficiais, que indicam a participação das congregações de professores na composição da lista tríplice. Na pesquisa de Júlio Filizola Neto sobre o Liceu do Ceará, o autor assinalou que nenhum professor era aceito naquele estabelecimento de ensino, sem antes passar pelo crivo da Congregação de Professores. (NETO, 2000).

³¹² SOUSA, 2006.

³¹³ A Lei Estadual nº 304 elevou o valor da hora aula para 25,00 cruzeiros.

³¹⁴ Na pesquisa já citada de Sousa, através do relato de ex-professor suplementar, o autor aborda que os professores catedráticos buscavam manter um distanciamento dos docentes que ministravam aulas suplementares (SOUSA, 2006).

³¹⁵ Paulo Sarasate foi governador do estado no período de 1954-1958, deixando o cargo no último ano para concorrer a uma vaga na Câmara dos deputados.

no mínimo 2 anos de experiência, o direito a serem integrados na *Tabela Numerária de Mensalista* (TNM), para o qual seria criada a devida função³¹⁶. A esse respeito vale citar o depoimento do professor Edgar Linhares, ex-técnico na área educacional, no governo Parcifal Barroso e Virgílio Távora, quando o mesmo relata essa passagem da história da educação cearense.

Um catedrático do Liceu ganhava igual a um desembargador³¹⁷, só tinha 10 catedráticos. Para botar professores necessários nesse padrão o Estado não tinha condições então eles criaram uma figura chamada de função de professor [grifo nosso], não é cargo. A função é criada pelo governo, por Poder Executivo, e não precisa de concurso. Ai, começaram a fazer função. O diretor da escola é que sabia o que precisava e nomeava³¹⁸.

A *função de mensalista*, a qual o professor se refere, criada no final dos anos 1950, inicialmente não garantia ao docente seu ingresso no quadro de efetivos, um direito concedido pelo estado apenas em 1958, quando foi sancionada a Lei nº 4.177/58, que previa a estabilidade aos docentes portadores da *função de professor*, desde que contassem com mais de 5 anos de exercício do magistério e se submetesse a prova de títulos³¹⁹. Conforme indica o Artigo 1º da Lei,

³¹⁶ Esses docentes eram denominados por suplementares, enquadrados na *Tabela Numérica de Mensalidades* (T.N.M.), como extranumerários (CORREIO DO CEARÁ, 28/01/1964, p.10, Concurso para o magistério).

³¹⁷ Embora a comparação entre o catedrático e o quadro da magistratura enfatizada no depoimento do professor Edgar Linhares seja representativa da imagem ainda presente sobre o professor secundarista de meados do século XX, conforme assinalamos anteriormente essa aproximação dos vencimentos do catedrático com o quadro da magistratura resultava da soma de seu salário, com as aulas excedentes e, muitas vezes, com as cadeiras ministradas em colégios particulares, uma vez que esse profissional, por seu status social, também era requisitado por estas escolas. Além disso, torna-se mister salientar que desde os anos 1940 vinha ocorrendo um decréscimo nos salários dos mestres catedráticos, em relação ao período anterior.

³¹⁸ Entrevista de Edgar Linhares, realizada no dia 08/11/2012.

³¹⁹ A Lei nº 4.861, de 22 de junho de 1960, promulgada no governo de José Parcifal Barroso, em seu Artigo 13º, exclui a prova de títulos no processo de efetivação, garantindo automaticamente a estabilização dos mensalistas que contassem com cinco anos de serviço nos colégios estaduais. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 16/07/1960, Lei nº 4.861 – Dispõe sobre a classificação de cargos e funções do Quadro I – Poder Executivo e dá outras providências).

Deverão ficar estabilizados, no exercício das funções em que se encontram, mediante prova de títulos e documentos³²⁰, os professores extranumerários R-24³²¹ do Colégio Estadual do Ceará, e do Instituto de Educação Justiniano de Serpa ao completarem cinco (5) anos de exercício no magistério público estadual, qualquer que tenha sido a modalidade desse serviço³²².

À vista desse quadro, percebe-se que, na década de 1950, o corpo docente dos colégios secundaristas oficiais cearenses já portava um perfil heterogêneo, formado por dois segmentos de efetivos – catedráticos e mensalistas – e pelos professores suplementares (interinos). Quanto ao aspecto quantitativo, até 1957, o total de professores não constituía um percentual elevado, tendo em vista que no Ceará existiam poucos colégios oficiais neste nível de ensino. A partir de 1958, no entanto, com o crescimento vertical e horizontal da rede secundária oficial, ocorreu uma alteração quantitativa no quadro, em virtude da contratação de novos professores suplementares que, gradativamente, iam tornando-se a parcela mais numerosa do quadro do magistério.

Os indicadores estatísticos sinalizam que na mesma proporção que aumentavam as vagas ia crescendo o contingente de docentes que atuavam nos colégios oficiais, como podemos identificar pela Tabela abaixo.

Tabela II – Corpo docente do ensino secundário cearense segundo a dependência administrativa (final do primeiro mês letivo)³²³

CORPO DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO								
		PÚBLICO					PARTICULAR	
Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	%	Total	%
1957	1.351	31	186	47	264	19,5	1.087	80,4
1958	1.621	30	400	55	485	29,9	1.136	70,0
1959	1.713	31	388	72	491	28,6	1.222	71,4

³²⁰ A Lei nº 4.177/58 exigia a aprovação de 60% do valor dos títulos, e pelo seu Artigo 3º, cabia a uma Comissão nomeada pela Congregação de Professores do estabelecimento, julgar a documentação e aprovar a solicitação da estabilidade do candidato. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 18/08/1958, Lei nº 4.177 – Concede estabilidade profissional aos servidores que indica dá outras providências).

³²¹ A sigla R-24, significa a referência da função na escala de funcionários mensalistas.

³²² CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 18/08/1958, Lei nº 4.177 – Concede estabilidade profissional aos servidores que indica dá outras providências.

³²³ Dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil.

1962	2.559	34	705	87	795	31.0	1.733	67.2
1963	2.901	30	793	74	897	30.9	2.044	70.4
1964	2.722	66	820	98	984	36.1	1.738	63.8
1965	2.975	51	956	106	1.113	37.4	1.862	62.5
1966	3.226	36	1.092	113	1.241	38.4	1.985	61.5

É notória a elevação nos dados do ano de 1958, em relação ao ano anterior, e seu progressivo acréscimo no decorrer dos anos 1960. Contando com um número de profissionais, em torno de 186, no ano de 1957, esse índice chega a atingir o número de 400 professores no ano seguinte, período de início do crescimento vertical da matrícula nos colégios oficiais do estado. Daí em diante, verifica-se um progressivo acréscimo, ocasionado pela contratação de inúmeros professores suplementares, chegando à marca de 820 mestres, em 1964, ano de funcionamento dos primeiros Anexos.

O ingresso desses novos docentes, até 1964, havia sido efetivado sem a abertura de concurso público ou mesmo a criação imediata das devidas funções, embora a LDBEN houvesse determinado o concurso público de provas e títulos como instrumento para legitimar o ingresso do docente na rede oficial, um critério que não foi seguido no momento de instauração da política de ampliação do ensino secundário no Ceará. De acordo com a notícia, *A Real situação do ensino: suplementares era a solução para uma situação de fato*, publicada na edição do jornal *Gazeta de Notícias* no ano de 1962, percebe-se que a figura do professor suplementar vinha representando o verdadeiro sustentáculo da política de ampliação do ensino secundário cearense, com consequências para a carreira de professor.

O Colégio Estadual Justiniano de Serpa, criado em 1959 pelo atual Governo³²⁴ tinha em 1958 um efetivo de 1.200 alunas, como Instituto de Educação e compreendendo os cursos primário, normal e secundário. Desmembrado o curso secundário do primário e Normal, estes transferidos para o hoje Centro Educacional, da 13 de maio, o Colégio Estadual Justiniano de Serpa teve criado, em 1959, o turno da noite. O número de alunos passou a mais de 3.000. De 1959 até esta data, a despeito do aumento vertiginoso de sua matrícula – resultado da criação indispensável de inúmeras turmas do ginásial e colegial, a despeito também da criação do turno da noite, não foi criado um só cargo para funcionário, nem função para professor. O colégio Estadual Justiniano de Serpa conta com um quadro de 33 catedráticos, sendo que 13 estão à disposição; 26 funções, com 4 à disposição. Seria possível a tão pequeno número de professores o atendimento escolar

³²⁴ Na época o governador do Estado do Ceará era José Parcifal Barroso.

de quase quatro mil alunos? O serviço burocrático, o que é óbvio, também cresceu. O caminho tomado pelo Governo foi a criação de turmas suplementares, admitindo de 1958 a esta data, 102 professores como contratados, pagos a salário aula – inicialmente de 60 e até fevereiro deste ano, a 150 cruzeiros. Sem posição funcional definida, os professores de turmas suplementares, bem como os funcionários admitidos, daí então, passaram a perceber pela Verba Consignação Vs. Despesas Diversas³²⁵.

O excerto acima, embora extenso, serve de parâmetro para averiguar as condições impostas aos colégios oficiais do Estado, resultantes da política de expansão do governo estadual e federal. Tanto o *Liceu do Ceará* como o *Colégio Justiniano de Serpa* vinham enfrentando dificuldades em relação ao corpo docente, uma vez que as contratações efetuadas, a partir de 1958 não resultaram da abertura de funções, sem sequer haver uma previsão orçamentária específica ao pagamento desses professores, pagos com verba destinada a “despesas diversas”. Na mesma notícia há dados sobre o valor gasto pelo governo com pagamento do quadro docente, incluindo as aulas suplementares, no *Colégio Justiniano de Serpa*. Enquanto eram gastos por mês 13.626,00 cruzeiros com salário dos catedráticos, contando com as aulas excedentes e pagamento dos substitutos; e 671.750,00 cruzeiros com salários das funções, incluso aulas excedentes; o governo estadual pagava 1.425.000,00 somente com aulas suplementares. Isso significa dizer que sem os professores de aulas suplementares não seria possível dar cobertura aos quase 4 mil alunos matriculados na referida instituição, já nesse momento representando a maior parcela do quadro docente.

Os professores suplementares além de perceberem salários mais baixos, em relação aos efetivos, também enfrentavam atrasos em seus vencimentos, uma problemática que foi objeto de denúncia por parte da imprensa cearense. A nota, “Vencimentos em Atraso”, presente na “Coluna Canto de Página”, indica um atraso de cinco meses no salário dos suplementares e traça um quadro da situação deplorável em que se encontravam os mestres, em 1962.

Não foi muito agradável a notícia divulgada por um jornal de que possivelmente o Estado poderá ter dificuldade para manter o funcionalismo em dia [...] os mestres secundaristas, os que “ganhavam” por suplementares, estes estão sem receber nada, absolutamente nada, desde janeiro. Sem esperanças de ver seus

³²⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/03/1962, p.04, A real situação do ensino: suplementares eram a solução para uma situação de fato.

vencimentos em dia, os professores ainda sofrem as consequências da lenta tramitação legislativa na aprovação da Mensagem que cria o quadro do magistério secundário [...] Depois falam que a ausência do professor no colégio oficial é um crime, um ato reprovável e inconcebível. Pois eu digo que surpreendente é o elevado número de professores nas aulas, em razão da situação em que vivemos. Pessoal que vive exclusivamente do salário aula, naturalmente que é forçado a evitar desgaste material e humano na ida ao colégio. Como pagar as dívidas que existem? Como alimentar e sustentar a família? Com que se paga o aluguel da casa, se compra a carne, se vai à farmácia, se manda lavar a roupa, se anda de transporte coletivo? 5 meses de atraso nos vencimentos, pensem bem, não é qualquer coisa para animar o cristão – seja ele o mais fiel à doutrina e ao dever. Entregues ao argiota – que nesta hora deixa de ser exclusivamente o sugador de nosso dinheiro e o vampiro de nosso trabalho para transformar-se em autêntico “salvador”, estamos com o resto do ano transformado em letra, promissória e vales [...] Querem que cumpramos o dever, porque não nos dão as condições necessárias a sua concretização? Já que nos faltam instrumentos de trabalho à altura de nossa missão, que nos paguem em dia afastando de nossas vidas, o espectro do desânimo, da fome, da marginalização³²⁶.

O relato da ex-professora do Colégio Estadual Justiniano de Serpa e jornalista, Adísia de Sá, demonstra que já no início dos anos 1960 havia uma parcela do magistério secundarista que apresentava condições precárias no exercício da atividade docente, em que um dos principais problemas constituía o atraso nos seus vencimentos. Esse era o cenário dos colégios secundaristas oficiais do Ceará já na primeira metade dos anos 1960, o que contradiz a representação presente no imaginário social de que a categoria dos professores secundaristas, como um todo, apresentava uma condição salarial privilegiada. Além do problema da contratação de suplementares, em detrimento do concurso público para efetivo, diante da heterogeneidade no interior do corpo docente dos colégios oficiais, outro agravante, era a ausência de uma política de regulamentação da carreira do professor do ensino médio. Esse problema passou a ter centralidade com o aumento do contingente de mestres suplementares, considerando que os efetivos eram amparados pelo Estatuto dos Servidores Estaduais.

Nesta direção, a ampliação no quantitativo da categoria, com a sucessiva contratação de suplementares, em meio à aprovação da Lei nº 4.024/61, ocasionou o estabelecimento de um conjunto de medidas com vistas a regulamentar a carreira do professor do ensino médio. A LDBEN, no capítulo IV (*Da formação do magistério para o ensino primário e médio*), já havia instituído as diretrizes para a estruturação da

³²⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/06/1962, p.03, (Coluna Canto de Página, Vencimentos em atraso).

carreira do professor secundarista, em todo o País, de acordo com as tendências debatidas no campo educacional naquele momento. Os Artigos 59º e 60º indicavam como critérios fundamentais ao exercício da profissão no nível secundário, a formação, a ser realizada nas faculdades de filosofia, ciências e letras, e as formas de provimento do cargo efetivo, somente por meio de concurso público de provas e títulos. As políticas de ampliação da rede secundária oficial, que vinham sendo implantadas no Ceará desde o final da década de 1950, não atendiam a tais critérios, sobretudo, em razão da carência de professores formados nos cursos de licenciatura.

Somente após as determinações da Lei Federal, o governo estadual cearense passou a estudar formas de normatizar a carreira docente, de modo a atender aos seus preceitos, face à precária situação que se impôs à maioria dos professores das escolas públicas estaduais, momento que reflete sua decisiva ação no campo da profissionalização dos professores secundaristas no Ceará. O primeiro documento legal, nesta direção, foi o *Decreto nº 4.823*, de 28 de fevereiro de 1962, publicado no final da gestão do governador Parcifal Barroso. O Decreto apresentava como objetivo central regularizar a situação dos *professores contratados* que ministravam as aulas suplementares.

Considerando que, desde o ano de 1958, cresceu o número de alunos matriculados nos três estabelecimentos oficiais de ensino secundário ou normal sediados nesta capital, e conseqüentemente o de turmas, de tal modo que os atuais cargos ou funções ali existentes não comportam a distribuição total de aulas que vêm sendo ministradas [...] considerando a necessidade de regularizar a situação desses professores, que ainda não possuem as garantias próprias dos servidores públicos estaduais; [...] considerando que a distribuição de aulas excedentes não está claramente definida em critérios legais [...] considerando que é premente esta disciplinação e embora em caráter de emergência deverá vigorar já no corrente ano letivo [...] ³²⁷.

A legislação criava 140 funções de professor secundário e 12 funções de Orientador Educativo ³²⁸, distribuídas nos três colégios oficiais do Estado localizados na capital – *Colégio Estadual Liceu do Ceará*, *Colégio Estadual Justiniano de Serpa* e *Centro Educacional do Ceará* - sendo dada prioridade ao preenchimento das vagas, a

³²⁷ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 03/03/1962, Decreto nº 4.823 – Cria as funções que indica e dá outras providências.

³²⁸ A função de orientador, prevista pela Lei nº 4.024/61, foi instituída nos colégios secundaristas, na gestão do Governador Virgílio Távora (1963-1966).

efetivação dos docentes que ministravam as aulas suplementares³²⁹. Essa medida legal tratava especificamente do problema da regularização dos contratos temporários, contudo, o governo vinha estudando uma lei específica para a regulamentação da carreira do professor do ensino médio, que viria a ser a *Lei nº 5.989*, a qual será tratada mais adiante.

Neste cenário é que surgiu o que, possivelmente, seriam as primeiras associações docentes no setor do ensino secundarista cearense. A iniciativa dos governos, federal e estadual, em torno da estruturação da carreira docente teve como um de seus corolários a mobilização da categoria, num movimento que se direcionou a criação das entidades. Fontes coletadas em jornais locais demonstraram que o magistério secundarista não estava alheio às ações do poder público no campo da educação. Na Coluna “Canto de Página”, do jornal *Gazeta de Notícias*, foi localizada referências à reivindicação dos professores junto ao governo estadual para que fossem legalizadas suas funções. “Criadas as funções é chegada a vez da segunda etapa ‘carreira de professor’. Essa segunda fase de nossa luta não seria menor do que a primeira, talvez tenha sido tão intensa, forte e cansativa quanto a outra”³³⁰.

Antes do ano de 1962, na ausência de associações de professores do ensino secundário³³¹, é provável que o principal instrumento de manifestação dos suplementares, face às ações do governo, tenha sido a imprensa local, a exemplo de outros estados brasileiros³³². No caso do Ceará, ainda não existem estudos que analisem, especificamente, o papel da imprensa nas lutas dos professores. Percebeu-se, no entanto, na coleta das fontes hemerográficas que a imprensa local constituiu um veículo fundamental nas reivindicações de suas demandas, continuando a exercer essa função mesmo após a criação das entidades docentes. Era comum a presença de “colunas” em jornais locais, destinadas a discutir assuntos ligados à educação e ao magistério,

³²⁹ A Lei nº 4.823/62 determinou que os docentes contratados, num prazo de 180 dias, deveriam prestar um *exame escrito de habilitação*, salvo aqueles que já tivessem realizado esse exame e o mesmo ainda não tivesse sido aproveitado (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 03/03/196, Decreto nº 4.823 – Cria as funções que indica e dá outras providências).

³³⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/05/1962, p.03, Coluna Canto de Página, Carreira de Professor.

³³¹ A Congregação de Professores não representava os docentes sem funções, considerando que a estes não era permitida participação. O Sindicato dos Professores do Ensino Primário e Secundário de Fortaleza (SINPRO), fundado em 1942, representava os interesses do magistério em relação ao setor privado, não tendo representatividade para debater perante o Estado e a sociedade sobre assuntos referentes ao magistério oficial, embora muitos de seus filiados também fossem professores de colégios oficiais, tendo o Sindicato exercido um papel na fundação da APEOC, aspecto abordado adiante.

³³² Na tese de Paula Vicentini, a autora estuda o papel da imprensa jornalística na trajetória do associativismo em São Paulo (VICENTINI, P. P., **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)**. 2002. 212 f. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, São Paulo, 2002).

assinadas por professores. Pode-se destacar a coluna, já citada, “Canto de Página” do jornal *Gazeta de Notícias*; “Informes do Magistério”, publicada no jornal *Unitário*³³³; e a coluna, “O ensino médio no Ceará”, também do jornal *Unitário*³³⁴.

Através do noticiário citadino é possível acompanhar o impacto da Lei nº 4.024/61 na estruturação da carreira do magistério secundarista cearense, uma vez que, tanto as ações do governo estadual, quanto à organização coletiva docente em prol da regulamentação da profissão, decorrem de sua publicação. A aprovação da LDBEN e, conseqüentemente, a intervenção mais direta do governo estadual no campo do ensino secundário oficial, podem ser indicados como fatores que impulsionaram o aparecimento das associações docentes no Ceará. Foi nessa circunstância que professores secundaristas passaram a se organizar coletivamente, em torno de entidades. Não obstante, a experiência cearense difere da realidade de outros estados, em que a heterogeneidade do corpo docente secundarista não desencadeou a formação de múltiplas entidades no campo do ensino secundário.

De acordo com Vicentini e Lugli, a APEOESP, em São Paulo, desde sua fundação abrangeu em seu quadro de associados, professores efetivos e interinos, o que corroborou na fase inicial da entidade, “[...] a existência de interesses conflitantes entre os membros do magistério secundário, devido à sua heterogeneidade”³³⁵. No caso do Ceará, identifica-se que a diversidade presente no quadro que, conseqüentemente, deu origem a interesses diversos no processo de regulamentação do trabalho docente no ensino secundário, foi determinante à formação de três entidades, cada uma direcionada a representar demandas específicas dos professores da rede oficial. Desse modo, observa-se um fracionamento na construção das práticas associativas docentes do nível secundário.

2.3 – A emergência do associativismo docente no magistério oficial cearense face às mudanças no ensino secundário

³³³ A coluna, Informes do Magistério era assinada pelo professor João Alves Pires.

³³⁴ A coluna, O ensino Médio era de autoria do ex-diretor do SINPRO e um dos fundadores da APEOC, professor José Gonçalves Sobreira.

³³⁵ VICENTINI & LUGLI, 2009, p.130.

Mariano Enguita no texto, *A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*, ao analisar a profissão docente, destaca como uma de suas principais características, a *heterogeneidade*. Para o autor,

referir-se ao ‘professorado’ sem maior especificação é ocultar as notáveis diferenças que separam os distintos grupos de professores, diferenças que dizem respeito a seus salários, suas condições de trabalho, seu prestígio, suas oportunidades de promoção e outros bens e vantagens sociais desejáveis³³⁶.

A heterogeneidade, nesta perspectiva, inclui as diferenças existentes entre os diversos níveis de atuação do magistério³³⁷, considerando que cada segmento apresentou trajetória específica em relação à formação, remuneração, as formas de regulamentação pelo poder público e singularidades, no que diz respeito, ao exercício das tarefas docentes. Tais diferenças, historicamente, também se expressaram na forma de organização coletiva, cuja tendência no associativismo tenha sido a de o magistério do antigo curso primário e secundário se organizar em torno de associações específicas, fragmentação esta que reflete a própria heterogeneidade da categoria.

O caráter heterogêneo da profissão docente também tem sua expressão no interior do magistério secundarista, na medida em que este tende a apresentar um quadro composto por segmentos diversos. Tomando como referência a trajetória cearense, que se assemelha à realidade nacional, seu corpo docente foi sendo composto por três segmentos – *mestres catedráticos, mensalistas e suplementares*. No que diz respeito ao vínculo com o governo estadual, esse grupo apresentava diferenças na *forma de ingresso*, na *regulamentação de sua função* e no seu *padrão de vencimentos*. Havia, porém, ainda diferenças relacionadas à formação docente, com a presença de professores portadores do grau de licenciado, obtido nas faculdades de filosofia, ciências e letras; com o nível superior na modalidade do bacharelado; ou docentes sem formação em nível superior.

O processo de composição desse quadro ocorreu num cenário em que a carreira do professor secundarista cearense oficial ainda não era regulamentada, na ausência de diretrizes nacionais que normatizassem aspectos como, forma de ingresso, grau e tipo de formação, padrão salarial, de acordo com um plano de cargos e carreira.

³³⁶ ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In **Revista Teoria & Educação** (Dossiê interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Editora Pannonica, n. 4, p.41-61, 1991.

³³⁷ Nas décadas de 1950 e 1960 o sistema de ensino era composto pelos níveis, primário, secundário, técnico e superior.

A promulgação da LDBEN em 1961 constituiu um passo importante nesta direção, na medida em que determinou dois pontos centrais: 1ª) A formação docente a ser realizada em cursos superiores ministrados nas faculdades de filosofia, ciências e letras; e 2ª) O concurso de provas e títulos como meio para o ingresso nos cargos efetivos do setor público³³⁸.

Com a finalidade de promover a organização nacional do sistema de ensino, a Lei deveria ser seguida por todas as unidades federativas, incluindo o estado do Ceará, que passou a estudar formas de atender aos preceitos da legislação federal. Nesse contexto, identifica-se a atuação do magistério secundarista oficial no sentido de se organizar, coletivamente, em prol de acompanhar e contribuir com o governo estadual na regulamentação de sua carreira. A heterogeneidade da categoria, entretanto, foi determinante na fragmentação do seu processo de organização coletiva, uma vez que, houve a fundação de três entidades na década de 1960, cada uma apresentando finalidades específicas, de acordo com as medidas que envolviam a regulamentação da carreira do professor secundário no Ceará.

A primeira associação fundada, nesse cenário, foi a *Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará* (APEOC)³³⁹, entidade registrada em fevereiro de 1962³⁴⁰, com propósito de representar os mestres secundaristas, qualquer que fosse o tipo de habilitação e vínculo empregatício³⁴¹. A fundação da APEOC foi noticiada por alguns jornais da capital cearense, a exemplo do jornal *O Estado*³⁴².

³³⁸ A Reforma Francisco Campos, instituída em 1931, havia esboçado uma tentativa de se estabelecer critérios ao exercício da docência, o que representou um passo importante na demarcação do seu campo profissional.

³³⁹ A APEOC é a primeira associação de professores do ensino secundário de que se tem notícia até o momento.

³⁴⁰ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 17/08/1962 (Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

³⁴¹ Nesse período havia diversas maneiras dos professores obterem habilitação para exercer o magistério. Além do diploma de licenciado em faculdades de filosofia, ciência e letras, havia o Registro emitido pelo Ministério da Educação, para docentes que não possuía licenciatura e ainda a licença precária, normalmente concedida aos professores leigos, sem formação em nível superior. Também os mestres poderiam manter o vínculo de efetivo e contratado temporariamente, como ainda persiste no sistema atual.

³⁴² CORREIO DO CEARÁ, 05/02/1962, p.1, Professores dos colégios oficiais têm associação.



Imagem I: Nota sobre a fundação da APEOC³⁴³

Compreender o surgimento da APEOC não constituiu tarefa fácil, em virtude das dificuldades de se obter informações precisas a respeito do período de sua fundação, através de fontes orais³⁴⁴. As fontes escritas, no entanto, permitem aferir que a criação da entidade resultou da iniciativa de um grupo de professores lotados no *Liceu do Ceará* e no *Colégio Estadual Justiniano de Serpa*, tendo a frente os docentes, Osmírio de Oliveira Barreto, Ferdinando Magalhães Tamburini Porto, Luís de Borba Maranhão e o então presidente do SINPRO, José Gonçalves de Alencar Sobreira³⁴⁵.

Na dissertação de Maria Laura Moreira, a autora, por meio do relato do professor Manuelito Peixoto, ex-dirigente da APEOC³⁴⁶, afirmou que “por ocasião de um jantar dos membros da UCR³⁴⁷ foi que surgiu a idéia de fundação de um organismo que congregasse os professores das escolas públicas. Era a idéia da APEOC. Os

³⁴³ O ESTADO, 07/02/1962, p. 06, Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais.

³⁴⁴ Não foi possível entrevistar nenhum dos integrantes das diretorias da APEOC na década de 1960, sendo todas as informações coletadas nos jornais da cidade.

³⁴⁵ O POVO, 27/06/1974, p.10, (Professores preparam Assembléia Geral).

³⁴⁶ Professor Manuelito Peixoto foi presidente APEOC nos anos 1960. No apêndice V encontra-se a lista da diretoria da entidade durante sua gestão.

³⁴⁷ Segundo Maria Laura Moreira, a *União Cívica Radical* (UCR) foi um organismo político que contou com a participação de professores do Liceu e do Colégio Justiniano de Serpa, que se diferencia da União Cívica Radical da Argentina. Não foram localizados na pesquisa de campo dados sobre esta organização (MOREIRA, 1990).

diretores da entidade eram escolhidos pelos membros da UCR”³⁴⁸. Não obstante, as fontes hemerográficas revelaram que a história de fundação da APEOC tem relação direta com o *Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de Fortaleza* (SINPRO), entidade fundada em 1942, com base territorial restrita a capital cearense e, na época, presidida pelo professor da rede privada e do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, José Gonçalves Sobreira³⁴⁹. A criação da Associação teria sido impulsionada pela promulgação da LDBEN, que em seu Artigo 10º atribuiu ao Conselho Estadual de Educação o papel de regulamentar o sistema de ensino médio, órgão em que deveriam estar representadas a escola pública e particular, em todos os graus de ensino.

Os professores que atuavam no ensino médio, em que muitos exerciam a função nas duas redes (pública e particular), tinham, naquele momento, como entidade representativa para exercer um papel de porta voz da categoria, apenas o SINPRO. Na rede pública, havia a Congregação de Professores, que conforme abordado anteriormente, somente contava com a participação de professores efetivos. Diante das mudanças que seriam implantadas pelo governo estadual no campo do ensino médio, dentre as quais incluíam a estruturação da carreira de professor, houve a necessidade de criar uma associação voltada aos interesses dos mestres das escolas públicas, incluindo o contingente, já numericamente superior, de suplementares.

No ano de 1962, a regulamentação dos contratos dos professores suplementares era um problema central na categoria, o que parece ter sido a principal preocupação dos fundadores da APEOC. No jornal *O Povo*, há um relato dos membros fundadores da entidade, que destaca como um dos fatores presentes na época à falta de um espaço propício à discussão dentro dos colégios oficiais, destinado aos problemas dos mestres interinos, maior parcela do corpo docente. Segundo o depoimento dos mestres ao jornal,

[...] a APEOC nasceu no instante em que os professores não puderam mais falar no Liceu em favor dos seus interesses. Naquele dia os mestres não contavam com funções. Davam cerca de 36 horas semanais (aulas complementares) e não podiam desabafar suas angústias pelo fato de não terem funções³⁵⁰.

³⁴⁸ IDEM, p.69.

³⁴⁹ A carta sindical do SINPRO foi expedida no dia 11 de maio de 1942. No ano de 1968, o SINPRO reformula seus estatutos, estendendo sua base territorial para todo o Estado, passando a ser denominado, *Sindicato dos Professores do Estado do Ceará – SINPRO/Ceará* (IBIDEM).

³⁵⁰ UNITÁRIO, 01/02/1963, p.11, Associações.

A preocupação com o problema das funções parece estar associada à questão mais ampla dos planos de cargos e carreira, conforme indica o depoimento do primeiro presidente da entidade, professor Osmírio Barreto, presente na pesquisa de Moreira³⁵¹, quando o mesmo afirmou ser a “regulamentação do ‘plano de cargos e salário’” a principal luta dos professores naquele momento. Não por acaso a APEOC foi fundada para representar todos os segmentos da categoria docente – os efetivos (catedráticos e mensalistas) e os suplementares – apenas estabelecendo-se como critério o fato de ser professor do ensino secundário oficial no Ceará.

O SINPRO não poderia representar os interesses desses docentes em relação ao governo estadual. É possível que a ideia da fundação de uma entidade representativa do magistério público secundário, cujo propósito fosse lutar pela regulamentação de sua carreira, incluindo a questão salarial, tenha surgido da experiência dos mestres em sua atuação no Sindicato, hipótese que se torna consistente por meio de outros dados. As reuniões da APEOC, nos anos 1960, eram realizadas na sede do SINPRO, assim como os seus processos eleitorais. Foram localizadas nos jornais locais notas divulgando o processo eleitoral de 1963, para renovação da diretoria, com os nomes dos membros da sua segunda diretoria³⁵².

³⁵¹ MOREIRA, 1990, p.68.

³⁵² Nos apêndices II, III, IV e V há a lista com os nomes dos dirigentes da APEOC nos anos 1960.

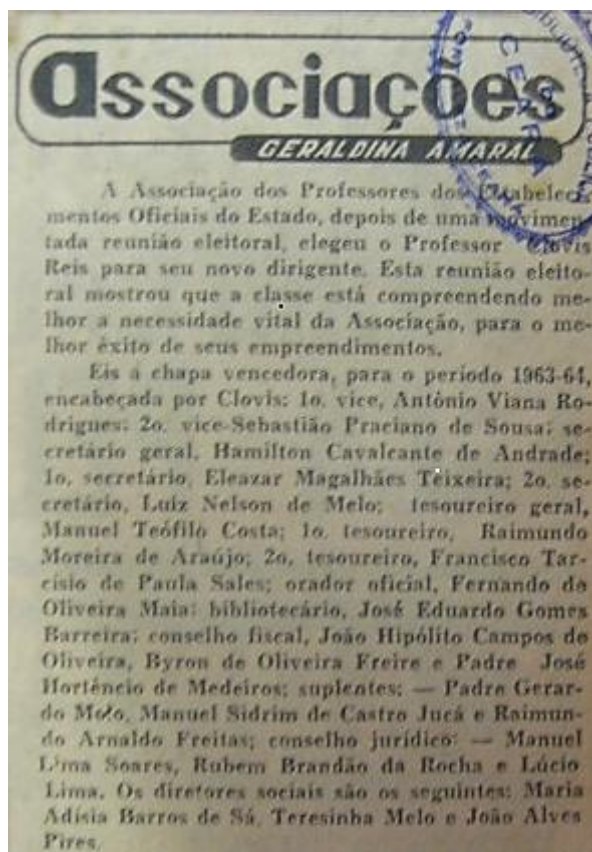


Imagem II: Nota sobre a segunda diretoria da APEOC³⁵³

A fundação da APEOC, portanto, se insere no contexto da ampliação da rede de ensino secundário e, por conseguinte, das ações do governo estadual em direção à regulamentação da carreira do magistério oficial. Nos seus Estatutos, o Artigo 2º traça como finalidades da Entidade:

- a) Congregar os professores oficiais do ensino secundário do Ceará, com o fim de elevar o seu nível cultural; b) Proteger e defender os direitos profissionais dos seus sócios, em todos os setores, inclusive no setor econômico; c) Trabalhar pelo progresso e aperfeiçoamento do ensino secundário oficial, no Estado do Ceará.³⁵⁴

Não há nenhuma discriminação no documento quanto ao tipo de formação, habilitação ou forma de contratação se comprometendo a Associação a lutar pelos direitos dos sócios. Em relação a esses direitos, percebe-se que a entidade se

³⁵³ UNITÁRIO, 01/02/1963, p.11, Associações.

³⁵⁴ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 17/08/1962, Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC.

apresentava como uma associação de cunho profissional, não havendo traços que indiquem finalidades de prover assistência à categoria. Embora o item “b” faça menção à defesa dos direitos econômicos dos sócios, o estatuto não deixa claro a que aspectos o documento se refere. Porém, na análise realizada sobre sua atuação foi identificado o papel da entidade quanto à demanda pela questão salarial, uma vez que parcela da categoria, representada pelos *professores suplementares*, não somente percebiam baixos rendimentos, como os mesmos eram pagos em atraso.

Na edição do jornal *Unitário*, há uma nota sobre um movimento da APEOC, com apoio do SINPRO, junto ao governador Parcifal Barroso, com vistas a tratar do aumento dos professores da rede secundarista, em razão do aumento que havia sido concedido pelo Ministério do Trabalho, aos professores da rede particular do ensino.

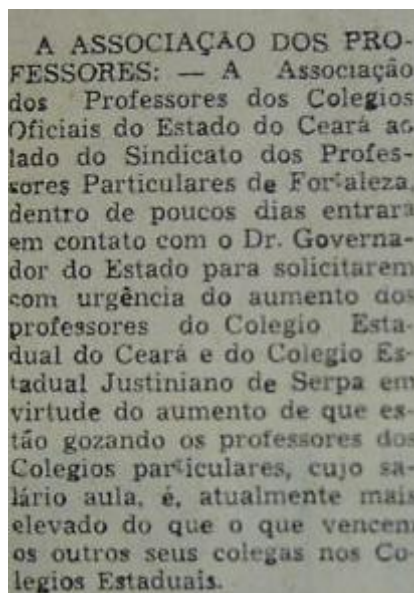


Imagem III: Nota sobre a atuação da APEOC e do SINPRO³⁵⁵

No que se refere à promoção de ajuda mútua aos sócios, a ausência de uma estrutura, naquele momento, não a permitia exercer essa função. Sabe-se que a APEOC havia sido fundada sem haver nem mesmo um prédio destinado ao seu funcionamento, sendo a primeira reunião realizada em um banco da Praça do Ferreira³⁵⁶ e as demais

³⁵⁵ UNITÁRIO, 15/09/1962, p.06, O que vai pelo Sindicato dos Professores.

³⁵⁶ Localizada na capital cearense, a Praça do Ferreira, cujo nome é uma referência a um farmacêutico, o Boticário Ferreira, apresenta uma tradição como ponto de encontros e, ainda hoje, é palco de eventos como comícios, apresentações de artistas, dentre outros.

ocorridas na sede do Sindicato³⁵⁷. Tais circunstâncias inviabilizavam práticas mutualistas, mesmo que estas fossem o foco da entidade, o que não parece ter sido uma preocupação na trajetória da APEOC, nos anos 1960.

Além de propor defender direitos da categoria, evidencia-se nos estatutos da APEOC o posicionamento de seus fundadores em prol da construção do campo do ensino secundário. As fontes localizadas sobre sua fundação, portanto, sugerem que a entidade funcionou, nessa primeira fase, como um apêndice do sindicato dos professores da rede particular, uma associação docente voltada tanto a representar os direitos dos professores da rede pública, bem como destinada a acompanhar o processo que vinha se delineando em torno da criação da carreira do professor do ensino médio. É importante assinalar que faziam parte do SINPRO e da APEOC professores que não eram licenciados, mas que exerciam a função docente. Naquele momento havia uma entidade denominada *Associação de Ex-Alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará*³⁵⁸, fundada no ano de 1950, por iniciativa de um grupo de alunos da primeira turma de egressos desta instituição, cujo propósito central era defender os direitos dos licenciados³⁵⁹, passando a interferir no campo da profissionalização docente, uma vez que a entidade lutava em defesa da obrigatoriedade do diploma de licenciado ao exercício da profissão³⁶⁰, uma luta que naquele momento não teve força, diante do número inferior de licenciados em relação à demanda da rede escolar³⁶¹.

Apesar da mesma não se caracterizar como uma associação de professores, esta exerceu um importante papel na trajetória da profissionalização docente no Ceará na década de 1950, no que diz respeito à luta em defesa da formação pedagógica para o exercício da docência. Eram comuns notas publicadas na imprensa com denúncias da

³⁵⁷ O POVO, 27/06/1974, p.10, (Professores preparam Assembléia Geral).

³⁵⁸ A Faculdade Católica de Filosofia do Ceará havia sido criada em 1947 e mantida pelos irmãos maristas. No ano de 1955 a instituição foi agregada à Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio de um convênio entre UFC e a antiga mantenedora, União Norte-Brasileira de Educação e Cultura. (SOUSA, 2006, p.67).

³⁵⁹ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 09/05/1951, (Estatutos da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Católica de Filosofia do Ceará).

³⁶⁰ Desde a Reforma Francisco Campos, em 1931, o grau de licenciado vinha sendo estabelecido como o critério ideal para habilitar o exercício da docência. Não obstante, a Reforma também estipulou outros mecanismos, uma vez que, naquele contexto, não era possível impor a exigência da licenciatura, em virtude do número insuficiente de faculdades em relação à demanda das redes de ensino, um fator que no início dos anos 1960, ainda era a realidade no cenário cearense.

³⁶¹ Durante entrevista com o professor Edgar Linhares, o mesmo ressaltou a dificuldade naquele período de se estabelecer como critério único ao exercício da profissão, o grau de licenciado, uma vez que era inferior o número de graduados, em relação à demanda.

entidade sobre a prática ilegal do magistério³⁶². No momento em que o governo estadual passou à regulamentação da carreira do professor do ensino médio³⁶³, os professores licenciados que integravam a *Associação de Ex-Alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará*, no dia 15 de outubro de 1962, data comemorativa do Dia do Professor, decidem reformular os estatutos da entidade, transformando-a em *Associação dos Professores Licenciados do Ceará* (APLEC)³⁶⁴. Na Coluna *O Professor*, publicada no jornal *Unitário*³⁶⁵, há um relato do Capitão Duclec Cavalcante Lima, secretário de Intercâmbio da APLEC, sobre a reforma estatutária da entidade³⁶⁶.

A reforma levada a efeito nos estatutos da antiga Associação de Ex-Alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará era um imperativo já evidenciado há vários anos. Após 12 anos de existência, a Entidade atendeu aos reclames ditados pelo desenvolvimento, dilatando de maneira substancial o seu campo de atividade³⁶⁷.

A APLEC, desta forma, daria continuidade à defesa dos direitos dos licenciados, um propósito que adquiriu maior notoriedade no início dos anos 1960. De acordo com seus estatutos, a entidade passou a representar, exclusivamente, a categoria dos docentes portadores de diploma emitido pelas faculdades de filosofia, e por esta razão, não faz uma discriminação quanto à rede de ensino, pública ou particular. Seu surgimento encontra-se diretamente relacionado ao interesse dos mestres diplomados em demarcar o campo de atuação do magistério, garantindo o cumprimento das determinações ditadas pela LDBEN, sobretudo, no que diz respeito à formação docente e aos critérios de contratação. No Artigo 2º de seus estatutos é traçada como finalidade

³⁶² UNITÁRIO, 27/03/1962, p.06, (Professores vão denunciar nomeação para docente sem o registro: reunião).

³⁶³ Adiante será abordada as leis elaboradas pelo governo estadual, no início da década de 1960. Ver tópico 2.4.

³⁶⁴ A reforma dos estatutos foi realizada no dia 24 de novembro de 1962, registrado no dia 28 do referido mês, no Cartório Carlotto Pergentino Maia. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/10/1963, p.03, APLEC, entidade que visa engrandecer o magistério). Os Estatutos também se encontram publicados no Diário Oficial do Ceará (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 29/11/1962, Estatutos da Associação dos Professores Licenciados do Ceará - APLEC).

³⁶⁵ Com o apoio do presidente na época da *Associação Cearense de Imprensa* (ACI), Antônio Carlos Campos de Oliveira, a APLEC conseguiu a aquisição nos folhetins dominicais, para a publicação da “Coluna do Professor”, espaço destinado a informar sobre assuntos de interesse do magistério, bem como para homenagear algum docente através da “Biografia do Mestre”.

³⁶⁶ Segunda o relato do Capitão Duclec, presente na mesma nota, o anteprojeto de reforma estatutária foi elaborado por uma comissão tríplice e aprovado, sem alterações, pela Assembleia Geral (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/10/1963, p.03, “APLEC, entidade que visa engrandecer o magistério”).

³⁶⁷CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 29/11/1962, Estatutos da Associação dos Professores Licenciados do Ceará - APLEC.

geral da APLEC, “a união, a defesa e o engrandecimento da classe”³⁶⁸, o que pressupunha a luta pela formação pedagógica adquirida nos diversos cursos de licenciatura. Outras funções, todavia, são elencadas no Artigo 3º, quais sejam:

- a) Pugnar pelo alevantamento do nível intelectual do ensino secundário, promovendo, inclusive, cursos de aperfeiçoamento; b) Batalhar pelo atendimento de justas reivindicações dos associados no terreno profissional, inclusive no setor econômico; c) Promover e apoiar campanhas que visem à melhoria do magistério cearense; d) Colaborar com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas educacionais; e) Prestar aos seus associados todo auxílio e apoio no sentido de possibilitar-lhes o exercício do magistério e assegurar-lhes completo êxito profissional; f) Prestigiar as iniciativas de caráter patriótico ou de elevado alcance social, com o seu apoio e a sua colaboração; g) Lutar pela criação de uma Federação dos Professores Licenciados do Brasil; h) Trabalhar pela criação de uma Cooperativa de Consumo e Crédito dos Professores; i) Criar e manter para os associados um Departamento Recreativo; j) Manter uma biblioteca. l) Esforçar-se pela solução amigável dos conflitos de caráter pessoal entre os seus sócios; m) Estimular as atividades culturais no Ceará; n) Lutar pela construção e manutenção da CASA DO PROFESSOR; o) Procurar conseguir bolsas de estudo para os associados; p) Manter uma assessoria jurídica³⁶⁹.

Pela abrangência das funções atribuídas à entidade ver-se que a APLEC surge com uma estrutura favorável a um modelo de associação profissional, porém a entidade incorpora em seus estatutos, fins assistenciais, em torno da proposta de criação de uma Cooperativa de Consumo e da Casa do Professor. Tais projetos já faziam parte da entidade, antes da renovação de seus estatutos³⁷⁰.

Em virtude da estrutura montada ao longo dos 12 anos de atuação como associação dos ex-alunos, ao contrário da APEOC, a APLEC surgiu contando com o apoio da Faculdade Católica de Filosofia, que cedia o espaço para seu funcionamento e com um número em média de 500 associados. Na edição do jornal *Gazeta de Notícias*, o artigo intitulado, “APLEC, entidade que visa engrandecer o magistério”, traz informações relevantes a respeito do primeiro ano da entidade e das finalidades que de fato foram implantadas pela associação.

Segundo a declaração do então secretário da entidade, professor José Ivo Moreira, a APLEC vinha desenvolvendo uma recomposição nos seus quadros para

³⁶⁸ IDEM, 1962.

³⁶⁹ IBIDEM, 1962.

³⁷⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/10/1963, p.03, (APLEC, entidade que visa engrandecer o magistério).

atender finalidades até então nunca alcançadas pela entidade, nos tempos de associação de ex-alunos. Logo nos seus seis primeiros meses já havia organizado vários departamentos como, a *Cooperativa dos Professores*, o *Serviço Jurídico* e o *Serviço de Representantes junto aos estabelecimentos de ensino de Fortaleza*. A preocupação com o exercício ilegal da profissão docente é indicada pela reportagem como a principal campanha proposta pela primeira gestão, nesse momento com amparo da Lei Federal nº 4.024/61. Apresentando a APLEC como uma de suas finalidades, “colaborar com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas educacionais”, um dos principais instrumentos utilizados para denunciar o exercício ilegal da profissão docente era a publicação de denúncias em notas oficiais nos jornais locais, prática já aduzida pela entidade desde a década de 1950³⁷¹.

Na ação de fiscalizar o exercício ilegal da docência, ao denunciar a presença de “elementos estranhos à classe”, identifica-se o seu papel na delimitação do campo profissional do magistério, demarcado pela defesa da formação pedagógica obtida através dos cursos de licenciatura, num contexto em que o diploma de licenciado ainda não se constituía como único mecanismo para habilitar o docente. Desde a Reforma Francisco Campos (1931)³⁷² que o diploma de licenciado vinha sendo aduzido como meio para legitimar o exercício da profissão, o que para alguns autores representou um primeiro passo na delimitação desse campo profissional³⁷³. Entretanto, seja pela ausência de cursos de licenciatura, seja em virtude da insuficiência de vagas em relação à demanda de professores, outros mecanismos foram sendo previstos, para garantir o direito ao exercício da profissão, como as *licenças precárias* e os *registros provisórios*, concedidos a candidatos aprovados em exames de suficiências ou cursos da *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário* (CADES)³⁷⁴.

³⁷¹ Localizei em várias edições de jornais locais, publicadas nos anos 1960, notas oficiais e artigos do gênero, destinados a denunciar o exercício ilegal da profissão docente, pela Associação de Ex-Alunos da Faculdade de Filosofia do Ceará.

³⁷² A Reforma Francisco Campos, através do Decreto Federal nº 19.890/31, determinou que para ingressar no ensino secundário público, os professores necessitavam do *registro provisório*, concedido pelo *Departamento Nacional de Ensino*. A partir de 1946, o Decreto-lei nº 8.777, instituiu o registro definitivo para os professores das escolas particulares e o concurso de provas e títulos para os candidatos ao ensino secundário da rede oficial.

³⁷³ A Reforma Francisco Campos “constituiu um marco no processo de delimitação do espaço profissional dos professores secundários, ao instituir em 1931 o seu Registro, junto ao Ministério da Educação, prevendo a exigência da formação universitária específica, proporcionada pela faculdade de filosofia” (VICENTINI & LUGLI, 2009).

³⁷⁴ O Programa “CADES” foi instituído através do Decreto Federal nº 34.638, em 1953, com o principal propósito de qualificar e habilitar professores para o exercício do magistério (SOUSA, 2006).

No Ceará, apenas em meados dos anos 1940 é que foi fundada a primeira faculdade de filosofia e desde a formação de sua primeira turma, em 1950, começou a ter início, a luta em defesa do título de licenciado, bem como os embates entre os licenciados e registrados. Nessa luta, teve fundamental relevância os ditames da LDBEN, que determinou, com algumas exceções³⁷⁵, o direito privativo dos licenciados ao exercício da atividade docente. Se, por um lado, a defesa dos professores licenciados no Ceará, não poderia ser efetivada através da proibição da contratação dos mestres portadores da *licença precária* e do *registro profissional*, por outro, a entidade propôs como estratégia defender privilégios aos professores de grau licenciado, o que causou embates no interior da categoria docente. Um episódio que elucida o confronto entre licenciados e mestres registrados foi o caso do “Memorial de julho de 1965”.

Amparada pelo Artigo 160º, da Constituição Estadual do Ceará, “que reclassificou e deu vantagens e prerrogativas especiais aos agrônomos, médicos, veterinários, economistas e demais carreiras técnicas, deixando de lado o magistério oficial”, a APLEC, sob o princípio da isonomia, envia em julho de 1965, um memorial ao governador do estado, requerendo a reclassificação dos professores licenciados ao lado dos servidores técnicos, no *Quadro de Pessoal do Estado*³⁷⁶. Essa reivindicação, que excluía a parcela do professorado que não apresentava a formação pedagógica, estabeleceu um confronto no interior da categoria, com os “velhos mestres catedráticos”, que tinham na experiência e não na formação em grau licenciado, o principal instrumento para legitimar sua prática docente.

Para fazer frente à demanda da APLEC, um grupo de antigos professores do *Liceu do Ceará*, do *Colégio Estadual Justiniano de Serpa* e do *Centro Educacional do Ceará*, encaminha ao governador, um memorial contendo 101 assinaturas, solicitando elevação de nível funcional³⁷⁷. Acusando a ação da APLEC como algo “sinuoso”, “pretensão estulta”, os mestres justificam a ausência do diploma concedido pelas faculdades e o questiona como requisito para se aferir a qualidade técnica do trabalho docente, numa disputa no campo da profissionalização do magistério entre, a importância da formação pedagógica e da experiência no exercício da profissão.

³⁷⁵ Desde que não ferisse o direito adquirido de alguns professores e nos casos em que as faculdades de filosofia não dessem conta da demanda no ensino médio.

³⁷⁶ UNITÁRIO, 24/10/1965, p.05, (Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Nota Oficial).

³⁷⁷ CORREIO DO CEARÁ, 12/10/1965, p.08, (Professores dos Colégios Oficiais entregam memorial a VT).

As divergências entre *licenciados* e *registrados* encontram-se relacionadas à fundação da *Associação dos Professores Registrados do Ceará* (APREC), entidade criada no dia 03 de dezembro de 1966, com finalidade de defender os direitos dos professores registrados do Ceará, por iniciativa de um grupo de professores antigos dos colégios oficiais, os quais não contavam com o diploma de licenciado, atuando nos colégios secundaristas através dos registros, movimento liderado pelo professor Ferdinando Tamburini, também indicado como um dos sócios fundadores da APEOC. A notícia da fundação da APREC, publicada no jornal *O Povo*, cita o embate entre licenciados e registrados como principal causa de fundação da entidade e enfatiza seu papel na tentativa de “harmonizar professores registrados e licenciados”³⁷⁸.

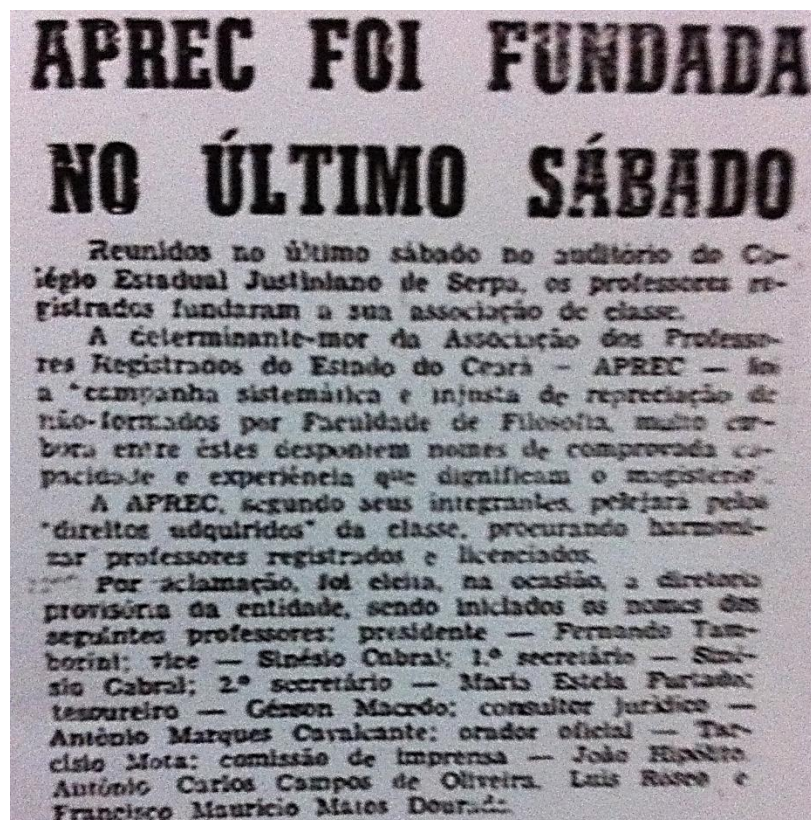


Imagem IV: Nota sobre a fundação da APREC³⁷⁹

É importante citar como outro elemento central na criação da APREC, a aprovação, no ano de 1965, da *Portaria Ministerial* nº 341/65, que dispôs sobre o registro de licenciados nas faculdades de filosofia, atendendo às determinações da Lei

³⁷⁸ A fundação da APREC também foi noticiada pelo jornal *Unitário*. (UNITÁRIO, 06/12/1966, p.08, “Fundado a Associação dos Professores Registrados”).

³⁷⁹ O POVO, 07/12/1966, p.06, APREC foi fundada no último sábado.

nº 4.024/61³⁸⁰. De acordo com a Portaria, poderiam requerer o registro para atuar no ensino médio, os licenciados por faculdades de filosofia e os professores não licenciados, aprovados em exames de suficiência. No caso dos licenciados, o Artigo 1º do documento discriminava a correlação entre as licenciaturas e as disciplinas curriculares, podendo o professor licenciado em apenas um curso optar pelo registro em até três disciplinas. No quadro abaixo são apresentadas as áreas correspondentes aos diversos cursos de licenciatura.

Quadro VIII – Dados da *Portaria Ministerial* nº 341/65, que dispôs sobre o registro de licenciados nas faculdades de filosofia³⁸¹.

FORMAÇÃO	ÁREAS CORRESPONDENTES
Filosofia	- Registro em filosofia e psicologia, sociologia ou estudos sociais e história, se cada uma dessas matérias figurar no currículo.
Matemática	- Registro em matemática, física e desenho geométrico.
Química	- Registro em química, física e, no primeiro ciclo, matemática. Inclui também iniciação à ciência.
História Natural	- Registro em ciências físicas e biológicas; química, desde que figure no currículo esta disciplina. Inclui também iniciação à ciência.
Geografia	- Registro em geografia e estudos sociais, desde que figure no currículo do curso, antropologia cultural e sociologia.
História	- Registro em história e organização social e política brasileira e, ainda estudos sociais, desde que figure no currículo do curso, sociologia e antropologia cultural.
Ciências Sociais	- Registro em sociologia, estudos sociais, organização social e política brasileira, elementos de economia e geografia humana. Fica permitido o ensino da disciplina de história a título precário, desde que se verifique a falta de professores registrados naquela matéria.
Letras	- Registro em português e literatura em língua portuguesa e mais uma língua estrangeira com a respectiva literatura.
Pedagogia	- Registro em sociologia e estudos sociais, psicologia e as matérias pedagógicas dos cursos de formação dos professores do ensino primário. Fica permitido o ensino da disciplina de história a título precário, desde que se verifique a falta de professores registrados naquela matéria.
Psicologia	- Registro em psicologia, em todos os seus ramos.
Desenho	- Registro em desenho (artístico, geométrico e técnico),

³⁸⁰ Artigos da LDBEN que deram origem à Portaria Ministerial foram 61º, 69º e 98º. (CORREIO DO CEARÁ, 10/04/1968, p.06, (Licenciados por Faculdades de Filosofia: Registro de professor do ensino médio).

³⁸¹ IDEM, p.06.

	iniciação às artes e história das artes.
Ciências biológicas	- Registro em ciências físicas e biológicas (ciclo ginásial) e biologia (ciclo colegial); química, desde que figure no currículo esta disciplina.

A legislação constituiu um passo a frente na tentativa do Ministério da Educação e Cultura em normatizar o exercício da docência, que passou a exigir o registro no Ministério da Educação. Não obstante, o documento ainda garantia aos mestres que não possuíam formação em cursos de licenciatura, o direito de requererem seus registros. Nesse contexto, é de se esperar que os professores secundaristas buscassem defender a garantia do seu direito de atuar no sistema de ensino. A publicação da Portaria pode ter impulsionado os mestres não licenciados a fundar uma associação docente, cujo objetivo central fosse assegurar os direitos dos registrados, via exame de suficiência.

O envolvimento do professor Tamburini na fundação da APREC sugere que a APEOC não vinha se mobilizando no sentido de representar a causa dos professores registrados. Um relato do referido professor, presente no estudo supracitado de Maria Laura Moreira³⁸² reforça tal ideia, quando o mesmo, ao justificar o encerramento das atividades da APREC, explica que uma vez conquistado a regulamentação funcional dos sócios, não havia sentido continuar com a entidade, tendo em vista o fato de, dentre estes, haver cento e vinte professores filiados à APEOC. O depoimento sugere que, além da APEOC não ter enfrentado o problema dos professores registrados, considerando que parcela significativa da entidade era formada por professores registrados, a finalidade precípua da APREC teria sido lutar pela regulamentação dos contratos, aspecto que não pode ser confirmado por seus estatutos, tendo em vista a não localização do documento durante a pesquisa de campo³⁸³.

No estudo de Moreira consta como ano de encerramento das atividades da APREC, 1967, porém há uma nota datada do mês de abril de 1968, que trata sobre uma mobilização das entidades de classe, que será abordada adiante, a qual cita o nome da APREC como parte da comissão de mobilização dos professores³⁸⁴. Outrossim, a implantação no Ceará do “serviço de registro de pessoal docente e administrativo”, um

³⁸² MOREIRA, 1990.

³⁸³ Não foram localizados os estatutos da APREC nos diários oficiais do estado do Ceará, havendo dúvidas sobre a existência desse documento, considerando o curto período de existência da entidade.

³⁸⁴ UNITÁRIO, 30/04/1968, p.18, (Mestres representarão contra Plácido no Ministério da Justiça).

departamento que funcionou na Inspetoria Seccional de Fortaleza³⁸⁵, ocorreu apenas em março de 1968. É provável que o encerramento da APREC esteja associado à implantação desse serviço, o qual resolvia a problemática dos registros no Ceará. De acordo com nota divulgada no jornal *Correio do Ceará*³⁸⁶, caberia a esse departamento emitir os registros aos professores licenciados em faculdades de filosofia, com diplomas registrados na *Universidade Federal do Ceará* (UFC); e aos professores aprovados em exames de suficiência, realizados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da UFC, apenas na ausência de mestres licenciados para preencherem as vagas, o que na prática era uma realidade. Com base nos dados divulgados nessa nota, dos 91 registros requeridos até maio de 1968, apenas 8 foram solicitados por professores licenciados, sendo o maior contingente, 83 registros, emitidos para professores aprovados em exames de suficiência. Tal realidade representava um entrave na luta impetrada, naquele momento, pela APLEC, em prol da defesa da licenciatura como meio para ingressar na carreira do magistério, no nível secundário, haja vista o fato da oferta de cursos de licenciaturas no estado não ter acompanhado o crescimento da demanda por professores no ensino médio.

Diante do exposto, ver-se que o movimento associativo no magistério secundário cearense oficial, nos idos de 1960, emergiu como parte do processo de construção das políticas destinadas ao crescimento da rede de ensino público e, por conseguinte, à regulamentação da carreira docente. No âmbito da profissionalização dos professores cearenses, as diferenças entre os segmentos que compuseram o quadro do magistério secundário tiveram impacto na sua trajetória de organização, nos moldes do associativismo. A heterogeneidade no quadro contribuiu significativamente ao surgimento das três entidades – APEOC, APLEC e APREC – fundadas com propósitos específicos e, em alguns casos, divergentes.

As divergências no interior da categoria do magistério secundarista cearense podem ser analisadas como um reflexo do caráter heterogêneo, aspecto inerente à trajetória de construção da profissão docente, em especial no nível secundário. Havia, no entanto, alguns espaços de atuação, em que as entidades docentes reuniram-se num interesse comum, a exemplo da celebração da “Semana do Professor”, ato que passou a contar na década de 1960, com a organização da APEOC, APLEC e do SINPRO. Paula

³⁸⁵ A Inspetoria Seccional de Fortaleza era um órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultural.

³⁸⁶ CORREIO DO CEARÁ, 18/06/1968, p.12, (Implantado no Ceará Registro de professores e secretários).

Vicentini, no texto *Celebração e visibilidade: o dia do professor e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)* analisa o significado deste evento e de suas festividades para a categoria do magistério paulista, e aferiu que a data tornou-se importante, tanto para o reconhecimento social da atividade docente, quanto para os protestos contra a baixa remuneração, liderados pelos professores nos anos 1950, em São Paulo.

Em São Paulo, as associações docentes, a partir do final dos anos 50, passaram a utilizar a data para protestar contra a política governamental, não participando das cerimônias oficiais a fim de explicitar a sua dissociação do Estado. Ao mesmo tempo em que tais entidades lutaram na década de 40 para que a data fosse reconhecida oficialmente com o intuito de melhorar o estatuto profissional do magistério, ao constatarem que esta medida não contou com uma contrapartida material relativa à sua remuneração, elas passaram a utilizá-la para expressar as suas insatisfações, elegendo-a como marco para as campanhas reivindicatórias³⁸⁷.

A celebração da Semana do Professor nos anos 1960 no Ceará, não foi objeto de análise no presente estudo, todavia, as notas coletadas sobre o assunto, não deram indícios de que esta data, na referida década, tenha representado um momento para o magistério cearense contestar a política governamental. Ao contrário, as notícias informavam sobre o apoio da Secretaria de Educação, sendo comum a presença de autoridades ligadas ao governo nos eventos organizados pelas entidades docentes, com vista a celebrar a Semana do Professor³⁸⁸. A atuação das associações na organização do evento, certamente contribuiu na criação de espaços de confraternização entre os mestres, momentos que podem ter favorecido à noção de “pertencimento de classe”, apesar das diferenças existentes entre os diversos segmentos do magistério secundário. Seu papel neste sentido merece ser futuramente investigado.

Além da celebração da Semana do Professor, também foi identificada a presença de lutas, na primeira metade da década de 1960, encaminhadas em conjunto pelas entidades, APEOC/SINPRO e APLEC. Neste caso, nota-se o caráter corporativo da categoria quanto à defesa de seus interesses, diante das imposições postas pela

³⁸⁷ VICENITNI, P. P., **Celebração e visibilidade: o dia do professor e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)**, p.14. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/197/205>. Acesso em: 01/01/2015.

³⁸⁸ UNITÁRIO, 10/10/1963, p.09, (Semana do Professor inicia hoje).

política de regulamentação da carreira docente, momento em que se identifica a significativa contribuição das práticas associativas neste processo.

2.4 – O papel das associações docentes na regulamentação da carreira do magistério secundarista cearense

No estudo de Francisco Loiola de Sousa sobre a regulamentação do trabalho docente no Ceará³⁸⁹, o surgimento das associações, tanto no campo do ensino primário, quanto no ensino secundário, não teve centralidade na sua análise, uma vez que o autor atribuiu pouca relevância ao papel das entidades docentes neste processo. No que se refere ao ensino secundário, torna-se mister salientar que o período delimitado em seu estudo não abrangeu a fase de implantação das políticas estaduais, oriundas da LDBEN. Ao contrário da análise do autor, os dados coletados na pesquisa de campo revelaram que as associações docentes tiveram um papel decisivo nas ações do governo, em direção à estruturação do sistema de ensino médio e da carreira docente, sendo parte integrante desse movimento, aspecto que será abordado a seguir.

As primeiras medidas decorrentes da LDBEN começaram a ser esboçadas no último ano do governo de Parcifal Barroso, em meio às articulações para o pleito eleitoral de outubro de 1962. Logo no início do ano, o governador assinou o *Decreto n° 4.823/62*³⁹⁰, que dispôs acerca da abertura de 140 vagas de *funções de professor*, no intuito de regulamentar a situação de inúmeros docentes que atuavam na rede estadual de ensino secundário, sem a devida colocação. Porém, foi apenas no mês de julho que se deu a aprovação da *Lei n° 5.989/62*, a primeira que tratou da criação da carreira de professor do ensino médio. A referida legislação criou a carreira de professor, da capital e do interior, escalonada em três níveis – classe inicial, intermediária e final – bem como de orientador educacional, que passaram a fazer parte da *Tabela do Serviço de Educação e Cultura do Grupo Ocupacional do Magistério*³⁹¹. Em consonância com o Artigo 60° da LDBEN, a *Lei n° 5.982* determinou, em seu Artigo 3°, como mecanismo

³⁸⁹ SOUSA, 2006.

³⁹⁰ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 03/03/1962 (Decreto n° 4.823 – Cria as funções que indica e dá outras providências).

³⁹¹ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 07/08/1962 (Lei n° 5.989 – Cria as carreiras de professor do ensino médio, na Capital e no interior do Estado, bem como a de Orientador Educacional e dá outras providências).

de acesso à carreira de professor, sempre na classe inicial, o concurso de provas e títulos, somente válido aos candidatos portadores de habilitação para o exercício da docência no nível secundário. A esse respeito, não houve a determinação legal da obrigatoriedade da formação superior para o magistério do ensino médio, sendo este critério estabelecido apenas ao candidato à vaga de orientador educacional³⁹². A ausência da exigência do diploma justificava-se em razão das faculdades existentes no estado ainda não suprirem a demanda de professores licenciados, matéria já prevista pela Lei nº 4.024/61. Nesta direção, atenta ao problema do contingente de professores suplementares, presentes na rede estadual no ano de 1962, com função de extranumerário mensalista, sem estabilidade funcional, a Lei nº 5.989 assegurou o direito adquirido pela legislação estadual, garantindo o seu pedido de estabilidade, sem a realização da prova escrita e oral³⁹³.

Em virtude da transição política, com a eleição do candidato da coligação *União pelo Ceará*, Virgílio Távora, as ações voltadas a implantar a carreira do magistério secundarista ficaram delegadas à nova gestão que, em meio às mudanças efetivadas na rede estadual de ensino, com a instalação dos Anexos, elaborou uma lei, cujo objetivo era regulamentar, especificamente, o concurso público para o ingresso na carreira docente, uma vez que, houve um aumento na demanda pela contratação de novos professores. O concurso público pode ser considerado um dos principais instrumentos na regulamentação da carreira docente, não somente por representar uma tentativa de se estabelecer critérios *meritocráticos* de acesso à carreira, rompendo com o modelo da indicação política, mas, sobretudo por determinar as exigências que devem ser consideradas ao exercício da profissão docente.

Nesta direção, a Lei nº 6.935, de 18 de dezembro de 1963, foi a primeira a normatizar o concurso público para ingresso na carreira de professor do ensino médio, no Ceará. Em seu Artigo 1º determinou que, “o provimento de cargos iniciais na carreira do magistério nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pelo Estado, far-se-á pela nomeação de candidatos habilitados em concursos que deverão realizar-se

³⁹² O Parágrafo Único, do Artigo 4º, afirma que “a inscrição para o concurso a que se refere este artigo [orientador educacional] será privativa dos portadores de diploma de Orientador de Educação expedido por estabelecimento de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura” (IDEM, 1962).

³⁹³ A Lei nº 4.177/58 concedeu o direito à efetivação reconhecida àqueles que contassem com cinco anos de experiência e se submetessem a prova de títulos. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 18/08/1958, Lei nº 4.177 – Concede estabilidade profissional aos servidores que indica dá outras providências).

anualmente, desde que haja vaga a preencher [...]”³⁹⁴. Diante da urgência da contratação legal de profissionais para o início do ano letivo de 1964³⁹⁵, em janeiro é publicado o *edital de inscrição* do 1º concurso público previsto pela referida Lei, documento este que tratou de definir os critérios exigidos para o exercício da profissão. Em conformidade com o que havia sido estabelecido pela Lei nº 5.989/62, o edital determinou como prova de habilitação profissional, além do diploma de licenciado, “Registro Definitivo de professor na disciplina ou prática educativa em que pretenda o candidato se inscrever, [...] ou outro documento hábil fornecido pelos órgãos Ministério de Educação e Cultura”³⁹⁶.

De acordo com o edital, o concurso abrangeria duas fases: provas, escrita e prática, e prova de títulos, cada etapa valendo 50% da pontuação total³⁹⁷, estando inscritos *ex officio*, todos os professores em exercício, na capital ou interior, que ainda não tivessem adquirido estabilidade até a data de encerramento das inscrições, devendo os mesmos se submeter ao concurso, a fim de obter a sua efetivação. Tal determinação, desse modo, feria o direito adquirido dos professores extranumerários, contratados antes da divulgação da *Lei nº 5.989/62*, direito este, concedido em 1958 pela Lei n. 4.177³⁹⁸. Além disso, como a entrega dos títulos estava prevista na etapa da inscrição, ao serem inscritos *ex officio*, a Lei não esclarecia ao docente em exercício os meios para a divulgação dos seus títulos, ficando subentendido que os mesmos participariam apenas da etapa das provas, escrita e oral, com prejuízo na pontuação final.

As irregularidades presentes no edital mobilizou a categoria do magistério secundarista, especialmente os extranumerários, parcela maior do quadro docente, que passou a ver no concurso um instrumento que retirava da classe um direito já conquistado. Diante da imposição da SEC, que não havia consultado nem as

³⁹⁴ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 30/12/1963 (Lei nº 6.935 – Dispõe sobre o provimento de cargos iniciais da carreira de magistério nos estabelecimentos estaduais de ensino médio).

³⁹⁵ Em abril de 1963, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará já havia lançado um Edital, em caráter de urgência, para contratar professores, com vistas a assumir as turmas dos ginásios implantados pelo Plano de Emergência. Nesse caso, os docentes teriam que possuir registro ou licença do MEC e se submeter a uma prova didática, com uma aula ministrada em alguma turma do Liceu do Ceará. (CORREIO DO CEARÁ, 17/04/1963, p.03, Secretaria da Educação e Cultura: Edital). No Arquivo Público de Fortaleza localizei outro edital, referente à prova de seleção destinada a candidatos interessados em assumir turmas nos colégios estaduais da capital como, interinos, substitutos ou contratados, no período de 01 de agosto de 1963 a 29 de fevereiro de 1964 (CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 02, 1964).

³⁹⁶ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 30/12/1963, Lei nº 6.935 – Dispõe sobre o provimento de cargos iniciais da carreira de magistério nos estabelecimentos estaduais de ensino médio.

³⁹⁷ IDEM.

³⁹⁸ Disposto no Artigo 1º da Lei de nº 4.177/58. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 18/08/1958, Lei nº 4.177 – Concede estabilidade profissional aos servidores que indica dá outras providências).

congregações de professores, colegiado que, tradicionalmente, exercia essa função, nem as entidades docentes, as diretorias da APEOC, APLEC e do SINPRO iniciaram um processo de mobilização a favor dos mestres que lutavam pelo direito à estabilidade profissional, através apenas do concurso de títulos.

O episódio do *concurso de 1964* representou uma das principais lutas conjunta das entidades, na primeira metade da década de 1960, em virtude de constituir-se uma problemática que afetou os diversos segmentos do professorado em exercício nos colégios secundaristas oficiais, uma vez que, havia licenciados e professores da rede particular na situação de professor extranumemário, ávidos por uma oportunidade de se efetivarem como docentes da rede oficial. Além disso, representou também um momento em que se tornaram evidentes os embates entre os professores e membros da SEC, que participaram da construção do campo educacional.

A participação do SINPRO, nesse processo, que *a priori* representava apenas os interesses do magistério particular, é elucidativa do vínculo estabelecido pela entidade com a APEOC, haja vista o fato de seu vice-presidente na época, professor Sebastião Praciano Souza, ocupar o cargo de 2º vice-presidente na APEOC³⁹⁹, entidade que funcionava nas dependências do sindicato de professores.

As primeiras manifestações na imprensa local sobre o problema do concurso veio através de uma convocação da APEOC, às demais entidades. O jornal *Unitário* traz uma notada APEOC, com apoio da APLEC e do SINPRO, na Coluna *Informes do Magistério*, convocando os professores do ensino médio, envolvidos ou não com o problema do edital, a comparecerem à Assembleia de Classe, a ser realizada no dia 17 de janeiro na Sede da APLEC, com vistas a discutir o edital do concurso público.

³⁹⁹ Ver apêndice III.

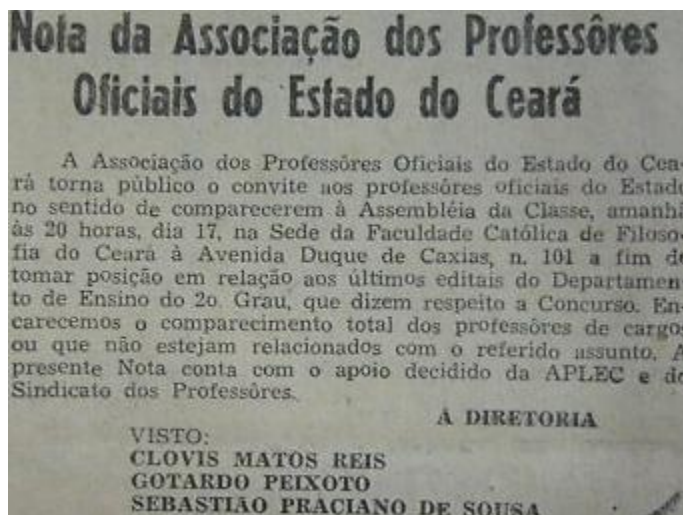


Imagem V: Nota sobre a convocação para discutir o problema do concurso⁴⁰⁰

O jornal *Unitário* acompanhou a problemática do concurso de 1964, por meio do qual podem ser obtidas informações sobre as mobilizações efetivadas pelo professorado secundarista cearense⁴⁰¹.

Na primeira assembleia ficou determinada a instauração de uma assembleia permanente, reunida no auditório da Faculdade Católica de Filosofia⁴⁰², que sob o comando das diretorias das entidades de classe elaborou um memorial dirigido à Consultoria Jurídica do Estado, com objetivo de defender os direitos adquiridos dos professores extranumerários, propondo como solução, a oferta de um curso de aperfeiçoamento para esses mestres, em substituição ao concurso. O governador do estado, acatando o parecer favorável aos professores, emitido pela Consultoria Jurídica⁴⁰³, concede um despacho em resposta ao memorial. As sugestões do magistério foram aceitas pelo governo estadual, conforme indica o texto do despacho governamental do dia 06 de fevereiro⁴⁰⁴, cujo “item 2” informa que,

Além dos professores que, tendo sido nomeados para cargos ou funções de magistério do Ensino Médio, contem, até o dia 7/02/1964, mais de cinco anos de exercício, estão excluídos do Concurso [...] a) os professores que, tendo sido nomeados para cargos ou funções de Magistério do Ensino Médio, ainda não contém cinco anos de

⁴⁰⁰ UNITÁRIO, 16/01/1964, p.06, (Nota da Associação dos Professores do Estado do Ceará).

⁴⁰¹ O Concurso foi realizado no mês de março de 1964 e teve 175 candidatos aprovados (CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 01, 1964).

⁴⁰² A partir do dia 23 de janeiro de 1964, a Assembleia Permanente passou a se reunir no Colégio Estadual Justiniano de Serpa, com reuniões plenárias ocorridas diariamente às 20h. (UNITÁRIO, 23/01/1964, p.08, Professores recebem apoio dos deputados).

⁴⁰³ UNITÁRIO, 24/01/64, p.03, Informes do Magistério.

⁴⁰⁴ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 12/02/1964, Processo nº 84.

exercício; b) os substitutos e os regentes de turma suplementares, que se encontravam dando aula em sete (7) de agosto de 1962, data em que entrou em vigor a Lei n. 5.989, de 31 de julho de 1962; c) os professores que, tendo se submetido aos exames de seleção para os ginásios do Plano de Emergência, foram aproveitados no ensino oficial e se acham em exercício; d) os professores que, de 25 de março de 1955 até esta data foram demitidos sem precedência do competente processo administrativo⁴⁰⁵.

No item 3, o governador determina, aos mestres que preenchiam os casos especificados nos itens, a, b, c, e d – a submissão ao curso intensivo da CADES, com uma prova final para aferir a capacidade dos mestres de continuar ou não lotado nas escolas estaduais.

Diante do despacho governamental, a Comissão constituída pela assembleia de professores, formada pelos presidentes da APEOC, APLEC e SINPRO, e representante da Comissão Política e da Imprensa⁴⁰⁶, elabora outro memorial, datado do dia 05 de março de 1964, encaminhado ao governador, com sugestões direcionadas ao curso intensivo da CADES e ao concurso público, marcado para ocorrer no mês de março. Em edição do jornal *Unitário* há a publicação na íntegra do texto, bem como do despacho do governador sobre as questões postas neste memorial. Nos quadros abaixo podem ser visualizadas as sugestões da Comissão e o posicionamento do governo diante destas.

⁴⁰⁵ IDEM.

⁴⁰⁶ O representante da APEOC foi o professor Hamilton de Andrade, da APLEC, o professor Gotardo Peixoto e do SINPRO, o professor Sebastião Praciano. O representante dos mestres junto ao chefe do Poder Executivo foi o deputado estadual Aécio de Borba. (UNITÁRIO, 09/02/1964, p.03, Informes do Magistério).

Quadro IX – Dados referentes ao Curso Intensivo CADES⁴⁰⁷

Comissão de Professores	Despacho Governamental
1. Avaliação através da frequência de 75% e participação nos trabalhos em equipe e nas pesquisas.	Sim, desde que se eleve o índice para 90%.
2. Submissão à avaliação escrita apenas aos professores que não atingirem o limite da frequência e não cumprirem as atividades.	De acordo com o item 1.
3. A inclusão no despacho governamental dos professores que se submeteram à prova de seleção para o Plano de Emergência e na ocasião obteve média cinco ou superior a cinco ⁴⁰⁸ .	Sim.
4. Lei que garanta a estabilidade profissional destes professores amparados pelo despacho, após a conclusão do curso da CADES;	Assegurar o aproveitamento, prioritariamente aos ocupantes do cargo, concorrendo os demais “em pé de igualdade” com os candidatos do concurso.
5. Que seja permitida, naquele momento, a inscrição dos professores que obtiveram média inferior a cinco na seleção para o Plano de emergência, como também aos mestres “contratados verbalmente”.	Sim.

⁴⁰⁷ UNITÁRIO, 18/03/1964, p.07, Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará e Sindicato dos Professores de Fortaleza.

⁴⁰⁸ Cumpre salientar que os professores inclusos no caso da seleção para o Plano de Emergência vinham se articulando, com vistas a impetrarem mandado de segurança para defender o direito de ser excluído do concurso público (UNITÁRIO, 16/01/1964, p.06, Nota da Associação dos Professores do Estado do Ceará). A inclusão desta demanda no memorial do movimento organizado pelas entidades de classe indica que essa causa foi absorvida pelo movimento. De modo semelhante, localizei uma nota divulgando uma reunião convocada por professores substitutos para tratar do edital do concurso, a ser realizada no “Edifício Oriente”, sem a indicação da presença de representantes das associações de classe, ocorrida no dia 21 de janeiro de 1964 (UNITÁRIO, 21/01/1964, p.06, Reunião de professores substitutos). A ausência de novas notícias sobre movimentação desses mestres sugere a possibilidade de terem aderido ao movimento liderado pelas entidades.

Quadro X – Dados referentes ao Concurso Público⁴⁰⁹

Comissão de Professores	Despacho Governamental
1. Abertura de novas vagas destinadas prioritariamente aos docentes inclusos no despacho governamental e os casos citados no ato suplementar do presente texto da Comissão.	De acordo com o despacho do item 4, sobre o curso CADES.
2. Exclusão do termo “em todo o Estado do Ceará”, do Art. 3 ^o ⁴¹⁰ , permitindo desse modo, a participação no concurso dos mestres portadores de registro definitivo, com restrições, e dos mestres com certidão emitida através do Exame de Suficiência ⁴¹¹ , para atuarem exclusivamente em cidades onde não existam faculdades de filosofia.	Mensagem já encaminhada à Assembleia Legislativa.
3. O direito de lotação, inclusive nas cidades com faculdades de filosofia, para os docentes atuantes nas disciplinas ou práticas educativas, cujas faculdades não estejam diplomando.	Sim.
4. Que fosse vetado o direito aos professores portadores de licença precária, desde que estes tenham prestado o Exame de Suficiência, de modo a atender aos preceitos do Art. 117º, da LDBEN.	Não.
5. Exceção no item 4 para as áreas de química, física e biologia, em razão da carência de professores devidamente habilitados.	Prejudicado.
6. A autorização aos professores de história e geografia, caso seja necessário, de atuar na disciplina “Organização Social e Política do Brasil (OSPB)”, amparada pelo parecer já emitido a respeito pelo Conselho Federal de Educação.	Prejudicado.

⁴⁰⁹ UNITÁRIO, 18/03/1964, p.07 (Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará e Sindicato dos Professores de Fortaleza).

⁴¹⁰ “Art. 3º: Poderão candidatar-se aos concursos os cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, que provem estar regularmente habilitados, junto ao órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura, para o ensino das correspondentes disciplinas ou práticas educativas em todo do Estado do Ceará [grifo nosso]”. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 30/12/1963, Lei nº 6.935 – Dispõe sobre o provimento de cargos iniciais da carreira de magistério nos estabelecimentos estaduais de ensino médio).

⁴¹¹ As áreas especificadas foram: Português, história, matemática, geografia, francês, inglês e desenho (UNITÁRIO, 18/03/1964, p.07, “Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará e Sindicato dos Professores de Fortaleza”).

Nota-se pelo despacho do governador que a maior parte das solicitações dos mestres foi atendida, o que demonstra a participação do movimento associativo na construção das políticas educacionais voltadas à carreira docente. Ademais, há indícios de que o principal embate não era entre os professores e o governador do estado, mas sim, entre os mestres e a equipe de técnicos da SEC. Há uma série de reportagens que explicitam as queixas do magistério para com a equipe de assessoria da SEC, responsável pela elaboração do texto. Na reportagem intitulada, “Professores se insurgem contra concurso da SEC”⁴¹², usa-se termos como “satisfazer caprichos ou intenções ocultas de quem quer que seja”, para referir-se ao posicionamento contra o ato de realizar o concurso. A nota sob o título, “Professores: Governador foi ludibriado pelos autores do edital sobre os concursos” é ainda mais específica, ao destacar “que o Governador havia sido ludibriado pelos FORJADORES do citado edital”, como forma de acusar a equipe da SEC, de não ter aberto um diálogo com as entidades docentes na elaboração da proposta⁴¹³. Em outro momento da mesma reportagem, destaca-se que este edital teria sido elaborado sem o procedimento da consulta à congregação de professores, medida adotada pelas administrações anteriores, o que, na ótica dos professores, teria acarretado as falhas no concurso.

Na mesma edição do jornal, há a publicação da *Nota Oficial*, “Associações de Classe dos Professores do Ceará”, que dentre os itens elencados, identifica-se no item 5, as críticas dos professores em relação aos técnicos da Secretaria.

Os ‘técnicos em educação’ da Secretaria de Educação e Cultura todos eles sem DIPLOMAS de técnicos e admitidos sem CONCURSO, procurando perturbar a paz e a harmonia do Governo Virgílio Távora, acrescentaram capciosamente, no Edital já mencionado, os artigos 2º e 3º, e outros, prejudicando aos professores oficiais e àqueles em via de ingresso no ensino no Estado⁴¹⁴.

A disputa entre professores e técnicos da SEC reforça a ideia discutida por Paula Vicentini e Rosário Lugli, do campo educacional enquanto espaço de disputa, *campo de poder* permeado pelas correlações de forças, ora antagônicas, ora complementares. O espaço educativo é analisado pelas autoras a partir do conceito de *campo* definido pelo sociólogo Pierre Bourdieu,

⁴¹² UNITÁRIO, 19/01/64, p.06, (Professores se insurgem contra concurso da SEC).

⁴¹³ UNITÁRIO, 24/01/1964, p.08, (Associações de classe dos professores do Ceará: nota oficial).

⁴¹⁴ IDEM.

[...] um espaço estruturado em função de objetos de disputa próprios, no qual se constituem regras de funcionamento e interesses específicos que são definidos e redefinidos, continuamente, nas lutas travadas por maior legitimidade em seu interior. Com base nessas lutas, são estabelecidas as posições dos agentes e das instituições que compõem o campo e a correlação de forças – antagônicas e complementares – que nele atuam tanto para manter os seus padrões de hierarquização quanto para transformá-los⁴¹⁵.

Apesar dos técnicos da SEC serem representantes do governador na pasta da educação, percebe-se que a categoria buscou, no âmbito da disputa pela participação na política educacional, distanciar-se de um confronto direto com o governo. Ao se dirigir ao governador, muda-se o teor do discurso, ao destacar que “o atual governo merece da classe o mais alto apreço e sincero reconhecimento porquanto tem dado provas de incontestável boa vontade em solucionar o caso de maneira justa [...]”⁴¹⁶. Houve a preocupação dos mestres em manter um tom de cordialidade e respeito no tratamento para com o chefe do Poder Executivo, utilizando-se da elaboração de memoriais como principal instrumento de comunicação⁴¹⁷.

No que se refere aos embates entre os docentes e a equipe da SEC, estes também são um indicativo das ambiguidades que permeiam o processo de regulamentação de uma categoria que, em sua origem, foi composta por grupos que portavam um perfil diferenciado. A tentativa de criar critérios comuns como, a delimitação da forma de ingresso na carreira via concurso público, formas de habilitação na carreira (licenciatura, exame de suficiência, licença precária...), aspectos inerentes à trajetória de profissionalização docente no Brasil, acabou por tornar este um espaço de disputa.

Apesar dos embates com a SEC, o diretor do *Departamento do Ensino do 2º Grau* (DESEGRAU), professor Alcir de Castro Araújo⁴¹⁸, convida os presidentes das

⁴¹⁵VICENTINI & LUGLI, 2009, p.16.

⁴¹⁶IBIDEM.

⁴¹⁷ Localizei apenas uma nota referente a um encontro de representantes das entidades com o governador no “Palácio da Luz”, antiga sede do governo, para tratar da problemática do concurso (UNITÁRIO, 28/01/1964, p.03, Professores recorrem ao governador).

⁴¹⁸ Alcir de Castro Araújo foi professor catedrático do Colégio Estadual Liceu do Ceará, afastado no ano de 1963 de suas atividades docentes, por motivo de saúde (enfarte), designado, desde então, pelo diretor na época, Francisco de Melo Jaborandi, para assumir a organização e funcionamento, em 1963, dos ginásios do Plano de Emergência do MEC. Posteriormente, assume a direção do DESEGRAU (CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 07, 1964).

entidades de classe a integrarem a Comissão Julgadora dos Títulos⁴¹⁹, a qual iria apreciar toda a documentação dos candidatos inscritos. É provável que o convite esteja associado a uma solicitação encaminhada pela APLEC ao Inspetor Seccional do MEC, na época presidido pelo professor Hugo Pôrto, exigindo o direito de fiscalizar as inscrições do concurso, o que demonstra o controle exercido pela entidade no tocante ao exercício legal da atividade docente⁴²⁰.

A APLEC nos anos 1960 teve um papel fundamental no acompanhamento das contratações ilegais, enviando com frequência à SEC e aos colégios particulares, listas com os nomes dos licenciados, função esta já exercida nos tempos de *Associação dos Ex-Alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará*. Na ocasião da fiscalização do concurso pelos membros das três entidades de classe, os representantes interferiram no processo, denunciando através da imprensa os casos de irregularidade, com destaque nos jornais para a atuação da APLEC, uma vez que a denúncia do exercício ilegal do magistério constituía uma de suas principais finalidades⁴²¹.

As práticas coletivas das entidades docentes em torno do concurso de 1964 demonstra o papel central que o movimento associativo cearense cumpriu no processo de regulamentação da carreira do professor secundário. A participação dos mestres se deu inclusive no deferimento da candidatura dos proponentes às vagas, com o aval da SEC. A análise das ações intermediadas pelas três entidades, portanto, explicita um dos principais traços característicos das práticas associativas do magistério secundarista cearense, na primeira metade da década de 1960, pautadas no diálogo com a esfera governamental, priorizando como instrumentos de reivindicação, a assembleia geral de professores, o encaminhamento de memoriais aos governantes, utilizando-se da imprensa como um dos veículos de comunicação entre, a classe, o governo e a sociedade em geral.

A respeito da relação com o poder público, observa-se o tratamento respeitoso, pela presença constante nos textos escritos de expressões como – “mui

⁴¹⁹ Além da Comissão Julgadora dos Títulos, também havia sido formada a Comissão que deveria analisar os títulos dos professores que iriam requerer estabilidade, de acordo com a Lei de nº 4.177/58. Nesse caso, a responsabilidade de formar as comissões ficou com a Congregação de Professores, do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, formada em reunião ocorrida no dia 22 de janeiro de 1964 (CORREIO DO CEARÁ, 24/01/1964, p.11, Associações). As Comissões de avaliação das provas do Concurso Público foram organizadas pela SEC., divididas por área do conhecimento, as quais iriam acompanhar a prova escrita e didática.

⁴²⁰ UNITÁRIO, 14/02/1964, p.03, Coluna Informes do Magistério.

⁴²¹ No dia 03 de março de 1964 há notícia acerca de uma reunião, liderada pelas três entidades – APEOC, APLEC e SINPRO – para tratar dos casos irregulares. (UNITÁRIO, 03/03/1964, p.03, Coluna Informes do Magistério).

respeitosamente”, no trato com as autoridades políticas. Tais características foram indicadas por diversos autores que investigaram as práticas associativas docentes, conforme sinaliza o estudo de Paula Vicentini sobre o movimento associativo paulista, que destaca aspectos semelhantes presentes no modelo associativo paulista nos anos 1950⁴²².

Embora nos primeiros anos da década de 1960, algumas alterações tenham sido promovidas nas formas reivindicativas do professorado no Brasil, o qual passou a incorporar práticas mais agressivas, tais como, passeatas, concentrações e, inclusive, greves⁴²³, no Ceará, os professores secundaristas ainda estavam iniciando seu processo de organização em torno de associações. Neste contexto, os dados coletados sugerem que as práticas associativas centravam-se nas lideranças das entidades docentes, que assumiam um papel de porta-voz da categoria, responsabilizando-se pelos encaminhamentos das demandas dos professores, junto ao poder público. Alguns fatores contribuíam para a conformação desse modelo, com destaque para o número ainda reduzido de professores secundaristas da rede oficial e para o padrão salarial dos professores efetivos que na primeira metade dos anos 1960, ainda não havia sofrido sua vertiginosa queda. Apesar de desde o início da referida década, parcela do magistério secundarista já *amargar* baixos rendimentos e sucessivos atrasos no seu pagamento, sobretudo, os extranumerários pagos com a verba do PNE, a questão salarial não havia se tornado o foco central das reivindicações das entidades docentes, embora esta já fosse objeto de denúncia do magistério, principalmente, através da imprensa.

Mudanças serão efetivadas na trajetória do associativismo docente cearense, apenas na segunda metade dos anos 1960, momento em que já se evidenciava os efeitos das reformas educacionais advindas da LDBEN, na categoria docente. Entre os anos 1963 e 1967, houve um aumento significativo no contingente de professores no ensino secundário oficial, conforme dados apresentado pela Tabela II⁴²⁴. Tão significativas quanto às alterações quantitativas foram às mudanças qualitativas presentes no quadro docente. Com a expansão da oferta de vagas para professores, a categoria passou a contar com um número, cada vez maior, de professores interinos, contratados via PNE. O perfil desse novo grupo incluía jovens docentes, dentre estes universitários, que além

⁴²² VICENTINI, 2005, p.341.

⁴²³ Ver capítulo I.

⁴²⁴ Ver página 121.

de amargar um baixo salário, também enfrentaram a problemática do atraso dos seus vencimentos.

A situação caótica do magistério secundarista, associada às alterações no perfil dos professores secundaristas oficiais imprimiram mudanças na trajetória do associativismo, contribuindo para a emergência das paralisações e movimentos grevistas, em 1967 e 1968. Nessa fase, já se evidencia aspectos que se assemelham a características que serão predominantes na fase do movimento docente na década de 1970.

2.5 – Professores secundaristas cearenses vão às ruas: o papel dos movimentos grevistas de 1967 e 1968 na fase do associativismo docente

Um dos principais fatores analisado pelos estudos sobre o associativismo docente no Brasil tem sido o impacto da política de expansão dos sistemas de ensino na forma de organização do magistério oficial. Este constitui, de fato, um indicador central para se compreender o surgimento de movimentos associativos na referida categoria. O caso cearense é bastante emblemático e comprova o significativo papel das políticas de expansão do ensino público para a história do associativismo. Trabalha-se com a ideia de que, no entanto, outros elementos tenham repercutido no movimento de professores, na fase do associativismo. No presente estudo, a pesquisa de campo revelou como um fator que deve ser considerado nas análises sobre o movimento dos professores das escolas públicas, na década de 1960, as manifestações sociais erigidas no bojo do regime militar e o papel dos movimentos de esquerda nesse processo. Tais manifestações também devem ser associadas ao processo de insurgência de professores nos moldes sindicais, na década de 1970, considerando que ainda há um peso maior nas análises, em torno dos movimentos sociais que emergiram na segunda metade do referido decênio.

Nos anos de 1967 e 1968, professores secundaristas dos colégios oficiais cearenses promoveram manifestações e greves que, num primeiro momento, podem ser analisadas apenas como movimentos que exerceram um papel na obtenção de demandas do magistério. Esse período, entretanto, teve um significado importante para a história dos movimentos de esquerda, não somente no Brasil, mas em outras partes do mundo,

tendo incidência no Ceará, com a insurgência de manifestações lideradas, sobretudo, por estudantes secundaristas e universitários, em pleno regime militar.

Após o Golpe de 1964, mesmo com as medidas destinadas a restringir a participar popular, setores da sociedade civil continuaram a se organizar. Na análise de Maria Helena Moreira Alves, presente na obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, “a maturação do modelo econômico e a política repressiva dos governos pós-1964 propiciaram uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada em 1967 e transmutada em movimento social de massas em 1968”⁴²⁵. Para a autora, três setores tiveram destaque nesse contexto, a saber, o movimento estudantil, o movimento dos trabalhadores e a Frente Ampla⁴²⁶. Embora se organizassem, independentemente, se uniram nas manifestações ocorridas em 1967 e 1968. Para efeito da análise das mobilizações dos professores secundaristas cearenses, cabe destacar o papel do movimento estudantil nesse processo.

O movimento estudantil, segundo a análise de Murilo Leal, em seu texto, *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*, constituiu uma das marcas dos anos 1960, no Brasil e no mundo⁴²⁷. Estudantes, secundaristas e universitários, nesta década, exerceram um papel de vanguarda no País e, especialmente no Ceará, ao promoverem passeatas, atos públicos, greves, responsáveis por criarem espaços de contestação, tornando-se personagens centrais na história dos movimentos de oposição durante o regime militar. No caso do movimento estudantil, além das bandeiras ligadas a área educacional e crítica à ditadura, eram comuns em suas manifestações, bandeiras contra o sistema capitalista, sobretudo o imperialismo Norte-Americano.

A insurgência dos estudantes, nesse contexto, deve ser inserida no quadro de reestruturação dos grupos de esquerda forjados no Brasil após a “Revolução”, em sua grande maioria, organizados por dissidentes do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*⁴²⁸,

⁴²⁵ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p.115.

⁴²⁶ A Frente Ampla foi um movimento político organizado em 1967, pelos ex-governadores que apoiaram em 1964 a “Revolução”, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, mas que já em 1965 passaram a criticar o governo militar. Ambos buscaram apoio em setores civis tradicionais, o que incluiu a figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do ex-presidente, exilado em Montevidéu, João Goulart (IDEM, 1984).

⁴²⁷ LEAL, M., *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo*. (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁴²⁸ No Ceará, a secção local do PCB foi instalada no ano de 1927.

o qual vinha esboçando uma crise já no início dos anos 1960⁴²⁹. Para Eder Sader, nos anos 1960, surgiu no Brasil,

[...] uma “nova esquerda”, contemporânea da revolução cubana, da revolução cultural chinesa, da guerra do Vietnã, do Che e das guerrilhas latino-americanas, de maio de 1968, nascida em oposição ao conformismo e à burocratização que apontava no PCB, viveu e colocou a revolução como tema de atualidade⁴³⁰.

Desse modo, além do PCB, outros movimentos de esquerda foram se organizando e passaram a apresentar forte influência no movimento estudantil cearense, com destaque para a *Ação Popular (AP)*, o *Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)*, e o *Partido Comunista do Brasil (PC do B)*.

A AP, fundada no início dos anos 1960, por iniciativa de militantes de esquerda vindos da *Juventude Universitária Católica (JUC)*, teve de início o propósito de defender os valores da Igreja Católica, junto aos universitários. Exerceu grande influência nas organizações estudantis, no contexto da ascensão católica no movimento e, antes do Golpe de 1964, dividia com o PCB o comando das entidades estudantis fortalezenses⁴³¹. O PORT foi fundado em Fortaleza no início de 1965, sob a iniciativa de dois militantes pernambucanos, *Gilvan Rocha*⁴³², que faleceu em dezembro de 2014, e *Rômulo Augusto Romero Fontes*. No Ceará, embora tenha havido a adesão do trotskista *José Ferreira Lima*, militante sindicalista que conseguiu comandar o sindicato da indústria têxtil, “ficou praticamente restrito ao movimento secundarista e se constituiu uma força entre os universitários”. Recusaram a luta armada como estratégia para derrubar a Ditadura, bem como, qualquer forma de aliança política, optando pela formação teórica dos militantes, com vistas a uma revolução futura⁴³³. Já o PC do B, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, havia sido fundado em 1962 e, em sua

⁴²⁹ Segundo José Airton de Farias, o apoio do PCB a Luís Carlos Prestes, tido por membros do “Partidão” como um líder reformista e o posicionamento do Partido contra a luta armada, fatores indicados por algumas lideranças como responsáveis pela vitória da “Revolução de 1964”, teve como corolário dissidências no interior do PCB. Importantes lideranças como Carlos Marighela, Mário Alves, saíram do PCB e deram início ou apoiaram outras organizações de esquerda, cujo enfoque se dava na luta armada (FARIAS, 2007).

⁴³⁰ SADER, 2001, p.168.

⁴³¹ FARIAS, 2007.

⁴³² Gilvan Rocha é um personagem central na história das esquerdas cearenses. Seu grupo fez parte da construção do PT no Estado e contou com a presença de professores que protagonizaram o movimento sindical docente no final dos anos 1970, como Paulo Afonso Menescal.

⁴³³ IDEM, p.52.

origem, sustentou a necessidade da luta armada, fator que afastou esse grupo do PCB⁴³⁴. A fundação do diretório do PC do B, no Ceará, se deu em torno do ano de 1965, quando houve uma aproximação entre militantes descontentes do PCB e PC do B⁴³⁵.

Especificamente no cenário cearense, a configuração dos movimentos de esquerda, na segunda metade da década de 1960, se deu em torno do PORT, da AP, e do PC do B, correntes de maior destaque no referido estado. Dentre estas, a AP exerceu maior influência entre os estudantes secundaristas, porém, de modo geral, o PC do B, que tinha maior incidência entre os estudantes universitários, apresentava-se melhor articulado, contrariando a experiência nacional, cuja maior influência nas organizações estudantis era da AP⁴³⁶. Além das correntes citadas acima, houve ainda a forte presença de grupos guerrilheiros⁴³⁷ ligados à *Ação Libertadora Nacional* (ALN)⁴³⁸ e ao *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR) – este último, responsável pela ação armada contra o “carro pagador *London Bank*”, ocorrida no dia 16 de março de 1970, na cidade de Fortaleza⁴³⁹.

As organizações retrocitadas adentraram território cearense e exerceram influência, no movimento estudantil, secundarista e universitário. De acordo com a análise de Airton de Farias, “tais organizações apoiaram, incitaram e lideraram as não poucas manifestações populares, sobretudo estudantis, acontecidas em Fortaleza no ano de 1968, manifestações muitas vezes de caráter radical e vinculadas já à luta armada”⁴⁴⁰.

O ano de 1968, considerado “o ano que não terminou”⁴⁴¹, também teve um significado importante para a história do movimento estudantil no Ceará. Apesar de o governo estadual lançar nota, proibindo quaisquer manifestações políticas dos

⁴³⁴ ALVES, 1984.

⁴³⁵ FARIAS, 2007.

⁴³⁶ De acordo José Airton de Farias, contribuiu para a maior influência do PC do B no Ceará as prisões, em 1965, dos principais líderes da Ação Popular – Luís Edgar Cartaxo, Paulo de Melo Jorge, Hélio Leite, Roberto Pontes e René Barreira –, esvaziando a AP no estado (FARIAS, 2004).

⁴³⁷ É importante ressaltar que, após o Golpe, também houve o surgimento de novos grupos de oposição, que fazia parte da esquerda revolucionária defensora da luta armada, como a *Aliança Libertadora Nacional* (ALN) e o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), os quais tiveram incidência no estado do Ceará (IDEM, 2004).

⁴³⁸ A ALN foi fundada pelo ex-militante do PCB, Carlos Marighela, assassinado pela polícia paulista em novembro de 1969, que rompeu com o “Partidão” no ano de 1967. Adepto da “via Cubana” para a revolução no Brasil, defendia a luta armada e a substituição do partido pela guerrilha (ALVES, 1984).

⁴³⁹ O assalto ao “carro pagador” do London Bank ocorreu no dia 16 de março de 1970 e foi uma ação organizada pelo PCBR.

⁴⁴⁰ FARIAS, 2007, p.55.

⁴⁴¹ O trecho é uma referência à obra, “1968 – O ano que não terminou”, do escritor Zuenir Ventura.

estudantes cearenses⁴⁴², estes permaneceram organizados – universitários, reunidos em torno do *Clube do Estudante Universitário* (CÉU)⁴⁴³, e os secundaristas, liderados pelo *Centro Liceal de Educação e Cultura* (CLEC)⁴⁴⁴. Convém salientar que, nos anos 1960, os estudantes universitários e secundaristas mantinham contato e promoviam manifestações em conjunto.

Dentre as pautas levantadas pelos estudantes havia aquelas relacionadas à educação como, a crítica aos acordos entre o MEC e a *United Agency for International Development* (USAID)⁴⁴⁵; o problema dos “excedentes” no vestibular (falta de vagas para alunos que atingiam a média); o corte nas verbas para a educação; mas, também inseriam em seus protestos outras bandeiras de movimentos populares como, o problema do aumento das passagens de ônibus⁴⁴⁶, além da luta contra a repressão política e a favor do fim da ditadura militar. De acordo com o estudo de Júlio Filizola Neto, em 1968, houve protestos dos estudantes universitários, com o apoio dos alunos secundaristas do Liceu do Ceará, “contra a permanência por mais de 60 dias na prisão, de vários colegas, o corte de verbas para a educação, a prisão de líder carioca Vladimir Palmeira e a morte de um estudante em Salvador”⁴⁴⁷.

Nas manifestações do movimento estudantil, é importante ressaltar que, além dos gritos de palavras de ordem como, “abaixo à ditadura”, “contra o imperialismo Norte-Americano”, era comum o uso de táticas mais violentas no confronto com a polícia, como a utilização de bombas caseiras, do coquetel *molotov*⁴⁴⁸, e a depredação de alvos que simbolizassem a ditadura, como o prédio do quartel dos bombeiros,

⁴⁴² Diante da conjuntura mundial e nacional, posta no ano de 1968, por pressão do governo federal, o então governador do estado, Plácido Aderaldo Castelo, lança nota oficial, proibindo manifestações políticas e conclama os estudantes cearenses para colaborar com o governo (NETO, 2000).

⁴⁴³ O CÉU localizava-se na Avenida da Universidade, na cidade de Fortaleza, nas mediações da Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), o qual viria a ser fechado pelos militares, após o AI-5. Na análise de Airton de Farias, o CÉU “constituía-se não apenas o ponto de encontro de reuniões para passeatas, mas igualmente para discussões políticas e amenidades – bate-papos com os amigos, paqueras, namoros” (FARIAS, 2004).

⁴⁴⁴ Segundo Júlia Filizola Neto, o CLEC havia sido fundado no dia 21 de abril de 1935, com fins de atuar no “desenvolvimento moral, intelectual e cívico dos liceístas” (NETO, 2000, p.36).

⁴⁴⁵ No estudo já citado de Maria Helena Moreira Alves, a autora destaca dentre os fatores que corroboraram para a maior organização do movimento estudantil em 1967 e 1968, o protesto contra a ampla reforma universitária, imposta através dos acordos entre o MEC e a USAID (ALVES, 1984).

⁴⁴⁶ No dia 18 de maio o então prefeito de Fortaleza, José Walter Barbosa Cavalcante, assinou um decreto autorizando o reajuste nas passagens de ônibus. Nessa ocasião houve uma manifestação dos alunos do Liceu do Ceará, incluindo a depredação de alguns ônibus. (O POVO, 19/05/1967).

⁴⁴⁷ NETO, 2000, p.89

⁴⁴⁸ No estudo de Airton de Farias o autor assinala que o uso deste coquetel químico, nas passeatas estudantis em Fortaleza, havia sido uma inovação trazida pela Organização de Carlos Marighela. Os estudantes atiravam o *molotov* com “bombas rasga-lata”, o que ocasionava um barulho ensurdecedor. (FARIAS, 2007).

próximo ao Colégio Estadual do Ceará. No estudo de Airton de Farias sobre os movimentos dos estudantes em Fortaleza, o autor ressaltou que havia em várias manifestações o apoio dos grupos guerrilheiros, como a ALN,

[...] que concebiam a radicalização política como forma de criar uma situação favorável à luta armada e mesmo como “campo de observação” para o recrutamento de revolucionários. Um estudante “politizado” e que mostrasse ou realizasse uma ação mais dura (por exemplo, atirasse um coquetel molotov contra a política) possivelmente seria convidado para adentrar nas organizações guerrilheiras, afinal, demonstrara disposição para “coisas maiores”, como pegar em armas⁴⁴⁹.

Foi, portanto, nesta conjuntura que professores contratados do ensino secundário cearense iniciaram movimentos grevistas que apresentavam como pauta central *a reivindicação do pagamento de seus salários atrasados*. Qual teria sido o seu lugar no quadro social esboçado na segunda metade da década de 1960? Qual o seu papel na trajetória do associativismo docente? Qual o papel do movimento estudantil nas manifestações promovidas pelos professores secundaristas? Se, por um lado, responder a tais questionamentos requer um diálogo com os movimentos de esquerda no Ceará, em especial o movimento estudantil, e com o cenário posto aos canais institucionalizados de participação social, o que inclui as entidades legais representativas das diversas categorias; por outro, é necessário citar a relevância da questão salarial, naquele momento, para a categoria do magistério cearense.

O quadro educacional na segunda metade da década de 1960 já demonstrava contornos bastante diferentes do modelo apresentado no decênio anterior, especialmente no nível secundário. Após a implantação da política de crescimento da rede oficial, os colégios secundaristas, paulatinamente foram perdendo o status de instituição-padrão, não mais ostentando o perfil outrora presente no sistema público de ensino. Em decorrência desse processo, o corpo docente da rede pública *sofreu* inúmeras alterações, evidenciadas, tanto através do aumento do seu contingente, mas, sobretudo, pela

⁴⁴⁹ IDEM, p.59.

inserção de um novo perfil. No que se refere ao primeiro aspecto, é importante considerar a prevalência dos mestres contratados, no quadro de professores da rede estadual de ensino. Apesar das ações do DESEGRAU, com vistas a atender aos preceitos da LDBEN, a tentativa de se estabelecer um perfil profissional baseado na habilitação via diploma de licenciado e no ingresso via concurso público, encontrava entraves, seja pelo fato da demanda ser superior ao quantitativo de professores graduados, seja em razão das necessidades impostas pela ampliação da rede de ensino, na contratação de novos professores, cujo orçamento era previsto por uma verba complementar, advinda do PNE. Como corolário, as inovações propostas pelo governo estadual com finalidade de estruturar a carreira do professor secundarista conviviam com as medidas tomadas na contramão, para dar suporte ao atendimento da demanda gerada pela ampliação das vagas.

A respeito da contratação de professores interinos – prática ainda existente em nosso sistema educacional de ensino –, naquele momento, continuou a ser adotada também em virtude da insuficiência de candidatos aprovados nos concursos. Tomando como exemplo o concurso de 1964, das 686 vagas criadas pelo governo, apenas 403 foram preenchidas⁴⁵⁰. Para preencher o restante das vagas houve a determinação do recrutamento de professores nomeados interinamente, desde que os mesmos se comprometessem a prestar o próximo concurso de provas e títulos⁴⁵¹, estabelecendo como ordem de prioridade: licenciados; registrados; alunos dos últimos anos da Faculdade de Filosofia e dos Institutos Básicos da Universidade Federal do Ceará (física, química, matemática, dentre outros); e professores portadores de licença precária, expedida pelo MEC, via curso da CADES⁴⁵².

Ao indicar o licenciado como a prioridade, o governo demonstrou seguir a tendência já presente nos anos 1960 no campo da profissão docente de valorizar a

⁴⁵⁰ As vagas foram criadas pela Lei nº 7.257, de 18 de maio de 1964. De acordo com Ofício do Departamento de 2º Grau, do dia 30 de junho de 1964, encaminhado à Secretaria de Educação, documento este localizado no Arquivo Público de Fortaleza, “dos 686 cargos de professores solicitados, apenas 403 professores se apresentaram devidamente habilitados, ora pelo concurso, ora pelo curso de aperfeiçoamento, faltando, portanto, 283”. (CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 01).

⁴⁵¹ Seguindo os dispositivos da Lei nº 6.935/63, a qual dispôs sobre a realização de concursos públicos para provimento dos cargos de professor do ensino médio, localizamos nos arquivos do Diário Oficial do Ceará, além do edital do concurso de 1964, o edital de inscrição de um concurso, publicado no dia Diário do dia 23 de julho de 1965; e outro edital publicado no dia 14 de dezembro de 1966. Este último concurso veio a ser realizado no mês de fevereiro do ano de 1966 (UNITÁRIO, 22/02/1966, p.08, Coluna Informes do Magistério).

⁴⁵² As informações foram localizadas no documento, *Ofício do Departamento de 2º Grau, encaminhado à Secretaria de Educação*, do dia 30 de junho de 1964. (CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 01).

formação pedagógica como requisito para o exercício da carreira. Mesmo que a rede de ensino apresentasse professores não licenciados, percebe-se a inserção de mecanismos que garantiam privilégios aos diplomados pelas faculdades de filosofia, ciências e letras. É importante, neste caso, salientar a suma relevância da luta da APLEC em defesa do professor licenciado, sendo uma de suas principais conquistas, a obtenção do *Padrão Universitário*, bandeira já presente no movimento docente em outros estados desde a década de 1950⁴⁵³ que, no Ceará, obteve maior visibilidade nos primeiros meses do ano de 1964, em meio ao debate da Lei nº 7.257/64, que dispôs sobre a carreira do professor do ensino de 2º grau. Em seu Artigo 5º, a Lei concedeu aos professores licenciados por faculdades de filosofia a gratificação de 20% sobre o padrão de seus vencimentos, sendo mais uma vez, garantida o direito aos mestres que ingressaram no sistema, no período anterior à criação da primeira faculdade, o que também demonstra a ação do governo em ceder à luta dos *velhos mestres* que apresentavam apenas o registro⁴⁵⁴.

Não obstante, o padrão salarial do magistério no decorrer da década de 1960, seja ele do quadro efetivo ou contratado interinamente, sofreu uma desvalorização vertiginosa. À vista deste quadro, no ano de 1967, a questão salarial passou a ter uma maior centralidade no bojo da profissionalização docente, tanto através da luta por aumento nos vencimentos, uma vez que, ao longo desta década, houve um amesquinamento nos salários dos professores secundários; quanto pela regularização do calendário de pagamento, especialmente, no tocante ao salário dos mestres contratados via PNE, que vinham *amargando* atrasos que, ao longo dos anos 1960, chegavam a atingir a marca superior a 10 meses⁴⁵⁵. No ano de 1966, por exemplo, os vencimentos dos professores secundaristas encontravam-se congelados, desde o aumento concedido em 1964, na gestão do governador Virgílio Távora. A Coluna *Canto de Página* do jornal Gazeta de Notícias fez diversas denúncias a respeito do congelamento dos salários dos mestres e a exposição das condições de vida desse profissional, por meio da qual é possível perceber as mudanças processadas no perfil docente, evidenciando um embate entre o caráter missionário da docência e a figura de um profissional desvalorizado e mal remunerado, a exemplo da nota intitulada, “O professor e o salário”.

⁴⁵³ De acordo com Vicentini, a principal bandeira da APESNOESP, nos anos 1950 foi, a reivindicação do padrão universitário, que apesar de ter sido instituído em 1952, através da Lei n. 2.124, tornou-se uma demanda que se arrastou ao longo da década de 1960. (VICENTINI & LUGLI, 2011).

⁴⁵⁴ CEARÁ. Diário Oficial do Estado do Ceará, 20/05/1964, Lei nº 7.256 de 18 de maio de 1964.

⁴⁵⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/01/1969, p.01, Professores Contratados.

O professor que para muitos não passa de um apóstolo, não vive de subvenção de aluno ou de cotas entre pais de discípulos: nós vivemos de ordenado. [...] O professor, embora não pertença a ordem religiosa alguma, tem feito dois votos: o da pobreza e o da obediência. Pobreza porque o que ganhamos é verdadeiramente irrisório não chegando, muitas vezes, o que ganha um aprendiz de pedreiro. [...] O segundo voto é o da obediência: professor obedece ao Ministério da Educação, à Secretaria de Educação e seus Departamentos, à direção do estabelecimento e, mais ainda, à opinião pública. Professor não pode nem deve pensar em fazer greve de reivindicação salarial: não fica bem, não ecôa satisfatoriamente entre os alunos, nem sôa favorável na sociedade, etc. Ante tão estreita perspectiva, acabarei por dizer que o professor terá também de fazer voto de castidade: daqui a pouco não lhe vai ser mais possível constituir e sustentar famílias. Vestindo-se como um “gran senhor” não passa o professor de um profissional mal assalariado (grifo nosso) [...] ⁴⁵⁶.

Na condição de professora da escola pública secundária, a jornalista expôs em seu artigo uma ideia que vinha se esboçando no magistério cearense a respeito do caráter ínfimo do valor pago ao professor para o exercício da atividade docente. As denúncias veiculadas pelo jornal em torno da desvalorização dos salários dos mestres secundaristas cearenses assemelham-se à realidade do magistério paulista no início dos anos 1960, momento em que, segundo Vicentini, se consolidou, por um lado, a imagem dos docentes como profissionais que mereciam ser bem remunerados e, por outro, a busca pela diferenciação da categoria com o operariado, frente à precarização da atividade docente. Para a autora, os professores

[...] procuravam salvaguardar a imagem da categoria que poderia ser comprometida com a utilização de uma estratégia típica do operariado, evidenciando a tentativa de fazer com que o magistério fosse ‘percebido como distinto’[...]. Nesse sentido, havia um forte apelo a valores relativos à dignidade do professor e à importância de sua missão que [...], ‘no plano das suas funções sociais manifestas servem como elemento de defesa do nível de vida e do grau de prestígio do professor primário; de modo latente, porém, desencadeiam compensações que se opõem à degradação econômica e social da ocupação’[...] ⁴⁵⁷.

Percebe-se através da análise dos artigos publicados em jornais cearenses que, o choque entre a imagem vocacional do magistério e a condição material do professor, era uma realidade no final da década de 1960 no Ceará, presente nas notas

⁴⁵⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/02/1966, p.05, Coluna Canto de Página - O professor e o salário.

⁴⁵⁷ VICENTINI, 2005, p.344.

cuja função era denunciar a situação salarial dos mestres, conforme foi identificado no texto “Aumento para professores”, publicado no jornal *Gazeta de Notícias*.

Nós funcionários estamos ganhando exatamente aquilo que percebíamos há dois anos quando as condições de vida não se comparavam com as de hoje. [...] Nós professores, por exemplo, percebemos vergonhosos vencimentos, equiparados, em muitos casos, ao que ganham simples obreiros ou operários até mesmo não qualificados. O professor é obrigado, por força da missão e do lugar que ocupa, a apresentar-se pelo menos condignamente, e vestir-se hoje em dia, mesmo humildemente, representa desfalque substancial nos poucos vencimentos e assalto direto ao dinheiro que seria empregado na aquisição de alimentos⁴⁵⁸.

Além da desvalorização salarial, outra problemática que atingiu a categoria, especialmente a dos mestres contratados, foi o constante atraso na folha de pagamento. O atraso nos vencimentos, fator também presente na rede de ensino secundário no início da década de 1960, passou a ter maior impacto nas demandas da categoria, após a criação dos Anexos, haja vista o fato destes terem ocasionado a contratação de um grande contingente de professores, pagos com a verba do PNE. O sucessivo atraso no repasse desse recurso pelo governo federal, aliado ao aumento no número de docentes, em seu conjunto, foi fundamental para a organização coletiva do magistério secundarista em defesa de melhores condições salariais. Em fevereiro de 1967, por exemplo, o salário dos professores contratados encontrava-se em atraso desde outubro de 1966, situação que deu origem a um termo na classe – o de *professor passa fome*⁴⁵⁹.

Foi diante desse quadro que ocorreu a insurgência de professores secundaristas que protagonizaram uma série de paralisações, passeatas e movimentos grevistas, nos anos de 1967 e 1968, no Ceará. Quais seriam as diferenças entre essas mobilizações e àquelas erigidas na primeira metade da década de 1960?

Primeiro, é importante assinalar que, em sua origem, a iniciativa não teve o comando das entidades docentes, legalmente instituídas dentro do regime militar. De um modo geral, as organizações da sociedade civil, incluindo organizações que representavam determinadas categorias profissionais, após o Golpe de 1964, tiveram seus espaços de participação reduzidos. As associações docentes cearenses, tradicionalmente, já apresentavam um atrelamento com a esfera governamental, o que

⁴⁵⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/02/1966, p.05, (Coluna Canto de Página, O professor e o salário).

⁴⁵⁹ UNITÁRIO, 22/02/1967, p.08, (Professôres Contratados: somos vítimas de embuste).

inclusive contribuiu ao seu apoio à “Revolução”. Convém salientar que a APEOC e a APLEC haviam sido fundadas dois anos antes da instauração do regime militar. Dados indicam que houve o seu apoio ao Golpe de 1964, como atesta o trecho da Nota Oficial da APLEC, publicada no jornal *Unitário*.

A Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará – APLEC, entidade que congrega os mestres diplomados por Faculdade de Filosofia, sintonizando com o povo brasileiro nessa hora de crise por que atravessa o país, vem a público hipotecar irrestrita solidariedade às Forças Armadas pela sua enérgica e decisiva ação em defesa da preservação do regime democrático. Outrossim externa nesta oportunidade à certeza de que serão executadas as chamadas reformas de base, porém dentro de uma atmosfera democrática e cristã⁴⁶⁰.

A análise acerca das formas de encaminhamento das demandas do magistério na primeira metade da década de 1960, apresentada anteriormente, sinaliza que suas ações junto ao governo se davam, principalmente, através do encaminhamento de memoriais, buscando sempre o diálogo com a esfera governamental. Não havia, portanto, o intuito das Associações em se contrapor à “Revolução”, ao contrário, conforme a nota da APLEC, citada acima, o movimento se alinhou à ordem vigente.

A mobilização que teve início no dia 22 de abril de 1967 foi, majoritariamente, liderada pelos mestres contratados, considerando que as entidades não vinham se mobilizando para resolver o problema dos vencimentos dos professores pagos com a verba do PNE. Na ocasião, um grupo de 400 professores contratados que lecionavam nos colégios oficiais realizou uma assembleia geral para debater o problema do atraso nos salários, formando uma comissão⁴⁶¹ para liderar as reivindicações, junto ao secretário de educação, professor José Lúcio Ferreira de Melo (Lúcio Melo)⁴⁶². Dados mostram que no dia 26 de abril o diretor do DESEGRAU, professor Francisco Bastos (Major Bastos), convidou os líderes da APLEC, APREC, APEOC e SINPRO, para uma reunião, cujo intuito teria sido o de solicitar apoio “na solução dos problemas do magistério”, o que pressupõe a tentativa do governo de conter os ânimos dos

⁴⁶⁰ UNITÁRIO, 07/04/1964, p.8, (Nota Oficial da APLEC).

⁴⁶¹ De acordo com Cleber Correia Pinho, a comissão de coordenadores do movimento era constituída pelos seguintes professores dos colégios oficiais: Cleber Correia Pinho (Presidente); Franklin Norões Milfont (Vice-Presidente); Raimundo Nonato Henrique (Secretário); Nelson Eduardo Simões Silva (Tesoureiro); e Raidalva C. Silva (Diretoria de Comunicação) (PINHO, C. C., **História da APEOC: administrações, realizações, conquistas**. 1ª edição. Fortaleza: Encaixe, 2011, p.24.).

⁴⁶² O POVO, 24/04/1967, p.02, (Assembléia geral dos contratados).

professores contratados, por intermédio das entidades docentes, as quais não manifestaram apoio ao movimento que vinha se formando entre os mestres contratados.

Não obstante, no dia 16 de maio, ainda com a persistência do problema no atraso dos pagamentos, um grupo de professores contratados decidiu paralisar suas atividades e se encaminhou ao prédio da SEC, conforme notícia publicada no jornal *O Povo*.

Professores contratados dos colégios oficiais acamparam à tarde de ontem, na sede da Secretaria de Educação, reclamando do Secretário o imediato pagamento dos meses de férias (janeiro e fevereiro) e dos meses de março e abril do corrente ano. Os manifestantes foram recebidos no hall do edifício pelo chefe do gabinete, professor Jorge Sucupira, que os anunciou ao Secretário. Em salão daquela Pasta, o professor Lúcio Melo os foi encontrar, sendo informado dos motivos daquela visita por um dos professores contratados. Caso suas reivindicações não fossem atendidas iriam paralisar. O Secretário argumentou que o pagamento dependia de folha de frequência por parte dos diretores⁴⁶³.

No livro *História da APEOC: conquistas e realizações*, Cléber Correia Pinho fez um relato do movimento dos contratados e afirmou que, apesar deste ter iniciado em maio, em razão das “dificuldades daquele momento histórico⁴⁶⁴ e a falta de tempo dos interessados, por conta da grande carga-horária de cada professor”, o movimento só se articularia, de fato, em agosto⁴⁶⁵, aspecto confirmado pelas fontes hemerográficas. Foi apenas no dia 14 de agosto de 1967, em meio a denúncias sobre a situação caótica em que se encontrava o magistério cearense, entregues às mãos de agiotas⁴⁶⁶, que os professores contratados, maior contingente do quadro docente, suspenderam as aulas do turno da noite, para organizar uma assembleia, no auditório da ACI, com fins de discutir um posicionamento da categoria diante do problema, o que culminou na greve liderada pelos contratados.

⁴⁶³ O POVO, 17/05/1967, p.02, (Professores reclamam e ameaçam com paralisação).

⁴⁶⁴ As dificuldades a qual o autor se refere diz respeito às condições políticas postas pelo regime militar.

⁴⁶⁵ PINHO, 2011.

⁴⁶⁶ UNITÁRIO, 03/08/1967, p.10, (Professôres nas mãos de agiotas).

O movimento dos professores de 1967 elucida algumas mudanças na forma de organização do magistério, podendo ser diferenciado da mobilização ocorrida no caso do concurso de 1964. Primeiro, há que se considerar que não mais se tratava de um movimento organizado pelas lideranças das entidades docentes, mas sim pela base da categoria. Conforme indica o artigo publicado na Coluna “Ensino Médio no Ceará” do professor José Sobreira, ex-presidente do SINPRO e um dos sócios fundadores da APEOC, a paralização ocorrida em agosto de 1967 não teve sequer a participação dos dirigentes das associações. Na nota, o autor dá destaque às constantes reclamações dos mestres contratados, contra os líderes das entidades.

Acham, os mestres, que os dirigentes dos órgãos representativos não estão desempenhando, a contento, os cargos que ocupam – Razão para se acharem apavorados existe – Verificam que, em presença dos atrasos nos seus minguidos ordenados, não houve reclamação sistemática, nos jornais, e ida às autoridades, por aqueles dirigentes. Acreditam que as associações, num trabalho coordenado, evitariam o descaso reinante com respeito ao atraso em vencimento. Estão impacientes os professores, por assistirem a indiferença dos que deveriam defendê-los [...] ⁴⁶⁷.

Jornais desse período, ao contrário, revelam o apoio das entidades – SINPRO, APLEC, APEOC e APREC, ao secretário da educação, Lúcio Melo, ex-integrante da diretoria da APLEC⁴⁶⁸, acusado de superfaturamento na compra de equipamentos para as escolas⁴⁶⁹. Além da nota transcrita acima, outros registros evidenciam que no ano de 1967 já havia uma insatisfação em parte da categoria com as entidades de classe, conforme indica uma reportagem publicada no jornal *O Povo*, durante a Semana do Professor, a qual retrata uma série de entrevistas com professores, realizadas pelo jornalista Francisco Lima que, dentre as sugestões postas pelos entrevistados havia a de unificação das entidades de classe e democratização dos critérios de escolha dos seus dirigentes⁴⁷⁰. Tal fato demonstra que as práticas adotadas pelos líderes das associações não mais correspondiam aos interesses de uma parcela do magistério. Mas, que parcela era essa?

⁴⁶⁷ UNITÁRIO, 13/08/1967, p.06, (Coluna O ensino médio no Ceará).

⁴⁶⁸ UNITÁRIO, 05/09/1967, p.08, (Coluna Informes do Magistério).

⁴⁶⁹ O POVO, 05/05/1967, p.02.

⁴⁷⁰ O POVO, 18/10/1967, p.09.

É provável que o descontentamento esteja relacionado a alterações presentes no perfil desse grupo que ingressou ao longo dos anos 1960, o qual já contava com a participação de professores ligados a movimentos de esquerda, principalmente, no movimento estudantil. Na rede particular, havia nesse período um grupo de professores, influenciados por sua militância no movimento estudantil e em organizações e esquerda que, ao adentrarem nas escolas como docentes, passaram a ter posições contrárias às da diretoria do SINPRO, conforme demonstra a trajetória da professora Valda Albuquerque, uma das protagonistas do movimento sindical dos professores das escolas públicas, no final dos anos 1970.

Em 68 [1968] eu entrei para a faculdade e já militava no Sindicato dos Professores da Rede Particular [SINPRO], não influenciada pelo movimento dos professores, mas pelo um grupo do movimento estudantil, que nós tínhamos uma militância, num grupo de esquerda ligado ao Movimento Comunista Internacionalista [MCI]. Então, nós tínhamos uma ação na educação através do Sindicato. Era um movimento clandestino e a gente atuava no movimento estudantil e no movimento dos professores, ao mesmo tempo⁴⁷¹.

A rede pública também contava com professores, cuja trajetória fosse semelhante à da professora Valda Albuquerque, ou seja, tinham experiência no movimento estudantil e/ou em organizações de esquerda, como demonstra a trajetória da professora Rosa da Fonsêca, que nos anos 1980 e 1990, viria a se tornar uma das principais protagonistas do movimento sindical docente no Ceará. Na entrevista concedida para a pesquisa, a professora relata que ingressou na escola pública na década de 1960, com uma licença precária, quando ainda era estudante do curso pedagógico, e naquele momento, já participava de movimentos sociais, no grêmio estudantil. Após o Golpe de 1964, passou a exercer a função docente num ginásio estadual, no município de Quixadá e, ao mesmo tempo, atuava nos movimentos sociais ligados à Igreja Católica – na *Juventude Estudantil Católica* (JEC) e na AP. Apesar de não ter ainda nenhum vínculo com o movimento docente, a mesma participou das manifestações dos professores, em Fortaleza, no ano de 1968, fato abordado adiante.

⁴⁷¹ Entrevista de Valda Albuquerque, realizada no dia 04/12/2012.

Em 1967, o quadro do magistério secundarista cearense não apenas se diferenciava por seu aumento quantitativo, ou mesmo pelo número significativo de mestres contratados a título precário, mas também apresentava mudanças no perfil do professorado, que no decorrer da política de ampliação da rede secundária passou a contar com a presença de um grupo mais jovem de professores, alguns ligados a movimentos de esquerda. Assim como Rosa da Fonsêca, outros militantes de esquerda estavam inseridos nas escolas públicas estaduais, a exemplo da ex-militante do PC do B, Mércia de Vasconcelos Pinto, que exerceu o magistério em colégios estaduais, primeiro, como professora de música do curso normal do *Centro Educacional Justiniano de Serpa* e, posteriormente, como docente no *Liceu do Ceará*, sendo afastada das funções por sua ligação com o movimento de esquerda contra a ditadura⁴⁷². A perseguição de funcionários na rede pública, inclusive nas universidades, foi um fato presente em todo o cenário nacional e que teve bastante incidência no Ceará, sendo inclusive pauta das manifestações estudantis⁴⁷³.

O setor educacional, no momento de eclosão do Golpe em 1964, foi um dos mais atingidos no estado do Ceará, em virtude da presença na pasta da educação de vários técnicos tidos como “esquerdistas”, dentre estes, o assessor técnico da SEC, professor Edgar Linhares, afastado de imediato das suas atividades no momento de eclosão da “Revolução”⁴⁷⁴. Durante entrevista concedida para a pesquisa, o professor relata as perseguições sofridas na época do regime militar.

Quando estourou em março a Revolução, chega um dia meu diretor de ensino secundário que era o João Figueiras Lobo, chega aqui e diz: – Edgar, vamo embora se levanta, vamos conversar com o governador. Estourou a Revolução! Eu disse: – Vamos trabalhar! Todo dia estoura uma Revolução. E ele disse: – Mas essa é pra valer! Vai tratar de se esconder, pois provavelmente vão te prender. [...] Dai eu e o Alcir Araújo, que era dono de uma livraria na Praça do Ferreira; ele era comunista, mas eu era da Ação Popular, fomos nos esconder. Mas, eu tinha um amigo que era amigo do capitão que estava encarregado de prender tudo que era “subversivo”. Ai ele pegou a lista e viu que meu nome não estava mais lá. Ele estava, mas ele [o capitão] riscou o nome. [...] Eu tava na Federal [UFC], ensinando e começaram a me

⁴⁷² As informações foram retiradas do relato da professora Mércia de Vasconcelos Pinto, dirigida à Comissão de Anistia no Ceará.

⁴⁷³ Maria Helena Moreira Alves destaca em seu estudo como uma das pautas do movimento estudantil na década de 1960, a resistência às demissões arbitrárias de professores (ALVES, 1984).

⁴⁷⁴ No estudo já citado de Airton de Farias, o autor também deu destaque ao impacto do Golpe de 1964 no estado do Ceará e, mais especificamente no setor educacional. Segundo o autor, o próprio governador Virgílio Távora teve, inicialmente, dificuldades de se manter no cargo, por ser visto com certa desconfiança por alguns setores do exército cearense. Porém, foi na pasta de educação que houve a maior perseguição, em razão da presença de técnicos considerados “esquerdistas” (FARIAS, 2007).

perseguir. Ah Edgar, Edgar!! Ele pode fazer subversão. Ai o Padre me orientou a pedir dois anos de licença. [...] Ai eu resolvi fazer mestrado e fui embora do Ceará⁴⁷⁵.

Ver-se pelos relatos coletados na pesquisa de campo que qualquer suspeita de ligação com organizações de esquerda poderia levar ao afastamento de cargos ou mesmo impedir o ingresso na rede pública. Durante entrevista como professor Manuel Aguiar de Arruda, que militou desde os tempos do Liceu no movimento estudantil no CLEC; foi ex-presidente da *União Estadual dos Estudantes* (UEE) no Ceará e, como professor viria a participar da direção da APLEC, em 1968; o mesmo relatou dificuldades semelhantes enfrentadas neste período, sendo impedido de ingressar nos colégios secundaristas estaduais, considerado pelo governo um “subversivo”.

Os colégios oficiais não me permitiam ser professor, nem nas faculdades porque eu era ‘subversivo’. [...] Eu me recordo bem que ia haver um concurso no colégio municipal e eu me inscrevi. Mas, quando eu estava me inscrevendo o delegado do DOPS, delegado Coelho, ele me conhecia de outras lutas né, ele chegou lá e disse: – Arruda, não adianta você fazer o concurso que você não será nomeado. [...] Como presidente da APLEC, nós tivemos influência na criação de um curso pioneiro, com prova, para escolher alguns professores para ensinar nos colégios oficiais e eu cheguei até a tirar o 2º lugar nesse curso, e então a APLEC mandou a relação com as vagas lá para o Liceu, ai foram nomeados os outros. Mas, o diretor, que era o professor Gurgel, cortou logo meu nome. Cortou, não permitiu né. E houve alguns corajosos depois. O Padre Batista de Oliveira, diretor de um anexo lá no Montese [Paulo VI], ai ele chegou a indicar meu nome para vice-diretor, teve muita coragem naquele tempo. Na época o secretário era o Lúcio Melo. Apesar da gente ter tido luta comum lá na CNEC ele também riscou logo meu nome. Então eu era considerado muito perigoso [risos].

Apesar de não ter sido possível realizar um levantamento quantitativo sobre os mestres secundaristas que militavam em movimentos de esquerda, o qual com certeza traria grande contribuição para a história da ditadura militar no Ceará, a trajetória de vida dos professores, citada acima, demonstra que, nos anos 1960, já havia docentes inseridos na rede pública, ligados a movimentos de esquerda no Ceará. A militância política chegou a ser motivo de impedimento do docente de exercer suas atividades, como mostram os casos do professor Edgar Linhares e Manuel Arruda Aguiar, fator que, provavelmente, dificultava, naquela conjuntura, a manifestação política de professores em organizações legalmente instituídas, o que inclui as entidades

⁴⁷⁵ Entrevista de Edgar Linhares, realizada no dia 08/11/2012.

docentes. Estas, por sua vez, não apresentavam este direcionamento, sendo suas manifestações mais de cunho reivindicativo. Predominava nas associações pautas ligadas a questões específicas do magistério, exercendo um papel de colaboração junto aos governos. Suas lideranças eram, portanto, favoráveis ao diálogo com os governantes como principal estratégia de reivindicação. Entretanto, dois dados são relevantes: o fato de haver no interior da categoria professores que mantinham relação com movimentos de esquerda na época e que foram alvo do regime militar; e a insatisfação de parte da categoria com as entidades de classe.

No que se refere à postura das lideranças das associações, o levantamento realizado das diretorias da APEOC, por exemplo, mostra que os diretores da entidade eram professores que já vinham atuando no sistema, muitos deles com ingresso nos anos 1950. É importante atentar ao fato de que esses dirigentes faziam parte de uma geração que não adotava como tática de reivindicação mobilizações tidas como mais agressivas, como passeatas, atos públicos, mesmo que estas estivessem em pauta no contexto da agitação política posta no Ceará, no final dos anos 1960. Sabe-se, contudo, que no ano de 1968, a APLEC passou a ser liderada por um novo grupo composto por professores ligados ao MDB, alguns com experiência no movimento estudantil, no CLEC, o que, de acordo com o estudo já citado de Maria Laura Moreira, teria corroborado para que a entidade começasse a tomar um posicionamento mais crítico, apoiando inclusive o movimento dos professores contratados, em setembro de 1968, como será abordado adiante⁴⁷⁶.

Na análise do movimento dos professores de 1967, compreende-se que suas lideranças não tiveram o intuito de contestar o regime militar, como vinha ocorrendo no movimento estudantil cearense, nem mesmo de exercer um papel crítico diante da sua política educacional. Não obstante, percebe-se pelas fontes coletadas que sua continuidade no ano de 1968, viria a ampliar os espaços na sociedade civil de contestação, atraindo, professores que já se identificavam com movimentos de esquerda.

A greve como recurso reivindicativo ainda não era uma prática, comumente usada no movimento associativo docente e havia uma concepção de que tal prática não era condizente com a atividade do professor. Sabe-se que a comissão que liderava o movimento, antes de decidir entrar em greve, buscou dialogar com o chefe do poder executivo, numa audiência ocorrida na própria residência do governador do estado,

⁴⁷⁶ MOREIRA, 1990.

Plácido Aderaldo Castelo. De acordo com o relato presente na obra de Cleber Correia Pinho, o objetivo central da reunião era “expor ao governador a situação aflitiva dos professores contratados pelo PNE e solicitar providências, principalmente em relação ao atraso do pagamento [...]”⁴⁷⁷. Entretanto, em meio à perspectiva desse grupo de decretar greve, o autor relata que

[...] nesta audiência ocorreu um fato digno de ser mencionado. No auge da explanação, um dos colegas deixou escapar que a categoria poderia entrar em greve. O Governador tomou a palavra, dizendo: os senhores vêm a minha residência me ameaçar. Imediatamente me adiantei para explicar a sua excelência que não era esse o nosso intuito, mas transmiti-lo com toda fidelidade, a realidade vivida pela categoria a fim de que ele, tendo conhecimento, pudesse dar uma solução satisfatória.

Havia, portanto, a preocupação da Comissão em manter o bom relacionamento com a esfera governamental. Porém, o movimento acabou se encaminhando para a greve, decretada no dia 14 de agosto de 1967, numa decisão tomada em assembleia geral composta majoritariamente por professores contratados, que decidiram pela greve e pela instauração de uma assembleia permanente no auditório da ACI, até que fosse autorizado o pagamento dos vencimentos em atraso. Na ocasião os mestres redigiram um *manifesto*, direcionado à população cearense, informando os motivos da greve⁴⁷⁸. Dentre os motivos alegados pelos professores para sua eclosão, o documento citou uma recente declaração do secretário de educação, Lúcio Melo, de que se tratava de um movimento de “meia dúzia de irresponsáveis”, bem como sua “ação – ou falta de ação”, diante do problema. Como estratégia adotou-se a medida de visitar todos os estabelecimentos, para informar aos alunos a situação e evitar a presença dos chamados “fura-greve”. Em resposta ao pronunciamento do secretário de educação nos meios televisivos, a Comissão redigiu um manifesto, documento publicado na íntegra, no jornal *Unitário*, com a seguinte mensagem:

O movimento iniciado continua firme e não é de ‘meia dúzia’ de irresponsáveis como disse o Secretário de Educação à televisão, mas de todos os prejudicados pelo não cumprimento das obrigações pertinentes as autoridades estaduais competentes. [...] a volta às aulas só poderá ser declarada pela comissão, ela está alerta e reprova qualquer nota partida de elemento estranho à classe⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ PINHO, 2011, p.24.

⁴⁷⁸ UNITÁRIO, 15/08/1967, p.01, (Professores contratados entram em greve geral).

⁴⁷⁹ UNITÁRIO, 16/08/1967, p.08, (Contratados ameaçam parar colégios a partir de hoje).

Apesar da iniciativa dos contratados em paralisar as aulas, o movimento não teve êxito e a persistência da problemática ocasionou a continuidade do mesmo no ano de 1968, período de maior agitação social, ano que encerrou com a instituição do AI-5, medida legal que deu início ao período de maior repressão na ditadura militar.

Para a história do movimento docente cearense, 1968 também foi um momento emblemático. Ao longo deste ano, professores secundaristas lideraram assembleias, greves, passeatas, cujas mobilizações não apenas ajudaram a aumentar as estatísticas das manifestações sociais, mas representavam a conformação de um novo quadro de lideranças na organização coletiva do magistério, na fase do associativismo, em torno da APLEC, o qual seria responsável pelo fim de suas atividades e pelas mudanças que dariam origem a nova fase da APEOC na década de 1970. Sabe-se que a entidade encerrou suas atividades por volta de 1973, em razão do posicionamento que passou a adotar no final do decênio anterior, considerado “organismo de esquerda”. A APLEC, naquele instante, contava com nova diretoria, que de acordo com a pesquisa de Maria Laura Moreira ampliou,

[...] a participação da entidade não só de professores, mas de alunos de curso de formação para o magistério, às reuniões semanais aos sábados, na sua sede. Nessas reuniões [...] além da questão de estar sempre atento à defesa dos interesses dos licenciados, discutiam-se temas sobre o papel político da educação e do educador, na realidade sócio-econômica e política do país⁴⁸⁰.

A questão salarial era o eixo central das reivindicações do magistério secundarista no ano de 1968, o motor que impulsionou sua ida às ruas e a paralisação de suas atividades. Esse fator, *a priori* indica que o movimento dos professores não teve um propósito político, a exemplo do que vinha ocorrendo no movimento estudantil. No entanto, o envolvimento dos estudantes nas mobilizações dos professores contratados de 1968, as mudanças na APLEC, bem como, a participação do aparelho repressor nas manifestações dos mestres secundaristas, sinalizam mudanças significativas no movimento de professores na fase do associativismo. Neste momento, o problema no atraso dos salários dos contratados veio acompanhado da contínua desvalorização dos vencimentos dos mestres efetivos que, naquele período, já sentiam a queda vertiginosa nos seus salários. O ano, portanto, iniciou com uma “campanha pró-aumento salarial”

⁴⁸⁰ MOREIRA, 1990, p.66.

dos professores do ensino médio, uma luta que passou a contar com maior envolvimento da categoria dos efetivos, o que ocasionou a criação de diversas comissões.

De um lado, houve uma mobilização coordenada pela APEOC, com apoio do SINPRO que, em janeiro de 1968, a convite do governo do estado⁴⁸¹ elaborou um estudo sobre a situação real do salário dos efetivos, com vistas a justificar perante o governo estadual o aumento requerido pelos docentes⁴⁸². De acordo com o estudo, os vencimentos dos professores do ensino secundário eram inferiores ao recebido por determinadas categorias de servidores do estado, cujo exercício da profissão não exigia formação em nível superior, quais sejam, a do motorista da Assembleia Legislativa, servente do Tribunal de Justiça, e Cabo da Polícia Militar. Além disso, o professor secundarista cearense percebia, naquele momento, o segundo pior salário da Região Nordeste, ficando atrás apenas do estado do Piauí, reivindicando, assim, um aumento salarial em torno de 50% a 80%⁴⁸³.

Outra comparação desenvolvida pela comissão foi entre os vencimentos dos professores que lecionavam no *Colégio da Polícia Civil*, de nível profissional, e dos que lecionavam no *Colégio da Polícia Militar*, de nível médio, que recebiam NCr\$ 360,00, mais um acréscimo de 30% sob o salário base e NCr\$ 592,00, respectivamente. Em ambos os casos não era exigido o concurso público, ao passo que para se efetivar nos colégios oficiais de nível médio, com um salário que poderia chegar a NCr\$ 190,00, incluindo a gratificação de 20% referente ao padrão universitário, havia a “exigência” da formação em cursos de faculdade de filosofia e “ingresso via concurso público de provas e títulos”, salvo as exceções⁴⁸⁴.

Foi com base nesse comparativo que o documento estabeleceu remuneração no padrão inicial da carreira de NCr\$ 360,00, equiparando-se, desse modo, ao vencimento básico da Polícia Civil. Apesar dos resultados terem sido apresentados à SEC, no mês de março de 1968, e ao governador, em abril do mesmo ano, mudanças no

⁴⁸¹ Em janeiro de 1968, o governador nomeia uma Comissão formada por professores, funcionário da Secretaria do Planejamento, funcionário do D.S.P. e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, para realizar um estudo sobre a situação salarial do professor secundarista, o qual foi entregue à SEC no início de março. (UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08, Coluna O ensino médio no Ceará).

⁴⁸² A respeito das entidades docentes, a APEOC e o SINPRO, desde o segundo semestre do ano anterior se organizava na tentativa de negociar com o governo do estado um aumento para a categoria de efetivos, diante da defasagem salarial. Em agosto de 1967, paralelo ao movimento dos professores contratados, as entidades haviam encaminhado memorial ao governo, solicitando aumento para o magistério secundarista, pedido que na ocasião não fora atendido.

⁴⁸³ UNITÁRIO, 23/04/1968, p.06, (Professor ganha menos que motorista na Assembléia).

⁴⁸⁴ UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08, (Coluna O ensino médio no Ceará).

padrão de vencimentos dos professores efetivos do ensino secundário estadual só viriam a ser efetivadas após a eclosão de um *movimento paredista*, comandado pelas entidades de classe – APLEC, APEOC/SINPRO. Este último, embora representasse os professores da rede particular, tinha em seu quadro de associados, alguns professores que também atuavam na rede oficial, a exemplo do seu presidente, Francisco Gonzaga de Castro, professor do Colégio Estadual Joaquim.

Cabe salientar que, além das entidades docentes cearenses, associações de professores secundaristas em outros estados brasileiros, também se mobilizaram no primeiro semestre de 1968, momento em que os governos vinham analisando as propostas de aumento salarial para a categoria. No Piauí, estado que apresentava o pior salário da Região Nordeste, ocorreu à deflagração de um movimento grevista em maio de 1968, sob o comando do magistério secundarista, organizado em torno da recém-fundada *Associação dos Professores do Ensino Médio do Estado do Piauí* (APEMOP)⁴⁸⁵. De acordo com o relato de José Olímpio Leite de Castro, presente na obra *APEP: organização, lutas e conquistas*, antes de decretar a greve, a entidade havia encaminhado um memorial ao então governador do estado, Helvídio Nunes, solicitando um aumento nos seus vencimentos. O não atendimento de sua demanda por parte do chefe do Poder Executivo teria desencadeado o movimento grevista, eclodido no dia 08 de maio do referido ano, durante Assembleia Geral Extraordinária, realizada no auditório da Rádio Difusora, com duração de 15 dias. Na ocasião alguns líderes do movimento, sem o apoio da presidente da APEMOP, Cristina Leite, que temia um provável confronto com o governo, divulgam por meio da imprensa local uma nota oficial para a sociedade piauiense, explicando os motivos da paralisação.

Os professores de grau médio dos colégios oficiais desta Capital, reunidos em Assembléia Extraordinária, tendo em vista a obstinação do governo do Estado em não querer tomar conhecimento da difícil situação da classe, resolvemos, dentro de um clima de ordem e de respeito à autoridade constituída [grifo nosso], suspender as nossas atividades a partir da próxima segunda-feira, se até sábado não tiver equacionado o problema pelo poder competente. Lamentamos o prejuízo que de tal gesto advirá para os nossos alunos, vítimas, como nós, da incompreensão governamental, mas não podemos continuar percebendo NCR\$ 1,84 por hora aula contra NCR\$ 1,88 do ano passado. É que reivindicamos melhoria salarial e nos responderam

⁴⁸⁵ Segundo José Olímpio Leite de Castro, a APEMOP havia sido fundada no dia 25 de novembro de 1967, por iniciativa de um grupo de professores liderados por Olímpio Castro, Cristina Leite, Maia Gomes Figueiredo, Clotildes Rocha, Socorro Neiva, Diogo Aires Morais e Carlos Daniel. (CASTRO, 2003).

com uma redução de nossos magros salários [...]. Assim, esperamos a compreensão de nossos alunos, para a nossa atitude, que, não sendo de rebeldia contra ninguém [grifo nosso], é pelo exercício do magistério com o mínimo de conforto e dignidade⁴⁸⁶.

Apesar de a nota enfatizar o caráter apenas reivindicativo do movimento, quando a mesma destaca o “clima de ordem e de respeito à autoridade constituída”, seus líderes foram na época rotulados por setores reacionários da imprensa, como “líderes comunistas”, pelo simples fato de não terem retornado às atividades apenas pela promessa do governo de que iria conceder o aumento. De acordo com Olímpio Castro, havia na época uma lista no Gabinete Militar do Governo com nome de professores considerados como “agitadores comunistas”, os quais seriam demitidos da administração estadual. Embora o autor negue o envolvimento de nomes indicados com as ideias comunistas, há que se considerar a possibilidade de haver no quadro do magistério da época professores vinculados a algum grupo de esquerda. Por outro lado, a mobilização dos professores piauienses, no mesmo período da greve no magistério cearense, demonstra que a insatisfação da categoria com os seus vencimentos e com as condições de trabalho não era algo pontual, e que a adoção da greve como recurso para reivindicar seus direitos também não se limitou ao estado do Ceará.

Em São Paulo, neste mesmo período, a APEOESP também se mobilizou em prol da redução da jornada de trabalho de 18 para 12 horas, do reajuste nos vencimentos e da equiparação do padrão universitário⁴⁸⁷. Para Ricardo Pires,

o momento de agitação política marcado pela retomada das manifestações estudantis nas principais cidades brasileiras, a deflagração de movimentos grevistas nas cidades de Contagem/MG e Osasco/SP, além do acirramento na relação entre o Congresso e o executivo federal, contribuía para certa radicalização no discurso das entidades do magistério, voltando, inclusive, a surgir a ameaça de greve entre os mestres.⁴⁸⁸

Situação semelhante se deu no estado do Ceará, onde, sob a liderança da APEOC, da APLEC e do SINPRO, no dia 29 de abril do referido ano, professores

⁴⁸⁶ IDEM, p.42.

⁴⁸⁷ No caso de São Paulo, após o Golpe de 1964, a APEOESP passou a utilizar como instrumento para reivindicar as demandas da categoria o encaminhamento de memoriais pela direção da entidade ao governo do estado. Porém, no ano de 1968, momento em que a categoria já apresentava uma séria defasagem salarial e ainda se encontrava à espera da obtenção do padrão universitário, os professores adotam novamente a mobilização em ruas como estratégia para reivindicar seus direitos. (PAULA, 2007).

⁴⁸⁸ IDEM, p.126.

reunidos no Colégio Justiniano de Serpa ameaçaram instaurar uma greve geral⁴⁸⁹. A principal reivindicação era a equiparação dos salários com o dos professores do *Colégio da Polícia Militar*. Paralelo a esse movimento, os docentes contratados, que vinham se organizando desde o ano anterior, também se mobilizaram no intuito de reivindicar, além dos seis meses de atraso nos salários, um aumento em seus vencimentos. Na obra de Cléber Pinho há a transcrição da Ata da assembleia geral dos professores contratados, realizada no dia 10 de abril de 1968, no auditório do colégio Justiniano de Serpa, com a presença de aproximadamente 128 professores. Um dos pontos discutidos na referida assembleia, foi à criação de uma nova associação docente, cujo nome seria – *Associação dos Professores do Estado do Ceará*, que embora não tenha sido encontrado registro da mesma no Diário Oficial, chegou a ter um estatuto provisório⁴⁹⁰.

Em meio à tentativa dos mestres contratados de fundar uma nova entidade houve sua adesão à paralisação das atividades, junto com os docentes do quadro efetivo, a qual teve a duração de uma semana, entre os dias 29 de abril e 03 de maio. Nesse momento, evidencia-se o embate entre os mestres efetivos e contratados, impulsionado pela própria ação do governo, que concedeu um aumento de 50%, mais adicional de 20% aos portadores de diploma expedido pelas faculdades de filosofia, ciências e letras, apenas aos mestres efetivos, que retornaram as suas atividades no dia 05 de maio⁴⁹¹. A situação salarial destes professores, com o aumento, ficou da seguinte forma:

Tabela III – Vencimentos dos professores efetivos após aumento de 70%⁴⁹²

NÍVEL	VENCIMENTO
EM – 1	NCr\$ 340,00
EM – 2	NCr\$ 375,00
EM – 3	NCr\$ 415,00
EM – 4	NCr\$ 450,00

No caso dos contratados, o governo alegou ser o seu pagamento realizado através da verba federal do PNE, sob a qual não tinha ingerência, não havendo meios de

⁴⁸⁹ CORREIO DO CEARÁ, 29/04/1968, p.02, (Professôres ameaçam greve).

⁴⁹⁰ No livro de Cleber Pinho há a transcrição desse Estatuto (PINHO, 2011). Não foram localizadas, contudo, uma cópia no Diário Oficial do Estado do Ceará.

⁴⁹¹ UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08, (Professôres voltam às aulas 2ª, com mais 70%).

⁴⁹² UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08, (Coluna O ensino médio no Ceará).

estender aos mestres o mesmo benefício⁴⁹³. A ação do governo ocasionou a continuidade do movimento paredista dos contratados, cujas demandas foram as seguintes: *pagamento dos meses em atraso; concessão do mesmo aumento dado aos efetivos; e implantação dos contratos dos professores no quadro oficial do Estado*⁴⁹⁴. Não foram identificados, nesse caso, indícios que mostrem a adesão das entidades de classe ao movimento dos contratados, porém há dados sobre o abandono dos mestres efetivos que, nesse momento, não aderiram ao movimento em solidariedade aos demais colegas, nem se pronunciaram favorável ao mesmo. Por outro lado, no dia 07 de maio de 1968, os professores efetivos paralisaram suas atividades para ir ao encontro do governador do estado, agradecer o aumento concedido pelo governo⁴⁹⁵, o que ocasionou um “mal estar” na categoria docente.

Na ocasião, segundo nota no jornal *Unitário*, estava previsto uma audiência entre o governador e os professores contratados, cuja pauta seria o problema do aumento e do pagamento dos salários atrasados, a qual não ocorreu. Com efeito, no dia 08 de maio, em média quatrocentos mestres contratados se reuniram numa assembleia geral, realizada na ACI, dando continuidade ao movimento de paralisação que teve a duração de 20 dias. No dia 23 de maio houve a manifestação de apoio dos mestres efetivos e dos estudantes secundaristas⁴⁹⁶ à paralisação dos docentes. Não obstante, a greve foi encerrada no dia 29 de maio, mediante a ação do governo em lançar a *lei esvazia greve*⁴⁹⁷, instituindo uma prática que havia sido abolida no final do governo de Parcival Barroso, a saber, a concessão de *aulas excedentes* para o quadro de professores efetivos⁴⁹⁸.

Os contratados no dia 28 de maio decidiram aceitar o aumento na base de 4 cruzeiros por aula e retornaram as atividades, culpando os efetivos pela derrota do

⁴⁹³ UNITÁRIO, 07/05/1968, p.06, (Educação diz que professor contratado não tem aumento).

⁴⁹⁴ CORREIO DO CEARÁ, 07/05/1968, p.02, (Professôres contratados iniciam luta por 100% e os atrasados).

⁴⁹⁵ UNITÁRIO, 07/05/1968, p.08, (Professôres param hoje para agradecer a Plácido).

⁴⁹⁶ No dia 23 de maio os estudantes secundaristas e os professores do quadro efetivo decidiram declarar apoio ao movimento dos contratados. (UNITÁRIO, 23/05/1968, p.08, “Govêrno propõe 3,50 por aula aos contratados”).

⁴⁹⁷ Os professores contratados haviam rejeitado a proposta de um aumento de 3,50 cruzeiros por aula, o que ocasionou a decisão do governo de implantar a *lei esvazia greve*, na tentativa de desmobilizar o movimento, uma vez que os professores efetivos haviam decidido apoiar. (UNITÁRIO, 28/05/1968, p.06, “Contratados se dizem traídos pelos efetivos”).

⁴⁹⁸ O Artigo 13º da Lei nº 5.989/62 determinou que, deveriam ser “vedadas a regência de turmas suplementares e aulas excedentes”. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 07/08/1962, Lei nº 5.989 – Cria as carreiras de professor do ensino médio, na Capital e no interior do Estado, bem como a de Orientador Educacional e dá outras providências).

movimento⁴⁹⁹. O malogro da *lei esvazia greve*, com o atraso no pagamento das *aulas excedentes*, que acabou por gerar o descontentamento dos mestres efetivos⁵⁰⁰, deu impulso à continuidade das mobilizações, culminando num novo movimento grevista decretado no dia 17 de setembro, com duração de 17 dias. Neste momento ocorreu a forte adesão do movimento estudantil que, conforme destacado anteriormente, vinha sendo, ao longo de 1968, o principal protagonista das mobilizações ocorridas em Fortaleza⁵⁰¹. Dentre os vários movimentos que contaram com o apoio dos estudantes no Ceará⁵⁰², destacou-se o movimento dos professores no mês de setembro⁵⁰³.

A adesão dos estudantes à paralisação da greve dos professores contratados teve um significado importante, na medida em que ambos os grupos se uniram numa passeata de grande proporção pelas ruas da cidade de Fortaleza, promovida no dia 19 de setembro, cujo seu corolário foi à interferência dos órgãos de segurança na greve dos professores. Naquela passeata, além da bandeira de luta dos professores em prol do pagamento dos salários atrasados, outras pautas foram incorporadas, incluindo o repúdio à repressão policial no país, o que promoveu um confronto direto entre, estudantes e professores, com a polícia, conforme assinala trechos da nota publicada no jornal *O Povo*, transcritos abaixo:

O tiroteio foi dirigido contra o grupo de estudantes que caminhavam pela Guilherme Rocha, portando cartazes, em direção ao Palácio da Luz, ponto de convergência previamente marcado pela estudantada e pelos professores contratados do Estado para reivindicar do Governador a atualização salarial do corpo docente (contratado) estadual, o aparelhamento do Colégio Estadual Liceu do Ceará e protestar exatamente “contra a coerção policial no País”, o “imperialismo ianque” e a “irresponsabilidade para com a educação”. Comunicando-se em voz alta e insistentemente, pelos aparelhos de telefonia, o sargento que comandava a tropa recebia ordens para dispersar os ajuntamentos de estudantes na Praça José de Alencar, às 17h30m. Os soldados se concentravam em grupos longos das ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha e na Praça do Ferreira, não

⁴⁹⁹ UNITÁRIO, 29/05/1968, p.02, (Govêrno rescinde contrato de professôres em greve).

⁵⁰⁰ UNITÁRIO, 06/06/1968, p.02, (Professores querem o pagamento das aulas – excedentes).

⁵⁰¹ Segundo Airton de Farias, outros segmentos se apoiavam às manifestações estudantis, sobretudo no tocante à luta contra o arrocho salarial e o autoritarismo vigente. Os estudantes deram suporte, inclusive, nas reuniões de outras organizações sociais, a exemplo do Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), fundado em nível nacional no ano de 1967. (FARIAS, 2007).

⁵⁰² Os estudantes universitários e secundaristas apoiaram a greve das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica e dos bancários, ambos por aumento salarial. (IDEM, p.56).

⁵⁰³ De acordo com o relato presente no texto de Júlio Filizola Neto, “no dia 11 de setembro, os alunos do turno da noite ocuparam o prédio do estabelecimento [Liceu do Ceará] e realizaram uma assembléia para induzir o diretor do turno noturno, Rubens Brandão, a tomar posição diante do problema da greve dos professores decretada há quinze dias (NETO, 2000, p.92).

permitindo aglomerações. O comércio do Ouvidor fechou as suas portas às primeiras correrias e não abriu mais depois que soaram os tiros. Além de estudantes, houve populares, inclusive senhoras e senhoritas, que foram atingidas também [...] os estudantes iam deixando nas calçadas boletins preparados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), nos quais se liam conhecidos slogans contra o atual regime, apontados como resoluções de um recente encontro da ilegal União Nacional dos Estudantes no Ceará. À noite, os professores contratados foram impedidos de se reunir no Colégio Estadual Justiniano de Serpa [grifo nosso]. Choques da Polícia Militar do Ceará, solicitados pelo próprio Secretário de Educação – como ele próprio disse a “O Povo” na manhã de hoje, - impediram que professores, em assembleia, discutissem a sua campanha de reivindicações em favor do pagamento de nove meses de salários atrasados⁵⁰⁴.

A participação dos estudantes secundaristas na greve dos professores em setembro de 1968 teve um significado importante para a história do movimento docente na fase do associativismo. Embora a pauta central dos professores fosse o protesto contra o atraso de nove meses nos seus salários, a ação em conjunto com o movimento estudantil acabou promovendo seu envolvimento com outras bandeiras e formas de luta, tradicionalmente, não características do movimento docente. Outro elemento, todavia, é fundamental para a análise do movimento associativo docente nos anos 1960, a saber, a mudança ocorrida na APLEC. No episódio do dia 19, relatado acima, no momento da proibição da assembleia de professores, ocorreu uma agressão ao professor, Antônio Tavares, conforme indica nota publicada pela APLEC, no dia 23 de setembro de 1968.

⁵⁰⁴ O POVO, 20/09/1968, p.06.

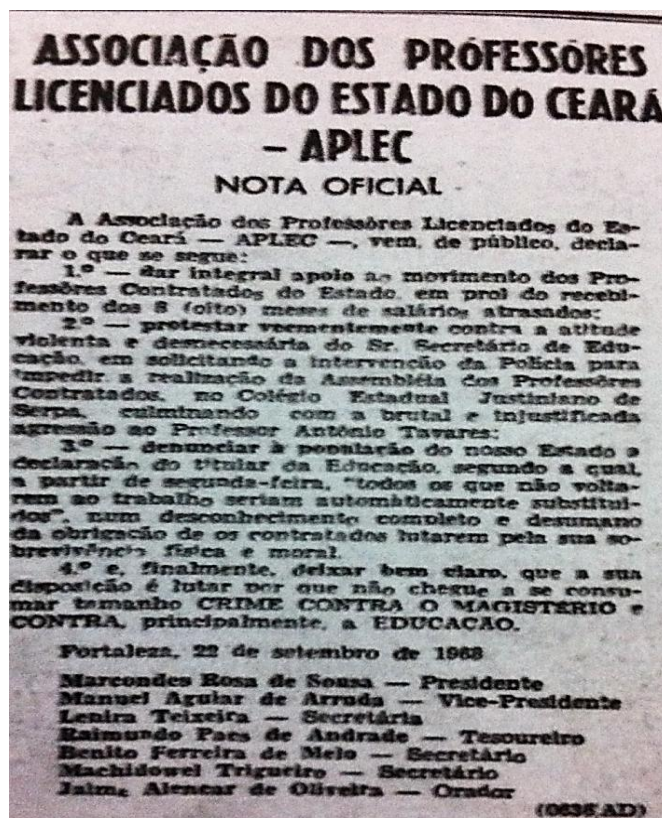


Imagem VI: Nota Oficial da APLEC⁵⁰⁵

Embora a mobilização dos contratados não estivesse sendo liderado pela APLEC foi, nessa circunstância, que a entidade esboçou a tentativa de dar um direcionamento político ao movimento docente, o que pode ser evidenciado por meio da Nota Oficial publicada no jornal *O Povo*, citada acima. O trabalho de Maria Laura Moreira reforça tal afirmação, quando revela que nos anos 1968 a APLEC passou a assumir um posicionamento de confronto com a SEC, em virtude do perfil de sua nova diretoria, que contava com professores com experiência no movimento estudantil, fator que teve como corolário o fim de suas atividades. Segundo a autora, durante a gestão iniciada em 1968, sob a presidência do professor Marcondes Rosa, nas reuniões da entidade, “além da questão de estar sempre atento à defesa dos interesses dos licenciados, discutiam-se temas sobre o papel político da educação e do educador, na realidade socioeconômica e política do país”⁵⁰⁶. Tal aspecto indica mudanças no movimento de professores das escolas públicas, ainda na fase do associativismo, em razão, não somente dos efeitos ocasionados pela política de expansão do sistema de

⁵⁰⁵ O POVO, 23/09/1968, p.06, (Associação dos Professores Licenciados: Nota Oficial).

⁵⁰⁶ MOREIRA, 1990, p.66.

ensino público secundário e nas alterações no perfil da categoria, já visíveis na segunda metade dos anos 1960, mas também pela própria conjuntura política que passou a exercer influência no espaço do movimento docente.

Não há como aferir, apenas pela notícia, o real envolvimento dos professores com as bandeiras de lutas inseridas pelos estudantes naquela ocasião, que contrariavam o regime ditatorial. A proibição da assembleia de professores no período da noite, entretanto, sugere mudanças na relação entre a categoria e o governo, com maior atenção da polícia às manifestações docentes. Durante entrevista com a professora Rosa da Fonsêca, houve o relato de um episódio ocorrido numa manifestação da greve de 1968.

Em plena ditadura nós fizemos uma greve para poder receber os salários atrasados. Eu me lembro, que eu vim para Fortaleza, a minha irmã [Cristina Fonsêca] também, ela era professora nessa mesma condição de licença precária, e eu me lembro, que numa manifestação ali em frente ao Palácio do Governo, que na época era ali onde é hoje a Academia Cearense de Letras [...], a minha irmã, que era mais velha do que eu, “trepada”⁵⁰⁷ num tamborete, não sei o que era, fazendo fala e os soldados tudo se aproximando para tentar impedi-la de falar. Então, eu me lembro bem disso⁵⁰⁸.

Percebe-se que, neste momento, o movimento docente cearense já começa a criar espaços de contestação, também utilizados por professores que já vinham atuando em outros movimentos sociais, conforme indicam as fontes citadas acima. Parte dessas mudanças pode ter sido atingida pelo acirramento na repressão do regime, após o AI-5, decretado em dezembro de 1968. Dados coletados nas fontes orais indicam que a APLEC, por ter aderido a uma postura mais crítica diante do sistema, passou a ser perseguida pelo governo, tendo como corolário o encerramento de suas atividades, o qual se deu de forma gradativa, por meio de boicotes, que visavam atingir o seu funcionamento. Considerada, a partir de 1968, pelo governo como um órgão de esquerda, a Associação passou a sofrer sucessivos boicotes o que acabou por inviabilizar o seu trabalho, fator que demonstra a ação repressiva do governo no movimento de professores. Algumas dessas medidas foram: a solicitação da sala ocupada pela APLEC, desde os anos 1950, na Faculdade de Filosofia do Ceará, o que

⁵⁰⁷ O termo “trepada” é uma expressão coloquial utilizada no vocabulário cearense que significa “em cima”.

⁵⁰⁸ Entrevista de Rosa da Fonsêca, realizada no dia 23/03/2013.

deixou a entidade sem um local para o seu funcionamento⁵⁰⁹, e a transferência do direito de reconhecer a licença para ensinar, uma função que há muito vinha sendo exercida pela entidade, para a SEC, no início da década de 1970.

Todos os entrevistados indagados sobre o encerramento da APLEC, apesar de não saberem indicar com exatidão o ano, foram unânimes em citar as ações repressivas do governo como responsáveis pela desarticulação da entidade, que acabou por “fechar suas portas”. Conforme destacou Robson Silva, o encerramento de uma entidade pode também ser atestado “quando cessam os registros em fontes que atestam sua existência”⁵¹⁰, o que nos leva a deduzir que por volta do ano de 1973 a APLEC não mais existia.

À vista desse quadro, a análise das mobilizações dos professores, nos anos de 1967 e 1968, revela que a participação do movimento docente, na fase do associativismo, não teve apenas um significado importante para o processo de regulamentação de sua carreira e, em especial, para a luta em defesa de melhores condições salariais. É certo que, na primeira metade dos anos 1960, esta tenha sido a principal contribuição do movimento associativo docente, diante das alterações postas pela Lei nº 4024/61 e, conseqüentemente, pela política de expansão do ensino secundário, que acabou impulsionando, não somente, a organização coletiva em torno das associações docentes, como também, conduziu sua participação no processo de implantação das medidas governamentais neste setor. Houve, contudo, na segunda metade do referido decênio, alterações no espaço do movimento docente com impacto na organização coletiva, decorrentes, em parte, dos efeitos das medidas educacionais, que além de promover uma precarização nas condições de trabalho do professor, também impulsionaram a inserção nas escolas oficiais de uma nova geração, articulada com outros movimentos contrários à ordem vigente.

Percebeu-se através da trajetória do associativismo docente no Ceará, nos anos 1960, que o movimento exerceu um papel importante na regulamentação da carreira, mas que sua participação transcendeu este aspecto. Neste momento, mesmo sendo o foco central, as formas de habilitação do magistério e a luta em prol do problema salarial, a categoria já portava um perfil diferenciado, contando com um percentual significativo de mestres contratados. Estes, os mais atingidos pelo problema

⁵⁰⁹ As informações foram retiradas dos relatos nas entrevistas com o professor Manuel de Arruda Aguiar e Fausto Arruda Filho.

⁵¹⁰ SILVA, 2013, p.131.

do repasse das verbas do PNE, criaram espaços fundamentais de contestação, momento em que se identificam mudanças na sua forma de agir coletivo, bem como, na sua relação com a esfera do governo. É importante assinalar o papel exercido pelo movimento estudantil nesse processo, enquanto um dos principais movimentos na luta contra a repressão política, que se utilizou dos espaços criados pelos docentes para manifestar-se contra a ditadura, considerando que havia universitários já inseridos na atividade docente. Essa experiência foi de suma relevância, na medida em que, o movimento de professores criou laços de solidariedade com outros movimentos sociais e, ao mesmo tempo, teve o contato com formas de mobilização mais combativas. Também se evidenciou a aproximação desse grupo com a APLEC que, naquele momento, passou a adotar uma postura de maior confronto com governo, denunciando as ações que se contrapunham ao magistério.

Mesmo sem fazer um debate crítico e propositivo, em prol de mudanças na educação pública, o movimento dos contratados, ao denunciar a problemática salarial, implicitamente, estava se contrapondo a uma medida destes governos, o que não deixava de representar, nas entrelinhas, uma contestação de sua política educacional, função que, aparentemente, parece ter sido exercida pela APLEC nos seus últimos anos de existência. Sem dúvida, a repressão imposta pelo regime, em dezembro de 1968, com a instauração do AI-5, assim como repercutiu nas organizações de esquerda, em geral, também teve impacto na organização coletiva do magistério secundarista cearense, desarticulando as iniciativas que vinham sendo esboçadas no sentido de tornar o movimento mais crítico e combativo. Trabalha-se, portanto, com a hipótese de que o arrefecimento do movimento que insurgiu no segundo semestre de 1968, no Ceará, se deu em virtude da instauração do AI-5, da mesma forma que este atingiu as organizações de esquerda no Brasil, as quais irão se reestruturar ao longo da década de 1970. De modo semelhante, identifica-se no movimento docente cearense uma fase de reconfiguração que irá caminhar em duas direções.

Observa-se, de um lado, o fortalecimento da APEOC, entidade que se tornou o braço direito do governo estadual, no movimento docente. Sua reestruturação se deu no bojo da *Reforma de 1º e 2º Graus*, momento em que se modificou a estrutura didática do ensino, aproximando o antigo magistério primário do secundário. Além disso, a Lei nº 5.692/71 determinou a elaboração do Estatuto do Magistério Oficial, principal bandeira nas lutas corporativas do movimento docente na década de 1970, documento que deu sustentáculo ao trabalho da APEOC, cuja atuação no movimento

primou pela aproximação com a esfera governamental, com vistas a obter as demandas impostas à categoria docente pela política educacional.

As políticas de educação advindas da Reforma tiveram, no entanto, um duplo impacto no movimento de professores cearenses. Do outro lado, uma parcela insatisfeita com o regime militar, crítica de sua política educacional, já estava inserida nas escolas públicas, particulares e, ao mesmo tempo, envolvida com diferentes organizações político-partidárias de esquerda. Quando no País tem início um processo de abertura política e começa a efervescer o debate educacional e emergir o movimento sindical na categoria do magistério público, estes atores começaram a ser organizar, em torno do movimento docente, o que teve como corolário a eclosão do movimento sindical dos professores das escolas públicas cearense, por volta de 1978.

A década de 1970, desse modo, constituiu um período em que se evidenciou uma bipolaridade na organização coletiva docente, representada pelo grupo reunido em torno da APEOC e pela presença de setores ligados à base da categoria do magistério, descontentes com a atuação da entidade e que começaram a se organizar, na segunda metade dos anos 1970. A fase então denominada por sindicalismo na trajetória do movimento docente teve no Ceará a presença dessas duas vertentes, não sendo possível compreender suas nuances, sem analisar a relação entre ambas. Tal análise também se torna fundamental ao entendimento acerca do divisionismo que marcou o momento institucionalização do sindicalismo docente, com a formação de dois organismos sindicais, APEOC/Sindicato e o SINDIUTE, com a mesma finalidade e que irão disputar o espaço do movimento sindical docente no estado. A conformação dos grupos que atuaram na fundação destas entidades, assim como, as mediações e distinções entre essa fase do associativismo docente e o movimento sindical serão objeto de análise no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

MEDIAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO CEARÁ: A FUNDAÇÃO DA APEOC/SINDICATO E DO SINDIUTE

*Nós professores paralisamos as aulas:
Paralisamos por razões muito sérias. Porque não vemos mais condições de continuar nosso trabalho recebendo salários cada vez menores [...] Paralisamos também por condições de trabalho [...] Paralisamos porque cada vez mais desacreditamos que seja possível educar nas escolas sujas, abandonadas, sem funcionário [...] Quem sai prejudicado com tudo isso são os trabalhadores em geral, que esperam que seus filhos tenham na escola um estímulo para melhorar as condições de vida da família obtendo melhores empregos e salários [...] Nós professores somos trabalhadores assalariados e assim, nossa luta é uma só⁵¹¹. (agosto/1978)*

xxx

Não foi só aumentado mais um pedaço de pão à mesa do professor, mas V. Exa. Senhor Governador e Sr. Secretário de Educação fizeram muito mais do que isto: Conseguiram abrir o coração dos professores e onde só existiam desespero, amarguras, e decepções, colocaram amor, sensibilidade e desejo de vitória. Os alunos ganharam com isto e V. Exa. Sr. Adelino Alcântara, em apenas 5 meses, conseguiu trabalhar por oito anos, e fez neste curto espaço de tempo, em cada professor um amigo⁵¹². (outubro/1978)

Os excertos acima correspondem a notícias retiradas de jornais publicados no ano de 1978. O primeiro faz referência à greve deflagrada, no mês de agosto, por professores da rede pública básica de São Paulo; já o segundo, diz respeito à nota do jornal *O Professor*, órgão informativo da APEOC, publicada na edição de outubro, no momento em que o governo estadual do Ceará concedeu um aumento nos vencimentos dos professores em exercício na sala de aula.

⁵¹¹ O excerto corresponde a um trecho da “carta aos pais, alunos e à população em geral”, distribuída pelos professores da rede estadual de ensino básico paulista durante greve decretada no dia 18 de agosto de 1978, retirado da nota, “Professores paulistas em greve por melhor salário”, publicada no jornal *O Povo* de 22/08/1978, p.05.

⁵¹² Texto publicado no jornal *O Professor*, órgão informativo da APEOC (O PROFESSOR, out./1978, p.03).

Neste ano, em alguns estados brasileiros, parcela dos docentes das escolas públicas lideraram movimentos grevistas, cuja finalidade era reivindicar demandas de caráter econômico-corporativo, mas, ao mesmo tempo, se posicionaram de forma crítica, contra o governo militar e sua política de educação, assumindo o compromisso com a defesa da escola pública, em consonância com os debates que vinham sendo travados no campo da educação pelos setores mais progressistas. Em junho, professores da rede pública de ensino de 1º e 2º graus na Bahia, haviam suspenso as aulas, com propósito de questionar as precárias condições salariais e de trabalho, a qual vinha sendo submetida o magistério público baiano, bem como, a situação deficitária da rede pública de ensino. No dia 08 de agosto, professores paranaenses paralisaram suas atividades, reivindicando, da mesma forma, melhorias na remuneração e nas condições de ensino nas escolas públicas do Paraná⁵¹³. No próximo dia 22, ocorreu a deflagração do movimento grevista em São Paulo, apresentando a mesma direção.

No ano seguinte, novo movimento grevista foi decretado em São Paulo e em outros estados brasileiros, como Brasília, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais⁵¹⁴ que, em geral, apresentava características similares. Foram mobilizações de professores que ministravam aulas em escolas públicas de 1º e 2º graus, cuja principal reivindicação era a luta por aumento salarial, por melhorias na situação profissional e nas condições de trabalho. Em todos os casos, no entanto, a luta por questões trabalhistas veio revestida de um caráter eminentemente político, que associava a defesa dos direitos profissionais dos docentes com uma luta mais ampla, pela construção de uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Até aquele período, os professores da rede pública se organizavam coletivamente, em torno de associações docentes, as quais vinham exercendo um papel fundamental na construção da carreira do magistério e na própria configuração do campo educacional, o que incluía a luta por melhores condições salariais. Desde o surgimento das primeiras entidades, no final do século XIX até meados do século XX, as associações, mesmo considerando as diferenças regionais, adotavam instrumentos de reivindicação que privilegiavam o diálogo com os governantes e o respeito às autoridades constituídas⁵¹⁵. Ao longo da década de 1960, a categoria passou a aduzir

⁵¹³ O POVO, 11/08/1978, p.18, (Greve dos professores do Paraná).

⁵¹⁴ GINDIN, 2011.

⁵¹⁵ VICENTINI, 2005.

novos mecanismos de mobilização, os quais incluíam greves, passeatas, paralisações que, em alguns casos, a exemplo da greve do magistério paulista em 1963 e da greve de 1968, no Ceará, já esboçava posicionamentos de confronto com a esfera governamental⁵¹⁶. No estudo de Paula Vicentini⁵¹⁷ a respeito da greve em São Paulo nos anos 1960, a autora assinalou que, apesar da adoção de novas formas de reivindicação, ainda predominava nas ações do movimento docente um caráter “ordeiro”. Na análise do caso cearense, entretanto, na passeata do dia 19 de abril de 1968, houve a presença de confrontos entre, parte da categoria de professores, estudantes e governo, com retaliações ao movimento docente e agressões físicas a professores, fator que instigou, em seguida, o posicionamento de uma entidade de classe, no caso a APLEC. Tal confronto não se intensificou provavelmente, em razão da instauração dos “anos de chumbo”.

De um modo geral, os eventos ocorridos no final dos anos 1970 são analisados pelos autores enquanto um *fenômeno* que imprimiu aspectos inovadores na organização coletiva docente. Para Vicentini,

Nesse momento, já não se tratava mais do profissional que lutava de forma disciplinada e ordeira por uma remuneração condigna, mas sim do professor politizado, considerando-se “um trabalhador em educação”, que se insurgia contra os salários miseráveis pagos pelo Estado – tido como patrão – e contra a pretensa neutralidade política das entidades representativas da categoria⁵¹⁸.

Além disso, a atuação do movimento de professores da rede pública básica no campo educacional é analisada sob o ponto de vista de uma nova orientação. Segundo Luiz Antônio Cunha, o movimento, nesse contexto, apresentou dois vetores,

[...] um deles orientava-se para a luta (para) sindical dos professores, notadamente os das redes públicas de ensino, que estavam proibidos de fazê-lo pela legislação vigente. Outro vetor orientava-se pela análise crítica dos processos educacionais com vistas à reformulação da política do Estado para o setor⁵¹⁹.

Tais vetores são indicados como alguns dos principais aspectos que diferenciam as ações de parcela do movimento docente no final dos anos 1970, em

⁵¹⁶ Ricardo Pires de Paula, ao analisar a greve de 1963 organizada pelo CPP, verificou que as ações do movimento grevista já sinalizavam um posicionamento de confronto com o governo estadual. (PAULA, 2011).

⁵¹⁷ VICENTINI, 2005, p.342.

⁵¹⁸ IDEM, p.345.

⁵¹⁹ CUNHA, 1995, p.59.

relação às ações dos professores, tradicionalmente organizados nas associações. Mesmo impedidos pela legislação trabalhista de fundar sindicatos, parte do professorado questionou as lideranças tradicionais das entidades docentes e buscou redimensionar a ação coletiva sob os moldes do movimento sindical que, naquele momento, apresentou orientação consubstanciada pelo *novo sindicalismo*. Em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Mato Grosso e Goiás, essas novas lideranças protagonizaram movimentos grevistas e assumiram o comando das associações docentes; em outros estados, o movimento caminhou para a fundação de associações paralelas, como ocorreu em Minas Gerais com a fundação da UTE⁵²⁰. No Ceará, por exemplo, em que a APEOC não apoiou, nem liderou movimentos grevistas, as novas lideranças sintonizadas com o movimento sindical em âmbito nacional se organizaram, inicialmente, em movimentos paralelos, como demonstra o caso do *Movimento de Unificação dos Profissionais em Educação* (MUDE), em 1978, e da *Associação dos Profissionais em Educação do Ceará* (ASPEC), fundada em 1979.

Embora a organização do magistério nos moldes sindicais demonstre a presença de alterações no seio da categoria, os estudos já evidenciavam que a eclosão do sindicalismo docente na rede pública, na segunda metade da década de 1970, ocorreu num cenário ainda marcado pela presença do modelo de organização mais característico da fase do associativismo. Certamente, esse constituiu um processo que teve uma dimensão nacional, o que pode ser observado através da trajetória da CPB e da própria história da UNATE que, embora tenha sido efêmera, demonstra muitos dos aspectos que caracterizaram o movimento sindical de professores, do final de 1970 e na primeira metade da década de 1980. Há que se considerar, no entanto, que o embate entre ambos os modelos ganhou contornos regionais, em que o grau de profundidade teve suas variações, de acordo com as experiências em cada estado. Fatores ligados às condições sociais, econômicas, políticas e culturais de cada estado e a própria história das associações docentes, acabaram por condicionar a formação de um quadro que nem sempre se ajusta por completo às tendências estabelecidas no plano nacional.

O caso do movimento docente cearense, por exemplo, é bastante emblemático, haja vista o fato de a eclosão da organização sindical no magistério público ter coincidido com a fase em que a APEOC se reestruturou e assumiu uma

⁵²⁰ A UTE foi fundada em julho de 1979. Para informações sobre sua trajetória, ver a tese de Wellington de Oliveira (OLIVEIRA, W. de., **A trajetória histórica do movimento docente em Minas Gerais: da UTE ao SINDIUTE**. 2006. 411f. Tese (Doutorado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2006).

posição de comando diante do governo do estado, sob a liderança de professores sintonizados com o modelo associativo. Compreende-se que os embates travados entre os dois modelos exerceram um papel relevante na fase de sindicalização e no processo de institucionalização do movimento.

Da reestruturação da APEOC, em 1971, à criação das entidades retrocitadas é possível estabelecer uma demarcação pautada em três períodos. Os anos entre 1971 a 1978 corresponderiam à fase de reestruturação da APEOC no contexto da implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus, que exerceu função fundamental na trajetória da entidade neste decênio. Tal período marcou uma parte da gestão do professor Francisco Brilhante Teixeira, que até o ano de 1978, foi o principal porta-voz da categoria nas negociações com a esfera governamental, sem que nenhuma nova liderança tivesse organização e força, no sentido de se contrapor ao seu trabalho na entidade e no espaço do movimento docente.

Os anos entre 1978 e 1982 teriam sido marcados pelos embates entre a APEOC e os grupos ligados ao movimento sindical docente cearense, uma fase que pode ser analisada para investigar os aspectos semelhantes e as diferenças entre ambos os modelos. Essa fase constitui o momento em que a APEOC dividiu o espaço do movimento com outras lideranças que emergiram no cenário cearense, por volta do ano de 1978. A organização dessas novas lideranças demarcou o início da trajetória da fase de sindicalização no magistério público da rede básica de ensino. É nesse período que vão se desenhando os grupos que se tornarão protagonistas do movimento sindical dos professores públicos⁵²¹. A partir de 1983, as lideranças sindicais buscaram fazer oposição à diretoria da APEOC, por dentro da entidade, a exemplo do processo que ocorreu entre, UNATE e CPB. Este constitui o momento de conformação do modelo sindical, que abrange não somente o término da “Era Brilhante” no comando da APEOC, mas, sobretudo, a fase em que se desenharam as lideranças do movimento sindical docente, que tem como seu corolário a fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE.

O presente capítulo faz uma incursão pela trajetória que deu origem aos referidos sindicatos, no intuito de examinar as *mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo*. O capítulo ficou dividido em dois principais tópicos. O

⁵²¹ Tal subdivisão já havia sido proposta por Moreira (1990).

primeiro discute a relação do impacto da Reforma de 1º e 2º Graus no movimento associativo e sindical docente no Ceará e teve uma subdivisão em quatro tópicos. Tal investigação abrangeu o período de 1974 a 1982, tendo como categorias centrais de análise, a relação das lideranças com: a *reforma educacional*, *governo estadual*, e *lideranças do movimento docente em âmbito nacional*. No item 3.1.1, discute-se o processo de construção da Lei nº 5.692/71 no cenário cearense, bem como suas implicações no quadro do magistério oficial do Ceará, durante a década de 1970. Os itens 3.1.2 e 3.1.3, tratam da trajetória de organização das principais lideranças do movimento, sendo o primeiro centrado na APEOC e o segundo nos grupos que lideraram o movimento sindical docente, neste período, momento em que se apresentam suas principais características. Já o item 3.1.4, aborda as semelhanças e diferenças entre as lideranças, de 1978 a 1982.

O segundo tópico do capítulo, trata especificamente das “mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo docente” no bojo da formação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE. O período abordado refere-se aos anos entre 1983 e 1992, fase de consolidação do movimento sindical dos professores públicos que culmina no divisionismo com a criação dos dois sindicatos. Seguindo a mesma linha desenvolvida no capítulo anterior, delimitou-se a *política educacional* como a *espinha dorsal* da análise, por meio da qual se estabeleceu um diálogo com as demais categorias, a saber: a luta corporativa do movimento; as questões não corporativas referentes à educação; relação com o movimento sindical docente no plano nacional; relação com movimentos político-partidários e com a esfera governamental. O tópico, desse modo, ficou subdividido em três subitens. No item 3.2.1, trata do processo de “ruptura” com o modelo vigente, até aquele momento, sob a liderança do professor Brilhante, por meio da atuação do movimento de *Oposição Sindical*, no interior da APEOC. Esse momento coincide com a primeira divisão na oposição, com formação de uma aliança entre a diretoria da entidade a parte das lideranças sindicais. O item 3.2.2., aborda a fase de conformação do modelo sindical, com destaque as disputas entre as tendências presentes na fase de sindicalização. Por fim, no item 3.2.3., é feita a análise da fase de institucionalização que culminou na fundação dos sindicatos, APEOC e SINDIUTE.

3.1 – A Reforma de 1º e 2º graus e suas implicações no movimento associativo e sindical docente no Ceará

No capítulo inicial discutiu-se à luz das produções acadêmicas na área, os fatores que comumente são associados à emergência do movimento sindical no magistério das escolas públicas, dentre os quais se incluem as reformas educacionais do regime militar. Seu impacto na categoria é um tema já abordado por alguns estudiosos, que se debruçaram sobre a análise dos seus efeitos na carreira docente e seu significado para a organização sindical dos professores das escolas públicas. O tema, no entanto, é mais explorado quando se pretende discutir o surgimento do sindicalismo na categoria dos mestres da rede oficial. Pouco tem sido abordado o modo como tais reformas possam também ter corroborado para o fortalecimento do modelo associativo, o que pode ser observado através da trajetória da APEOC, no Ceará. Se, nos anos 1960, o associativismo docente cearense teve como uma de suas principais características o protagonismo dos mestres secundaristas e sua fragmentação, com a criação de três associações docentes, a Reforma de 1º e 2º Graus tratou de contribuir para o surgimento de associações docentes que passaram a representar o antigo magistério primário, ginásial e secundário numa mesma entidade. Como já observou Paula Vicentini e Rosário Lugli,

essa espécie de ‘unificação’ refletiu-se no movimento docente brasileiro, conforme evidenciam as entidades criadas após essa mudança nos estados da Paraíba, Maranhão, Sergipe, Ceará, Mato Grosso, Amazonas Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cuja denominação já não expressava a distinção que havia anteriormente na categoria⁵²².

No caso do estado Ceará, um dos impactos da Reforma foi à reestruturação da APEOC, sob a liderança de um novo grupo, que modificou seus Estatutos, com vistas a representar os professores de 1º e 2º graus das escolas públicas. Esta, contudo, não foi à única mudança no movimento docente decorrente da aprovação da Lei nº 5.692/71. Ao longo dos anos 1970, a APEOC será legitimada pelo governo como entidade de classe e exercerá uma função central, na implantação das políticas educacionais, em parceria, com os governos, estadual e municipal. Evidencia-se, através da trajetória da APEOC, na década de 1970, a conformação de um modelo associativo, cujas principais características foram: o forte vínculo entre, direção da entidade docente e a esfera governamental, em detrimento da base da categoria; a efetiva participação da APEOC na condução das medidas no campo da educação; e a organização de um

⁵²² VICENTINI & LUGLI, 2009, p.101.

aparato institucional, voltado à prestação de serviços de assistência e recreação. Este incluía a colônia de férias dos professores, departamentos de serviços médicos e odontológicos, convênios com lojistas da cidade para prover descontos aos sócios, em que muitas das medidas tiveram origem de uma parceria com o poder público. Tais aspectos se assemelham ao modelo de associações presentes em meados do século XX.

A Reforma, no entanto, também teve implicações no surgimento de outro modelo de organização, na categoria do magistério, no final dos anos 1970.

Para discutirmos as mudanças no movimento associativo e a eclosão do movimento sindical docente, no Ceará, no âmbito da reforma educacional, faz-se, portanto, necessário discorrer, inicialmente, acerca do contexto político sob o qual emergiu a reforma educacional do regime militar e suas repercussões no quadro do magistério.

3.1.1 – A reforma educacional no *tempo dos coronéis* e seu impacto no quadro do magistério cearense

Uma das principais leis promulgadas no campo da educação durante a vigência do regime militar foi a Lei nº 5.692/71, mais conhecida como a Reforma de 1º e 2º Graus. Esta demarcou uma fase em que mudanças expressivas foram efetivadas no sistema de ensino público, com implicações imediatas no quadro do magistério. Seguindo uma lógica semelhante à adotada pela LDBEN de 1961, a Lei nº 5.692/71 transferiu a responsabilidade de prover o ensino básico aos estados, municípios e Distrito Federal, deixando a União sob o controle das decisões centrais, com o papel de determinar as diretrizes do planejamento educacional, norteadoras das reformas a serem instituídas nos estados da federação, os quais deveriam receber o suporte legal e financeiro para a ampliação dos seus sistemas escolares. O governo federal, desse modo, permaneceu no controle das ações que deveriam ser implantadas no campo da educação, com vista a submeter o planejamento setorial ao Plano Geral do governo⁵²³, e ao mesmo tempo, instituiu um processo de “descentralização”, ao transferir a responsabilidade de implantar as mudanças à esfera estadual. No Artigo 52º da Lei nº 5.692/71 ficou estabelecido como dever da União, prestar auxílio financeiro aos estados

⁵²³ Parágrafo único do Artigo 53º da Lei nº 5.692/71.

e Distrito Federal para a organização de seus sistemas de ensino, ficando sob sua responsabilidade também o papel de elaborar o planejamento nacional da educação, o qual traçaria as diretrizes a serem seguidas pelos planos estaduais, conforme previsto no Artigo 54º: “Para efeito da concessão de auxílios, os planos dos sistemas de ensino deverão ter a duração de quatro anos, ser aprovados pelo respectivo Conselho de Educação e estar em consonância com as normas e critérios do planejamento nacional de educação”.

Caberia, portanto, aos estados e ao Distrito Federal, a responsabilidade de reorganizar seus sistemas de ensino, de modo a atender à estrutura didática determinada pela Reforma, que previa a meta de garantir a todo cidadão o acesso à escola de 1º grau, bem como, buscar corrigir as distorções presentes no sistema, quanto aos índices de evasão e repetência. Para que os sistemas estaduais e municipais de educação passassem a ter acesso às verbas advindas da União, a Lei determinou a elaboração dos respectivos *Estatutos do Magistério*⁵²⁴, documento que deveria instituir todo o ordenamento da carreira do magistério público, desde a definição de suas funções ao regime de trabalho. O Estatuto, desse modo, definiria as funções de professor e especialista da educação, a política de valorização dos profissionais da educação, determinando seus direitos e deveres, a forma de ingresso, os níveis de formação e habilitação, além do acesso e promoção dentro da carreira.

Até aquele momento a categoria docente carecia de um Estatuto que regulamentasse a profissão. Tomando como referência a experiência cearense, a regulamentação, na década de 1960, pautou-se pela criação de leis específicas para cada nível do ensino básico. Os docentes efetivos da rede pública eram regidos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos, enquanto os professores da rede particular eram amparados pela CLT.

As alterações no sistema educacional na ditadura militar coincidiram com o advento, no cenário político cearense, dos “tempos dos coronéis”, uma alusão ao papel exercido pelos *chefes políticos* no estado. Consoante à análise de Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho, a organicidade do sistema político estadual não deriva da existência de instituições formais, como partidos ou diretórios, mas do funcionamento dos “grupos políticos”, articulados em torno da autoridade e prestígio de um *chefe*. Mais do que exercer um cargo no governo, um *chefe político* é definido pela força que exerce sobre o

⁵²⁴ FERREIRA JÚNIOR & BITTAR, 2006.

eleitorado, ou seja, sua capacidade em garantir mais votos durante um pleito eleitoral, para seus candidatos. Um dos papéis fundamentais de um *chefe político* é a indicação da escolha de nomes para comandar a máquina administrativa do estado, função anulada com o fim das eleições diretas para os governos estaduais na ditadura. Invertia-se, desse modo, “drasticamente o pêndulo das relações entre governo estadual e os chefes políticos municipais, com uma nítida ‘estadualização’ dos pleitos eleitorais, antecedidos pela indicação dos governadores pelo regime militar”⁵²⁵. Com a redução das chefias políticas locais, o governador indicado assume a posição de “chefe de grupo ou tendência política”.

No Ceará, a partir de 1970, três principais lideranças exerceram a condição de *chefe político*, a saber, Ce. Virgílio Távora, o de maior expressão; Ce. Adauto Bezerra e Ce. César Cals, este último de menor expressividade no estado. Até 1986, ano que marcou o fim dessa fase e a emergência do *governo das mudanças*⁵²⁶, analisada mais adiante, a disputa maior pelos cargos políticos, incluindo o governo do estado, era mais acirrada entre estes *chefes*, do que com a própria oposição, fator que no ano de 1982, que inaugurou o retorno das eleições diretas aos cargos estaduais e municipais (exceto para o cargo de prefeito das capitais), deu origem ao “Acordo de Brasília”⁵²⁷. Se, por um lado, os embates entre as forças políticas estaduais pudesse comprometer a situação destas lideranças enquanto *chefes*, por outro, o mesmo não atingia o comprometimento destes com as decisões impostas pelo projeto nacional. O Ceará, desse modo, seguiu à risca a *cartilha* dos projetos elaborados pela União, em todos os setores, incluindo a educação, que teve na Reforma de 1º e 2º Graus seu sustentáculo.

As primeiras medidas oriundas da Lei nº 5.692/71 ocorreram no governo César Cals (1970-1975)⁵²⁸ que, em conformidade com os ditames desta legislação, adotou como eixo central dá prosseguimento à ampliação do sistema escolar, com as seguintes prioridades: *ampliar o atendimento à população de 7 a 14 anos; implantar a*

⁵²⁵ CARVALHO, R. V. A., Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte de chefia. In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M., **A era Jereissati**: Modernidade e Mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v.1, p.12.

⁵²⁶ A expressão “Governo das Mudanças” refere-se ao projeto político implantado no Ceará em 1987, com a vitória da candidatura do empresário Tasso Jereissati, filiado ao PMDB.

⁵²⁷ As dificuldades na articulação dos arranjos políticos entre os três chefes que, após 1982 passaram a pertencer ao PDS, culminou no “Acordo de Brasília”, que na análise de Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho sugere a interferência do governo federal na tentativa de buscar uma solução “conciliadora”, garantindo a unidade no Partido (IDEM).

⁵²⁸ César Cals foi indicado ao cargo de governador pelo presidente Médici, em 1970, mediante a imposição do comando do IV Exército, sediado em Recife, sem a consulta aos políticos locais, rompendo com o modo como vinha sendo realizada as indicações, no período do regime militar. (IBIDEM).

reforma curricular, baseada no princípio da iniciação para o trabalho nas últimas séries do 1º grau e habilitação profissional no ensino de 2º grau; e *corrigir as distorções apresentadas pelos índices de evasão e repetência*⁵²⁹. Tais metas haviam sido apresentadas no planejamento educacional do governo, que se estruturou a partir de três documentos – *Diagnóstico da Realidade Educacional*⁵³⁰, *Plano Estadual de Implantação da Lei nº 5.692* e *Plano Estadual de Educação (1973-1976)*.

Como medida inicial, a SEC realizou, em 1971, um levantamento da situação do sistema educacional cearense, apresentado no documento intitulado, *Diagnóstico da Realidade Educacional*, com vistas a obter dados para contribuir na elaboração dos demais planos, ambos desenvolvidos no ano de 1972⁵³¹. Segundo o diagnóstico, o sistema estadual de ensino cearense apresentava dois grandes entraves para implantar a Reforma, de acordo com os parâmetros impostos pelo governo federal. Primeiro, havia a presença de “baixos indicadores de produtividade”, estando o principal problema no *fluxo* de matrícula, concentrado na passagem da 1ª para 2ª série do primário e da 4ª série primária para 1ª série do ciclo ginasial.

O primeiro “ponto de estrangulamento” decorria de fatores como, ingresso tardio no sistema, repetência, reprovação e evasão. Já o segundo, estava associado ao *exame de admissão ao ginásio* que por muito tempo “obstruiu” a progressão dos estudos no 1º ciclo ginasial. Dados do documento indicam que no período de 1960 a 1968, “de 100 alunos que iniciavam a 1ª série primária, apenas 9 chegavam à 4ª série, 8 concluíam o curso e 3 chegavam à 4ª série ginasial”. No que tange às distorções entre idade e série, índices referentes ao ano de 1970 mostravam um cenário caótico no sistema de ensino cearense, com alto percentual de alunos fora da faixa etária, conforme evidenciado na tabela abaixo.

⁵²⁹ CEARÁ, **Plano Estadual de Educação (PEE)**, 1972, p.04.

⁵³⁰ O diagnóstico realizado em 1971, no governo de César Cals, resultou de um convênio entre SEC, CEE, MEC, SUDENE e DEF (CEARÁ, **Diagnóstico da Realidade Educacional**, 1971).

⁵³¹ O Artigo 72º, das Disposições Transitórias, prevê a elaboração de um planejamento prévio, o qual deveria fixar linhas gerais para a elaboração de um Plano Estadual de Implantação da Lei 5.692. Em seu Parágrafo Único, transferia a tarefa de elaborar os planos aos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino.

Tabela IV – Dados do fluxo da matrícula de acordo com as séries⁵³²

NÍVEL	SÉRIE	%	IDADE
PRIMÁRIO	1ª série	68.2%	Fora da faixa etária de 7 anos
	2ª série	84.9%	Fora da faixa etária de 8 anos
	3ª série	85.6%	Fora da faixa etária de 9 anos
	4ª série	86.4%	Fora da faixa etária de 10 anos
	5ª série	86.3%	Fora da faixa etária de 11 anos
GINÁSIO	1ª série	86.4%	Fora da faixa etária de 12 anos
	2ª série	84.4%	Fora da faixa etária de 13 anos
	3ª série	85.3%	Fora da faixa etária de 14 anos
	4ª série	87.2%	Fora da faixa etária de 15 anos

Analisando o conteúdo dos planos cearenses, nota-se que as medidas esboçadas para resolver o problema do fluxo na matrícula seguiram as mesmas determinações postas pela legislação federal, havendo inclusive a adesão a projetos já elaborados pelo MEC, a exemplo do *Projeto Operação-Escola*⁵³³, carro chefe da reforma, que determinaria “as alternativas de maior utilização da rede de ensino e as necessidades de sua expansão na perspectiva de 8 anos”⁵³⁴. A proposta já havia sido sinalizada pelo *Plano de Implantação da Lei nº 5.692/71*, que destacou como sua meta, expandir em 80% a rede de 1º grau e, até o final da década, atender integralmente à população de 7 a 14 anos, em todo o Estado, iniciando no ano de 1972 com o modelo experimental do *Complexo Escolar*, na cidade de Fortaleza⁵³⁵. Proposto pelo Artigo 3º

⁵³² CEARÁ, *Diagnóstico da Realidade Educacional*, 1971.

⁵³³ Dentre os 15 projetos apresentados pelo PEE, o governo indica como prioridade, o *Projeto Operação-Escola*, do governo federal. A Operação-Escola foi um projeto estratégico prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento (PED), instituído no governo Costa e Silva (1967-1969), através do Decreto n. 63.258 de 19 de setembro de 1968, com objetivo central de promover a obrigatoriedade escolar à população de 7 a 14 anos, que na época de sua execução compreendia o curso primário e ciclo ginasial. O Projeto Operação-Escola também havia sido eleito projeto prioritário no I Plano Setorial de educação (1972-1970), do MEC.

⁵³⁴ CEARÁ, *Plano Estadual de Educação*, 1972, p.45.

⁵³⁵ Para a implantação, em todo o estado do Ceará o governo fez uma divisão dos 141 municípios cearenses, em 4 grupos e capital do Estado, de modo a definir os polos de implantação imediata da

da Lei nº 5.692/71, o modelo resultaria da junção de unidades escolares menores em um complexo mais amplo⁵³⁶. O projeto *Operação-Escola* também previa outras estratégias para o aumento da rede escolar, como a ocupação de espaços ociosos e construção de novas instalações através da “construção e equipamento de 55 unidades escolares, correspondendo a 440 salas de aulas; ampliação e adaptação de prédios escolares, com vistas ao aumento de 359 salas de aula [...] construção e equipamento de 2 Centros Interescolares”⁵³⁷.

Para atender a essa nova demanda o Projeto considerava indispensável o investimento nos recursos humanos, com a admissão de,

Professores para as séries iniciais, de modo a atender à expansão física, à otimização da Rede e o aproveitamento de espaços ociosos; professores para o ensino para a área de estudos, levando-se em conta a continuidade de oferta das séries terminais do 1º grau; supervisores, orientadores educacionais e administradores escolares para as unidades de 1º grau⁵³⁸.

A continuidade da política de expansão da rede pública e, por conseguinte, da ampliação do quadro do magistério, não poderia ser efetivada sem alterações quantitativas e qualitativas no quadro docente. A situação do magistério cearense, neste sentido, passou a representar outro grande entrave à efetivação da Reforma no Ceará, especialmente em relação ao corpo docente. Na ótica do governo, o principal problema dizia respeito ao já elevado índice de professores leigos⁵³⁹, fator presente em todas as redes de ensino – federal, estadual, municipal e particular. De acordo com o *Diagnóstico da Realidade Educacional*, no ensino primário, dados de 1969, atestavam

reforma. No PEE verificam-se os critérios utilizados para o agrupamento dos municípios, sendo estes: aspectos demográficos; estudos feitos para o Plano de Governo do Estado do Ceará (PLAGEC); ser município do Programa de Ação Concentrada (PAC), do governo federal; e a existência de infraestrutura educacional, como a presença de estabelecimentos de ensino primário e ginásial e de colégios técnicos ou agrícolas. (IDEM).

⁵³⁶ O primeiro a ser implantado em Fortaleza foi o *Complexo Escolar Antonieta Siqueira*, formado da junção dos grupos escolares – Antonieta Siqueira, Joaquim Alves, Mariano Martins e Anísio Teixeira – sendo o Grupo Escolar Antonieta Siqueira considerado a Unidade Central e os demais as Unidades Tributárias. Nas Unidades Tributárias, seriam oferecidas as séries iniciais e as classes de aceleração, destinadas aos alunos que estivessem fora da faixa etária. Na Unidade Central, seriam ofertadas as séries terminais, com as oficinas e artes práticas voltadas a sondagem de aptidão e iniciação para o trabalho. (CEARÁ, **Plano de Implantação da Educação**, 1972, p.50).

⁵³⁷ IDEM, p.50.

⁵³⁸ IBIDEM, p.53.

⁵³⁹ Entende-se por professores leigos àqueles que não obtinham o curso normal pedagógico que, garantia pela Lei nº 5.692/71 o direito de lecionar nas primeiras quatro séries do 1º grau; e o grau de licenciado para exercer a função de professor no 1º e 2º graus.

que dos 16.005 professores, 10.434 não possuíam o curso normal. O quadro a seguir demonstra a situação de acordo com a esfera administrativa.

Tabela V - Pessoal docente segundo a qualificação, por rede de ensino - 1969⁵⁴⁰

	Total	Total Público	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Geral	16.005	13.356	79	4.778	8.499	2.649
Normalista	5.571	4.154	29	3.360	765	1.417
Não normalista	10.434	9.202	50	1.418	7.734	1.232

Percebe-se que em todo o estado do Ceará, 65.1% do magistério primário não portava o diploma de normalista. A rede pública, principal detentora da oferta de vagas, apresentava o quadro mais agravante com índice de 68.8% de mestres não habilitados, sendo o maior contingente concentrado na rede municipal (91%) que, historicamente fora responsável pela oferta deste nível de ensino. O caso do ensino médio era ainda mais alarmante. No ano de 1968, havia 5.021 professores, dentre os quais 1.403 eram licenciados, 909 possuíam diploma em outros cursos de ensino superior e 2.709 não apresentavam nenhuma habilitação. A Tabela VI, mostra a distribuição desses números, segundo as esferas administrativas.

Tabela VI – Pessoal docente segundo a qualificação, por rede de ensino - 1968⁵⁴¹

	Total	Total Público	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Geral	5.021	2.017	168	1.679	170	3.004
Licenciado	1.403	760	32	675	53	643
Outro título	909	340	76	230	34	596
Sem habilitação	2.709	917	60	774	83	1.792

Analisando a Tabela acima, em termos percentuais, ver-se que 72% dos mestres não portavam diploma de licenciado, sendo maior esse índice se consideramos apenas os dados da rede particular, em que 79.4% se encontravam nessa situação. Para este nível de ensino haveria outro agravante, no que diz respeito à preparação do seu

⁵⁴⁰ CEARÁ, *Diagnóstico da Realidade Educacional*, 1971.

⁵⁴¹ IDEM.

corpo docente para atuar nos últimos quatro anos do 1º grau e nas séries do ensino de 2º grau, considerando que, anteriormente, os professores vinham sendo habilitados para ministrar aulas nos dois ciclos do ensino secundário, sem discriminação. Com a mudança curricular, seria necessária uma reformulação nos cursos de formação docente, de modo a atender aos novos preceitos da Lei nº 5.692/71.

A tentativa de corrigir as deformidades no fluxo da matrícula para atender aos dispositivos legais quanto à oferta obrigatória do ensino de 1º grau, dos 7 aos 14 anos, e ensino de 2º grau, com caráter profissionalizante, para quantos comprovarem carência de recursos, não poderia prescindir da expansão no quadro do magistério público. Com efeito, os problemas tenderiam a ser agravados, a partir da ampliação da rede que, conseqüentemente, demandaria novas contratações. Neste sentido, o *Plano de Implantação da Lei nº 5.692*, assim como o *Plano Estadual de Educação (1973-1976)*, determinou ações que, ao envolver o cumprimento de suas metas no tocante à expansão gradativa da escola de 1º e 2º graus, acabaram por estabelecer medidas voltadas à carreira docente.

Atendendo, desse modo, ao Artigo 38º da Lei nº 5.692/71, o PEE destacou como requisitos essenciais, a formação e o aperfeiçoamento do magistério, por meio de “cursos de licenciatura curta e plena, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal em exercício e qualificação gradativa do professor leigo”⁵⁴². Dentre os 15 projetos apresentados no Plano, incluindo *Operação-Escola*, dois atuavam, especificamente, na formação da classe do magistério – o Projeto de nº 4, *Treinamento de Recursos Humanos* e o Projeto de nº 5, *Aperfeiçoamento de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo para o Sistema Educacional*. Ambos destinariam investimentos na formação e treinamento do corpo técnico-administrativo e dos professores do 1º e 2º graus, tanto aqueles em exercício quanto os que viriam a ingressar no sistema estadual para ministrar aulas nas unidades que seriam construídas. Para o nível do 1º grau, dentre o período de 1973 a 1976, havia a previsão de treinamento de 5.919 professores de 1ª a 4ª série e 1.225 professores de 5ª a 8ª série⁵⁴³. O mesmo ocorreria no caso das unidades escolares voltadas ao atendimento do 2º grau, cuja proposta principal se apoiava na construção de 6 Centros Interescolares, unidades direcionadas a oferta das habilitações profissionais, nos setores primário, secundário e terciário.

⁵⁴² CEARÁ, *Plano Estadual de Educação*, 1972, p.09.

⁵⁴³ IDEM.

Além da criação de projetos mais direcionados à formação docente, o governo, atendendo aos ditames da Reforma de 1º e 2º Graus, aprovou no dia 10 de maio de 1974, a Lei nº 9.825, que promulgou o *Estatuto do Magistério Oficial do Ceará*. Apesar de ter sua implantação prevista para o prazo de 180 dias, acabou se tornando a principal bandeira do movimento docente, no que se refere às suas lutas corporativas, na década de 1970, uma vez que a determinação legal não foi cumprida, em grande parte, pela falta de condições financeiras para implantar o Estatuto, garantindo seus direitos a todo o *grupo do magistério*. Este, segundo Artigo 2º da Lei, incluía tanto àqueles que exerciam a função docente, quanto os então denominados “especialistas de educação” – aqueles que exerciam as atividades de administração, supervisão, inspeção de escolas, técnicos de educação e de planejamento, orientação e programação educacional – funções que exigiriam habilitações específicas de grau superior⁵⁴⁴.

A discriminação entre a categoria dos “regentes de classe” e dos “especialistas de educação” tornou-se um dos principais alvos dos críticos da Reforma de 1º e 2º Graus, em seus vários aspectos, para além da questão salarial, que tinha na base da tabela de vencimentos, os ocupantes do cargo de professor, função que passou a ser cada vez mais desvalorizada. Conforme já assinalado no primeiro capítulo, criticada desde o princípio por sua inspiração estrangeira, a fragmentação do processo educacional ditada pela Lei nº 5.692/71, também constituiu um elemento fundamental na crítica realizada pelos movimentos progressistas que debateram a educação nos anos 1970, o que incluiu a parcela dos professores que organizaram o movimento sindical neste decênio.

No Ceará, a exemplo de outros estados brasileiros, a Reforma contribuiu para o movimento sindical dos professores da rede pública, organizado por parcela da categoria que aderiu aos debates que caracterizariam a fase de sindicalização, o que incluiu a crítica ao projeto de educação do governo estadual. Por outro lado, ela também instigou o fortalecimento do movimento associativo, em torno da APEOC. A entidade vai atuar diretamente, em parceira com o governo estadual, no processo de implantação do Estatuto que, na prática, ficou mais restrito à problemática da habilitação dos professores leigos, medida que se tornou o foco do governo estadual, no que tange às questões ligadas aos docentes. É possível estabelecer uma relação entre a reestruturação

⁵⁴⁴ CEARÁ, *Estatuto do Magistério Oficial, lei nº 9.825*, 1974.

da entidade no início da década de 1970 com as reformas implantadas na educação, uma vez que suas ações foram desenvolvidas em torno das propostas do governo, num duplo movimento em que a associação também passou a contribuir de forma direta na construção da política educacional no estado do Ceará. Desta forma, tanto o surgimento do movimento sindical no magistério público, quanto à consolidação da APEOC como associação dos professores do 1º e 2º graus, encontram-se diretamente ligados as mudanças operadas na política de educação no Ceará, conforme será analisado a seguir.

3.1.2 – “Nasce” a APEOC como “associação representativa” dos professores oficiais do 1º e 2º graus no Ceará

No livro, *A história do Sindicato APEOC: administrações, realizações, conquistas*, já citado anteriormente, de autoria do professor e um dos atuais diretores da entidade, Cleber Correia Pinho, o autor atribui ao grupo de professores contratados que liderou os movimentos de 1967 e 1968, do qual fez parte, a iniciativa de “fundar” a APEOC⁵⁴⁵. Desse modo, destaca como marco de sua fundação, a gestão que iniciou em 1971, sob a direção do presidente Francisco Brilhante Teixeira, o qual permaneceu no cargo por 15 anos, não reconhecendo a trajetória da associação, anterior a esse período.

Segundo Cleber Pinho, o processo que elegeu a “primeira” diretoria da APEOC teve origem numa assembleia geral, majoritariamente composta por mestres contratados, realizada no auditório da *Associação Cearense de Imprensa (ACI)*, no dia 21 de janeiro de 1971⁵⁴⁶. No documento, “2ª Ata da Assembléia Geral – 21 de janeiro de 1971”⁵⁴⁷, constam três itens, citados como pautas da reunião, quais sejam: “1 – definir o nome definitivo da entidade; 2 – analisar e discutir o estatuto definitivo da entidade com base nos estatutos provisórios, já existentes⁵⁴⁸; 3 – Eleger, por aclamação a diretoria efetiva da Associação”. Para o autor, no que tange à terceira pauta, o nome do professor Francisco Brilhante havia sido sugerido pelo professor Cleber Pinho e

⁵⁴⁵ Na entrevista realizada com o professor Jaime Alencar, em 2003, no período da pesquisa do mestrado, o mesmo citou a controvérsia existente, em relação à fundação da APEOC. Segundo seu relato “o que se considera o fundador da APEOC, normalmente fala que ela foi fundada no final dos anos 1960 para início de 1970. Mas, o registro histórico da fundação da APEOC é considerado fevereiro de 1962”. (Entrevista de Jaime Alencar de Oliveira, realizada no dia 11 de novembro de 2003).

⁵⁴⁶ Segundo o autor, a convocação dessa assembleia havia ocorrido em outubro de 1970 (PINHO, 2011).

⁵⁴⁷ No livro de Cléber Pinho há a transcrição deste documento (IDEM, p.31-32).

⁵⁴⁸ Cabe assinalar que na assembleia geral, realizada no dia 10 de abril de 1968, durante o movimento dos mestres contratados, fato analisado no capítulo anterior, houve a iniciativa de fundar uma entidade, cujo nome seria *Associação dos Professores do Estado do Ceará*. Na ocasião foi redigido seu estatuto provisório.

aceito pela assembleia que, por “aclamação”, elegeu a diretoria, no dia 21 de janeiro de 1971, dando continuidade a uma entidade, anteriormente denominada por *Associação dos Professores do Estado do Ceará*, e que apenas a partir da referida data, por sugestão do professor Brillhante, teria modificado sua denominação para *Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará – APEOC*⁵⁴⁹.

Até o momento não foram encontrados registros nos diários oficiais, nem nos jornais locais do Estatuto da *Associação dos Professores do Estado do Ceará*, iniciativa que surgiu no âmbito do movimento de professores contratados, discutido no capítulo anterior. Por outro lado, os dados apresentados no capítulo anterior confirmam a existência de uma entidade registrada como APEOC, cuja fundação ocorreu no ano de 1962 e que ao longo dessa década teve continuidade, conforme demonstram os sucessivos processos eleitorais para renovação de sua diretoria, divulgados em jornais da cidade de Fortaleza⁵⁵⁰. Outrossim, as informações localizadas nos jornais, sobre o processo eleitoral que elegeu a chapa liderada pelo professor Brillhante, também confirmam que sua gestão daria *continuidade* ao trabalho de uma entidade então denominada, *Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará*, conforme indica nota publicada na Coluna *Informes do Magistério*, do jornal *Unitário*:

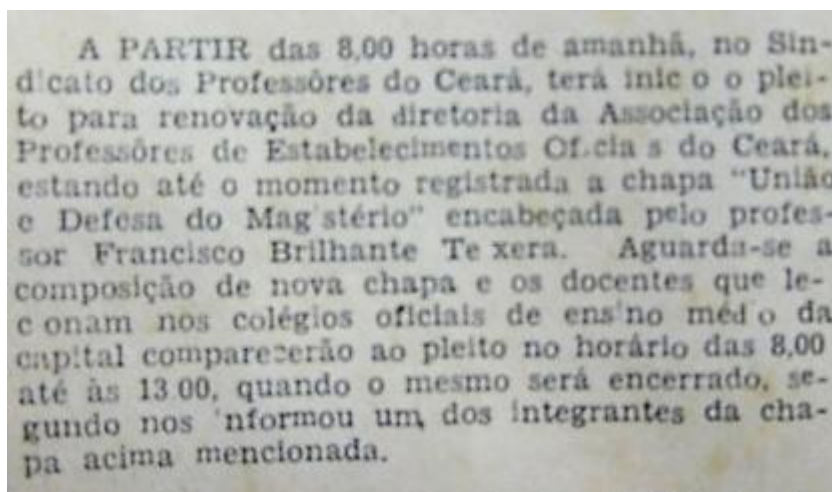


Imagem VII: Nota sobre a eleição na APEOC em 1971⁵⁵¹

⁵⁴⁹ IDEM.

⁵⁵⁰ Ver apêndices II, III, IV e V.

⁵⁵¹ UNITÁRIO, 05/03/1971, p.06, (Coluna Informes do Magistério).

A reportagem trata da eleição como um processo que “renovaria” a direção da APEOC, o que subentende a sua existência anterior à gestão do professor Brilhante, com essa denominação. Em outra nota publicada na edição do dia 09 de março há dados sobre o resultado das eleições e da chapa vencedora, bem como da posse da nova diretoria, ocorrida no dia 11 de março de 1971.

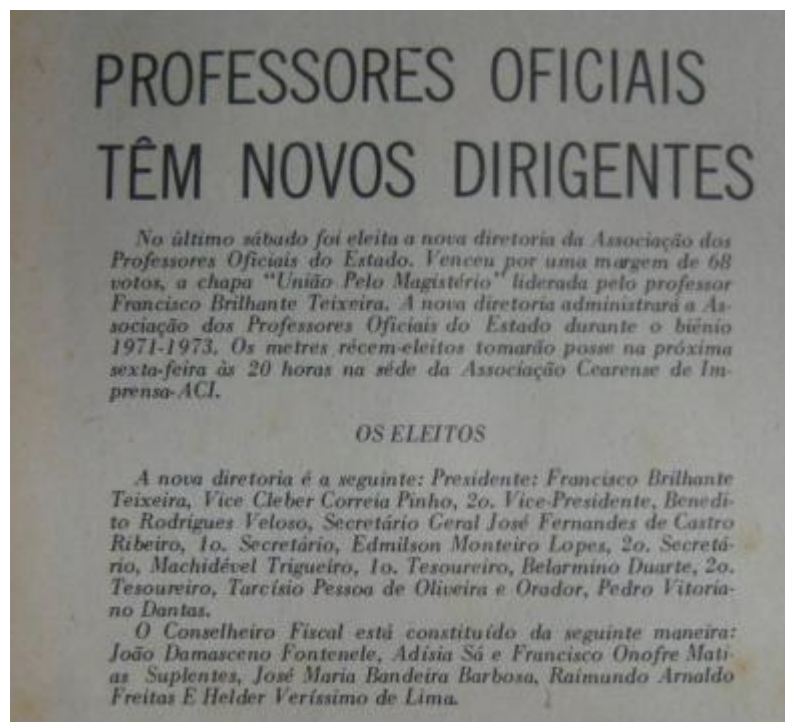


Imagem VIII: Nota sobre a primeira diretoria do professor Francisco Brilhante⁵⁵²

Nas duas notícias fica subtendida a possibilidade de uma chapa concorrente, todavia, não foram localizados indícios, nem nos jornais nem nas fontes orais que confirmem a sua existência, bem como, os nomes de seus possíveis integrantes. Por outro lado, os dados acima contradizem o relato presente na obra de Pinho, a respeito do processo eleitoral que deu início a primeira gestão do professor Francisco Brilhante, que teria sido escolhida não por aclamação, mas sim, por um processo de eleição.

O fato de não terem sido localizadas informações sobre a diretoria que deveria ter assumido a entidade na gestão de 1969-1970, sugere a possibilidade do cenário político posto no ano de 1968, discutido no capítulo anterior, especialmente após o AI-5, ter interferido na APEOC, ou mesmo na tentativa do grupo de contratados

⁵⁵² UNITÁRIO, 09/03/1971, p.01, (Professores oficiais têm novos dirigentes).

de fundar a *Associação dos Professores do Estado do Ceará*, assim como ocorreu com a APLEC, uma associação docente que passou a ser alvo de perseguição do regime militar. Há, portanto, que se considerar o momento político pelo qual atravessou o País nos últimos anos da década de 1960, com a intervenção do governo em muitas organizações sociais, sobretudo, as de caráter esquerdista, como o caso da APLEC, a partir de 1968.

As dificuldades de se obter dados através de fontes orais, o que demonstra certo esquecimento da história da APEOC, em sua fase inicial, na memória dos professores, acabou dificultando o entendimento sobre esse impasse na transição entre a direção presidida pelo professor Manuelito Peixoto (1967-1971)⁵⁵³ e a gestão do professor Francisco Brilhante (1971-1972). Os entrevistados que atuaram na rede pública nesse momento, demonstraram certo esquecimento dos fatos ocorridos, sendo mais presente as lembranças referentes à atuação da APLEC e, no caso da APEOC, sua fase a partir de 1971. De um modo semelhante, percebeu-se na própria memória coletiva um esquecimento da história da entidade, na fase dos anos 1960, considerando a falta de um acervo escrito organizado sobre o período. Não existe nenhum acervo catalogado nas bibliotecas públicas da cidade de Fortaleza, nem mesmo na própria entidade, e os documentos utilizados para analisar o primeiro decênio da história da APEOC foram todos mapeados nos jornais locais⁵⁵⁴.

A pouca visibilidade da fase inicial das associações dos professores secundaristas cearenses nas produções acadêmicas, por sua vez, também pode ser considerada um fator que corroborou ao desconhecimento dos primeiros anos da APEOC, até o momento. Na homenagem aos 50 anos da entidade, prestada pela *Assembleia Legislativa do Ceará*, numa parceria com a *Câmara Municipal de Fortaleza*⁵⁵⁵, em novembro de 2012, percebeu-se o pouco destaque dado aos seus primeiros anos de luta, reflexo talvez do desconhecimento dos próprios membros que

⁵⁵³ Segundo os estatutos da APEOC, no ano de 1969 deveria ter sido convocada uma eleição para renovar a diretoria, porém não localizei dados sobre esse pleito eleitoral. Já no estudo de Maria Laura Moreira, a autora delimita como período da gestão do professor Manuelito Peixoto, os anos entre 1967 e 1971 (MOREIRA, 1990).

⁵⁵⁴ Deve-se considerar que a APEOC, nos anos 1960, não possuía uma sede alugada o que pode ter inviabilizado a organização dos documentos escritos da entidade. Na atual Sede do Sindicato/APEOC, existe um pequeno acervo, com recortes de jornais da entidade, no entanto, nenhum com notícias da década de 1960. Também não foi localizado nenhum documento na Sede do SINPRO, local de funcionamento da APEOC nos anos 1960, considerando que houve na década de 1970 uma invasão à sede do sindicato e na ocasião, muitos documentos foram destruídos.

⁵⁵⁵ **Sindicato APEOC recebe homenagem na Assembleia.** Disponível em: <http://www.apeco.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/5751-sindicato-apeco-recebe-homenagem-na-assembleia.html>. acesso em: 23/04/2013.

compõem, atualmente, a diretoria da APEOC/Sindicato. Destarte, o mapeamento das fontes documentais tornou-se fundamental para averiguar a participação da APEOC nas lutas dos professores secundaristas, e desse modo, não somente contribuir na preservação da memória do movimento associativo docente no Ceará, mas também romper com as abordagens que desconsideram a atuação das associações docentes cearenses nos anos 1960.

Apesar de não indicar o início da gestão do professor Brillhante⁵⁵⁶ como o momento de fundação da APEOC, este período pode ser considerado um marco não somente na história da entidade, uma vez que, mudanças efetivas são impressas na Associação, mas, sobretudo, na própria trajetória do associativismo docente cearense. O movimento associativo na década de 1970 apresenta diferenças, em relação à experiência no decênio anterior, conforme será evidenciado no decorrer deste capítulo.

Na fase inicial da APEOC, analisada anteriormente, os registros dão indícios de que a entidade funcionava como um apêndice do SINPRO. Os documentos localizados nos jornais revelam a presença dos seus dirigentes na APEOC, funcionando a entidade nas dependências do Sindicato. Percebe-se pela nota que divulgou o processo eleitoral para a renovação da diretoria, que o pleito ocorreu na sede do SINPRO. Além disso, cumpre ressaltar que, na década de 1960, a APLEC era considerada a entidade com maior representatividade na categoria dos professores secundaristas e até o ano de 1968, obtinha maior prestígio junto ao governo do estado.

Foi a partir de 1971 que a APEOC adquiriu visibilidade, e que não somente passou a funcionar fora dos espaços do SINPRO, como ampliou sua estrutura organizacional, com implicações no seu quadro de associados. Uma das primeiras medidas que caminhou nesta direção consistiu a reforma de seus estatutos⁵⁵⁷. De acordo com o Artigo 2º do novo Estatuto, as finalidades da Associação seriam:

⁵⁵⁶ O jornal *Unitário* dos dias 04 e 05 de março de 1971, a página 06 traz informações sobre a eleição ocorrida no dia 07 de março, na Sede do SINPRO, que elegeu o professor Brillhante presidente da APEOC. Nos apêndices VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII há a discriminação dos membros das diretorias presididas pelo referido professor. Dos oito mandatos, apenas não foram localizados dados da gestão de 1973-1974. A posse da primeira gestão ocorreu no dia 11 de março de 1971.

⁵⁵⁷ A reforma dos Estatutos foi realizada no dia 30 de abril de 1971, através de uma Assembleia Geral. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1971, Reforma dos Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC). Convém ressaltar que no ano seguinte houve a inclusão do Art. 12º, no texto dos Estatutos. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1972, Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - Aditivo ao Estatuto da Associação).

a) Congregar professores oficiais do ensino primário e médio do Ceará, com o fim de elevar o seu nível cultural; b) Proteger e defender os direitos e interesses profissionais dos seus sócios em todos os setores, inclusive no setor econômico; c) Promover o cooperativismo entre os sócios, com a criação e manutenção de uma Cooperativa de Consumo, cuja denominação será: COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROFESSORES OFICIAIS DO ESTADO; d) Trabalhar pelo progresso e aperfeiçoamento do ensino primário e médio oficial, no Estado do Ceará⁵⁵⁸.

O primeiro aspecto importante a ser ressaltado nessa nova fase da entidade é que a APEOC continuava a ser uma associação de professores oficiais. A entidade se reestrutura em conformidade com o processo de elaboração da Lei nº 5.692/71⁵⁵⁹, ao incorporar a categoria dos professores primários da rede pública que, naquele momento, encontrava-se sem nenhum órgão de representação⁵⁶⁰. Além disso, também ratificou a fragmentação imposta pela Reforma de 1º e 2º graus, que dividia a categoria do magistério entre regentes de classe e demais profissionais da educação – supervisores, orientadores. Tais profissionais, no Ceará, já se encontravam organizados, em torno de suas associações, a exemplo da ASSECE e da ASSOECE. Este aspecto é de suma relevância ao entendimento da trajetória da APEOC e de seus embates como o movimento sindical dos professores das escolas públicas cearenses, considerando que este último irá endossar a luta em torno da unificação das lutas dos profissionais da educação, conforme será analisado mais adiante.

A Lei nº 5.692/71, desta forma, pode ser indicada como um fator que contribuiu para a reestruturação da APEOC, tanto no que diz respeito à inserção do antigo magistério primário no quadro de associados, ocasionando uma ampliação do quadro de sócios, quanto ao modo como foram encaminhadas suas demandas no decorrer deste decênio. No tocante aos associados, outra medida significativa que caminhou nesta direção, foi à instalação das *delegacias* – unidades da APEOC fundadas em cidades do interior do Ceará – a partir do ano de 1976⁵⁶¹, medida que teve um papel

⁵⁵⁸ Dado presentes no Artigo 2º dos Estatutos da APEOC (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1971, Reforma dos Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

⁵⁵⁹ Promulgada em agosto de 1971, a Lei nº 5.692/71, ao promover a junção do curso primário com o ensino ginásial, transformando no ensino de 1º grau, com oito anos de duração, ocasionou a reformulação nos estatutos de várias associações no Brasil (VICENTINI & LUGLI, 2009).

⁵⁶⁰ Neste ano o CEMARPCE já havia encerrado suas atividades, fato que ocorreu em 1965 (MOREIRA, 1990).

⁵⁶¹ A instalação das delegacias da APEOC será tratada mais adiante no tópico 3.1.4.

central na execução das ações da entidade, à luz da Lei nº 5.692/71 e da implantação do Estatuto do Magistério Oficial do Ceará.

A reforma nos Estatutos indicava também mudanças no seu modelo associativo, que assume um caráter de associação profissional, porém, com fortes traços mutuais. Nas alterações promovidas em suas finalidades, identifica-se a proposta de criação da *Cooperativa de Consumo dos Professores Oficiais do Estado*. A esse respeito, não foi localizado sua fundação, porém ao longo dos 15 anos da gestão do professor Brilhante são identificadas medidas que expressam as práticas assistencialistas, no sentido de colaborar com ajuda financeira e lazer a seus associados. O Artigo 10º dos estatutos já previa uma série de ações, a serem regulamentadas por meio de um Regimento, contemplando propostas voltadas a previdência e assistência e ao lazer⁵⁶². Algumas ações concretizadas, neste sentido, foram os convênios firmados com o *Instituto de Previdência do Estado do Ceará* (IPEC), à concessão de empréstimos ou serviços na área da saúde aos sócios da entidade; os convênios realizados com algumas lojas do comércio na capital, com vistas à concessão de descontos; e a construção da colônia de férias, localizada na Praia do Pecém, benefícios estes restritos a seus associados.

A adoção de práticas assistencialistas, naquele contexto, justificava-se diante da precarização do trabalho docente, no entanto, outros fatores, devem ser considerados na análise do caráter mutual da entidade, como a necessidade de ampliar o número de filiados, uma vez que, a APEOC, no decorrer da sua reestruturação na década de 1970, foi questionada como legítima representante da categoria. A esse respeito é de suma relevância destacar o papel do governo do estado na sua legitimação como entidade representativa do magistério público. Um dos principais traços da APEOC, na gestão do professor Brilhante, refere-se à formação de um modelo de organização coletiva centralizador, o qual vinculou o trabalho desenvolvido pela entidade ao governo. Tal vínculo se manifestou de inúmeras formas, seja do ponto de vista da obtenção de benesses, destinadas à estruturação da entidade, seja nos momentos de reivindicação e negociação das demandas, na medida em que havia o privilégio do diálogo com o poder público, em detrimento de qualquer discussão com a categoria ou

⁵⁶² Art. 10º - No prazo de 6 meses a contar da data da publicação desta Reforma no Diário Oficial do Estado do Ceará, a diretoria elaborará o Regimento da Associação, o qual será aprovado pela Assembléia Geral e regulará os seguintes assuntos: [...] b) Previdência e Assistência; [...]" (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1971, Reforma dos Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

ação reivindicatória, pautada em mobilizações coletivas. A busca pelo apoio do governo estadual se deu até mesmo no seu reconhecimento como entidade de classe no Ceará⁵⁶³, quando o *Estatuto do Magistério Oficial do Ceará* reconheceu a APEOC como entidade profissional do magistério⁵⁶⁴. Esse modelo se tornou hegemônico no movimento dos professores das escolas públicas básicas cearenses até 1978.

No que diz respeito aos benefícios materiais concedidos à entidade, há registros que demonstram seu apelo pela colaboração do poder público para a realização de suas atividades como, por exemplo, as inúmeras solicitações de ajuda para a aquisição de uma Sede própria⁵⁶⁵. A ajuda financeira também era requisitada durante a promoção de eventos da entidade, sempre marcados pela presença das autoridades governamentais. Da mesma forma, houve solicitações de auxílio ao governo estadual, com vistas a promover a participação de representantes da entidade nos congressos nacionais de professores⁵⁶⁶. Foi nessa circunstância que a APEOC adquiriu para os seus associados, ainda nos anos 1970, no governo de Waldemar Alcântara⁵⁶⁷, a Colônia de Férias dos professores da rede de ensino estadual, resultante da parceria entre a prefeitura de São Gonçalo do Amarante e o governo do estado do Ceará⁵⁶⁸, com finalidade de proporcionar lazer e entretenimento aos associados. De acordo com nota do jornal *O Povo*, na inauguração da primeira etapa da Colônia de Férias⁵⁶⁹, no dia 15 de outubro de 1978, esteve presente o secretário de educação, professor Adelino Alcântara

⁵⁶³ No ano de 1972, a APEOC havia sido reconhecida como entidade de “Utilidade Pública Estadual”, através da Lei nº 9.673, de 06 de dezembro de 1972. Seu reconhecimento no âmbito municipal ocorreu através da Lei nº 3.992, de 07 de abril de 1972.

⁵⁶⁴ De acordo com o Artigo 120º do Estatuto do Magistério a APEOC “é reconhecida como entidade dos Profissionais de Magistério a Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará” (SEDUC, **Estatuto do Magistério Oficial do Ceará**, 1974, p.13).

⁵⁶⁵ No jornal *O Professor*, há informações sobre a solicitação da entidade, junto governo estadual, com vistas à consignação no Orçamento do estado para 1977, de verbas para a aquisição de uma sede própria (O PROFESSOR, ano II, nº02, 1978, p.11, APEOC pede ajuda ao Estado). Também localizei registros nos jornais locais, a exemplo da nota – “APEOC quer uma sede própria e se dirige ao Governador” (O POVO, 03/08/1978, p.18, APEOC quer uma sede própria e se dirige ao Governador).

⁵⁶⁶ De acordo com o jornal *O Professor*, a participação dos representantes da APEOC no *XII Congresso Nacional de Professores*, realizado em 1976 na cidade de Curitiba, contou com “a ajuda financeira de S. Exa., o Senhor Governador do Estado, de S. Exa., o Sr. Prefeito Municipal de Fortaleza, de S. Exa., o Sr. Cesar Cals de Oliveira Filho e de S. Exa. Senador Virgílio Távora. Os representantes da entidade foram os professores: Francisco Brilhante Teixeira, Irene Barbosa Arruda, Creusa Correia Lima, Júlio Martins Braga e José Ávila de Araújo. (O PROFESSOR, ano II, nº02, dez./1976, p.02 (O trabalho da APEOC em benefício do magistério).

⁵⁶⁷ Waldemar Alcântara, pai do também ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara, enquanto vice-governador assumiu o governo do Estado de fevereiro de 1978 a março de 1979, após renúncia do governador Adauto Bezerra.

⁵⁶⁸ A doação do terreno foi concedida pela prefeitura de São Gonçalo, cidade natal do governador Waldemar Alcântara, e a obra ficou a cargo de início, da Superintendência de Obras do Estado do Ceará (O POVO, 16/10/1978, p.09, “No dia do professor inaugurada colônia de férias do magistério”).

⁵⁶⁹ A Colônia de Férias pertence atualmente a APEOC/Sindicato.

e a primeira dama do estado, Dolores Alcântara “que espontaneamente transmitiu nas suas palavras o contentamento do governador ao proporcionar ao professorado cearense a colônia”,⁵⁷⁰.



Imagem IX: 1ª etapa de construção da Colônia de Férias dos Professores – Praia do Pecém (1979)⁵⁷¹

Cabe salientar que a entidade concedeu ao governador Waldemar Alcântara, no final de sua gestão, em fevereiro de 1979, a título de homenagem, a condição de sócio honorário da APEOC⁵⁷². A homenagem aos governadores e secretários de educação, no término de suas gestões consistia uma prática bastante frequente na Associação, na década de 1970, como sinal de retribuição e reconhecimento ao trabalho desenvolvido na área educacional por essas autoridades. Há registros de homenagens concedidas pela entidade, ao Governador Virgílio Távora, no final de seu segundo mandato, em 1982, durante a realização do *VIII Encontro de Professores Oficiais*, bem como, numa carta manuscrita, endereçada à Secretaria de Educação do Estado, conforme pode ser observado pelas imagens abaixo:

⁵⁷⁰ O POVO, 14/03/1979, p.17, (Colônia de Férias para professores).

⁵⁷¹ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

⁵⁷² O POVO, 17/02/79, p.10, (Waldemar recebe homenagem da APEOC).



Imagem X: VIII Encontro de Professores Oficiais, realizado em 1982. Professor Francisco Brilhante à esquerda da foto⁵⁷³

* VIRGÍLIO FÁVORA ~~foi~~ o melhor GOVERNO PARA O MAGISTÉRIO. PALAVRAS DO PROFESSOR FRANCISCO BRILHANTE. Presidente da APEOC NO ANOS DE 1972 a 1985-
BENEFÍCIOS DO GOVERNO VIRGÍLIO FÁVORA-

- (1º) Casas para professores no Conjunto Habitacional, para melhor parte pertenciam as escolas.
- (2º) Fez a implantação de água e luz na Colônia de Férias do Magistério.
- (3º) Aumentou ~~de~~ os professores níveis V, X e Y para Z, ou seja o final de carreira.
- (4º) Aumentou a Regência de Classe, de 20% para 30%.
- (5º) Introduziu o 14º Congresso Nacional de Professores em 1981 - em Fortaleza.
- (6º) Lançou o Estatuto do Magistério, Lei 10374 de 24/12/79, com um grande aumento para o magistério - Reduziu a carga horária para os professores com níveis de 50 anos de idade ou 35 de efetivo exercício.
- (7º) Reduziu em 50% a taxa do Vestibular da UECE para os professores estaduais e municipais.

- 8º) Na Escola Virgílio Favora, os projetos com o 3º pedagógico chegaram a perceber mais de 3 salários mínimos em um só contrato.
- 9º) Fez expandir a Rede Escolar para atender a demanda.
- 10º) Promoveu Curso de reciclagem para os professores.
- 11º) Comparou a todas as entidades promovidas pela APEOC, e sempre recebeu sua Diretoria, muitas vezes por que a mesma pedisse audiência.
- 12º) Ajudou os professores no comparecimento ao Congresso realizado em outros estados, reduzindo o tempo no ponto.
- 13º) Apesar Reajustou indignamente os salários dos professores, e efetuava o pagamento antes do término do mês, entre 24 e 26 de cada mês. Era fornecido distribuída uma tabela de pagamentos até dezembro - e era cumprido.
- 14º) Foi o criador das Delegacias Regionais de Educação no Ceará.
- 15º) O aumento bruto do salário mínimo era pago no folha de mês. Mas existia folha suplementar.

⁵⁷³ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

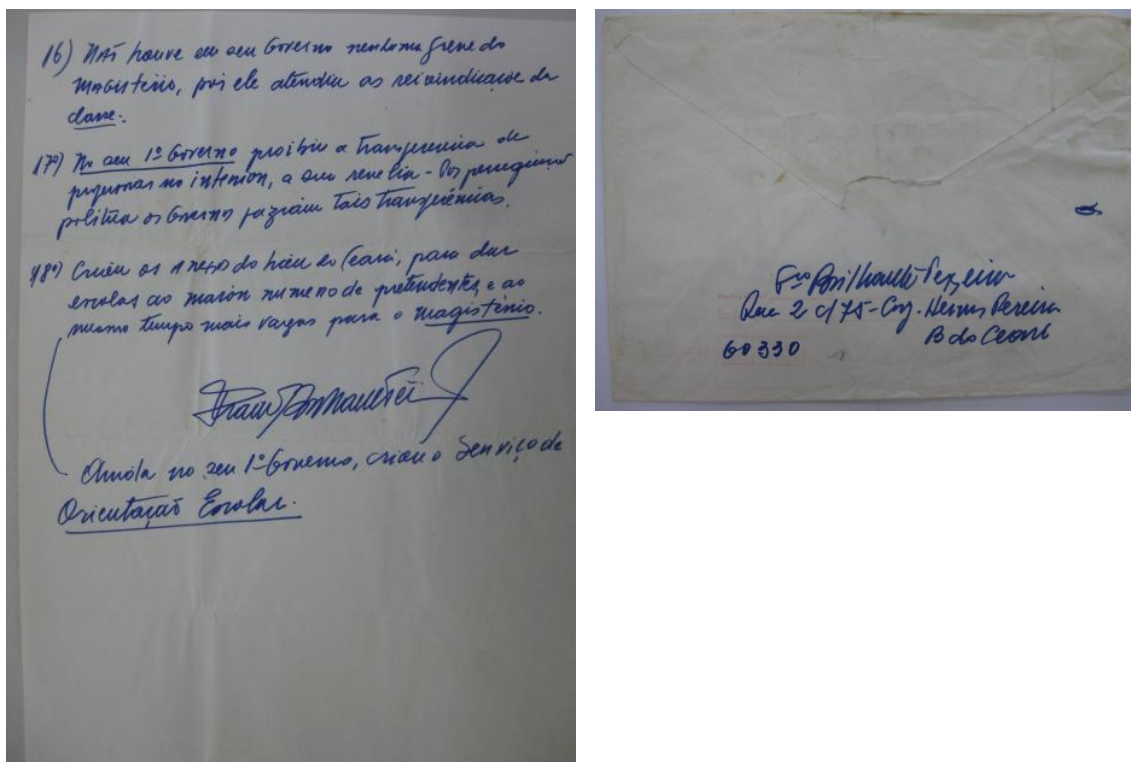


Imagem XI – Carta Manuscrita pelo professor Francisco Brillhante⁵⁷⁴

No período da segunda gestão do governador Virgílio Távora (1979-1982), momento em que eclodia no Brasil e no Ceará, a fase de sindicalização, houve uma intensificação no atrelamento da diretoria da APEOC ao governo, em virtude da proximidade entre Brillhante e o governador, conforme será abordado adiante. Tal aspecto foi ressaltado na fala de um dos entrevistados, o ex-presidente do Sindicato/APEOC, Leorne Nogueira, na época, membro da Associação.

Só para você ter uma ideia, toda quarta-feira na época do professor Brillhante ele era convidado, eu acho que a palavra correta era essa, pelo governador do estado, que era o Virgílio Távora, para ir ao hasteamento da bandeira lá no Palácio do Governo e tomava café com o governador⁵⁷⁵.

No que se referem às demandas profissionais da categoria, de modo semelhante, as mesmas eram encaminhadas, por meio de memoriais enviados pela diretoria da APEOC à Secretaria de Educação do Estado, sem consulta à base da Associação, conforme indicam as fontes coletadas nos jornais locais, que mostram o

⁵⁷⁴ **CEARÁ, Acervo Virgílio Távora** – APEC/Caixa 07.

⁵⁷⁵ Entrevista de Leorne Nogueira, realizada no dia 13/11/2012.

descontentamento de parcela do professorado, diante de tais práticas, já na primeira metade dos anos 1970. Em edições do jornal *O Povo* de 1974, há relatos que abordam a formação de um movimento contra a APEOC, após seu reconhecimento pelo Estatuto do Magistério. A reportagem publicada no mês de abril, “APEOC: nem todos apoiam o órgão”, faz alusão ao problema da sua representativa.

Elogiada por uns, criticada por outros, a Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), foi afinal reconhecida como entidade profissional do magistério. [...] A grande preocupação do repórter foi situar a APEOC como entidade representativa da classe. Pretendia-se avaliar a capacidade de liderança dos atuais dirigentes e saber sobre a necessidade ou não de uma legislação que venha a tornar obrigatória a participação dos professores de estabelecimentos oficiais no seu órgão de representação, as finalidades precípua da entidade, os métodos eleitorais, os meios de sobrevivência adotados [...] a reportagem nem localizou os dirigentes da APEOC e, quanto aos professores que abordava, recebia de muitos uma impressão desabonadora, que caracteriza o mal-estar reinante, decorrentes das lutas caladas de professores entre si. Este quadro que não é sentido apenas pelo O POVO, mas que já foi objeto de surpresas de repórteres de outras empresas co-irmãs, sugere, de logo, a necessidade de uma providência governamental para regularizar a vida da entidade [...] ⁵⁷⁶.

Ao analisar as reportagens publicadas no contexto do reconhecimento da APEOC pelo Estatuto, constatou-se que havia um conjunto de fatores, na época, indicados como motivos ao descontentamento de parcela do professorado das escolas oficiais do ensino básico. Dentre estes, havia a falta de transparência e as práticas desenvolvidas no interior da entidade, acusada de não prestar conta de suas finanças e de receber em dobro a contribuição descontada na folha de pagamento dos professores. Segundo o artigo “Modéstia à Parte”, do Colunista do jornal *O Povo*, Ivonete Maia,

As vozes discordantes de professores dão conta de fatos que desagradam a grande número. Diz-se, com mais constância, que a APEOC significa um celeiro de descontentes, que ali vão martelar a vida pública e privada de diretores de colégios oficiais[...] a laparotomia exploradora que se reclama tem em vista propiciar à APEOC uma imagem melhor diante da opinião pública, que vê, nos líderes do magistério a falta da representatividade e da finura próprias dos dirigentes de outros órgãos que representam, no Ceará e no Brasil, as profissões de nível superior ⁵⁷⁷.

⁵⁷⁶ O POVO, 08/04/1974, p.12, (APEOC: nem todos apoiam o órgão).

⁵⁷⁷ O POVO, 09/04/1974, p.10, (Coluna Educação – Modéstia à Parte).

Relato semelhante é encontrado na nota “O que penso sobre a APEOC”, da “Coluna de Francisco Lima”, do mesmo jornal, que também abordou problemas semelhantes aos elucidados na nota anterior acerca das prestações de contas da entidade e das práticas de delações junto à SEC⁵⁷⁸.

Certamente, o alcance da condição de associação profissional do magistério, como uma concessão do estado, teve sua influência na movimentação de parte do magistério contra a diretoria da APEOC. Não foi possível, contudo, dimensionar qual teria sido o peso da ausência da participação dos professores no processo de reconhecimento da APEOC como entidade de utilidade pública, bem como, de que modo tal reconhecimento instigou um processo de disputa pela diretoria da entidade. Sabe-se que houve uma tentativa de transformar o *I Encontro de Professores Oficiais*, evento promovido pela entidade, em julho de 1974⁵⁷⁹, numa assembleia geral para eleger nova diretoria, com a adesão de um grupo de antigos mestres, fundadores da APEOC, que se organizou, com vistas a formar uma chapa para concorrer ao pleito, o que na prática não ocorreu, uma vez que, a eleição para renovação da diretoria, somente veio a ser realizada, em janeiro de 1975, contando apenas com o lançamento de uma chapa⁵⁸⁰.

Os dados coletados na pesquisa não permitem afirmar se, por trás desse movimento e das críticas presentes nas reportagens, havia a intenção de questionar a falta de politização da APEOC e o seu vínculo com o governo estadual e a prefeitura de Fortaleza, como também seu apoio à política dos governos ditatoriais. Cabe assinalar que, a conjuntura, naquele momento, ainda era fortemente marcada pela repressão das liberdades políticas, um cenário que teve bastante força no estado do Ceará. Diante desse fato, levanta-se a hipótese de que a ausência de críticas mais diretas, a esse respeito, nos jornais locais estaria associada à repressão política. A existência de tal hipótese encontra sustentação no fato de haver entre a categoria do magistério cearense, desde o final dos anos 1960, professores que se contrapuseram à ditadura, como foi demonstrado no capítulo anterior, fator presente inclusive na trajetória da APLEC, a partir de 1968.

⁵⁷⁸ O POVO, 05/06/1974, p. 10, (Coluna Educação – Que penso sobre a APEOC).

⁵⁷⁹ No tópico 3.1.4 serão abordados os encontros de professores.

⁵⁸⁰ No jornal *Unitário* há notícias sobre o pleito eleitoral de 1975. (UNITÁRIO, 02/02/75, p.08, Professor Brilhante presidente da APEOC).

No capítulo anterior foi visto que a APLEC, em virtude do seu posicionamento político, havia encerrado suas atividades, por volta dos anos 1973. Apesar do recrudescimento do regime, sobretudo após o AI -5, no início da referida década, algumas associações no Brasil, especialmente as associações de professores licenciados, contavam com grupos de professores ligados a setores de esquerda, a exemplo da APLEC, que apresentavam uma posição política diferente da APEOC. A liderança da APEOC, por sua vez, mantinha uma política de aliança com os governos ditatoriais, fato registrado pelo seu órgão informativo.

[...] Festejamos condignamente o dia da Revolução de 31 de março, com palestra a cargo do Sr. Prof. Ernando Pereira Lima, e aposição dos retratos dos Excelentíssimos Senhores General Ernesto Geisel e Cel. José Adauto Bezerra, Presidente da República e Governador do nosso Estado respectivamente, em nossa sede social⁵⁸¹.

A entidade, desta forma, distanciava-se dos debates que defendiam o confronto com o governo militar, fato também elucidado na entrevista com o professor Cleber Pinho, quando o mesmo se refere a um embate entre o professor Brilhante e a mesa que coordenava os trabalhos durante um congresso de professores licenciados, em 1972.

A APLEC na época só tinha esquerdista⁵⁸², então o próprio ambiente da Revolução liquidou com a APLEC. [...] A APLEC sofreu com o desgaste provocado pela ditadura [...] e, excepcionalmente, como a APLEC estava nessa dificuldade, o Jaime [Jaime Alencar]⁵⁸³ me deu uma carta pra eu representar o Estado do Ceará [...] só que na última hora o Brilhante que era também o presidente [APEOC] resolveu ir também ao Congresso [...] que por sinal o congresso era extremamente esquerdista e houve uma disputa muita grande lá e nessa disputa o Brilhante resolveu retirar-se do congresso⁵⁸⁴.

O discurso proferido pelo professor Brilhante no jornal *O Professor* sobre o referido Congresso, confirma o relato do então vice-presidente da APEOC:

⁵⁸¹ O PROFESSOR, Ano II, nº02, 1976, p.03, (O trabalho da APEOC em benefício do magistério).

⁵⁸² O professor Cléber Pinho referia-se, sobretudo aos principais líderes da APLEC na época, professor Manuel Aguiar de Arruda, Fausto Arruda Filho, Jaime Alencar, que participavam de grupos de esquerda, aspecto abordado no capítulo anterior.

⁵⁸³ Professor Jaime Alencar, então presidente da APLEC, em 1972.

⁵⁸⁴ Entrevista de Cléber Pinho, realizada no dia 11/11/2012.

Lembramo-nos bem, quando em 1972, comparecíamos a um Congresso de Professores Licenciados do Brasil, na Bahia, para estudarmos o Estatuto do Magistério e a Lei 5.692/71, qual não foi o nosso espanto, quando no decorrer dos trabalhos notamos que as reuniões estavam tomando aspectos de revide, de insinuações. [...] Comunicamos a retirada da delegação do Ceará e afirmamos em alto e bom som que ‘o Estado do Ceará comparecia para o estudo mais acurado do Estatuto do Magistério e da Lei 5.692/71, nunca para tomar parte em assuntos políticos’ e que a mesa estava subvertendo a ordem e por este motivo o Estado do Ceará retirava-se em sinal de protesto⁵⁸⁵.

Por esta razão aventa-se a hipótese de que o movimento que questionou o trabalho e a representatividade da APEOC, em 1974, poderia incluir uma insatisfação diante do seu posicionamento no regime militar, o que na segunda metade da década de 1970, caminhará em direção à eclosão do movimento sindical docente, já num contexto de abertura política; de efervescência dos movimentos sociais; e da organização de novas lideranças no magistério que, em seu conjunto, marcaram o início da fase de sindicalização. Cleber Pinho, durante sua entrevista, deu alguns indícios que podem explicar não somente a relação entre o então presidente da APEOC e o poder público, mas sua defesa na construção de uma entidade “apartidária”, sem finalidade de exercer função crítica do cenário político, nacional e estadual. De acordo com o relato do professor, além das dificuldades postas pelo momento histórico da ditadura militar, a experiência do então líder da APEOC como ex-assessor de três vice-governadores e sua afinidade com o *Partido da Aliança Renovadora* (ARENA) contribuiu para o respeito nutrido pelas autoridades constituídas e a visão de que cabiam as lideranças do movimento docente encaminhar as demandas, a partir de um entendimento junto aos governantes. Essa posição era compartilhada com os demais membros da diretoria da entidade, como demonstra o relato abaixo.

O período do Brilhante situou-se todo dentro do período revolucionário. Aí, o Brilhante terminou exatamente em 85 [1985]. Ele não era extremista, ele se acomodava dentro do sistema, era arenista e eu era emedebista, mas apesar de eu ser emedebista e ele ser arenista, nunca discutimos esse assunto na APEOC. O grande mérito

⁵⁸⁵ O PROFESSOR, Ano II, dez./1976, p.16, (Discurso do presidente da Associação dos Professores/ 1º Encontro Representantes da APEOC – julho de 1976).

da APEOC na época era ser inteiramente apartidária. [...] Em todo o período revolucionário todas as nossas negociações eram feitas diretamente com as autoridades. Com muito jeito nós íamos conseguindo as coisas, porque não adiantava levantar a voz porque se prejudicava e à categoria, consequentemente⁵⁸⁶.

De acordo com Cleber Pinho⁵⁸⁷, o presidente da entidade, de 1958 a março de 1971, ao lado da atividade docente, havia exercido a função de assessor político no gabinete dos vice-governadores do estado o que, atrelado à sua adesão ao projeto político da ARENA, favoreceu tanto à abertura dos governos ao então presidente da APEOC, quanto ao seu discurso em defesa do não envolvimento da classe nos assuntos políticos. Nos primeiros anos da gestão do professor Brilhante, portanto, a defesa de um modelo de associação apartidária e da acomodação da entidade dentro do sistema não encontrou espaços efetivamente conflituosos, embora já existisse, na primeira metade da década de 1970, uma insatisfação no interior da categoria e associações docentes que se propuseram a debater o cenário político.

No momento em que a conjuntura político-social começou a dar sinais visíveis de mudanças, já na segunda metade dos anos 1970, com o ressurgimento dos movimentos sociais, a eclosão do novo sindicalismo, o debate sobre a reforma político-partidária, dentre outros elementos, tornaram-se mais nítidas as críticas às práticas associativas na APEOC, através de um movimento de oposição que se formou no âmbito da categoria do magistério. Nessa circunstância teve origem a organização do movimento sindical dos professores das escolas públicas no Ceará.

3.1.3 – A emergência do movimento sindical do magistério do 1º e 2º graus no Ceará: breve caracterização

Os primeiros sinais da organização sindical dos professores cearenses ligados à rede pública surgem no mesmo contexto marcado pela aproximação do movimento docente com a luta sindical, em âmbito nacional. No Ceará, todavia, as mobilizações não emergiram no interior da APEOC, entidade que permaneceu com fortes traços do modelo associativo, mas sim, como parte de um movimento que se estruturou, inicialmente por fora da entidade. Tal contexto sugere que, na análise do caso cearense deva-se partir do pressuposto que há conexão entre a história do movimento sindical dos professores das escolas públicas com os fatores que impulsionaram as experiências erigidas em âmbito nacional. Porém, o movimento

⁵⁸⁶ Entrevista de Cleber Pinho, realizada no dia 14/11/2012.

⁵⁸⁷ PINHO, 2011.

também apresenta suas especificidades. Nesta perspectiva, à investigação de sua origem e sua caracterização, tornou-se fundamental traçar um perfil do grupo que atuou na emergência da luta sindical do magistério público, no movimento, denominado no estudo de Moreira, *Articulação Estadual do Magistério*. Tal fase, entre 1978 e 1982, compreende sua organização em movimentos paralelos, inicialmente através do *Movimento de Unificação dos Profissionais da Educação* (MUPE) e, posteriormente, da *Associação dos Profissionais da Educação do Ceará* (ASPEC). A construção deste perfil teve como referência, a trajetória de algumas de suas principais lideranças, uma vez que, estas atuaram como porta-voz do movimento⁵⁸⁸. As categorias delimitadas com vista a traçar as principais características desse grupo tiveram como parâmetro a experiência do movimento sindical docente no Brasil, a saber: *atuação na rede de ensino; ingresso na rede pública de ensino; atuação em movimentos sociais; ligação com movimentos político-partidários de esquerda; posição diante das entidades tradicionais do magistério; posição diante da ditadura militar; e, por fim, participação em eventos nacionais.*

Maria Laura Moreira, integrante do movimento *Articulação Estadual do Magistério*, em sua dissertação, afirmou que desde meados da década de 1970, professores cearenses, identificados com os movimentos que vinham se delineando no País, começaram a encontrar espaços para discutir a política nacional, o que incluía à participação de todos os professores no encaminhamento das questões específicas da categoria, dentre outras. Temas como a política sindical e educacional, as formas de atuação mais efetiva nos organismos da sociedade civil, a “Anistia ampla, geral e irrestrita” para os presos políticos, foram incorporados ao debate de um grupo de professores. Naquele momento, além da direção da APEOC, *personificada* na figura do professor Francisco Brilhante, em razão da maior abertura política, despontou no movimento docente cearense, novas lideranças.

A presença de professores que se contrapunham à diretoria das entidades docentes cearense, que se alinhavam com os governos militares, já era uma realidade desde no final dos anos 1960, como foi observado no capítulo anterior. Na primeira metade dos anos 1970, indícios mostram o descontentamento de parte do magistério,

⁵⁸⁸ Trabalhou-se com as informações referentes a um grupo delimitado pela pesquisa. Fez parte desse grupo os seguintes professores: *Francisco Lopes* (Chico Lopes), *Jaime Alencar*, *Maria Laura Moreira*, *Paulo Afonso Menescal* e *Valda Albuquerque*. Os dados sobre os docentes foram coletados através de entrevistas realizadas com os professores Paulo Menescal e Valda Albuquerque; de dados presentes em jornais cearenses; e nas dissertações que trataram do movimento docente cearense.

com a “legitimidade” alcançada pela APEOC através da Lei nº 9.825/74. A conjuntura política, no entanto, não permitiu que esses docentes no Ceará, assim como no Brasil, articulassem movimentos de oposição à ordem vigente. Quando começa a se esboçar a abertura política, parte da categoria dos professores cearenses encontra espaço para constituir uma nova organização, dando origem à *Articulação Estadual do Magistério*. Quem eram esses professores? O quadro a seguir representa a tentativa de traçar um perfil dessas lideranças.

Quadro XI – Perfil das lideranças da *Articulação Estadual do Magistério*.

FATORES ABORDADOS	DESCRIÇÃO
Quanto à rede de ensino	Apesar de a maioria ser ligada à rede pública, havia integrantes do magistério que atuavam na rede particular.
Ingresso na rede pública de ensino	Parte significativa era recém-ingressa na rede pública e particular de ensino. Porém havia integrantes que já atuavam na rede pública desde os anos 1960.
Atuação em movimentos sociais	A trajetória de participação em movimentos sociais é uma marca desse grupo, com destaque para a atuação no movimento estudantil secundarista (no CLEC) e universitário.
Participação no movimento dos professores da rede básica de ensino	Havia experiência no movimento docente na direção da APLEC e na base do SINPRO.
Ligação com movimentos político-partidários de esquerda	As correntes que predominavam nas lideranças eram: organizações trotskistas MCI, OSI, PC do B. A maioria fazia parte da fundação do PT no Ceará.
Posição diante das entidades tradicionais do magistério	Posição crítica perante as diretorias das entidades de classe existentes nos anos 1970, no Ceará – APEOC, ASSOECE, ASSECE e SINPRO.
Posição diante da ditadura militar	Posição crítica diante dos governos militares, nas esferas, federal, estadual e municipal.
Participação em eventos nacionais	Participação nas reuniões da SBPC, e dos eventos nacionais, promovidos pelo “Polo de Oposição” à CPB.

Desde a segunda metade da década de 1960 já havia professores da rede pública e particular, mesmo no período mais crítico da repressão militar, que estavam inseridos no movimento estudantil e em diferentes organizações de esquerda

clandestinas como, PC do B, dentre organizações trotskistas. Como militantes destas organizações e estudantes universitários, ingressaram no sistema de ensino e se aproximaram do movimento docente, já com posições contrárias às diretorias das entidades tradicionais. Durante entrevista com a professora Valda Albuquerque, a mesma relata um episódio sobre a tentativa de lançar uma chapa de oposição para concorrer às eleições do SINPRO, sendo a mesma frustrada, em razão da prisão de alguns membros da chapa, no ano de 1971.

Era um movimento de oposição e chegou-se até a lançar uma chapa. Daí quando chegou em 1971, houve a prisão de várias pessoas desse grupo e a gente estava concorrendo a uma chapa e algumas dessas pessoas foram presas e a gente nem concorreu, pois houve uma desorganização⁵⁸⁹.

Sua inserção na base do movimento de professores estava, diretamente, relacionada à militância nas organizações político-partidárias clandestinas, que faziam oposição ao regime. Especificamente em relação à rede pública, também atuavam no início da década de 1970, docentes com experiências diversas, seja no movimento estudantil, seja em organizações de esquerda. Um dos integrantes do grupo que atuou na fase de emergência do movimento sindical docente, professor Jaime Alencar, participou nos anos 1960 ativamente do CLEC, como estudante do Liceu e, posteriormente, como professor do estado, ingressou em 1968 na APLEC, sendo parte da direção mais combativa, responsável pelo fim da entidade. Sua militância, no entanto, não estava condicionada por uma orientação advinda de organizações de esquerda, como ocorreu com outros integrantes do grupo. A diversidade no que diz respeito à militância política é um elemento fundamental para se compreender adiante a conformação desses grupos no âmbito do movimento sindical docente. Tal fator terá um peso significativo nos anos 1980.

Em meados da década de 1970, assim como em diversas partes do País, houve uma reconfiguração nos movimentos sociais no Ceará. O *Movimento Feminista pela Anistia* (MFPA), fundado em 1976, constitui um dos primeiros a se organizar, liderado por parentes de presos políticos e militantes de esquerda, sobreviventes das perseguições políticas, em sua grande maioria, mulheres ligadas ao PC do B. O MFPA tem um significado importante para a história do sindicalismo docente cearense, haja

⁵⁸⁹ Entrevista de Valda Albuquerque, realizada no dia 04/12/2012.

vista o fato de uma de suas principais lideranças, a professora Rosa da Fonsêca, ter participado deste Movimento⁵⁹⁰. O Ceará também foi palco de movimentos sociais que passaram a ter expressão na segunda metade do referido decênio, a exemplo do *Movimento Contra a Carestia*, organizado em 1977, e das mobilizações populares lideradas por segmentos da Igreja Católica, através das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEB'S), *Cáritas*, *Comissões Pastorais da Terra* (CPT) e *Movimento de Defesa dos Favelados*, que teve no estado o apoio expressivo de Dom Aloísio Lorscheider⁵⁹¹. No ano seguinte, houve a criação da *União das Comunidades*, entidade ligada ao grupo de Maria Luiza Fontenelle⁵⁹².

No cenário nacional, as reuniões da SBPC vinham se tornando um espaço fundamental para os grupos ligados a correntes mais progressistas. Neste evento acadêmico, participaram professores e pesquisadores de todo o País, momento em que o debate educacional teve centralidade, com foco nos problemas enfrentados pelos docentes como, “os baixos salários, instabilidade no emprego, más condições de ensino, ausência de organizações sindicais realmente representativas, entre outros”. A participação do magistério cearense nas Reuniões da SBPC, em 1977 e 1978, é indicada por Maria Laura Moreira como um elemento fundamental na trajetória de emergência da luta sindical docente no estado. De acordo com a autora, o espaço de debate criado pelo evento proporcionou não somente o encontro dos professores, mas também a socialização das ideias que vinham sendo construídas no movimento docente, tanto em nível estadual, como nacional⁵⁹³. Durante entrevista realizada com a professora Valda Albuquerque, a mesma reafirmou o relato de Moreira, sobre o papel da SBPC no processo de organização sindical docente no Ceará. “Nós participamos dos eventos da SBPC. Era um evento, era momento de articulação, para a fundação, ou seja, para

⁵⁹⁰ O MFPA, no Ceará, foi presidido pela professora Nildes Alencar, irmã de Frei Tito, e contou com o papel atuante do então denominado “grupo de Maria”, composto por integrantes ligados a Maria Luiza Fontenelle, que viria a governar a prefeitura de Fortaleza nos anos 1980. A professora Rosa da Fonsêca, conterrânea de Maria Luiza, fazia parte desse agrupamento (FARIAS, 2004).

⁵⁹¹ De origem gaúcha, Dom Aloísio Lorscheider ocupava o cargo de Arcebispo de Fortaleza, desde 1973 e era da ala progressista da Igreja Católica, adepto da Teologia da Libertação (IDEM, 2004).

⁵⁹² A União das Comunidades tem sua origem relacionada à luta dos moradores da *favela José Bastos*, erguida em 1978 num terreno particular. Os embates entre as famílias e os proprietários, que contou com o apoio de parlamentares opositoristas e de entidades da Igreja Católica e da sociedade civil, a favor dos moradores, acabaram dando impulso ao movimento das associações de bairros e fez surgir a criação da União das Comunidades (IBIDEM, 2004).

⁵⁹³ MOREIRA, 1990, p.91.

reerguer o movimento popular, para reerguer o movimento social, para reerguer o sindicato”⁵⁹⁴.

O debate a respeito da transição democrática, a crítica ao regime militar e a organização nacional do movimento docente, que apregoava a luta sindical e a construção de entidades mais combativas, já no final dos anos 1970, em seu conjunto, aproximaram docentes, com trajetórias e ideais diferentes, em torno do movimento *Articulação Estadual do Magistério*. Apesar da existência de diferentes filiações político-partidárias, esse grupo se homogeneizou em torno de dois pontos, quais sejam: a crítica às entidades de classe cearenses, especialmente APEOC e SINPRO; e a crítica ao regime militar, o que possibilitou sua organização. A presença de diversas correntes ideológicas no seu interior não representou, portanto, um fator problemático.

Convém ressaltar a importância para a *Articulação Estadual do Magistério* da participação dos professores, em fins dos anos 1970, no *Congresso Nacional de Professores*, promovido pela CPB. Este contou com a presença, tanto de lideranças tradicionais, no caso do Ceará, membros da diretoria da APEOC, como de novas lideranças mais combativas e que se contrapunham à diretoria da CPB, entidade que no final da década de 1970 era considerada pelos grupos ligados ao movimento sindical docente como *pelega*⁵⁹⁵. A posição do movimento docente cearense caminhava em direção ao projeto de fundação da UNATE. Em outros estados brasileiros, as oposições às entidades tradicionais, como na APEOESP, começaram a mobilizar a base da categoria, tendo como seu corolário as greves nos anos 1978 e 1979. No momento em que o movimento sindical docente, em alguns estados brasileiros, liderava mobilizações e greves, no Ceará, a *Articulação Estadual do Magistério*, não conseguiu organizar um movimento que caminhasse nesta direção. Certamente, houve uma conjunção de fatores que corroborou para a ausência de greve no setor do magistério da rede de 1º e 2º graus, apesar de naquele momento, já haver uma liderança organizada que defendia mobilizações em massa de caráter mais combativo, como recurso para reivindicar as demandas do magistério e, da presença de movimentos grevistas em outras categorias de trabalhadores no estado⁵⁹⁶. Um dos aspectos ressaltados na fala de um dos militantes

⁵⁹⁴ Entrevista de Valda Albuquerque, realizada no dia 04/12/2012.

⁵⁹⁵ Na entrevista com o professor Paulo Afonso Menescal, membro do grupo Articulação Estadual do Magistério, o mesmo ressaltou a participação nos eventos da CPB, que também contavam com a comitiva da APEOC.

⁵⁹⁶ Em 1979 ocorreu a greve vitoriosa dos motoristas e trocadores de ônibus por aumento salarial, a primeira que deu impulso a vários outros movimentos como a greve dos médicos, por reposição salarial;

desse movimento foi à forma como o governo estadual cearense vinha conduzindo a política de educação no estado, em parceria com a APEOC.

Eu participei de reuniões com o governador Virgílio Távora e ouvi uma vez, o próprio Virgílio Távora, dizendo que ele, conversando lá com outros governadores, os outros governadores perguntaram por que é que aqui no Ceará não tinha greve dos professores e ele, Virgílio Távora, disse que: – é porque quando os professores pedem uma coisa eu dou logo. Dou logo antes de entrar em greve. E não sei se isso foi demagogia da parte dele, mas de qualquer maneira eu me lembro bem desse fato⁵⁹⁷.

No ano de 1978, final da gestão do governador Waldemar Alcântara e, no início do governo Virgílio Távora, em 1979, houve de fato, uma articulação entre governo e APEOC, o que acabou fornecendo à categoria algumas vantagens, fator que será analisado no tópico a seguir. Outro aspecto ressaltado em seu depoimento havia sido a falta de experiência do grupo em conduzir um movimento grevista, com a mesma proporção das greves eclodidas em determinados estados brasileiros.

Eu acredito que, embora a gente se reunisse com frequência, era aos sábados as reuniões, e que houvesse boa vontade das pessoas que participavam do movimento, mas naquela época, naquele momento, as pessoas não tinham muita experiência em relação a isso, eram pessoas que nos anos anteriores nunca tinham vivenciado esse tipo de atuação dentro da sociedade e da política; e num outro aspecto também, que eu acho que é importante, é com relação à APEOC, porque a APEOC ainda tinha muita força política, muita força ainda dentro da categoria, nós tínhamos essa concorrência da APEOC⁵⁹⁸.

Além da forte influência da APEOC, que vinha, naquele momento, ampliando seu quadro de associados e sua influência na base da categoria, por meio da criação do cargo de representantes da entidade nos estabelecimentos oficiais na capital, e das delegacias no interior do estado; o movimento dos professores das escolas públicas cearenses, tradicionalmente, não representou um espaço para manifestações de caráter político. As greves promovidas, no final da década de 1960, não chegaram a caminhar nesta direção, talvez em virtude da repressão política. Com efeito, apesar do vínculo das lideranças com outros movimentos sociais, mobilizar a categoria do magistério cearense numa greve, cujo propósito seria questionar a política do governo

dos motoristas de táxi, por reajuste nas tarifas; e de trabalhadores do setor metalúrgico, sob a influência dos movimentos no ABC paulista (FARIAS, 2004).

⁵⁹⁷ Entrevista de Paulo Afonso Menescal, realizada no dia 21/10/2013.

⁵⁹⁸ IDEM.

estadual encontrou entraves naquela circunstância. A articulação entre APEOC/governo e, com a concessão de alguns benefícios importantes para o magistério, justifica, por outro lado, a ausência de movimentos grevistas.

Esse fator é fundamental para a discussão sobre a relação entre o associativismo e o sindicalismo. No Ceará, o momento que marca a fase de sindicalização é também um período de fortalecimento do modelo associativo, em torno da APEOC, o qual encontrava amparo na própria conjuntura política, nacional e estadual, ainda marcada pelo regime militar. Outro aspecto que não pode ser desconsiderado na análise da ausência de movimento grevista no final dos anos 1970 é que, apesar do discurso ecoado no movimento sindical docente, em todo o Brasil, de que os professores eram “trabalhadores em educação”, há que se considerar o fato desta *identidade social* não ser representativa de toda a categoria. O reconhecimento por parte do professor dessa imagem já foi contestada pela literatura na área, no sentido de que a mesma não representou o conjunto do magistério, um quadro também representativo do magistério cearense. A APEOC demonstra ser um caso emblemático. Convém assinalar que, a não identificação com o movimento de trabalhadores em educação não é um dado restrito à direção da Associação, mas também é elucidativa de um conjunto de professores que não se identificavam com os movimentos que vinham eclodindo no campo do magistério e apoiavam o trabalho da entidade.

Através do noticiário foi possível observar a presença de docentes que se manifestaram em apoio às ações da APEOC, no período de organização do movimento sindical docente, como demonstra a nota a seguir, assinada por uma professora da rede estadual de ensino que, posteriormente, viria a integrar o quadro de dirigentes da APEOC, nos anos 1980⁵⁹⁹.

A Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará – Apeoc – que tem como presidente o dinâmico e incansável professor Francisco Brilhante Teixeira, é um órgão desconhecido pela maioria dos professores que compõem a rede de ensino oficial do Estado. Por incrível que pareça o único órgão representativo da classe, o que é de se lamentar profundamente. Digo um órgão desconhecido, porque, se os professores o conhecessem, se procurassem saber de suas realizações e reivindicações, se procurassem saber de suas finalidades como órgão classista, certamente que o criticariam menos; que apoiariam mais as suas reivindicações e acreditariam em seu trabalho em prol da classe que representa. [...] A Apeoc, diga-se a título de esclarecimento, não é um órgão revolucionário, instigador. Sempre

⁵⁹⁹ Ver apêndice X.

que se faz necessário, ela age através de seu Presidente sem alarde, sem divulgação, sem ataques. E num trabalho silencioso, vai às autoridades competentes e lhes expõe o problema [...] Os professores cearenses estão dispersos, desunidos, pessimistas e acima de tudo desprestigiados. Em face disso, não acreditam em nada que lhes possa melhorar as condições salariais. Daí porque se torna necessário que os que fazem a educação no Ceará se unam, se dêem as mãos para o maior fortalecimento e valorização da classe. Isto só se tornará possível através de uma associação. E os professores cearenses já possuem uma, da qual se podem orgulhar – Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará – APEOC⁶⁰⁰.

Nesta conjuntura, para fazer frente à liderança da APEOC, bem como, do SINPRO, no caso dos docentes ligados à rede particular, os professores iniciaram um processo de mobilização, por fora da entidade, que se materializou na criação do MUDE e da ASPEC. É importante assinalar a influência das experiências que haviam erigido no Brasil, na organização coletiva dos professores do 1º e 2º graus cearenses, em oposição à APEOC. O MUDE teve bastante semelhança com o modelo de organização posto pelo *Movimento pela União de Professores* (MUP) e *Movimento de Oposição Aberto de Professores* (MOAP), fundado em São Paulo. Ambos surgiram em 1976⁶⁰¹, resultantes da iniciativa do magistério das escolas de 1º e 2º graus, oriundos do movimento estudantil e com militância em diferentes organizações políticas de esquerda. Uma característica desses movimentos é que, ao mesmo tempo em que atuavam nos espaços de debates em torno da crítica ao regime militar, suas lideranças encaminharam as lutas específicas do magistério paulista, que culminaram nas greves de 1978 e 1979⁶⁰².

Foi nessa circunstância que surgiu o MUPE⁶⁰³, com finalidade de fundar no Ceará um movimento unificado dos profissionais da educação, em consonância com a

⁶⁰⁰ A notícia foi assinada pela professora Maria Alacoque de Lima que, no momento da publicação da nota, não fazia parte da diretoria da APEOC. Não se sabe ao certo se a mesma era sócia da entidade, mas trechos da sua carta foi publicado na edição do Jornal O Professor, de junho de 1979 (JORNAL O PROFESSOR, Ano II, nº 5, jun./1979, 03, Trabalho reconhecido). Contudo, o período na qual foi publicada corresponde aos embates entre a APEOC e o grupo do movimento sindical docente cearense (O POVO, 17/04/1979, p.20, “Coluna Cartas do Povo, As realizações da APEOC”). Foi localizada durante a pesquisa outra nota assinada pela mesma professora, publicada em 1978, em que a mesma também fez a defesa da APEOC como entidade representativa da categoria docente (O POVO, 22/09/1978, p.12, “Gratificação para os professores”).

⁶⁰¹ De acordo com Amarílio Ferreira Júnior, o MUP apresentava um propósito mais amplo, uma vez que seus princípios se articulavam com a política geral, ao passo que as lideranças dissidentes que formaram o MOAP, apresentavam principais mais específicos, como a luta contra a política salarial do governo, lutar contra a política do governo no campo do ensino público, dentre outras (FERREIRA JÚNIOR, 2011).

⁶⁰² IDEM.

⁶⁰³ Paralela ao MUPE, os docentes da rede particular organizaram o Movimento de Valorização do Professor (MVP), fundado em janeiro de 1980, através de uma solenidade realizada na ACI. O Movimento havia lançado um manifesto, distribuído nos estabelecimentos de ensino particulares, na cidade de Fortaleza, que dentre os objetivos, explicitados no documento havia a recuperação da dignidade e do conceito social que a classe desfrutava no passado e a luta pela melhoria do perfil salarial e das condições de trabalho (O POVO, 01/1980, p.12, “Movimento de valorização será lançado hoje”).

ideia que vinha sendo posta no cenário nacional e que se tornaria hegemônica nos anos 1980, qual seja, a concepção de que a luta sindical dos educadores deveria reunir todos os profissionais que participavam da área educacional, ao contrário do formato aduzido no associativismo, em que cada segmento se articulava em torno de uma associação. Tal concepção encontrou apoio na crítica que se fazia à fragmentação e ao corporativismo instituído pela Lei nº 5.692/71, que dividiu o magistério entre a categoria dos regentes e dos especialistas. De acordo com Moreira⁶⁰⁴, o MUPE se caracterizou, principalmente por sua oposição à APEOC e ao SINPRO, apresentando o propósito central de encaminhar, as lutas do magistério no Ceará, lutas que incluíam tanto as bandeiras específicas da categoria, mas também, outras demandas oriundas do movimento sindical docente nacional, relacionadas à questão da *estrutura sindical*, da *política nacional e educacional*, fator analisado mais adiante.

A ausência de um aparato jurídico-institucional talvez explique as dificuldades do Movimento em liderar uma oposição sindical às entidades de classe – APEOC, ASSECE, ASSOECE, APEFCE e SINPRO – considerando o fato de o mesmo ter tido um caráter efêmero. No entanto, aventa-se a hipótese de que um dos fatores cruciais para o encerramento do MUPE foi, a influência do movimento que vinha se articulando no País, em torno da ideia de construção de uma entidade nacional para fazer frente à CPB, que viria a ser a UNATE. As semelhanças da ASPEC, entidade criada após o MUPE, com a ideia da UNATE, sugere tal concepção. Sua fundação surgiu logo após o fim do MUPE, inicialmente, a partir da tentativa de reativar a APLEC, em razão da entidade, desde o princípio, ter como proposta, representar os professores licenciados, independente da rede de ensino, na qual exerciam a atividade docente. Nesse caso, além da categoria de professores, sem distinção da rede de ensino, a nova entidade deveria também representar os demais profissionais da educação – servidores, supervisores e orientadores educacionais, conforme indica a nota abaixo, publicada no jornal *O Povo*:

⁶⁰⁴ MOREIRA, 1990.



Imagem XII: Nota sobre a reativação da APLEC⁶⁰⁵

A APEOC, naquele momento, não correspondia ao modelo de organização preterido pela *Articulação Estadual do Magistério*, considerada uma Associação centralizada na figura de seu presidente e representantes, antidemocrática e alinhada com os governantes, o que limitava sua crítica à política educacional. Além disso, apenas representava o interesse dos professores e não de toda a categoria dos profissionais da educação. É importante salientar, que no movimento, Articulação Estadual do Magistério, havia integrantes tanto da rede pública como da rede particular, fator que contribuiu para a criação da ASPEC, em junho de 1979, associação voltada a representar os profissionais da educação, das redes públicas – federal, estadual, e municipal – e da rede particular, do 1º, 2º e 3º graus⁶⁰⁶. Em seus Estatutos consta como seu objetivo, “o estudo, a defesa, a coordenação, a proteção e a orientação da categoria, com o intuito de colaborar com os Poderes Públicos e demais entidades, visando o aperfeiçoamento das instituições educacionais e o desenvolvimento político-social da Nação”⁶⁰⁷.

⁶⁰⁵ O POVO, 19/04/1979, p.18, Professores querem uma associação representativa.

⁶⁰⁶ O Artigo 2º dos seus Estatutos especifica todos os segmentos que poderiam ser representados pela entidade. (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 13/06/1979, “Estatutos da Associação dos Profissionais da Educação do Ceará – ASPEC”; MOREIRA, 1990, p.106).

⁶⁰⁷ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 13/06/1979, Estatutos da Associação dos Profissionais da Educação do Ceará – ASPEC.

Naquela conjuntura, a ideia de fundação da entidade teve amparo nos debates nacionais, em direção a duas pautas: 1) unificação dos profissionais da educação, em torno de um único organismo sindical, e 2) oposição às entidades de classe tradicionais, com um foco maior na atuação por fora das associações já constituídas. Conforme destacado no primeiro capítulo, no movimento sindical docente, no plano nacional, houve, nesse momento, o embate em torno da CPB, que dividiu o movimento entre aqueles que defendiam a permanência da CPB e uma atuação das lideranças sindicais por dentro da Confederação, com vistas a democratizá-la; e aqueles que defendiam a criação de um novo organismo nacional que reunisse toda a categoria dos profissionais da educação, ideia que deu origem a UNATE, em 1981.

No caso cearense, as lideranças da ASPEC apresentavam um consenso quanto a sua posição, perante o embate travado no plano nacional, a saber, a adesão ao projeto de criação da UNATE, haja vista que a maioria era formada por professores ligados ao movimento de fundação do PT. Representantes da diretoria da entidade se fizeram presentes nos *Encontros Nacionais de Professores* e nos *Congressos Nacionais de Profissionais de Educação*, eventos promovidos pelo “Polo combativo” de oposição à diretoria da CPB, que defendia a criação da UNATE, fato que pode ser comprovado através das notícias divulgadas pelos jornais locais⁶⁰⁸. O fim da UNATE é considerado no trabalho já citado, de Maria Laura Moreira, o principal fator que propiciou o encerramento das atividades da ASPEC, decisão aprovada, em abril de 1983, durante assembleia geral, com a elaboração de um documento distribuído entre os seus associados, cujo teor era de conclamar a categoria, a iniciar um trabalho dentro da APEOC, no sentido de democratizá-la, de acordo com as diretrizes postas no movimento sindical docente nacional, em relação à CPB.

A despeito da breve existência do MUPE e da ASPEC, na fase inicial de organização do movimento sindical dos professores da rede pública cearense, a partir de sua trajetória é possível investigar o modo como esse grupo atuou no campo da educação, percebendo assim, as similitudes e diferenças entre o associativismo e o sindicalismo docente no Ceará, no período que demarcou a fase de sindicalização do movimento sindical docente no Brasil.

⁶⁰⁸ O POVO, 21/03/1980, p.18, ASPEC apresenta resultados do encontro de professores; O POVO, 23/07/1980, p.11, ASPEC divulga os resultados do congresso nacional de educação.

3.1.4 – A fase de sindicalização no cenário cearense: da Articulação Estadual do Magistério (semelhanças e diferenças)

A fase do sindicalismo docente no Brasil tem como marco o final da década de 1970, mais precisamente, o ano de 1978, em razão do surgimento das greves dos professores com a emergência de lideranças sindicais no magistério, mas, ao mesmo tempo, predominava ainda na organização docente, o modelo associativo, através das ações da APEOC.

Para refletir sobre as semelhanças e diferenças entre o associativismo e sindicalismo docente no contexto cearense, foi realizada uma análise da atuação da APEOC e do grupo que deu início ao movimento sindical, que abrange sua organização no movimento *Articulação Estadual do Magistério*. Nesta direção, como período de análise, foram delimitados os anos entre 1974 a 1982, em virtude de alguns fatores. Esse momento abrange dois períodos da demarcação estabelecida no início do capítulo, a saber: a fase de reestruturação da APEOC, que até 1978 vai encaminhar as demandas da categoria junto ao governo do estado; e a fase em que o movimento docente divide o espaço entre a liderança da APEOC e as lideranças da organização em torno da luta sindical. Abrange, outrossim, o início do debate em torno da implantação do estatuto do magistério, documento que se tornou o centro das discussões na categoria dos professores das escolas públicas, em relação às suas lutas corporativas.

A organização coletiva dos professores das escolas públicas, seja ela nos moldes associativos ou sindicais, tem como aspecto singular, que o diferencia de outros movimentos ligados ao mundo do trabalho, sua ligação com o campo educacional. Por esta razão, a *política educacional* deve ser considerada numa análise que busque compreender o papel do movimento docente na fase do associativismo e do sindicalismo, a qual foi delimitada como *eixo central*. Outros elementos, entretanto, também foram considerados, uma vez que, a atuação dos professores no movimento subentende sua relação com a esfera governamental e com movimentos político-partidários. Estas foram, portanto, as categorias de análise definidas. Na década de 1970, dentre os temas educacionais, a implantação do *Estatuto do Magistério Oficial*, teve bastante notoriedade no Ceará. Uma das principais problemáticas, na ótica do governo, a serem sanadas em relação aos docentes, era o quadro de professores leigos, meta já prevista nos planos educacionais elaborados após a Lei nº 5.692/71.

Os professores da rede pública contavam apenas com a APEOC como entidade representativa, que passou a ter seu reconhecimento pelo governo garantido através do Estatuto. Tal medida teve um significado importante, tanto para a categoria, quanto para o governo e para a própria entidade. No primeiro caso, conforme assinalado anteriormente, a decisão governamental não havia sido legitimada por parcela do magistério, a qual não se via representada pela APEOC. É provável que parte da insatisfação do professorado esteja relacionada à falta de politização da entidade, no sentido de promover à crítica à reforma educacional proposta pelo governo federal e sua proximidade com a esfera governamental. Mas, também havia uma crítica ferrenha à ausência de diálogo entre a diretoria e a base. As notas de jornais citadas no tópico 3.1.2, demonstram já no ano de 1974, cobranças dos professores no sentido de reivindicar maior transparência nas ações da diretoria, que privilegiava o diálogo com o governo, em detrimento da base da categoria. O afastamento com a base terá um arrefecimento no ano de 1976, quando se institui um modelo centralizador no encaminhamento das propostas da entidade no âmbito da implantação do Estatuto.

O fato é que para o governo estadual garantir a condição de entidade representativa do magistério à APEOC se mostrou fundamental no processo de implantação de suas medidas na área da educação, tendo em vista que este teve na Associação um instrumento para facilitar suas ações neste setor. A APEOC, por sua vez, foi beneficiada com a parceria estabelecida junto ao governo, o que incluiu não somente, a ampliação no seu quadro de sócio e o acesso a verbas em benefício da entidade, mas também à obtenção de conquistas para o magistério, a exemplo do processo de implantação do Parecer nº 2/76, do *Conselho Estadual de Educação* (CEE). Apesar da Lei nº 9.825 ter sido aprovada no ano de 1974 e de ter previsto um prazo de 180 dias para sua implantação, havia muitos entraves, alguns ligados a questões de ordem financeira e burocrática da máquina estatal, ou mesmo de “vontade política” para garantir a estruturação da carreira do magistério, haja vista o fato de o estado do Ceará não apresentar condições para implantar o Estatuto sem o apoio do governo federal⁶⁰⁹. Porém, outras questões diziam respeito ao próprio quadro do magistério, considerando

⁶⁰⁹ Vale lembrar que antes da Constituição de 1988, os estados e municípios não possuíam muita autonomia financeira.

que parte significativa da categoria era formada por professores leigos, o que dificultaria seu acesso aos níveis de enquadramento previstos pelo Estatuto⁶¹⁰.

Foi no intuito de garantir a qualificação dos professores leigos, que o CEE promulgou o Parecer nº 2/76, na gestão do governador Adauto Bezerra, documento que possibilitou aos docentes das escolas públicas e particulares o direito de prestar um “exame supletivo específico”, para a obtenção do 1º ou do 2º grau, e o “exame do vestibular específico”, para o ingresso em turmas de licenciatura plena, ofertadas pela *Faculdade de Filosofia do Ceará* (FAFICE), exclusivas para professores em exercício no magistério público e particular⁶¹¹.

No processo de implantação da proposta do Parecer, a APEOC teve um papel central, assumindo a responsabilidade pela oferta dos cursos preparatórios, medida que corroborou para a ampliação do seu quadro de sócios, já que para realização dos cursos, foi necessária à criação das *delegacias da APEOC* nas cidades do interior do Ceará que, tradicionalmente apresentavam a maior concentração de professores leigos. Em entrevista concedida ao jornal *O Povo*, o professor Brilhante afirmou que,

visando orientar os professores nas paragens mais escondidas do Estado, resolveu fundar as chamadas Delegacias da APEOC que se encarregam de suscitar interesses e de despertar a classe para este aspecto importante [a habilitação dos professores], de que depende o sucesso de toda luta em prol da melhoria salarial⁶¹².

Embora não tenha sido possível identificar a data precisa de criação da primeira *delegacia*, sabe-se que em julho de 1976, delegacias da APEOC já haviam sido fundadas. Nesse período, foi realizado o *I Encontro de delegados representantes da APEOC*⁶¹³, evento que teve um significado importante para a análise do movimento de professores nos anos 1970.

⁶¹⁰ Na Seção III, da Lei nº 9.825/74, no Artigo 140º era discriminado os níveis de acesso à carreira, constando no Anexo Único do documento, a Tabela de Escalonamento Vertical e Horizontal, a qual abrangia da Classe A à F. Cada Classe era composta por três níveis. A ascensão funcional, desta forma, seria garantida, em parte, pelo nível de formação do magistério (SEDUC/DEPES, Lei nº 9.825 de 19.05.74).

⁶¹¹ A FAFICE naquele ano era ligada ao CEE. A partir de 1976a Faculdade foi integrada à Universidade Estadual do Ceará.

⁶¹² O POVO, 14/10/1978, p.16, Brilhante: habilitação é condição básica para eficácia do estatuto.

⁶¹³ O *I Encontro de delegados representantes da APEOC* foi realizado no Teatro da EMCETUR, em Fortaleza, nos dias 15 e 16 de julho de 1976 (JORNAL O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.01-16, Primeiro Encontro de Delegados Representantes da APEOC – Fortaleza).

Além dos cursos preparatórios outra medida de destaque no trabalho da APEOC, com vista à implantação do Estatuto do Magistério, havia sido a realização dos *Encontros de Professores Oficiais do Ceará*, evento anual que teve sua primeira edição no ano de 1974, cuja temática central foi o *Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará*⁶¹⁴. Cabe salientar que, a participação em eventos nacionais, sobretudo nos *Congressos Nacionais de Professores* da CPB, que objetivavam também debater sobre o Estatuto, passou a ser uma prática presente na diretoria da APEOC, a partir de 1976, momento em que a entidade exerceu um papel mais atuante na implantação do Estatuto. Tal fator corroborou para sua filiação à CPB, em 19 de setembro de 1976, durante a realização do *I Encontro de Delegados Representantes de Entidades de Professores de todo o Brasil*, evento que também apresentou como tema central o Estatuto, num momento em que a Confederação vinha tomando a frente desse debate em nível nacional⁶¹⁵. Foi nessa circunstância que a APEOC, ao invés de promover o encontro de professores, que tinha como público alvo a categoria, propôs a realização do *I Encontro de Delegados Representantes da APEOC* que, embora tivesse contado com a presença de 400 professores, da capital e do interior, foi um evento destinado aos “representantes da APEOC”, ler-se, o corpo de direção da entidade, os representantes da APEOC nos estabelecimentos de ensino da capital e os representantes das delegacias fundadas no interior do estado do Ceará, até aquele momento⁶¹⁶.

Por meio da análise do discurso do presidente da entidade, publicado na edição do *Jornal O Professor*, pode-se não somente perceber alguns elementos importantes sobre as principais finalidades definidas pela APEOC, em meados da década de 1970, mas também, o modo como sua diretoria buscou encaminhar as propostas o que, por sua vez, evidencia as tensões já presentes no interior da categoria. Para o principal representante da entidade, o foco central da luta do magistério deveria ser garantir a implantação do Estatuto, o que pressupunha, naquele momento, garantir a

⁶¹⁴ O I Encontro dos Professores Oficiais do Ceará ocorreu entre os dias 25 e 27 de julho de 1974 (UNITÁRIO, 26/07/1974, p.08, “Professores do Estado fazem seu primeiro Encontro”).

⁶¹⁵ O Encontro foi realizado entre os dias 14 e 19 de setembro de 1976, em Porto Alegre e a APEOC se fez representada na figura de seu presidente, prof. Francisco Brillhante, que teve passagem aérea financiada pela Prefeitura de Fortaleza (JORNAL O PROFESSOR, ano II, nº 2, dez./1976, p.05, “11º Seminário Nacional de Associações de Professores de todo o Brasil”). A CPB era presidida na época pela professora Thereza Noronha Carvalho, que desenvolveu um trabalho em todo o país, no sentido de garantir a implantação do Estatuto do Magistério, previsto pela Lei Federal nº 5.692/71.

⁶¹⁶ Segundo o jornal *O Professor*, a APEOC mantinha em várias escolas em Fortaleza dois representantes e seus diretores, aos sábados e domingos, vinham fundando as delegacias nos interiores do Ceará (JORNAL O PROFESSOR, ano II, nº 2, dez/1976, p.16, “Discurso do presidente da Associação dos Professores – 1º Encontro de Represente da APEOC/ julho de 1976”).

melhoria nos níveis de formação dos professores leigos, para que estes pudessem ter acesso aos benefícios da referida legislação. Suas ações nesse campo deveriam estar em consonância com a política educacional proposta pelos governos, federal e estadual, sendo considerado de fundamental relevância buscar a parceria com os governantes e manter uma relação de respeito às autoridades constituídas.

No que se refere ao modo como seriam executadas as ações, a entidade propôs um modelo centralizado na figura de seus representantes. A esse respeito, subtende-se que durante os *Encontros dos Professores Oficiais* houve confrontos entre a categoria e a direção da APEOC, assim como vinham ocorrendo nos Congressos da CPB e em outros encontros nacionais, desde o início da década de 1970⁶¹⁷. Vale lembrar que, na preparação do *I Encontro de Professores Oficiais*, em 1974, houve um movimento liderado pelos fundadores da entidade, que objetivou tornar o evento numa assembleia geral, com fins de eleger nova diretoria. Os confrontos presentes entre, diretoria e base da categoria, justificam o modelo centralizador imposto pela entidade no ano de 1976 e a realização do I Encontro de Representantes, em detrimento do Encontro de Professores Oficiais. Cabe nesse momento citar trechos do discurso proferido pelo professor Brilhante, o qual atesta a análise acima.

É muito importante para o magistério oficial do Estado estas reuniões anuais da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará. É importante por dois motivos: Primeiro porque representa a união existente entre aqueles que realmente desejam fazer um magistério sadio. Segundo, porque se constitui uma festa de conagração, de confraternização, de amizade entre aqueles que são os responsáveis pela educação. Este ano, no entanto, a festa torna-se um pouco diferente. Embora aqui possamos vislumbrar um grande número de professores interessados neste Encontro, ele diz mais de perto, Encontro de Representantes da Associação. [...] Mesmo contra a incredulidade de muitos e a má vontade de alguns, que muitas vezes pretender torpedear nosso trabalho, vamos seguindo em frente, na certeza de que estamos fazendo o melhor para o professor. Esses encontros programados no interior do Estado⁶¹⁸ bem atestam a boa vontade da Associação, pois em todos eles sempre contamos com a presença de autoridades que estão ai para afirmar. Tratamos nestes

⁶¹⁷ Como já foi salientado no presente estudo, desde o início da década de 1970 houve a presença de tensões nos eventos promovidos para discutir o Estatuto do Magistério, a exemplo do *Congresso Nacional de Professores Licenciados*, ocorrido em 1972, na Bahia, evento que contou com a participação da APEOC, que na ocasião se retirou do congresso, no momento em que começaram a surgir debates críticos e torno das propostas educacionais do governo militar.

⁶¹⁸ Tais encontros referem-se ao trabalho de implantação das delegacias da APEOC.

encontros somente de assuntos do Magistério, seus percalços e a maneira mais justa de resolver certos problemas. [...] ⁶¹⁹.

O documento citado também revela o apoio do governo estadual à entidade. Durante a realização deste evento, a sessão de abertura contou com a participação de autoridades, sendo na ocasião lida a seguinte mensagem do governador do estado, Cel. Aduino Bezerra:

No momento em que os representantes da Associação dos Professores Oficiais do Estado do Ceará se reúnem num ato de confraternização dos mestres da capital e do interior, desejo a todos externar minha satisfação por este acontecimento, reconhecendo os benefícios que pode trazer à melhoria do ensino público. Há necessidade, realmente de uma maior integração dos professores oficiais, não só para defender os interesses da classe, mas igualmente para troca de experiências didáticas e pedagógicas. Saúdo a Associação pela lúcida decisão que tomou de instituir cursos de preparação de professores para exames supletivos e vestibulares, dando oportunidade a muitos dos que trabalham na rede estadual de ensino de aperfeiçoar seus conhecimentos. Considero tal iniciativa uma colaboração valiosa ao programa governamental de formação e treinamento de professores e ao propósito que alimentamos de aumentar consideravelmente o número de docentes devidamente habilitados no sistema escolar. Faço votos de que a Associação tenha pleno êxito em seu árduo trabalho e de que este primeiro encontro fortaleça a solidariedade entre os professores e abra o caminho para novos progressos na modernização da educação no Ceará ⁶²⁰.

Foi nesta perspectiva que a APEOC encaminhou, junto com o governo, os cursos preparatórios, em consonância com o Parecer nº 2/76 e garantiu algumas conquistas para o magistério. No que diz respeito à preparação para os *exames supletivos específicos*, dados publicados no jornal *O Professor*, indicam que, entre os anos de 1976 e 1977, 347 professores da rede oficial e particular que apenas possuíam o 1º grau foram preparados pela entidade e se submeteram ao *exame supletivo específico*, passando a cursar o normal pedagógico ⁶²¹. No caso do “vestibular específico”, regulamentado pelo referido Parecer, foi firmado um Convênio entre FUNEDUCE e APEOC, para definir questões ligadas à operacionalização do exame e dos cursos que funcionariam em regime regular. O exame seria realizado em um período especial,

⁶¹⁹JORNAL O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.16, (Discurso do presidente da Associação dos Professores – 1º Encontro de Represente da APEOC/ julho de 1976).

⁶²⁰ IDEM, p.06-07.

⁶²¹ JORNAL O PROFESSOR, Ano I, nº 3, jul/1978, p.01-08.

determinado pela FAFICE. Caberia à APEOC, de acordo com a 8ª Cláusula do Convênio, a responsabilidade de fazer a triagem dos candidatos que deveriam concorrer ao exame, para cursar uma licenciatura plena nos cursos ofertados pela referida Faculdade. Este teria um custo mensal para os professores, no valor de 220,00 cruzeiros, valor este definido por meio de um acordo entre a Faculdade e a APEOC, conforme previsto na 10ª Cláusula do documento retromencionado⁶²².

As ações da entidade, com vista a implantar o Estatuto e garantir aos professores o acesso aos benefícios da Lei, através da sua qualificação, foram alvos da crítica de parcela da categoria. Suas práticas centralizadas na diretoria e em seus representantes, a proximidade com o governo e a falta de criticidade da Associação, diante das políticas educacionais, em seu conjunto, constituíam os elementos que seriam indicados pelo movimento que vinha se organizando em oposição à APEOC. De modo semelhante ao processo delineado em torno da CPB e de outras associações docentes, a exemplo da APEOESP em São Paulo, o modelo associativo que caracterizava a APEOC não correspondia aos anseios de parte do magistério que se identificava com estes movimentos. Se, por um lado, a centralização posta no ano de 1976 contribuiu para a execução das medidas propostas pelo governo e pela APEOC, por outro, esta pode ter sido mais um elemento que impulsionou a organização do movimento sindical dos professores.

Na dissertação de Maria Laura Moreira, que integrou o movimento de *Articulação Estadual do Magistério*, a autora analisa os *Encontros de Professores Oficiais do Ceará* “como reuniões de diretores da entidade e dos delegados da APEOC de diversos municípios do Estado, não proporcionando o debate democrático”⁶²³. Subentende-se que, na visão da autora, a “ausência de um debate democrático” era uma referência tanto ao modelo centralizador, mas também ao posicionamento da direção da APEOC, de não permitir que fossem discutidos na Associação e em seus eventos, assuntos referentes à política nacional e que não fossem de “interesse do magistério”, ou seja, “questões ligadas ao Estatuto”, que em sua ótica se restringia naquele instante a urgente preparação dos mestres leigos e não à crítica ao modelo instituído pela Reforma de 1º e 2º Graus. De fato, a direção da APEOC defendia um modelo de entidade de

⁶²² JORNAL O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.01-16.

⁶²³ MOREIRA, 1990, p.105.

classe “apolítica”, sendo esta a primeira, dentre um conjunto de recomendações sobre o papel de suas delegacias⁶²⁴.

Sendo a APEOC uma Instituição de Classe APOLÍTICA, recomenda-se às Delegacias não tomarem parte, em nome da Associação, nas lutas políticas que se aproximam⁶²⁵. Nada impede, porém, que seus associados, como pessoas físicas, participem das lides eleitorais, quer como simples eleitores, cabos eleitorais ou candidatos a cargos eletivos⁶²⁶.

Embora neste ano o movimento docente, em algumas partes do País, firmasse um posicionamento crítico diante dos governos militares, na APEOC, havia um entendimento por parte da diretoria, quanto ao seu papel central, na defesa dos “interesses do magistério” que, naquela conjuntura, significava lutar pela implantação do Estatuto, ou seja, habilitar os professores para que estes pudessem ser beneficiados no momento em que o mesmo fosse implantado. Tal posicionamento se distanciava da ideia que vinha se consolidando no movimento docente, a saber, a unificação das lutas dos profissionais da educação, que desde 1977, no Ceará, começou a se organizar em torno da *Articulação Estadual do Magistério*. A partir desse momento, o espaço do movimento dos professores de 1º e 2º graus passou a contar com duas lideranças, cujas características eram bastante divergentes, mas que também apresentou semelhanças.

A primeira tentativa de organização desse grupo foi através do MUPE, que defendeu a unificação dos profissionais da educação, em consonância com o debate nacional, e realização de uma frente de oposição à APEOC e ao SINPRO. Em sua *Carta de Princípios*, citada no texto de Maria Laura Moreira, consta como propósitos do movimento as seguintes metas:

a existência de uma diretoria representativa, na entidades do magistério de 1º e 2º graus de ensino; a realização de Encontros Estaduais, ocasião em que os profissionais em educação[grifo nosso] pudessem expor suas idéias, usar a palavra nesses eventos democraticamente; equivalência de salários entre os professores eventualmente contratados e os professores estatutários, pertencentes

⁶²⁴ No *I Encontro de Delegados Representantes da APEOC*, em 1976, foram apresentadas as recomendações da diretoria da entidade, divididas em 16 itens (JORNAL O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.01-16).

⁶²⁵ É uma referência à proximidade das eleições municipais no ano de 1976.

⁶²⁶ O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.07, Programa do Encontro de Representantes da APEOC – Julho de 1976.

ao quadro do magistério; a luta pela realização de concursos anuais; a implantação do Estatuto do Magistério do Estado, lei nº 9.825/74⁶²⁷.

Percebe-se pelo excerto acima que a proposta se diferenciava da APEOC em vários aspectos. Um dos primeiros pontos refere-se à finalidade da APEOC, definida em seu Estatuto, de representar apenas professores oficiais. Nesse caso, a proposta do Movimento era incluir os demais profissionais da educação e fundar uma luta unificada no estado do Ceará. Tal concepção teve impacto no modo como o MUPE encaminhou suas demandas, uma vez que, não se restringiram apenas ao campo da educação. De acordo com a análise Maria Laura Moreira, que também foi protagonista nesse movimento, os encontros estaduais propostos pelo MUPE, seria um momento para se debater não somente as questões ligadas à categoria, mas também outras mais amplas, conforme indica o relato presente em sua pesquisa.

[...] pretendia-se realizar encontros estaduais democráticos em que o magistério tivesse voz. Debater-se-ia, então, com liberdade as questões específicas do magistério: melhores condições de trabalho e salários, além disso a estrutura do sindicalismo brasileiro, política educacional e política nacional. Some-se a isso a luta pela isonomia salarial entre professores contratados e professores concursados, e a realização de concursos anuais, para regularizar a situação dos professores contratados, e para admissão de pessoal ao serviço público por concurso. Por fim, a exigência da implantação do Estatuto do Magistério do Estado⁶²⁸.

A referência a “encontros estaduais democráticos” sugere uma crítica aos encontros estaduais organizados pela APEOC, que além de não permitirem que fossem discutidas, de forma crítica, as questões educacionais, não abrangiam outros temas de interesse do movimento de professores alinhados com a luta sindical. Apesar do Movimento, incluir em sua *Carta de Princípios* a luta pela implantação do Estatuto do Magistério, ao propor a unificação dos profissionais da educação, esta luta não poderia ficar restrita ao problema da qualificação dos professores leigos, pauta de destaque nas ações da APEOC e do governo estadual.

O ano de fundação do MUPE, no plano nacional, correspondeu ao período de eclosão das primeiras greves do movimento sindical dos professores da rede pública no Brasil. No Ceará, o momento era marcado pela final da gestão que iniciou com

⁶²⁷ IDEM, p.105.

⁶²⁸ IBIDEM, p.105-106.

Adauto Bezerra, substituído, em 1978, por seu vice Waldemar Alcântara⁶²⁹, que enfrentou o ápice de um *fenômeno* na rede pública de ensino, qual seja, a *evasão escolar de docentes*. A contínua desvalorização dos salários de professores, especialmente do 1º grau e os contratados (sem garantia nem da CLT nem estatutária)⁶³⁰, associada ao problema no pagamento dos “professores eventuais”⁶³¹ – tendo em vista que o governo do estado não pagava esses substitutos desde 1975 – impulsionaram a evasão de professores das escolas públicas. Além da defasagem salarial havia a problemática da não implantação da tabela de ascensão profissional, ou seja, os professores percebiam o mesmo valor salário-aula, de Cr\$24,00, independente do seu grau de habilitação que na época, encontrava-se discriminado em seis categorias.

Quadro XII– Categorias de Pessoal docente segundo a habilitação - 1978⁶³²

CATEGORIA DE PROFESSORES QUANTO À HABILITAÇÃO
3º ano normal pedagógico
4º ano normal pedagógico
Licenciatura Curta
Registro definitivo
Apenas com 3º ano do 2º grau profissionalizante
Licenciatura Plena

Diante deste cenário, uma alternativa aos mestres, responsável por parte da evasão, era a possibilidade do ingresso na rede particular, que poderia garantir a elevação no seu padrão salarial, acima dos 100%, conforme indica nota a seguir.

Um professor que percebe Cr\$2.244,00 mensais com a obrigação de lecionar 13 horas-aula por semana no Colégio do Governo (Classe V) licencia-se, mesmo para trato de interesses particulares e passa a lecionar o mesmo número de aulas num colégio particular de 1ª linha, recebendo por mês a quantia de Cr\$4.800,00. Assim ele obterá um lucro de Cr\$2.556,00 e se este professor for detentor de duas cadeiras,

⁶²⁹ No início do ano de 1978, Adauto Bezerra se afasta do cargo de governador para concorrer ao Senado Federal, assumindo o seu vice, Waldemar de Alcântara (MOTA, 1985).

⁶³⁰ No caso específico dos contratados é importante ressaltar a forma como os contratos eram realizados. O professor iniciava suas atividades em fevereiro, porém somente assinava o contrato no segundo semestre, podendo ocorrer apenas no final do ano. Após a assinatura, ainda havia um prazo em média de 2 meses para a publicação no Diário Oficial do Estado (O POVO, 22/04/1979, p.22, Os professores estão esperando).

⁶³¹ Os professores eventuais eram aqueles que substituíam um professor provisoriamente, sem contrato. Havia casos de pagamentos atrasados desde 1975 e os mesmos, quando pagos, vinham sem correção monetária (IDEM, p.22).

⁶³² O POVO, 01/07/1978, p.14, V Encontro de Professores Oficiais.

seu lucro chega a Cr\$5.112,00 mensalmente, ainda com direito a 13º Salário, F.G.T.S., Aviso Prévio etc⁶³³.

A segunda alternativa que estava atraindo os docentes da rede pública era a criação de novos empregos, especialmente no interior, resultantes do desenvolvimento do estado, com a instalação de novas agências bancárias, órgãos de assistências, empresas particulares e estatais, que ofereciam melhores condições salariais⁶³⁴.

O problema da evasão docente, desta forma, se tornou uma bandeira da APEOC no ano de 1978, sendo uma das pautas do *V Encontro de Professores Oficiais*, promovido pela entidade, em julho do referido ano. A mudança no governo havia beneficiado à Associação, considerando que a mesma enfrentou problemas com a SEC, na gestão de Adauto Bezerra, em razão dos conflitos entre professor Brillhante e o secretário de educação Murilo Serpa⁶³⁵. Em 1978, quando assume o secretário Adelino Alcântara, este deu respaldo à entidade, na continuidade do seu projeto de qualificação dos professores leigos e melhoria salarial. Naquele período, mais de 1.000 professores de diversos municípios cearenses prestaram exames supletivos⁶³⁶, com apoio dos cursos preparatórios da APEOC, em parceria com o Projeto Minerva⁶³⁷. Embora o vestibular específico estivesse suspenso, com a encampação da Faculdade de Filosofia à recém-fundada Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 1976⁶³⁸, 216 professores da rede oficial e particular do estado, com o benefício do *vestibular específico*, cursavam licenciaturas na UECE⁶³⁹. Tais medidas em prol do Estatuto do Magistério

⁶³³ IDEM, p.14.

⁶³⁴ IBIDEM, p.14.

⁶³⁵ Sabe-se que houve problemas de ordem pessoal entre o presidente da APEOC e o secretário de educação do estado do Ceará, o que acarretou prejuízos para a entidade, no final do governo de César Cals, incluindo o benefício do desconto em folha. O corte neste benefício e, por conseguinte, os problemas no recebimento das mensalidades dos sócios, ocasionaram inúmeras dificuldades, desde a suspensão temporária do jornal informativo, O Professor, bem como, prejudicou o trabalho de instalação das delegacias da APEOC nas cidades do interior.

⁶³⁶ Os municípios foram: Pacatuba, Maranguape, Cascavel, Quixadá, Canidé, Itapipoca, Cedro, Paracuru, Beberibe e Aquirás (O POVO, 22/12/1978, p.14, “APEOC prepara professores para os exames supletivos”; O PROFESSOR, ano I, nº 3, julho/1978, p.04, “Realizações da APEOC em 1978”).

⁶³⁷ O Projeto Minerva era um programa do governo federal que também tinha o propósito de capacitar professores leigos, bem como candidatos que não estavam no exercício do magistério. O Projeto no Ceará, em 1978, era coordenado pela professora Socorro Correia, que passou a fornecer o material escolar dos cursos de preparação ofertados pelas delegacias da APEOC (O PROFESSOR, Ano I, nº 3, outubro/1978, p.04, “Projeto Minerva e APEOC preparam professores leigos”).

⁶³⁸ A encampação da Faculdade à UECE tornava sem efeito o Parecer nº 2/76 do CEE e, consequentemente o convênio firmado com a extinta FAFICE. Para que a UECE pudesse realizar novo vestibular específico seria necessário solicitar autorização ao *Conselho Federal de Educação* (CFE). Os cursos especiais para professores que ingressaram via *vestibular específico*, em andamento, ficaram sob a responsabilidade da UECE.

⁶³⁹ O PROFESSOR, Ano I, nº 3, julho/1978, p.01-08.

eram utilizadas pela APEOC como instrumento para firmar seu trabalho em benefício dos professores, considerando a mobilização da *Articulação Estadual do Magistério*, naquele momento, organizado em torno do MUPE⁶⁴⁰.

Apesar de sua existência efêmera, o Movimento, que pretendia fundar uma organização, acima da APEOC, vinha denunciando os instrumentos utilizados pela entidade para encaminhar as lutas de parte do magistério, ou seja, dos regentes de classe. A partir das ações do MUPE é possível perceber as diferenças e similitudes na visão e nas ações destes grupos, em relação à problemática educacional e às medidas governamentais, destinadas à categoria do magistério. No tocante ao problema da evasão, o MUPE vinha propondo discutir a crise estrutural do sistema educacional, sendo o fenômeno da evasão, apenas *a ponta do iceberg*. Para a APEOC, o problema necessitava de resolução imediata e, nesta direção, o presidente da entidade, ainda no primeiro semestre do referido ano, buscou mobilizar-se no sentido de garantir aumento salarial para os professores da rede estadual, na tentativa de conter o avanço da evasão. Tal incentivo veio através da Lei nº 10.206, aprovada em 20 de setembro de 1978, no período da campanha eleitoral, que concedeu aos regentes de classe a “gratificação pó de giz”, que variava em torno de 5, 10, 15 e 20%, de acordo com a qualificação, medida esta somente implantada, na gestão do governador Virgílio Távora.

Segundo a ótica da diretoria da APEOC, a Lei representou um avanço e uma conquista para os professores da rede estadual, divulgada como resultado de um trabalho realizado pela entidade, junto à SEC⁶⁴¹. Na ocasião, a Associação se dirigiu ao governador Waldemar Alcântara em agradecimento e “gratidão” pela concessão do benefício⁶⁴², prestando homenagem ao mesmo⁶⁴³. Convém lembrar que, no mês seguinte a APEOC receberia do governo do estado, a primeira etapa da construção de sua Colônia de Férias.

A posição do MUPE no tocante à Lei nº 10.206/78 divergia da APEOC. No entanto, o Movimento não teve força para organizar uma mobilização no magistério, a exemplo das greves que ocorriam naquele instante, em alguns estados brasileiros. Conforme assinalada anteriormente, a articulação entre a APEOC e o governo, bem como a concessão de benefícios para a categoria, acabaram dificultando a organização

⁶⁴⁰ O POVO, 21/03/1978, p.14, (APEOC diz o que fez pelo Estatuto do Magistério).

⁶⁴¹ O PROFESSOR, ano I, nº 4, out/1978, p.03, (Obrigado, Governador. Ver anexo III).

⁶⁴² O POVO, 18/09/1978, p.15, (Professorado agradece novo aumento salarial).

⁶⁴³ A homenagem foi prestada no dia 30 de setembro, na cidade de São Gonçalo do Amarante, cidade natal do governador (PROFESSOR, ano I, nº 4, out/1978, p.03, “Obrigado, Governador”).

de uma greve, considerando que o MUPE era uma experiência que surgiu sem um aparato institucional. O Movimento reproduziu o mesmo instrumento, bastante utilizado pelas associações docentes, qual seja, a elaboração de Memorial, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando a revisão da Lei que, segundo Maria Laura Moreira, constituiu sua única ação concreta⁶⁴⁴. Na Coluna *Educação*, do jornal *O Povo* foi localizado informações a respeito do Memorial.

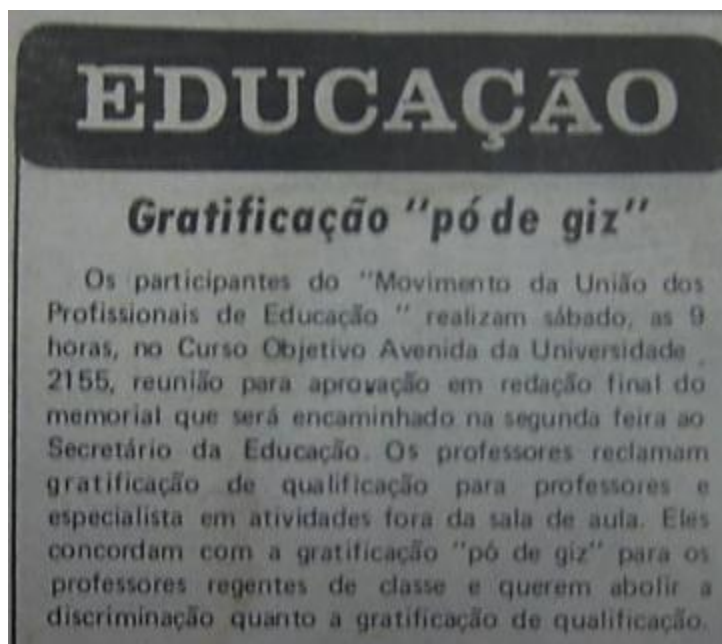


Imagem XIII: Nota sobre a atuação do MUDE⁶⁴⁵

O principal questionamento era quanto a não concessão da gratificação aos especialistas e professores que se encontravam fora de sala de aula, considerando que o movimento questionava a fragmentação do magistério em duas categorias, a dos regentes e especialistas da educação. Vale ressaltar que havia integrantes pertencentes à classe dos supervisores e orientadores, dentre eles, o professor Jaime Alencar, importante personagem na história do movimento de professores e, em especial, da APEOC, a partir dos anos 1980. Este, que viria a fazer parte da diretoria da ASPEC como vice-presidente, liderou um movimento com profissionais da educação, excluídos do direito de perceber a gratificação, elaborando outro Memorial, no mês de novembro, sendo o mesmo encaminhado ao secretário de educação. Esse movimento foi

⁶⁴⁴ MOREIRA, 1990.

⁶⁴⁵ O POVO, 09/11/1978, p.16, (Coluna Educação, Gratificação pó de giz).

importante, uma vez que na regulamentação da Lei nº 10.206/78, através do Decreto nº 13.084/79, estes tiveram seu direito adquirido⁶⁴⁶.

A implantação do Decreto nº 13.084/79 ficou a cargo do governador Virgílio Távora (1979-1982), político com quem Francisco Brillante mantinha boas relações, desde os tempos do seu primeiro mandato, na década de 1960, momento em que Brillante trabalhou como assessor no gabinete do governo. A imagem abaixo é bastante elucidativa da proximidade do diretor da Associação com o ex-governador do estado do Ceará.



Imagem XIV⁶⁴⁷: Da esquerda para direita – Professor Francisco Brillante, Prefeito de Fortaleza Lúcio Alcântara e Governador Virgílio Távora. Ao fundo, o professor Paulo Walmir Santiago, delegado da APEOC, junto à CPB⁶⁴⁸

O governo VT, que marcou o início da fase de sindicalização no Ceará, é de suma relevância para a análise do movimento docente, não somente por sua proximidade com a APEOC, mas também pelo surgimento da ASPEC. A criação desta Associação e, no plano nacional, a fundação da UNATE, em janeiro de 1981, fortaleceu a organização do movimento sindical docente cearense, que se tornou mais atuante no cenário local e nacional. Amparada pela UNATE, entidade que apresentava posições

⁶⁴⁶ O Decreto nº 13.084/79 foi aprovado no final do governo de Waldemar Alcântara. (O POVO, 04/01/1979, p.18, “Governador regulamenta as gratificações do magistério”).

⁶⁴⁷ Segundo o Boletim Informativo da APEOC, esta imagem corresponde a um dos últimos encontros do governador Virgílio Távora com o presidente da APEOC (BOLETIM INFORMATIVO APEOC, ano IV, nº 89, março/1982, p.01).

⁶⁴⁸ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

claras em relação à defesa da unificação das lutas dos profissionais da educação, a ASPEC, durante todo o período do governo Virgílio Távora (1979-1982) liderou, junto com a APEOC o debate no setor da política educacional no Ceará, ao mesmo tempo em que, participou das discussões em torno da construção do movimento sindical docente, em oposição à CPB. Percebe-se de forma mais nítida as disputas que foram travadas no espaço do movimento e as diferenças e semelhanças entre os dois modelos de organização propostos pelas respectivas entidades.

No campo da política educacional, o debate central na gestão que iniciou em 1979, se deu em torno do Estatuto do Magistério, que teve como primeira medida a aplicação do Decreto nº 13.084/79, com a concessão da gratificação “Pó de Giz” aos regentes de classe e a “gratificação especial” ao especialista da educação⁶⁴⁹. As ações do movimento docente, ao longo do governo VT, foram sendo encaminhadas por ambas as entidades – APEOC e ASPEC – que se tornaram porta-voz da categoria. As disputas e divergências já presentes na fase do MUDE, tornaram-se mais nítidas, com a institucionalização do movimento, *Articulação Estadual do Magistério*. Apesar da atuação das entidades, no que tange ao magistério, caminharem em direção à problemática da implantação do Estatuto, no que se referem às questões que permeavam a conjuntura nacional, as lideranças seguiram direções opostas.

O modelo de órgão classista, alinhado aos governantes, proposto pela APEOC, se intensificou com a vitória do candidato da Arena, não somente pela proximidade entre os líderes, mas, sobretudo, pelas medidas que foram desenvolvidas pela SEC, sob o comando do Secretário de Educação, Antônio Albuquerque Souza Filho. A primeira iniciativa da nova gestão constituiu a criação de um Grupo de Trabalho para rever o texto da Lei nº 9.825/74, sugestão encaminhada pela APEOC⁶⁵⁰ e que deu origem a Lei nº 10.374, promulgada no dia 20 de dezembro de 1979. De acordo com a Portaria nº 44/79, fariam parte desta comissão, membros de vários órgãos,

⁶⁴⁹A implantação da gratificação “pó de giz” se deu de forma gradativa, uma vez que a concessão do direito ficou condicionada ao envio, pelos diretores dos estabelecimentos oficiais, da lista com o nome dos beneficiados. O atraso no envio da lista acarretou problemas no pagamento da gratificação a alguns professores (O POVO, 23/04/1979, p.18, Professor Brilhante diz que a APEOC não está acomodada).

⁶⁵⁰ Durante a realização do V Encontro de Professores Oficiais do Ceará, em julho de 1978, dentre os encaminhamentos discutidos no evento, houve a sugestão de criar uma Comissão para estudar o Estatuto do Magistério, considerando que, o texto de 1974 apresentava aspectos ultrapassados (O PROFESSOR, ano I, nº 4 out/1978, “Resultado do V encontro de professores”). Tal sugestão havia sido encaminhada ao governador Virgílio Távora, em Memorial redigido pela APEOC, encaminhado ao governo no início de abril de 1979 (O POVO, 06/04/1979, p.18, “APEOC envia memorial ao governador com reivindicações”).

dentre estes, o presidente da APEOC, Francisco Teixeira Brilhante⁶⁵¹. Seguindo a mesma lógica que norteou o trabalho da entidade, desde 1976, a diretoria da Associação, através de memoriais e audiências com as autoridades, reivindicou um conjunto de medidas, que em síntese, objetivavam a qualificação dos professores e melhoria no seu padrão de vencimentos. O quadro a seguir traça um demonstrativo de suas principais reivindicações, entre os anos 1979 e 1982, no que se refere às demandas voltadas à categoria docente.

Quadro XIII – Reivindicações da APEOC para a categoria docente, entre 1979 e 1982⁶⁵².

Reivindicações da APEOC	Ações do governo
<ul style="list-style-type: none"> • Instauração da Comissão de Estudo da Lei nº 9.825/74. 	Comissão criada pela Portaria nº 44/79, em maio de 1979.
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da dívida para com os “professores eventuais”, acumulada no período de 1975 a 1977 (Folha nº 2). 	Houve o reconhecimento da dívida e pagamento dos atrasados em julho de 1979.
<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação da “Gratificação Pó de Giz”, no período de licença especial. 	Atendida através da Mensagem Legislativa encaminhada em 27/06/1981.
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Comissão para o Estudo das Promoções. 	Comissão criada pelo governo e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará do dia 14/05/1982, p.37.

Percebe-se um alinhamento entre as demandas da APEOC e a política da SEC, em que parte de suas ações no tocante à categoria do magistério ia sendo desenvolvida numa parceria entre, governo e APEOC. A imagem abaixo retrata um dos encontros entre o presidente da entidade e o então secretário de educação, Antônio Albuquerque Souza Filho.

⁶⁵¹ Ver anexo II.

⁶⁵² O POVO, 06/04/1979, (APEOC envia ao governador memorial com reivindicações).



Imagem XV: Encontro do Professor Francisco Brilhante com o Secretário de Educação do governo Virgílio Távora, Antônio Albuquerque Souza Filho (Professor Brilhante ao microfone e o Secretário de Educação à direita da foto)⁶⁵³

Na medida em que a Associação encaminhava as bandeiras da categoria docente, a mesma traçava seu plano de ação, que englobava outro conjunto de medidas, discriminadas a seguir.

Quadro XIV – Ações da APEOC, entre 1979 e 1982.

⁶⁵³ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Moraes.

TEMA	Ações do APEOC
<ul style="list-style-type: none"> Exame supletivo e II vestibular específico. 	
<ul style="list-style-type: none"> Colônia de Férias 	Ampliação da Colônia de Férias.
<ul style="list-style-type: none"> Criação de novas Delegacias da APEOC 	No final do ano de 1982 a APEOC já contava com 115 Delegacias, no interior do estado do Ceará ⁶⁵⁴ .
<ul style="list-style-type: none"> Serviços prestados aos sócios⁶⁵⁵ 	Criação do Centro de Assistência Social e Previdenciário, com finalidade de prestar serviços de natureza social; Empréstimos para professores junto ao IPEC; Descontos, entre 10 a 40% para os sócios, junto a mais de 20 firmas ⁶⁵⁶ .

O período do segundo mandato do governador Virgílio Távora, portanto, corresponde à fase em que a APEOC, não somente buscou obter uma série de demandas para a classe docente, mas, ao mesmo tempo, aumentou a sua estrutura, tanto em número de associados, quanto na oferta dos serviços prestados a estes pela entidade. Todo esse trabalho foi efetivado em meio à disputa travada entre a diretoria da Associação e o grupo que se encontrava organizado na ASPEC.

Em abril de 1979 já se esboçava um movimento⁶⁵⁷ que teve como seu corolário a fundação da ASPEC, em junho do referido ano⁶⁵⁸. Ao propor representar “professores e demais especialistas em educação, empregados em instituições educacionais – federais, do Estado, dos Municípios do Ceará e empresas educacionais privadas e mistas, nos três níveis de ensino”⁶⁵⁹, a ASPEC, *a priori*, não representaria uma associação com as mesmas finalidades da APEOC. Não obstante, havia no âmbito do movimento a tentativa de combatê-la, considerando a força que a entidade vinha adquirindo, na categoria docente, em todo o estado do Ceará. Além disso, a oposição às associações docentes tradicionais era a tônica, naquele instante, no movimento sindical docente nacional. Em diversos estados brasileiros novas lideranças vinham concorrendo aos pleitos eleitorais ou fundando entidades paralelas, no intuito de fazer frente ao

⁶⁵⁴ BOLETIM INFORMATIVO, ano VIII, nº 93, maio/1982, p.03, (VIII Encontro de Professores Oficiais).

⁶⁵⁵ A transferência para uma nova Sede, localizada no prédio alugado na Rua Rodrigues Júnior, nº 1232, esquina com a Rua Bárbara de Alencar, proporcionou melhores condições de trabalho à entidade.

⁶⁵⁶ BOLETIM INFORMATIVO, ano VII, nº 84, set/1079, p. 01-07, (Realizações).

⁶⁵⁷ O POVO, 19/04/1979, p.18, (Professores querem uma associação representativa).

⁶⁵⁸ CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 13/06/1979, (Estatutos da Associação dos Profissionais da Educação do Ceará – ASPEC, p.13).

⁶⁵⁹ IDEM.

modelo associativo. No Ceará, apesar da existência da ASPEC, cujo modelo se alinhava ao proposto pelas lideranças nacionais que fundariam a UNATE, alguns fatos evidenciam as disputas travadas entre a Associação e a APEOC. É de destaque a tentativa dos membros da ASPEC de concorrer ao pleito eleitoral de 1980. Neste ano, houve a formação de uma chapa, presidida pelo professor Paulo Afonso Menescal⁶⁶⁰. Analisando a sigla das chapas, percebe-se as diferenças entre as propostas dos grupos, em que a CHAPA 1, liderada pelo então presidente Francisco Brilhante, tinha como lema “Pó de Giz”; já a CHAPA 2, se autodenominava “Renovação e Luta”. Na análise de Moreira, dois aspectos centrais justificam a vitória da Chapa 1⁶⁶¹, a saber, o fato de a maioria dos professores que participaram do pleito ser oriunda das turmas da UECE que ingressaram via “vestibular específico”, e o modelo aduzido pelos Estatutos da entidade, que apregoava eleições indiretas no interior do estado, uma vez que, pelo Artigo 59º, apenas os delegados da APEOC tinham direito a voto⁶⁶².

Outro veículo por meio do qual é possível acompanhar os embates entre as lideranças, bem como, a tentativa da APEOC de defender-se diante da conformação do modelo sindical no movimento docente, foi através da imprensa local. Nas edições do jornal *O Povo*, do mês de abril de 1979, houve a publicação de notícias que indicam a tentativa da APEOC de se defender diante do movimento que vinha se articulando para a fundação de uma nova entidade de classe, acompanhada de reportagens onde a mesma buscou divulgar suas realizações no campo do magistério⁶⁶³, como forma de legitimar o trabalho da entidade. A mobilização da APEOC através da imprensa local, seja divulgando seus feitos, seja partindo em defesa da entidade é um indicativo da disputa que se estabeleceu no movimento docente entre sua diretoria e o movimento alinhado com o debate no campo sindical. Nas reportagens, a entidade não somente apresentava suas realizações em prol da categoria docente, mas enfatizava seu distanciamento das ações grevistas, a exemplo das que ocorreram nos anos 1978 e 1979, promovidas pelo magistério. Cabe salientar que, o discurso da APEOC, também encontrava amparo em grupos ligados ao movimento docente, em nível nacional, neste caso, as lideranças que presidiam a CPB, naquele momento.

⁶⁶⁰ Ver apêndice XI.

⁶⁶¹ De acordo com o relato do Paulo Afonso Menescal, a Chapa 1 venceu com uma diferença significativa de votos, em relação à Chapa 2.

⁶⁶² MOREIRA, 1990.

⁶⁶³ O POVO, 06/04/1979, p.18, (APEOC envia ao governador memorial com reivindicações); O POVO, 23/04/1979, p.18, (Professor Brilhante diz que APEOC não está acomodada).

Além das eleições de 1980 e das notas publicadas na imprensa local, considera-se que o espaço de negociação das demandas da categoria, também se constituiu num campo de disputa, uma vez que, não foi somente a APEOC a entidade interlocutora do magistério, junto ao governo estadual. Apesar do seu maior vínculo com os chefes políticos, a ASPEC também era recebida no gabinete do governador⁶⁶⁴ e, em alguns momentos, junto com a direção da APEOC, conforme o relato da professora Valda Albuquerque.

A Laura [Maria Laura Moreira] era a presidente da ASPEC e estava em pé de igualdade com o presidente da APEOC [...] Quando tinha campanha salarial, a APEOC tinha assento, a ASPEC tinha assento e era recebida em pé de igualdade. O governo Virgílio Távora recebia todo mundo. Botava na sala e recebia todo mundo⁶⁶⁵.

A ASPEC durante seu breve período de existência, ao contrário do MUDE, conseguiu encaminhar demandas voltadas aos interesses da categoria do magistério. Suas bandeiras neste setor, contudo, estavam articuladas às demais lutas do movimento sindical docente, que transcendiam às questões corporativas. Conforme foi discutido no capítulo I, na fase de sindicalização houve um primeiro momento em que as bandeiras do movimento apresentaram um *caráter mais amplo*, na medida em que se confundiram com demandas gerais. Os temas da redemocratização e da política educacional eram inseridos no conjunto das reivindicações da Associação, quanto às lutas direcionadas aos interesses específicos do magistério, que abrangia a luta salarial e a luta pelo direito à sindicalização, conforme atesta o quadro abaixo, com o resumo das principais reivindicações da ASPEC e as formas de encaminhamento, em seu período de existência⁶⁶⁶.

Quadro XV – Reivindicações da ASPEC, entre 1979 e 1982.

⁶⁶⁴ Notas nos jornais confirmam a existência de audiências entre membros da ASPEC e o governo estadual (O POVO, 11/02/1980, p.22, “Governo soluciona caso de professores efetivos”).

⁶⁶⁵ Entrevista de Valda Albuquerque, realizada no dia 04/12/2012.

⁶⁶⁶ As informações presentes no quadro foram coletadas nas reportagens divulgadas pelo jornal *O Povo*. Nenhuma fonte escrita da ASPEC (jornal, panfleto, boletim informativo, dentre outros) foi localizada durante a coleta dos dados.

Instrumento utilizado para Reivindicar	Reivindicações
<ul style="list-style-type: none"> Audiência com o governo estadual. 	Luta dos efetivos do estado pela manutenção da carga horária de 13 h/a semanais, incluída na Lei nº 10.374/79 ⁶⁶⁷ .
<ul style="list-style-type: none"> Memorial encaminhado à Delegacia Estadual do MEC, em parceria com outras entidades sindicais cearenses⁶⁶⁸. 	Demandas: <i>melhores condições de vida e trabalho; melhores condições de ensino/aprendizagem; fortalecimento das entidades representativas e a organização nacional dos professores.</i>
<ul style="list-style-type: none"> Memorial encaminhado ao governo do estado, com reivindicações para o magistério⁶⁶⁹. 	Reivindicações: tratamento idêntico entre professores e especialistas, contratados e efetivos; realização de concursos anuais para o magistério; pagamento de 13º salário.
<ul style="list-style-type: none"> Abaixo-assinado, elaborado em parceria com a ASSECE, ASSOECE e Associação dos Docentes da UFC. 	Reivindicação de reajuste semestral para profissionais da educação e demais funcionários em serviços públicos ⁶⁷⁰ .
<ul style="list-style-type: none"> Memorial elaborado em parceria com demais entidades cearenses⁶⁷¹. 	Luta pelo direito ao servidor público de sindicalização; 13º salários; ingresso no serviço público somente através de concurso público.
<ul style="list-style-type: none"> <i>Dia Nacional da Paralisação pelo Atendimento das Reivindicações, em Fortaleza</i>⁶⁷². 	Mobilização organizada nacionalmente pela UNATE.

⁶⁶⁷ Com a revisão do texto original do Estatuto, o inciso III do Artigo 36º do novo Estatuto, assegurou o direito à carga horária de 13 h/a aos professores efetivos, que foi vetado antes da aprovação do texto final. A Lei nº 10.374/79 garantiu apenas duas modalidades: 20 h/a semanais ou regime especial de 40 h/a semanais. Na ocasião o governo estudou duas alternativas. A primeira seria a carga horária de 20 h/a, prevista no Estatuto, com acréscimo nos vencimentos de 30% da gratificação Pó de Giz e 20% do Padrão Universitário. A segunda opção seria a carga horária de 13 h/a, porém o docente ficaria regido segundo o Estatuto do Funcionalismo Público (O POVO, 11/02/1980, p.22, “Governo soluciona caso de professores efetivos”).

⁶⁶⁸ O documento foi elaborado durante Ato Público, realizado pela ASPEC e outras entidades (Comissão Pró-Criação dos docentes da Universidade Federal do Ceará; Centro Arthur Ramos de Estudos Sociais; Diretórios Centrais da UFC, UECE e UNIFOR e Comissão Pró-Criação do Centro dos Estudantes Secundários do Ceará), que constavam as resoluções o I Encontro Nacional de Professores, realizado em março de 1980, em Belo Horizonte (O POVO, 18/04/1980, p.07, “Delegada do MEC recebe documento da ASPEC”).

⁶⁶⁹ A audiência ocorreu no dia 18/06/1980 no gabinete do governador do estado (O POVO, 19/06/1980, p.06, “Professores entregaram memorial ao governador”).

⁶⁷⁰ O documento foi entregue ao governador do estado e prefeito de Fortaleza, no dia 14 de outubro de 1980. Na ocasião a ASPEC convocou todos os professores e interessados a comparecerem ao Palácio da Abolição. O abaixo-assinado fazia parte de uma campanha nacional. Documento semelhante foi entregue à Presidência da República e demais estados e municípios do País (O POVO, 14/10/1980, p.12, “Professores exigem reajuste semestral”).

⁶⁷¹ O Memorial foi entregue no dia 08/04/1981. Além da ASPEC, outras entidades signatárias do documento foram: Associação Cearense de Psicólogos, Associação Profissional dos Arquitetos do Estado do Ceará, Associação dos Profissionais Enfermeiros do Estado (O POVO, 09/04/1981, p.02, “Entidades entregam memorial”).

⁶⁷² No dia 23 de abril de 1981 houve o *Dia Nacional da Paralisação*, decisão tomada durante o Congresso de Fundação da UNATE, em janeiro daquele ano. Na ocasião a ASPEC redigiu uma nota e distribuiu entre os profissionais da educação com o título, “Nota aos Trabalhadores em Educação” (O POVO, 23/04/1981, p.12, “Educadores reunidos no dia de paralisação”).

É possível através da comparação entre as ações da APEOC e da ASPEC, no bojo da implantação das reformas educacionais no Ceará, identificar as semelhanças e diferenças entre as entidades. Ao propor representar os direitos dos profissionais da educação, em seus diversos níveis e independente da rede de ensino, a ASPEC buscou articular sua luta, em conjunto com outros setores do movimento sindical, em especial, do magistério, organizados na ASSOECE e na ASSECE. A luta pela sindicalização do funcionalismo público também constituiu outro fator que a aproximou das demais entidades que vinham reivindicando o mesmo direito. Ver-se pelos dados acima que houve mobilizações da ASPEC com outras entidades sindicais, cujas bandeiras não se voltavam especificamente a questões do magistério, o que demonstra seu envolvimento com as lutas gerais em voga naquele período. No setor da política educacional, identifica-se a preocupação do movimento em debater questões não corporativas como, *melhores condições de ensino e aprendizagem*.

Embora a ASPEC tenha se proposto a representar os direitos dos profissionais da educação, em seus diversos níveis e independente da rede de ensino, os dados mostram que suas ações no setor do magistério, junto ao governo estadual, ficaram mais restritas à categoria docente, da rede pública. A fundação do *Movimento de Valorização dos Professores* (MVP), em outubro de 1980, movimento destinado a representar especificamente o magistério da rede particular e fazer oposição ao SINPRO, é um dado elucidativo de que a ASPEC se constituiu numa oposição mais direcionada à APEOC. No tocante às formas de encaminhamento, percebe-se a adesão aos mesmos instrumentos utilizados pela APEOC, ou seja, elaboração de memoriais e audiências no gabinete do governo. O *Dia Nacional da Paralisação pelo Atendimento das Reivindicações* foi o único movimento identificado nas fontes documentais que demonstra a tentativa da entidade de mobilizar a categoria, parte de uma mobilização de caráter nacional⁶⁷³. Sabe-se que no dia da paralisação a Associação distribuiu, entre os profissionais da educação, a Nota, *23 de abril – “Dia Nacional de Paralisação pelo Atendimento das Reivindicações”*, com a seguinte mensagem:

23 de abril foi o dia que o Congresso de Fundação da UNATE definiu como o dia de paralisação nacional dos trabalhadores em educação. Hoje, professores de todo o país estão mostrando sua disposição de

⁶⁷³ Não foram localizados dados precisos sobre a paralisação do dia 23 de abril de 1981.

organizar-se e desenvolver todas as formas de luta para obter suas reivindicações⁶⁷⁴.

As principais lideranças da ASPEC faziam parte de um grupo que discutia a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e participou da criação da UNATE. Sua atuação na luta sindical docente no Ceará caminhou, paralelamente, à sua participação nas discussões sobre a construção do movimento sindical. O quadro abaixo mostra a presença dos líderes da entidade nos eventos promovidos pela CPB e pelo grupo que criou a UNATE.

Quadro XVI – Participação em eventos nacionais promovidos pelo movimento docente⁶⁷⁵

Período	Evento	Entidade Promotora	Participação do movimento docente
Julho/1979	I Encontro Nacional de Professores	Polo Combativo (oposição à CPB)	ASPEC
Março/1980	II Encontro Nacional de Professores	Polo Combativo (oposição à CPB)	ASPEC
Julho/1980	I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação	Polo Combativo (oposição à CPB)	ASPEC
Janeiro/1981	II Congresso Nacional dos Profissionais da Educação (criação da UNATE)	Polo Combativo (oposição à CPB)	ASPEC
Janeiro/1981	XIV Congresso Nacional de Professores	CPB	APEOC
Janeiro/1982	XV Congresso Nacional de Professores	CPB	

O fim da UNATE e, por conseguinte, o encerramento das atividades da ASPEC, marcou o término dessa fase inicial do período de sindicalização que, de um lado, teve o predomínio da liderança da APEOC e, do outro, a formação do movimento de oposição, com características mais homogêneas. Na fase inicial de sindicalização, embora houvesse afinidades entre os líderes da oposição, a determinadas correntes de esquerda e partidos políticos, as divergências não tiveram implicações nas bandeiras de luta do movimento. Além disso, neste período, percebe-se que o canal de interlocução com a esfera governamental não era determinado pelos vínculos político-partidários. A

⁶⁷⁴ O POVO, 23/04/1981, p.16, (Educadores reunidos no dia de paralisação).

⁶⁷⁵ Dados coletados de edições do jornal *O Povo*.

partir de 1983, diante das alterações no cenário nacional e local, mudanças serão postas na organização coletiva do magistério. Integrantes da ASPEC se articulam com novas lideranças advindas de outros movimentos sociais que ingressam, em 1982, na rede pública municipal, formando a *Oposição Sindical*, iniciando uma fase marcada pela consolidação do sindicalismo no movimento de professores públicos cearenses.

3.2– Mediações e distinções entre o associativismo e sindicalismo docente: da conformação do movimento sindical à fundação dos Sindicatos, APEOC e SINDIUTE

A criação dos sindicatos, APEOC e SINDIUTE, resultou de um processo que se desenrolou no âmbito da fase de sindicalização. Até 1982, no Ceará, ainda eram nítidas a predominância do modelo associativo através da trajetória da APEOC. A partir de 1983, é possível observar uma “ruptura” com este modelo de organização, sob o qual teve influência fatores diversos. No que se refere ao movimento docente, foi de fundamental relevância a reconfiguração no quadro das lideranças sindicais através da aproximação do grupo ligado à extinta ASPEC com novos professores, em sua grande maioria, oriundos da rede municipal de ensino, que juntos formaram a *Oposição Sindical*, movimento que atuou no interior da APEOC⁶⁷⁶. De modo semelhante às lideranças da *Articulação Estadual do Magistério*, esse grupo também apresentou características diversas, quanto sua trajetória em movimentos sociais e ligação com organizações político-partidárias, embora houvesse predomínio da influência das tendências que deram origem ao PT. Não obstante, ao contrário da experiência na fase anterior, este aspecto durante a consolidação do modelo sindical passou a ter um peso significativo nas disputas travadas no bojo do movimento. O quadro a seguir apresenta o perfil das lideranças, nesta nova fase, entre os anos 1983 e 1986.

Quadro XVII – Perfil do movimento sindical dos professores das escolas de 1º e 2º graus, entre 1983 e 1986⁶⁷⁷.

⁶⁷⁶ A denominação *Oposição Sindical*, para a análise desse novo grupo, foi desenvolvida por Fonsêca (FONSÊCA, 1991).

⁶⁷⁷ Fez parte desse grupo: Consuelo Takaoka, Fausto Arruda Filho, Francisco Lopes (Chico Lopes), Gardênia Baima, João Iranildo da Silva, Ivanize Magalhães Ferreira, Jaime Alencar de Oliveira, Maria

Características	Gerais
Ingresso na rede pública de ensino	Há a inserção de professores que ingressaram entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, através do concurso público da prefeitura municipal de Fortaleza, em 1982. Participação de supervisores e orientadores educacionais ligados à ASSOECE e a ASSECE.
Atuação em movimentos sociais	A participação em movimentos sociais continua a ser uma marca desse grupo, com destaque não somente no movimento estudantil, mas havia professores com experiência em outros movimentos sociais erigidas nos anos 1970, como o <i>Movimento Feminista pela Anistia</i> .
Ligação com movimentos partidários de esquerda	A maioria era filiada a correntes partidárias que faziam parte do PT ⁶⁷⁸ . Havia integrantes de outros movimentos, como o MR-8 e PC do B.
Posição diante das entidades tradicionais do magistério	O grupo divide-se em duas composições: de um lado, integrantes ligados ao MR-8 e PC do B, que fez a defesa da aliança com a diretoria da APEOC, como instrumento para modificar a entidade; do outro lado, houve o grupo ligado ao PT, que continuou na oposição à diretoria da APEOC.
Posição diante da ditadura militar	Havia a presença de duas principais concepções, em relação à Transição Política: a favor do colégio eleitoral (grupo ligado ao MR-8 e ao PC do B); contra o colégio eleitoral (grupo ligado ao PT).

A heterogeneidade no corpo das lideranças sindicais é um traço característico desde as primeiras formações, não somente no Ceará, como nas demais experiências no País. No caso cearense, as diferenças, especialmente, no que tange às ligações político-partidárias de seus integrantes teve um peso significativo na conformação do movimento sindical dos professores das escolas de 1º e 2º graus, por volta do ano de 1983, em virtude das mudanças que também foram operadas no contexto político local e nacional, com implicações na posição das correntes político-partidárias, diante do processo de transição no Brasil.

No cenário cearense, nos anos 1980, estabeleceu-se uma polaridade entre o grupo ligado ao MR-8, PMDB e PC do B, liderado pelo professor Fausto Arruda Filho,

Laura Moreira, Maria Valdecir Abreu de Paula, Paulo Afonso Menescal, Rosa da Fonsêca, Valda Albuquerque, Zezé Moraes.

⁶⁷⁸ Na fundação do PT houve a participação de diferentes correntes de esquerda, o que imprimiu ao Partido a presença de correntes internas, característica que permaneceu até hoje na estrutura interna do Partido. No momento de sua fundação, no movimento de professores públicos cearenses houve influência no grupo do PT, ligado a professores Rosa da Fonsêca e a professora e ex-prefeita do município de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do Partido Revolucionário Operário. Rosa da Fonsêca, uma das principais lideranças da Oposição Sindical vinha de uma trajetória de militância na AP. Ingressou, posteriormente, no Partido Revolucionário Comunista (PCR), aproximando-se, em seguida, do PT.

em parceria com o professor Jaime Alencar⁶⁷⁹; e o grupo que atuava no PT, no início dos anos 1980, que teve como principal liderança a professora Rosa da Fonsêca, do qual fazia parte, Maria Valdecir Abreu de Paula, João Iranildo, Maria José Chaves de Moraes (Zezé Moraes), dentre outros. É importante salientar que o ingresso da professora Rosa da Fonsêca no movimento sindical docente, em 1982, ocorreu no último ano da APSEC, entidade liderada pelos professores Paulo Afonso Menescal, Maria Laura Moreira e Valda Albuquerque. Apesar deste grupo também ter feito parte da fundação do PT, ao longo dos anos 1980 haverá rompimentos com o Partido, com repercussões em sua atuação no movimento docente, um elemento fundamental, que será trabalhado no decorrer deste capítulo.

A despeito da filiação a diferentes correntes político-partidárias, predominou, inicialmente, na formação da *Oposição Sindical* a unidade em torno do combate à direção da APEOC, no sentido de transformar as velhas práticas adotadas por sua diretoria. A primeira greve no magistério de 1º e 2º graus cearense, em 1983, resultou da força exercida por estas lideranças. Não obstante, diante dos debates em torno da transição democrática, discutidos no âmbito das correntes políticas, das quais as lideranças faziam parte, houve divergências quanto à estratégia que seria adotada num processo de transição na diretoria da APEOC. Estas, por sua vez, ocasionaram o rompimento do grupo liderado pelos professores Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar, com a *Oposição Sindical*, optando os mesmos pela aliança com a diretoria da APEOC, em virtude da análise que ambos faziam sobre como encaminhar o processo de transição na entidade, por meio de alianças com a direção presidida pelo professor Francisco Brilhante, a exemplo da posição adotada pelo MR-8 e PC do B, na política nacional. Cabe assinalar que esse período coincide com a fase do afastamento do professor Brilhante da direção da PAEOC, em virtude da sua condição de saúde⁶⁸⁰. Percebe-se pelo quadro acima que havia divergências entre os grupos, quanto à participação ou não no colégio eleitoral, parte integrante do debate sobre a transição política no País.

Além das alterações no quadro de lideranças outro fator que corroborou para o declínio do modelo associativo na APEOC e o fim da *Era Brilhante* foram às transformações na política cearense, já esboçadas, inicialmente no governo Gonzaga

⁶⁷⁹ Convém ressaltar que o professor Jaime Alencar apresentava vínculo maior com o movimento docente, em detrimento de qualquer filiação político-partidária, ao contrário do professor Fausto Arruda, o qual vinha de uma trajetória de militância no MR-8 e, posteriormente, seria um líder na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada em 1986.

⁶⁸⁰ A partir de 1984 o professor Francisco Brilhante, apesar de ocupar o cargo de presidente da APEOC, passou a se ausentar do comando da entidade, por motivos de saúde. Ver anexo IV.

Mota (1983-1986), mas que seriam intensificadas com o início do *Governo das Mudanças*, no ano de 1986. A proximidade e o fácil acesso ao chefe do poder executivo, característica marcante da fase associativa e que teve bastante incidência nas gestões do Professor Brilhante, serão aos poucos, substituídas por um canal de negociação mais fechado às lideranças sindicais, sobretudo no governo Tasso (1987-1990). Nessa conjuntura, o movimento de professores terá que reinventar novas formas de reivindicar suas demandas e de obter acesso ao poder público. Modifica-se o diálogo com a esfera governamental, em que as regras ditadas, em parte, de acordo com o posicionamento político partidário das lideranças sindicais.

Apesar das rupturas com traços do modelo associativo, sobretudo a partir de 1983, identifica-se na fase de sindicalização um processo de continuidades, que no cenário cearense veio permeado pela disputa entre as duas principais frentes de lideranças que fariam parte da fase de conformação do movimento sindical. Na fase de institucionalização do movimento, com a fundação dos Sindicatos, houve a utilização da estrutura e de mecanismos típicos do modelo associativo, sobretudo, no processo de fundação da APEOC/Sindicato, no sentido de legitimar a representatividade diante da categoria. É nesse cenário que a pesquisa buscou examinar as mediações e distinções no bojo do divisionismo no movimento de professores públicos cearenses.

3.2.1 – A “ruptura” com o modelo associativo e o divisionismo na *Oposição Sindical*: o papel dos movimentos grevistas

O fim do governo Virgílio Távora não representou apenas o início de “novos tempos” para a política estadual cearense. No campo do movimento docente inaugurou-se também um novo cenário, cuja repercussão seria a consolidação do modelo sindical enquanto forma de organização coletiva do magistério público cearense de 1º e 2º graus. Pode-se indicar o ano de 1983 como o momento em que começa a haver o declínio do modelo associativo na APEOC, impulsionado pela formação da *Oposição Sindical*. Na origem desse movimento um elemento central constituiu a divisão do grupo em duas frentes de liderança.

Nos anos entre 1983 e 1985, o movimento, em torno da APEOC, teve como eixo central de ação as mobilizações grevistas, em sua grande maioria, com participação dos professores da rede estadual e municipal. A bandeira principal que impulsionou

todas as manifestações na categoria docente foi à questão salarial, em especial, *o atraso na folha de pagamento e a aprovação de um piso salarial para o magistério*, problemática que afetava ambas as redes de ensino. Esse é um dado importante, haja vista que o movimento sindical docente “nasce” sob a égide do discurso que defende a luta sindical, a luta salarial e a luta em defesa da escola pública. As experiências, não somente no Ceará, entretanto, mostraram as limitações do movimento em ultrapassar a bandeira corporativa. O quadro abaixo faz um demonstrativo das greves eclodidas neste período pelo magistério cearense.

Quadro XVIII – Greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, nos anos de 1983 a 1985⁶⁸¹.

Período	Reivindicação	Rede de Ensino
16/06 a 02/08/1983	Pagamento da folha de salários atrasados no estado e na prefeitura de Fortaleza. Proposta de piso salarial de Cr\$ 56.000,00.	Rede estadual e municipal
20/05 a agosto de 1984	Os professores estaduais e demais servidores pleiteavam aumento de 141,13%.	Professores da rede estadual e demais servidores do funcionalismo público estadual.
14/05 a 14/08/1985	Reajustes salariais; equiparação salarial do estado ao município de Fortaleza.	Rede estadual e municipal

Um conjunto de fatores explica a eclosão das greves na gestão do governador Gonzaga Mota. Alguns, dizem respeito, diretamente, aos problemas políticos, sobretudo econômicos, enfrentados pelo governo, com repercussões diretas no quadro do funcionalismo público, o qual passou a *amargar* sucessivos atrasos na folha de seu pagamento. No plano político, eleito através do “Acordo de Brasília”, Gonzaga Mota, ao longo de seu governo, rompeu com os coronéis, Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, na tentativa de formar um grupo político independente no estado, o que na prática não ocorreu. Seu governo foi permeado pela instabilidade política, sendo um

⁶⁸¹ Fez parte desse grupo: Consuelo Takaoka, Fausto Arruda Filho, Francisco Lopes (Chico Lopes), Gardênia Baima, João Iranildo da Silva, Ivanize Magalhães, Jaime Alencar de Oliveira, Maria Laura Moreira, Maria Valdecir Abreu de Paula, Rosa da Fonsêca, Valda Albuquerque, Zezé Morais.

indicativo a grande rotatividade do seu secretariado⁶⁸². No campo das relações políticas, na análise de Airton de Farias,

Mota reproduziu em seu mandato os vícios das administrações dos velhos coronéis: clientelismo, empreguismo, desorganização da máquina pública, ineficiência... explodiam escândalos a todo momento em várias órgãos do Estado. Conta-se que várias portarias de nomeação de funcionários públicos foram 'dadas' a deputados e cabo eleitoral para distribuição com eleitores⁶⁸³.

O confronto com o governo federal, durante as negociações para as eleições presidenciais ensejou diversas crises no Ceará, com sucessivos boicotes nos repasses de recursos ao estado, com implicações diretas no funcionalismo público⁶⁸⁴. Além disso, o governo ainda teve de enfrentar os efeitos das secas de 1979 a 1984, que atingiu, diretamente, o setor agropecuário, com prejuízos à economia cearense.

As crises políticas e econômicas presentes no governo Gonzaga Mota e suas repercussões na política salarial do funcionalismo público, em especial, no quadro do magistério, por si só, não justificam as profundas alterações ocorridas no movimento docente, cujo corolário foi à consolidação do modelo sindical, em detrimento do modelo associativo. Na formação deste novo cenário contribuição, significativamente, às mudanças processadas na base da categoria e no seu quadro de lideranças. O atraso nos vencimentos dos professores estaduais e municipais, problemática que já acometia o magistério desde a década de 1960, constituiu a bandeira de luta central que impulsionou sua mobilização, porém a insurgência dos professores, estadual e municipal, somente foi possível, em virtude da presença, naquele momento, de uma maior organização na base da categoria, formada pela união entre, docentes da rede municipal e professores oriundos da extinta ASPEC. Foi nessa conjuntura, que teve origem as greves dos professores públicos cearenses, movimentos que perpassaram toda a gestão do governador Gonzaga Mota.

⁶⁸² Durante a gestão de Gonzaga Mota houve alterações em dois terços das quinze secretarias à exceção das Secretarias de Indústria e Comércio, Segurança Pública, Interior, Obras e Serviços e Cultura e Administração (BONFIM, W. L. de S., De Távora a Jereissati: dias décadas de política no Ceará. In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs.), **A Era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p.35-62).

⁶⁸³ FARIAS, 2004, p.450.

⁶⁸⁴ A decisão de Gonzaga Mota em apoiar o candidato Aureliano Chaves, no lugar de Mário Andreazza, o preterido pelo presidente Figueiredo, ocasionou o rompimento do executivo cearense com o governo federal. Em consequência desse fato, o Ministério do Interior passou a gerar entraves no repasse de verbas para o governo estadual cearense (IDEM).

A análise dos movimentos grevistas, eclodidos entre 1983 e 1985, permite identificar três aspectos fundamentais do movimento sindical dos professores públicos cearenses, quais sejam, *as bandeiras de luta do magistério; o processo de cisão no interior da Oposição Sindical; e as mudanças operadas na APEOC*, por meio da reformulação de seus Estatutos. No que se refere às bandeiras do movimento, a questão salarial era a principal reivindicação em todas as greves deste período, fator que unificava a categoria em torno de uma mesma proposta, a aprovação de um piso salarial para os professores da rede pública.

A primeira greve, em junho de 1983, teve origem numa mobilização de professores lotados nas escolas municipais de 1º grau, localizadas no *Conjunto José Walter*, cujo objetivo inicial era pleitear junto à prefeitura a regularização dos vencimentos atrasados. De acordo com a pesquisa de Ivanize Magalhães Ferreira, “como o problema de atraso de pagamento não dizia respeito apenas aos professores daquela região, foi deliberado que se deveria mobilizar todos os professores municipais para uma reunião na sede do Sindicato dos Sapateiros”⁶⁸⁵. Convém salientar, que a ASPEC funcionou na sede deste sindicato. Da primeira mobilização no dia 09 de março à eclosão da greve, no dia 16 de junho de 1983⁶⁸⁶, houve a adesão de lideranças que, em seu conjunto, reuniam o grupo de professores das escolas municipais do Bairro José Walter, lideranças da extinta ASPEC e um grupo recém-ingresso no sistema de ensino, comandado pela professora Rosa da Fonsêca, que ingressou na rede municipal como orientadora de aprendizagem no sistema tele ensino⁶⁸⁷. A Oposição Sindical, desse modo, abrangia docentes das redes de ensino, municipal e estadual.

Apesar de o movimento ser dirigido por lideranças que faziam parte da base de sócios da APEOC, e não do quadro de dirigentes, a primeira comissão formada⁶⁸⁸ decidiu pressionar o presidente da entidade, Francisco Brilhante a “tomar uma posição mais firme diante das autoridades governamentais”, uma vez que este era o porta-voz da

⁶⁸⁵ FERREIRA, I. M., **Avanços e recuos da luta dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública**. 1995. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1995, p.30.

⁶⁸⁶ A primeira reunião ocorreu no dia 09 de março de 1983, na quadra de esporte localizada na praça ao lado da Escola de 1º Grau Raquel de Queiroz, no Conjunto José Walter, contando ainda com um número reduzido de professores de colégios municipais daquela região. A segunda reunião, no dia 11 de maio, já contou com um maior contingente de docentes. A terceira reunião, do dia 13 de maio, ocorreu na Sede do Sindicato dos Sapateiros, e contou com um número já significativo de professores, cuja divulgação da mesma havia sido através do sistema telensino (IDEM).

⁶⁸⁷ Fazia parte desse grupo, as professoras Maria Valdecir Abreu de Paula e Zezé Moraes.

⁶⁸⁸ Segundo Ivanize Ferreira, após a primeira reunião na sede do Sindicato dos Sapateiros, ocorrida no dia 13 de maio, mobilizada pelo sistema de telensino, foi formada uma Comissão com professores de ambas as redes de ensino para ir dialogar com a diretoria da APEOC (IDEM).

categoria, e como tal, apresentava um canal legítimo de diálogo com o poder público. O crescimento do movimento pela base, que chegou a reunir dois mil professores numa assembleia geral⁶⁸⁹, e a pressão realizada nas entidades docentes, tanto na APEOC, quanto na ASSECE e ASSOECE, ocasionou a formação de uma nova comissão, a qual também contou com membros das diretorias das Associações retrocitadas, que numa Assembleia Geral realizada no Ginásio Aécio de Borba, reunindo em média cinco mil professores da rede estadual e municipal decidiram entrar em greve e instaurar uma Assembleia Permanente no Instituto de Educação do Ceará (IEC)⁶⁹⁰.

O encerramento da primeira greve, decisão divulgada pelas diretorias das entidades através da imprensa cearense, à revelia da Assembleia Geral⁶⁹¹, demonstra que, apesar do movimento sindical já contar com uma forte base de apoio na categoria, ainda havia, especialmente na APEOC, a tendência de se negociar as reivindicações por meio da interlocução entre diretoria e governo. Sabe-se que durante as reuniões antes da eclosão do movimento grevista, a *Oposição Sindical* encaminhou para a direção da APEOC a proposta de criação de comissões de negociação, com a presença de professores para participar das audiências com as autoridades. Tal proposta foi inicialmente, rejeitada pela diretoria da APEOC, como atesta a nota publicada no Boletim Informativo da APEOC, do mês de maio.

Ultimamente as críticas surgidas foram no sentido de que a Diretoria da APEOC deveria convocar professores nos colégios para formar comissões, toda vez que tivermos necessidade de tratar com as autoridades. Ora, isto, dentro do bom senso, não tem fundamento, uma vez que a APEOC é formada por uma Diretoria, democraticamente eleita, para cuidar dos interesses de seus associados e, muitas vezes, de quem não é associado. Depois disso não seremos nós que iremos tirar professores de seus afazeres nas salas de aula ou outro qualquer setor educacional da escola para um trabalho que, por direito, compete

⁶⁸⁹ No mês de maio houve algumas reuniões no Instituto de Educação do Ceará. Com o crescimento na adesão de professores ao movimento, a assembleia geral foi transferida para o auditório do DAER. A segunda assembleia, neste auditório, realizada no dia 10 de junho, chegou a contar com dois mil professores (IBIDEM).

⁶⁹⁰ A proposta do movimento, discutidas nas assembleias gerais era de um piso salarial de Cr\$ 56.000,00. A proposta enviada pelo governo de fixar um piso salarial no valor de Cr\$ 34.272,00, foi o fator que levou a categoria a decretar a greve.

⁶⁹¹ O anúncio do encerramento da greve foi realizado através de uma nota assinada pelos dirigentes da APEOC, ASSECE e ASSOECE, divulgada pela imprensa cearense (jornais, rádio e televisão). Esse fato foi relatado em todos os trabalhos sobre a greve de 1983 (MOREIRA, 1990; FONSÊCA, 1991, FERREIRA, 1995).

a nós. Entretanto, dentro do nosso espírito e formação classistas, devemos uma certa atenção àqueles que nos criticam, ‘porque não convocamos professores para pressionar autoridades’. Este tipo de coisa não é do feitio de nenhum dos diretores desta Associação que, até hoje, vem conseguindo das autoridades todas as reivindicações pleiteadas, sem brigas, sem greves, movimentos de ruas ou protesto público. Enquanto pudermos usar a persuasão, o diálogo, o entendimento, jamais iremos ao incitamento, a menos que haja necessidade⁶⁹².

A resistência dos diretores da Associação em aderir às propostas do movimento sindical justificava-se em razão destas não serem elucidativas das práticas até então aduzidas pelos líderes da entidade. Na entrevista com a professora Gardênia Baima, que ingressou na APEOC em 1982 e participou dos movimentos grevistas na *Oposição Sindical*, a mesma relata suas impressões sobre a liderança do Professor Francisco Brilhante no início da década de 1980.

Quando eu entrei estava já nos últimos anos da direção do professor Brilhante que era uma pessoa que dizia que tinha como partido ‘o professor’. [...] O professor Brilhante, eu lembro que ele atendia os professores na sede da APEOC de paletó. Então era assim, aquela coisa mais, o professor como o centro, o professor como aquele que tem aquele o *status quo*, o professor ainda aquele que dava aula de paletó no Liceu do Ceará. E a APEOC muito como uma Associação realmente recreativa, tanto é que já estava organizando Colônia de Férias, convênios [...] Na época era um pouco isso. O professor Brilhante tinha uma visão nada ligada à esquerda ou aos movimentos que lutavam contra a ditadura, muito pelo contrário, era uma pessoa que estava ali para construir a Associação e a vida social da Associação dos Professores⁶⁹³.

O grupo ligado ao professor Brilhante, apesar de ter aderido ao movimento grevista em 1983, Como salientou a professora Valda Albuquerque, também integrante da *Oposição Sindical*, as mobilizações, assembleias, eram lideradas pela base da categoria. De acordo com seu relato, “o movimento acumulou força, teve uma liderança intermediária fortíssima, eu acho que nós tínhamos uns 300 professores liderando a greve dentro do Instituto de Educação [...] Ela [APEOC] estava lá, mas dentro da Sede, e a gente aqui na rua”⁶⁹⁴.

⁶⁹² BOLETIM INFORMATIVO, ano VIII, nº 97, maio/1983, p.01, (Antes o bom senso).

⁶⁹³ Entrevista de Gardênia Baima, realizada no dia 23/07/2012.

⁶⁹⁴ Entrevista de Valda Albuquerque, realizada no dia 04/12/2012.

Percebe-se que após a primeira greve o movimento docente cearense passou a contar com a presença de duas frentes de lideranças. De um lado, o grupo da diretoria da APEOC, sob o comando do professor Brilhante; do outro, o grupo da *Oposição Sindical*, que deu origem a duas principais lideranças, a saber, a professora Rosa da Fonsêca e os professores Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar. A experiência do movimento grevista definiria as estratégias políticas que seriam adotadas no movimento docente, cujo seu corolário teria sido a cisão na *Oposição Sindical*, com a aproximação dos professores, Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar, ao grupo liderado pelo professor Brilhante⁶⁹⁵. Durante entrevista com professor Fausto Arruda Filho, o mesmo deu seu relato a respeito desse processo.

Havia na segunda metade da década de 1970 toda uma luta do movimento sindical, do movimento de professores e tal, e o fato é que já havia uma oposição se construindo dentro do movimento dos professores, diante de uma direção mais tradicional que, no caso, era a direção do Brilhante. [...]. Na época eu era militante do MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a linha desenvolvida pelo MR-8 em relação a como superar essas direções tradicionais era você encostar na entidade, trabalhar por dentro da entidade e tentar por dentro da entidade fazer o processo de superação das lideranças tradicionais. Já o pessoal que na época se caracterizou como o outro bloco, a Rosa, a Valda, achava que tinha que ir pro confronto, e tal, e tentar derrubar a liderança tradicional. Então, o que aconteceu é que eu me aproximei da direção da APEOC, participei em reuniões e assembleias. Eu fiz esse trabalho junto com o Jaime, Jaime era mais antigo [...] Então a gente teve um momento que trabalhou todo mundo junto, mas aí a estratégia de cada grupo, o grupo que estava se conformando mais em torno do PT, do que veio a dá o PT, achava que tinha que ir para o embate e derrotar a direção tradicional. E no caso, a orientação do MR-8 e depois o MDB era exatamente buscar uma aproximação e tentar superar, por dentro, a direção tradicional⁶⁹⁶.

O racha na oposição, neste sentido, só pode ser compreendido na medida em que se situam as ações das lideranças no bojo de suas ligações com as correntes político-partidárias. Os dados indicam que tal aproximação, provavelmente ocorreu por volta do ano de 1984, quando teve destaque no Brasil o debate em torno das eleições presidenciais, que se dividiu em duas principais propostas: favor ou contra o colégio eleitoral. A inserção desse debate no movimento sindical docente cearense ocorreu na sua *fase propositiva*, momento em que CPB vinha deliberando, não somente as

⁶⁹⁵ Segundo Rosa da Fonsêca, quando houve a aproximação de Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar com a diretoria da APEOC, os mesmos conseguem atrair outros professores que participaram junto com o movimento de Oposição Sindical, durante a greve de 1983 (FONSÊCA, 1991).

⁶⁹⁶ Entrevista de Fausto Arruda Filho, realizada no dia 11/12/2012.

discussões sobre a política sindical e política educacional, como também aspectos ligados à política nacional. Conforme discutido no capítulo 1, em meados dos anos 1980, a Confederação se tornou uma das principais protagonistas nos debates educacionais no Brasil, atuando nas discussões em torno da conjuntura nacional que, naquele período, teve como pauta central as eleições presidenciais. Tal debate revelou o papel exercido pelas posições políticas presentes no interior do movimento, reflexo da relação que suas lideranças mantinham com os partidos. No caso do Ceará, parte dos professores que liderava a *Oposição Sindical* integrava as correntes dentro do PT, participando do Núcleo de Educação do Partido⁶⁹⁷. A posição deste grupo diante do debate eleitoral estava em consonância com a decisão tomada, em nível nacional, ou seja, a defesa do boicote ao colégio eleitoral. Havia, no entanto, um setor na *Oposição Sindical*, que mantinha ligação com o MR-8 e o PC do B, correntes que defendiam a eleição via colégio eleitoral.

A realização do *I Congresso Estadual dos Professores do Ceará*, em outubro de 1984⁶⁹⁸, evento organizado pela APEOC, com participação da *Oposição Sindical*, demarca o momento de elaboração das pautas do movimento sindical docente cearense, em consonância com os debates travados nos Congressos de Professores da CPB. Com o tema “Valorização da Escola Pública”, sugestão encaminhada pela Confederação, o evento, além do tema educacional, trouxe à pauta o debate sobre a transição democrática, momento em que se tornaram evidentes as diferenças nas posições defendidas pelas lideranças. Os documentos pesquisados indicam que os embates entre estes grupos, que se transpôs para o campo do movimento sindical docente, já eram visíveis durante a realização do Congresso. O principal ponto de discordância se deu em torno das eleições presidenciais, cuja posição da diretoria da APEOC e das lideranças comandadas pelos professores Fausto Arruda Filho (ligado ao MR -8), Francisco Lopes (membro do PC do B) e Jaime Alencar, eram favoráveis ao colégio eleitoral.

As disputas travadas no Congresso seriam intensificadas ao longo dos anos 1980, em que se evidencia um processo de acomodação da “velha ordem” posta pela tradicional diretoria da APEOC, ao movimento sindical docente, através da liderança comandada pelos professores Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar, que se consolidou

⁶⁹⁷ Naquele período ainda existiam os núcleos dentro do PT, dentre eles, o da educação.

⁶⁹⁸ O I Congresso Estadual dos Professores do Ceará ocorreu entre os dias 12 a 14 de outubro nas dependências do Colégio Cearense (O PROFESSOR, ano VI, nº 4, 1ª quinzena de nov/1984, p.03, “Professores unidos pela valorização da escola pública e do magistério”).

com a nomeação arbitrária de ambos, pelo presidente em exercício Cléber Pinho, para cargos vagos na diretoria da entidade, em 1985, antes do próximo pleito eleitoral da entidade. No que se refere à direção da Associação, compreende-se a aproximação com as lideranças sindicais como uma estratégia política para manter um determinado controle na entidade. A forte atuação das lideranças ligadas ao PT no movimento sindical, associado ao afastamento progressivo do professor Brilhante das atividades da APEOC, em razão do seu quadro de saúde, são fatores que determinaram a aliança realizada pela direção da Associação. A imagem a seguir retrata a composição das novas lideranças na diretoria da APEOC, por volta de meados de 1985, resultante da aliança entre a antiga diretoria e um grupo advindo da *Oposição Sindical*.

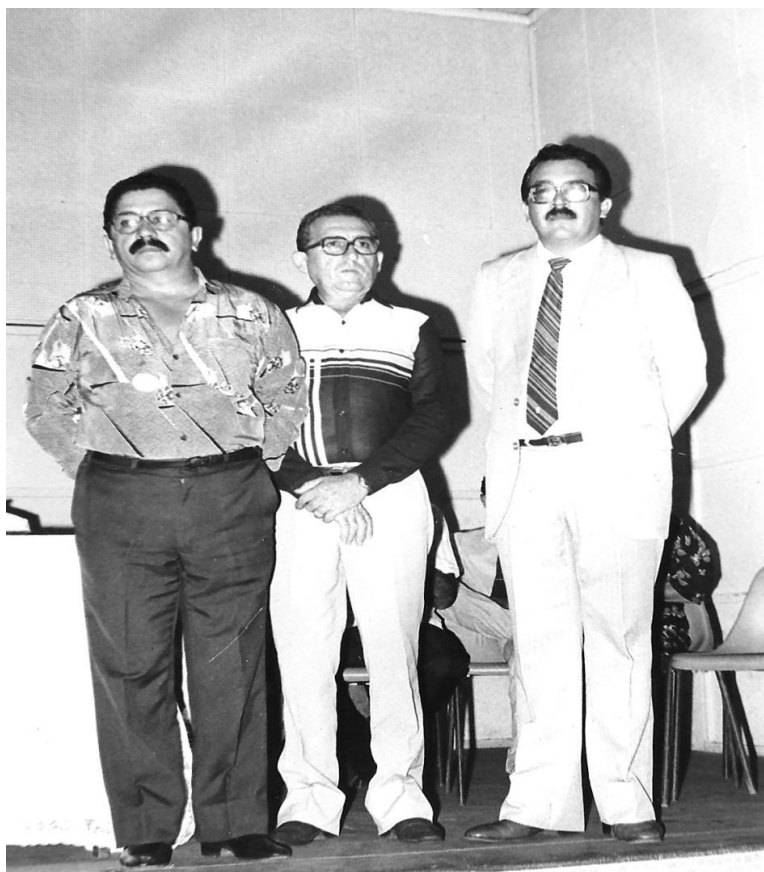


Imagem XVI: Da esquerda para a direita: Jaime Alencar, Cleber Pinho, presidente da APEOC em exercício, e Fausto Arruda Filho⁶⁹⁹

Durante entrevista com o professor Cléber Pinho, vice-presidente da APEOC, em 1985, o mesmo teceu sua análise acerca desse processo.

Nos períodos de crise e greve a convivência era insuportável. Eu, por exemplo, tive que nomear vários diretores aqui arbitrariamente. Mas,

⁶⁹⁹ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

era uma questão de sobrevivência. Porque, por exemplo, nessa greve de quase quatro meses que nós tivemos em 85, no governo Gonzaga Mota, quer dizer, eu no confronto com o governo e uma parcela ponderável da APEOC em oposição à diretoria, comandada pela Rosa da Fonsêca. A diretoria que o Brilhante deixou era uma diretoria pacata, não era uma diretoria ativista, não estava habituada a nova forma de reivindicar. Essa reivindicação era sempre feita nos gabinetes, estavam acostumados a isso. Então, quando passou para essa nova fase de assembleia geral, de passeatas, essa coisa toda, eu observava nas assembleias os diretores lá por trás, não iam nem para frente. Os que estavam lá na mesa, na discussão, era quem não era da diretoria, o Fausto Arruda, o Jaime Alencar [...] Então como estavam sempre à disposição, ai peguei e nomeei para os cargos vagos que tinham aqui. Fiz uma portaria e falei numa assembleia no Aécio de Borba superlotada [...] Quando foi lida a Portaria, minha, lá no Aécio de Borba, vinha a Rosa da Fonsêca pra cima de mim (risos), e disse: - Você não pode fazer isso não! Já tá feito. [...] Mas, numa guerra tudo vale.⁷⁰⁰

Na análise de Rosa da Fonseca, a aliança que se estabeleceu em meados do ano de 1985, na direção da APEOC, resultou das disputas no interior da entidade entre três lideranças: o grupo de oposição denominado por “polo combativo”, do qual fazia parte; o grupo denominado “esquerda tradicional”, liderado por Fausto Arruda e Jaime Alencar; e a diretoria da APEOC.

Tenho me perguntado quais as razões para isso acontecer. Levanto algumas hipóteses: a 1ª é que, a oposição se constituiu em torno de um bloco de militantes que mesmo com posições políticas diferentes se identificavam com o novo sindicalismo numa perspectiva classista, o chamado ‘polo combativo’; enquanto aqueles se constituíram como um polo de política da chamada esquerda tradicional, a que já me referi, que está sempre em busca de alianças com setores liberais burgueses ou congêneres, para enfrentar a conjuntura. Já o professor Brilhante deve ter raciocinado como o adágio popular: ‘dos males o menor’; e passou a reforçar a atuação dos dois [Fausto e Jaime] em detrimento dos demais⁷⁰¹.

Analisando as fontes coletadas, compreende-se que a cisão no movimento sindical docente teve como principal fator as divergências político-ideológicas, especialmente, no que se refere ao modo como encaminhar um processo de transição no movimento, traço característico da fase de sindicalização, mas que no Ceará, em razão da presença do grupo que dirigia a entidade há mais de uma década, acabou corroborando numa aliança que contribuiu para a permanência dos antigos dirigentes no

⁷⁰⁰ Entrevista de Cléber Pinho, realizada no dia 14/11/2012.

⁷⁰¹ FONSÊCA, 1991, p.46-47.

comando da entidade. Apesar do discurso que apregoava a independência entre Partidos e sindicatos⁷⁰², percebe-se a forte influência das orientações dos partidos políticos na condução das ações das lideranças sindicais. A oposição ligada ao PT, reunida em torno do Núcleo de Educação dentro do Partido, vinha desenvolvendo a defesa por um modelo de entidade sindical que reunisse todos os trabalhadores em educação, ideia presente desde as primeiras manifestações, no final da década de 1970. Não por acaso, esse grupo abrangia professores que também faziam parte da oposição à ASSOECE e ASSECE. Para essas lideranças, era fundamental combater a diretoria da APEOC e lutar por mudanças em seus estatutos, contribuindo assim, para a democratização do seu pleito eleitoral, como alternativa para assumir a direção da entidade, posição esta contrária à defendida pelas lideranças ligadas a outras correntes político-partidárias.

A vinculação político-partidária terá também influência na interlocução entre, lideranças e sindicatos como será analisado no período da Administrativa Popular e do Governo das Mudanças. A esse respeito, há que se considerar também, que as estratégias adotadas, no interior do movimento sindical docente, em meados dos anos 1980, estavam vinculadas às mudanças progressivas nos canais de interlocução entre, as organizações sociais e governo, fator que seria intensificado a partir de 1987, quando tem início o Projeto Mudancista. A imagem a seguir, retrata uma mesa de negociação intermediada pela diretoria da APEOC, durante a greve de 1984, ainda na gestão do governador Gonzaga Mota.

⁷⁰² Os professores entrevistados, sempre quando foram questionados a respeito da relação entre Partidos Políticos e sindicatos, afirmavam ser favoráveis à independência entre ambos.



Imagem XVII: Audiência da APEOC com o Governador Gonzaga Mota, realizada no dia 18 de maio de 1984⁷⁰³, durante a greve de professores⁷⁰⁴

Na entrevista com a professora Rosa da Fonsêca, a mesma relatou momentos da greve de 1984, que exemplifica o novo contexto imposto à diretoria da APEOC, após o governo Virgílio Távora, na fase de transição política do regime militar.

Eu sei que o Brilhante não tinha mais ligação umbilical com o governo; aí achou foi bom, a gente mandar brasa. Eu sei que ele fazia era financiar a nossa atividade, né. Financiar assim, precisava de ônibus para professores irem para as passeatas. Ele: - Pode contratar o ônibus. Precisa de carro de som pra gente fazer piquetes nas escolas. Ele: - Pode contratar! Entendeu? Então, ele passou a liberar os recursos da entidade pra gente fazer o movimento. E, realmente, foi um movimento fantástico que nós fizemos! Foi quando a gente ocupou a Assembleia Legislativa. Foram três meses de greve. Fazia assembleia no Presidente Vargas (PV) que lotou o PV. Era uma coisa assim fantástica! Foi o auge do movimento sindical no Brasil, também aqui, né⁷⁰⁵.

⁷⁰³ Na ocasião a Comissão de professores liderada ainda pelo presidente da APEOC, Francisco Brilhante, entregou um Memorial ao governador, solicitando reajuste de vencimentos e outras vantagens (BOLETIM INFORMATIVO, ano X, nº 101. jun/1984, p.01, Encontro com o governador).

⁷⁰⁴ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

⁷⁰⁵ Entrevista de Rosa da Fonsêca, realizada no dia 26/03/2013.

Apesar do relato acima, no interior da APEOC, no ano de 1984, já havia uma correlação de forças que disputava o comando da entidade, que não incluía apenas o grupo do professor Brilhante. A análise dos informativos da Associação e da Oposição Sindical demonstra os ataques entre as lideranças, que vão tomando, cada vez mais, a forma de uma disputa político-partidária. As greves deflagradas durante o governo Gonzaga Mota, desse modo, revelam traços importantes da fase de sindicalização no Ceará.

Percebe-se o foco central do movimento, no que se refere às demandas da categoria, na luta salarial, e a menor participação da APEOC na condução da política educacional, especialmente no governo do estado, em relação ao modo como a entidade atuou na gestão anterior. Além de uma nova postura diante do governo, a mesma passou a dividir com a *Oposição Sindical* a liderança das atividades grevistas que, nesta trajetória, cresceu sua base e impôs alterações no interior da Associação, a exemplo da Reforma nos Estatutos realizada, no dia 17 de novembro de 1984⁷⁰⁶. Esta pode ser avaliada como resultado da pressão exercida pela *Oposição Sindical*, sobretudo, pelo grupo liderado por Rosa da Fonsêca, uma vez que, era de seu interesse debater a democratização da APEOC. As principais propostas da oposição, inclusas no novo Estatuto foram, a criação de *Conselho de Representantes por escola e eleições diretas para a APEOC no interior do estado*. Até aquele momento, apenas os representantes das Delegacias tinham o direito de participar do processo eleitoral⁷⁰⁷. Após a reformulação, a diretoria da Associação passava a contar com um representante por turno das escolas de 1º e 2º graus das redes municipal e estadual na cidade de Fortaleza⁷⁰⁸, e os professores do interior adquiriram o direito ao voto nos pleitos eleitorais.

A despeito da reforma dos Estatutos, a eleição na APEOC, em 1986, selaria a aliança de parte da oposição com a diretoria da entidade, iniciando a fase de consolidação do modelo sindical nas organizações dos professores públicos, em torno

⁷⁰⁶ As alterações nos Estatutos da APEOC encontram-se publicadas no Diário Oficial do Estado, do dia 3 de setembro de 1985 (O PROFESSOR, ano VI, nº 12, jul/ago/set/1985, p.03, Alterações no Estatuto da APEOC publicado no Diário Oficial – Ce).

⁷⁰⁷ No Artigo 59º, do Estatuto reformulado em 1978, o presidente da Delegacia tinha direito “a tantos votos quantos os associados de suas Delegacias na proporção de um (01) voto para cada vinte (20) associados ou fração” (CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 14/12/1978, p.10, Estatuto da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará – APEOC).

⁷⁰⁸ Além da inclusão dos representantes das escolas, o Estatuto também integrou como parte suplementar da diretoria os Departamentos, Jurídico, Cultural, de Esporte, Social e de Promoções (IDEM).

da APEOC, cuja marca será a disputa entre duas tendências sindicais. Tal contexto seria marcado pela gestão petista, vencedora das eleições municipais de 1984 e, posteriormente, o início do Governo das Mudanças, na campanha de 1986, fatores que acabariam por revelar a suma importância das correntes político-partidárias na fase de sindicalização, aspecto analisado a seguir.

3.2.2 – A conformação das lideranças no movimento sindical docente: as tendências sindicais e o papel das correntes político-partidárias

A fase que antecede a institucionalização do sindicalismo docente, no Ceará, foi permeada pelas disputas entre lideranças do movimento, divididas em três principais frentes: o grupo do professor Brilhante, liderado por Cléber Pinho, oriundo da trajetória da APEOC, desde a fase associativa; o grupo que tinha a frente Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar; e as lideranças do PT, sob o comando da professora Rosa da Fonsêca. É de fundamental relevância ao entendimento da trajetória da luta sindical, entre os anos 1985 e 1998, compreender a presença desse quadro, considerando sua atuação é resultante das ações promovidas por estes atores sociais. Da mesma forma, também é crucial perceber que, mesmo com a ascensão de Fausto Arruda à diretoria da APEOC e, por conseguinte, a diminuição do poder do grupo ligado ao Brilhante⁷⁰⁹, os mesmos ainda estavam presentes na diretoria da entidade⁷¹⁰.

Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar se consolidaram na diretoria da APEOC através da disputa eleitoral na entidade, ocorrida em fevereiro de 1986, quando a Chapa 1 (Educação e Mudança)⁷¹¹ venceu a Chapa 2 (Construindo)⁷¹², liderada pela professora Rosa da Fonsêca, um processo eivado de questionamentos sobre sua legitimidade⁷¹³. As eleições na APEOC é um indicativo de como a estrutura montada na fase associativa, esteve a serviço da manutenção do controle da entidade, um legado que permanece até o presente momento na APEOC/Sindicato, uma vez que, até o momento do presente estudo, nunca houve a vitória de uma chapa oposicionista nas eleições. Apesar da modificação do Artigo 59, instituindo eleições diretas no interior do estado, a

⁷⁰⁹ Faziam parte do grupo do professor Francisco Brilhante, desde os anos 1970, o professor Cléber Pinho, José Francisco das Chagas, Paulo Walmir Santiago e Demócrito Quaresma.

⁷¹⁰ Apesar do professor Francisco Brilhante não ter feito parte da Chapa 1, ele permaneceu na APEOC com um cargo de *Assessor para Assuntos Educacionais e Administrativos*.

⁷¹¹ No apêndice XIII consta a lista dos integrantes da Chapa. O anexo V apresenta o registro da Chapa 1.

⁷¹² Ver apêndice XIV.

⁷¹³ A Chapa 1 venceu as eleições com 4.422 votos, contra 2.741 votos da Chapa 2 (FONSÊCA, 1991).

diretoria, ainda sob o comando do professor Brillhante, apresentava forte influência nos municípios, em função do trabalho realizado, ao longo dos anos 1970, na instalação das delegacias. De acordo com a pesquisa de Rosa da Fonsêca, o modo como foi conduzido o processo eleitoral corroborou para a derrota da Chapa 2.

1) A comissão eleitoral de apuração não tinha nenhum representante da Oposição [...]. 3) Não existia uma cédula única de votação, mas 3 cédulas, correspondentes às 3 chapas. Houve várias denúncias de que as secretarias de educação, municipais do interior permaneciam no local de votação e ameaçaram com demissão, caso o pessoal não comprovasse que votara na chapa 1, devolvendo as outras cédulas. [...] Toda a Chapa 1 foi centrada no combate à chapa 2, caracterizando-o como petista e pelega (vinculada à prefeita recém-eleita) [...] Uma parcela significativa do magistério tinha, como ainda hoje, uma vinculação muito forte com os políticos tradicionais exatamente por ter tido acesso à profissão, não através de concurso público, mas pelo método do clientelismo e do compadrio [...] ⁷¹⁴.

Embora não se tenha dados que comprovem parte do relato presente no trabalho de Fonsêca ⁷¹⁵, há indícios que atestam o favorecimento da Chapa 1, pela diretoria da entidade. Na edição do jornal O Professor, de janeiro de 1986, órgão oficial da APEOC, houve a publicação de uma nota, tratando do lançamento da Chapa “Educação e Mudança”.

Uma chapa de maior expressão, foi lançada por um grupo de professores líderes da categoria para concorrer às eleições na Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará – APEOC [...] Fausto Arruda nos últimos anos se destacou como uma das lideranças do Movimento Reivindicatório dos Professores cearenses. Ele esteve à frente, principalmente durante às lutas de 1985, nas Assembléias Gerais e nas negociações junto às autoridades educacionais. Pretende ele, juntamente com os demais componente que integram “Educação e Mudança”, continuar a lutar com um programa de defesa intransigente dos interesses dos professores [...] ⁷¹⁶.

Na edição seguinte, antes do pleito eleitoral, outra nota foi lançada, ressaltado a Chapa 1 e o nome do candidato à presidente:

⁷¹⁴ IDEM, p.55.

⁷¹⁵ Não foram identificados dados que constatem as ameaças de demissão ocorridas nos municípios, durante o pleito eleitoral de 1986.

⁷¹⁶ O PROFESSOR, ano VI, nº 14, jan/1986, p.04, (Lançada a chapa “Educação e Mudança” para a diretoria da APEOC).

Além da Chapa (1) “EDUCAÇÃO E MUDANÇA”, encabeçada pelo Professor FAUSTO ARRUDA, mais duas outras, conforme movimentos, deverão concorrer às eleições da APEOC [...]. A terceira chapa que segundo consta terá à frente a professora Rosa da Fonseca, até o dia 31/01, data do fechamento desta edição, ainda nada de oficial⁷¹⁷.

A associação do grupo que integrava a Chapa 2, com o PT e a CUT, e da possível tentativa do mesmo de transformar a APEOC num aparelho à serviço do Partido foi aduzida durante o processo eleitoral como mecanismo de atacar a chapa de oposição. O jornal *O Professor*, seu órgão oficial, lançou nota na primeira página, “PROFESSORES REJEITAM CUT-PT”⁷¹⁸, uma referência a decisão tomada no XIX Congresso da CPB⁷¹⁹. A ligação da *Oposição Sindical* com o PT seria parte dos discursos da direção da APEOC durante todo o processo de institucionalização do movimento, especialmente, no período de crise da administração petista da prefeita, Maria Luiza Fontenelle. Esse debate tem relação direta com o posicionamento dos grupos perante as discussões no campo sindical. A eleição na APEOC, desta forma, também demonstrou as tendências sindicais defendidas pelas Chapas. O quadro a seguir, faz uma comparação de suas bandeiras neste setor.

Quadro XIX – Propostas das Chapas 1 e 2 nas eleições de 1986, no campo da política sindical⁷²⁰.

TEMA	CHAPA 1 (Educação e Mudança)	CHAPA 2 (Construindo)
POLÍTICA SINDICAL	Liberdade e autonomia sindical;	Liberdade e autonomia sindical;
	Unicidade Sindical, contra o divisionismo no movimento sindical;	Ratificação da Convenção de 1987;
	Sindicalização dos funcionários públicos;	Direito à sindicalização dos funcionários públicos;
	Criação de uma Central Geral dos Trabalhadores	Filiação da APEOC à CUT/ filiação da CPB à CNTE;

⁷¹⁷ O PROFESSOR, ano VI, nº 14, jan/1986, p.04, (Lançada a chapa “Educação e Mudança” pela diretoria da APEOC).

⁷¹⁸ O PROFESSOR, ano VI, nº 15, jan/fev/1986, p.01, (Professores rejeitam CUT-PT).

⁷¹⁹ A proposta de filiação da CPB à CUT teve início no XVII Congresso Nacional da CPB, realizado em janeiro de 1984, em Santa Catarina. Não havendo maioria “cutista”, a proposta foi rejeitada. Apenas no XXI Congresso, na cidade de Brasília, em 1988, foi deliberada a filiação da Confederação à CUT (PAULA, 2010).

⁷²⁰ ALMEIDA, 2004.

	Pelo direito de greve para todos as categorias.	Direito irrestrito de greve
--	---	-----------------------------

Percebe-se que a principal discordância se dava nas questões postas, no plano das correntes do sindicalismo brasileiro, apresentadas no capítulo I, em que a Chapa 2, defendia as propostas do grupo dos *Autênticos* e da *Oposição Sindical*, ligado ao PT, enquanto a Chapa 1, era favorável às ideias defendidas pela Corrente Unidade Sindical, da qual fazia parte o MR-8, o PCB e o PC do B.

A vitória “esmagadora” da Chapa 1, se, por um lado, selou a “aliança” com a antiga direção, por outro, definiu as estratégias que seriam tomadas pela *Oposição Sindica* que embora derrotada nas urnas, apresentava forte base de apoio em Fortaleza, especialmente, entre os professores da rede municipal⁷²¹. O grupo liderado por Rosa da Fonsêca, apesar de estar inserido na APEOC, após a derrota eleitoral, se organizou com a oposição da ASSOECE e ASSECE, formando uma frente que viria a encaminhar, paralelamente à APEOC, as lutas no campo do movimento sindical docente. Esse cenário coincide com as mudanças ocorridas na política cearense, de um lado, mediante à ascensão da candidata Maria Luiza Fontenelle (1986-1989), do PT, à prefeitura de Fortaleza, nas eleições municipais de 1985, com quem Rosa da Fonsêca mantinha histórico de militância, desde os anos 1970⁷²²; e do outro, nas eleições estaduais de 1986, com a vitória do candidato do PMDB, o empresário Tasso Jereissati (1987-1990). A conformação do movimento sindical dos professores públicos cearenses se deu atrelado à reconfiguração das forças políticas no estado do Ceará, momento em que se evidenciam as contradições na retórica das lideranças. Apesar do discurso, principalmente da *Oposição Sindical*, em defesa do não atrelamento à máquina administrativa, se tornou evidente a aproximação da APEOC com o governo estadual e da Oposição, especialmente o grupo ligado à Rosa da Fonsêca, com a prefeitura de Fortaleza.

No campo das lutas corporativas, havia uma unidade nas bandeiras das lideranças, em torno da questão salarial, especificamente, o pagamento dos salários atrasados e a implantação de um piso de três salários mínimos, bandeira central do movimento docente na década de 1980, sendo pauta das discussões postas na CPB, no plano nacional. São nas formas de encaminhamento das demandas, juntos aos governos,

⁷²¹ Convém salientar que a CHAPA 2 venceu as eleições em Fortaleza.

⁷²² Rosa da Fonsêca e Maria Luiza Fontenelle militaram juntas no Movimento Feminista pela Anistia, nos anos 1970, e no Partido Revolucionário Comunista (PCR) e no Partido Revolucionário Operário (PRO).

municipal e estadual, que se destacam as divergências, forjadas no campo da disputa pela liderança do movimento. Em geral, haverá diferenças na interlocução com a prefeitura de Fortaleza e governo do estado do Ceará, especialmente na fase presidida pelo PMDB.

A situação salarial do magistério, em ambas as redes de ensino, no ano de 1986, era semelhante, com um salário deficitário e pago sempre com atrasados, resultante dos problemas postos à máquina administrativa do estado, no contexto dos governos, ainda permeados pela “política dos coronéis”. O inchaço na máquina administrativa, as práticas clientelistas, os problemas no repasse das verbas do governo federal ao estado, em seu conjunto, inviabilizavam uma política de austeridade fiscal, que honrasse os compromissos com o funcionalismo público, incluindo o quadro da educação. O ano de 1986, desta forma, iniciou com um indicativo de greve do magistério municipal e estadual, cujas pautas principais das reivindicações eram as seguintes: *pagamento em folha única e em dia, na capital e interior; pagamento imediato das diferenças de fevereiro e março; implantação dos salários atrasados*, e a principal reivindicação, *a implantação de um piso salarial*, de acordo com a seguinte tabela.

Tabela VII – Valores salariais de acordo com nível de formação⁷²³.

Nível	Índices
• 3º pedagógico	Três salários mínimos
• 4º pedagógico	Três salários mínimos e meio
• Licenciatura curta	Quatro salários mínimos
• Licenciatura plena	Cinco salários mínimos
• Pós-graduação	Cinco salários mínimos e meio
• Mestrado	Seis salários mínimos
• Doutorado	Sete salários mínimos

As reivindicações do magistério foram encaminhadas via Memorial, em abril de 1986, entregue ao governador Gonzaga Mota e a prefeita Maria Luiza Fontenelle que, dentre as demandas, se comprometeram a pagar, a partir do dia primeiro de maio, o piso salarial, de acordo com os valores discriminados na tabela acima. O Ceará, desta forma, poderia se tornar o primeiro estado no Brasil a garantir o pagamento

⁷²³ O ESTADO, 24/04/1986, p.12, (Ceará é o primeiro Estado a pagar piso salarial aos professores).

do piso⁷²⁴, bandeira que vinha sendo liderada pela CPB, em todo o país. O não cumprimento do acordo, por parte das duas esferas administrativas, deu início a greve decretada no dia 9 de maio de 1986, com duração de 4 meses, que mobilizou os professores das escolas municipais e estaduais de Fortaleza e teve como linha de frente, a direção da APEOC e a *Oposição Sindical*. As imagens abaixo retratam momentos ocorridos durante esse período de mobilização cearense, e revela a presença de líderes da *Oposição Sindical* nas mesas de negociação (Imagem XX).



Imagem XVIII: Assembleia de Professores durante a greve de 1986⁷²⁵.

⁷²⁴ TRIBUNA DO CEARÁ, 24/04/1986, p.22, (Ceará é o primeiro Estado a pagar piso salarial aos professores).

⁷²⁵ Imagem cedida pelo jornalista Rogério Morais/ Jornal do Comércio do Ceará. As informações sobre o evento foram retiradas do Jornal O Professor. (O PROFESSOR, ano VIII, n. 20, maio/jun/1986, p.08, “Professores mantêm posição e a greve continua”).



Imagem XIX: Assembleia de Professores ocorrida no mês de setembro de 1986, liderada pelo professor Cléber Correia, presidente da APEOC em exercício⁷²⁶. À esquerda do presidente, professor Jaime Alencar⁷²⁷.



Imagem XX: Audiência da APEOC com autoridades no Palácio da Abolição, durante a greve de 1986. Ao microfone o presidente da entidade, professor Fausto Arruda Filho. A segunda professora à sua esquerda, professora Rosa da Fonsêca, líder da Oposição Sindical⁷²⁸.

⁷²⁶ Durante a greve de 1986, o presidente Fausto Arruda Filho se afastou da direção da APEOC, para concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de 1986, não obtendo êxito na votação.

⁷²⁷ Acervo do jornalista Rogério Morais/Jornal do Comércio do Ceará.

⁷²⁸ Imagem cedida pelo jornalista Rogério Morais/ Jornal do Comércio do Ceará. As informações sobre o evento foram retiradas do Jornal O Professor. (O PROFESSOR, ano VIII, n. 20, maio/jun/1986, p.08, "Professores mantêm posição e a greve continua").

O principal resultado do movimento de 1986, no que tange às conquistas do magistério, foi o compromisso dos governos, municipal e estadual, com a legalização do piso salarial, ficando o Ceará dentre os onze estados a garantir a Lei do Piso⁷²⁹. Na prefeitura de Fortaleza, a regulamentação ocorreu em junho de 1986; no governo estadual, a aprovação se deu através da Lei nº 11.231/86, sancionada no dia 3 de outubro de 1986, com implantação prevista para 1 de janeiro de 1987.

Para o campo do movimento sindical docente, a greve teve um significado importante, com o agravamento dos embates entre diretoria da APEOC e *Oposição Sindical*, os quais não eram apenas elucidativos das disputas pela liderança do movimento, mas, sobretudo, refletiam as lutas no campo político-partidário, uma vez que, havia uma ligação entre a Oposição e o PT, Partido que, naquele momento, exercia o poder no plano municipal. A luta sindical dos professores públicos cearenses pelos direitos da categoria, bem como, sua participação no debate educacional seriam, portanto, marcadas pelo acirramento dos confrontos entre as lideranças, em que nessa trajetória, identifica-se não somente a *permanência* de traços da fase associativa, quanto às *mudanças* promovidas nas práticas adotadas pelas lideranças, na fase de sindicalização.

O ano de 1987 seria um marco para esta análise. Na esfera governamental, tem início o *Governo da Mudanças*⁷³⁰, projeto político vencedor das eleições estaduais, ligado ao grupo do *Centro Industrial do Ceará* (CIC)⁷³¹, cuja proposta primava pela “modernização administrativa, superação do fisiologismo e abertura do estado aos setores sociais”, com vista à superação da “falta de uma política de pessoal, ingerência excessiva do clientelismo, decisões centralizadas e ação verticalizadas”, principais

⁷²⁹ Os estados a conquistar o piso salarial em 1986 forma: Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás (O PROFESSOR, ano VIII, nº 21, jul/ago/set/1986, p.08, “São estes os estados que conquistaram o piso salarial”).

⁷³⁰ Segundo Jadwat Abu-El-Haj, “no dia 12 de abril de 1986, o empresário Tasso Jereissati é lançado como coligação Pró-Mudanças reunindo o PMDB, PCB, PC do B, e o PDC, contra Aduauto Bezerra, vice-governador e um dos três coronéis que dividiam o domínio da política cearense desde 1964” (ABU-EL-HAJ, J. Classe, poder e administração pública no Ceará, In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p.83-106).**

⁷³¹ Os empresários ligados ao CIC apresentavam um posicionamento crítico diante do governo militar, sobretudo no que se refere ao modelo de gerenciamento da máquina estatal e ao projeto “intervencionista-dirigista do Estado”, marcado pela ineficiência, pelo empreguismo e clientelismo. O rompimento com esse modelo de administração da máquina pública se tornou o centro do discurso mudancista, que deu a vitória à Coligação comandada pelo CIC (ARRUDA, J. M. Apresentação. In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1. p. 07).**

metas traçadas no *Plano de Mudanças* (1987-1990)⁷³². Na prefeitura de Fortaleza, intensificava-se a crise administrativa da gestão de Maria Luiza Fontenelle. Na análise de Fonsêca, este cenário seria resultante de,

Uma ‘santa aliança’ de setores do PDS, PFL, PMDB, PC do B, MR-8, e posteriormente, setores do PT, com influência no funcionalismo público municipal, movimento popular e sindical, na Câmara de vereadores, na Assembléia Legislativa, na Imprensa, enfim no conjunto da sociedade para fazer uma oposição ferrenha, persistente, radicalizada e em alguns momentos até violenta, à Administração Popular, seja no sentido de boicotá-la, seja de tentar cassar o mandato da periferia e no final leva-la a renunciar⁷³³.

Candidata do PT e primeira mulher eleita para o governo de uma capital do Brasil, a gestão de Maria Luiza Fontenelle foi permeada por inúmeras crises que culminaram, no final de sua administração, com a declaração de ponto facultativo, em virtude da falta de recursos financeiros para pagar o funcionalismo público municipal⁷³⁴. Os problemas na gestão petista atingiram todo o quadro do funcionalismo municipal, o que levou no início do ano 1987, no dia 20 de março, a eclosão de uma mobilização dos servidores municipais, promovida pela *Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado do Ceará* (FASPEC) e *Associações dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza*, com “enterro simbólico” da prefeita Maria Luiza Fontenelle, conforme atesta a imagem abaixo.

⁷³² ALMEIDA, 2004, p.37.

⁷³³ FONSÊCA, 1991, p58.

⁷³⁴ O POVO, 16/12/1988, p.08, (Administração termina com serviços quase que totalmente paralisados).



Imagem XXI: “Dia Municipal de Protesto”, com o enterro simbólico da “Administração Popular” da Prefeita Maria Luiza Fontenelle (20/03/1987)⁷³⁵.

No âmbito da educação, problema central da gestão municipal incidia no cumprimento do calendário do pagamento dos professores, que chegavam a amargar cinco meses de atrasos⁷³⁶. No tocante ao governo do estado, o principal impacto do *projeto mudancista*, na educação, foi ocasionando por sua política de austeridade fiscal com duas principais consequências para a categoria do magistério, a saber, o *pedido de inconstitucionalidade da lei do piso* e a *implantação dos 15 Decretos das Mudanças*, em que 7 atingiram diretamente os professores da rede estadual. Em relação ao piso salarial, embora enquanto candidato, Tasso Jereissati houvesse firmado compromisso com os professores, através da “Carta do Educador”, documento que garantia, dentre outras promessas, a implantação da Lei nº 11.231/86, sancionada no governo de Gonzaga Mota, logo no início de sua gestão, o governador recém-eleito entra com pedido no Supremo Tribunal de inconstitucionalidade da Lei. Além, desta medida, também baixou um conjunto de Decretos retirando direitos conquistados pelos

⁷³⁵ A ação havia sido promovida pela Federação das Associações dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza (O PROFESSOR, ano IX, jan/fev/1987, p.01, Servidores fazem o enterro da Administração “Popular”).

⁷³⁶ O PROFESSOR, ano IX, nº 23, jan/fev/março/1987, p.04, (Professores são agredidos quando recebem pagamento).

professores nas gestões anteriores como, o pagamento de gratificação por regência de classe, o “pó de giz” bem como “a anulação de todos os atos de nomeação, contratação, designação, promoção, transferência e readaptação dos servidores realizados entre 18 de junho de 1986 a 15 de março de 1987”⁷³⁷. Na prática, tais medidas implicaram numa drástica redução salarial, com diminuição na carga horária dos contratos de vários professores da rede estadual, em nome da política de “moralização administrativa”.

À vista desse quadro, caberia às lideranças do movimento sindical docente, encaminhar as reivindicações do magistério, ao mesmo tempo, que participavam dos debates nacionais na CPB, sobre política sindical e educacional, num contexto de discussão em torno do *Fórum Nacional de Educação na Constituinte em Defesa do ensino Público e Gratuito*. No cenário cearense, a luta junto à prefeitura de Fortaleza e o governo do estado teve o comando das duas frentes de liderança. De um lado, a direção da APEOC, inicialmente, com Fausto Arruda Filho e, em seguida, com Cléber Pinho, quando o presidente da entidade, filiado ao PMDB, assume, a convite do governador Tasso Jereissati o cargo de *Assessor para Assuntos Sindicais*⁷³⁸. Do outro, o grupo liderado pela professora Rosa da Fonsêca, que para fazer frente à direção da APEOC, cria em outubro de 1987 o *Movimento de Unificação e Defesa da Educação da Rede Oficial* (MUDE), que juntamente com as oposições sindicais da ASSSOECE e ASSECE, formariam em 1988, o *Comando Geral dos Educadores da Rede Oficial*. Cabe salientar, que o MUDE representava, não somente, a formação de uma frente oposicionista à APEOC, mas também, era resultante das discussões que parte do movimento sindical docente, no Brasil, fazia em direção à unificação das lutas dos trabalhadores em educação, debate que remonta ao final dos anos 1970 e perpassou pela criação da UNATE, em 1981, e que no Ceará, era representada pelas forças políticas do movimento, ligadas ao PT.

Os dados localizados na imprensa local e na APEOC demonstram os confrontos e as contradições presentes na fase de sindicalização. O ano de 1987 foi eivado de manifestações docentes que se tornaram palco das disputas entre os grupos políticos, presentes no movimento, em que se identifica a influência das correntes partidárias, tanto na legitimação dos canais de interlocução entre as organizações docentes e o poder público, quanto nos embates travados entre as lideranças. Se, na fase

⁷³⁸ Em setembro de 1987, Fausto Arruda Filho se afastou da direção da APEOC para assumir o cargo no governo Tasso (O PROFESSOR, ano IX, nº 23, jan/fev/março/1987, p,05, (Cleber Correia Pinho assume presidência).

do associativismo docente cearense, apesar do regime ditatorial, havia uma abertura dos governantes às entidades docentes, que participavam diretamente da construção das políticas educacionais, no período da redemocratização, o movimento sindical dos professores públicos passa a enfrentar canais mais fechados de negociação, os quais serão legitimados através dos vínculos político-partidários. Não por acaso haverá maior aproximação da diretoria da APEOC com o governo estadual, comandado pelo PMDB, e maior interlocução da Oposição Sindical com a prefeitura de Fortaleza, sob o comando do PT. Tal aproximação demonstra uma contradição no discurso apregoado por estas lideranças que defendiam um modelo de sindicalismo combativo e totalmente desatrelado da esfera governamental. No trabalho de Rosa da Fonsêca, a autora faz uma análise da aproximação da oposição à prefeita de Fortaleza, na gestão Maria Luiza.

A Oposição Sindical [...] apesar de conter divergências, bem como as diretorias da ASSECE e ASSOECE tinham alguns pontos em comum; a compreensão de que embora a Prefeitura fizesse parte do aparelho de Estado – no caso burguês o que implicaria em manter a autonomia sindical, nesse momento era dirigida por alguém efetivamente aliado, do ponto de vista de classe, com o projeto imediato e histórico dos trabalhadores e que isso trazia implicações do ponto de vista dos objetivos e formas de luta⁷³⁹.

A professor Rosa era uma das principais lideranças na *Oposição Sindical*, mas, cumpre ressaltar que, apesar do grupo ter em comum a identificação com o projeto de unificação dos trabalhadores em educação, ter vínculo com a CUT e com o PT, o próprio Partido tinha suas divisões internas, o que se refletia no movimento de professores, uma vez que estes eram vinculados a diferentes correntes dentro do PT. Neste sentido, durante a “Administração Popular”, havia professores ligados a Oposição Sindical que participavam ativamente das greves no município, conforme atesta o relato da professora Gardênia Baima, que era integrante da oposição⁷⁴⁰.

⁷³⁹ FONSÊCA, 1991, p.59.

⁷⁴⁰ A professora Gardênia Baima compôs a Chapa 2, de oposição à diretoria da APEOC, nas eleições de 1986, conforme pode ser identificado pelo apêndice XIV.

No processo de construção do SINDIUTE, nós tivemos praticamente a organização de dois grupos: um foi o grupo da professora Rosa, que era um grupo partidário [...] um grupo da companheira Rosa e da companheira Maria Luiza que inclusive passaram aqui dentro por uma experiência de gestão, na administrativa da Maria Luiza, e nós éramos do sindicato⁷⁴¹, mantivemos nossa postura do sindicato, fizemos greve e, nessa época, a professora Rosa preferiu, né, não ter essa intervenção mais direta, de fazer greve. Então nessa época, nós e a APEOC fazíamos a greve, e o setor mais ligado à professora Rosa, apoiava a administração da Maria Luiza [...] em momento, anteriores e depois, a professora Rosa tinha uma postura muito anti-governo. Durante a trajetória do governo chamado popular, no governo a Maria Luiza, ela realmente preferiu uma postura mais de proximidade com o governo⁷⁴².

A proximidade com a gestão petista, portanto, explica-se identificação político-partidária, uma característica, em geral, inerente ao movimento sindical. Na fase que marcou o período em que esteve no poder, Maria Luiza e Tasso Jereissati, as lutas da categoria, cujo foco central era a conquista do piso salarial, foram encaminhadas pelas correntes do movimento sindical docente, que estabeleceram uma dicotomia na forma de interlocução com as esferas administrativas. A diretoria da APEOC terá maior aproximação com o governo Tasso e fará oposição ferrenha à gestão da prefeitura de Fortaleza. Na contramão, a Oposição Sindical, manterá uma postura de combate ao Governo Mudancista e maior diálogo com a esfera municipal.

Diante dos atrasos nos salários do município, era comum a presença da diretoria da APEOC na liderança de manifestações de professores, bem como, denúncias na imprensa e nos órgãos informativos oficiais da entidade. A imagem abaixo retrata uma manifestação dos docentes para receber o pagamento referente a um mês de salário, publicada no jornal *O Professor*, órgão informativo da APEOC.

⁷⁴¹ Apesar de usar a nomenclatura “sindicato” o fato relatado refere-se ao período em que a APEOC, institucionalmente ainda era uma associação.

⁷⁴² Entrevista de Gardênia Baima, realizada no dia 23/07/2012.



Imagem XXII: Professores da prefeitura de Fortaleza, durante manifestação no Banco Pontual, para recebimento do dinheiro referente a um mês de salário, em janeiro de 1987⁷⁴³.

Na edição do informativo da entidade há notas que destacam a liderança da APEOC nas lutas contra o governo municipal, a exemplo da notícia “Violência da Prefeitura contra humildes servidores”.

Em apenas uma semana a chamada “administração popular” promoveu duas violências contra os servidores do município. Na Assembléia geral que os professores marcaram para o Paço Municipal, a Prefeita mandou fechar os portões que dão acesso ao pátio e ainda por cima orientou o seu serviço de imprensa para informar juntos às emissoras que o encontro seria realizado no Teatro São José [...] Mesmo assim, os dirigentes da APEOC se dirigiam ao Teatro e tomaram as providências no sentido de realizar o encontro. No entanto, mais uma vez os militantes petistas tentaram acabar com a reunião, mas não conseguiram⁷⁴⁴.

⁷⁴³ Imagem cedida pelo jornalista Rogério Morais/Jornal do Comércio do Ceará. As informações sobre o evento foram retiradas do jornal O Professor (O PROFESSOR, ano IX, n. 23, jan/fev/março/1987, p.04, Professores são agredidos quando recebiam pagamento).

⁷⁴⁴ IDEM, p.03.

As mobilizações do magistério, nos anos de 1986 a 1988, ao contrário das greves eclodidas na gestão do governador Gonzaga Mota, que tiveram como principal característica a participação de ambas as redes do ensino; nesta fase, foi permeado pelos embates entre as lideranças sindicais, com tendência de a APEOC liderar as lutas contra a prefeitura de Fortaleza⁷⁴⁵ e intermediar as negociações junto ao estado, fazendo a *Oposição Sindical*, especialmente, o grupo liderado por Rosa da Fonsêca, o movimento contrário. Os jornais locais deram cobertura às manifestações dos professores públicos, quase sempre marcadas por confronto entre as lideranças. É de destaque as assembleias ocorridas, no segundo semestre do ano de 1987, durante campanha salarial dos professores municipais, analisadas pela própria imprensa como um confronto partidário. O momento de maior tensão ocorreu na Assembleia Geral dos professores estaduais, no dia 20 de outubro de 1987, no Colégio Liceu do Ceará, cuja pauta era a discussão do piso salarial⁷⁴⁶.

Terminou em confusão e em agressão a assembléia geral dos professores [...] Os professores se reuniram ali para discutirem a questão do piso salarial [...]. A reunião da categoria, porém, descambou para a disputa partidária. [...] O tumulto começou quando uma facção da oposição à diretoria da Apeoc se manifestou a favor da participação dos estudantes na assembléia. Foi então que houve a intervenção da Polícia Militar, surgindo um 2º tenente com uma bomba de gás lacrimogênio [...] Tudo isso foi fruto da disputa entre PMDB e PT [...] A disputa entre os dois partidos [...], segundo outras pessoas, está na afinidade da diretoria da Apeoc com o PMDB e na ligação da oposição com o PRO (Partido Revolucionário Operário), uma ala do PT⁷⁴⁷.

Neste período, eram comuns nas assembleias do estado, lideradas pela APEOC, a presença da Polícia Militar e o impedimento do ingresso de professores da rede municipal, em função da ligação de parte da oposição com a prefeitura de Fortaleza⁷⁴⁸. Embora se reconheça que nos embates há por trás uma disputa partidária, conforme destaca a nota citada acima, estes também refletiam os confrontos entre as

⁷⁴⁵ DIÁRIO NORDESTE, 19/01/1987, p.12, (Questão salarial será discutida em encontro no Paço Municipal; O POVO, 02/04/1987, p.10, (Prefeitura está em vias de greve geral); DIÁRIO DO NORDESTE, 20/05/1987, p.10, (Docentes do município debatem hoje atraso salarial de abril); O POVO, 30/09/1987, p.10, (Magistério faz reunião para discutir salário).

⁷⁴⁶ Na assembleia anterior dos professores do estado, realizada no dia 25 de setembro de 1987, no Teatro São José, já havia ocorrido tumulto entre a APEOC e a oposição, uma vez que a entidade impediu a entrada de professores do município, maioria pertencente à Oposição Sindical (O POVO, 21/10/1987, p.10, “Termina em agressão assembléia geral dos professores no Liceu”).

⁷⁴⁷ IDEM.

⁷⁴⁸ O PROFESSOR, ano IX, 27/11/1987, p.01, (Falsos professores iam tumultuar assembléia).

correntes sindicais pelo espaço do movimento docente. Foi nessa circunstância que, o movimento enfrentou a principal problemática posta na segunda metade dos anos 1980, a saber, a questão do piso salarial, junto à prefeitura e ao governo do estado. A imagem abaixo é um flagrante de uma manifestação ocorrida na Assembleia Legislativa, durante a aprovação da mensagem governamental, contra a Lei do Piso.



Imagem XXIII: Manifestação dos professores na Assembleia Legislativa durante a aprovação da mensagem que não reconhecia o Piso Salarial do magistério estadual, em 1987⁷⁴⁹.

Apesar da bandeira do piso representar um ponto de convergência entre as lideranças, as formas de encaminhar as lutas, permaneceram sendo marcadas pelo divisionismo entre as lideranças, que se aprofundaram, no ano de 1988, com a promulgação da Carta Constitucional, que concedeu o direito à sindicalização ao funcionalismo público. O processo de institucionalização do movimento sindical, desta forma, intensificou as disputas entre as correntes sindicais. A oposição, após os embates nas mobilizações de 1987, como estratégia de enfrentamento da diretoria da APEOC e dos governos, estadual e municipal, lança no início de 1988 o *Comando Geral dos Educadores*, formado pelo MUDE e integrantes da diretoria da ASSOECE e ASSECE,

⁷⁴⁹ Imagem cedida pelo jornalista Rogério Morais/Jornal do Comércio do Ceará. As informações sobre o evento foram retiradas do Jornal O Professor (O PROFESSOR, ano IX, n. 26, set/1987, p.01, “APEOC faz pressão aos deputados na sede da Assembléia Legislativa”).

que naquele momento eram favoráveis ao debate da unificação dos trabalhadores em educação. Sua fundação já representava a tentativa de encaminhar uma luta unificada no magistério cearense, o que se amplia, após a decisão constitucional, uma vez que a CPB passa a liberar essa bandeira em todo o País.

No Ceará, logo após a aprovação da Constituição, a APEOC encaminhou a solicitação da Carta Sindical, transformando a Associação em Sindicato, um processo que culminou legitimando o divisionismo já presente no movimento, desde meados de 1980.

3.2.3 – A fase de institucionalização do movimento sindical docente: a fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE

As divergências políticas e as disputas pela liderança do movimento sindical docente constituem traços característicos da fase de sindicalização e não são apenas elucidativas da experiência cearense. Estas fizeram parte do movimento, tanto na trajetória de diversos sindicatos dos professores públicos, fundados nos estados brasileiros, quanto na própria trajetória da CPB, resultante da influência das tendências sindicais nas organizações dos professores. A problemática cearense, no entanto, incide na fase de institucionalização, quando são fundados dois organismos sindicais, com finalidade de representar a mesma categoria e que iniciaram uma disputa político-judicial, com vista a definir quem é o legítimo representante da categoria.

No final da década de 1980, predominou na CPB a proposta de unificação das lutas dos trabalhadores em educação. A Confederação, naquela conjuntura, apresentava a maioria favorável e esta perspectiva, estando já filiada à CUT⁷⁵⁰. Embora defendessem a aprovação da Convenção da OIT, que primava pela pluralidade sindical, a criação dos sindicatos únicos dos trabalhadores em educação se tornou a tônica na retórica do sindicalismo docente e definiu o trabalho da entidade nacional, após a aprovação da Carta Magna, em 1988. Em janeiro de 1990, após a unificação da CPB, com a *Federação Nacional de Orientadores* (FENOE), *Federação Nacional de Supervisores Educacionais* (FENASE), bem como as federações e diretores e funcionários de escolas públicas, surgiu a *Confederação Nacional dos Trabalhadores*

⁷⁵⁰ A filiação da CPB à CUT ocorreu no ano de 1988, durante o XXI Congresso da Confederação, realizado em Brasília.

em Educação (CNTE)⁷⁵¹, que passou a orientar os processos de unificação em todo o País. Na análise de Maria Valdecir Abreu de Paula,

[...] a mudança de CPB para CNTE tinha um duplo significado. O primeiro partia do princípio de que as condições de trabalho e salário dos professores, especialistas e funcionários assemelhavam-se às vividas pelos demais trabalhadores e que, portanto, havia a necessidade da unidade e identidade na luta pelas reivindicações. O segundo apontava para a necessidade de acabar com o fracionamento dos diversos segmentos que trabalhavam na escola (professores, supervisores, orientadores e funcionários) e que se organizavam em entidades separadas⁷⁵².

A ideia de unificação, posta no início da década de 1990, remonta aos debates presentes desde o início da fase de sindicalização e fez parte do discurso da *Oposição Sindical* cearense, nas diversas tentativas de liderar o movimento na APEOC. No Ceará, após a concessão do direito ao funcionalismo público de se sindicalizar, houve uma *corrida* nas associações em busca da Carta Sindical, documento emitido pelo Ministério do Trabalho⁷⁵³. Naquele momento, o movimento de professores públicos vinha sendo comandado por duas frentes de lideranças, que ao longo dos anos 1980, disputavam a legitimidade de representar a categoria do magistério, uma luta que teve como centro a APEOC. A centralidade em torno da entidade justificava-se em razão da estrutura construída ao longo de uma história, sobretudo, a partir de 1971, quando iniciou a gestão do professor Francisco Brillhante. Em 1989, a entidade contava com um patrimônio que incluía: uma média de 20 mil sócios, distribuídos na capital e nos 148 municípios onde havia *Delegacias* instaladas; a Colônia de Férias na Praia do Pecém; e, na sede da entidade, inúmeros departamentos que prestavam diversos serviços jurídicos e assistenciais aos seus associados.

A transformação da APEOC em *Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura dos Municípios do Ceará* (APEOC/Sindicato) em novembro de 1988⁷⁵⁴, de acordo com relato de Rosa da Fonsêca, ocorreu por meio de uma assembleia com participação de sócios ligados à

⁷⁵¹ O Congresso que deu origem à CNTE realizou-se nos dias 25 a 28 de janeiro de 1990, em Aracajú, Sergipe (FONSÊCA, 1991).

⁷⁵² PAULA, 2010, p.92.

⁷⁵³ FONSÊCA, 1991; PAULA, 2010.

⁷⁵⁴ APEOC/SINDICATO, ano II, nº 6, dez/1990, p.02, (APEOC -Sindicato é a única entidade representativa da categoria no Ceará).

diretoria, mobilizados do interior do estado através de ônibus cedidos pela entidade⁷⁵⁵. Pelo Estatuto da APEOC/Sindicato a diretoria da antiga Associação assumiria a direção até as próximas eleições, marcadas para o dia 25 de fevereiro de 1989. Após o Congresso de fundação da CNTE, foi criado o *Fórum Nacional de Unificação*, no sentido de orientar os trabalhos das entidades que congregariam os sindicatos únicos dos trabalhadores em educação⁷⁵⁶, momento em que, no Ceará, já havia sido fundado a APEOC/Sindicato.

Da transformação da APEOC em sindicato à criação do SINDIUTE no início de 1992, o movimento sindical dos professores públicos atravessou uma fase marcada por rompimentos, afastamentos e abandono de docentes à luta do magistério que, além das divergências político-ideológicas, elucidou o real papel do movimento sindical na vida de cada sujeito que construiu essa história.

O racha na diretoria do Sindicato ocorreu no ano de 1990, quando houve a crise entre os professores Fausto Arruda Filho e Jaime Alencar, uma crise, em parte, ocasionada por motivos políticos, sobretudo em virtude da aproximação de Jaime Alencar com o então governador do estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, do PSDB, o qual apresentava posições contrárias às defendidas por Fausto Arruda Filho, líder do MR-8, desde a década de 1970. Havia, no entanto, uma disputa pelo comando da entidade. Na entrevista com o professor Fausto Arruda Filho, o mesmo fez sua análise sobre o seu rompimento com o professor Jaime Alencar, o que viria a ser, mais adiante, uma ruptura com o próprio movimento sindical docente.

No segundo mandato [diretoria da APEOC], aconteceu que já entrou o Ciro Gomes. Na eleição de 89, se não me engano, entrou o Ciro Gomes no lugar do Tasso⁷⁵⁷. [...] E o que aconteceu foi que o Ciro conseguiu cooptar o Jaime. Com a cooptação do Jaime né, quer dizer, e eu acho que o fato também do Jaime já, quando eu voltei, entreguei o cargo do estado e voltei para a APEOC, quer dizer o Jaime tinha ficado lá como mandachuva e com a minha volta ele ficou achando que o espaço dele diminuiu. Já pra gente compor a chapa de 89 [1989] já foi meio difícil [...], em seguida, quer dizer, já se criou uma oposição dentro. O Jaime liderou uma oposição dentro da APEOC né, já a diretoria praticamente dividida e o que acontece é que ele já tinha colocado como advogado da APEOC o Lindival de Freitas. [...] E o

⁷⁵⁵ FONSÊCA, 1991.

⁷⁵⁶ PAULA, 2010.

⁷⁵⁷ Referência à eleição ocorrida no ano de 1989 para governo do estado quando Ciro Gomes renunciou ao cargo de prefeito para poder concorrer ao pleito.

Lindival consegue uma liminar⁷⁵⁸ para me destituir da presidência da APEOC⁷⁵⁹.

Os jornais informativos da entidade, nas edições publicadas entre 1990 e 1991, apresentam inúmeras notas com trocas de ataque entre o então presidente Fausto Arruda Filho e o vice-presidente Jaime Alencar, com acusações mútuas de desvios ou uso indevido de verbas, por ambas as partes⁷⁶⁰. Entre liminares que, por um lado, favoreceu o pedido de expulsão de Jaime e Penha da entidade⁷⁶¹, por outro, acabou por expulsar, definitivamente o professor Fausto Arruda Filho da presidência do Sindicato, seus primeiros anos foram permeados pelas disputas internas na diretoria.

A *Oposição Sindical*, por sua vez, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, não contava mais com a participação de alguns integrantes que atuaram no movimento sindical docente, desde a *Articulação Estadual do Magistério*⁷⁶², sobretudo pelo rompimento destes com o PT. Estava fortalecida, no entanto, tanto em função da formação do *Comando Geral dos Trabalhadores em Educação*, que reunia o MUDE, a ASSOECE, a ASSECE, a APEFCE e o Conselho de Representantes de Professores (CRP)⁷⁶³; quanto pela fundação da CNTE, cuja orientação era favorável à unificação das entidades na área educacional, proposta defendida por este grupo.

A atuação das lideranças na fase de institucionalização e, por conseguinte, a fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE, ambos ocorreram neste cenário. Na pesquisa sobre este período realizou-se uma análise que buscou perceber o papel das mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo, na criação dos organismos sindicais, em meio à problemática da disputa pelo direito a representar a categoria dos professores e servidores da rede pública do Ceará. Nesta direção, foram

⁷⁵⁸ A liminar data de fevereiro de 1992, conforme será abordado mais adiante.

⁷⁵⁹ Entrevista de Fausto Arruda Filho, realizada no dia 11/12/2012.

⁷⁶⁰ Houve a abertura de uma auditoria, a pedido do então presidente Fausto Arruda Filho, contra os professores Jaime Alencar e Maria da Penha, na época tesoureira da entidade, acusados de uso de verbas da entidade para fins que não fosse do seu interesse (APEOC/SINDICATO, ago/1991, p.04, “Assembléia Geral para expulsar Jayme e Penha”). Paralelo a esse processo, na condição de vice-presidente da entidade, Jaime Alencar também havia aberto outra sindicância contra o presidente da APEOC/Sindicato, sob a acusação de desvio de verbas da APEOC/Sindicato para conta da CGT, da qual Fausto ocupava um cargo (INFORMATIVO SINDICATO APEOC, fev/1992, p.02, “APEOC apura falcaturas cometidas: entidade pagou 500 mil à CGT”).

⁷⁶¹ APEOC/SINDICATO, ano II, nº 4, maio/1990, p.03, (Assembléia destitui Penha e Jayme); APEOC/SINDICATO, ago/1991, p.04, (Assembléia Geral para expulsar Jayme e Penha).

⁷⁶² Alguns integrantes se afastaram do movimento sindical docente, em função do seu rompimento com o PT, como foi o caso do professor Paulo Afonso Menescal (Entrevista de Paulo Afonso Menescal, realizada no dia 21/10/2013).

⁷⁶³ O CRP reunia professores da rede municipal, criado na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenelle e institucionalizado através da Lei nº 6.336, de 27 de outubro de 1988.

investigadas s mobilizações das correntes sindicais, durante: as eleições na APEOC/Sindicato, em 1989; a greve de 1989; e o processo de fundação do SINDIUTE, entre 1990 e 1991.

A concessão do direito à sindicalização não acarretou alterações, nem na forma de organização, nem nas práticas já desenvolvidas pelos professores públicos cearenses, que atuavam no movimento sindical docente. O principal impacto imediato da Lei foi no sentido de intensificar a disputa pelo patrimônio material e cultural, já construído pelo movimento, sobretudo, àquele pertencente à APEOC. A convocação da primeira eleição para a diretoria do recém-fundado Sindicato mobilizou as lideranças que, viam no pleito eleitoral, um instrumento para legitimar sua representatividade e, ao mesmo, modificar ou não a entidade, de acordo com as propostas defendidas no campo sindical. Duas chapas concorreram às eleições de 1989. A Chapa 1 (Sindicato para Lutar e Conquistar), liderada pelo então presidente da entidade, Fausto Arruda Filho; e a Chapa 2 (Oposição Sindical dos Trabalhadores em Educação: por um sindicato de luta democrático, combativo e pela base. Em defesa da cultura e educação, contra o arrocho e corrupção), presidida pela professora Consuelo Guabiraba Takaoka.

Analisando o posicionamento da Chapa 2 diante da política sindical, percebe-se que não havia diferenças em relação às posições defendidas no pleito eleitoral de 1986⁷⁶⁴. Apesar de não ter sido localizado o folder da Chapa 1, os ataques das lideranças da Chapa de oposição, no que se refere à sua ligação com o PT⁷⁶⁵, bem como a relação do presidente do Sindicato com a CGT⁷⁶⁶, sugere a permanência das mesmas posições defendidas em meados dos anos 1980. A derrota da oposição⁷⁶⁷ é, mais uma vez, analisada como resultante dos mecanismos impostos pelo novo Estatuto do Sindicato, haja vista o fato do presidente da entidade, que presidia a chapa situacionista, também ser o presidente da Comissão Eleitoral, exercendo a função de nomear todos os mesários. O resultado, entretanto, não modificou o modo como o movimento sindical docente vinha encaminhando suas demandas, junto aos governantes, bem como a disputa pela liderança, permanecendo, de um lado, a diretoria

⁷⁶⁴ A proposta da Chapa 2, no campo da política sindical, mantinha o mesmo posicionamento em relação a ratificação da Convenção de 87 da OIT e a defesa da filiação da CPB e APEOC à CUT (FOLDER Chapa 2).

⁷⁶⁵ Informativo Sindicato para Lutar e Conquistar.

⁷⁶⁶ O professor Fausto Arruda Filho participou da fundação da CGT no Ceará, evento ocorrido durante o VI Encontro da Classe Trabalhadora do Ceará (ENCLAT), no dia 25 e maio de 1986, sendo na ocasião eleito *Diretor para Assuntos Nacionais* (O PROFESSOR, ano VIII, nº 20, maio/jun/1986, p.01, “Professores cearenses participam da criação da Central dos Trabalhadores”).

⁷⁶⁷ A Chapa 1 venceu com 7.692 votos contra 2.757 votos da oposição.

do Sindicato, em meio à crise interna da entidade, e do outro, o *Comando Geral dos Trabalhadores em Educação*, que após a derrota eleitoral passou a discutir com mais afinco a unificação, debate que daria origem ao SINTECE, em abril de 1990.

O ano de fundação da APEOC/Sindicato coincidiu com o período do Governo Mudancista, que teve Tasso Jereissati no comando do estado e Ciro Gomes no cargo de prefeito de Fortaleza, gestores com um perfil mais fechado ao diálogo com os movimentos sociais, e com a efervescência do debate em torno do piso salarial, considerando que ambos haviam entrado com o pedido de inconstitucionalidade da Lei do Piso. A imagem abaixo mostra uma manifestação contra a política de educação destes governos.



Imagem XXIV: Manifestação realizada em 1989, período da gestão Tasso/Ciro, no governo estadual e na prefeitura de Fortaleza, respectivamente⁷⁶⁸.

Diante do não cumprimento da Lei, 1989 inicia com indicativo de greve na rede municipal e estadual do ensino, movimento que eclodiu, em agosto de 1989, com a presença das duas lideranças no comando das atividades, em que os professores ligados à oposição, apesar de, ainda estarem inseridos na APEOC, mantinham-se organizados, paralelamente, contanto inclusive com órgão informativo, que divulgava os resultados

⁷⁶⁸ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

das atividades realizadas pelo Comando e pela APEOC/Sindicato. Através destes documentos foi possível acompanhar o processo de mobilização que antecedeu à greve. A Nota assinada pelo Comando Geral, eleito numa assembleia convocada pelo Sindicato/PAOEC, realizada no dia 09 de junho, na Concha Acústica da Reitoria da UFC, indica que houve, em 1989, mobilizações organizadas pela oposição, sem a participação da diretoria do Sindicato. A mensagem, endereçada aos professores de Fortaleza e do interior do estado, era uma convocação à categoria, para aderirem ao movimento de unificação e, ao mesmo tempo, uma denúncia contra a diretoria do Sindicato.

Nos dirigimos a vocês para refletirmos juntos sobre a situação por nós vivenciada, destacando-se os aspectos que fundamentaram as decisões da assembléia do dia 09/06 [...] Como entender e como transformar o que está acontecendo hoje com a educação, com todos nós e com nosso sindicato (APEOC)ç [...] Temos realizado assembléias, paralisações, manifestações no Cambeba⁷⁶⁹, na Prefeitura, Câmara, e mais recentemente a grande passeata do dia 05/06, que mesmo sem a diretoria da APEOC, saiu do Liceu para a Bezerra de Menezes, encerrou com um grande ato na Praça José de Alencar. Essas iniciativas, bem como a realização da assembléia do dia 09/06 demonstram a determinação dos trabalhadores em educação de não se submeterem à política das classes dominantes. No entanto, tem um obstáculo a impedir que essas iniciativas, essa vontade de luta, essa revolta surda, seja canalizada para ações mais amplas e mais eficazes, que obriguem os governantes a encararem com respeito as nossas reivindicações. Esse obstáculo é o grupo que hoje domina a diretoria do nosso Sindicato, tendo à frente Fausto e Jaime [...] Por isso, conclamamos todos os companheiros e companheiras da capital e do interior para cerrarmos fileiras nesse momento para remover esses obstáculo e criamos condições mais favoráveis para enfrentamos em melhores condições a nossa luta⁷⁷⁰.

A referida assembleia, apesar de ter sido convocada pela APEOC/Sindicato, não contou com a presença da direção, sendo comandada pela oposição que, na ocasião, teceu uma série de denúncias contra os dirigentes da entidade, acusados de não comparecer as audiências nas secretarias de educação do município e do estado. Na programação elaborada pelo Comando constata-se a mobilização do grupo na imprensa, em reuniões do Comando Geral e em audiências com a Secretaria de Educação do Município. Incluía também a participação na *Assembléia Geral dos professores do*

⁷⁶⁹ O Cambeba é o Centro Administrativo onde funciona o governo estadual.

⁷⁷⁰ COMANDO GERAL, junho/1989, p.01, (Aos companheiros da capital e particularmente do interior).

Sindicato/APEOC, a ser realizada no dia 17 de junho de 1989, na Faculdade de Direito da UFC, que além das questões do magistério, iria debater a prestação de contas da entidade.

Embora os documentos do *Comando Geral dos Trabalhadores em Educação* atestassem que a mobilização do grupo em prol da greve, as notícias no jornal *O Povo*, frisava como porta-voz do movimento, o presidente do Sindicato. Entre os dias 02 e 11 de agosto, momento em que foi deflagrado a paralisação, houve várias reportagens, tratando do indicativo de greve dos professores públicos, municipais e estaduais. A nota “Ameça de greve marca o retorno às aulas”, mostra a tentativa do presidente do Sindicato em acalmar a categoria.

O primeiro dia de aula nas escolas foi de reunião entre os professores. Insatisfeitos com a defasagem salarial e diante do pequeno número de alunos presentes às escolas, os professores se reuniram para discutir a proposta do Sindicato da Associação dos Professores não concorda em esperar até o dia 11 pela assembléia geral da categoria para decidir sobre a greve, cujo indicativo já existe desde junho, dizem os professores [...] O presidente da Apeoc, Fausto Arruda, que se reuniu ao longo do dia de ontem com os professores, procurava acalmá-los⁷⁷¹.

A greve decretada na assembleia geral, realizada no dia 11 de agosto de 1989 refletiu o acirramento das disputas pela liderança sindical, uma vez que o movimento vinha sendo comandado pelos dois grupos. Na assembleia que deflagrou a greve, o grupo de oposição elegeu um *Comando Geral*, composto apenas por membros do *Comando Geral dos Trabalhadores em Educação*, cujo objetivo era formar comissões de mobilização, de finanças, programação, divulgação e imprensa, para encaminhar as ações durante a paralisação⁷⁷². Apesar de participarem das assembleias da APEOC/Sindicato, a oposição contava com uma programação que incluía, além das atividades convocadas pelo Sindicato, outras mobilizações lideradas pelos militantes⁷⁷³. Tal fato demonstra que permaneceu, no movimento docente, uma militância paralela, mesmo após a concessão da Carta Sindical à APEOC. Por apresentarem tendências

⁷⁷¹ O POVO, 02/08/1989, p.5B, (Ameça de greve marca o retorno às aulas).

⁷⁷² Fazia parte do Comando Geral: Consuelo Takaoka (ASSECE), Maria José Chaves Morais (CRP), João Irenildo (CRP), Rosa da Fonsêca, Sônia, Maria Valdecir Abreu de Paula, Gláucia (funcionária), Francisco Lopes (Chico Lopes), Raimunda Zélia, Vicente (zonal José Walter), Sérgio Einês (zona Conjunto Ceará), Valter (zona do Bairro da Parangaba) e representantes dos demais zonais serem indicados. Cm base no documento “Nota de Esclarecimento”, subtende-se que o grupo se reunia na ASSOECE, uma vez que consta como contato o endereço da Associação (OPOSIÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 11/08/1989, p.01, Nota de Esclarecimento).

⁷⁷³ Nas notas informativas do Comando Geral, citados no trabalho, consta a programação das atividades deste grupo.

sindicais divergentes, o diálogo com a esfera governamental teve mecanismos diferenciados. Havia uma maior abertura às lideranças do Sindicato, num contexto em que Fausto Arruda ainda não havia rompido com o Governo Mudancista.



Imagem XXV: Audiência com o prefeito Ciro Gomes. (Da esquerda à direita: Professor Fausto Arruda Filho, Prefeito Ciro Gomes e professor Jaime Alencar de Oliveira)⁷⁷⁴

As assembleias gerais da APEOC continuaram a ser palco de disputa entre os militantes. Em todas as entrevistas com membros da oposição, que participaram da greve de 1989, houve o relato da *Assembleia Geral do dia 12 de setembro*, realizada na Concha Acústica da UFC, que culminou com o confronto entre, oposição e presidente da entidade, Fausto Arruda⁷⁷⁵. Não por acaso esse fato ficou marcado na memória dos professores que vivenciaram, uma vez que, o incidente teve um significado para a história do movimento⁷⁷⁶. As divergências resultantes dos embates no movimento grevista de 1989 e a maior aproximação da APEOC com o governo do estado

⁷⁷⁴ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

⁷⁷⁵ A assembleia terminou com o professor Fausto Arruda sendo conduzido para o interior da Reitoria da UFC.

⁷⁷⁶ Na análise dos entrevistados que na ocasião compunham a oposição à diretoria da APEOC/Sindicato, o embate decorreu da tentativa do Sindicato de encerrar o movimento. Na edição do jornal O Professor, o fato é atribuído à ação do PRO, um grupo ligado à professora Rosa da Fonsêca, com intuito de tumultuar a assembleia (O PROFESSOR, ano I, nº 2, set/1989, p.01, Atentado fascista contra o presidente da APEOC: divisionistas apelam para o banditismo).

evidenciaram as limitações postas à oposição, o que deu impulso à tentativa de institucionalizar o Comando Geral dos Trabalhadores em Educação.

A criação do SINDIUTE resultou das limitações impostas ao grupo de oposição, no sentido de construir uma entidade que representasse as correntes defendidas no campo sindical, o que incluía a unificação dos trabalhadores em educação. Amparo pelo debate posto na CNTE e do *Fórum Nacional de Unificação*⁷⁷⁷, que no ano de 1990 discutia a criação de sindicatos únicos no Brasil, o *Comando Geral dos Trabalhadores em Educação* decide iniciar uma campanha em prol da criação da unificação. O processo que deu origem aos SINDIUTE, desta forma, iniciou no final de março de 1990 quando houve a realização do *I Congresso Estadual de Unificação*. Evento que fundou o *Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará* (SINTECE), representando a fusão da ASSECE, ASSOECE, APEFCE, ASSEEC⁷⁷⁸, com apoio de professores da base da APEOC/Sindicato. Com o lema *Unir para lutar cada vez mais*, o Congresso contou, dentre outros representantes⁷⁷⁹, com a presença da professora Vilma Jerusa, da CNTE, e com uma média de 700 participantes. Além da fundação do SINTECE, o mesmo deliberou: A desfiliação em massa da APEOC; a construção de um *Fórum Estadual de Unificação*; a eleição da diretoria provisória do Sindicato⁷⁸⁰; e a convocação do *II Congresso Estadual de Unificação*⁷⁸¹.

O II Congresso ocorreu em novembro do mesmo ano⁷⁸², com o tema *Escola Pública: por que apagar esse direito?*, evento que aprovou a filiação do SINTECE à CUT e a CNTE. Segundo Maria Valdecir de Abreu de Paula⁷⁸³, uma vez que, a direção da APEOC/Sindicato ainda não havia aderido ao processo de unificação, a Confederação, no intuito de acompanhar o processo no Ceará, formou uma comissão

⁷⁷⁷ De acordo com Fonsêca, no início do ano de 1989, no Congresso da CPB que criou a CNTE, foi fundado o Fórum Nacional de Unificação, com vista a debater a unificação dos trabalhadores em educação no Brasil (FONSÊCA, 1991).

⁷⁷⁸ O I Congresso Estadual de Unificação ocorreu, entre os dias 30 de março e 1 de abril de 1990, em Fortaleza, na Faculdade de Direito da UFC (ARAÚJO, 2000).

⁷⁷⁹ Outras personalidades que fizeram parte do evento foram: a ex-prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle; representante do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará (MOVA-SE), Alba Luci; representante do PT, Ilário Marques; e alguns professores universitários, a saber, Iraci Picanço (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Ozir Tesser (UFC), Rosemery Conti (UFC), J. J. Alencar (UFC) (IDEM).

⁷⁸⁰ Ver apêndice XVII.

⁷⁸¹ ARAÚJO, 2000.

⁷⁸² O evento foi realizado nos dias 16 a 18 de novembro de 1990, em Fortaleza, no Ginásio Aécio de Borba, na antiga Escola Técnica Federal do Ceará (atual Instituto Tecnológico do Ceará) e na Concha Acústica (UFC) (IDEM).

⁷⁸³ PAULA, 2010.

composta de três membros de sua executiva, a saber, os professores Francisco Chagas (Rio Grande do Norte), Milton Canuto (Alagoas) e Rui Aguiar (Bahia)⁷⁸⁴.

No ano de 1991, período em que se intensificou a crise da diretoria da APEOC/Sindicato, através dos embates entre, presidente e vice-presidente da entidade, e a oposição do professor Fausto Arruda Filho ao governador do PSDB, Ciro Ferreira Gomes, começa a haver uma aproximação do grupo liderado por Fausto Arruda⁷⁸⁵, com a diretoria do SINTECE, para negociar a fusão das entidades. Nesta direção, em novembro de 1991, ainda na presidência da APEOC, Fausto Arruda promove um congresso para discutir a adesão do Sindicato, ao *Fórum Estadual de Unificação do Ceará*, evento que contou com a participação do representante da CNTE, professor Francisco Chagas e do representante do SINTECE, professor João Irenildo⁷⁸⁶. A imagem abaixo é um registro deste evento.



Imagem XXVI: 1º Congresso da APEOC/Sindicato rumo à unificação com o SINTECE⁷⁸⁷

⁷⁸⁴ Tal comissão teria sido criada em dezembro de 1990 (ARAÚJO, 2000).

⁷⁸⁵ Na diretoria da APEOC/Sindicato, as professoras Adair de Freitas e Maria Liduína Esteves faziam parte do grupo do professor Fausto Arruda.

⁷⁸⁶ APEOC-SINTECE, nov/1991, p.04, (Unificar para avançar a luta).

⁷⁸⁷ Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais.

O III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, desse modo, teve a presença de parte da diretoria da APEOC/Sindicato, sob a representação de um grupo ligado ao professor Fausto Arruda Filho. Com tema *Unir, Lutar e Vencer: por uma escola pública do trabalhador, urgente*⁷⁸⁸, promovido pelo Fórum Estadual de Unificação do Ceará (SINTECE/APEOC/CNTE), o Congresso deliberou, dentre as resoluções, a criação do *Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE)*⁷⁸⁹, entidade que “nasceu” filiada à CUT e a CNTE⁷⁹⁰. A imagem abaixo é um registro do evento e mostra a presença de lideranças do SINTECE e da APEOC/Sindicato⁷⁹¹.



Imagem XXVII: III Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará(SINTECE/APEOC/CNTE)⁷⁹²

⁷⁸⁸ O evento foi realizado nos dias 13 a 15 de dezembro de 1991, em Fortaleza, no Seminário da Prainha (ARAÚJO, 2000).

⁷⁸⁹ No Estatuto do SINDIUTE consta como data de sua fundação o dia 15 de dezembro de 1992.

⁷⁹⁰ No anexo VI consta a Carta de Princípios e as Resoluções do II Congresso Estadual de Unificação.

⁷⁹¹ Ao microfone, o professor Fausto Arruda Filho. À sua esquerda, as professoras Rosa da Fonsêca e Gardênia Baima.

⁷⁹² Acervo do arquivo pessoal do jornalista Rogério Morais. O III Congresso de Unificação foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1991, no Seminário da Prainha (JORNAL SINDIUTE, nº1, fev/1992, p.01, 3 Congresso unifica categoria).

Na entrevista com a professora Rosa da Fonsêca, a mesma avaliou como se deu o processo de unificação que fundou o SINDIUTE.

Apesar de tanta briga que se tinha com a APEOC nós nos submetemos ao processo de unificação. Ai vinha a CNTE, porque era tanta confusão nas assembleias, porque tinha que haver alguém da CNTE, senão inviabilizava. Porque o Fausto começava com as manobras dele, a gente não aceitava, e começava a confusão. Então terminou unificando no Congresso de Unificação, em que o Fausto já tinha rompido com o Jaime. Ele era o presidente da APEOC e ele aceitou, quer dizer, concordou com a unificação. Nós, até hoje, a gente avalia que talvez tenha sido errada a forma como se deu a unificação, porque terminou sendo uma coisa meio de cúpula. É, eu digo assim, porque o Congresso foi pela base. Quem trouxe os representantes do interior, a maioria, foi aliás, nós. Nós fomos pro interior, a APEOC foi também, eu sei que a maioria no Congresso era a favor da unificação. Nós tínhamos maioria no Congresso e o Fausto então impôs que só aceitaria a unificação se a primeira diretoria fosse de composição com o pessoal que estava na diretoria da APEOC, e nós terminamos aceitando isso, o que eu acho que foi o erro [...]. Quer dizer, unificou o SINDIUTE, aí a primeira diretoria⁷⁹³ foi metade, o pessoal que era do SINTECE e, metade, o pessoal que era da APEOC⁷⁹⁴.

Embora a principal crítica da professora Rosa da Fonsêca incida no fato da decisão ter sido legitimada mais por um pacto entre as lideranças, do que pela base, o problema da unificação se tornou uma questão judicial, uma vez que esta foi consolidada, em meio a processos que visavam destituir o presidente do Sindicato/APEOC, do seu cargo na direção. Apesar da fundação do SINDIUTE ter sido amparada por um debate político, coordenado pela CNTE, havia questões legais que poderiam deslegitimar a criação da entidade. A crise na diretoria da APEOC/Sindicato perpassou o período de legalização do SINDIUTE, entre dezembro de 1991 e fevereiro de 1992, havendo neste percurso, por decisão da justiça, a expulsão do professor Fausto Arruda da presidência, no dia 8 de fevereiro de 1992⁷⁹⁵. A “Assembléia Geral Extraordinária da APEOC-Sindicato” que ratificaria a decisão tomada no *III Congresso Estadual de Unificação*, ocorreu apenas no dia 25 do referido mês, sem a presença do presidente⁷⁹⁶ ou de seu representante legal⁷⁹⁷. O evento foi noticiado em vários jornais

⁷⁹³ Ver apêndice XVIII.

⁷⁹⁴ Entrevista de Rosa da Fonsêca, realizada no dia 26/03/2013.

⁷⁹⁵ INFORMATIVO SINDICATO APEOC. Fev/1992, p.01 (Jaime assume vitória dos professores).

⁷⁹⁶ Naquele momento, quem estava na presidência do Sindicato APEOC era o professor Jaime Alencar, que assumiu por força de um mandato judicial. Cabe salientar, que a decisão expirava exatamente no dia

da cidade de Fortaleza. Os jornais, *Tribuna do Ceará* e *O Povo*, deram destaque à fusão das entidades⁷⁹⁸. Já o jornal *Diário do Nordeste*, destacou a visão dos dois Sindicatos, com entrevistas dos professores Jaime Alencar, Fausto Arruda e Rosa da Fonsêca⁷⁹⁹.

A partir de fevereiro de 1992, tem início uma disputa judicial para definir quem era de fato o sindicato representante da categoria de professores e servidores das redes, municipal e estadual. Na avaliação dos dirigentes da APEOC, logo após o surgimento do SINDIUTE, o mesmo representava o divisionismo na categoria e sua existência seria deslegitimada pela justiça, uma vez que este não possuía a Carta Sindical, a mesma aborda a estratégia do Sindicato, em permanecer na luta, sem fazer uma avaliação da existência da APEOC.

Por muito tempo nós tivemos uma concepção, que hoje eu acho que foi um erro, de que a APEOC estava morta. Inclusive por várias vezes o SINDIUTE fez boletins, fez jornais, fez panfletos, citando isso. APEOC morta! A entidade que morreu! [...] Era sempre repetido nos discursos, nas passeatas, APEOC defunta! Quando na verdade não tinha morrido coisa nenhuma. Nunca morreu, né! E muito pelo contrário, estava sempre cavando, sim, a morte do SINDIUTE, do ponto de vista jurídico. Então, talvez a gente não tenha atentado, no afã de construir esse sindicato, que parecia um sindicato alternativo, nesse afã, realmente a gente deixou de observar o que tinha ficado para trás, esse patrimônio construído [...] e que hoje se tornou essa entidade gigantesca que é a APEOC, com sedes em todos os locais, em todas as regiões do Ceará [...] e é sem dúvida nenhuma a segunda ou terceira entidade maior no estado do Ceará⁸⁰⁰

A disputa judicial, que se estenderia por vários anos, na verdade pode ser considerada a extensão do embate político-ideológico que se iniciou em 1984, quando se configurou duas tendências sindicais no âmbito do movimento docente cearense. A fundação da APEOC e do SINDIUTE, portanto, reflete as diversidades e disputas inerentes a atuação sindical, independente da categoria representada. Assim como ocorreu no sindicalismo geral, nos anos 1980, que contou com a presença de diversas correntes, culminando na fundação de várias centrais sindicais, no movimento de professores públicos cearenses, pode-se considerar que o divisionismo também foi

25 de fevereiro de 1992 (TRIBUNA DO CEARÁ, 26/02/1992, p.10, “Assembléia decide a fusão Apeoc-Sindiute”).

⁷⁹⁷ Ver anexo VII.

⁷⁹⁸ TRIBUNA DO CEARÁ, 26/02/1992, p.10 (Assembléia decide a fusão Apeoc-Sindiute); O POVO, 26/02/1992, p.08, (Professores decidem criar sindicato único).

⁷⁹⁹ DIÁRIO DO NORDESTE, 26/02/1992, p.12 (Apeoc ainda provoca confusão entre os docentes litigantes).

⁸⁰⁰ Entrevista de Gardênia Baima, realizada no dia 23/07/2012.

resultante dos embates político-partidários e ideológicos, expressão da própria politização do movimento. São essas especificidades que distinguem o movimento de professores, na fase de sindicalização, das experiências forjadas no âmbito da fase associativa.

A despeito do problema judicial, o processo que deu origem aos dois organismos sindicais, consolidou dois modelos de atuação, com significativas diferenças no que tange, à sua participação no campo das políticas educacionais, a interlocução com a esfera governamental no estado;; e a forma de organização no interior da entidade. A principal semelhança incide na luta corporativa, que até 1992, teve como eixo central, a demanda pelo piso salarial. Não por acaso, apesar das disputas, foi em torno da proposta salarial que houve maior convergência.

As lideranças que deram origem ao SINDIUTE, ao longo da década de 1980, diante dos debates educacionais, além das propostas relacionadas à questão corporativa, participavam de debates em torno de um projeto de escola pública, tendo como referência, educadores que discutiam propostas progressistas para a educação⁸⁰¹. Tal projeto foi sendo amadurecido ao longo do processo de unificação. Durante o *I Congresso Estadual de Unificação*, em 1990, o Fórum Estadual ficou responsável em deliberar as discussões sobre uma proposta alternativa à política educacional do estado⁸⁰² que, na concepção do grupo, estava a serviço de “um modelo de escola pública, implantado há décadas no Ceará, insatisfatório e desarticulado das necessidades reais da sua clientela, representada pela classe economicamente menos favorecida da sociedade cearense”⁸⁰³. Na fase de institucionalização, desde a formação do SINTECE, que coincidiu com o período do lançamento do projeto “Revolução de uma Geração”, da gestão do governador Ciro Gomes, o Sindicato vai atuar na contramão da proposta governamental. O debate na área educacional deu origem ao “Projeto Alternativo Por uma Escola para o Trabalhador”, lançado em 21 de junho de 1991.

No tocante à interlocução com os governos, à exceção do período da *Administração Popular*, a oposição apresentou canais mais fechados de negociação,

⁸⁰¹ Dentre os estudiosos que fundamentavam as concepções educacionais desse grupo destaca-se Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Mário Manacorda e Paolo Nosella (ALMEIDA, 2004).

⁸⁰² O Projeto do SINTECE, apresentado ao Fórum de Unificação passou por etapas que envolveram encontros com professores ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC; estudos sobre “as concepções pedagógicas dos princípios filosóficos e políticos educacionais preconizados educadores progressistas”, sendo sua elaboração resultante dos diversos encontros promovidos pelo Fórum de Unificação (IDEM, 2004, p.111).

⁸⁰³ IBIDEM, p.110.

considerado que na fase do sindicalismo, percebeu-se que a abertura ao diálogo, em parte, foi determinada pelas relações político-partidárias entre, militantes e governo. Neste sentido, os instrumentos de reivindicação das lideranças sindicais que compuseram o bloco de oposição, primavam pelas manifestações mais combativas a exemplo das greves, passeatas, paralisações, que não somente refletiam à tendência sindical defendida, mas também podem ser interpretados como mecanismos para legitimar sua representatividade no espaço do movimento docente.

No primeiro Estatuto do SINDIUTE⁸⁰⁴, consta como suas finalidades:

- a) organizar, representar, defender política, social e juridicamente os trabalhadores em educação a nível estadual, regional e municipal;
- b) lutar pela garantia de condições dignas de trabalho e justa remuneração da categoria, permitindo-lhe dedicar-se exclusivamente às suas funções sem prejuízo de satisfatório atendimento das suas necessidades;
- c) lutar pela garantia de qualificação, atualização, aperfeiçoamento e especialização profissional, científica e cultural da categoria;
- d) promover a formação político-sindical dos seus associados;
- e) instalar Subsedes Regionais e/ou Conselhos Municipais nas regiões e municípios abrangidos pelo Sindicato, de acordo com as suas necessidades;
- f) manter intercâmbio com as demais entidades de organização das classes trabalhadoras, para concretização da luta em defesa dos seus interesses imediatos e históricos;
- g) lutar em defesa de uma educação democrática e libertadora, de uma política educacional de interesse da classe trabalhadora, assim como pelo ensino, público gratuito e de boa qualidade, para todos e em todos os níveis;
- h) promover a organização da categoria por local de trabalho;
- i) oportunizar o aperfeiçoamento e atualização científica cultural e técnica dos seus associados⁸⁰⁵.

O SINDIUTE, por defender um modelo de entidade que não promova o assistencialismo, em suas finalidades não prevê a prestação de assistência nem de serviços de lazer e recreação. Convém salientar, que não houve a fusão com a APEOC, não herdando, portanto, a entidade, o patrimônio que inclui colônia de férias, dentre outros departamentos, já estruturados na fase que antecede a criação dos sindicatos. Apenas foi incorporado patrimônio das associações que integraram a unificação. Porém, ao longo da construção do SINDIUTE não houve a inclusão desses serviços nas atividades do Sindicato. Quanto a sua estrutura organizativa, esta seria composta, por 6 instâncias, a saber: Congresso Estadual; Assembleia Geral Estadual; Conselho de Representantes; Conselho Diretor; Diretoria Executiva; e Conselho Fiscal.

⁸⁰⁴ O documento foi aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 16 de janeiro de 1992.

⁸⁰⁵ CEARÁ, Estatuto do SINDIUTE, 1992.

A APEOC/Sindicato, sucedânea da Associação, herdou todo o patrimônio material construído ao longo da fase associativa. Embora no seu primeiro Estatuto, em suas finalidades, não seja explicitando à prestação de serviços de assistência e lazer aos sócios, a entidade permaneceu assumindo essa função, ampliando, inclusive, ao longo dos anos, a estrutura montada na Era Brilhante⁸⁰⁶. No que se refere a sua estrutura organizacional (composição da diretoria) advinda da fase associativa.

A afinidade com o projeto político que ascendeu no Ceará, a partir de 1987, favoreceu a maior abertura ao diálogo com as lideranças que compunham a APEOC, mesmo antes da sua transformação em Sindicato. Durante os primeiros anos do Projeto Mudancista, que abrangeu o período delimitado pela pesquisa, o Sindicato, ao contrário do SINDIUTE, fará críticas à política salarial do governo, no entanto, não propôs um projeto alternativo à proposta elaborada pelo governo. Quando a Associação se transformou em Sindicato, percebe-se especialmente na gestão Ciro Gomes (1990-1994), uma maior aproximação com o governo estadual, sobretudo através do vice-presidente Jaime Alencar, uma vez que, conforme discutido anteriormente, o presidente do Sindicato rompeu com o governo.

Um exemplo da proximidade na gestão de Ciro foi o episódio do PROVÃO, uma das propostas do Projeto “Revolução de uma Geração”, do governo estadual, que causou bastante polêmica na categoria do magistério⁸⁰⁷. Enquanto a oposição, na época organizada em torno do SINTECE, entrou na justiça contra a medida do governo, parte da diretoria da APEOC/Sindicato⁸⁰⁸, buscou colaborar com a realização da prova. O estudo *Movimento docente e gestão democrática na escola: estudo de caso dos sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos*

⁸⁰⁶ A APEOC/Sindicato conta atualmente com um amplo serviço de prestação de assistência médico-odontológica, que inclui serviços de fonoaudiologia, pilates, Auriculoterapia. Ainda mantém a Colônia de Férias na praia do Pecém, ampliada durante as gestões do Sindicato. Apresenta convênios com várias instituições, dentre estas, o HAP VIA, o Instituto de Desenvolvimento, Educação e Cultura do Ceará, a Faculdade de Tecnologia do Nordeste, ODONTO ART, Plano Funerário da empresa ALVORADA. Há também parceria com a loja SONOBOM, Plus Art-educação, cultura e ventos, Faculdade Integrada de Fortaleza, Sentido Único – Gestão Educacional Superior, EMAGRECENTRO e Sorridente – clínica odontológica (Site do Sindicato APEOC: <http://w.w.w.apeco.org.br/serviços-lutando-com-voce/convenios.html>).

⁸⁰⁷ O programa de ação que previa a implantação do “Provão”, espécie de censo do magistério, foi lançado no dia 18 de maio de 1991. A proposta do governo foi anunciada como um “instrumento capaz de identificar o corpo docente estadual: quem, quantos onde, abrangeria dados profissionais e de capacitação, a fim de viabilizar o sistema de reciclagem e treinamento” (JORNAL SINTECE, nº 4, ago/1991, p.2).

⁸⁰⁸ A diretoria naquele momento já estava dividida. Fausto Arruda fez campanha contra o Provão, enquanto Jaime Alencar colaborou junto ao governo para a realização da prova.

mudancistas (1987-1998) apresenta o relato das lideranças sobre esse episódio. De acordo com Gardênia Baima,

A categoria decidiu dizer não ao Provão porque na nossa opinião o Provão questionava inclusive a legitimidade das universidades [...]. Então, entramos na justiça contra o Provão. Ganhamos uma ação liminar e o Provão na época, assim como o projeto intitulado Revolução de uma Geração, era apoiado pela APEOC. Enquanto nós estávamos do lado de fora das escolas, simbolicamente aqui no Liceu, lendo com o Procurador da República, na porta da escola, no dia do Provão, a liminar que desobrigava os professores de fazer a prova, a APEOC estava indo à imprensa e, em alguns outros locais onde o Provão seria realizado, chamar a categoria para realizar a prova⁸⁰⁹.

Já o professor Jaime Alencar avaliou a participação do SINTECE como um ato político contra o governo e o Sindicato.

A gente inclusive achava que essa prova não traria problema nenhum, e se ela fosse usada para demitir alguém, nós iríamos à justiça como fomos nos anos 80 [1980], ainda como associação, devolvemos a carga horária do pessoal. O grupo (SINTECE) aproveitou para fazer política em cima disso, em cima do governador e em cima do sindicato organizado⁸¹⁰.

Percebe-se que o modo como as entidades participaram da política educacional refletia, tanto as diferentes concepções sobre como atuar no campo sindical e educacional, mas também representava um palco para a disputa pela legitimidade de representar a categoria. Nesta direção, na construção da APEOC/Sindicato identifica-se de forma mais nítida, traços do modelo associativo, que serão aduzidos pela direção da entidade, em vários momentos, como forma de ressaltar a tradição de sua luta e seu valor social e histórico, na tentativa de preservar-se como entidade representativa do magistério. A própria escolha do nome, segundo o professor Jaime Alencar, foi definida como forma de identificar o Sindicato com a história da associação APEOC. Logo após o período de fundação do SINDIUTE, o então presidente da APEOC fez um anúncio na empresa sobre a unificação.

⁸⁰⁹ Entrevista de Gardênia Baima, realizada no dia 26/06/2003 (apud ALMEIDA, 2004, p.120).

⁸¹⁰ Entrevista de Jaime Alencar, realizada no dia 23/01/2003 (IDEM, p.120).

A APEOC é uma das mais antigas e tradicionais entidades existentes do Ceará. Sua história confunde-se com a própria história de luta do magistério. Confunde-se com a conquista do Estatuto do Magistério, com a conquista do piso salarial. Com a luta pela escola pública e gratuita. Sua extinção significaria um crime contra a história do magistério em nosso estado⁸¹¹.

À vista desse quadro, a investigação sobre a história que deu origem a fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE revelou que a fase de conformação do movimento sindical docente até sua institucionalização, representou um momento de ruptura com a fase associativa, se estabelecendo significativas diferenças entre as práticas e as formas de organização das lideranças sindicais, com destaque para as mudanças nos mecanismos de interlocução com a esfera governamental; a participação dos professores na elaboração das políticas educacionais; os instrumentos de reivindicações, que privilegiam formas mais combativas como, greves, passeatas, paralisações. Tais características, entretanto, variaram de acordo com a ação e organização das duas correntes sindicais que se formaram na fase de sindicalização no Ceará. Em meio à disputa pelo espaço do movimento docente, percebeu-se que a tendência do grupo que deu origem ao SINDIUTE foi buscar a diferenciação com as práticas aduzidas pela APEOC, as quais eram representativas de um determinado *modo de agir coletivo* característico da fase do associativismo. As lideranças sindicais que se inseriram na diretoria da associação, num movimento contrário, em alguns momentos, buscaram apoio na tradição da história da entidade nos tempos do associativismo, continuando a exercer funções típicas das associações profissionais de cunho recreativo.

Apesar dos militantes que fundaram o SINDIUTE terem apresentando maior participação no debate educacional, em torno de um projeto em defesa da escola pública, na prática, as greves da categoria, assim como ocorreu na APEOC, limitaram-se à questão salarial, um aspecto que acabou se tornando uma das problemáticas do sindicalismo docente, uma vez que o mesmo surgiu sob a égide do discurso que apregoava a luta corporativa e a defesa da escola pública, como suas finalidades, presentes nos Estatutos da CNTE. Todos os professores entrevistados, ao serem indagados sobre as principais pautas das greves nos anos 1980, afirmaram que o foco principal era a luta salarial.

⁸¹¹ INFORMATIVO SINDICATO APEOC, fev/1992, p.01, (Estabelecendo a verdade).

A investigação do movimento de professores públicos cearenses nas fases do associativismo e sindicalismo docente, portanto, revelou aspectos fundamentais para futuras análises sobre o movimento docente, no Ceará e no Brasil.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dos professores públicos, na fase de sindicalização, mudou? Sim. Sem nenhuma margem de dúvida, as experiências que emergiram, por volta do ano de 1978, tanto no Ceará, como no Brasil, de fato, deram início a uma fase, em que predominou *um novo modo de agir coletivo*. O período de sindicalização, no entanto, não pode ser interpretado como um fenômeno totalmente novo, enquanto um momento em que apenas predominou o ponto de vista da superação e diferenciação, em detrimento de um modelo, outrora, presente nas formas de organização e nas práticas docentes. Além disso, apesar de, no plano nacional, em função do impacto das greves de professores nos anos 1978 e 1979, ter predominado o debate em direção à luta sindical no setor da educação, é preciso compreender que esse processo não se estendeu com a mesma intensidade, a todos estados brasileiros. O caso cearense é exemplar!

O estudo, cujo objetivo central foi investigar *as mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo no processo de fundação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE* mostrou que na fase de sindicalização, no Ceará, traços do associativismo, não somente permaneceram, como foram aduzidos na tentativa de consolidar a institucionalização do sindicato. Não obstante, tal fato não significa que a experiência associativa tenha representado apenas uma fase embrionária, espécie de pré-história do movimento sindical docente.

Com base no estudo sobre o associativismo docente cearense, embora as pesquisas indiquem seu aparecimento tardio, em relação às demais iniciativas erigidas em outros estados brasileiros, a produção acadêmica na área vem mostrando que, a cada mapeamento, outras iniciativas vêm sendo desveladas, o que fortalece a hipótese da possível existência de experiências na fase anterior à atual demarcação. Para além desse debate, a investigação da história da organização coletiva do magistério secundarista cearense, nos idos de 1960, demonstrou, a exemplo da trajetória nacional, a suma relevância das políticas de expansão do ensino para o surgimento de associações docentes, que exerceram papel efetivo na defesa dos interesses profissionais da categoria, participando, diretamente, da construção das políticas educacionais no estado do Ceará. Foi nesta fase que o movimento também elegeu como bandeira central a questão salarial, em decorrência dos próprios efeitos ocasionados pela expansão do ensino oficial, no magistério secundarista.

Além de suas implicações na política salarial, o estudo mostrou que já na década de 1960, o aumento na demanda de professores, impulsionou alterações qualitativas no quadro docente, sobretudo no que diz respeito à inserção de profissionais com filiação a movimentos de esquerda no Ceará. Havia, portanto, na base da categoria a presença de professores, vinculados a organizações esquerdistas, que tiveram impacto nas entidades docentes, como demonstra o caso da APLEC, entidade que, por seu posicionamento político mais crítico, teve sua existência comprometida, em razão das perseguições na ditadura. Embora houvesse predomínio do modelo associativo, nos anos 1960, os dados revelaram a tentativa de se esboçar uma organização mais combativa. A greve dos contratados, por sua vez, constituiu uma experiência de suma relevância, na medida em que, o movimento criou laços de solidariedade com outros movimentos sociais e, ao mesmo tempo, teve o contato com formas de mobilização mais combativas, demonstrando alterações na relação entre o aparelho repressor do regime e os professores secundaristas. Quanto a este aspecto, a pesquisa levanta a hipótese de que o recuo dos professores no movimento docente tenha se dado em função do AI-5, buscando os mesmos outros espaços de atuação para se contrapor ao regime militar, como os partidos e organizações clandestinas de esquerda.

O associativismo docente cearense, na primeira metade da década de 1970, já esboçava um cenário diferenciado do período anterior em que, ao mesmo tempo, se consolidou um modelo associativo, bastante característico das associações fundadas em meados do século XX, no Brasil, com a reestruturação da APEOC; porém, ocorreu o crescimento de uma base ligada a diferentes correntes de esquerda, que se organizaria na segunda metade da década de 1970. Tais alterações podem ser associadas também às políticas educacionais do regime militar, em especial, a Reforma de 1º e 2º Graus, que não somente contribuíram para a eclosão da fase de sindicalização, como já havia sido analisada por alguns autores, mas, teve um papel central no fortalecimento da APEOC, enquanto associação de cunho profissional e recreativo, conforme indicam os dados apresentados pela pesquisa. Neste sentido, a fase de sindicalização, no Ceará, surgiu num contexto em que predominava ainda o modelo associativo na categoria do magistério, legitimado tanto pela presença de uma base significativa de sócios, em todo o estado, mas também pelos governos cearenses que estabeleceram parcerias com a entidade, no sentido de construir as reformas no setor educacional.

O vínculo da APEOC com o governo justificou, em parte, as limitações do movimento, *Articulação do Magistério Cearense*, primeira forma de organização

sindical no estado, que vai disputar a liderança do movimento docente com a Associação, porém, reproduzindo, nas formas de encaminhamento das demandas corporativas do magistério, os mesmos instrumentos utilizados pelas associações docentes tradicionais, ou seja, a elaboração de memoriais e participação em audiência com as autoridades governamentais.

O declínio do modelo associativo cearense, no movimento de professores públicos, teria ocorrido por volta do ano de 1983, quando começa a predominar na organização coletiva do magistério público um *novo modo de agir coletivo*, que passa a priorizar a greve como principal instrumento de reivindicação da luta corporativa da categoria. Organizados em torno da *Oposição Sindical*, as novas lideranças apresentavam um perfil variado, quanto à sua filiação a determinadas correntes político-partidárias, mas que, em seu conjunto, poderiam ser divididas em dois blocos, no que se refere à sua identificação com as correntes do *novo sindicalismo*. De um lado, algumas lideranças passaram a se identificar no interior da *Oposição Sindical*, em função da sua aproximação com a tendência do *sindicalismo combativo*; do outro, houve lideranças que se aglutinaram pela identificação com a tendência do *sindicalismo propositivo*. Essa diversidade já fazia parte do movimento *Articulação Estadual do Magistério*, contudo, na conjuntura posta no final da década de 1970, isso não constituiu um fator problemático. Quando, no plano nacional, se intensificam os debates em torno da transição política e, no campo do movimento docente cearense, começa a haver uma discussão na oposição, a respeito da transição na APEOC, as divergências no campo sindical foram determinantes para a conformação de dois grupos. O grupo que defendia uma tendência mais propositiva fez aliança com a diretoria da APEOC, o que determinou o posicionamento da entidade no âmbito desta corrente sindical, dando início à disputa pela liderança do movimento, um embate que adentrou a fase de institucionalização. Este seria um dos traços que caracterizou o movimento sindical dos professores públicos cearenses.

Na trajetória que abrange o período de conformação do modelo sindical à sua institucionalização, a pesquisa revelou que houve um processo de ruptura com a fase associativa, o que pode ser evidenciado por meio de uma série de fatores que, em seu conjunto, caracterizariam o sindicalismo na educação. Na fase que adentra os anos 1980, houve, por exemplo, mudanças significativas nas formas de interlocução entre o movimento de professores públicos com a esfera governamental, fase de menor abertura ao diálogo, em relação ao período do associativismo, sobretudo na segunda metade da

referida década. Percebeu-se que o afastamento ou a aproximação com os governos na fase de sindicalização passou a ser legitimado pelas relações que as lideranças mantinham no campo político-partidário, o que acabou provocando algumas contradições, como demonstrou o caso da *Administração Popular*, em Fortaleza, que impôs limites na *Oposição Sindical*, sobretudo no grupo mais próximo à professora Rosa da Fonsêca. Embora apregoasse o discurso do sindicalismo combativo, desatrelado da esfera governamental, este apresentou dificuldades em se contrapor a determinadas medidas do governo que atingiram diretamente a categoria docente.

Do ponto de vista da participação do movimento na construção das políticas educacionais, de modo semelhante, percebeu-se a influência das filiações político-partidárias, nesse processo, uma vez que houve a diminuição dos espaços de participação das organizações de professores, sobretudo, em função de uma tendência, em geral, mais crítica, posta pela fase de sindicalização, mas que tem seu grau de profundidade determinado pelas relações partidárias. Na APEOC/Sindicato houve de forma mais nítida a adoção de práticas comuns no associativismo, a saber, a participação junto ao governo na elaboração dos projetos educacionais.

É importante assinalar que os aspectos evidenciados pela pesquisa, no que tange às mediações e distinções entre o associativismo e o sindicalismo docente cearense, tiveram amparo em determinadas categorias, que incluía a atuação dos professores no campo da política educacional, sua relação com a esfera governamental e com movimentos político-partidários. Certamente, estudos futuros, que venham a abranger outras dimensões, poderão revelar aspectos que não foram aqui elucidados. A pesquisa, entretanto, traz algumas contribuições, não somente para a produção acadêmica sobre o movimento docente cearense, como para o sindicalismo docente pós-1978.

Para a história do movimento docente cearense, o levantamento dos dados sobre a organização do magistério secundarista cearense, na fase associativa, foi fundamental no sentido de preencher uma lacuna na produção acadêmica, revelando o importante papel exercido pelos professores na construção das políticas educacionais na década de 1960. Os documentos apresentados sobre a fase inicial da APEOC também tiveram uma dupla importância. De um lado, não somente confirmou a data de fundação da entidade, em 1962, mas também apresentou parte da sua trajetória, na luta em defesa dos interesses profissionais dos mestres secundaristas. Por outro lado, sinalizou a possibilidade de uma futura investigação, que busque examinar a relação entre os

sindicatos de professores, na fase associativa, e a fundação de entidades no magistério público.

A análise da fase de sindicalização dos professores públicos cearenses também indica algumas questões que podem ser investigadas com mais profundidade, tanto no Ceará, como no movimento sindical no Brasil, pós-1978, especialmente no que se refere à relação, entre partidos políticos e sindicatos; disputa pelo espaço do movimento docente e suas bandeiras de luta; o papel da defesa da escola pública nas lutas do magistério, considerando que esta constituiu uma das questões centrais do movimento, no início da fase de sindicalização; e a própria relação entre a luta sindical docente e a militância política dos professores que nela atua. Tais fatores, sem dúvida, são fundamentais à continuidade do debate sobre o movimento sindical dos professores públicos no Brasil.

REFERÊNCIAS

a) Bibliografia:

ABU-EL-HAJ, J., Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p.83-106.

AGUENA, P. **O marxismo e os sindicatos: Marx, Engels, Lenin e Trotsky**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2008. 253 p.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, R. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª edição. Campinas/São Paulo: Pontes, 1995.

ARAÚLO, R. de C.; LOPES, A. de P. C. Associativismo e sindicalismo de professores no Piauí: continuidades e rupturas no processo de organização. In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; ROSSO, S. D. R. (orgs.) **Assocativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. V.2. Brasília: Paralelo 15, 2013, p.225-265.

ARROYO, M. G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?. In: **Educação e Sociedade**.nº5, jan., 1980, p.05-23.

ARRUDA, J. M. Apresentação. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p.07.

AZEVEDO, F. de et al. A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova). **Revista Brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XXXIV, nº 79, p.108-127, jul-set., 1960.

BANDEIRA, R. T.; SILVA NETA, M. E. da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará**. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf. acesso em: 20/09/2013. p. 01-09.

BASTOS, M. H. C.; STHEFANO, M. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BATANHA, C. H. M. Uma outra consciência de classe?. **Anais do XIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, out./1990.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Sociedades operárias e mutualismo**. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6. n.10/11, 1999, p.41-66.

_____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In. **Revista Mundos do Trabalho**. v.2. n.4.ago/dez., 2010, p.12-22.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale (et. al.). v. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BOITO JR., A., **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONFIM, W. L. de S., De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (orgs.), **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v.1, p.35-62.

BORGES, A.; LEMOS, D. C. de A. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primário no século XIX. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARDOSO, S. R. P. **O associativismo mútuo docente na historiografia educacional brasileira**. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_703.htm. Acesso em: 02/01/2014.

CARDOSO, S. R. P.; TAMBARA, E. A. C., **Associação Sul Riograndense de professores: um intento de qualificação do professorado**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia_da_Educacao/Trabalho/01_14_05_ASSOCIACAO_SUL_RIOGRANDENSE_DE_PROFESSORES.pdf. Acesso em: 02/01/2015.

CARVALHO, R. V. A., Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte de chefia. In. PARENTE, J.; ARRUDA, J. M., **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v.1, 09-34p.

CASTRO, J. O. L. **APEP: organização, lutas e conquistas (professores em movimento)**. 1ª edição. Teresina, 2003.

CATANI, D. B., A imprensa pedagógica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. In. **Educação e Filosofia**. Jul./dez., 1996, p.115-130.

_____. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a revista do ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-1918)**. Bragança Paulista: EDUFS, 2003.

CAVALCANTE, M. J. M., **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EUFC, 2000, 204p.

CUNHA, L. A., A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. In. **Educação e Sociedade**. Ano III. nº 9, mai., 1981, Campinas/CEDES, São Paulo, Cortez, p.05-48.

CUNHA, L. A.; GOÉS, M. de., **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, L. A., **Educação, Estado e Democracia no Brasil**, 2ª edição, São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora Fluminense; Brasília, DF: FLACSON do Brasil, 1995, p.93.

DAL ROSSO, S.; LÚCIO, M. O Sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. Brasília: UNB. In. **Universidade e Sociedade**. Ano XIV, nº 33, junho / 2005, p. 115-125.

DAL ROSSO, S., Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009. (cdrom).

DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. da S. Condições de emergência do sindicalismo docente. In. **Pro-Posições**. Campinas. V.22. n.2 (65). p.111-131, maio/ago. 2011.

ENGLES, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. .

ENGUITA, M. F.A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In **Revista Teoria & Educação** (Dossiê interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Editora Pannonica, n. 4, p.41-61, 1991.

FARIAS, J. A. de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

FERRARO, A. R.; KREIDLLOW, D., Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Revista Educação e Realidade**. jul/dez, 2004, p.179-200.

FERREIRA JÚNIOR, A. **Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986)**. Campo Grande: Editora UFMS, 2003, 156p.

FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do sonhar/ Edições Pulsar, 2006, 108p.

FERREIRA JÚNIOR, A., Movimentos de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In. **Seminário Internacional para discussões de pesquisas: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação**, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009.(CDROM).

_____, Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In. DAL ROSSO, S. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**. Brasília: Paralelo 15, 2011, p.47-67.

FORTES, A. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Sociedades operárias e mutualismo**. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6. n.10/11, 1999, p.171-220.

GENTILI, P.; SUÁREZ, D., Conflitos educacionais na América Latina. In: GENTILI, P.; SUÁREZ, D. (org.), **Reforma educacional e luta democrática**: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-46.

GIANNOTTI, V., O que é estrutura sindical. In: **O que é sindicalismo, estrutura sindical, comissões de fábrica**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro. v.30, 1996, p.71-115.

GINDIN, J. J., Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: **Seminário Internacional para discussões de pesquisas**: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional para discussões de pesquisa*, Rio de Janeiro: 2009.(CDROM).

GHIRALDELLI JR., P. **História da educação**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

GOFF, J. L. **História de Memória**. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

GOHN, M. da. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Lutas e movimentos pela educação no Brasil**. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20GI%C3%B3ria%20GOHN.pdf. acesso em: 08/11/2013.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HERKENHOFF, J. B., **Dilema da educação, dos apelos populares à constituição**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

JESUS, R. P. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora. v.13.n. I, 2007,p. 144-170.

_____. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: **Revista ODILES**. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm>. acesso em: 05/09/2013.

JUCÁ, G. N. M., **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

LEAL, M., **À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. (1952-1966)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LENIN, V. I. U. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. 350 p.

LUCA, T. R. de. **O sonho do futuro assegurado: mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990, 172p.

MARTINS, H. H. T. de S., **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Editora HUCITEC, 1989, p.190.

MOTA, A., **História Política do Ceará (1945-1985)**. Fortaleza: Stylus, 1985, 261p.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico. In. **Revista Teoria & Educação** (Dossiê interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, p.109-139, 1991.

NÓVOA, A. O processo histórico de profissionalização do professorado. In. **Profissão Professor**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1999, p.15-21.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário no Brasil: momentos decisivos. In. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14. mai/jun/jul/ago/2000, p35-60. ISSN 1413-2478.

OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D., **Conflito e resistência: trabalho docente e manifestações sindicais**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/dalilaandradeoliveiraesavanadinizgomesmelo.pdf>
Acesso em: 31/01/2014.

PAULA, R. P. de. A greve do magistério em 1963: velhos problemas, novas ações. In. **III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação**, 2011, Rio de Janeiro. *Anais do III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*, 2011.

_____. A greve do magistério público no estado de São Paulo em 1963: ações e representações. In. GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S. (orgs.). **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013, p.193-206.

PETERSEN, S. R. F. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário gaúcho. In. **Cadernos do ISP**. Pelotas. nº 11. Dez/1997, p.5-20.

PINHO, C. C. **História do Sindicato APEOC: administrações, realizações, conquistas**. 1ª edição. Fortaleza: Encaixe, 2011.

REGINI, M., apud BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale (et. al.). v. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 1330p.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

ROMANELLI, O. de O., **História da educação no Brasil**. 35ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 279p.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, 329p.

SILVA JR., A. L. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). In. **Estudos Ibero-Americanos**. Revista do Departamento de História. V. XXV, n.2, p. 147-174, dezembro, 1999.

_____. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). In. **Locus**. Revista de História. V.5, n.2, 1999, p.73-88.

SILVA, M. M. da. **Conferencias pedagógicas na província de Pernambuco (1855 – 1879)**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 13/11/2013.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUSA, J. M. **O sistema educacional cearense**. Recife: MEC-INEP-Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1961, 347p.

TEIXEIRA, A. **Plano Nacional de Educação**. Boletim Informativo. CAPES. Rio de Janeiro. n.º123, fev. 1963. p.01-03. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm>. Acesso em: 05/10/2014.

VASCONCELOS, M. C. C. Um estudo sobre a gênese da profissão docente. **Revista Poiésis**. v.2. n. 2, 2004,p.57-72. (revista eletrônica).

VIANNA, C. 1986. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. In. **Revista Brasileira de Educação**. n.º 3. Set-dez., 1986.

_____. **Os nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999. 214 p.

VICENTINI, P. P., A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos. In: BASTOS, M. H. C.; STHEFANO, M. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 336-346.

_____. **Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e particular:** uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e Rio de Janeiro (1945-1964). Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf>. Acesso em: 24/09/2014.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G., **História da Profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. 234 p.

_____. O magistério secundário como profissão: o associativismo docente e a expansão do sistema educacional brasileiro entre os anos 1940 e 1960. In: **Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade**. Salvador. v.14, n.24, p.57-73, jul/dez, 2005.

VICENTINI, P.P., A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos In: BASTOS, Maria Helena Câmara & STHEFANOU, Maria (org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 336-346.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. S. G., O magistério secundário e o associativismo docente em São Paulo entre os anos 1940-1960, In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S. (orgs.), **Associativismo e sindicalismo na educação:** teoria, história e movimentos, Brasília: Paralelo 15, v.2, 2011, p.167-191.

VICENTINI, P. P., **Celebração e visibilidade:** o dia do professor e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63), p.14. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/197/205>. Acesso em: 01/01/2015.

ZANLORENZI, C. M. P; NASCIMENTO, M. I. M., **Revista “A ESCOLA”:** a expressão do liberalismo. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_844_aecmari@gmail.com.pdf. Acesso em: 02/12/2014.

b) Teses e dissertações:

ALENCAR JÚNIOR., J. S. de. **Virgílio Távora:** o coronel modernizador do Ceará. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). UFC, Fortaleza, 2006.

ALMEIDA, D. M. **Movimento docente e gestão democrática na escola:** estudo de caso dos sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998). 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). UECE, Fortaleza, 2004.

ARAÚJO, R. D., **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará:** uma história de luta e contradições. 2000. 000 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000.

ARAÚJO, R. de C. **A constituição do corpo docente no ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. 2012. 193f. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFPI, Piauí, 2012.

ARENDR, I.C. **Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no RS]**. São Leopoldo, RS. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2005.

CARDOSO, S. **Associação Sul-Riograndense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)**. 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). UFPE, Pelotas, 2011.

CATANI, D. B., **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)**. 1989. Tese (Doutorado em Educação). FEUSP, São Paulo, 1989.

CAVALCANTE, F. W. **Associação de Professores do Rio Grande do Norte: a missão de educar (1920-1933)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRN, Natal, 1999.

CEPÊDA, V. A., **Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), USP, São Paulo, 1998.

CRUZ, H. L. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia), UnB, Brasília, 2008.

FARIAS, J. A. de, **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar (1968-1972)**. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em História). UFC, Fortaleza, 2007.

FERREIRA JÚNIOR, A. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 1998.

FERREIRA, I. M., **Avanços e recuos da luta dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública**. 1995. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação).UFC, Fortaleza, 1995.

FONSECA, R. M. F., **A organização dos Educadores e a luta pela escola pública: CNTE-APEOC-SINTECE**. 1991. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1991.

GINDIN, J. J. **Sindicalismo docente e Estado: as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina**. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2011.

LEMOS, D. C. de A. **O discurso da ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial.** 2011. 219 f. Tese (Doutorado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2011.

LUGLI, R. S. G. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação), FEUSP, São Paulo, 1997.

_____. **O trabalho docente no Brasil: o discurso dos centros regionais de pesquisa educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971).** 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, São Paulo, 2002.

MOREIRA, M. L. **História da luta sindical do magistério cearense (1942-1985).** 1990. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 1990.

NETO, J. F. **O Liceu do Ceará e as políticas educacionais: desconstrução de uma referência do ensino público (1960-1975).** 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000.

NOBRE, S. A. dos S. **Associação dos Professores Teuto-brasileiros do Estado de São Paulo: uma reconstrução histórica de um órgão associativo voltado à educação étnica no período de 1916 a 1938.** Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2004.

OLIVEIRA, E. de. **O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários (1871-1911).** 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, W. de. **A trajetória histórica do movimento docente em Minas Gerais: da UTE ao SINDIUTE.** 2006. 411f. Tese (Doutorado em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2006.

PAULA, R. P. de. **Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1984-1989).** 2007. 270 f. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2007.

PAULA, M. V. A. de. **Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (o caso do SINDIUTE).** 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2010.

RÊSES, E. da S. **Da vocação à profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UnB, Brasília, 2008.

SANTOS, J. M. **A transformação da associação de professores do Rio Grande do Norte (APRN) em Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1986-1990).** 2008. 91 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, Natal, 2008.

SILVA Jr., A. L. da. **As sociedades de socorro mútuo: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). 2004. 573 f. Tese. (Doutorado em História). PUC, Porto Alegre, 2004.

SILVA, R. C. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013. 257 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). UnB. Brasília, 2013.

SOARES, M. C. C., Banco Mundial: políticas e reformas. In. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUSA, F. das C. L. **A regulamentação do trabalho docente no Estado do Ceará na interface público/privado (1942-1962)**. 2006. 192 f. Tese. (Doutorado em Educação). UFC, Fortaleza, 2006.

VERAS, M. E. **Estado e Financiamento da Educação**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC. Fortaleza, 1990.

VICENTINI, P. P. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) FEUSP, São Paulo, 1997.

_____. **Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)**. 2002. 212 f. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, São Paulo, 2002.

c) Documentos legais:

BRASIL, **Constituição federal**.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61**

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71**

CEARÁ, **Plano de Metas Governamental (PLAMEG)**, 1962.

CEARÁ, **Mensagem à Assembléia Legislativa**, 1964, p. 07.

CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 01, 1964.

CEARÁ, **Palestra do governador**, Acervo Virgílio Távora, APEC/Caixa 02, 1964.

CEARÁ, **Acervo Virgílio Távora**, APEC/Caixa 07, 1964.

CEARÁ, **Diagnóstico da Realidade Educacional**, 1971.

CEARÁ, **Plano Estadual de Implantação da Lei nº 5.692**, 1972.

CEARÁ, **Plano Estadual de Educação (PEE)**, 1972.

CEARÁ, **Estatuto do Magistério Oficial do**, 1974.

d) Diários Oficiais do Estado do Ceará:

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 22/11/1950 (Estatutos da Associação dos Professores de Educação Física - APEFCE).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 09/05/1951 (Estatutos da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Católica de Filosofia do Ceará).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 15/10/1956 (Estatutos do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário Cearense - CERMAPCE).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 18/08/1958 (Lei nº 4.177 – Concede estabilidade profissional aos servidores que indica dá outras providências).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 15/01/1960 (Lei nº 4.743 – Cria o Colégio Estadual de Fortaleza e dá outras providências).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 16/07/1960 (Lei nº 4.861 – Dispõe sobre a classificação de cargos e funções do Quadro I – Poder Executivo e dá outras providências).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 03/03/1962 (Decreto nº 4.823 – Cria as funções que indica e dá outras providências).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 07/08/1962 (Lei nº 5.989 – Cria as carreiras de professor do ensino médio, na Capital e no interior do Estado, bem como a de Orientador Educacional e dá outras providências).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 17/08/1962 (Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 29/11/1962 (Estatutos da Associação dos Professores Licenciados do Ceará - APLEC).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 14/11/1963 (Lei nº 6).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 30/12/1963 (Lei nº 6.935 – Dispõe sobre o provimento de cargos iniciais da carreira de magistério nos estabelecimentos estaduais de ensino médio).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 17/01/1964 (Concurso para ingresso no magistério oficial de ensino do segundo grau do Estado do Ceará).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 12/02/1964 (Processo nº 84).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 20/05/1964 (Lei nº 7.256 de 18 de maio de 1964).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 19/12/1968 (Estatutos do Clube do Professor).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1971 (Reforma dos Estatutos da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 23/08/1972 (Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - Aditivo ao Estatuto da Associação).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 14/12/1978, p.10(Estatuto da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará - APEOC).

CEARÁ, Diário Oficial do Estado do Ceará, 13/06/1979, p.13 (Estatutos da Associação dos Profissionais da Educação do Ceará - ASPEC).

e) **Jornais locais:**

CORREIO DO CEARÁ, 05/02/1962, p.03 (Sindicato dos Professores do Ceará - Nota Oficial).

CORREIO DO CEARÁ, 05/02/1962, p.10 (Professores dos colégios oficiais têm associação).

CORREIO DO CEARÁ, 17/04/1963, p.03(Secretaria da Educação e Cultura: Edital).

CORREIO DO CEARÁ, 24/01/1964, p.11 (Associações).

CORREIO DO CEARÁ, 28/01/1964, p.10 (Concurso para o magistério).

CORREIO DO CEARÁ, 12/10/1965, p.08 (Professores dos Colégios Oficiais entregam memorial a VT).

CORREIO DO CEARÁ, 10/04/1968, p.06 (Licenciados por Faculdades de Filosofia: Registro de professor do ensino médio).

CORREIO DO CEARÁ, 29/04/1968, p.02 (Professôres ameaçam greve).

CORREIO DO CEARÁ, 07/05/1968, p.02 (Professôres contratados iniciam luta por 100% e os atrasados).

CORREIO DO CEARÁ, 18/06/1968, p.12 (Implantado no Ceará Registro de professores e secretários).

DIÁRIO DO NORDESTE, 26/02/1992, p.12 (Apeoc ainda provoca confusão entre os docentes litigantes).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/03/1962, p.04 (A real situação do ensino: suplementares eram a solução para uma situação de fato).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/05/1962, p.03 (Coluna, Canto de Página, Carreira de Professor).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/06/1962, p.03 (Coluna Canto de Página, Vencimentos em atraso).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/10/1963, p.03 (APLEC, entidade que visa engrandecer o magistério).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/02/1966, p.05 (Coluna Canto de Página, O professor e o salário).

GAZETA DE NOTÍCIA, 15/10/1968, p.05 (Anexos do Colégio Estadual ficarão autônomos).

GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/01/1969, p.01 (Professores Contratados).

O ESTADO, 07/02/1962, p. 06 (Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais).

O ESTADO, 24/04/1986, p.12 (Ceará é o primeiro Estado a pagar piso salarial aos professores).

O POVO, 07/12/1966, p.06 (APREC foi fundada no último sábado).

O POVO, 24/04/1967, p.02 (Assembléia geral dos contratados).

O POVO, 17/05/1967, p.02 (Professores reclamam e ameaçam com paralisação).

O POVO, 23/09/1968, p.06 (Associação dos Professores Licenciados: Nota Oficial).

O POVO, 08/04/1974, p.12 (APEOC: nem todos apoiam o órgão).

O POVO, 09/04/1974, p.10 (Coluna Educação – Modéstia à Parte).

O POVO, 05/06/1974, p. 10 (Coluna Educação – Que penso sobre a APEOC,).

O POVO, 27/06/1974, p.10(Professores preparam Assembléia Geral).

O POVO, 21/03/1978, p.14 (APEOC diz o que fez pelo Estatuto do Magistério).

O POVO, 01/07/1978, p.14 (V Encontro de Professores Oficiais).

- O POVO, 07/07/1978, p.03 (Educação: por uma nova política).
- O POVO, 03/08/1978, p.18 (APEOC quer uma sede própria e se dirige ao Governador).
- O POVO, 11/08/1978, p.18 (Greve dos professores do Paraná)
- O POVO, 13/08/1978, p.18 (APEOC cria delegacias).
- O POVO, 18/09/1978, p.15 (Professorado agradece novo aumento salarial).
- O POVO, 22/08/1978, p.05 (Professores paulista em greve por melhor salário).
- O POVO, 22/09/1978, p.12 (Gratificação para os professores).
- O POVO, 01/10/1978, p.04 (APEOC vai instalar novas delegacias).
- O POVO, 14/10/1978, p.16 (Brilhante: habilitação é condição básica para eficácia do estatuto).
- O POVO, 16/10/1978, p.09 (No dia do professor inaugurada colônia de férias do magistério).
- O POVO, 09/11/1978, p.16 (Coluna Educação, Gratificação pó de giz).
- O POVO, 22/12/1978, p.14 (APEOC prepara professores para os exames supletivos).
- O POVO, 04/01/1979, p.18(Governador regulamenta as gratificações do magistério).
- O POVO, 17/02/79, p.10 (Waldemar recebe homenagem da APEOC).
- O POVO, 14/03/1979, p.17 (Colônia de Férias para professores).
- O POVO, 06/04/1979, p.18 (APEOC envia ao governador memorial com reivindicações).
- O POVO, 17/04/1979, p.20 (Coluna Cartas do Povo, “As realizações da APEOC”).
- O POVO, 19/04/1979, p.18 (Professores querem uma associação representativa).
- O POVO, 22/04/1979, p.22 (Os professores estão esperando).
- O POVO, 23/04/1979, p.18 (Professor Brilhante diz que APEOC não está acomodada).
- O POVO, 15/01/1980, p.12 (Movimento de valorização será lançado hoje).
- O POVO, 11/02/1980, p.22 (Governo soluciona caso de professores efetivos).
- O POVO, 21/03/1980, p.18 (ASPEC apresenta resultados do encontro de professores).
- O POVO, 18/04/1980, p.07 (Delegada do MEC recebe documento da ASPEC).

- O POVO, 19/06/1980, p.06 (Professores entregaram memorial ao governador).
- O POVO, 23/07/1980, p.11 (ASPEC divulga os resultados do congresso nacional de educação).
- O POVO, 14/10/1980, p.12 (Professores exigem reajuste semestral).
- O POVO, 09/04/1981, p.02 (Entidades entregam memorial).
- O POVO, 23/04/1981, p.12 (Educadores reunidos no dia de paralisação).
- O POVO, 04/06/1981, p.16 (Nota Oficial).
- O POVO, 02/04/1987, p. 10(Prefeitura está em vias de greve geral).
- O POVO, 05/08/1987, p. 12 (Professores manifestam sua indignação contra Maria Luiza).
- O POVO, 30/09/1987, p. 10 (Magistério faz reunião para discutir salário).
- O POVO, 21/10/1987, p. 10 (Termina em agressão assembléia geral dos professores no Liceu).
- O POVO, 16/12/1988, p. 10 (Administração termina com serviços quase que totalmente paralisados).
- O POVO, 02/08/1989, p.5B(Ameaça de greve marca o retorno às aulas).
- O POVO, 12/08/1989, p.12 (Magistério deflagra greve por tempo indeterminado).
- O POVO, 04/04/1990, p.10 (APEOC contra o paralelismo de sindicatos).
- O POVO, 26/02/1992, p.08(Professores decidem criar sindicato único).
- TRIBUNA DO CEARÁ, 24/04/1986, p.22(Ceará é o primeiro Estado a pagar piso salarial aos professores).
- TRIBUNA DO CEARÁ, 26/02/1992, p.10 (Assembléia decide a fusão Apeoc-Sindiute).
- UNITÁRIO, 10/03/1962, p.08 (Professor Francisco Correa de Araújo nomeado diretor do Colégio Estadual do Ceará).
- UNITÁRIO, 27/03/1962, p.06 (Professores vão denunciar nomeação para docente sem o registro: reunião).
- UNITÁRIO, 15/09/1962, p.06(O que vai pelo Sindicato dos Professores).
- UNITÁRIO, 01/02/1963, p.11 (Associações).

UNITÁRIO, 10/10/1963, p.09 (Semana do Professor inicia hoje).

UNITÁRIO, 18/10/1963, p.06(O Professor).

UNITÁRIO, 16/01/1964, p.06 (Nota da Associação dos Professôres do Estado do Ceará).

UNITÁRIO, 19/01/64, p.06 (Professores se insurgem contra concurso da SEC).

UNITÁRIO, 21/01/1964, p.06 (Reunião de professores substitutos).

UNITÁRIO, 23/01/1964, p.08 (Professôres recebem apoio dos deputados).

UNITÁRIO, 24/01/64, p.03 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 24/01/1964, p.08 (Associações de classe dos professores do Ceará: nota oficial).

UNITÁRIO,28/01/1964, p.03 (Professores recorrem ao governador).

UNITÁRIO, 09/02/1964, p.03 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 14/02/1964, p.03 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 21/02/1964, p.03 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 03/03/1964, p.03 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 07/03/1964, p.02 (O que precisamos saber).

UNITÁRIO, 18/03/1964, p.07 (Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará e Sindicato dos Professores de Fortaleza).

UNITÁRIO, 07/04/1964, p.8 (Nota Oficial da APLEC).

UNITÁRIO, 24/10/1965, p.05 (Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará, Nota Oficial).

UNITÁRIO, 22/02/1966, p.08 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 06/12/1966, p.08 (Fundado a Associação dos Professores Registrados).

UNITÁRIO, 22/02/1967, p.08 (Professôres Contratados: somos vítimas de embuste).

UNITÁRIO, 03/08/1967, p.10(Professôres nas mãos de agiotas).

UNITÁRIO, 13/08/1967, p.06(Coluna O ensino médio no Ceará).

UNITÁRIO, 15/08/1967, p.01 (Professores contratados entram em greve geral).

UNITÁRIO, 16/08/1967, p.08 (Contratados ameaçam parar colégios a partir de hoje).

UNITÁRIO, 05/09/1967, p.08 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 12/09/1967, p.08 (Aniversário de fundação do Centro Educacional e do Colégio Justiniano de Serpa).

UNITÁRIO, 23/04/1968, p.6 (Professor ganha menos que motorista na Assembléia).

UNITÁRIO, 30/04/1968, p.18 (Mestres representarão contra Plácido no Ministério da Justiça).

UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08 (Coluna O ensino médio no Ceará).

UNITÁRIO, 05/05/1968, p.06 (Contratados se dizem traídos pelos efetivos).

UNITÁRIO, 05/05/1968, p.08 (Professôres voltam às aulas 2ª , com mais 70%).

UNITÁRIO, 07/05/1968, p.06 (Educação diz que professor contratado não tem aumento).

UNITÁRIO, 07/05/1968, p.08 (Professôres param hoje para agradecer a Plácido).

UNITÁRIO, 23/05/1968, p.08 (Govêrno propõe 3,50 por aula aos contratados).

UNITÁRIO, 28/05/1968, p.06 (Contratados se dizem traídos pelos efetivos).

UNITÁRIO, 29/05/1968, p.02 (Govêrno rescinde contrato de professôres em greve).

UNITÁRIO, 06/06/1968, p.02 (Professores querem o pagamento das aulas – excedentes).

UNITÁRIO, 05/03/1971, p.06 (Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará).

UNITÁRIO, 05/03/1971, p.06 (Coluna Informes do Magistério).

UNITÁRIO, 09/03/1971, p.01 (Professores oficiais têm novos dirigentes).

UNITÁRIO, 26/07/1974, p.08 (Professores do Estado fazem seu primeiro Encontro).

UNITÁRIO, 02/02/75, p.08 (Professor Brilhante presidente da APEOC).

f) Jornal, Boletim Informativo das entidades:

APEOC SINDICATO, ano II, nº 4, maio/1990, p.3 (Assembléia destitui Penha e Jayme).

APEOC/SINDICATO, ano II, nº 6, dez/1990, p.02(APEOC – Sindicato é a única entidade representativa da categoria no Ceará).

APEOC/SINDICATO, ago/1991, p.04 (Assembléia Geral para expulsar Jayme e Penha).

APEOC-SINTECE, nov/1991, p.04(Unificar para avançar a luta).

COMANDO GERAL, junho/1989, p.01 (Aos companheiros da capital e particularmente do interior).

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, junho/1989, p.01 (Resoluções da Assembléia Geral do Sindicato/APEOC do dia 9 de junho de 1989).

CPB Notícias, jan./fev.,1987, p.05-07 (Documento final do XX Congresso da CPB).

BOLETIM INFORMATIVO, ano VII, nº 84,Set./1079, p.01-07(Realizações).

BOLETIM INFORMATIVO APEOC, ano IV, nº 89, março/1982, p.01.

BOLETIM INFORMATIVO, ano VIII, nº 93, maio/1982, p.03(VIII Encontro de Professores Oficiais).

BOLETIM INFORMATIVO, ano VIII, nº 97, maio/1983, p.01 (Antes o bom senso).

BOLETIM INFORMATIVO, ano X, nº 101. jun/1984, p.01 (Encontro com o governador).

BOLETIM INFORMATIVO – Oposição sindical dos Trabalhadores em Educação, ano 1, nº 6, junho/1989, p.01(Resoluções da Assembléia Geral do Sindicato/APEOC, realizada no dia 17 de junho de 1989 na Faculdade de Direito).

INFORMATIVO SINDICATO APEOC, fev/1992, p.01(Jaime assume vitória dos professores).

INFORMATIVO SINDICATO APEOC, fev/1992, p.01(Estabelecendo a verdade).

INFORMATIVO SINDICATO APEOC, fev/1992, p.02(APEOC apura falcaturas cometidas: entidade pagou 500 mil à CGT).

JORNAL SINDIUTE, nº 1, fev/1992, p.01(3º Congresso unifica categoria).

O PROFESSOR, ano II, nº 2, dez/1976, p.02 (O trabalho da APEOC em benefício do magistério).

O PROFESSOR, ano II, nº 2, dez/1976, p.05 (11º Seminário Nacional de Associações de Professores de todo o Brasil).

O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.07 (Programa do Encontro de Representantes da APEOC – julho de 1976).

O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.16 (Discurso do presidente da Associação dos Professores/ 1º Encontro Representantes da APEOC – julho de 1976).

O PROFESSOR, Ano II, nº 2, dez/1976, p.01-16 (Primeiro Encontro de Delegados Representantes da APEOC – Fortaleza).

O PROFESSOR, ano II, nº 2, 1978, p.11 (APEOC pode ajuda ao Estado).

O PROFESSOR, Ano I, nº 3, jul/1978, p.01-08.

O PROFESSOR, ano I, nº 4, out/1978, p.03 (Diretoria da APEOC).

O PROFESSOR, ano I, nº 4 out/1978(Resultado do V encontro de professores).

O PROFESSOR, ano I, nº 4, out/1978, p.03 (Obrigado, Governador).

O PROFESSOR, ano I, nº 3, jul/1978, p.04, (Realizações da APEOC em 1978).

O PROFESSOR, ano I, nº 3, out/1978, p.04 (Projeto Minerva e APEOC preparam professores leigos).

O PROFESSOR, ano II, nº 5, jun/1979, p.03 (Trabalho reconhecido).

O PROFESSOR, ano VI, nº 4, 1ª quinzena de nov/1984, p.03 (Professores unidos pela valorização da escola pública e do magistério).

O PROFESSOR, ano VI, nº 12, jul/ago/set/1985, p.03 (Alterações no Estatuto da APEOC publicado no Diário Oficial – Ce).

O PROFESSOR, ano VI, nº 14, jan/1986, p.04 (Lançada a chapa “Educação e Mudança” para a diretoria da APEOC).

O PROFESSOR, ano VI, nº 15, jan/fev/1986, p.01 (Professores rejeitam CUT-PT).

O PROFESSOR, ano VIII, nº 20, maio/jun/1986, p.01 (Professores cearenses participam da criação da central dos trabalhadores).

O PROFESSOR, ano VIII, nº 20, maio/jun/1986, p.08 (Professores mantêm posição e a greve continua).

O PROFESSOR, ano VIII, nº 21, jul/ago/set/1986, p.08 (São estes os estados que conquistaram o piso salarial).

O PROFESSOR, ano IX, nº 23, jan/fev/março/1987, p.01 (Servidores fazem o enterro da Administração “Popular”).

O PROFESSOR, ano IX, nº 23, jan/fev/março/1987, p.04 (Professores são agredidos quando recebiam pagamento).

O PROFESSOR, ano IX, nº 23, jan/fev/março/1987, p.5 (Cleber Correia Pinho assume presidência).

O PROFESSOR, ano IX, nº 26, set/1987, p.01 (APEOC faz pressão aos deputados na sede da Assembléia Legislativa).

OPOSIÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 11/08/1989, p.01(Nota de Esclarecimento).

g) Sites consultados:

<http://www.casacivil.ce.gov.br/diario-oficial>.

Informações retiradas do documento “Palestra do Governador”, realizada em julho de 1964, localizado no Acervo Virgílio Távora, do APEC/Caixa 02.

“Plano de Metas do Ceará, Setor da Educação” (Acervo Virgílio Távora, APEC/ Caixa 02).

“Palestra do Governador”, realizada em julho de 1964, localizado no Acervo Virgílio Távora, do APEC/Caixa 02.

APÊNDICES

APÊNDICE I

1ª DIRETORIA CEMARPEC (1956)

DOCENTE	CARGO
Adélia Brasil Feijó	Conselho Fiscal
Alda Marques Barbosa	Conselho Fiscal
Amélia Figueiredo Sá de Lavor	Conselho Fiscal
Anete Brasil Caras	Conselho Fiscal
Cecília Ferreira de Castro	Conselho Técnico
Cristina Pessoa Saraiva	Conselho Fiscal
Francisca Helena Fernandes de Azevedo	Conselho Técnico
Francisca Eis Catunda	1ª Tesoureira
Graziela Pontes	Conselho Técnico
Irmã Catarina Esmeraldo Cabral	Conselho Técnico
Madge Amorim Shaumann	Conselho Técnico
Margarida Neide Bezerra	Conselho Técnico
Maria Antonieta Sousa Lima	2ª Secretária
Maria Celeste de Castro Rocha	Conselho Fiscal
Maria Edelvita Bessa de Carvalho	1ª Vice-Presidente
Maria Eldair Barros Oliveira de Freitas	Diretora do Departamento Esportivo
Maria Francisca de Araújo	2ª Tesoureira
Maria Iolanda Pinheiro	Conselho Fiscal
Maria Lêda Frota Mont'Alverne	Conselho Técnico
Maria Luisa Avelino Sidou	Conselho Técnico
Maria Luiza Aragão Soares	Conselho Técnico
Maria Margarida de Castro Almeida	Presidente
Maria Tereza de Oliveira Skeff	Conselho Fiscal
Maria Zilma de Nóbrega	Bibliotecária
Maria Zilmar Lima Cavalcanti	Conselho Fiscal
Mathilde Bezerra de Menezes	Diretora do Departamento Cultural
Naíde Bezerra Carneiro	Conselho Fiscal
Odete Olímpio de Araújo	Diretora do Departamento Recreativo
Raimunda Negreiros de Andrade	Orador
Suzana Sales de Aguiar	Conselho Técnico
Wilma Maria de Vasconcelos Leopércio	1ª Secretária

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO CEARÁ, 16/10/1956, p. 04-05.

APÊNDICE II

1ª DIRETORIA DA APEOC (1962)

DOCENTE	CARGO
Ademar Nunes Batista	Diretoria Social
Antônio Viana Rodrigues	2º Secretário
Byron de Oliveira Freire	Conselho Fiscal
Clóvis Matos Reis	1º Secretário
Evaristo Linhares Lima	2º Tesoureiro
Expedito Terceiro Jorge	1º Tesoureiro
Ferdinando M. TamburiniPôrto	2º Vice-Presidente
Fernando de Oliveira Maia	Orador Oficial
Francisco Correia de Araújo	Conselho Jurídico
Francisco de Melo Jaborandi	Secretário Geral
Gerardo de Sousa Melo	Conselho Fiscal
Hamilton Cavalcante de Andrade	Diretoria Social
José Gonçalves de A. Sobreira	Conselho Fiscal
Luís de Borba Maranhão	1º Vice-Presidente
Manuel Airton Silva	Conselho Jurídico
Manuelito Peixoto	Delegado junto ao Liceu
Osmírio de Oliveira Barreto	Presidente
Raimundo Arnaldo de Freitas	Delegado junto ao Justiniano de Serpa
Raimundo Moreira de Araújo	Tesoureiro-geral
Rubem Brandão da Rocha	Conselho Jurídico
Sebastião Praciano de Sousa	Diretoria Social
Susana Bonfim Borges	Delegado junto ao Centro Educacional

Fonte: "Professores de Colégios Oficiais têm Associação" (CORREIO DO CEARÁ, 05/02/1962, p.10).

APÊNDICE III

2ª DIRETORIA DA APEOC (1963-1964)

DOCENTE	CARGO
Antônio Viana Rodrigues	1º Vice-presidente
Byron de Oliveira Freire	Conselho fiscal
Clóvis Matos Reis	Presidente
Eleazar Magalhães Teixeira	1º Secretário
Francisco Tarcísio de Paula Sales	2º Tesoureiro
Fernando de Oliveira Maia	Orador Oficial
Gerardo de Sousa Melo	Suplente Conselho Fiscal
Hamilton Cavalcante de Andrade	Secretário Geral
João Alves Pires	Diretor social
João Hipólito Campos de Oliveira	Conselho Fiscal
José Eduardo Gomes Barreira	Bibliotecário
José Hortêncio de Medeiros	Conselho fiscal
Lúcio Lima	Conselho jurídico
Luiz Nelson de Melo	2º Secretário
Manuel Lima Soares	Conselho jurídico
Manuel Teófilo Costa	Tesoureiro Geral
Manuel Sedrim de Castro Jucá	Suplente Cos. Fiscal
Maria Adísia Barros de Sá	Diretoria social
Raimundo Moreira de Araújo	1 tesoureiro
Raimundo Arnaldo Freitas	Suplente Cos. Fiscal
Rubem Brandão da Rocha	Conselho jurídico
Sebastião Praciano de Sousa	2 Vice-presidente
Terezinha de Jesus Melo	Diretoria social

Fonte: Coluna “Associações” (UNITÁRIO, 01/02/1963, p.11).

APÊNDICE IV

3ª DIRETORIA DA APEOC (1965-1966)

DOCENTE	CARGO
Abdian Lima	Orador oficial
Ademar Nunes Batista	Diretoria Social
Antônio Viana Rodrigues	Conselho Fiscal
Antônio Fernandes Franco	2º Tesoureiro
Clóvis Matos Reis	Suplente cons. Fiscal
Creusa Aguiar Pessoa	Bibliotecária
Edmilson Monteiro Lopes	1º Secretário
Edilson Mendes	Secretário Geral
Edvar Ramos Soares	1º Tesoureiro
Ferdinando M. TamburiniPôrto	Suplente cons. Fiscal
José Gonçalves de A. Sobreira	Conselho Jurídico
João Batista Lima Cavalcante	Presidente
João Hipólito C. de Oliveira	Conselho Fiscal
Leonel Teófilo Costa	Conselho Fiscal
Luís de Borba Maranhão	2º Vice-Presidente
Maria Adísia Barros de Sá	Diretoria Social
Maria Menezes Campos Cartaxo	Diretoria Social
Marum Simão	2º Secretário
Manuel Lima Soares	Conselho Jurídico
Moema C. Soriano Aderaldo	1ª Vice-Presidente
Wilson Leite Linhares	Tesoureiro Geral
Rubem Brandão da Rocha	Conselho Jurídico
Sebastião Francisco de Sousa	Suplente cons. Fiscal

Fonte: “Nova Diretoria da Associação dos Professores Oficiais, hoje” (UNITÁRIO, 06/02/1965, p.08).

APÊNDICE V

4ª DIRETORIA DA APEOC (1967-1968)

CHAPA – *Idealismo e luta*

DOCENTE	CARGO
Almir Brasil Pires	Secretário Geral
Antônio Marques Cavalcante	Conselho Jurídico
Antônio Carlos Campos de Oliveira	Conselho Jurídico
Antônio Viana Rodrigues	Conselho Fiscal
Airton Andrade Lima	Diretoria Social
Eládio Magalhães Feitosa	Orador Oficial
Elzo Martins Leite	Suplente Conselho Fiscal
Francisco Onofre Matias	1º Vice-presidente
Hugo Frota de Magalhães Porto	Conselho Jurídico
Jaime Silva	Bibliotecário
José Fernandes de Castro Ribeiro	Suplente Conselho Fiscal
José Lindemberg Barbosa	Suplente Conselho Fiscal
Lenine Saraiva Quaresma	Conselho Fiscal
Leônidas Magalhães	2º Secretário
Manuelito Peixoto	Presidente
Maria Adísia Barros de Sá	Diretoria Social
Maria Áurea Rodrigues Guerra	1ª Tesoureira
Maria Menezes Campos Cartaxo	Diretoria Social
Maria de Lourdes Melo	2ª Tesoureira
Maury Amâncio de Oliveira	Tesoureiro Geral
Raimundo Arnaldo de Freitas	2º Vice-presidente
Raimundo Moreira de Araújo	1º Secretário
Raimundo Nonato Aguiar	Conselho Fiscal

Fonte: “Associação de Professores dos Colégios Oficiais Realiza” (UNITÁRIO, 25/01/1967, p.08).

APÊNDICE VI

5ª DIRETORIA DA APEOC (1971-1972)

CHAPA - *União pelo Magistério*

DOCENTE	CARGO
Benedito Rodrigues Veloso	2º Vice-Presidente
Cléber Correia Pinto	1º Vice-Presidente
Edmilson Monteiro Lopes	1º Secretário
Francisco Brillhante Teixeira	Presidente
Francisco Onofre Matias	Conselho Fiscal
João Damasceno Fontenele	Conselho Fiscal
José Fernandes de Castro Ribeiro	Secretário Geral
José Maria Bandeira Barbosa	Suplente Conselho Fiscal
Helder Veríssimo de Lima	Suplente Conselho Fiscal
Lourival Ribeiro Lima	Conselho Fiscal
Machidovil Trigueiro de Oliveira	2º Secretário
Maria Adísia Barros de Sá	Conselho Fiscal
Paulo da Silveira Matos	Conselho Fiscal
Pedro Vitoriano Dantas	Orador Oficial
Raimundo Arnaldo Freitas	Suplente Conselho Fiscal
Sebastião Belarmino Duarte	1º Tesoureiro
Tarcísio Pessoa de Oliveira	2º Tesoureiro

Fonte: "Professores Oficiais têm novos dirigentes" (UNITÁRIO, 09/03/1971, p. 01).

APÊNDICE VII

7ª DIRETORIA DA APEOC (1975-1976)

CHAPA – *Tudo pela União do Magistério*

DOCENTE	CARGO
Adroaldo Teixeira Castelo	2º Secretário
Boanerges Cisne de Farias Saboia	Conselho Fiscal
Cléber Correia Pinto	Conselho Fiscal
Francisco Brilhante Teixeira	Presidente
Francisco Pessoa Pereira	Suplente Conselho Fiscal
João Damasceno Fontenele	Conselho Fiscal
João Torres Nobre	2º Tesoureiro
José Fernandes de Castro Ribeiro	Suplente Con. Fiscal
José Maria Bandeira Barbosa	Orador Oficial
José Varnô de Lima	Suplente Conselho Fiscal
Manoel Alvares C. Gomes	1º Vice-presidente
Maria de Lourdes Melo	Secretária Geral
Manoel Ferreira Campos	Bibliotecário
Nemésio Dias Silva	1º Secretário
Paulo da Silveira Matos	2º Vice-presidente
Raimundo Luiz de Oliveira	1º Tesoureiro

Fonte: “Prof. Brilhante Presidente da APEOC” (UNITÁRIO, 02/02/1975, p.08).

APÊNDICE VIII

8ª DIRETORIA DA APEOC (1977-1978)

DOCENTE	CARGO
Adroaldo Teixeira Castelo	2º Tesoureiro
Alzir Brillhante	Departamento Esportivo
Antônio Duarte Filho	Conselho Fiscal
Creusa Correia Lima	Departamento Social
Cléber Correia Pinto	Delegados junto a CPB
Francisca Núbia Silva Araújo	Suplente Conselho Fiscal
Francisco Brillhante Teixeira	Presidente
Francisco Edmilson Pinheiro	2º Vice-presidente
Francisco Mamede de Brito	Departamento Jurídico
Francisco Pereira da Silva	Departamento Social
Francisco Pessoa Pereira	Suplente Conselho Fiscal
Francisco Raimundo da Cruz	1º Secretário
Hemetério Pereira de Araújo	Departamento Jurídico
Iracema Studart Alves	Bibliotecária
Irene Barbosa de Arruda	1ª Vice-presidente
Ileana Rosa Chaves Fernandes	Departamento Esportivo
João Torres Nobre	1º Tesoureiro
José Haroldo Vasconcelos Franco	Orador Oficial
José Ivo Moreira	Secretário Geral
José Valdevino de Carvalho	Departamento Jurídico
José Varnô de Lima	Conselho Fiscal
Júlio Martins Braga	2º Secretário
Manoel Álvaro Cavalcante Gomes	Delegado junto a CPB
Manuelito Ferreira Campos	Departamento esportivo
Maria Inês Silva Assunção	Suplente Conselho Fiscal
Messias Mesquita Mendes	Delegado suplente
Moésia Ferreira Gomes	Departamento Social
Raimundo Luiz de Oliveira	Conselho Fiscal

Fonte: "Diretoria da APEOC" (O PROFESSOR, ANO I, nº 03; jul/1978, p. 03).

APÊNDICE IX

9ª DIRETORIA DA APEOC (1979-1980)

DOCENTE	CARGO
Angelita Chagas Agostinho	Secretaria
Cléber Correia Pinto	Conselho Fiscal
Edmilson Pinheiro	2º Vice-presidente
Francisco Brilhante Teixeira	Presidente

Fonte: "Prof. Brilhante Presidente da APEOC" (UNITÁRIO, 02/02/1975, p.08).

APÊNDICE X

10ª DIRETORIA DA APEOC (1981-1982)

CHAPA 1 – *Pó de Giz*

DOCENTE	CARGO
Alzir Brilhante	Suplente junto a CPB
Caetano Saturnino Barra	Sec.
Cléber Correia Pinto	Confederação
Creusa Fernandes	Suplente junto a CPB
Francisco Brilhante Teixeira	Presidente/confederação
Francisco Pessoa Pereira	Suplente
Francisco Raimundo da Cruz	Conselho fiscal
Haroldo Vasconcelos	Suplente junto a CPB
Irene Arruda	Vice-Presidente
João Torres Nobre	1º Tesoureiro
José Ivo Moreira	Conselho fiscal
Maria Alacoque de Lima	1ª Secretária
Maria do Carmo Aragão da Silva	2ª Secretária
Maria das Mercê Soares	Suplente
Maria da Paz Nogueira	2ª tesoureira
Maria Núbia Silva Araújo	Bibliotecária
Paulo Valmir Santiago	Confederação
Raimundo Luiz Oliveira	Conselho fiscal
Renato Barbosa da Silva	Suplente Conselho Fiscal
Sebastião Praciano	Vice-Presidente
Sezilda Bezerra da Silva	Sec.

Fonte: “APEOC: desafio eleitoral para definir as lideranças reais” (O POVO, 19/01/1980, p.16).

APÊNDICE XI

CHAPA DE OPOSIÇÃO À APEOC – PLEITO (1980)

CHAPA 2 – “Renovação e Luta”(REPRESENTANTES DA ASPEC)

DOCENTE	CARGO
Paulo Afonso Menescaul Passos	Presidente/confederação
Maria Valda de Albuquerque	1ª Tesoureira
Wellington Sampaio de Albuquerque	2º Tesoureiro
Jaime Alencar de Oliveira	Vice-Presidente
Fausto Arruda Aguiar Filho	Vice-Presidente
Francisco Fulton de Paulo Bezerra	Secretaria
Maria Adail Neto Costa	Sec.
Francisca Rodrigues dos Santos	Sec.
Raimundo Nonato Fonseca	Bibliotecário
Vereador Bianou de Andrade	Conselho fiscal
José Chaves Sidou	Conselho fiscal
Maria Socorro Fernandes	Conselho fiscal
Genésio Fontoura Pacheco	Suplente
Joaquim Lopes dos Santos	Suplente
Sebastião Vasconcelos Sobrinho	Suplente
José de Albuquerque nobre	CPB
Francisco Lopes da Silva	CPB
Raimundo Eldice Colares	Suplente CPB
Eliezer dos Santos	Suplente CPB
Raimundo Francisco Barros	Suplente CPB

Fonte: “APEOC: desafio eleitoral para definir as lideranças reais” (O POVO, 19/01/1980, p.16).

APÊNDICE XII

11ª DIRETORIA DA APEOC (1983-1985)

DOCENTE	CARGO
Alzir Brillhante	Departamento de Esportes
Antônio Regis Penha	Suplente junto a CPB
Caetano Saturnino Barra	Departamento Cultural
Carlos Alberto Leite Barbosa	Departamento de esportes
Cléber Correia Pinto	1º Vice-presidente
Francisca Núbia Silva de Araújo	Departamento cultural
Francisco Brillhante Teixeira	Presidente/ Rep. Junto a CPB
Francisco Orlando de Sousa	Departamento de Esportes
Francisco Pereira da Silva	Representante junto a CPB
Francisco Raimundo da Cruz	Suplente junto à CPB
João Torres Nobre	1º Tesoureiro
José Carlos Filho	Suplente Conselho Fiscal
José Francklin Torres da Costa	Representante junto a CPB
José Haroldo Vasconcelos Franco	Departamento Social e Promoções
José Maria Fialho de Sousa	2º Tesoureiro
José Mário Carneiro	1º Secretário
Lidia Maria Pessoa de Melo	Suplente Conselho Fiscal
Lizete de Araújo Siqueira	Departamento cultural
Lourival Ribeiro Lima	Depto jurídico/ Repres. CPB
Luiz Alves Leite	Departamento Jurídico
Maria da Paz Nogueira	Bibliotecário
Maria Delma Braga Fonteles	Conselho fiscal
Maria do Carmo Aragão da Silva	2ª Secretária
Maria Heloísa Benevides Magalhães	2ª Vice-presidente
Maria Walberlene Rabelo de Oliveira	Suplente Conselho Fiscal
Maria Ione de Sousa Gurgel	Suplente junto a CPB
Maria Neuma Silva Pompeu	Suplente junto a CPB
Maria Socorro dos Santos	Suplente junto a CPB
Neusa do Nascimento de Azevedo Sá	Representante junto a CPB
Paulo Walmir Santiago	Secretário Geral
Pedro Vieira Lisboa	Conselho fiscal
Renato Barbosa da Silva	Conselho Fiscal
Rosyol e Dias Chaves	Departamento Social e Promoções
Vicente de Paula Soares	Departamento Social e Promoções

Fonte: Documento Circular.

APÊNDICE XIII

12ª DIRETORIA DA APEOC (1986-1987)

CHAPA 1 – Educação e Mudança

DOCENTE	CARGO
Ada Pimentel	Conselho Fiscal
Adair de Freitas	2ª Vice-presidente
Cléber Correia Pinho	1º Vice-presidente
Demócrito Quaresma	2º Secretário
Fábio Nogueira	Conselho Fiscal
Fausto Arruda Filho	Presidente/ Repres. CPB
Gilvan Azevedo	Representante junto a CPB
Heloísa Benevides	Representante junto a CPB
Jaime Alencar de Oliveira	Secretário Geral
José Francisco Chagas	2º Tesoureiro
José Hiran F. Alencar	Conselho Fiscal
Luis Leite (Município Crateús)	Conselho Fiscal
Maria da Penha Matos	Representante junto a CPB
Maria Estela Gomes	1ª Secretária
Maria Leocádia (Município Tauá)	Conselho Fiscal
Maria Magali	Bibliotecária
Osia Carvalho	Representante junto a CPB
Paulo Walmir Santiago	1º Tesoureiro
Pedro Jorge Mourão (Mun. Caucaia)	Conselho Fiscal
Renato Barbosa da Silva	Representante junto a CPB

Fonte: O PROFESSOR, ano VII, nº 16, fev./1986, p.02, "Chapas que concorreram às eleições da APEOC no dia 28.02".

APÊNDICE XIV

CHAPA 2 – Construindo

Chapa de oposição no Pleito 1986

DOCENTE	CARGO
Rosa Maria Ferreira da Fonseca	Presidente/ Representante CPB
Ivanize Magalhães Ferreira	1ª Vice-Presidente
Teresa Cristina Ferreira da Fonseca	2ª Vice-Presidente
Maria de Fátima Mesquita da Silva	Secretária Geral
Maria Laura Moreira	1ª Secretária
Claudia Helena Leite Gomes	2ª Secretária
Antônia Tânia Maria Souza Bastos	1ª Tesoureira
Terezinha Nunes Cardoso	2ª Tesoureira
Paulo Afonso Menescal Tarsos	Bibliotecário
Ronaldo de Figueiredo e Albuquerque	Conselho Fiscal
Antônia Iracema Barbosa	Conselho Fiscal
Maria Digessila Dantas Bezerra	Conselho Fiscal
Maria Inez Ferreira dos Santos	Conselho Fiscal – SUPLENTE
Lúcia de Fátima Ferreira de Sousa	Conselho Fiscal – SUPLENTE
Paulo James Queiroz Martins	Conselho Fiscal – SUPLENTE
Gardênia Pereira Baima	Delegados junto a CPB
Fernanda Paula de Freitas	Delegados junto a CPB
Francisca Mirian Martins Lopes	Delegados junto a CPB – SUPLENTE
Ana Lúcia Bezerra	Delegados junto a CPB – SUPLENTE
Ana Maria Vale	Delegados junto a CPB – SUPLENTE

Fonte: O PROFESSOR, ano VII, nº 16, fev./1986, p.02, "Chapas que concorreram às eleições da APEOC no dia 28.02".

APÊNDICE XV

1ª DIRETORIA APEOC/Sindicato (1989)

CHAPA 1 –*Sindicato para Lutar e Conquistar*

DOCENTE	CARGO
Ada Pimentel	Conselho Fiscal
Adair de Freitas	2ª Vice-presidente
Cléber Correia Pinho	1º Vice-presidente
Demócrito Quaresma	2º Secretário
Fábio Nogueira	Conselho Fiscal
Fausto Arruda Filho	Presidente/ Repres. CPB
Gilvan Azevedo	Representante junto a CPB
Heloísa Benevides	Representante junto a CPB
Jaime Alencar de Oliveira	Secretário Geral
José Francisco Chagas	2º Tesoureiro
José Hiran F. Alencar	Conselho Fiscal
Luis Leite (Município Crateús)	Conselho Fiscal
Maria da Penha Matos	Representante junto a CPB
Maria Estela Gomes	1ª Secretária
Maria Leocádia (Município Tauá)	Conselho Fiscal
Maria Magali	Bibliotecária
Osia Carvalho	Representante junto a CPB
Paulo Walmir Santiago	1º Tesoureiro
Pedro Jorge Mourão (Mun. Caucaia)	Conselho Fiscal
Renato Barbosa da Silva	Representante junto a CPB

Fonte: Planfeto da CHAPA 1 – Sindicato para Lutar e Conquistar.

APÊNDICE XVI

CHAPA 2 – Oposição Sindical em Defesa dos Trabalhadores em Educação, em Defesa da Cultura e Educação, contra o Arrocho e a Corrupção

Chapa de oposição no Pleito 1989

DOCENTE	CARGO
Maria Consuel Guabiraba Takaoka	Presidente
Anderson Maia Cataldo	Vice-Presidente
Gardênia Pereira Baima	Secretária Geral de Assuntos Educacionais
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues	Secretária Conselho Fiscal
Maria Quinteia de Almeida	Secretária de Assuntos Culturais
Maria Valdecir Abreu de Paula	Secretária de Assuntos Form. Sindical
Joaquim Francisco de Sousa Filho	Secretário de Assuntos Sócio-Desportivo
Francisco Assis Papito de Oliveira	Secretário de Assuntos Imp. Divul.
Maria José Chaves de Morais	Secretária de Assuntos Intersindicais
Luiz Sérgio Lobo da Silva	Secretário de Assuntos Jurídicos
Euda Paulino Rodrigues	Secretária de As. Mulher
Maria Illa Lima de Castro	Tesoureiro Geral
Raimunda Zélia Roberto de Carvalho	Suplência
João Irenildo da Silva	Suplência
Severina Sônia	Suplência
Sérgio Takanari Takaoka	Suplência
Josenoi Fortaleza de Brito	Suplência
América Almeida de Oliveira	Suplência
Socorro Muniz	Suplência
Eliane Lacerda de Sousa	Suplência
Jackson José Nogueira de Brito	Suplência
Maria de Fátima Mesquita da Silva	Suplência
Maria Goretti Medeiros do Vale	Suplência
Antônio Ricardo Ribeiro	Suplência

Fonte: Planfeto da CHAPA 2 – Oposição Sindical em Defesa dos Trabalhadores em Educação, em Defesa da Cultura e Educação, contra o Arrocho e a Corrupção.

APÊNDICE XVII

1ª DIRETORIA PROVISÓRIA SINTECE (1990)

DOCENTE	CARGO
Ada Pimentel	Conselho Fiscal
Maria Consuelo Guabiraba Takaoka	2ª Vice-presidente
João Irenildo da Silva	1º Vice-presidente
Maria Inez Ferreira dos Santos	2º Secretária
América Almada de Oliveira	3ª Secretária
José Ramilson Vieira	Secretaria para Assun. Eucacionais e Culturais
Maria das Graças Costa	Vice Sec. para Assun. Eucacionais e Culturais
Rosa Maria Ferreira da Fonsêca	Presidente
Raimunda Zélia Roberto de Carvalho	Secretaria de Política Sindical
Ana Maria Moreno	Vice Secretaria de Política Sindical
Maria Valdecir Abreu de Paula	Secretária Geral
Iva Carvalho Feitosa	1ª Tesoureira
Cláudia Helena Leite Gomes	Secretaria de Formação
Maria de Jesus da Silva Ribeiro	Vice Secretaria de Formação
Maria José Chaves de Moraes	Secretaria de Divulgação e Imprensa
Maria Neide Viana Pessoa	1ª Secretária
Anderson Maia Cataldo	Secretaria de Políticas Sociais
Sérgio TakanakiTakaoka	Vice Secretaria de Políticas Sociais
Gardênia Pereira Baima	Secretaria para Assuntos Inter-Sindicais
Maria Geralda Maciel Nascimento	Vice Secretaria para Assuntos Inter-Sindicais
Illa Lima de Castro	Tesoureira Geral
Roberto Oliveira Barros	Secretaria para Assun. Jurídicos e Trabalhistas
Francisco Vicente da Silva	Vice Sec. para Assun. Jurídicos e Trabalhistas

Fonte: ARAÚJO, R. D., **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará: uma história de luta e contradições**. 2000. 000 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC, Fortaleza, 2000.

APÊNDICE XVIII

1ª DIRETORIA PROVISÓRIA SINDIUTE (1992)

CARGO	DOCENTE
Secretaria de Organização	Rosa Maria Ferreira da Fonsêca Fausto de Aguiar Arruda Filho
Secretaria de Finanças e Administração	Felisbela Parente Paiva Francisco Lopes da Silva
Secretaria de Formação Política	Nohemi Rezende Ibanez Maria Liduina Esteves
Secretaria de Imprensa e Divulgação	Maria Consuelo Guabiraba Takaoka Maria Ivonildes Gomes da Silva
Secretaria para Assuntos Sindicais	Maria José Chaves de Morais Gilvan Azevedo Pereira
Secretaria para Assuntos Educacionais	Maria Neide Viana Pessoa Maria Salete Costa Cunha
Secretaria para Assuntos Funcionais	Gardênia Pereira Baima Adair de Freitas da Silveira
Secretaria para Assuntos Regionais	Maria Ivane Sales Manoel Bezerra Neto
Secretaria para Assuntos Metropolitanos	João Irenildo da Silva Francisco Ferreira de Abreu
Suplentes	Anísio Santos de Melo José Jardelino Maciel Raimunda Zélia Roberto de Carvalho José Viana da Silva Tereza Maria Antunes Coelho Maria Irene Leite dos Santos Maria Ferreira de Alencar Maria Lizimar Felipe Teixeira

Fonte: JORNAL SINDIUTE, nº 1, fev/1992, p.02, Conheça a diretoria do SINDIUTE.

ANEXOS

ANEXO I

1º ESTATUTO DA APEOC (1962)

3 556) Sexta-feira, 17

DIÁRIO OFICIAL

Agosto de 1962

e aquele por quanto o INSTITUTO vier a adquirir, sem prejuízo do previsto no item anterior.

AVISOS SOBRE A CONCORRÊNCIA

16 — Será afixado na Seção de Compras um quadro discriminativo, contendo os nomes dos concorrentes e os preços oferecidos, bem como qualquer aviso que se refira à presente concorrência. Na mesma Seção serão prestados quaisquer outros esclarecimentos que visem o perfeito atendimento da presente concorrência.

ANULAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DA CONCORRÊNCIA

17 — A critério do INSTITUTO esta concorrência poderá ser anulada ou transferida, sem que, por este motivo, tenham os concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização. Fortaleza, 13 de agosto de 1962.

Jorge de Oliveira Rodrigues
Delegado

1-1 (Cr\$ 5.000,00) T. 7.420

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS DO CEARÁ

CAPÍTULO I — Da Associação e de suas finalidades

Art. 1.º — A Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará, fundada nesta cidade de Fortaleza, no dia 2 (dois) de fevereiro de 1962, é uma sociedade civil de fins culturais e protecionais, com sede e fóro na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º — As finalidades da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará são as seguintes: a) Congregar os professores oficiais do ensino secundário do Ceará, com o fim de elevar o seu nível cultural; b) Proteger e defender os direitos e os interesses profissionais dos seus sócios, em todos os setores, inclusive no setor econômico; c) Trabalhar pelo progresso e aperfeiçoamento do ensino secundário oficial, no Estado do Ceará.

CAPÍTULO II — Dos Sócios

Art. 3.º — Qualquer pessoa que exerça o magistério secundário oficial no Ceará poderá, a critério da Diretoria, ser sócio da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará.

Art. 4.º — Haverá as seguintes categorias de sócios: a) FUNDADOS RES — os que assinarem a Ata da Fundação ou venha a fazê-lo até 30 de junho de 1962; b) EFETIVOS — os que forem admitidos posteriormente à data referida na alínea anterior; c) HONORÁRIOS — as pessoas que, por motivo especial, merecerem esta distinção da Associação.

CAPÍTULO III — Dos Poderes

Art. 5.º — Os Poderes da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará, são estes: 1) Assembléia Geral; 2) Diretoria.

Art. 6.º — A Assembléia Geral é o órgão soberano da Entidade e será constituída de todos os associados, em pleno gozo dos direitos sociais.

Art. 7.º — A Diretoria compor-se-á dos seguintes membros: a) Presidente; b) 1.º Vice-Presidente; c) 2.º Vice-Presidente; d) Secretário Geral; e) 1.º Secretário; f) 2.º Secretário; g) Tesoureiro Geral; h) 1.º Tesoureiro; i) 2.º Tesoureiro; j) Orador Oficial; l) Bibliotecário.

§ 1.º — Além dos membros previstos neste artigo, integrarão a Diretoria, com todos os direitos e obrigações de Diretores, o Conselho Fiscal composto de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, o Conselho Jurídico e a Diretoria Social composta de 3 (três) membros cada um.

§ 2.º — O Presidente poderá designar Delegados da Associação para representarem a Entidade junto aos Estabelecimentos Oficiais do Estado

CAPÍTULO IV — Das Eleições

Art. 8.º — De 2 (dois) em 2 (dois) anos, na segunda quinzena de janeiro, haverá uma assembléia Geral Eletiva, para renovação da Diretoria.

Art. 9.º — A posse da Diretoria, eleita na forma do artigo anterior dar-se-á no dia 2 (dois) de fevereiro do ano respectivo.

Art. 10 — No prazo de um ano, a contar-se da data da publicação destes Estatutos, no Diário Oficial, do Estado do Ceará, a Diretoria elaborará o Regimento Interno da Associação, o qual será aprovado pela Assembléia Geral e regulará os seguintes assuntos: a) Plano geral de aprimoramento cultural, e de proteção e defesa dos direitos e interesses dos sócios, inclusive a criação e organização de uma Biblioteca especializada e dos Departamentos considerados necessários; b) Previdência e Assistência; c) Admissão de Sócios; d) Direitos, obrigações e penalidades dos sócios; e) Atribuição da Assembléia Geral e da Diretoria; f) Deveres e penalidades da Diretoria e dos Diretores; g) Reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria; h) Eleições; i) Taxas de inscrição anuais, mensais e contribuições dos associados; j) Casos omissos.

Art. 11 — O mandato da atual Diretoria, eleita a 2 (dois) de fevereiro de 1962, terminará no dia 2 (dois) de fevereiro de 1963.

Art. 12 — Estes Estatutos entrarão em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 3 de agosto de 1962.

Osmiro de Oliveira Barreto — Presidente
Francisco de Melo Jaborandi — Secretário Geral
Raimundo Moreira de Araújo — Tesoureiro Geral.

RENDAS E BORDADOS MUNDICA PAULA S. A.

3a. VIA

CÓPIA da Ata de Assembléia Geral Extraordinária

A 6 de agosto de 1962, às 10,00 horas, na sede social, à rua São Paulo, 818, nesta Capital, realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas de Rendas e Bordados Mundica Paula S. A., com a seguinte ordem do dia: — a) aumento do Capital de Cr\$ 9.000.000,00 para Cr\$ 15.000.000,00, conseqüente subscrição e reforma dos Estatutos; b) determinar o Capital com que deverão ser abertas as filiais do Rio de Janeiro e Porto Alegre. A presente sessão foi convocada na reunião de assembléia preliminar de 4 de julho de 1962, quando foram cientificados todos os acionistas de usarem o direito de preferência no prazo legal para subscrição do novo capital, aprovada que foi a proposta da Diretoria. O sr. Gerardo de Paula Costa na forma dos estatutos sociais assumiu a presidência da Assembléia e convidou a acionista Francisquinha de Paula Albuquerque para secretariar os trabalhos. Determinou o sr. Presidente que fosse verificado o comparecimento dos senhores acionistas, o que foi feito pelo livro próprio que foi assinado, verificando-se achar-se presente a totalidade dos acionistas. Instalada a Assembléia foi feita a leitura da ata da sessão de 4 de julho de 1962 referida, já devidamente arquivada na MM. Junta Comercial do Estado e publicada no Diário Oficial do Estado, de 27 de julho de 1962. A seguir o sr. Presidente mandou que fosse procedida a leitura da relação dos acionistas que subscreveram todo o capital aumentado e integralizaram dez por cento do mesmo. Em conseqüência do aumento aprovado e subscrito, o artigo quinto dos Estatutos sociais passou a ter a seguinte redação: "Art. 5.º — O Capital é de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), dividido em três mil (3.000) ações comuns e nominativas de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), cada uma, representadas por títulos unitários ou múltiplos de acordo com a vontade do acionista". Por fim o sr. Presidente mandou que fossem expedidas guias para o depósito no Banco do Brasil da importância de seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00), correspondente ao capital ora integralizado, o que foi cumprido, conforme expressa o recibo do teor seguinte: "Recebemos a imp. da presente guia, 6-ag-1962. Banco do Brasil, S.A. Fortaleza (Ce). (a) João Pedro Calado e assinatura ilegível. O selo de Cr\$ 3,00 foi pago por Verba Especial". Tendo sido suspensa a sessão enquanto se procedeu o dito depósito, foi a mesma reiniciada, conciliando o sr. Presidente a que os presentes se manifestassem sobre a determinação do Capital com que deverão ser abertas as filiais do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, cuja abertura foi proposta pela Diretoria. Debatido e examinado o assunto, aprovando a criação das filiais nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul e Guanabara, a assembléia fixou o capital de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) para cada uma. Facultada, então, a palavra, ninguém dela fez mais uso, pelo que a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro competente. Reaberta a sessão, lida a ata, foi aprovada, sendo assinada pelo sr. Presidente, por mim secretária e por todos os demais acionistas (aa) Gerardo de Paula Costa — Francisquinha de Paula Albuquerque — Maria José de Paula Pacheco — P/p. de Pedro Ipiranga de Paula Costa, Warner Colares Vieira — Raimundo de Paula Joca — Heriando de Paula Costa — Francisca de Paula Baíma — Francisca de Paula Cavalcante — P/p. de Francisco de Assis de Paula Costa e de Francisco José de Paula Costa — Marcelo Fernandes Cavalcante — João de Paula Costa — Por Eurípedes Colares de Paula — Lídia Colares de Paula (mãe e tutora) — Maria das Dóres Colares de Paula — Paulo Soares Pacheco — Jufai Colares Albuquerque — Maria Helena de Paula Joca — Alcínia Miranda de Paula. Está conforme ao original escrito às fls. 24v a 25v, do livro próprio.

Fortaleza, seis (6) de agosto de 1962.

Francisquinha de Paula Albuquerque — Secretária.
(Firma reconhecida).

O Bacharel em Direito Rodrigo Otávio Correia Barbosa, Secretário da Junta Comercial do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc. Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo o arquivo desta Junta, dele consta sob n. 20.983, por despacho de 8 de agosto de 1962, o arquivamento de cópia da Ata de Assembléia Geral Extraordinária da sociedade anônima "Rendas e Bordados Mundica Paula S. A.", realizada em 6 de agosto de 1962, que elevou o capital social para Cr\$ 15.000.000,00. O referido é verdade. Dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado do Ceará aos nove (9) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e dois (1962). Eu, Argentino Pereira de Sousa, Arquivista C-6, datilógrafo e conferi. E eu, Rodrigo Otávio Correia Barbosa, Secretário, a subscrevo e assino (a) RODRIGO O. C. BARBOSA — Secretário".

1-1 (Cr\$ 3.600,00). T. 7417.

ANEXO II

GRUPO DE ESTUDO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO (1979)

Grupo de Trabalho - Implantação do Estatuto



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 44/79 - GAB

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

- I - Constituir um Grupo de Trabalho, com a finalidade de proceder a um reexame no Estatuto do Magistério do Ceará, inclusive propondo medidas a serem adotadas, visando sua efetiva implantação
- II - Designar, para compor referido GT, os servidores abaixo relacionados, como representantes das respectivas unidades administrativas:
 - . Boanerges Cysne de Farias Sabóia - DEN [Coordenador]
 - . Francisco Oscar Rodrigues - DAT
 - . Maria Eudes Bezerra Veras - APC
 - . Gotardo Peixoto Botelho - CEDIN
 - . Luís Alves Leite - DAA
 - . Valdo Rodrigues Barbosa - GAB [Assessor Jurídico]
 - . Francisco Brilhante Teixeira - APEOC
- III - Fixar o prazo de noventa (90) dias para conclusão dos trabalhos.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de
de 1979

ANEXO III

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS DO CEARÁ
 APEOC Rua Perhoyre e Silva, 111 - Ed. Alvorada - 9.º Andar - Sala 911 - Fortaleza - Ceará

Fortaleza, 16 de Agosto de 1979

Circular N.º 04/79

Assunto: Comunicação

Prezado(s) Colega(s) *M.ª Luíza Vieira do
 Nascimento - Delegada APEOC*

Com imenso prazer comunicamos a V. Sa. que as gratificações de Regência de Classe (Pó de Giz) e Qualificação, referentes à Lei N.º 10.206, foram concedidas de acordo com publicação no D.O. do dia 6-8-1979.

A Diretoria da APEOC sente-se plenamente realizada, tendo em vista que essas gratificações são frutos do trabalho da ASSOCIAÇÃO junto às autoridades constituídas. Unidos, seremos sempre vencedores e vitoriosos na defesa dos nossos interesses, SEM COAÇÃO, SEM GREVES, ou outros expedientes contrários à formação profissional do Magistério.

Aproxima-se o dia em que os professores voltem a ter a sua aposentadoria aos 25 anos de exercício. Isto depende muito de nós, e assim, cada professor deve assinar o Memorial, que será endereçado ao Congresso Nacional, em dezembro próximo, solicitando de nossos representantes a sua aprovação, como estão fazendo as demais entidades de Professores do Brasil. A APEOC receberá os memoriais até o dia 06 de dezembro próximo. Se no seu Colégio, a Diretoria não dispuser do Formulário, basta que você, interessado no assunto, passe em nossa sede para receber. Vamos conquistar nossos direitos.

II - Venha procurar Informações sobre o VESTIBULAR ESPECÍFICO para os professores com o 4.º ano Normal Pedagógico.

III - Veja-se a Tabela de aumento concedido pelo Governo do Estado, atendendo as solicitações da APEOC.

IV - Por solicitação da Associação dos Professores Oficiais do Ceará, S. Exa. o Sr. Governador autorizou o pagamento dos atrasados dos professores referente aos anos de 1975 a 1978.

A Diretoria

ANEXO IV

LICENÇA DO PROFESSOR BRILHANTE

Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará

Utilidade Pública Estadual — Lei Nº. 9.673, de 06-12-1972

Utilidade Pública Municipal — Lei Nº. 3.992, de 07-04-1972

Órgão Oficial de Classe - Art. 105 da Lei 10.374 de 20-12-1979

Filiada à Confederação de Professores do Brasil — CPB

Rua Rodrigues Júnior, 1232 - Fones: 231-7735 e 226-8205 - Fortaleza - Ceará

Fortaleza, 23 de julho de 1984.

Ofício Nº. 0321/84.

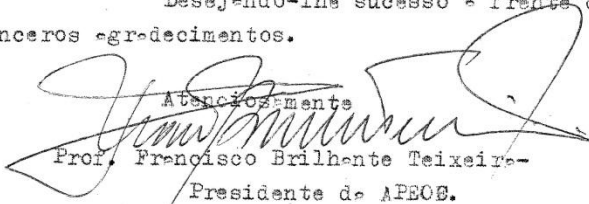
Assunto: Licença Para Tratamento de Saúde.

SENHOR VICE-PRESIDENTE:

Atendendo conselho médico, apresento-lhe meu pedido de LICENÇA para tratamento de saúde, pelo prazo de 20 (VINTE) dias (23 de julho até 12 de agosto próximo, ficando V.S. respondendo pelo expediente da Presidência, conforme determina o Estatuto de Entidade.

Desejando-lhe sucesso e frente da APEOC, desde já os meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente


Prof. Francisco Brilhante Teixeira
Presidente da APEOC.

Ao Ilmo. Sr.
Prof. CLEBER CORREIA PINHO
DD. Vice-Presidente da APEOC.
NESTA

ANEXO V

REGISTRO DA CHAPA EDUCAÇÃO E MUDANÇA (1986)

Fortaleza, 10 de Janeiro de 1986

Ilmo. Sr.
Francisco Brilhante Teixeira
D.D. Presidente da APEOC
ESTA

Sr. Presidente:

Na qualidade de representante da CHAPA EDUCAÇÃO E MUDANÇA venho à V. Sra. solicitar o registro da referida chapa para concorrer às eleições de renovação da diretoria da APEOC, conforme Edital publicado no D.O. de 27.12.85, com a seguinte composição:

Presidente: FAUSTO ARRUDA
1º Vice: CLEBER PINHO
2º Vice: ADAIR DE FREITAS
Sec. Geral: JAIME ALENCAR
1º Secretário: MARIA ESTELA GOMES
2º Secretário: DEMÓCRITO QUARESMA
1º Tesoureiro: PAULO VALMIR
2º Tesoureiro: JOSÉ FRANCISCO CHAGAS
Bibliotecário: MARIA MAGALI

CONSELHO FISCAL

PEDRO JORGE MOURÃO - Caucaia
FÁBIO NOQUEIRA - Fortaleza
JOSÉ HIRAN F. ALENCAR -
LUIS LEITE - Crateús
ADA PIMENTEL - Fortaleza
MARIA LEOCÁDIA - Tauá

REPRESENTANTES JUNTO A CPB

FAUSTO ARRUDA
OSIA CARVALHO
RENATO BARBOSA
GILVAN AZEVEDO
HELOISA BENEVIDES
MARIA DA PENHA MATOS

ANEXO VI

ATA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DOSINTECE



Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará
CGC 63368 246/0001-96

CÓPIA DACTILOGRAFADA DA
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO UNIFICADO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SINTECE

Aos três dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, às dezesseis horas e dez minutos, os sócios reuniram-se extraordinariamente em Assembléia Geral do SINTECE. A abertura dos trabalhos foi feita pela Profa. Gardênia Pereira Baima. Feita a leitura do Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária, constatou-se a regularidade da convocação da referida Assembléia de conformidade com os Estatutos Sociais da entidade. Em seguida, foi colocada em discussão a ordem do dia que constava da decisão nos termos do artigo 118 e seu parágrafo único dos Estatutos Sociais, sobre a incorporação ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SINDIUTE. Apresentou aos presentes e, inclusive distribuiu cópias da publicação dos Estatutos Sociais do SINDIUTE em Diário Oficial do Estado do dia 23 de janeiro de 1992, do registro no Cartório Melo Junior (3º Registro de Pessoas Jurídicas) sob o número 80.316, do registro CGC, sob o número 41303058/0001-91 e do Ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, reconhecendo e filiando o SINDIUTE aquela entidade. Facultada a palavra para as intervenções, vários oradores se revezaram enaltecendo a importância do resultado do processo de unificação dos trabalhadores em educação do Ceará, desenvolvido principalmente nos dois últimos anos. Após as intervenções foram colocadas em votação as seguintes propostas: a) incorporação do SINTECE ao SINDIUTE; b) transferência automática de todos os sócios do SINTECE para o SINDIUTE; c) transferência de todo patrimônio do SINTECE para o SINDIUTE; d) todos os registros, leis e benefícios assegurados ao SINTECE passarão para o SINDIUTE na presente data; e) a Diretoria Provisória Colegiada e Paritária do SINDIUTE fica autorizada a levar a efeito todos os procedimentos legais para a efetivação da incorporação do SINTECE ao SINDIUTE; f) fica encerrado nesta data o mandato da Diretoria do SINTECE; e g) apresentação da prestação de contas do SINTECE até a presente data. Não havendo mais propostas a apresentar colocou-as em votação, sendo todas aprovadas por unanimidade dos presentes à Assembléia Geral em gozo dos seus direitos sociais. Em seguida registrou a presença de vários representantes de entidades populares, estudantis e sindical. Não havendo mais nada a tratar, eu, José Osmar Vasconcelos Filho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais participantes da Assembléia Geral Extraordinária. Fortaleza, 03 de abril de 1992.

José Osmar de Vasconcelos Filho
Secretário "ad hoc"
Gardênia Pereira Baima
Gardênia Pereira Baima
Presidente

ANEXO VII

CARTA DE PRINCÍPIOS E RESOLUÇÕES DA UNIFICAÇÃO

III CONGRESSO ESTADUAL DE UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO
CEARÁ

CARTA DE PRINCÍPIOS E RESOLUÇÕES DA UNIFICAÇÃO

O III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação resolve criar o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SIND-UTE/CE, fórum organizativo que, doravante começará a ser construído como instrumento de unidade organizativa e de luta dos professores, funcionários e especialistas da rede pública oficial estadual e municipal de 1º e 2º Graus do Estado do Ceará.

O processo que começa neste III Congresso Estadual de Unificação demandará um período transitório em que se concluirá, na base de cada entidade, a incorporação no Sindicato Único, cuja conclusão passa pela deliberação das instâncias máximas de cada entidade. Este esforço se estenderá aos sindicatos municipais de base e outras associações de trabalhadores em educação com os quais buscaremos promover discussões.

A partir deste III Congresso Estadual de Unificação até a conclusão do processo, o Sindicato Único se corporificará na Direção Paritária e Colegiada, aqui eleita.

As direções e delegados das entidades ficam comprometidas, face à soberania deste Congresso, não estando autorizadas a nenhuma iniciativa no sentido de manter, após 30 de setembro de 1992, as entidades que começam a se fundir.

Com esta compreensão o III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará aprova as seguintes resoluções:

1. Até 30 de setembro de 1992 haverá incorporação das entidades, a discussão e aprovação dos Estatutos do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SIND-UTE/CE.
2. A Direção Colegiada provisória reger-se-á, provisoriamente por um Regimento Interno aprovado pela maioria simples de seus membros, submetida à Assembléia Geral.
3. A instância máxima de deliberação do SIND-UTE/CE, até a aprovação do Estatuto será a Assembléia Geral da categoria para a qual deverá ser feito um esforço para assegurar prazo de convocação e as condições materiais para a participação dos companheiros(as) da capital e do interior do Estado.
4. A organização de base a nível regional, municipal e zonais de

- 2 -

Fortaleza será definida provisoriamente no Regimento Interno provisório do SIND-UTE/CE.

5. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará SIND-UTE/CE será respaldado financeiramente pelas entidades na proporção de seus recursos financeiros.

6. Até 24 de janeiro de 1992 a APEOC convocará Assembleia Geral para discutir o processo eleitoral, os Estatutos e os encaminhamentos da unificação.

7. Até 30 de setembro de 1992 compete à APEOC e ao SINTECE:

- tomar as medidas jurídicas e estatutárias tendo em vista a incorporação ao SIND-UTE/CE.

- respaldar financeiramente as atividades do SIND-UTE/CE, na proporção de seus recursos.

8. Constituem-se tarefas da Diretoria Colegiada provisória eleita neste III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará:

a) Conduzir a luta dos trabalhadores em educação implementando o plano de lutas aprovado neste III Congresso Estadual de Unificação...

b) Elaborar os Estatutos e o Regulamento Administrativo do SIND-UTE/CE e efetuar o seu registro.

c) Assessorar as entidades no processo de incorporação ao SIND-UTE/CE.

d) Desenvolver a discussão sobre as Centrais Sindicais junto à categoria.

9. É a seguinte a Diretoria Colegiada provisória eleita, formada por 18 (dezoito) cargos efetivos e 8 (oito) suplentes:

- Secretarias: 1) de Organização; 2) de Finanças e Administração; 3) de Formação Política; 4) de Imprensa e Divulgação; 5) para Assuntos Sindicais; 6) para Assuntos Educacionais; 7) para Assuntos Funcionais; 8) para Assuntos Regionais e 9) para Assuntos Metropolitanos.

- Diretoria Colegiada Provisória do SIND-UTE/CE eleita e empossada no III Congresso Estadual de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Ceará, realizado em Fortaleza (Seminário da Prainha), no período de 13 a 15 de dezembro de 1991.

EFETIVOS:

Rosa Maria
ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA

CPF 051330253-00

João Irenildo da Silva
JOÃO IRENILDO DA SILVA

CPF 307561897-72

MARIA CONSUELO GUABIRABA TAKAOKA
CPF 001815103-59

GARDÊNIA PEREIRA BAIMA
CPF 318159443-15

Maria Neide Viana Pessoa
MARIA NEIDE VIANA PESSOA
CPF 193115403-15

MARIA JOSÉ CHAVES DE MORAIS
CPF 032837393-15

Noemy R. Ibanez
NOHEMY-REZENDE IBANEZ
CPF 201599433-53

FELISBELA PARENTE PAIVA
CPF

MARIA IVANE SALES
CPF 033331403-49

SUPLENTE:

Anizio Santos de Melo
ANIZIO SANTOS DE MELO
CPF 590213497-87

Rda. Felis R. de Carvalho
RAIMUNDA ZELIA ROBERTO DE CARVALHO
CPF 054004493-87

Maria Fereira de Azevedo
MARIA ALENCAR FERREIRA
CPF 050268493-34

TERESA MARIA ANTUNES COELHO
CPF 260912673-53

Fausto de Aguiar Arruda Filho
FAUSTO DE AGUIAR ARRUDA FILHO
CPF 037022353-53

Adair de Freitas da Silveira
ADAIR DE FREITAS DA SILVEIRA
CPF 037223173-04

Maria Liduina Esteves
MARIA LIDUINA ESTEVES
CPF 219026663-72

Francisco Ferreira de Abreu
FRANCISCO FERREIRA DE ABREU
CPF

Francisco Lopes da Silva
FRANCISCO LOPES DA SILVA
CPF

Maria Iv. Nildes Gomes da Silva
MARIA IV. NILDES GOMES DA SILVA
CPF 312759823-87

GILVAN AZEVEDO FERREIRA
CPF

MANOEL BEZERRA NETO
CPF

MARIA SALETE COSTA CUNHA
CPF

José Jardeirino Maciel
JOSÉ JARDEIRINO MACIEL
CPF

José Viana da Silva
JOSÉ VIANA DA SILVA
CPF 070868303-72

MARIA LIZIMAR FELIPE TEIXEIRA
CPF

Maria Irene Leite dos Santos
MARIA IRENE LEITE DOS SANTOS
CPF 033556593-04

ANEXO VIII

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA APEOC-SINDICATO



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ
Rua Tenente Benévolo, 1055 - Fone: 231.3122 - Aldeota - Fortaleza - Ceará

CÓPIA DATILOGRAFADA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
APEOC-SINDICATO

Aos vinte cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, às dezesseis horas e trinta e cinco minutos reuniu-se extraordinariamente em Assembléia Geral da Apeoc-Sindicato. A abertura dos trabalhos foi feita por Maria Liduina Esteves, sócia da Apeoc-Sindicato, na ausência do presidente ou de seu representante legal. Em seguida submeteu à Assembléia Geral a indicação de seu nome para presidir os trabalhos da mesma, o que foi acatado por unanimidade dos presentes. Feita a leitura do Edital de convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a presidenta dos trabalhos constatou a regularidade da documentação de convocação da referida Assembléia, constantes das listas de assinaturas superando o número mínimo de dez por cento (10%) exigidos pela letra "n" do artigo sétimo dos Estatutos Sociais. A presidenta dos trabalhos apresentou aos presentes e inclusive distribuiu cópias da publicação dos Estatutos do Sindiute/Ce em Diário Oficial do Estado do dia vinte e três de maio, digo vinte e três de janeiro de 1992, do registro no Cartório Melo Junior (3º Registro de Pessoas Jurídicas) sob o número 80316, do registro CGC sob o número 41.303.058/0001-91 e do Ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, reconhecendo e filiando o Sindiute aquela entidade. Facultada a palavra para as intervenções, vários oradores se revezaram enaltecendo a importância do resultado do processo de unificação dos trabalhadores em educação no Ceará, desenvolvido, principalmente nos dois últimos anos. Após as intervenções, foram colocadas em votação as seguintes propostas:

- 1) Incorporação do Sindicato dos Servidores lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará (Apeoc-Sindicato) ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - Sindiute.
- 2) Transferência automática de todos os sócios da Apeoc-Sindicato da Rede Estadual de Ensino e da Rede Municipal da Capital e do Interior para o Sindiute.
- 3) Transferência de todo patrimônio da Apeoc-Sindicato para o Sindiute.
- 4) Todos os registros, leis e benefícios assegurados a Apeoc-Sindicato passarão para o Sindiute a partir desta data.
- 5) A Diretoria Provisória, Paritária e Colegiada fica autorizada a levar à efeito todos os procedimentos legais para a efetivação da incorporação da Apeoc-Sindicato ao Sindiute.
- 6) Fica encerrado nesta data o mandato da Diretoria da Apeoc-Sindicato, podendo a mesma ser chamada a responder pelos atos e fatos administrativos praticados durante seu mandato, ora findo.
- 7) Eleger uma comissão de associados presentes a seguir relacionados: Francisco Hélio Cavalcante dos Santos, Maria Liduina Esteves, Maria do Carmo Aragão da Silva, Maria Elba Moreno da Rocha, Evandrina Lopes dos Santos, Maria Oliveira Braga e Elisete Paulino Alves para dar encaminhamento das decisões da Assembléia, juntamente com a Diretoria Provisória do Sindiute, tomando as providências necessárias, a saber: a) comu-



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ
Rua Tenente Benévolo, 1055 - Fone: 231.3122 - Aldeota - Fortaleza - Ceará

Fl.2

nicação aos demais integrantes da Diretoria da Apeoc-Sindicato, ora finda, das resoluções desta Assembléia; b) ir a sede da Apeoc-Sindicato para comunicar as resoluções desta Assembléia; c) promover uma prestação de contas das duas gestões da Apeoc-Sindicato, sobre a qual pairam processos e acusações de irregularidades, etc, bem como promover um levantamento de todo patrimônio da entidade para a devida incorporação ao Sindiute; d) tomar outras providências cabíveis para a consecução das decisões tomadas nesta Assembléia; 8) Fica suspensa a eleição da Apeoc-Sindicato convocada para o dia 27 de fevereiro de 1992. Não havendo mais propostas a apresentar, a presidenta dos trabalhos colocou-as em votação, sendo todas aprovadas por unanimidade dos presentes à Assembléia em gozo dos seus direitos sociais. Em seguida a presidenta registrou a presença de vários representantes de entidades populares, estudantis e sindicais. E não havendo mais nada a tratar, eu, Ubiratan de Araújo Pires, escolhido na Assembléia para Secretário "ad hoc" lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes, digo participantes da Assembléia Geral Extraordinária. Fortaleza, 25 de fevereiro de 1992.

Ubiratan de Araújo Pires
UBIRATAN DE ARAÚJO PIRES
Secretário "ad hoc"

Maria Liduina Esteves
MARIA LIDUINA ESTEVES
Presidenta